Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole

Maria Cecilia Lucchese

Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole

Maria Cecilia Lucchese

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Maria Cecília Lucchese

Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole

Tese para obtenção do grau de doutor

Escola de Engenharia de São Carlos - Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof.º Dr.º Carlos Roberto Monteiro de Andrade

São Carlos, 2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

L934d

Lucchese, Maria Cecília
Em defesa do planejamento urbano : ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole / Maria Cecília Lucchese ; orientador Carlos Roberto Monteiro de Andrade. -- São Carlos, 2009.

Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2009.

1. Formação do arquiteto. 2. Planejamento urbano no Brasil anos 60. 3. Planejamento urbano no Brasil anos 70. 4. Planejamento urbano britânico. 5. Planejamento urbano compreensivo. 6. Planejamento urbano integrado. 7. Cidades novas. 8. Brasília. 9. SERPHAU. 10. Harry James Cole. I. Título.

Folha de aprovação

Autor: Maria Cecilia Lucchese

Título: Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole

Natureza do trabalho: Tese de doutoramento em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Escola de Engenharia de São Carlos

Universidade de São Paulo

Data de aprovação: _____/_____/ 2009

(assinatura)

Nome:

Titulação:

Instituição a que pertence:

(assinatura)

Nome:

Titulação:

Instituição a que pertence:

(assinatura)

Nome:

Titulação:

Instituição a que pertence:

(assinatura)

Nome:

Titulação:

Instituição a que pertence:

(assinatura)

Nome:

Titulação:

Instituição a que pertence:

Agradecimento

Agradeço a todos que no decorrer dessa pesquisa contribuíram com sugestões e recomendações, e em especial aos colegas do grupo de estudo Urbis, pelo aprendizado que me proporcionaram nas reuniões onde discutimos esse e outros trabalhos.

Resumo

Apresentamos nesse trabalho a trajetória profissional do arquiteto carioca Harry James Cole, que se formou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1954 e trabalhou como arquiteto e urbanista até 1980. Cole fez um curso de especialização em planejamento urbano na Inglaterra e nesse período também trabalhou no Departamento de Arquitetura do London County Council. Essa experiência marcou profundamente seus trabalhos profissionais, que apresentam fortes ressonâncias do urbanismo inglês. Atuando profissionalmente no Brasil Cole foi partícipe de importantes acontecimentos no campo do planejamento urbano no Brasil entre 1957 e 1973, como a construção de Brasília, a implementação dos planos de desenvolvimento integrado e a concepção do Programa Cura, além de ter elaborado inúmeros trabalhos urbanísticos em seu escritório, o HJ Cole Arquitetos + Associados S/C Ltda até o final dos anos 70.

Palavras-Chave: Formação do arquiteto, Planejamento Urbano no Brasil anos 60, Planejamento Urbano no Brasil anos 70, Planejamento Urbano Britânico, Planejamento Urbano Compreensivo, Planejamento Urbano Integrado, Cidades Novas, Brasília, SERFHAU, Harry James Cole

Abstract

In this thesis we show Harry James Cole's professional life, a carioca architect who graduated at Faculdade de Arquitetura of Universidade do Brasil, in Rio de Janeiro, in 1954 and who worked as an architect and urban planner until 1980. Cole did a course of specialization in town planning in England and in that period he also worked in the London County Council Architecture Department. This experience deeply affected in his professional life and his works show a strong inspiration in the town planning lessons. Working professionally in Brazil Cole took part in the most important Brazilian urban planning events between 1957 and 1973, as the construction of Brasília, the implementation of the comprehensive local urban planning and the conception of the Cura Programme, besides having done several urban planning jobs in his office, the HJ Cole Arquitetos + Associados S/C Ltda until the end of 1970.

Key words: Architect graduation, Brazilian Urban Planning in the 60s, Brazilian Urban Planning in the 70s, Town Planning, Comprehensive Planning, Comprehensive Urban Planning, New Towns, Brasilia, SERFHAU, Harry James Cole

SUMÁRIO

Capítulo I – Uma tese em história do urbanismo p. 12

1. Introdução p. 14
   1.1. Pesquisando o planejamento dos anos 70
   1.2. Literatura disponível e material de pesquisa
   1.3. A escolha das fontes e abordagem teórica
   1.4. O que contém esse trabalho
2. Algumas definições p. 22
   2.1. Urbanismo e Planejamento Urbano
      2.1.1. Urbanismo e planejamento urbano na tradição européia
      2.1.2. Urbanismo e planejamento urbano na tradição norte-americana
      2.1.3. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil
   2.2. Planejamento Urbano Compreensivo e Planejamento Urbano Integrado
3. Bibliografia citada neste capítulo p. 45

Capítulo II – Sobre o Urbanismo e a formação do Urbanista no Rio de Janeiro (1900 – 1954) p. 47

1. Sobre o Urbanismo e o Planejamento Urbano no Rio de Janeiro p. 49
   1.1. O Rio e o Urbanismo do começo do século até o Plano Agache
   1.2. Do Plano Agache ao Ministério de Educação e Saúde Pública
   1.3. A difusão do Modernismo
   1.4. A institucionalização do urbanismo como um campo de atuação: engenheiros versus arquitetos
2. Sobre a formação do arquiteto urbanista nesse período p. 72
   2.1. O Curso de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes
   3.1. A Faculdade Nacional de Arquitetura
4. Bibliografia citada neste capítulo p. 86

Capítulo III – Town Planning no 2º Pós-guerra (1945 – 1957) p. 90

1. Principais diretrizes e instrumentos do planejamento urbano britânico p. 92
2. A tradição urbanística da cidade-jardim na Inglaterra p. 98
   2.1. A cidade-jardim idealizada por Howard
   2.2. O desenvolvimento do modelo urbanístico cidade-jardim
   2.3. A difusão e a modificação da idéia de cidade-jardim
   2.4. A difusão do modelo cidade-jardim no Brasil
3. O nascimento do Planejamento Urbano na Inglaterra p. 109
   3.1. A formação do urbanista na Inglaterra
      3.1.1. O curso de pós-graduação em Town Planning na Barttlet School of Architecture da University London College

4. O planejamento de Londres (1943-1951) p. 121
4.1. O papel do London County Council no planejamento de Londres
4.1.1. O Departamento de Arquitetura do London County Council
4.2. A reconstrução como agenda política
4.2.1. O Town and Country Planning Act de 1947
4.3. O Plano do Condado de Londres - 1943
4.3.1. Leslie Patrick Abercrombie
4.3.2. Concepção, análise e propostas do Plano
4.3.3. Londres como Comunidade
4.3.4. Londres como Metrópole
4.3.5. Londres como Mecanismo
4.3.6. Considerações
4.4. O Plano da Grande Londres - 1944
4.5. O Plano Administrativo de Desenvolvimento de Londres – Análise – 1951
4.6. As áreas de desenvolvimento integral
5. As cidades novas p. 171
5.1. As MARK 1
5.1.1. Stevenage
5.1.2. Harlow
5.2. As MARK 2
5.2.1. Cumbernauld
5.3. As MARK 3
5.3.1. Milton Keynes
6. Bibliografia citada neste capítulo p. 192

Capítulo IV – A formação de Harry Cole (1950-1957) p. 194

1. A graduação p. 196
2.1. O estágio no Escritório Técnico da Universidade
2.2. O trabalho com Hélio Modesto
2. A especialização em Town Planning p. 209
3. O trabalho no London County Council p. 212
4. Bibliografia citada neste capítulo p. 216

Capítulo V – Da Novacap ao Ministério do Planejamento: desponta um urbanista (1957 – 1964) p. 218

1. O concurso de Brasília p. 220
2. Trabalhando com Lucio Costa p. 224
2.1. A divisão de urbanismo da Novacap
2.2. O aprendizado de Brasília
3. A Nova Cidade de Santo Antônio p. 241

4. As consultorias e a aproximação do IAB-Guanabara p. 248
4.1. O Plano de Recife
4.2. A militância pelo planejamento
5. Bibliografia citada neste capítulo p. 261

Capítulo VI – Planejamento Urbano como ação do Estado – a luta pela institucionalização (1965 – 1969) p. 264

1. Os tecnocratas ganham poder no Ministério do Planejamento p. 266
1.1 O ministro Roberto Campos
1.2 A ida de Harry Cole para o Ministério
2. O trabalho no Ministério do Planejamento e a viagem aos Estados Unidos p. 270
2.1. A Política de Desenvolvimento da Região Amazônica
2.2. A formação de um núcleo de planejadores territoriais no Ministério
2.3. A viagem de estudos aos Estados Unidos
3. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada p. 276
3.1 O Setor de Desenvolvimento Urbano
3.2 Lísia Bernardes, Michel Rocheford e as redes urbanas
3.3 O plano de desenvolvimento integrado
3.3.1 O Desenvolvimento Regional e Urbano no Plano Decenal
4. O incentivo ao planejamento local p. 285
4.1 A reformulação do SERFHAU
4.1.1 O decreto de reformulação do SERFHAU
4.1.2 O funcionamento do SERFHAU em 1967 e 68
4.2 O plano local de desenvolvimento integrado
4.3 O Fundo de Financiamento a Planos de Desenvolvimento Integrado – FIPLAN
4.4 O estudo das regiões metropolitanas
4.5 O papel de Harry Cole na implementação do planejamento integrado
5 Algumas bases no desenvolvimento da idéia de planejamento urbano e regional no Brasil p. 302
5.1 A divulgação do planejamento integrado
5.2 Os cursos e seminários promovidos pelo SERFHAU
5.3 O convênio com a Universidade de Edimburgo e a gênese da implantação do curso de pós-graduação em planejamento urbano e local no COPPE – UFRJ
6 Outras atividades p. 308
7 Bibliografia citada neste capítulo p. 310

Capítulo VII – Um escritório de planejamento urbano (1970 – 1980) p. 313

1. O H. J. Cole + Associados – Planejamento e Empreendimentos p. 315
2. Legislação urbanística – preocupações recorrentes p. 327

3. Um projeto urbanístico – Porto Real p. 330
3.1 A cidade funcional
3.2 A cidade-jardim
4. O Projeto Cura – em busca de cidades belas e eficientes p. 348
5. O plano de desenvolvimento integrado do escritório p. 354
6. O Urbanista Harry Cole p. 366
7. Bibliografia citada neste capítulo p. 368

Capítulo VIII – Conclusão p. 370

1. Uma trajetória pelo moderno planejamento urbano p. 372
2. Hipóteses de pesquisa – elas se sustentam? P. 376
3. O plano e o projeto urbano – onde ficou o town planning p. 379
4. Bibliografia citada neste capítulo p. 387

Bibliografia Citada p. 388

Bibliografia Consultada p. 401

Capítulo I

Uma tese em história do Urbanismo

"... quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas de sua posição comum." Karl Mannheim

Sumário do Capítulo I

1. Introdução
   1.1 Pesquisando o planejamento dos anos 70
   1.2 Literatura disponível e material de pesquisa
   1.3 A escolha das fontes e abordagem teórica
   1.4 O que contém esse trabalho
2. Algumas definições
   2.1 Urbanismo e planejamento urbano
      2.1.1 Urbanismo e planejamento urbano na tradição européia
      2.1.2 Urbanismo e planejamento urbano na tradição norte-americana
      2.1.3 Urbanismo e planejamento urbano no Brasil
   2.2 Planejamento Urbano Compreensivo e Planejamento Urbano Integrado
3. Bibliografia citada neste capítulo

1. **Introdução**

Harry James Cole era carioca. Nasceu em 18 de Julho de 1930 no Rio de Janeiro, filho de um inglês – James Tom Cole – e de uma brasileira – Maria Cole. Tinha o inglês como segunda língua. Seus pais se separaram quando Cole era ainda muito jovem e foi a mãe quem sustentou a família, trabalhando na Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Mineira de Diamantina, tinha também ascendência anglo-saxônica - era filha de um mineiro e de uma americana.

Pertencia à classe média carioca dos anos 30 e cresceu na Tijuca e no Castelo. Estudou no Colégio São José – marista, onde foi interno até completar o Ginásio (hoje 1º Grau).

Entrou na Faculdade Nacional de Arquitetura em 1950, se formando em 54. Em 1955 foi à Londres fazer um curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano. Casou-se em Londres com Sônia Marlene de Paiva, também carioca e que conhecera na FNA, onde eram colegas de turma. Voltou ao Brasil no final de 1957.

De volta ao Brasil iniciou sua trajetória profissional trabalhando na Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap, na construção de Brasília. Logo começou a dar consultorias em diversos trabalhos de planejamento urbano e a realizar projetos urbanísticos. Em 1965 foi trabalhar no Ministério do Planejamento, quando Roberto Campos era ministro, e foi o primeiro superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU após sua reformulação em 1966.

Ao sair do SERFHAU abriu um escritório de planejamento e projeto, onde inúmeros trabalhos foram realizados. Em 1980 Cole sofreu um acidente vascular cerebral e passou da linha de frente de seu escritório para uma posição de bastidores. Mesmo assim o escritório funcionou até 1989. No ano seguinte Cole faleceu.

Meu primeiro contato com o trabalho de Cole aconteceu quando desenvolvi minha pesquisa de mestrado. Nela estudei o Programa Cura, linha de financiamento urbano operada pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, a partir de 1973.

A criação da linha de financiamento e suas primeiras normativas foram baseadas num estudo "piloto" desenvolvido por Harry Cole para o bairro de Vila Valqueire, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Cole é assim o "pai" do programa Cura.

Entusiasmada com a proposta que deu origem ao Programa, fui atrás de informações sobre o seu autor. Não consegui encontrar nada escrito sobre o arquiteto e as poucas informações que consegui obter naquela época vieram de Sônia de Paiva Cole, sua viúva, e de José Eduardo de Oliveira Penna, que havia sido um dos diretores do BNH na época e grande amigo de Harry Cole.

A diversidade de trabalhos em que esteve envolvido e a importância desses trabalhos para a história do planejamento urbano no Brasil nas décadas de 1960 e 70 me levaram então a desenvolver essa pesquisa, onde várias surpresas me estavam ainda reservadas, e onde fiquei com a certeza que já era hora de quebrar o silêncio de nossa historiografia em relação a esse personagem.

1.1 Pesquisando o planejamento dos anos 70

Essa tese aborda um largo período de tempo. Iniciamos nossa trajetória em 1900 e a terminamos em 1980. Entre 1900 e 1954, nos interessaram os acontecimentos relacionados à arquitetura e ao urbanismo que ocorriam no Rio de Janeiro.

Abordamos também a tradição anglo-saxônica de planejamento urbano, em especial o *Town Planning* dos ingleses. Ainda que nossa atenção se concentre em abordagens e intervenções após 1940, houve a necessidade de nos referirmos a pensamentos que são expressos ainda no século XIX, como é o caso do ideário cidade-jardim, concebido por Ebenezer Howard.

Abordar o planejamento urbano no Brasil nos anos 1960 e 70 exigiu uma pesquisa fundamentada basicamente em fontes primárias, uma vez que a historiografia não conta ainda com estudos em número e com abrangência suficientes, que nos permitisse discutir as premissas e hipóteses formuladas.

Assim, contamos aqui uma história que em parte é narrada pela primeira vez, e para isso tivemos que tomar alguns cuidados.

O primeiro foi, ao buscar depoimentos, sempre que possível tentar ouvir mais de uma versão da mesma situação. O segundo foi, sempre que possível, antepor a fatos relatados pelos entrevistados, qualquer prova factual que pudéssemos encontrar.

Ainda assim ficaram várias "pontas soltas" que não foi possível aprofundar mais nessa pesquisa. Muitos personagens que vivenciaram os fatos que aqui relatamos estão vivos e existem inúmeros que não entrevistamos. Nossa convicção é que o trabalho de outros pesquisadores irá com o tempo eliminar questões que ainda nos ficaram obscuras, ou esclarecer melhor fatos que apresentamos aqui a partir de uma única visão.

Afinal, a história é sempre uma recriação a partir de um novo ponto de vista e à luz de novos fatos.

1.2 Literatura disponível e material de pesquisa

Sobre o primeiro período pesquisado, 1900 a 1954, nosso recorte espacial é o Rio de Janeiro.

A literatura disponível sobre os projetos urbanísticos realizados no Rio nesse período, ou sobre a institucionalização do urbanismo como um campo de estudos, nos permite fazer uma boa reflexão sobre esses acontecimentos. A bibliografia citada no capítulo que trata desse assunto é bem extensa e pode servir de base para outros estudos, mas para nós foram de fundamental ajuda os trabalhos de Paulo Santos (1981), Eduardo Koatz (1996), Vera Rezende (1999, 2000 e 2002), Lucia Silva (2002) e Margareth da Silva Pereira (2003).

Em relação ao curso de arquitetura e urbanismo que funcionou nas escolas cariocas nesse período (Nacional de Belas Artes e Nacional de Arquitetura), a literatura é pouco abrangente e nossa análise se prendeu ao trabalho de Vasconcellos (1994) e Koatz (1996), além de informações disponíveis em

anuários das universidades e algumas informações em trabalhos de pesquisadores onde esse não era o assunto principal. Depoimentos de ex-alunos ilustraram esse panorama.

Mesmo assim existem lacunas temporais e um exemplo é que não existem muitos relatos sobre o que aconteceu na Escola Nacional de Belas Artes entre o período que Lucio Costa deixou de dirigi-la (1931) e o período em que foi criada a Faculdade Nacional de Arquitetura (1945). Também existem alguns cursos sobre os quais não conseguimos obter informações. É o caso do curso de pós-graduação em Urbanismo que funcionou por um pequeno período de tempo (1930 a 1939) na Universidade do Distrito Federal. Mesmo sobre o curso de especialização em Urbanismo, que foi implantado na Faculdade Nacional de Arquitetura em 1953, temos escassas informações. A literatura que consultamos e que aqui enumeramos está relacionada no capítulo II, que trata desse assunto.

Em relação ao planejamento urbano inglês e sua história, a literatura disponível aborda alguns aspectos de forma bem aprofundada, mas ainda é bem escassa em outros. Esse é o caso da formação do urbanista na Inglaterra. Nossa principal fonte secundária foi Cherry (1974), que aborda em seu livro o Royal Town Planning Institute e o papel que este desempenhou na formação do urbanista.

Em relação ao curso de pós-graduação em Planejamento Urbano da Barttlet School of Architecture dos anos 1950, não conseguimos fontes de pesquisa e estudo, e nossa abordagem ficou restrita a alguns comentários de Cherry (1974), Hall (2002) e Birkholz (1967).

No que se refere à história do urbanismo inglês, a suas propostas urbanísticas e intervenções, a literatura é muito abrangente, principalmente em relação à tradição cidade-jardim e a construção das cidades novas.

Estudos sobre a reconstrução da Inglaterra no pós-2ª guerra existem em menor número, mas revistas e livros publicados recentemente vêm ampliando consideravelmente esta literatura. Nossas principais fontes foram Bullock (2002), Johnson-Marshall (1966), Hardy (1991), Taylor (2007) e as revistas Town Planning Review, Journal of the Town Planning Institute, The Architetural Review e The Architetural Design.

Sobre o papel dos Conselhos de Condados na construção de novos bairros e cidades e seu funcionamento, os estudos são raros, e tivemos que nos apoiar em praticamente duas fontes: Jordan (1956) e Jackson (1965).

Também trabalhamos com algumas fontes primárias, que são: a Lei de Planejamento Urbano e Rural da Inglaterra de 1947, o Plano do Condado de Londres de 1943, o Plano da Grande Londres de 1944 e a análise que acompanhou o Plano de Desenvolvimento de Londres de 1951.

Fatos sobre os dias de Cole na Faculdade Nacional de Arquitetura e na Inglaterra vieram de depoimentos, em especial de Lamparelli (2006), Zettel (2007) e Sônia Cole (2006).

Em relação à construção de Brasília, a literatura disponível no Brasil, e mesmo no exterior, é relativamente extensa. Mas ela quase não aborda o aspecto que mais nos interessou, que é o trabalho desenvolvido dentro da Novacap, no setor de Urbanismo coordenado por Augusto Guimarães Filho. Na reconstrução desses fatos nos apoiamos principalmente em depoimentos de

profissionais que vivenciaram a situação, depoimentos que podem ser encontrados no Arquivo Público do Distrito Federal (Esteves, 1989; Guimarães Filho, 1989 e Porto, 1989), além de alguns depoimentos que tomamos (Zettel, 2007). Também foram muito importantes textos de autoria de Lucio Costa, como o Memorial Descritivo do Projeto de Brasília (1957) e o livro Registros de Uma Vivência (1995)

O período de 1965 a 1969 está baseado em fontes secundárias (Campos, 1994; Cintra, 1978 e Steinberger, 1976). Foram de especial importância os documentos administrativos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e do SERFHAU que encontramos em bibliotecas, bem como os documentos institucionais produzidos no período: Plano Decenal e o Decreto 59.917 de 1966 que regulamentou o SERFHAU. Nesse período Harry Cole publicou vários artigos, que também se constituíram em elementos importantes para a análise. Entre os depoimentos, dois foram fundamentais: Novaes, 2005 e Stockler, 2007.

O período que vai de 1970 a 1980 é o período em que Cole esteve a frente de seu escritório, sobre o qual nada há escrito. Relatar como era o funcionamento do escritório, o seu dia a dia, só foi possível através de depoimentos de arquitetos que lá trabalharam. Os depoimentos mais importantes nesse sentido foram Figueiredo (2007) e Neves (2006). Foram produzidos nesse período os trabalhos profissionais que analisamos, e que são elementos para a confrontação das hipóteses formuladas. Foram analisados os seguintes projetos ou planos: Projetos de lei de legislação urbanística, projeto para a Nova Cidade de Porto Real, Plano Diretor Físico-Territorial de Blumenau, Programa Cura e Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia.

1.3 A escolha das fontes e a abordagem teórica

As revistas especializadas foram muito importantes, e enorme atenção foi dada àquelas que poderiam relatar acontecimentos da época. Nossa escolha esteve pautada naquelas que apresentaram em sua época os anseios dos arquitetos e que tiveram ampla divulgação. Foi então escolhida para pesquisa mais detalhada a revista Arquitetura do IAB/Guanabara.

A revista inglesa que consultamos detalhadamente foi a The Architectural Review, que foi a grande divulgadora da arquitetura e urbanismo modernista da Inglaterra, tanto em seu país como no exterior.

A escolha das pessoas que foram entrevistadas apoiou-se em indicações dadas pelos primeiros entrevistados, em especial por Sônia Cole e pelo arquiteto carioca Almir Fernandes, ainda que outras fossem surgindo com o passar do tempo. Mas a pesquisa revelou vários relacionamentos profissionais que Cole teve durante a sua vida e sempre que possível conversamos com pelo menos uma pessoa que vivenciou momentos que consideramos importantes na sua trajetória.

Foi feita uma pesquisa exaustiva dos artigos publicados por Cole e dos trabalhos urbanísticos que realizou. A escolha de quais deveriam ser analisados com maior profundidade pautou-se pelo apoio que esses trabalhos poderiam dar às discussões teóricas que fazemos nessa tese.

Nossa proposta foi criar relações entre os fatos da vida do arquiteto e sua obra, com as pessoas, situações e lugares que teve contato. Tínhamos também a preocupação, ao fazer um estudo de caso singular, poder chegar a generalizações. Algumas conclusões podem ser generalizadas para o período histórico em que Cole atuou.

Nesse sentido, podemos dizer que metodologicamente nossa pesquisa está próxima do quem vem sendo conhecido como história de trajetórias profissionais, como uma análise a partir de situações particulares, a partir do indivíduo, que permite traçar singularidades no panorama de análises históricas abrangentes.

A abordagem teórica que nos guiou foi a de Lepetit (2001), quando analisa a micro-história. Segundo esse autor a validação dos resultados da pesquisa, que permite a generalização, vem da antropologia.

> Na antropologia anglo-saxã é que a microstoria (*sic*) iria encontrar os procedimentos interpretativos diferentes que lhe permitiriam escapar ao fascínio do paradigma quantitativo. /.../ A antropologia cultural, como se sabe, pretende considerar como um texto significativo o conjunto das ações, dos comportamentos, dos ritos e das crenças que formam o tecido social, e atribui às ciências humanas a tarefa de decifrar o sentido desse texto. Define a cultura como um mundo de símbolos partilhados, assim como as palavras e as estruturas de uma língua são o horizonte de possibilidade de todo ato de fala. Chegar a um conhecimento geral, nesse caso, consiste em reconstituir a linguagem que está à disposição de atores que se limitam, nas situações particulares em que estão envolvidos, a articulá-la. Um postulado implícito é fundador do projeto antropológico: a estabilidade da relação que associa o "texto" da ação social localizada à "língua" da cultura que ela é expressão. "Os sistemas de signos e de símbolos são partilhados como o ar que respiramos"... (LEPETIT, 2001, p. 202/203)

Ao historiar a trajetória profissional de Harry Cole, falamos de posições frente aos problemas das cidades que eram de grande parte de seus colegas de profissão. É possível então dizer que determinados resultados da pesquisa pertencem a uma determinada visão de mundo, em uma determinada época e lugar.

Também nos apoiamos em Tafuri (1984), que diz:

> Por isso, toda análise é provisória, toda análise se ocupa somente de medir os efeitos que põe em marcha para se superar, em razão das mudanças que produziu. As certezas que a história apresenta devem ser lidas, portanto, como expressão de mudanças: não são mais que barreiras ou defensas que ocultam a realidade da construção histórica. A qual incorpora a incerteza: "uma história verdadeira" não é aquela que se apresenta com "provas filológicas" indiscutíveis, mas sim aquela que reconhece sua própria arbitrariedade, que se reconhece como construção insegura.[1] (p. 17)

Em nossa análise estabelecemos diálogos entre culturas urbanísticas, apoiando-nos em determinados eixos de análise e chegamos a uma construção histórica.

Esses eixos são nossas hipóteses, apresentadas a seguir. Algumas puderam ser verificadas, outras não.

[1] Por ello, todo análisis es provisional; todo análisis se ocupa solamente de medir los efectos que pone en marcha para cambiarse, en razón de los cambios que se han producido. Las certezas que la historia presenta se han de leer, por lo tanto, como expresión de mudanzas: no son más que barreras o defensas que ocultan la realidad de la escritura histórica. La cual incorpora la incertidumbre: "una historia verdadera" no es aquella que se arropa con "pruebas filológicas" indiscutibles, sino la que recoge su propria arbitrariedad, que se reconoce como 'edificio inseguro.

1. O discurso do Estado sobre o planejamento urbano, nos governos de Castello Branco e Costa e Silva, pode ser creditado à influência de Harry Cole.
2. O roteiro do plano do SERFHAU tem filiação ao planejamento inglês, por influência de Harry Cole.
3. A transferência de uma metodologia inglesa de planejamento urbano e regional para o Brasil significou uma redução da proposta inicial, que perdeu suas características de intervenção física no território.
4. Essa redução levou a configuração de um modelo de intervenção no território urbano que se ateve ao zoneamento de usos e ocupações, que mais do que uma influência americana no planejamento urbano brasileiro foi a forma possível de intervenção na cidade na luta pela manutenção da hegemonia política dos militares no poder e seus aliados.
5. Essa redução está vinculada a necessária adaptação de uma intervenção no território, cujos promotores ingleses tinham amplo respaldo político para intervir na propriedade, para um país onde os promotores procuravam respaldo político junto as classes proprietárias, uma vez que as alianças com as classes não proprietárias não faziam parte de sua política de alianças.
6. A obra urbanística teórica e prática do arquiteto traz uma postura pragmática e assertiva, na proposição de soluções para o que era visto como "problema do crescimento urbano" do Brasil.
7. Os projetos urbanísticos do Arquiteto têm filiações claras ao urbanismo anglo-saxão e são re-elaborações da proposta urbanística modernista a partir da vivência do arquiteto e de seu contato com tradições urbanísticas anglo-saxônicas.
8. Os projetos urbanísticos de Cole para cidades novas, são uma releitura dos projetos ingleses para as cidades novas, que por sua vez representam uma mistura entre duas concepções modernas de cidade: a cidade funcional e a cidade jardim.
9. As concepções implícitas no Programa Cura constituem parte da trajetória do planejamento urbano no Brasil, tendo em sua proposição original de Harry Cole elementos da reabilitação compreensiva (comprehensive redevelopment), como a define Johnson-Marshall.
10. A proposta do Programa Cura de Harry Cole é uma tentativa de recuperação da metodologia integral de intervenção na cidade, a exemplo da que foi realizada na reconstrução das áreas bombardeadas de Londres nos anos 1950.

A hipótese formulada logo no início, de que Cole em seu trabalho adotou a metodologia que havia aprendido no período em que estudou e trabalhou na Inglaterra, está explorada nos capítulos VI e VII. Mas foi a pesquisa que nos mostrou o quanto se deveu a Cole as diretrizes formuladas na reestruturação do SERFHAU e na iniciativa de se buscar desenvolver o planejamento das metrópoles brasileiras.

As hipóteses e as análises nos obrigaram a definir determinados conceitos ou a utilizar conceitos já estabelecidos por outros pesquisadores. Não é possível avançar nesse trabalho sem conhecer como entendemos determinados campos de atuação. Essas definições estão no item 2 deste capítulo

1.4 O que contém esse trabalho

Esta tese está dividida em oito capítulos. Esse primeiro capítulo tem caráter introdutório, de apresentação da pesquisa. Mas traz também algumas definições conceituais, como veremos a seguir.

O capítulo II discorre sobre o urbanismo e a formação do urbanista no Rio de Janeiro, entre 1900 e 1954. Procura mostrar como se deu a introdução do modernismo no repertório dos arquitetos brasileiros e o papel que a Faculdade Nacional de Arquitetura teve nesse sentido. Nossa conclusão é que em meados dos anos 1950, quando Harry Cole cursou Arquitetura, a questão do urbanismo estava pouco presente na escola e a formação dos arquitetos era falha. Apesar da fama dos arquitetos modernos cariocas, e talvez por isso mesmo, predominava na escola uma visão de urbanismo teórica e pouco propiciadora de reflexão.

O capítulo III traz informações sobre o urbanismo inglês, em especial sobre a formação da tradição do *town planning* nos anos 1940 e analisa elementos significativos desta tradição no segundo pós-guerra; os planos de Londres e o da Grande Londres, cuja concepção deve-se principalmente a Leslie Patrick Abercrombie. Apresenta também os trabalhos de reconstrução de Londres nos anos 1950, procurando mostrar como se constituiu uma metodologia de planejamento urbano, conhecida como *Town Planning*, e que repercutiu em vários países. Nossa conclusão é que o urbanismo inglês se apropria dos ensinamentos de Patrick Geddes para realização das pesquisas preliminares, e que em suas recomendações e propostas, sempre chega a escala do projeto urbano, mesmo que isso se dê na forma de um plano de massas ou de um mero croqui.

O capítulo IV fala da formação de Harry Cole, sua graduação e especialização em Planejamento Urbano na Inglaterra, e procura mostrar como esse último aprendizado representou de fato sua formação como urbanista. Sua formação de planejador deve muito pouco ao curso de graduação na Faculdade Nacional de Arquitetura ou aos estágios que realizou enquanto estudante.

O capítulo V tem como elemento central a construção de Brasília, como se dava o trabalho na Divisão de Urbanismo da Novacap, e como isso repercutiu na formação profissional dos jovens arquitetos que lá trabalharam. Mostra o conflito em que Cole se encontrou, ao tentar aplicar seu aprendizado na Inglaterra a um projeto urbano que não considerava a transformação da região em que se inseria.

Também neste capítulo analisamos o primeiro projeto urbanístico de Cole – Nova Cidade Santo Antônio – e mostramos como seu aprendizado na Inglaterra e em Brasília influenciaram a concepção do projeto.

O capítulo VI aborda o período em que Harry Cole trabalhou no governo federal, inicialmente no Ministério de Planejamento e Coordenação Geral e depois no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU. O capítulo procura mostrar que os enunciados técnicos que balizaram a preparação dos planos de desenvolvimento integrado foram gestados no Ministério de Planejamento, e aponta o papel que Cole desempenhou na concepção e na institucionalização desse modelo de

planejamento. Expõe ainda o papel que o SERFHAU teve na divulgação do planejamento local e na formação dos técnicos que aturam nessa área nos anos 1960 e 70.

O capítulo VII traz informações sobre o funcionamento do escritório de projetos de Harry Cole, e sobre o papel que ele desempenhava na preparação dos planos e projetos. Analisa alguns trabalhos de escritório, cuja escolha pautou-se por apresentar a maior diversidade de propostas. Mostra que Cole foi um profissional do planejamento, e que como arquiteto é responsável por trabalhos que cobrem uma ampla gama de produtos, da proposição de legislação urbanística de âmbito federal ao desenvolvimento de projetos de cidades novas.

O capítulo VIII é conclusivo. Nele voltamos às hipóteses da tese, verificamos o que pode e o que não pode ser comprovado. Extraímos as conclusões, que a nosso ver, são possíveis a partir desse trabalho, e também nos preocupamos em entender como a trajetória e os trabalhos de Harry Cole podem ser ensinamentos para a nossa atuação de urbanistas nos dias atuais.

2. Algumas definições

2.1 Urbanismo e planejamento urbano

Campbel e Fainstein (2003) afirmam que na Inglaterra os anos de formação do urbanismo moderno vão do final do século XIX até 1910. O período seguinte é o da institucionalização, profissionalização dos urbanistas e da acentuação dos esforços públicos no planejamento urbano e regional. Este segundo período vai de 1910 a 1945. E finalmente, no período pós-guerra, teríamos a estandardização, diversificação e crise do planejamento urbano.

Como pode ser observado utilizamos na frase acima em alguns momentos a palavra urbanismo e em outros, planejamento urbano (ou regional). São essas palavras sinônimas?

Uma das discussões presentes na historiografia se refere aos conceitos de urbanismo e planejamento urbano que, para alguns autores, têm o mesmo significado e, para outros, têm significados completamente diferentes.

Almadoz (2003), citando Randle[2] diz que esse não vê os dois vocábulos como sinônimos, por causa de sua origem e época diferenciada, urbanismo do francês e cunhado no século XIX e planejamento urbano do inglês e com difusão após a 2ª Guerra. Almadoz informa ainda que Randle faz a seguinte diferenciação conceitual entre os termos:

> [...] se trataria de dois conceitos diversos e sucessivos, tendo como ponto de partida o urbanismo em sua acepção mais próxima da estética edilícia, da obra pública edilitária e da provisão dos serviços urbanos, conforme os primeiros tratados de fins do século anterior e início deste. Assim, em contrapartida, à medida em que se aperfeiçoam a teoria e a prática, surgiria o planejamento urbano como uma nova tarefa, na qual o lado estético é apenas uma conseqüência de outras preocupações mais integrais e científicas, tais como o uso do solo e a circulação. (RANDLE, 1968 Apud ALMADOZ 2003. p. 46/47)

Pereira (2003) também apresenta essa distinção, ainda que não explicite claramente a diferenciação conceitual:

> O campo do Urbanismo se reconstrói, lentamente, e daria mostras novamente de articulação e maturidade técnica e científica no final dos anos 1950-60, em novo momento de abertura e reconstrução de fronteiras culturais e econômicas, agora sob a égide dos Estados Unidos, em detrimento da marca teórica, sobretudo francesa, mas também inglesa e alemã dos 'ciclos' precedentes. Embora não seja possível nos alongarmos sobre esse ponto, é nesse período que se consolida, como vimos, uma visão técnica da disciplina em torno da noção de 'planejamento', que no entanto não consegue neutralizar as tensões políticas que atravessam seu exercício. (p. 81)

O termo planejamento urbano começa a ser utilizado no Brasil a partir da década de 1950 e vem imbuído de uma característica de cientificidade e racionalidade, enquanto urbanismo, como uma noção de intervenção estética nas cidades, nessa década começa a assumir um caráter pejorativo.

[2] Patrício H. Randle – Qué es el urbanismo. Buenos Aires, Columba, 1968.

Essa diferenciação e esse juízo de valor sobre os termos é também reflexão de Meyer (1990):

> A título de exemplo desta estratégia, em 1971 um texto clássico de Le Corbusier, publicado na França pela primeira vez em 1945, chega ao Brasil. Trata-se de *Manières de Penser L'urbanisme*, verdadeira profissão de fé no novo urbanismo dos Ciam (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). Apesar do caráter militante do texto, afinal tratava-se de uma posição estratégica, pois a guerra terminava e iniciava-se então a reconstrução das cidades européias, o seu título é significativamente modesto – "Maneira de pensar o urbanismo...". Não é o caso aqui de analisar o texto, mas apenas de chamar a atenção para a tradução brasileira de seu título: "Planejamento Urbano". A estratégia comercial é evidente; "planejamento urbano", naquele momento, mobilizava mais interessados. A sensibilidade comercial da editora e dos responsáveis pela tradução, que não queremos aqui questionar, nos fornece preciosa informação: "planejamento urbano" é moderno, prestigioso e vendável, enquanto que "urbanismo" soa legendário, um pouco arcaico e esgotado. O fato é sem dúvida pequeno mas muito revelador. Fica evidente que a exacerbação das dificuldades e dos compromissos daquele momento havia carregado o urbanismo para uma atuação do tipo tecnocrático. É o apogeu das análises científicas com seus sistemas, matrizes e modelos. (p. 13)

Ainda que o urbanismo seja para Scherer (1991) uma resposta ao processo de urbanização, uma atividade de projeto e planejamento é para ela distinto do planejamento urbano. Este segundo a autora:

> 1 – Planejamento Urbano não é urbanismo e nem o substitui, embora propostas de planejamento possam e devam incluir também a dimensão urbanística. (p. 12 e 14)

Desta forma podemos entender que para Scherer urbanismo é um dos elementos de intervenção na cidade que pode ser usado pelo planejamento urbano.

Não haveria para a autora, portanto, uma substituição de um termo pelo outro, mas os dois conceitos e as duas atividades diferentes que eles significam, coexistiriam ao mesmo tempo no mesmo espaço social, sem perderem suas características intrínsecas e sua utilidade.

A visão colocada por Scherer é, em nossa opinião, uma posição que pode ser aceita pela maioria dos arquitetos, uma vez que passamos novamente a discutir o papel específico do profissional arquiteto no planejamento urbano, num momento em que o planejamento urbano deixou de ser nossa área de atuação privilegiada e que sob o "chapéu" de urbanista se colocam profissionais das mais diversas áreas. E sabemos que não existe uma regulamentação dessa atividade como profissão, nem formação específica de graduação.

Mas diferentemente do que diz Scherer, hoje parece haver certa semelhança entre urbanismo e planejamento urbano. Ambos são usados para se referir a atividades díspares, desde urbanização de favelas, remodelação paisagística de locais públicos e praças e mesmo a proposição de políticas públicas não necessariamente territorializadas.

Apesar de não entrar no mérito da discussão que aqui estamos propondo, Fernandes (2003) utiliza o vocábulo urbanismo para se referenciar a algo que Scherer chama de planejamento urbano.

> Em termos urbanísticos, o campo popular problematiza essencialmente a requalificação de áreas habitacionais (infra-estrutura, edificações, modo de vida), o acesso às áreas centrais (sobretudo moradia

> e transportes), o direito a equipamentos coletivos, ampliação das esferas de participação e, em alguns casos, identidade cultural. (p. 269)

Mas mesmo tendo atualmente um significado que abrange o planejamento urbano, houve um período em que os dois termos tiveram significados completamente diferentes e que, no Brasil, o conceito planejamento urbano substituiu o conceito urbanismo. Para nós isso aconteceu na década de 1950.

Ainda que essa mudança se relacione à dinâmica econômica e às necessidades de gestão colocadas pelo desenvolvimento capitalista, questão que exploraremos mais adiante, para nós é claro que houve alteração na forma de intervir na cidade e de pensá-la, que correspondeu a uma transição entre os conceitos.

Antes de abordar essas especificidades que vemos existirem historicamente na utilização dos termos no Brasil, achamos importante entender um pouco melhor a formação desses conceitos.

2.1.1 Urbanismo e planejamento urbano na tradição européia

Existem três conceitos básicos gerados na Europa e em culturas diferentes, que fundamentam a nossa compreensão sobre a origem do termo e de seu significado: o *städetbau* do alemão, *town planning* do inglês e *urbanisme* do francês.

Entre os mais antigos temos o conceito *Städtebau*, palavra que compõe *Städt*, definido como cidade, grande cidade ou mesmo parte da cidade/bairro e *Bau*, que pode ser traduzido como edifício, construção; mas também como constituição, conformação, tecido ou sítio. O termo começou a ser usado na Alemanha por volta de 1885[3] e é normalmente traduzido por construção das cidades, mas sua tradução nos dicionários não especializados alemão-inglês, ou alemão-francês, é planejamento das cidades e urbanismo. Contudo sua gênese permite vários significados, tanto o agir sobre as cidades (construir, conformar) como o próprio território da cidade (tecido, sítio).

O termo consagra-se em um trabalho que é um dos livros clássicos europeus sobre intervenção em cidades.

O livro é *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* (A construção das cidades segundo seus princípios artísticos) do austríaco Camillo Sitte, livro publicado em Viena em 1889. O trabalho de Sitte surge como contestação ao concurso para a construção do Ringstrasse de Viena e cujo projeto vencedor propunha que o anel viário a ser construído no local onde eram as muralhas da cidade fosse feito com ruas retas, formando um retângulo.

No livro Sitte faz a descrição dos espaços urbanos – principalmente praças; e dos edifícios simbólicos, por sua disposição em relação aos edifícios do entorno. A partir da percepção do observador ao caminhar pela cidade procura mostrar que a irregularidade das ruas e praças, a

[3] A atividade de planejamento urbano, principalmente transformações relacionadas a melhoria das condições higiênicas das cidades, eram realizadas por engenheiros e em data anterior à essa. (COLLINS, COLLINS, 1980)

surpresa e uma praça cercada por edifícios, têm um encanto estético que as transformações urbanas que estavam sendo feitas nas cidades, a exemplo da Paris de Haussmann[4], estavam eliminando.

O livro de Sitte é um manual para a intervenção física nas cidades, para criação de espaços públicos urbanos. No livro Sitte lida com o conceito *städtebau* como construção de partes da cidade, idéia que difere daquela colocada pelos franceses - *urbanisme*, cuja atuação vê a cidade de forma mais abrangente territorialmente.

Collins e Collins (1980) dizem que existem dois outros pensadores que estabelecem as bases do urbanismo moderno na Alemanha: Reinhard Baumeister e Joseph Stübben.

O primeiro apresenta as bases do urbanismo como campo de experimentação científica, e é ele o pioneiro do princípio do zoneamento na Alemanha, forma de intervenção na propriedade privada que dali se espalharia pela Europa e Estados Unidos. Seu livro *Stadterweiterung* (que podemos traduzir como "crescimento urbano") traz algumas idéias que foram posteriormente aproveitadas por Sitte.

Stübben publicou um livro que no começo do século chegou a ser tão influente quanto o livro de Sitte: *Handbuch des Städtebaues* (que podemos traduzir por Manual de Construção de Cidades), e que foi publicado em 1890. Nele Stübben se opunha muito fortemente à habitação vertical, e seu livro foi usado como exemplo para a utilização do modelo inglês da cidade-jardim na Alemanha.

Em 1910, na Conferencia do Royal Institute of British Architects – RIBA, sobre urbanismo, os alemães procuram demonstrar que o *städtebau* vai além do desenho de sistema viário ou de monumentos, e abarca uma visão mais abrangente da questão urbana, seu aspecto social e a questão da moradia popular.

> [...] "a irônica advertência" dirigida aos urbanistas ingleses por Eberstadt, cortesmente advertidos que não admirassem muito o *street planning* alemão "superado já a ... dois ou três anos".
>
> As novas experiências que se realizam também na Alemanha não consistem tanto na nova proposta de normativas "restritiva" quanto é a tendência referente, que vimos foi expressa também pelos críticos americanos, às legislações simplesmente vinculantes; em Londres, Eberstadt afirma: "Referindo-me especificamente aos temas desta Conferência devo dizer que a Alemanha é o único país onde pode ser estudada de forma direta a inseparável conexão entre o *town planning*, o *street planning* e a base da vida social: o *housing*. (DAL CO, 1975, p. 230)[5]

Na primeira década do século XX, de fato até a 1ª Guerra Mundial, será a Alemanha que desempenhará um papel de vanguarda na difusão do ideário do planejamento urbano.

[4] A partir de 1850, as principais cidades européias passam por profundas modificações. Além de Paris e Viena, é desse período a intervenção em Bruxelas, em Barcelona, Florença, e as obras de saneamento na Grande Londres. (Cf BENEVOLO, 1994)

[5] [...] "la irónica advertencia" dirigida por Eberstadt a los urbanistas ingleses, cortésmente advertidos de que no admirasen demasiado el *street planning* alemán "superado ya desde hace ... dos o tres años". Las nuevas experiencias que se realizan también en Alemania no consisten tanto en la nueva propuesta de normativas "restrictivas" cuanto en la referencia tendencial, que hemos visto expresada también por los críticos americanos, a las legislaciones simplemente vinculantes; en Londres, Eberstadt afirma: ' Refiriéndome específicamente a los temas de esta Conferencia debería decir que Alemania es el único país donde puede estudiarse directamente la inseparable conexión entre el *town planning*, el *street planning* y la base de la vida social: el *housing*.

O conceito *Town Planning* surge temporalmente, de acordo com os dicionários, entre 1900 e 1905 na Inglaterra. Segundo Cherry (1996) o aparecimento do termo pode ser datado em 1906, quando pela primeira vez ele foi usado.

> Estabelecer datas para os desenvolvimentos fluidos e inconclusivos, como movimentos amplos como este, é muito difícil e ainda pode ser enganoso tentar isso. Mas nós podemos normalmente dizer que antes de uma certa data e após outra, a situação é essencialmente diferente, e entre essas datas nós podemos reconhecer os anos de formação. Talvez a década de 1895-1905 represente esse período. Certamente é aceito que durante esse período o planejamento fez sensíveis avanços internacionalmente, da primeira impressão de separação e movimentos autóctones tornou-se uma coordenação internacional no entorno de claros e definidos princípios. O termo "town planning", contudo, nasceu em 1906. (CHERRY, 1974, p. 31)[6]

Esse termo, que estabelece uma nova forma de ver e intervir na cidade, ou um novo espaço de atuação técnica, é traduzido pelo Cambridge Advanced Learner's Dictionary (2003) como "o planejamento do modo pelo qual as cidades são construídas de forma a fazer com que sejam agradáveis de viver".

De acordo com o mesmo dicionário *planning* é o processo de decidir como o solo de uma determinada área será usado e propor planos para ele.

Town planning é definido contemporaneamente com um significado mais amplo do que o termo *städtbau* que vimos na Alemanha, pois incorpora o aspecto físico, o planejamento de ações sobre determinado território e a definição de usos para o solo.

> O ato da consciente construção das cidades, quando elementos constitutivos da forma urbana foram moldados de acordo com certos e deliberados princípios de projeto, se estende através de milênios, e pode ser encontrado em todas as histórias de cidades. *Town planning*, contudo, foi algo diferente, ficando vinculado a noções de ampliação do controle público sobre interesses fundiários privados. (CHERRY, 1996, p.17)[7]

Para Cherry *town building* (construção das cidades) é diferente de *town planning* (planejamento das cidades), e essa diferenciação é importante, para entendermos como é construída esta idéia, que é mais abrangente do que uma mera intervenção construtiva.

Contudo Cherry (1974) aponta que o primeiro jornal do *town planning* na Inglaterra, o Town Planning Review, publicado a partir de 1910, trazia vários artigos e reportagens sobre a *civic art*, sobre projeto urbano, enfatizando que no seu início o *town planning* teve uma forte conotação

---

[6] To ascribe dates to developments as fluid and inconclusive as broad movements like these is very difficult; it can indeed be even misleading to attempt it. But we can usually say that before a certain date and after another situation were essentially different, and between those dates we might recognize formative years. Perhaps the decade 1895-1905 represents such a period. Certainly it is remarkable that during this period internationalism in planning made distinct advances, for the previous impression of separate and autochthonous movements became one of international co-ordination around some clearly defined principles. The term "town planning" itself was born in 1906.

[7] The act of conscious town building, whereby the constituent elements of urban form were shaped in accordance with some deliberate design principles, has extended over millennia, and is to be found in all our urban histories. Town planning, however, was different, resting as it did on notions of an extension of public control over private interests in land and property.

estética: "A Grã-Bretanha também teve sua fase "city beautiful" de um planejamento artisticamente orientado". [8] (p.29)

O emergente movimento do *Town Planning* apoiou-se, para seu desenvolvimento, na arte cívica e nas novas formas de arquitetura residencial do movimento Arts and Crafts.

> É significativo que um dos primeiros e importantes livros de planejamento desse país, o *Town Planning in Practice* (1909) de Unwin, tenha tido como subtítulo "A arte de projetar cidades e subúrbios".[9] (CHERRY, 1974, p. 30)

Mas uma maior abrangência, mais do que projetar e construir cidades, é esperada ao analisarmos os trabalhos dos dois mais influentes pensadores do início do *Town Planning* na sociedade britânica, Ebenezer Howard e Patrick Geddes.

Howard, que em 1898 exprimiu seu pensamento no livro To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform, que se tornou internacionalmente conhecido sob o nome da segunda edição de 1902 – Garden Cities of To-morrow, não tinha como objetivo melhorar as cidades existentes ou torná-las mais belas. Seu objetivo era mudar a sociedade.

Patrick Geddes, ainda que apoiador de Howard, teve uma trajetória pessoal ligada ao *town planning*. Em 1915 ele publicou "Cities in Evolution", onde, ao elaborar a metodologia para renovação das cidades a partir do *Town Planning*, estabeleceu os rudimentos teóricos que seriam posteriormente utilizados na atividade de planejamento territorial.

Enquanto que as atividades de Geddes tiveram grande influência nos Estados Unidos, através da atuação de Lewis Mumford, que elaborou com mais profundidade as suas idéias, e forneceram a base para o que seria conhecido como *Comprehensive Planning* e *Regional Planning*, as idéias de Howard difundiram-se pela Europa e Estados Unidos através principalmente do projeto elaborado por Raymond Unwin e Barry Parker para Letchworth, o primeiro exemplo construído de uma *garden city*.

Entendemos assim que o conceito de *town planning* se firmou com uma abrangência maior do que seria a atividade trazida por *Städtebau*, e carregou um duplo significado: ao mesmo tempo em que é intervenção na propriedade da terra urbana e intervenção física no território, é também reforma da sociedade.

Isto acontece não porque haja um pensamento diferente na Grã-Bretanha, e sim porque no momento de maturação do *town planning* a troca de experiências entre as várias nações é algo corriqueiro. (CHERRY, 1974)

O movimento cresce na Inglaterra e se institucionaliza com a criação de cursos universitários de *Town Planning* e com a fundação do Town Planning Institute, que além de ser o local da avaliação

[8] Britain also had a "city beautiful" phase of artistically oriented planning.
[9] It was significant that one of the first important planning textbook of this country Unwin's *Town Planning in Practice* (1909), had as its subtitle *The Art of Designing Cities and Suburbs.*

da prática de planejamento é onde se institui os mecanismos de entrada do profissional na "carreira" de planejador urbano[10].

E um personagem nos anos 1930 e 40 ganha predominância: Leslie Patrick Abercrombie, que coordenará a proposição do Plano do Condado de Londres e O Plano da Grande Londres, exemplo de planejamento urbano que foi estudado por profissionais de vários países.

Dessa forma, no período entre guerras, e principalmente após a 2ª Guerra até o final da década de 50, será a Inglaterra que terá maior predominância na divulgação das idéias do planejamento urbano ocidental.

O conceito *Urbanisme,* do francês, surgiu entre 1885-90[11], mesmo período em que surge o conceito alemão, no final do século XIX, quando já tinha havido a intervenção do Prefeito Haussmann em Paris.

No século XIX a França estará na vanguarda do planejamento urbano no Ocidente, com a reforma de Paris empreendida por Haussmann, entre 1851 e 1870.

DAUPHIN e JACOTEY (1974) se antepõem a essa origem mais antiga, dizendo que o termo foi inventado por Henri Prost em 1911, data em que foi criada a Société Française des Urbanistes.

O dicionário da Academia Francesa, em sua 8ª edição de 1932-35, é o primeiro dicionário a definir na França essa nova atitude frente às cidades, e nele urbanismo é "arte de construir, de transformar, de organizar (*aménager*) as cidades com a melhor prática, dentro das regras da estética e da higiene"

O conceito urbanismo (século XIX) na França está, assim como na Alemanha, fortemente vinculado à intervenção física na cidade, e carrega um forte componente estético.

Por outro lado não é possível ignorar os socialistas utópicos franceses, como Charles Fourier ou Étienne Cabet, que no começo do século XIX (o primeiro) ou na quarta década daquele século (o segundo), colocavam a questão social, de criação de uma nova sociedade, como base necessária para uma nova "cidade", ou mesmo a nascente sociologia francesa, da qual Henri Prost se apropria. (BENEVOLO, 1994)

Essas visões irão se fundir àquela de construção de cidades da Academia Francesa, e essa fusão já aparece em 1928, na definição de Agache de Urbanismo.

A definição de Agache integra a 1ª Conferência que ele faz no Rio em 1928, como parte de seu contrato com a Prefeitura do Distrito Federal, e que está publicada no seu plano para a cidade do Rio de Janeiro. Diz Agache:

> O Urbanismo é uma Ciência e uma Arte, e sobretudo uma Filosofia Social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levado a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana, sem descurar as soluções financeiras.

[10] Isso está melhor explicado no capítulo III.
[11] Segundo o Random House Unabridged Dictionary, publicado pela Random House em 2006.

Portanto, em 1930, para Agache o urbanismo é um campo especializado que une o saber científico, a estética e a sociologia, havendo já uma compreensão que a atividade é mais ampla do que uma intervenção construtiva. Mas a ênfase continua sendo essa intervenção, ainda que com o cuidado de pesquisar a população que viverá a mudança e de acordo com os recursos disponíveis para investimento.

Le Corbusier (2004), no livro *Précisions sur un état présent de L'architecture et de L'urbanisme* publicado em Paris em 1930, aponta duas formas de definir urbanismo. A primeira é quando fala das bases do urbanismo, que para ele são o sociológico, o econômico e o político. Nessa visão urbanismo não é intervenção na realidade, mas uma forma de entender a cidade e os cidadãos aliada a ação pública sobre os seus problemas.

Contudo, no mesmo texto, ele iguala as noções por trás das palavras arquitetura e urbanismo, dizendo que essas se equivalem. Nesse momento define urbanismo como a intervenção física na cidade, mas através de uma arquitetura que é nova, que ainda não existe, criando portanto uma cidade que é nova, que também não existe ainda. Esta visão do urbanismo como construção ou arquitetura também pode ser reconhecida num texto mais antigo de Le Corbusier, o livro *Urbanisme* de 1923. Nele o arquiteto fala da beleza de determinadas cidades medievais, procurando enfatizar que é a uniformidade das casas, em altura, acabamento, telhados, que gera esse ambiente agradável. E continua defendendo essa uniformidade para as novas cidades, dizendo "*O urbanismo reclama uniformidade no detalhe e movimento no conjunto*".(1992)

Portanto, para Le Corbusier o conceito de urbanismo é visto como uma nova filosofia de viver e morar nas cidades, filosofia que se constrói ao mesmo tempo em que se edifica a cidade. Como Howard, a intenção de Le Corbusier não é mudar a cidade, mas sim a sociedade.

> A arquitetura é um ato de vontade consciente.
>
> Arquitetar "é colocar em ordem"
>
> Pôr em ordem o quê? Funções e objetos. Ocupar o espaço com edifícios e estradas. Criar receptáculos para abrigar os homens e criar comunicações úteis para chegar até eles. Agir sobre nossos espíritos mediante a habilidade das soluções, sobre nossos sentidos por meio das formas propostas a nossos olhos e das distâncias impostas a nossa caminhada. Comover, por meio do jogo de percepções a que somos sensíveis e das quais não podemos nos desvencilhar. Espaços, distâncias e formas, espaços interiores e formas interiores, caminhadas interiores e formas exteriores, espaços exteriores – quantidades, pesos, distâncias, atmosfera, é com isto que agimos. São estes os acontecimentos que estão em causa.
>
> A partir disso confundo solidariamente, num único conceito, arquitetura e urbanismo. Arquitetura em tudo, urbanismo em tudo. (LE CORBUSIER, 2004, p. 78)

Mas a nova sociedade é construída a partir da intervenção física nas cidades, ou no território, quando o ambiente construído é visto como tendo uma função pedagógica na formação do novo homem. Também aqui comparecem as preocupações estéticas, que não são mais aquelas do ecletismo da *Beaux-Arts* francesa, mas as da sociedade da máquina.

...

Os conceitos apresentados foram construídos a partir da revolução industrial e de seus desdobramentos na estrutura urbana: aumento da extensão das cidades, aumento da população, aumento do tráfego, aumento da poluição atmosférica e hídrica e sucessivas epidemias.

A ação no urbano no final do século XIX para "derrotar" a cidade "monstruosa" que está sendo criada pela Revolução Industrial é necessariamente através da construção física de uma nova cidade, arrasando bairros inteiros como em Paris, ou construindo bairros-jardins operários (Viena e Frankfurt), ou derrubando cortiços (Londres). E é dessa forma que se constroem os conceitos que se referem à intervenção na cidade, excetuando o mais tardio deles, o de origem inglesa, que já surge com uma ótica mais abrangente.

Enquanto que o *town planning* continua sendo utilizado na Inglaterra durante quase todo século XX, e com o mesmo significado – só sofrendo alteração nos anos 70 quando entra em uso o termo *environmental planning*, na França a partir dos anos 50, um novo termo é cunhado para a intervenção nas cidades, que é *l'Aménagement du Territoire*. Este termo aparece no Código de Urbanismo e Habitação francês, aprovado em 1954. Nele, o Livro I, é intitulado: *Dispositions relatives à l'Urbanisme et à l"Aménagement du Territoire* (DAUPHIN, JACOTEY, 1974), onde fica clara uma nova abordagem conceitual.

Este termo traz uma nova concepção para o urbanismo, que já não é mais a construção da cidade e sim sua organização, é a intervenção ordenadora na cidade existente. Há, portanto, uma mudança na idéia da intervenção na cidade, ainda que o vocábulo *urbanisme* continue sendo usado ao mesmo tempo, com um significado um pouco diferenciado.

Rotival (1964), urbanista francês que teve grande atuação prática e teórica na Europa, África e Américas, a partir dos anos 30, tem a preocupação de delimitar o campo de atuação entre o planejador e o urbanista, tanto na França, como nos Estados Unidos. Diz ele:

> Se admitimos esses princípios [do urbanismo e do planejamento], o que cabe ao planejador? Seu domínio se estabelece em todas as questões que dizem respeito à organização da vida social e material dos homens. E é, portanto, internacional. Isso está claro hoje em dia, ao estudar, por exemplo, a região Norte, eu sou obrigado a incluir, no mesmo contexto, a Bélgica, pois ao estudar o equilíbrio de forças do Norte se coloca em evidência a interdependência dos meios de comunicação, sejam marítimos, sejam fluviais como os rios Escault e Meuse. Como avaliar o futuro de Lille sem estudar o de Anvers, onde as interações se fazem sentir em toda a região norte da França?
>
> Se o urbanismo coloca seus esforços sobre as estruturas e as formas precisas que se dá a uma rua, levando em conta a tradição, os costumes e hábitos, o planejador tem que avaliar o "universo" que vai influir sobre a economia do setor estudado. (p. 43)[12]

[12] Ces principes étant admis, que couvre la mission du planificateur ? Son domaine se trouve partout où l'on touche à l'organisation de la vie sociale et matérielle des hommes. Il est donc international. Il est clair qu'aujourd'hui, en étudiant, par example, la région du Nord, je suis obligé d'inclure, dans le même contexte, la Belgique, car l'étude de l'équilibre des forces dans le Nord montre, à l'évidence, l'interdépendance des communications tantôt maritimes, tantôt fluviales comme l'Escault et la Meuse. Comment évaluer l'avenri de Lille sans étudier celui d'Anvers, dont les interactions se font sentir sur toute la région du Nord de la France ? Si l'urbanisme doit porter ses efforts sur les structures et les formes précises qu'il faut donner à l'enveloppe de la vie, en tenant compte de la tradition, des moeurs et habitudes, le planificateur, lui, devra évaluer les «univers» qui vont influer sur l'économie du secteur étudié.

Ao estabelecer as diferenças entre o urbanismo e o planejamento, Rotival constrói um campo próprio de formação do planejador, que não tem relação com a formação do arquiteto-urbanista.

Na Alemanha o pós-guerra divide o país em dois. Sua parte oeste, a Alemanha sob influência americana, vai continuar a tradição do urbanismo alemão, agora fortemente apoiado nas recomendações dos CIAM. Será essa a diretriz para a reconstrução das cidades destruídas.

Sua parte leste, a Alemanha sobre influência russa, buscará elementos para a reconstrução das cidades. A reconstrução será feita sob a égide de propostas estetizantes com certa similitude com o urbanismo Beaux-Arts, mas enfatizará a preocupação com a manutenção do tecido histórico das cidades, com a manutenção do pequeno tamanho das cidades medievais além da proposição de parques urbanos e áreas de recreação. Em 1950 serão promulgadas diretivas para a reestruturação das cidades (16 Princípios para a reestruturação das cidades) cuja ênfase, a exemplo do 8º CIAM de 1951, se dá na preocupação com o "coração" (*kern*) urbano e cujo enunciado as aproximam das preocupações de Lewis Mumford. (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ, 2007)

Podemos dizer que na Inglaterra o termo que designa urbanismo não sofre mudanças no século XX, até o final da década de 60, e que as *schools of planning* ministram um ensino que não se prende somente à construção da cidade, ainda que arquitetos dominem a profissão de urbanista (*town planners)*.

Na França há uma alteração de sentido entre *urbanisme* e *aménagement du territoire*, e a partir da década de 30 do século XX, aos poucos se supera a tradição de intervenção na cidade ligada à *Beaux-arts* e se inicia uma nova visão, onde se evidencia a preocupação com a economia, com o zoneamento, com a superação do entrave representado pela propriedade do solo, com a comunidade.

Aménagement du territoire como intervenção acaba se referindo ao território nacional francês ou a regiões do país, e subsiste o termo *urbanisme* como uma ação de intervenção em pequenos territórios, como áreas ou trechos de áreas urbanas.

> O *aménagement du territoire* é a pesquisa da situação geográfica da França para uma melhor divisão dos homens em função dos recursos naturais e da atividade econômica.[13] (CLAUDIUS-PETIT, 2004) (texto de 1950)

Essa visão adiciona novas disciplinas à formação do urbanista, e a escola se consagra nos anos 70, com a sociologia urbana francesa de ascendência marxista. Começa a ser usado então na França o anglicismo *planning*, cuja melhor tradução em português é planejamento.

2.1.2 Urbanismo e planejamento urbano na tradição norte-americana

[13] L'aménagement du territoire, c'est la recherche dans le cadre géographique de la France d'une meilleure répartition des hommes en fonction des ressources naturelles et de l'activité économique.

Enquanto que na Inglaterra o termo utilizado é *town planning*, nos Estados Unidos seu equivalente é o *city planning*. Segundo Manieri-Elia (1975), citando J. L. Hancock[14], o *city planning* surge em 1907, ao mesmo tempo em que o movimento Cidade Bela (City Beautiful) começa a decair.

A tradição americana lida com aspectos um pouco diferentes dos estabelecidos na Inglaterra. Ainda que a influência de Howard e de Geddes possa ser percebida a partir do início do século XX, ela é antecedida pelo *town design* (MANIERI-ELIA, 1975), isto é, pela construção de cidades novas, de acordo com princípios de *landscape* e *park system* desenvolvidos nos Estados Unidos por Frederick Law Olmsted, e que misturados às concepções de cidades advindas do *Beaux-Arts*, vai resultar no movimento Cidade Bela. A primeira manifestação desse movimento foi a Exposição de 1893 em Chicago, quando foi construído um "parque" de exposição. Seu mais conhecido arquiteto foi Daniel E. Burnham.

A intervenção nas cidades inicia-se com duas preocupações fundamentais: com a higiene, onde a criação de espaços livres (*open spaces)* e avenidas-parque (*park ways)* têm como objetivo garantir um ar mais saudável, a circulação do ar; e a beleza, onde as grandes perspectivas criadas pelo sistema viário permitem a visão privilegiada dos monumentos e o uso de vegetação enriquece esse elemento e cria a cidade bela (*city beautiful)*.

Neste período não está ainda cunhado o termo *city planning*, ainda que a definição que Olmsted faz das intervenções que caracterizam o movimento lhe dão um caráter cientifico, além de estético, que o aproxima do *city planning*.

Este vai aparecer quando a tradição do embelezamento começa a não responder mais as necessidades de intervenção nas cidades, e seus fundamentos teóricos se ligam ao *landscape* e ao *civic improvement*[15]. O mais conhecido arquiteto americano vinculado ao *city planning* foi John Nolen. O *city planning* também recomendou a adoção dos princípios de controle do uso do solo e do zoneamento, pensados a partir da experiência alemã.

A partir do começo do século XX o contato com a Inglaterra se acentua, e a influência do *town planning* será muito forte na América. Ela virá através de Ebenezer Howard e Raymond Unwin, quando se leva a tradição cidade jardim para os Estados Unidos, e pelo contato contínuo entre o escocês Patrick Geddes e o americano Lewis Munford, sendo que o último será o grande defensor e divulgador do planejamento urbano e regional no seu país, como uma forma de intervenção abrangente nas cidades.[16] Dessa atuação surgirá uma nova definição para o planejamento – o *comprehensive planning*.

> "A conferência [de City Planning em 1909] levou à formação da Regional Planning Association of New York (sic), um grupo fundado por cidadãos, que produziu um importante documento e um plano no final da década de 1920.

[14] HANCOCK, J. L. – John Nolen and the American City Planning Movement. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1964.
[15] O termo correspondente a este na Inglaterra é o *civic design*. A diferença se fundamenta ao fato de que na Inglaterra é o poder público que vai construir os espaços e equipamentos coletivos urbanos, enquanto que nos Estados Unidos, antes do New Deal, essa construção será feita por associações cívicas e empresários progressistas.
[16] Mumford também foi o defensor das cidades de pequeno tamanho e condenou as metrópoles. Seu primeiro livro a tratar dessa questão foi The Culture of Cities publicado em 1938 que, de acordo com o prefácio da edição de 1970, foi bem acolhido na Inglaterra, mas desprezado nos Estados Unidos.

> Nos 25 anos seguintes houve um grande aumento do *city planning*, sério mas ainda ineficaz, cujos elementos eram uso do solo e controle através de zoneamento, ruas, transporte, recreação e centros urbanos, isto é, planejamento abrangente em termos de considerações físicas, Em 1927, na décima nona conferência de *city planning*, foi colocado que 176 cidades com uma população total de 25 milhões – isto é, em geral as menores cidades – tinham planos urbanos, 390 cidades tinham comissões de planejamento e 525 tinham legislação de zoneamento. Este período também foi caracterizado como "comprehensive planning", o que em geral não estava envolvido com os distritos – isto é, as áreas onde as pessoas moravam – como entidades." (WHITTICK, 1974, verbete United States of America)[17]

Também a Alemanha exerceu forte influência e de lá foi trazido o instrumento do zoneamento como forma de disciplinar o uso privado do solo nas cidades.

Na década de 1920 duas realizações vão caracterizar o *planning* americano. De um lado a elaboração do Plano Regional de Nova York (Regional Planning of New York and Its Environs) em 1922 pela Russell Sage Fundation e de outro o crescimento das cidades pela anexação de subúrbios residenciais, permitido pela expansão da indústria automobilística.

O plano de Nova York terá repercussão no Brasil e foi utilizado como exemplo a ser seguido, com muita ênfase, por Luis Ignácio de Anhaia Mello, que em São Paulo publicou vários artigos sobre ele nas décadas de 1930 e 40.

No final dos anos 1940 surge um termo que caracteriza um tipo de intervenção nas cidades e que terá grande repercussão nos anos 60 no Brasil. Falamos do *urban renewal* (ou *urban rehabilitation*), que se caracterizou por grandes intervenções públicas em várias cidades americanas, implantando ruas de grandes proporções, derrubando cortiços em áreas de moradia de população de baixa renda e incentivando a iniciativa privada a reconstruir as áreas "renovadas". Outro termo, que aparecerá a partir dos anos 60 é o *urban planning*, que estabeleceu uma ação vinculada à elaboração de instrumentos de controle urbano e definição de políticas sociais para as áreas urbanas. (BRANCH, 1983)

Foi a partir da década de 60 que os Estados Unidos se transformou no maior difusor de teorias no planejamento ocidental.

Nos Estados Unidos houve uma separação completa entre a construção das cidades e a organização das cidades, entre *city building* e *city planning*, ou ainda entre *urban renewal* e *urban planning*. E ela começou a se caracterizar a partir dos anos 20, a partir da influência inglesa e da ação de Lewis Mumford, um dos mais influentes intelectuais americanos do século XX.

Mas estamos falando de conceitos que mais interessam a esse trabalho, não podendo deixar de mencionar, contudo, outras concepções que também brotaram em solo americano nos anos 60, como o *advocacy planning* ou a cidade como percepção intelectual e criadora de identidade (Kevin Lynch). E ainda é necessário considerar uma realização dos anos 30, a implementação e a atuação da Tennessee Valley Authority, o grande exemplo de planejamento regional do New Deal.

---

[17] This conference ultimately produced the Regional Plan Association of New York, a citizen-foundation group, which issued an important document and plan in the late 1920s. In the next 25 years there was a great deal of city planning – serious but still ineffectual – whose elements were land use and control by zoning, streets, transportation, recreation, and city centers. That is, planning largely in terms of physical considerations. By 1927, at the nineteenth annual conference on city planning, it was noted that 176 cities with a total population of 25 million – that is, generally the smaller cities – had city plans, 390 cities had planning commissions, and 525 had zoning ordinances. This period was characterized also by "comprehensive planning", which did not generally concern itself with the local districts – that is, the areas where the people lived – as entities.

2.1.3 Urbanismo e planejamento urbano no Brasil

No Brasil o termo urbanismo é usado a partir do século XX e surge vinculado à idéia de reabilitação de cidades, propiciada pela visão da reforma Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro.

Saturnino de Brito publicou em 1916 o trabalho "Tracé Sanitaire des Villes". Nele é usado pela primeira vez no Brasil o termo urbanista, na apresentação do trabalho feita por M. C. H. Regnard. No texto ele equivale os termos *town planner, autor de planos de cidades e urbaniste*. E no livro Brito define town planning como a "arte de traçar cidades" (P.2).

Mas em português, de acordo com SILVA (2003), a primeira vez que se definiu o urbanismo foi através de artigos de Victor da Silva Freire, na Revista Brasileira de Engenharia, e para ele a tradução de *urbanisme* deveria ser Ciência da Urbanização.

> Era aos princípios da urbanização que pela primeira vez vimos empregado [o termo ciência da urbanização] pelo saudoso engenheiro Vieira Souto [...]. [Este é um] vocábulo [que] não incide no galicismo escandaloso do termo urbanismo e que traduz no entanto com fidelidade o alemão *Städebau*, o inglês *Town Planning*, a americano *city planning*... (Victor Freire, Revista Brasileira de Engenharia, out/1923, Apud SILVA, 2003)

Para Victor Freire a urbanização era uma doutrina cujo objetivo era projetar cidades ou parte delas, visando garantir boas condições de vida de seus habitantes.

No I Congresso de Higiene, também em 1923, Armando de Godoy pede a criação de um novo ramo da engenharia que denomina *city planning*.

Em São Paulo, a partir da década de 1920 surgem duas concepções diferentes de urbanismo, uma devida a Anhaia Mello, mais próxima do *city planning* e outra de Francisco Prestes Maia, mais próxima do *city beautiful*, ainda que Leme (1982) aponte também uma influência da Escola de Chicago no Plano de Avenidas.

França e Estados Unidos são as matrizes das concepções de intervenção em cidades, no Rio e São Paulo.

Talvez não tenha existido um predomínio de uma idéia em relação à outra, mas uma maior oportunidade de por em prática as idéias de Prestes Maia. Em São Paulo, apesar de toda a militância de Anhaia Mello, um plano diretor e lei de zoneamento só aparecerão enquanto proposta concreta no final dos anos 60, enquanto que as propostas viárias de Prestes Maia foram em parte implantadas durante o Estado Novo (1939 a 45), quando ele assumiu a Prefeitura.

No Rio, além das modificações das duas primeiras décadas, de forte ascendência haussmanniana, o Plano de Agache foi o grande exemplo de plano de cidades. Mesmo que Armando de Godoy cite o *city planning* como exemplo, como funcionário da Prefeitura do Distrito Federal defendeu a contratação de Agache e pertenceu durante alguns anos à Comissão que adaptou o plano Agache às modificações ocorridas no Rio de Janeiro nos anos seguintes.

Em outras capitais do país também predominou a influência francesa. É o caso do Recife, onde Atíllio Corrêa Lima, com forte influência da concepção francesa, desenvolveu um plano para a cidade (1932), ou em Porto Alegre, onde Arnaldo Gladosh, que trabalhou com Agache no Rio de Janeiro, introduz sua metodologia na elaboração de um plano para a cidade (1938). (Cf LEME, 1999)

Podemos então estabelecer que o conceito *urbanisme* é o que tem maior ascendência no Brasil até o final da década de 1940, seja na remodelação das cidades existentes ou na construção de cidades novas. E esse conceito vincula-se principalmente à remodelação de cidades ou à sua construção.

A partir de 1950, três influências podem ser percebidas.

Uma delas é a americana, do *city planning*, que vai embasar as discussões sobre planos diretores e zoneamento urbano. Essa influência é em parte devida à grande difusão de artigos de revistas americanas no Brasil, em parte pela vinda de urbanistas americanos ao Brasil, como é o caso de Robert Moses, que foi o diretor de estudos de um programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo em 1950, e com ele trabalharam dez consultores americanos. (LEME, 1982)

Outra é inglesa, do *town planning*. A influência inglesa já tinha tido repercussão através da difusão do modelo cidade-jardim, a partir da década de 1920. Na década de 1950, será a experiência da reconstrução na Inglaterra que se difundirá, principalmente a experiência de implantação das cidades novas inglesas. Várias cidades novas brasileiras tiveram inspiração nessa experiência, como Angélica de Jorge Wilheim de 1954, Vila Serra do Navio de 1955 de Oswaldo Bratke, ou então o Plano Regional de Antônio Bezerra Baltar para o Recife, de 1951.

E a terceira será francesa, mas agora fortemente vinculada à sociologia e trazida ao Brasil pelo Padre Lebret do movimento Economia e Humanismo. Lebret se fixou em São Paulo, mas sua atuação se estendeu por vários estados, como Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Estas três influências têm em comum pensarem a cidade de forma integral, não só em seu aspecto físico, mas também social e econômico. Mesmo as cidades novas com influência inglesa serão pensadas para pessoas reais, seu programa sendo definido a partir de pesquisas em situações semelhantes. (Cf SEGAWA, 1997) É neste momento que o vocábulo "urbanismo" começa a perder terreno e "planejamento urbano" começa a ser utilizado.

No final dos anos 60 e nos anos 70 o planejamento urbano será o termo utilizado para a intervenção nas cidades e nesse momento o termo urbanismo passa a ter um caráter pejorativo, como já nos referimos. Predomina então o *urban planning*, o *comprehensive planning*. O termo em português que estará mais associado ao *comprehensive planning* será o plano de desenvolvimento integrado, apreensão direta da metodologia americana que também aplica aquele conceito ao de *development plan*, ou plano de desenvolvimento. Mas este também existiu na Inglaterra a partir de 1951.

Já não se trata de planejar somente as cidades, mas todo o território nacional, e principalmente as regiões metropolitanas. Serão pensadores americanos que estarão então em evidência no Brasil, entre eles Francis Violich e John Friedman.

Houve, portanto, uma transformação na forma de encarar a cidade. Enquanto no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a cidade era um lugar a ser embelezado através da atuação do esteta urbanista (com programas de melhoramentos urbanos), aos poucos ele passa a ser o

organismo doente, onde a ciência deve ser chamada para poder prescrever os caminhos da cura. E essa visão científica abre caminho para a inserção do planejamento urbano – com seu viés positivista, com o método do "diagnóstico" e das "soluções".

Essa transformação na visão da cidade e na forma de atuar sobre ela não é, contudo, uma construção que acontece de um momento para o outro, e também não significa que os dois conceitos não convivam temporalmente, mas acontecerá durante todo o século XX, o planejamento urbano "cientificista" chega ao ponto máximo na década de 1970 – com as matrizes e sistemas – e inicia sua ruína na década seguinte.

Nesta trajetória, no campo das idéias, duas questões devem ser consideradas, de um lado uma transformação da visão da cidade do começo do século, como o *locus* da sociabilidade, da confraternização e da troca comercial – como o lugar da plena vida burguesa – para vê-la como um organismo doente, como um polvo que espalha seus tentáculos por todo o território e destrói a cidade burguesa. É um movimento que passa gradativamente ao estranhamento, à negação da nova feição da cidade industrial como paisagem urbana, até que aos poucos se supera o espanto e passa-se à ação, utilizando-se o método da "diagnose e prognose".

Parece ser esta a trajetória na percepção sobre a cidade em quase todos os países do ocidente, ainda que em épocas diferentes, por todos aqueles que vivem, pensam e propõem a nova cidade. Durante o século XX podemos assistir a tentativa de utilizar, cada vez em maior escala, métodos dedutivos vindo da matemática e da engenharia, para poder lidar com a "transformação almejada", com o futuro.

É uma postura que também busca semelhanças e paralelismos com o movimento racionalista da arquitetura moderna, com as idéias utópicas de Le Corbusier e com a separação de funções urbanas preconizadas pela Carta de Atenas. Tanto o é que as propostas acabam por apresentar um zoneamento funcional para as cidades, parte das propostas territoriais do planejamento urbano apóia-se no repertório do movimento moderno.

Mas nos interessa, em especial, o que pensavam os urbanistas brasileiros da década de 1960, uma vez que é esse momento que investigamos nesse trabalho.

Modesto e Lordello de Mello (1965) definem planejamento como uma atividade do Estado, e essa é uma das características que perpassa a idéia de planejamento no Brasil, que é por excelência uma atividade estatal.

> A complexidade da vida moderna, tornando cada vez mais necessária a presença do governo na orientação das relações econômicas e sociais, exige o emprego do planejamento governamental em larga escala, por ser ele o instrumento que permite a intervenção racional e ordenada do Estado no domínio econômico. Quer nos países socialistas, quer em Estados capitalistas, vamos encontrar o planejamento na base da ação governamental. (p. 47)

O Planejamento é uma atividade que orienta a atuação estatal na economia e vemos naquela década se acentuar a proximidade entre o planejamento urbano e a economia urbana, o que nos

parece uma das características das diretrizes dos "planos de desenvolvimento". Enfatizando esse aspecto, podemos encontrar ainda em Modesto e Lordello de Mello as seguintes afirmações:

> O planejamento de âmbito nacional ou mesmo regional não pode ser considerado como já tendo sido inaugurado no Brasil, se considerarmos o planejamento do ponto de vista global ou inclusive, isto é, o que em inglês se denomina *comprehensive planning*. Não é exagero dizer-se que os grandes planos nacionais ou regionais até agora formulados, como o Plano Salte e o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, não passam, rigorosamente, de esquemas para distribuição de verbas orçamentárias, faltando-lhes a consciência, as características e a amplitude do verdadeiro planejamento, pois neles não se integram os diferentes elementos do *comprehensive planning*.(p. 51/52)

Ainda é importante registrar que os autores fazem distinção – e exprimem juízo de valor – entre planejamento e urbanismo.

> Na esfera municipal o problema assume aspecto ainda mais grave pelas conseqüências imediatas que resultam para as populações urbanas da ausência de planos diretores locais e regionais. Apesar de se tratar da modalidade mais aceita de planejamento, o urbanismo, quando não se acha quase que totalmente alheio das cogitações dos governos municipais, é praticado segundo fórmulas obsoletas ou deturpadas, contribuindo, assim, para agravar o processo caótico de desenvolvimento de nossos núcleos urbanos. (p. 52)

Assim, o urbanismo é aqui uma modalidade do planejamento, mas entendido e praticado segundo moldes "ultrapassados". É, portanto, uma visão que insere uma prática como apêndice de outra, ainda que a primeira não esteja claramente definida, nem é explicado em que um "urbanismo moderno" se diferenciaria do antigo. Mas existem pistas:

> A Universidade da Califórnia, em Berkeley, mantém uma escola de planejamento, a cujos graduados é concedido o título de planejadores. A profissão de planejador, aliás, está assumindo nos Estados Unidos, como já assumiu na Inglaterra, posição própria e autônoma, principalmente no setor do urbanismo, cujos profissionais não mais se confundem com os arquitetos, nem muito menos com os engenheiros, muito embora grande número dos atuais urbanistas nesses dois países, como de resto em vários outros, proceda daquelas duas profissões. (MODESTO e LORDELLO DE MELLO, 1965, p. 51)

Há um deslocamento do urbanismo da questão física, territorial, para uma outra predominância de abordagem. O planejamento urbano, o urbanismo, já não é mais território privilegiado de arquitetos e engenheiros, mas de um novo profissional.

Segundo Prochnik (1965), esta nova atuação se confunde com uma metodologia, um novo saber, que deve ser utilizada nas atividades de gestão. Assim, o planejador aqui é um administrador, um tecnocrata.

> Em contraste com outros países igualmente subdesenvolvidos da América Latina, o Brasil está particularmente atrasado na formação de planejadores. Este contraste é paradoxal se considerarmos que o país possui dentro da Fundação Getúlio Vargas um excelente centro de treinamento de administradores, o melhor da América do Sul na opinião de Francis Violich, presidente da Escola de Planejadores da Universidade da Califórnia. /.../ Os recursos podem ser infinitos, a Administração ultra-eficiente, os

> programas de obras fascinantes. Sem planejamento em conjunto não haverá serviços prestados à comunidade na razão direta das expectativas. (p. 39 e 41)

Na visão de Prochnik o planejador é um administrador que adquiriu o conhecimento e as técnicas do planejamento, uma metodologia para tratar os problemas que lhe cabe administrar. E o planejamento urbano é uma função do administrador local, visto também por ele como um especialista em gestão de problemas. Nessa postura a separação entre planejamento urbano e urbanismo é total.

> No Brasil parece que a ênfase imediata é dada ao planejamento físico, ao chamado Urbanismo.
>
> A ordenação de volumes e espaços arquitetônicos, o traçado de avenidas etc., constituem o objetivo aparente das várias tentativas havidas neste setor.
>
> Apesar de haver muitas vezes uma aparência moderna, caracterizada pelo emprego de pilotis, de jardins com caráter tropical, e de uma linguagem apropriada do ponto de vista físico, tal como unidades de habitação, superquadras, zoneamento, cinturão verde etc., a maioria de nossas tentativas de planejamento estão desligadas da realidade social ou econômica.
>
> Estamos ainda na fase da cirurgia urbana como planejamento urbano. (p. 40)

Introduz-se então um novo conceito, o de planejamento físico, que é uma tentativa de dar conta dessa transição entre a atividade de urbanismo e a atividade de planejamento, uma vez que o planejamento urbano, inspirado no ideário inglês ou americano, carregava um forte componente de projeto urbano.

Esse conceito é objeto de outro artigo desse mesmo livro. Nele, Pereira (1965) introduz a idéia do planejamento urbano, como uma atividade própria de arquitetos ou engenheiros.

> O objetivo do planejamento físico é promover a distribuição territorial das várias obras e equipamentos previstos nos planos governamentais de caráter econômico e social, de forma que tal distribuição se processe consoante fórmulas racionais e esteticamente equilibradas. [...] Além do planejamento físico urbano, o planejamento físico em escala regional também proporciona às várias atividades econômicas diretrizes fundamentais. As previsões para a industrialização de uma determinada região homogênea podem ser traduzidas por diretrizes de desenvolvimento sócio-econômico gerais. No momento, porém, de localizar os complexos industriais, será através de estudos de planejamento físico que se escolherão as áreas mais adequadas e se projetarão obras e equipamentos para as mesmas. Também em outros setores do desenvolvimento regional, o planejamento físico desempenha papel racionalizador importante. O estudo pedológico dos solos de determinada região fornecerá orientação técnica para sua utilização futura. Os problemas infra-estruturais de energia e transporte devem ser equacionados e solucionados em escala regional, da mesma forma que os recursos hídricos a serem utilizados nos vários setores de desenvolvimento. (p. 83 e 85)

Vincula-se a atividade de planejamento à gestão administrativa e econômica, estabelece-se a necessidade de uma abordagem físico-territorial, onde as atividades planejadas são ordenadamente dispostas no território, de acordo com a "vocação" das diversas áreas. Aqui o planejamento "físico" aparece como uma atividade racional de ordenamento do território, seja ele urbano, regional ou nacional.

Entendemos, dessa forma, que o planejamento físico era visto como uma atividade gerencial e técnica, onde a partir de diagnósticos de causas de problemas e do estudo do comportamento das dinâmicas "espontâneas" do desenvolvimento, se corrigiam os problemas, através do estabelecimento de metas econômicas e da distribuição e organização das atividades no território. Neste panorama, cabia ainda um papel a ser desempenhado pelo profissional arquiteto ou engenheiro da velha escola, que era definir o melhor lugar e a forma mais agradável de se implantar os edifícios necessários às atividades projetadas.

Mas este já era um papel secundário, suplantado pela importância do novo: definir quais seriam as novas atividades ou as novas necessidades.

Estabelecer essas definições passou a ter preponderância na atividade na década de 1970. Com isso o planejamento físico foi quase que completamente excluído da atividade, onde o componente territorial aparecia somente nas proposições de zoneamento, atividade que segundo os profissionais estabelecia uma volumetria na cidade, sendo, portanto, um planejamento tridimensional, que considera a ocupação do solo em extensão e altura.

Finalizando, no Brasil a intervenção na cidade, no patrimônio construído das cidades, enquanto atuação do Estado no século XX, corresponde a idéias que se transformam no decorrer das décadas e que inicialmente recebem o nome de urbanismo e depois planejamento urbano.

Esse trabalho ao aceitar esta separação entre os termos, que se configurou a partir da década de 1950, assume que há uma predominância da concepção francesa de intervenção na cidade, no ideário de se planejar cidades até a metade do século XX, que é aos poucos substituída pela concepção anglo-saxônica, onde planejar cidades adquire um novo significado, agora de planejar transformações econômicas e sociais sem que estas estejam necessariamente vinculadas a transformações do território.

Mas é claro que subsistem concepções de outro caráter em cada período, mas aceitamos que predominam inicialmente a francesa e depois a inglesa e americana.

Assim quando falamos em planejamento urbano nesse trabalho, nos referimos a uma visão de intervenção construída a partir de 1950, e por outro lado, ao usarmos urbanismo estamos nos reportando as influências que predominam no começo do século.

2.2 Planejamento Urbano Compreensivo e Planejamento Urbano Integrado

Esse trabalho também aceita que houve inspiração teórica no *Comprehensive Planning* americano, naquilo que ficou conhecido no Brasil como Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

Tivemos a preocupação de entender se planejamento compreensivo é um conceito, ou é um termo mal traduzido do inglês.

Procuramos conhecer o termo/conceito a partir de pesquisa em obras de referência, dicionários e enciclopédias de vários tipos.

O termo *comprehensive planning* não era usado na Inglaterra até recentemente, quando historiadores urbanos começam a se referir a ele para definir um certo tipo de planejamento (Cf CULLINGWORTH e NADIN, 1997).

Os trabalhos mais antigos falam em *development plan*, *town planning*, mas nunca em *comprehensive plan* ou *comprehensive development plan*. O que existe enquanto termo/conceito na Inglaterra é o *comprehensive development area*, que é uma área especial, onde um projeto urbano de remodelação integral será desenvolvido num tempo relativamente curto.

O significado de desse termo foi encontrado no verbete United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (WHITTICK, 1974).

> O plano de desenvolvimento:
>
> A partir da Lei de Town and Country Planning de 1962, todas as municipalidades ficaram obrigadas a desenvolver cuidadosas pesquisas de seus territórios e estabelecer as necessidades habitacionais, de escolas, industriais, comerciais e de sistema viário para os 20 anos seguintes. A jurisdição[18] deveria então esboçar[19] propostas de tal forma que todas essas necessidades possam ser vistas em termos de localização no município, levando em conta tudo o que foi levantado em consulta às organizações públicas e privadas. As propostas são expostas em uma planta (isto foi especificado) na escala[20] de 1:1.000 quando o desenho mostra áreas urbanas, e 1:6.666 quando mostra a área de todo o município; e planos de toda a área municipal devem ser suplementados por plantas da cidade detalhadas. As plantas da cidade também devem mostrar as propostas para as áreas de *comprehensive development*, onde poderes especiais para aquisição da terra serão dados aos municípios.
>
> O plano de desenvolvimento deve ser acompanhado por uma exposição de motivos que aponta as principais propostas e por um mapa-programa mostrando, durante o período de 20 anos, o que se espera que seja implantado.
>
> O programa é usualmente dividido em períodos de 5 anos e a jurisdição deve rever seu plano a cada 5 anos.
>
> Quando as pesquisas, projeções e consultas estiverem prontas, a jurisdição terá um plano preliminar (o mesmo procedimento deve ser feito nas revisões) que estará disponível para consulta pública. Várias notas explicativas serão publicadas em jornais locais e na London Gazette e deverá ser dado um período de tempo suficiente para que a população possa compreender e pensar nas propostas. Se houver objeções, uma audiência pública será conduzida por um inspetor – um funcionário civil e urbanista qualificado – que ouvirá e considerará as objeções e as reportará para o Ministro.
>
> O Ministro, em tempo hábil, decidirá se deve ou não aprovar o plano, e neste último caso, que modificações devem ser feitas.
>
> Após ter aprovado o plano, todas as conseqüências dele advindas podem ser colocadas sob objeção pelo público; as pessoas cujos interesses forem afetados podem solicitar uma audiência pública no Departamento. Isto não significa, contudo, que com o plano aprovado a permissão para qualquer

[18] Em inglês *Authority* – sem correspondência em termos de gestão municipal para a realidade brasileira.
[19] A característica que deve ter o mapa de propostas é de um plano de massas na escala urbana, portanto optamos por traduzir to draw up por esboçar.
[20] As escalas estão dadas em unidades inglesas, "6 inches por milha" e "1 inch por milha" respectivamente, que convertemos para o sistema métrico.

> atividade de acordo com plano está automaticamente dada. A Prefeitura poderá negar a permissão mesmo para atividades previstas se esta tiver boas razões para isso.[21]

O plano é um documento que apresenta objetivos específicos, objetivos que têm correspondência territorial. Dessa forma, se a pesquisa previamente realizada (diagnóstico) mostrou a necessidade de construção de mais 5 escolas, por exemplo, a planta de propostas (*proposal map*) indicará em que local do território urbano deverão as escolas ser construídas, e qual a prioridade que se dará a cada uma delas. Desta forma, a participação popular é facilitada, pois para o público leigo não se estará discutindo coisas abstratas como "assegurar um aumento de 1.500 vagas em creches municipais", mas sim a construção da creche "em Heliópolis" em 2 anos ou a construção da creche "em Manguinhos" em 5 anos. Há dessa forma, pelo menos na teoria, uma real intenção em se aplicar o plano ao mesmo tempo em que há uma legitimação do papel técnico na indicação das propostas.

Esse plano de desenvolvimento abarca todo o território municipal e diversas políticas setoriais urbanas, mas ele não é denominado amplo (possível tradução para *comprehensive*) ou integrado (outra tradução possível).

Como vimos, pela definição acima, "amplo" ou "integrado" é o desenvolvimento de uma área da cidade, um trecho da cidade delimitado fisicamente, para a qual existem propostas especiais e onde a aquisição da terra urbana por parte do Poder Público é facilitada através de instrumentos especiais.

Vamos agora procurar entender o conceito de *comprehensive planning* na tradição americana.

Já mostramos anteriormente que a difusão do planejamento pelas cidades americanas na década de 30 foi denominado de *comprehensive planning*. Mas a noção é mais abrangente do que aquela que se produziu naquele momento.

A idéia de amplo (*comprehensive*) vai ser utilizada intensivamente mais tarde quando se deixa de falar em *master plan* (plano diretor) e se passa a utilizar o *development plan* (plano de desenvolvimento). Enquanto o primeiro faz menção ao rearranjo ou adequação física da cidade, o segundo procura abordar todos os aspectos da vida urbana e tem um viés economicista muito forte.

---

[21]The Development Plan – Under the Town and Country Planning Act, 1962, all local planning authorities are obliged to make careful surveys of their area and to estimate the needs over the next 20 years for housing, schools, industry, shopping, and roads. The authority is them to draw up proposals as to how these needs should be met in terms of land allocations, taking into account all they can discover by consultation with public and private organizations of the development likely to be needed. The proposals are shown on a map (the notation is specified) at a scale of 6 inches to the mile (about 10 cm to the kilometer) in county boroughs and 1 inch to the mile (about 1,5 centimeters to the kilometer) in county areas; county plans are supplemented by more detailed "town" maps for the urban areas within them. Town maps also show proposals for any areas of comprehensive development where special powers for land acquisition may be sought. The development plan must be supported by a written statement which outlines the main proposals and by a program map showing when, during a 20-year period, they are expected to be implemented. The program is usually divided into 5-year periods, and the authority should revise its plan every 5 years. When surveys, forecasts, and consultations are complete, the authority issues a draft plan (the same procedures operate on revision) which is made available for public inspection. Various prescribed notices are published in local papers and the London Gazette and a period of time is allowed to elapse so that people may consider the proposals. If there are objections, a public inquiry is held by an inspector – a civil servant and qualified planner – who hears and considers the objections and reports to the Minister. The Minister, in due course, decides whether or not to approve the plan and what if any modifications should be made. Once his seal is set upon a development plan, all development which departs substantially from it must be open to objection from the public; people whose interests are affected may demand a public inquiry into the departure. This does not, however, imply that permission for any development in accordance with the plan will automatically be granted. The local authority may refuse permission despite its provisions it they see good reasons for doing so.

Branch (1983) assim define *comprehensive planning*:

> O adjetivo *comprehensive* significa que a maior, mais complexa, e mais difícil forma de *city planning*, inclui conceitualmente e analiticamente os principais elementos da cidade que determinam suas atividades atuais e seus futuros desenvolvimentos.
>
> [...]
>
> *Comprehensive planning* no futuro incluirá um centro de planejamento urbano contendo informações relevantes, um instrumento que integre fortemente os planejamentos de todas as secretarias e empresas municipais, refletindo o continuo envolvimento de legisladores, como uma de suas principais responsabilidades, com o planejamento da cidade, e sua ativa participação na efetivação e no seu sucesso.
>
> Elementos relevantes para o *comprehensive city planning* estão associados com a administração pública, o planejamento urbano e regional, a gestão de negócios, engenharia, e a maioria das ciências técnicas e sociais. (p. 1 e 5)[22]

Nesta definição o termo amplo (*comprehensive*) vincula-se ao conceito de planejamento da cidade, e não de desenvolvimento. Nossa avaliação é que Branch expõe um conceito de *city planning*, que já é uma revisão, no sentido de atualizá-lo como proposta de intervenção na cidade, pois em 1980 o planejamento urbano já estava seriamente desacreditado e as ações de *urban renewal* (renovação urbana) que se seguiram ao *city planning,* vinham sendo duramente criticadas desde os anos 60 (JACOBS, 2003) e principalmente a partir dos anos 70, como causadoras de gentrificação (HARVEY, 1980).

Claire (1969) expõe o conceito quando este está sendo utilizado nas práticas cotidianas de planejamento.

> Muitos e diferentes termos são utilizados no campo do planejamento urbano. Alguns deles são "city", "community", "metropolitan", "regional", "master", comprehensive", e outros. De fato estes termos identificam a área que está sendo planejada, e todos têm metas comuns e usam procedimentos semelhantes. Um programa completo de planejamento para uma área envolverá uma análise das tendências do passado e condições atuais existentes para determinar desvantagens e vantagens; previsões para necessidades futuras baseadas no potencial de crescimento e em padrões modernos, e um plano mostrando localizações em geral e extensão de infra-estrutura, incluindo uso do solo. (p. 11)[23]

E um pouco mais adiante, na descrição do processo de planejamento o mesmo autor dirá:

> **Passos no Desenvolvimento do Plano**

[22]The adjective *comprehensive* signifies that this highest, most complex, and most difficult form of city planning encompasses conceptually and analytically the principal elements of the city that determine its current activities and future development. /…/ Comprehensive planning in the future will include a city planning center containing relevant information, closely integrated planning by all municipal agencies, reflecting continuous concern by legislators with city planning as one of their primary responsibilities, and their active participation in its successful effectuation. Reference materials relevant to comprehensive city planning are associated with public administration, urban and regional planning, business management, engineering, and most of the technical and social sciences.

[23]Many different terms are used to describe the field of urban planning. Among them are "city", "community", "metropolitan", "regional", "master", "comprehensive", and others. Actually, these terms identify the area that is being planned, and all have common goals and use similar procedures. A sound planning program for any area will involve an analysis of past trends and existing conditions to determine defects and advantages, forecasts of future needs based in potential growth and modern standards, and a plan showing general location and extent of the needed facilities, including the use of landing.

> A descrição de vários elementos do plano não indica necessariamente a seqüência em que cada tarefa será realizada. Os elementos podem ser logicamente agrupados numa ordem como a que segue:
>
> 1. Metas e Objetivos – determinação.
> 2. Estudos básicos – mapas básicos, informações sobre uso do solo, economia, demografia e considerações sobre o meio ambiente.
> 3. Análise – com o desenvolvimento das informações e sua confrontação com planos de desenvolvimento de instâncias de governo superiores, como união, estado e região, as metas e objetivos são reavaliados e ajustados quando necessários.
> 4. Planos gerais – preparação incluindo uso do solo, transporte, infra-estrutura e equipamentos públicos, e algum plano específico se necessário e o programa de investimento financeiro.
> 5. Instrumentos de implementação – lei de zoneamento, lei de parcelamento do solo, código de obras, códigos habitacional e sanitário e programas de renovação urbana.
> 6. Informação pública e acompanhamento – manutenção da população informada sobre as principais constatações e novas propostas, publicação do plano e revisões e audiências públicas. Obviamente o plano deve ser ajustado a partir da alteração das condições iniciais e o processo de planejamento deve ser contínuo.
>
> Nos últimos anos o Estado de Nova York criou uma publicação periódica do *comprehensive plan* que descreve estes processos em detalhe. (p. 28)[24]

Ao estabelecer os passos para o desenvolvimento do *comprehensive plan*, Claire determina um instrumento que trata de todas as questões que envolvem o desenvolvimento urbano, ainda que sejam tratadas de forma genérica, e determina o detalhamento da legislação de controle urbano, a definição de quais serviços públicos serão realizados e obras necessárias, sejam de implantação de infra-estrutura ou de renovação urbana, além de vincular recursos e estabelecer controle público das decisões e acompanhamento da implementação do plano.

Mas o "plano amplo", o "plano abrangente" é um plano físico-territorial, não abarca o planejamento de modificações econômicas e sociais, como o "planejamento urbano" americano.

Portanto, o plano compreensivo é um plano de desenvolvimento, e este em nada difere do modelo inglês adotado após a 2ª Grande Guerra. O principal plano de desenvolvimento inglês, o Administrative County of London Development Plan de 1951 é abordado no capítulo III.

Em 1968 o SERFHAU publicou um trabalho denominado "Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local no Brasil". No anexo era sugerido um roteiro básico para o desenvolvimento dos planos locais de desenvolvimento integrado.

Somente houve três diferenças entre a proposta e o roteiro apresentado por Claire (1969): não eram definidos metas e objetivos a priori, não era sugerida a criação de um órgão de gestão do planejamento que coordenasse planos de diferentes esferas de governo, ainda que se recomendasse que o plano local fizesse essa integração e não era sugerida forma de acompanhamento e controle público do plano.

---

[24] **Steps in Developing Plan**
The description of the several elements of the plan does not necessarily indicate the order in which the work would be undertaken. The elements might logically be grouped into a sequence as follows: 1) Goals and objectives – determination. 2) Basic Studies – base maps, land-use data, economy, population and environmental considerations. 3) Analysis – with the data developed in the basic studies and checking with plans developed by larger governmental agencies such as state, region and county, the goals and objectives restudied and adjusted where necessary. 4) General Plans – prepared including the land use, transportation, community facilities, and any special planning studies, and the capital improvements program. 5) Implementation Devices – zoning ordinances, subdivision regulations, building, housing and health codes and urban renewal program. 6) Public Information and Continued Planning – public kept advised of all major findings and proposals by new items, publications and public hearings. Obviously, the plan must be adjusted to meet changing conditions and thus planning is a continuing process.
Within the past few years, the State of New York had issued a publication on the comprehensive plan which describes this process in considerable detail.

Mesmo assim é importante ressaltar que deveria ser elaborado preliminarmente um estudo que apontasse os problemas da cidade a serem enfrentados pelo plano, o que caracterizava o estabelecimento de um objetivo a priori; e o "local" do plano local integrado não era entendido como um município ou uma área urbana, mas sim como um agrupamento de municípios, uma micro-região, que se constituiria como o menor território de planejamento.

O roteiro era dividido em três grandes partes: o Estudo Preliminar, Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Projeto Setorial. O roteiro em essência era semelhante ao proposto nos Estados Unidos, e o exemplo brasileiro detalhava de forma exaustiva os tipos de pesquisas e estudos preliminares que precisavam ser realizados. Este roteiro está analisado no Capítulo VI desta tese.

Podemos entender assim que Planejamento Compreensivo e Planejamento Integrado foram usados na década de 1960 como sinônimos, o que levou muitos pesquisadores a utilizar "compreensivo" para adjetivar o planejamento que foi realizado nos anos 60 e 70.

Veremos que os planos desenvolvidos pelo escritório de Harry Cole seguem a matriz anglo-saxônica de muito perto, formato que não foi utilizado nos planos desenvolvidos por outras empresas privadas de planejamento. Esta discussão está no capítulo VIII desta tese.

3. Bibliografia citada nesse capítulo

ALMADOZ, Arturo – *Orientações teóricas do urbanismo na América Latina nas primeiras décadas do século XX*. In MACHADO, Denise Pinheiro, COUTINHO, Rachel e PEREIRA, Margareth (org) – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB, 2003.

BENELOVO, Leonardo – As origens da urbanística moderna. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

BRANCH, Melville C. – Comprehensive City Planning – introduction & explanation. Washington/Chicago: American Planning Association Press, 1983.

BRITO, Saturnino de – Notes sur le Tracé Sanitaire des Villes. Paris: Imprimerie et Libraire Centrales des Chemins de Fer/Imprimerie Chaix, 1916

CAMBRIDGE Advanced Leaner's Dictionary – Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAMPBELL, Scott e FAINSTEIN, Susan S. – *Introduction: The Structure and Debates of Planning Theory*. In CAMPBELL, Scott e FAINSTEIN, Susan S. – Readings in Planning Theory. Oxford, GB: Blackwell Publishing, 2003.

CHERRY, Gordon Emanuel – The Evolution of British Town Planning. Londres: Leonardo Hill Books, 1974. (Royal Town Planning Institute Edition)

CHERRY, Gordon Emanuel – 1996 – Town Planning in Britain since 1900: the rise and fall of the planning ideal. Oxford. GB: Blackwell Publishers, 1996.

CLAIRE, Wm. H. – Urban Planning Guide. Nova York: ASCE Urban Planning and Development Division/Committee on Review of Urban Planning Guide, 1969.

CLAUDIUS-PETIT, Eugène – *Pour un plan national d'aménagement du territoire*. In ALVERNE, Christel e MUSSO, Pierre – Les grandes textes de l'aménagement du territoire et de la décentralisation. Paris: DATAR, 2004.

COLLINS, George R. e COLLINS, Christiane C. – *Camillo Sitte y el nacimiento del urbanismo modern*. In SITTE, Camillo – Construccion de Ciudades según Principios Artisticos. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. (edição original em ingles 1965)

CULLINGWORTH, J. Barry e NADIN, Vincent – Town and Country Planning in The UK. Londres/Nova York: Routledge, 1997. (edição original 1994)

DAL CO, Francesco – *De los parques a la región*: Ideologia progresista y reforma de la ciudad americana. In CIUCCI, Giorgio et al – La Ciudad Americana de la guerra civil al New Deal. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1975.

DAUPHIN, Patrick e JACOTEY, Christian – Propriétaires et Constructeurs devant L'Urbanisme et L'Action Foncière. Paris: Ed. J. Delmas et Cie, 1974.

FERNANDES, Ana – *Urbanismo Contemporâneo no Brasil*: entre o negócio e o direito. In MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro et al (orgs) – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: Ed PROURB, 2003.

HARVEY, David – A justiça social e a cidade. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980. (edição original em inglês 1973)

JACOBS, Jane – Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (edição original em inglês 1961)

LE CORBUSIER – Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (edição original em francês 1923)

LE CORBUSIER – Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (edição francesa original de 1930)

LEME, Maria Cristina da S. – Planejamento em São Paulo: 1930 – 1969. São Paulo: FAUUSP, 1982. (dissertação de mestrado)

LEME, Maria Cristina – *A formação do pensamento urbanístico no Brasil*, 1895-1965. In LEME, Maria Cristina (org.) – Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: FUPAM/Studio Nobel, 1999.

LEPETIT, Bernard – *Arquitetura, Geografia, História*: Usos da Escala. In SALGUEIRO, Heliana A (org) – Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001.

MANIERI-ELIA, Mario – *Por una ciudad "imperial"*: Daniel H. Burnham y el movimiento City Beautiful. In CIUCCI, Giorgio et al – La Ciudad Americana de la guerra civil al New Deal. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1975.

MEYER, Regina M. Prosperi – *Urbanismo* – à procura do espaço perdido. In Revista USP, n.º 5. São Paulo: Ed. USP, 1990, Mar./Abr./Mai., p. 11/20

MODESTO, Hélio e LORDELLO DE MELLO, Diogo – *Mentalidade de Planejamento no Brasil*. In Leituras de Planejamento Urbano e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

PEREIRA, Margareth – Notas *sobre o Urbanismo no Brasil*: construções e crises de um campo disciplinar. In MACHADO, Denise Pinheiro, COUTINHO, Rachel e PEREIRA, Margareth (org) – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB, 2003.

PEREIRA, Rubens de Mattos – *Integração do Planejamento Físico no planejamento Governamental*. In Leituras de Planejamento Urbano e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

PROCHNIK, Wit-Olaf – *Formação de Planejadores*. In Leituras de Planejamento Urbano e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ – *Sixteen Principles for the Restructuring of Cities*. In OCKMAN, Joan (ed) – Architecture Culture 1943-1968: a Documentary Anthology. Nova York: Columbia University Graduate School of Architecture, Planning and Preservation, 2007. (texto original de 1950)

ROTIVAL, Maurice – *Planification et Urbanisme*. In Revista Urbanisme (revue française). Paris: 33º Ano, 1964, n.º 82/83, p. 42/45.

SCHERER, Rebeca – Da intervenção na Cidade ao Planejamento Urbano. São Paulo: texto mimeo, 1991. (palestra realizada para o Grupo de Estudos Urbanos do Instituto de Estudos Avançados – IEA – USP em 18 de Abril de 1991)

SEGAWA, Hugo – Oswaldo Arthur Bratke. São Paulo: ProEditores, 1997.

SILVA, Lúcia – História do Urbanismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2003.

TAFURI, Manfredo – *Introducción: El proyecto histórico*. In TAFURI, Manfredo - La esfera e el laberinto. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

WHITTICK, Arnold (ed) – Encyclopedia of Urban Planning. Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1974.

Capítulo II

Sobre o Urbanismo e a Formação do Urbanista no Rio de Janeiro

(1900-1954)

Vem, ó velho Malta/saca-me uma foto/pulvicinza efialta/desse pouso ignoto.
Junta-lhe uns quiosques/mil e novecentos,/nem iaras nem bosques/mas pobres piolhentos,
(...)Que essas vias feias/muito mais que sujas/são tortas cadeias/conchas caramujas/
(...)Velho Malta, please,/bate-me outra chapa:/hotel de marquise/maior que o rio Apa.
Lá do acento etéreo/Malta, sub-reptício/inda não te fere/o super edifício
Que deste chão surge?/Dá-me seu retrato/futuro, pois urge.
Carlos Drummond de Andrade (A um hotel em demolição)

Sumário do Capítulo II

4. Sobre o Urbanismo e o Planejamento Urbano no Rio de Janeiro
   1.5 O Rio e o Urbanismo do começo do século até o Plano Agache
   1.6 Do Plano Agache ao Ministério de Educação e Saúde Pública
   1.7 A difusão do modernismo
   1.8 A institucionalização do urbanismo como um campo de atuação: engenheiros versus arquitetos
5. Sobre a formação do arquiteto urbanista neste período
   2.3 O Curso de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes
   2.4 A Faculdade Nacional de Arquitetura
      2.4.1 O Curso de Urbanismo da FNA
6. Bibliografia citada neste capítulo

1. Sobre o Urbanismo e o Planejamento Urbano no Rio de Janeiro

O período que abordamos neste capítulo tem sido intensamente estudado pela historiografia. Isso fica claro quando descrevemos alguns episódios, para os quais existem várias fontes de consulta.

Nosso objetivo com esse capítulo não é inovar em relação à abordagem que vem sendo feita, ainda que nos posicionemos em alguns momentos de forma diversa de outros autores.

Pretendemos somente traçar o pano de fundo de acontecimentos em torno da vida e da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro que levam a um tipo de cultura arquitetônica e urbanística em que estavam mergulhados os alunos da Faculdade Nacional de Arquitetura nos anos 1950, onde Harry Cole foi fazer seu curso de graduação.

1.1 O Rio e o Urbanismo do começo do século até o Plano Agache

Figura 1 - Avenida Central – década de 1920 – à esquerda ao fundo vê-se o Morro do Castelo e à direita o Morro de Santo Antônio

Foto de Augusto Malta/Acervo Museu Histórico Nacional

No início do século XX o centro da cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de transformações urbanísticas, no intuito que tinha a República em transformá-la em um modelo de metrópole.

No Governo de Rodrigues Alves, entre 1903 e 1906, parte da cidade colonial carioca foi destruída para abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. O Prefeito era Pereira Passos e o engenheiro responsável pelas obras, Paulo de Frontin. Os dois tinham sido colegas no curso de engenharia da Escola Politécnica e se formado no final de 1870. A abertura da avenida e a destruição do casario colonial era parte do discurso de transformar a capital num lugar com ordem e higiene, no intuito de promovê-la como uma nova Paris de Haussmann, que Pereira Passos conhecera de perto.

Mas a transformação da cidade, que se apoiou em uma legislação de 1903 que permitiu arrasar com os cortiços e casas de cômodos do centro da cidade, foi feita através de atitudes autoritárias como o fechamento da Câmara.

A convergência de propósitos entre poder executivo autoritário e técnicos também autoritários, atuando num processo de modernização da cidade iniciava-se e acompanhou o desenvolvimento do urbanismo no Rio na maior parte do século XX.

A transformação da cidade, com objetivos que são estéticos, mas também de saneamento, vai ser capitaneada no começo do século por engenheiros e médicos, e no Rio estes grupos vão ter a primazia na discussão da transformação das cidades e no desenvolvimento da política para as áreas urbanas.

O local de discussão e divulgação das idéias, do grupo de engenheiros, foi o Clube de Engenharia. Este Clube teve um papel preponderante e hegemônico no debate sobre os rumos a dar à cidade.

> Criado em 1880 com o objetivo de "promover o congraçamento de engenheiros e industriais", o Clube se tornou um centro de discussão dos problemas nacionais, com o debate de temas ligados à modernização do país, em especial a sua infra-estrutura urbana: ferrovias, esgotos, transportes, iluminação, gás e reforma urbana de maneira mais geral.
>
> A afirmação dos engenheiros como agentes dessa obra que se classificava como "civilizatória" se daria no âmbito do Congresso de Engenharia e Indústria, um dos eventos comemorativos do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900. (MOTTA, 2002, p. 198)

Paulo de Frontin, ao ser indicado para coordenar os trabalhos de abertura da avenida, era o presidente do Clube de Engenharia.

Pode-se identificar nesse momento uma predominância de engenheiros na discussão da cidade, na discussão do urbanismo e na instituição desse campo como atividade do Estado.

Mas isso não significa que os arquitetos estavam ausentes no debate sobre as transformações da cidade, pois ao se instituir o concurso de fachadas para a nova avenida todos os profissionais da construção civil se fizeram representar entre os jurados, como a Escola Politécnica, o Clube de Engenharia e a Escola Nacional de Belas Artes.

Os vencedores do concurso tinham em comum propostas vinculadas à tradição eclética do Beaux-Arts.

Também os novos edifícios para a Avenida foram projetados por arquitetos, engenheiros e construtores, e alguns foram responsáveis por um grande número de projetos, como o arquiteto Adolfo Morales de Los Rios que foi autor de vinte e um. (SANTOS, FERREZ et al, 1982).

Foi feito um concurso de projetos para vários prédios públicos, entre eles o Teatro Municipal (projeto de Francisco Passos, filho de Pereira Passos), a Escola Nacional de Belas Artes – hoje Museu de Belas Artes (projeto de Morales de Los Rios), a Biblioteca Nacional (projeto do general Souza Aguiar) e a Câmara Municipal (projeto do engenheiro Archimedes Memória). (OLIVEIRA, 2002)

Inaugurava-se assim um período de intervenções e mudanças na Capital Federal que continuou nas décadas seguintes.

Em 1920, sendo presidente Epitácio Pessoa e prefeito da cidade o engenheiro Carlos Sampaio, começa-se a discutir nos meios intelectuais e técnicos a necessidade de haver um plano para o ordenamento e o saneamento da cidade. O mote foi o Centenário da Independência, em 1922.

Uma discussão em pauta era a demolição do Morro do Castelo, onde se pretendia criar uma esplanada que seria utilizada para a construção dos pavilhões da exposição de 22. A abertura da Avenida Central demolira uma pequena parte do morro e outra parte foi demolida quando a exposição foi realizada naquele local, mas o restante só seria demolido na década de 30.

Figura 2 - Desmonte do Morro do Castelo – década de 1920

Foto: Augusto Malta, Acervo Museu Histórico Nacional

O prefeito Carlos Sampaio realizou várias obras no Rio, mas a que mais mobilizou a opinião pública foi o desmonte do Morro do Castelo. Surgiram com isso disputas pela intervenção na cidade, entre o Prefeito e o Conselho Municipal.

Este último, que era assessorado pelo Clube de Engenharia, do qual Carlos Sampaio fora presidente, refletia a mudança que se dera entre os seus membros, que se desentenderam com Sampaio por este ter resolvido que o trabalho de desmonte seria feito pela Prefeitura[25].

A realização da obra foi possível graças ao apoio dado pelos setores conservadores da opinião pública, para quem o desmonte significava moralizar e higienizar a região (retirada de prostitutas, lavadeiras e pais de santo), e também, graças ao apoio de boa parte dos profissionais da área de engenharia, que viam a obra como agente transformador da cidade sem ordem, transformando-a numa cidade racional e moderna. (SILVA, 2003 e MARINS, 2002)

Ainda que o desmonte tenha terminado somente durante a Ditadura Vargas, esse governo ficou conhecido como o que fez o desmonte.

> A Escola Politécnica, fundada em 1874, não participou dos debates sobre a remodelação da cidade, apesar de acompanhar a demolição do Morro do Castelo. Mesmo tendo em seus quadros um professor que no momento era o prefeito, a escola preferiu discutir a inovação técnica do desmonte, e não propriamente o plano sobre a cidade.
>
> /.../
>
> A escola acompanhou o arrasamento, via estudos de técnicas de demolição, mas não internalizou a discussão sobre a necessidade de um plano para a cidade. A Arquitetura, por intermédio da Escola Nacional de Belas Artes e do IAB, participou ativamente da remodelação da cidade ao projetar todos os pavilhões do Centenário. Para isso, foi necessária a fundação de uma instituição que assegurasse a lisura do concurso de fachadas promovido pela prefeitura. Essa instituição foi denominada inicialmente de IBA, Instituto Brasileiro de Arquitetos, passando em 1924 a denominar-se Instituto Central de Arquitetos. Somente em 1936 passou a chamar-se IAB. (SILVA, 2003, p. 51/52)

Percebe-se assim que enquanto a militância dos engenheiros na transformação da cidade era feita pela ótica sanitarista, a dos arquitetos se dava pela estética.

A discussão sobre o desmonte impulsionou modificações na estrutura administrativa da Prefeitura no governo seguinte (Alaor Prata), o que resultou na criação de comissões para estudo e propostas de solução para os problemas que a cidade enfrentava. Foram criadas as comissões do Plano, da Carta Cadastral, a de Circulação e Ônibus e a do Código de Obras. Essas comissões eram formadas pelos funcionários da Diretoria de Obras e Viação, e principalmente nas três últimas havia técnicos que participavam de mais de uma comissão.

Foi nos Congressos de Higiene, o primeiro realizado em 1923 e o segundo em 1924, que apareceu uma definição por parte de um engenheiro carioca para o termo urbanismo. O urbanismo passa a ser relacionado à racionalização da cidade pelo Estado e pensado como um ramo da engenharia,

[25] Os trabalhos técnicos foram contratados, mas o acompanhamento e planejamento foram feitos pela Prefeitura, o que era excepcional para a época.

destacando-se de uma idéia corrente vinculada às belas artes, ao embelezamento da cidade e aos arquitetos.

Quem utiliza o termo e assim o define, em artigos na imprensa, é o Engenheiro Armando de Godoy, urbanista e funcionário da prefeitura do Distrito Federal, coordenador da Comissão do Código de Obras, que foi um profissional reconhecido e admirado nestas décadas, e que se tornou referência para a questão do urbanismo, sendo muito entrevistado pelos jornais[26].

> Foi neste período que o termo Urbanismo começou a circular entre os técnicos municipais. Atrelado à nova concepção de gestão, o Urbanismo seria utilizado pelo grupo, principalmente por Godoy, como elemento que os diferenciavam dentro da máquina administrativa. (SILVA, 2003, p. 69)

A Comissão do Plano foi formada por representantes da sociedade civil e funcionários da Prefeitura e não chegou a desenvolver um plano para a cidade. Armando de Godoy, que também era um de seus membros, sempre que possível colocava-se publicamente pela necessidade da realização de um plano de melhoramentos para a cidade.

No final da década de 20 dela participavam técnicos que tiveram um papel importante nos anos seguintes, como Lucio Costa, José Mariano Filho, Archimedes Memória, Attílio Côrrea Lima, Henrique de Novaes, entre outros.

Foi nesse processo de discussão do urbanismo ,quando se ouvia mais a voz dos engenheiros do que a dos arquitetos, que a administração seguinte, de Antônio Prado Junior, convidou Donat Alfred Agache para elaborar um plano de remodelação para a cidade.

Silva (2003) credita a Godoy a indicação do nome de Agache para elaborar o plano, no momento em que este procurava resolver as disputas políticas em torno de sua elaboração dentro da Comissão. A solução era a contratação de um nome consagrado e externo aos vários grupos. Agache contou com o apoio dos membros da Comissão e da quase totalidade dos engenheiros.

Os arquitetos se manifestaram contra a contratação do arquiteto francês, através do ICA – Instituto Central de Arquitetos. A Escola de Belas Artes inicialmente também se manifestou contra, mas após sua direção ter sido assumida por José Mariano Filho mudou sua posição; pois este, junto com Godoy, era um dos defensores na Comissão da contratação de Agache.

Agache foi contratado em 1925 e no escritório que montou no Rio trabalharam vários profissionais brasileiros, entre eles, Afonso Eduardo Reidy, então estudante, e Attílio Côrrea Lima recém formado.

Em novembro de 1928 Agache terminou o plano de urbanização para o Castelo (contratado juntamente com o plano para a cidade), e em 29 esse trecho e outras áreas centrais da cidade começaram a entrar em obras.

A discussão pela sociedade do plano de remodelação do Castelo foi muito polêmica, mas levou a opiniões, como as expressas pela revista O Cruzeiro, de que o plano era acertado, de que ter

[26] Armando de Godoy tem vários artigos publicados na revista carioca "Arquitetura e Urbanismo", nos exemplares de 1936.

planejamento urbano era necessário e que, ao se seguir um plano, a cidade caminharia para um futuro radioso. A imprensa já se configurou nessa época como um espaço para a discussão do papel do planejamento e do urbanista no desenvolvimento da cidade.

> "Officiellement mon cher Pimenta, tu n'as rien vu", disse-me Agache após ter feito passar ante meus olhos todos os desenhos, projectos, perspectivas e maquettes, de cujo emmaranhado surge, pouco a pouco, a visão maravilhosa do Rio de Janeiro de amanhã.
>
> Agache e o nosso Prefeito temiam que um plano ainda em simples delineamento, exposto a uma opinião pública ainda não bem preparada, fosse mal apreciado.
>
> Contradictei porém ambos com tal ardor ou taes argumentos que, cansados ou convencidos, elles calaram-se sorrindo.
>
> E quem sorri não desapprova.
>
> /.../
>
> Indubitavelmente o plano geral de transformação e desenvolvimento de nossa cidade, projectado para ser concluído dentro de 30 a 50 anos, constituirá um forte e nobre élo entre a geração de hoje e as gerações vindouras, encadeando os sentimentos da nacionalidade, desenvolvendo a consciencia social do povo, fortalecendo enfim a alma brasileira.
>
> Lendo as plantas e contemplando o grande esboço que encerra a concepção geral do novo Rio de Janeiro, senti que Alfred Agache havia compreendido bem as possibilidades formidaveis de progresso de nosso paiz.
>
> /.../
>
> Previsão scientifica, realmente, deve ser o plano de transformação de desenvolvimento de uma cidade.
>
> /.../
>
> Sabe-se aliás que a funcção característica do urbanista é conjugar as necessidades materiaes da cidade com as exigencias superiores da intelligencia.
>
> Alfred Agache conseguiu plenamente tal objectivo no traçado de transformação de nossa Capital.
>
> /.../
>
> O Rio de Janeiro terá majestade e harmonia pela singular expressão artística com que no novo plano são resolvidos todos os seus problemas urbanos.
>
> /.../
>
> Vencendo a rotina, sujeitando a architectura ás imposições e caprichos da moderna sciencia de construir, expandindo emfim livremente um anhelo de progresso e de perfeição, de conforto e de arte, Agache valeu-se da area devoluta resultante do desmonte do Castello para ensaiar um systema de urbanização original que consubstancia as idéias mais adeantadas e mais logicas das tendencias actuaes.
>
> /.../
>
> Desembaraçada do morro de Santo Antonio, polypo que lhe difficulta a respiração, kysto que lhe enfeia a physionomia, reconheci as mesmas ruas, os mesmos bairros, as mesmas tradições da cidade; mas sobre o intrincado destas obras, sem desrespeito ao passado, sem desdem pelo sentimento brasileiro, havia o traço do progresso, a confiança em um grande destino, traduzida pela trama das novas avenidas, ruas e boulevards, cuja connexão inteligente estimulava a vida e a expansão de nossa capital e cuja expressão de beleza honrava a moldura inconfundivel e esplendida com que Deus presenteou a terra carioca para a alegria e felicidade de seus habitantes.
>
> Mas o Rio de Janeiro de amanhã será tambem o recreio e a ventura dos forasteiros que desejem nutrir o espírito e encher o coração.
>
> Será o grande orgulho do Brasil e a mais linda metropole do mundo. (O CRUZEIRO, 1928)

O Plano para toda a cidade foi entregue por Agache ao novo governo no final do ano de 1930. Essa conduziu a uma discussão sobre a viabilidade de sua implementação, mas ela ficou restrita à Comissão do Plano da Cidade.

Ao mesmo tempo em que Agache terminava e entregava o Plano, Le Corbusier fazia conferências em Buenos Aires, em viagem que fez à América do Sul, e a convite de Morales de Los Rios fez duas conferências no Rio de Janeiro.

Em sua visita ao Rio, Corbusier educadamente enfatiza sua admiração e amizade por Agache (LE CORBUSIER, 2004), mas sua proposta para a cidade difere totalmente daquilo que estava sendo proposto.

Santos (1981) descreve da seguinte maneira a impressão que lhe deu o arquiteto nesse momento:

> Assistimos às conferências. Cerca de duas horas cada uma. Lógica implacável. Lucidez total. A maioria de nós ouvimo-lo perplexos. Le Corbusier já tinha atingido o ápice de sua carreira. /.../ Agache na primeira de suas conferências tinha relacionado quais fossem (*sic*) as funções urbanas: circulação, respiração, digestão. Le Corbusier apresentou o problema de maneira diferente, deslocando a questão da cidade para o *homem* e sua maneira de viver; *habitar, trabalhar, cultivar o corpo e espírito, circular*. Estigmatizou a Academia com palavras que lembravam as que havia escrito três meses antes e serviriam de prefácio ao primeiro volume (1910-1929) das suas obras completas:
>
> [citando Le Corbusier escreve] "A Academia faz ainda de seu caminho o bulevar de Haussmann. Ela estabelece os planos para uma trajetória triunfal em Paris, que termina na Praça de L'Étoile. Ela tem necessidade de honras e de troféus, ela esquece que Paris se enfraquece a cada dia, alquebrada pelas máquinas. Nesta cidade em grande perigo, serão preparados os cortejos e os desfiles triunfais. A tuberculose se instala nos bairros pobres. Para que tantos troféus?.... Mas uma nova arquitetura nasceu. Expressão do espírito de nosso tempo. A vida é mais forte."[27] (p. 100/101, grifo do autor)

Contemporaneamente, o registro que temos dessas conferências é o que Le Corbusier escreveu sobre elas em seu livro Précisions[28], publicado originalmente em 1930.

Falando de suas conferências no Rio, em determinado momento, ele escreve o seguinte:

> Ora, ao largo do Rio, retomei meu bloco de desenhos; desenhei os morros e, entre eles, a futura auto-estrada e o grande circuito arquitetônico que a sustenta e os picos, o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Gávea, o Gigante Deitado eram exaltados por essa impecável linha horizontal. Os navios que passavam, edifícios magníficos e ágeis dos tempos modernos, encontravam lá, suspensos no espaço, acima da cidade, uma resposta, um eco, uma réplica. Tudo começava a falar, sobre as águas, a terra, o ar. Tudo falava de arquitetura. Esse discurso era um poema de geometria humana e de imensa fantasia natural. O olho enxergava alguma coisa, duas coisas: a natureza e o produto do trabalho do homem. A cidade se anunciava por uma linha que somente ela é capaz de cantar com o capricho veemente dos morros: a horizontal. (LE CORBUSIER, 2004, p. 258)

Pelo que escreveu, como pelos desenhos, o que impressiona e faz refletir o arquiteto nesse momento é o edifício e a paisagem, e não a cidade em seus problemas sanitários e sociais.

Nos dois primeiros governos do século XX, no Rio de Janeiro, é flagrante a primazia dos engenheiros na definição e condução das políticas para a cidade. Os engenheiros são prefeitos e os que se encarregam das obras, e esta elite participava e dirigia o Clube de Engenharia.

---

[27] L'Académie a fait encore da percée du boulevard Haussmann. Elle établit les plans de la route triomphale à Paris, qui se terminera à l'Étoile. Elle a besoins d'honneurs et des trophées, elle oublie que Paris s'anémie tout les jours, brisée par la machine. Dans cette ville en plein danger, on prépare des cortèges et des triomphes. La tuberculose est dans les quartiers pauvres. A quoi servent tant de trophées?...Mais une nouvelle architecture est née. Expression de l'esprit de notre temps. La vie est plus forte.

[28] Publicado no Brasil com o título Precisões pela Cosac & Naify em 2004.

Também nesse período já fica clara uma visão de cidade como um organismo vivo, que deveria ter a intervenção dos higienistas. Os engenheiros, que capitanearam essa visão, colocaram em uso um vocabulário que vinha das ciências médicas, como "sadio", "doente", "normal" e "patológico", por exemplo. (MOTTA, 2002)

Esse vocabulário foi utilizado pelos urbanistas brasileiros durante um longo período e foram considerados preconceituosos e expressão de uma visão ideológica de elite, somente a partir da década de 1980. Na terceira década do século XX configura-se o papel do técnico como detentor do "remédio amargo" capaz de "curar" a cidade e garantir um futuro saudável.

Em relação à arquitetura, no Rio, já havia uma posição que diferia da que pregava a utilização dos estilos históricos, e era representada por José Mariano Filho[29], posição que também Lucio Costa compartilhou neste período. Mas os "Cinco Pontos da Arquitetura" de Le Corbusier, sem dúvida representaram para a platéia que o assistiu nas Conferências de 29 uma postura totalmente nova, ainda que não assimilada nesse momento.

Falando da busca de um estilo nacional, subjacente às comemorações do Centenário da Independência (mas que a nosso ver também permeava o espírito da Semana de Arte de 22 de São Paulo – a questão da brasilidade, Campos (2000) diz que:

> Um tema revelador das alternativas ideológicas colocadas em face dos técnicos brasileiros referia-se à eleição do estilo arquitetônico nacional. As duas tendências presentes na Exposição do Centenário, em 1922, predominariam até os anos 30: de um lado, o ecletismo *Beaux-Arts*, que marcava o ensino na Escola Nacional de Belas-Artes e nas paulistas Escola Politécnica e Escola de Engenharia Mackenzie; de outro, o emergente movimento neocolonial, contando com a militância de José Mariano, no Rio, e de Ricardo Severo, em São Paulo. (p. 9)

Ao olharmos as duas propostas urbanísticas para o Rio, que surgem no final da década de 1920, consideramos que de um lado temos a visão apoiada em Haussmann e com clara inspiração Beaux-Arts[30]; de outro, a cidade-edifício que percorre toda a orla marítima, do centro ao Leblon, proposta urbanística que representava o nascente discurso de Le Corbusier e o urbanismo modernista.

É importante ainda ressaltar que a posição de Le Corbusier é uma posição de força, assim como era a posição de todos os arquitetos modernos ligados aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM. Como uma vanguarda artística que nega veementemente a arquitetura do passado e a contemporânea, pois dela difere, a posição desses arquitetos é autoritária.

Dessa forma não se deve estranhar haver uma certa semelhança entre as convicções dos arquitetos modernos brasileiros e a ideologia do Estado Novo, que veremos a seguir, quando o objetivo é criar um país moderno a qualquer custo.

[29] Grande defensor do neocolonial, como legítimo estilo brasileiro.
[30] Os vários autores que estudaram o Plano Agache não questionam essas influências. (Cf PINHEIRO, 2002)

Figura 4 - Agache – proposta para o Rio – 1929

Fonte: CAVALCANTI, 2001

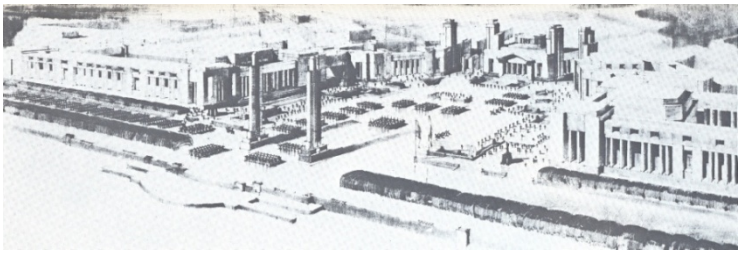


Figura 5 - Agache – proposta para o Rio – 1929

Fonte: EVENSON, 1973

Figura 6 - Le Corbusier – proposta para o Rio – 1929

Fonte: CORBUSIER, 2004

1.2 Do Plano Agache ao Ministério de Educação e Saúde Pública

Em Novembro de 1930 Getúlio Vargas assumiu o poder, através de um processo que passou para a história como a Revolução de 30. A historiografia considera que a revolução significou a derrota das oligarquias rurais, em especial as cafeicultoras, e data em 1930 o fim da Primeira República.

A Crise de 1929 tivera grande impacto sobre o governo anterior e a oligarquia cafeicultora, com a derrubada dos preços do café no mercado internacional, ficou sem possibilidade de manter seus representantes no poder.

Ao assumir o poder, Getúlio procurou dar espaço para os militares e as elites progressistas, que eram urbanas e que defendiam a industrialização do país. Ainda assim medidas autoritárias foram tomadas, como fechamento do Congresso, das Assembléias Estaduais e das Câmaras Municipais. Os militares e as elites progressistas urbanas eram também autoritários.

Segundo Faoro (2000) havia uma compreensão na época – partilhada pelas elites e pela população em geral – de que as "massas" estavam sendo ajudadas, e que o governante detinha o conhecimento sobre as melhores escolhas para o país.

> Para o povo, o chefe de governo aparece como o não-político que, em ágil golpe de capoeira, estatela no chão seus oponentes ou companheiros de jornadas. Na imagem ingênua das ruas, o quadro, antes de ser grotesco, satisfaz aspirações ocultas e vinga agravos anônimos: o homem de casaca, chapéu alto, solene, recebe um golpe certeiro, inesperadamente, chaplinianamente entre as gargalhadas do auditório. Na

> outra face, ou dentro dela, emerge o mito, personificado no protetor das classes desamparadas. No jogo inconseqüente das manobras de cúpula, o 'homem providencial', formado nas entrelinhas da ideologia colorida de utopia do tenentismo, amalgamadas ao povo, o presidente encarna o condutor das transformações, em rumos novos. (FAORO, 2000, p. 330)

Dessa forma, o governante era visto como benigno, com "bons princípios", idéia que fica muito clara quando vemos que Getúlio passou para a história com a alcunha de "pai dos pobres"[31].

Caldeira (1997) considera que a República ao ser instaurada começou a proporcionar aos técnicos o acesso ao poder, que fazem carreiras públicas através de nomeações. Esses técnicos, uma vez nos cargos, frente às dificuldades de implementar medidas impopulares e frente às disputas políticas que as decisões governamentais geravam, revelaram-se também autoritários. De acordo com esse autor, a maioria dos técnicos detestava os políticos e a própria idéia de democracia, pois esta só colocava obstáculos às medidas que consideravam ser necessárias implementar. Mas foi com o governo Vargas que esses técnicos passaram a poder realmente exercer o poder.

> Desde o final do Império, os militares, que eram uma espécie de porta-voz do progresso acelerado, revelaram-se os críticos mais duros do sistema. Considerando-se mais capazes do que os outros para dar um rumo ao país, viam os políticos como desqualificados morais, empenhados apenas na defesa de seus próprios interesses. Essa idéia encontrou eco entre os membros de uma nova classe que, como a militar, tivera um acesso relativamente limitado ao poder na República Velha: os técnicos. Estes acreditavam que seus conhecimentos os capacitavam a dirigir o país sem participar de eleições, nas quais seriam obrigados a "sujar as mãos" em acordos com líderes locais. Para os técnicos, o grande requisito para o comando da sociedade era a erudição, e seus modelos eram pessoas como Osvaldo Cruz, Pereira Passos ou Joaquim Murtinho, os quais não hesitaram em aplicar à força o que haviam aprendido nos livros.
>
> Defendida por militares e técnicos, essa concepção autoritária de governo predominou durante toda a República Velha, e foi reforçada na revolução de 1930. (CALDEIRA, 1997, p.265)

Nessa posição autoritária e de certa forma contraditória, o Governo Vargas criava as bases para o desenvolvimento industrial e para uma sociedade urbanizada, e promulgava uma legislação trabalhista que assegurou ganhos aos trabalhadores urbanos.

Em 1937 Vargas deu um novo golpe e instalou uma ditadura, inaugurando o que ficou conhecido como "Estado Novo". Com isso dirigiu o país por quinze anos ininterruptos, até 1945.

A modernização do Estado e a modernização industrial propiciaram novas intervenções urbanas, e a capital do país voltou a passar por grandes transformações. A questão urbana, o urbanismo, continuava a ser um elemento importante e seus defensores continuaram a ter uma posição privilegiada.

Segundo Harris (1987):

> O sucesso dos primeiros anos do regime de Vargas devia-se à sua habilidade em manter um governo autoritário, similar aos que o fascismo espalhara pela Europa de então, porém temperado por uma certa liberdade intelectual. (p. 54)

[31] Saes (1984) discute esse período de forma um pouco diferenciada, colocando todo o governo de 1930 a 1964 como populista, e nesse sentido diz que Vargas fez alianças com a classe média baixa e com o operariado para conseguir se manter no poder. E coloca ainda que essas classes foram de fato reconhecidas nesse momento como detentoras de direitos e que se tornaram partícipes de fato do poder.

O caráter conciliador de Vargas levou-o a prestigiar tanto os engenheiros como os arquitetos na discussão das medidas necessárias ao "novo" país, dando postos de comando no seu governo para profissionais das duas áreas.

Também regulamentou as profissões de engenheiro e de arquiteto e, com isso, foi realizada uma alteração do currículo das escolas Politécnica (depois Escola Nacional de Engenharia) e Nacional de Belas Artes, no intuito de atender as novas atribuições.

O decreto de 1933, regulamentando a profissão de arquiteto e engenheiro, levou as profissões a um novo status e garantiu somente aos portadores desses diplomas a possibilidade de projetar e acompanhar a construção de edifícios. A luta pela regulamentação da profissão se arrastava desde 1920, e essa vitória permitiu garantir no aparelho estatal um espaço privilegiado para atuação desses profissionais.

Nomeou jovens progressistas para posições importantes, como a indicação de Lucio Costa em 1930, com 29 anos de idade, para a Diretoria da Escola Nacional de Belas Artes - ENBA. Segundo SANTOS (1981) foi Manuel Bandeira quem indicou Costa a Rodrigo de Melo Franco, que era então Chefe de Gabinete do Ministro Francisco Campos, do recém criado Ministério da Educação e Saúde.

A indicação de Costa é considerada como sendo um importante marco para a divulgação da arquitetura e da arte moderna mais adiante, ainda que ARANTES (2004) nos diga que, naquela época, Costa não tinha uma idéia clara de qual era a proposta para a arquitetura de Le Corbusier.

> [Quando na Europa, em 1926/27] Pôs-se então a estudar a arquitetura da Europa (que não lhe era estranha, depois de ter vivido lá tantos anos), mas, sem ter prestado atenção ao que estava surgindo de novo, tanto que na viagem de volta, participando de um jogo um tanto pueril, em que se tem que adivinhar a palavra a partir da letra inicial sob pena de ser enforcado, não conseguiu se safar por não atinar que o L era de Le Corbusier – episódio que o fizera gravar definitivamente esse nome. Anedota que não se furtava de contar para demonstrar o quanto na época estava alheio às novas tendências... (p. 85)

Nessa época ainda era o neocolonial brasileiro que para ele levava ao moderno. Em uma entrevista que deu ao jornal O Globo, no dia seguinte a sua posse, assim se manifestou:

> Arrasou com o Salão de Belas-Artes e com a orientação da Pintura que, a seu ver, ignorava tudo, depois de Cézanne. "Fazemos coreografia – disse ele -, estilo, arqueologia... casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, tudo, menos arquitetura." ... "Acho indispensável que os nossos arquitetos deixem a Escola conhecendo perfeitamente a nossa arquitetura da época colonial – não com o intuito de transposição ridícula de seus motivos, ou de mandar fazer falsos móveis de jacarandá – os verdadeiros são lindos – mas de aprender as boas lições que ela nos dá de simplicidade perfeita, adaptação ao meio e à função, e conseqüente beleza". (SANTOS, 1981, p. 103/104)

A reforma empreendida no ensino levou Costa a demitir professores da Escola e a contratar novos. Convidou Alexander Buddeus, arquiteto modernista alemão que imigrara para o Brasil em 1930, para a cadeira de Composição de Arquitetura do quinto ano, Gregori Warchavchic para Composição de Arquitetura do quarto ano, Celso Antonio, escultor modernista que depois fez a escultura "O

Homem Brasileiro", colocada no saguão do Ministério da Educação, para a cadeira de Escultura, Leo Putz para uma das cadeiras de Pintura. (Cf SANTOS, 1981)

Gostaríamos de esclarecer que esse episódio é controverso na historiografia, havendo várias versões para a atuação de Costa quando assumiu a direção da ENBA. Enquanto Santos (1981) diz que professores foram demitidos, Harris (1987) diz que os antigos professores foram mantidos, e que foram contratados novos. Da mesma maneira se manifesta Bruand (2003):

> Pretendia-se proporcionar aos seus alunos uma opção entre o ensino acadêmico, ministrado por professores catedráticos, que seriam mantidos em suas funções e o ensino ministrado por elementos mais jovens, identificados com o espírito moderno e que seriam recrutados por contrato. (p. 72)

Koatz (1996) também diz que os professores não foram demitidos, somente afastados de seus postos.

Mas esse afastamento deve ter tido um caráter de demissão, uma vez que Morales de los Rios Filho, um dos demitidos, se queixa em uma reunião da congregação da ENBA de que passou pelos "mais dolorosos e injustos vexames culminado até a suspensão de vencimentos...". (Livros de Atas da Congregação da ENBA 1934-1945: 27 Apud VASCONCELLOS, 1994)

A partir da reformulação do currículo, foi criada a disciplina de urbanismo[32] no curso de arquitetura e o primeiro professor a ministrar este curso foi Attílio Corrêa Lima.

Nessa época, tanto Lima quanto Costa participavam da Comissão do Plano da Prefeitura, onde Costa pôde conhecer melhor as idéias do arquiteto, quase seu contemporâneo, formado em 1925 na ENBA e que tinha ido à Paris em 1927 fazer um curso de urbanismo na Universidade de Paris. Foi depois de sua volta, mas ainda sem ter entregue a tese sobre Niterói, que foi convidado por Costa para integrar o corpo docente da escola.

Não foi a visão de cidade que se começara a discutir em 1928, no CIAM, que Corrêa Lima levou para a ENBA, mas sim uma mais próxima à escola francesa, que estudara no Institut d'Urbanisme da Universidade de Paris, mas que também aprendera de Agache, no curto período em que trabalhara em seu escritório antes de ir à França.

[32] Ainda que a Cadeira de Urbanismo só tenha sido criada em 1932. Nesse ano o concurso então realizado para preencher o cargo foi ganho por José Octacílio de Saboya Ribeiro.

Figura 7 - Projeto de Remodelação da Cidade de Niterói de Attílio Corrêa Lima

Fonte: CORRÊA LIMA, 1932

Dessa forma é certo que a abordagem de urbanismo que Costa levou para a Belas Artes e para o curso de arquitetura através de Corrêa Lima, e de forma intencional, foi a da tradição francesa, tanto a decorrente da estética urbana haussmanniana e beaux-arts mais próxima de Agache[33], não a de Le Corbusier.

Os estudantes da escola, nesse período inovador, foram aqueles que depois formaram a geração de arquitetos cariocas que ficou conhecida internacionalmente, como Oscar Niemeyer, Luis Nunes, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira e Milton Roberto.

Enquanto Costa alterava o currículo e o ensino da Belas Artes, na Prefeitura do Distrito Federal tínhamos a gestão de Pedro Ernesto, eleito para o cargo de Prefeito e opositor a Vargas, que fez uma ampla reforma administrativa e criou a Diretoria Geral de Engenharia. Isso possibilitou a organização dos técnicos, que com o incentivo de Godoy fundaram em 1932 a Revista Municipal de Engenharia, que passou a ter importante papel na divulgação das questões da cidade e na discussão das intervenções. Mas houve na cidade pouca intervenção física durante essa gestão municipal.

A Comissão do Plano da Cidade nomeada em 1932, e que havia iniciado trabalhos de revisão do plano Agache, foi dissolvida em 1934, só voltando a ser criada em 1938, na gestão seguinte.

A partir de 37, com o golpe de Vargas e a instituição do "Estado Novo", a Prefeitura foi entregue a Henrique Dodsworth, que teve uma gestão longa e caracterizada pelo grande número de obras. Ele instituiu o Serviço Técnico da Comissão do Plano da Cidade, que passou a ser chefiado por José de Oliveira Reis, também engenheiro, e que seguia as recomendações de Godoy. Santos (1981) enfatiza a presença nessa comissão de vários arquitetos.

A nova comissão retomou a revisão e adaptou as diretrizes do Plano Agache, sendo que várias recomendações chegaram a ser implantadas.

[33] O professor Henri Prost do Institut d'Urbanisme, que havia trabalhado com Agache no plano de Paris, foi quem orientou o trabalho de Correa Lima.

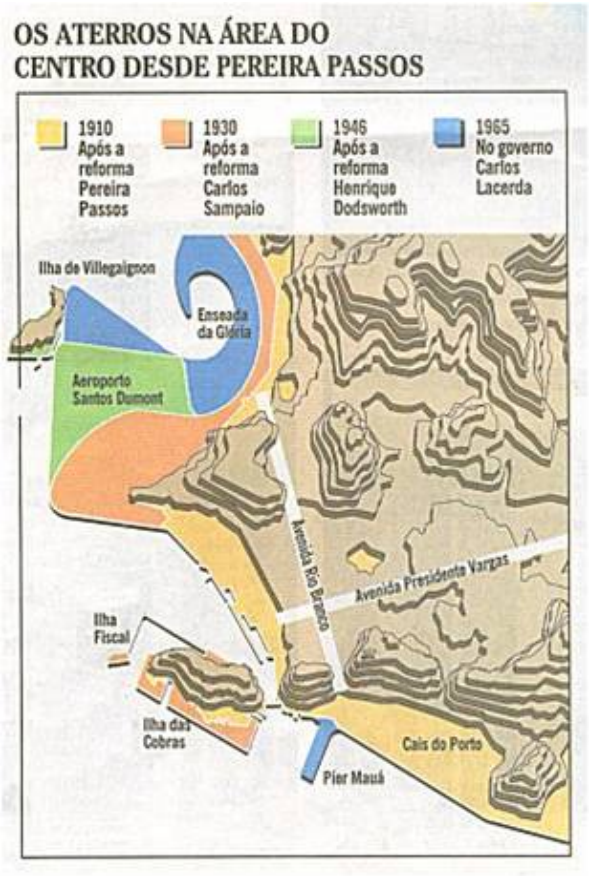


Figura 8 – As modificações no centro do Rio de Janeiro

Fonte: O Globo – 5/11/2005

Entre as intervenções realizadas, para nós a mais importante foi o plano para ocupação da Esplanada do Castelo – área resultante do desmonte do morro e aterro da orla, que se tornou o local privilegiado de construção das obras do Governo Vargas, com a implantação de vários ministérios e edifícios públicos.

O plano de urbanização seguiu em parte o Plano Agache na definição do sistema viário. A construção do aeroporto Santos Dumont, a que a Comissão do Plano era contrária, comprometeu parte do projeto.

Mas foi ali que se deu o embate entre a arquitetura do Beaux-Arts e a Corbusiana, no projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública (depois Ministério da Educação e Cultura e hoje Palácio Capanema). A remodelação da área do Castelo colocou, lado a lado, a arquitetura de caráter eclético (vinculada aqui a um engenheiro) e a arquitetura moderna (vinculada aos arquitetos do grupo de Lucio Costa).

É importante colocar o quanto, a nosso ver, esse embate tem de pessoal. O concurso do projeto do edifício do Ministério de Educação tinha sido ganho por Archimedes Memória, engenheiro e professor de projeto na Escola Nacional de Belas Artes – onde deu aula inclusive para Lucio Costa. Memória

pertencia ao grupo de professores que ele tinha colocado de lado ao assumir a direção da escola, por seu "passadismo", e cuja revolta levara à demissão de Costa poucos meses depois de assumir.

O projeto de Memória foi feito no estilo "marajoara", estilo que buscava valorizar nossas raízes indígenas, ainda que tenha tido uma menor expressão. Segundo Harris (1987), Memória utilizou seu cargo como diretor da ENBA para empunhar a bandeira do nacionalismo na arte.

O Ministro Capanema, que realizara o concurso, desistiu de construir o projeto vencedor, segundo SANTOS (1981), por influência de modernistas como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Rodrigo de Melo Franco e Carlos Drummond de Andrade. Já Harris (1987) diz que a influência se deve a Saturnino de Brito Filho, Maurício Nabuco e Domingos da Silva Cunha, que fizeram sérias críticas ao projeto, quando consultados por Capanema. O Ministro então pagou o projeto vencedor, mas contratou Lucio Costa para fazer um novo.

Esse embate, além de seu caráter personalista, se dá neste momento entre duas formas de conceber a arquitetura, com os modernos sendo apoiados amplamente pelo Ministro Capanema.

A arquitetura moderna em sua vertente corbusiana, parece ter sido a grande descoberta de Lucio Costa após ele ter promovido o Salão de Arte Moderna de 1931, pois ele não assistira as conferências de Le Corbusier em 1929.

Segundo Arantes (2004) foi a partir daí, e de seu trabalho junto com Gregori Warchavchik, que Costa começa a pensar nessa nova linguagem.

> Essas lições bem assimiladas [de Le Corbusier] logo transparecem tanto nos textos e memoriais quanto nos projetos. Aliás, talvez o mais importante efeito deste aprendizado: Lucio Costa que não havia prestado atenção à vinda ao Brasil, em 1929, do arquiteto suíço, passados sete anos, vai propor a Capanema trazê-lo para ser ouvido sobre o projeto da Universidade e o prédio do Ministério de Educação e Saúde Pública. (p. 90/91)

Santos (1981) relata que, ao ser convidado por Capanema, Costa chama para trabalhar com ele todos os arquitetos modernistas que tinham participado do concurso e sido desclassificados, como Carlos Leão, Jorge Moreira e Afonso Reidy. A eles se agregam logo depois Oscar Niemeyer e Ernani de Vasconcelos.

> [...] todos participantes do reduto purista (a expressão é de Lucio) que, de 1931 a 1935, para estudo das obras de Mies Van der Rohe, Walter Gropius e principalmente Le Corbusier, se reuniam num escritório fundado por Lucio e Leão, a que se agregaria, quando associado a Lucio, Warchavchic. (p. 109)

Mas o projeto elaborado pela equipe não agradou Costa, que então foi convencer Capanema a trazer Le Corbusier.

Em 1936 Le Corbusier voltou ao Brasil e fez seis conferências no Rio[34] para uma platéia de intelectuais, muitos arquitetos, onde discutiu a importância do urbanismo e desenvolveu as idéias para a cidade que havia apresentado no 4º CIAM de 1933, e que foram publicadas em 1942 (Carta de Atenas).

Enquanto fazia as conferências Corbusier desenvolvia com a equipe um novo projeto, mas o projeto final, que foi construído, difere do projetado por Le Corbusier, como é sabido.

Em 1942, concluída a construção da sede do Ministério de Educação e Saúde, a arquitetura moderna brasileira passa a atrair a atenção internacional, impulsionada pela exposição em 1943 Brazil Builds no Museum of Modern Art de Nova York, que depois percorreu vários países. Essa exposição chegou a Londres em 1944 e levou a revista londrina The Architectural Review a dedicar um número à produção brasileira de arquitetura.

Foi essa exposição que revelou a arquitetura moderna brasileira, primeiro no exterior e depois no Brasil, e foi esse sucesso que fez com que no Brasil a arquitetura moderna adquirisse grande visibilidade nos anos 50.

Essa posição é defendida por Rocha (2006) e Martins (Apud ROCHA) que ao falar da identificação da arquitetura brasileira moderna como arquitetura moderna carioca, diz que:

> E ao que tudo indica (dialeticamente?) o reconhecimento internacional de nossa arquitetura, juntamente com a narrativa mítico-historiográfica que a acompanha – Philip Goodwin e *Brazil Builds*, Yves Bruand e *L'Architecture Contemporaine au Brésil*, etc – têm um papel nada secundário na construção de seu "relato heróico" e, nesse sentido, "compreender a lógica de montagem da narrativa historiográfica é reconstituir o processo da construção hegemônica de um projeto particular que se converteu em projeto brasileiro"[35].

Também na Prefeitura do Distrito Federal o ideário da arquitetura moderna se infiltrava. Em 1940 Affonso Eduardo Reidy assumiu a diretoria do Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal e levou para o órgão, e para projetos que posteriormente ali foram desenvolvidos, a postura arquitetônica de seu grupo.

Mas a arquitetura modernista no Rio não se vinculava somente a Reidy, Niemeyer e Costa. Em 1943, por exemplo, foi concluído o Aeroporto Santos Dumont, projeto de 1937 dos irmãos Roberto, outra obra de forte influência modernista e com grande publicidade.

Na cidade do Rio de Janeiro, a arquitetura patrocinada pelo Governo Vargas, tinha um caráter dúbio que podia ser apreciado num pequeno trecho da cidade. A Esplanada do Castelo era a síntese dessa modernização urbana.

---

[34] As conferências foram a forma legal de viabilizar a contratação de Corbusier. A revista carioca "Arquitetura e Urbanismo", no seu exemplar de Setembro/Outubro de 1936, traz a relação dos assuntos abordados por Le Corbusier em cada conferência.

[35] Essa passagem, segundo Rocha, encontra-se no artigo "Hay algo de irracional..." de Carlos Martins, publicado na Revista Block, de Buenos Aires, n.º4, em Dezembro de 1999)

Lá estavam o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Aeroporto Santos Dumont, mas também os novos Ministérios – da Fazenda[36], do Trabalho e da Guerra, a Central do Brasil e o Palácio Duque de Caxias, todos construídos de acordo com os padrões estéticos ecléticos dos manuais de estilo do final do século XIX.

A divulgação da arquitetura moderna no Rio se fez de várias formas. Uma delas foi a Revista Municipal de Engenharia, editada na década de 1930 pela engenheira Carmem Portinho, que publicou os projetos para o concurso de Affonso Eduardo Reidy e dos arquitetos Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos, e fez sua ampla defesa. A revista acusava o júri de escolher projetos cujas características estavam sendo rejeitadas na Europa.

Era esse o clima de discussão sobre arquitetura no Rio ao término do Estado Novo, ano em que Harry Cole faz quinze anos.

1.3 A difusão do modernismo

Em 1945 foi restaurada a normalidade democrática e o Brasil passa a ser governado por Eurico Gaspar Dutra, mas de fato quem ainda continua mandando no país através de dois partidos políticos por ele criados (Partido Social Democrata e Partido Trabalhista Brasileiro) é Getúlio Vargas.

Em 1950, em eleições livres, Getúlio novamente foi eleito presidente. Até 1954, quando se suicida, vai estabelecer uma série de medidas de caráter nacionalista, como a criação da Petrobrás.

Surgiu nesse período uma forte divisão, em termos ideológicos, entre dois grupos. O primeiro propunha um desenvolvimento baseado na industrialização, mas de forma autônoma, com forte proteção à indústria nacional e com investimento do Estado em áreas estratégicas como petróleo, siderurgia, transportes e comunicações, além de ser uma posição de distanciamento em relação aos Estados Unidos. Esse grupo se denominava nacionalista.

O outro grupo defendia uma política liberal, com menos intervenção do Estado na economia e uma abertura do país ao capital estrangeiro e uma proximidade dos Estados Unidos. Esse grupo era denominado pelos nacionalistas de "entreguistas".

Essa divisão vai acompanhar as discussões políticas durante todo o período democrático, até que em 1964, com a tomada do poder pelos militares, o grupo liberal, vinculado aos Estados Unidos, chega ao poder. Um personagem importante do grupo liberal é Roberto Campos, que anos mais tarde, como ministro de Planejamento do governo Castello Branco, levou Harry Cole para trabalhar com ele.

A arquitetura moderna de Niemeyer vai ser entendida como a representação da brasilidade, por seu caráter distinto do modernismo de outros países. Essa identificação, além das posturas defendidas pelo IAB, colocaram os arquitetos do lado dos "nacionalistas", postura que o IAB/Guanabara carregou inclusive durante a ditadura militar.

[36] O prédio do Ministério da Fazenda foi construído em estilo neoclássico, mas o concurso de projeto foi ganho por Wladimir Alves de Souza e Eneas Silva, que apresentaram um projeto modernista. Neste caso foi o moderno que foi descartado (Cf KOATZ, 1996, p. 34)

No Distrito Federal, nesse período segundo Rezende (2000), começam a surgir inúmeros artigos que colocam a importância do planejamento urbano. Um dos urbanistas que assim se manifesta é José Octacílio Saboya Ribeiro, professor de Urbanismo na Faculdade Nacional de Arquitetura.

> No final da década de 40, de qualquer forma, o Rio de Janeiro não conta com um plano orientador para o seu crescimento. Saboya Ribeiro[37] defende o zoneamento vinculado a um plano diretor com estreita relação com a densidade e utiliza os E.U.A. como exemplo e também um plano de abertura de avenidas como os de Christopher Wren para Londres (séc. XVII), L'Enfant para Washington (séc. XVIII) e Haussmann para Paris (séc. XIX). (p. 4)

Apesar dessa visão de projeto urbano vinculada ao Beaux-Arts e ao movimento Cidade Bela, Saboya Ribeiro, em 1943, em artigo publicado na Revista de Engenharia denominado "Os Núcleos Residenciais do Futuro", propôs um conjunto habitacional para o bairro da Gávea, utilizando princípios modernistas.

Mas os arquitetos cariocas que claramente discutirão os princípios do urbanismo modernista da Carta de Atenas serão Adalberto Szilard e José Oliveira Reis, que publicam, em 1950, o livro "Urbanismo no Rio de Janeiro".

Nesse livro, segundo Rezende (2000), fazem um apanhado do desenvolvimento do urbanismo moderno e utilizam a denominação moderno para falar das propostas afinadas com a Carta de Atenas, ainda que também considerem propostas orgânicas desenvolvidas por Saarinen[38] como modernas.

Ainda é citado no livro Gaston Bardet, cuja metodologia de investigação das cidades era utilizada pelo movimento Economia e Humanismo e seria trazida posteriormente pelo padre Louis Josep Lebret para São Paulo e outros estados, através da SAGMACS. Mas de acordo ainda com a autora, as conclusões do livro apontam pela defesa da visão de cidade dos anglo-saxões.

> Compara as propostas de Le Corbusier, concentração e alta densidade, e Frank Lloyd Wright, dispersão e baixa densidade, para concluir – o que podemos entender como síntese – que constituem propostas radicais, tornando-se necessário voltar para os urbanistas que propuseram melhoramentos nas cidades existentes: Patrick Geddes, Lewis Munford e Werner Hegemann. Alerta, de qualquer forma, para a necessidade de rejeição do urbanismo baseado em Haussmann, incapaz de contemplar as diversas dimensões da cidade. (REZENDE, 2000, p. 9)

As propostas urbanísticas modernistas serão desenvolvidas nessas décadas (40 e 50) por Lucio Costa e pelo grupo de arquitetos cariocas próximos a ele. Projetos da Cidade Universitária têm Costa como principal profissional brasileiro envolvido, ainda que seja produto de uma equipe, enquanto que o Parque Guinle é projeto exclusivamente de Costa.

O projeto para urbanização da área do desmonte do Morro Santo Antônio e do Aterro do Flamengo é de Affonso Eduardo Reidy, que chefia o setor de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal.

---

[37] Rezende cita o trabalho Urbanização do Rio de Janeiro e o Problema do Tráfego publicado na Revista de Engenharia em 1948.

[38] No final da década de 40 circulava entre os alunos da FNA e por eles era discutido, ainda que não tivesse sido indicado pelos professores, o livro "La Ciudad" de Eliel Saarinen, publicado em língua espanhola em 1948. (KOATZ, 1996, p. 83/84)

A proposta, que foi parcialmente implantada na década de 60, tem fortes inspirações modernistas, com um sistema viário de grande porte ladeado por edifícios-lâmina ou em *redent* soltos nos lotes.

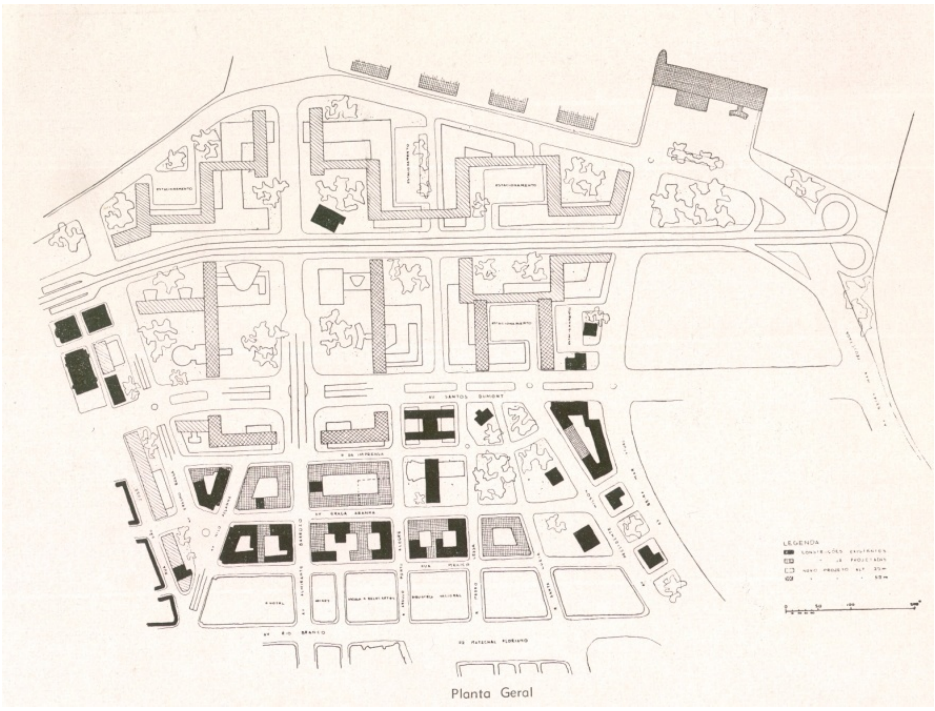


Figura 9 - Projeto para a urbanização da área do desmonte do Morro de Santo Antônio de Affonso Eduardo Reidy

Fonte: Revista Municipal de Engenharia, 1938 n.º 5

Acreditamos então que foi somente no final da década de 1940 e na seguinte, que o modelo urbanístico do CIAM começou a ser interpretado e utilizado no Rio de Janeiro pelos arquitetos modernos, ainda que vários arquitetos continuem a desenvolver projetos modernos mais próximos da tradição anglo-saxônica da cidade jardim.

Mas é importante ressaltar o papel pioneiro que representou o projeto para a Cidade dos Motores, de Josep Lluis Sert, de 1945. O projeto utiliza vários elementos preconizados na Carta de Atenas, como separação das funções, sistema viário de grande capacidade e edifícios residenciais soltos em quadras arborizadas, numa abordagem do espaço da quadra sem relação com a rua tradicional. (Cf FREIXA, 1997)

O urbanismo moderno, já se opondo claramente ao modelo Beaux-Arts, estava consolidado, mas não exprimia um único pensamento sobre a cidade, uma visão de consenso, existindo projetos modernos com elementos do urbanismo dos CIAM e outros mais de acordo com a tradição cidade-jardim.

1.4 A institucionalização do urbanismo como um campo de atuação: engenheiros versus arquitetos

Leme (2003) e Silva (2003) consideram que o campo do urbanismo no Brasil se constitui num processo que separa uma concepção mais vinculada à engenharia de outra mais vinculada à arquitetura.

A concepção "da engenharia" miscigenaria a preocupação sanitarista do começo do século, as preocupações estéticas de Camilo Sitte, Haussmann, Werner Hegemann e do movimento americano Cidade Bela.

Contudo, todas estas características podem ser encontradas no projeto de Goiânia de Attílio Corrêa Lima de 1933, que era engenheiro-arquiteto formado na Escola Nacional de Belas Artes, ou nos projetos de cidades novas de Milton Roberto, também engenheiro-arquiteto e filiado à arquitetura moderna dos CIAM.

Já a concepção urbanística "da arquitetura" seguiria os ditames da Carta de Atenas, mas também do *zoning* americano, ainda que este compareça nas duas abordagens. Mesmo considerando que o engenheiro Anhaia Mello se debata pela instituição de um zoneamento para São Paulo nas primeiras décadas do século (Cf FELDMAN, 2005), o único exemplo de engenheiro, que propôs nessa época no Brasil uma cidade com características do modernismo dos CIAM, foi Carmem Portinho, que em 1936, no seu trabalho de formatura no Curso de Urbanismo da Universidade do Distrito Federal projetou uma nova capital para o país inspirada na Ville Radieuse de Le Corbusier. (SEGRE, 2001)

Leme (2003) coloca que o urbanismo no Brasil se constitui a partir de dois campos disciplinares, o da engenharia e o da arquitetura, este a partir da segunda metade do século XX.

Ao fazer essa divisão diz que o urbanismo "da engenharia" tem características próprias em cidades diferentes, respondendo a questões que são locais. Mas enfatiza, nos exemplos de São Paulo e Rio de Janeiro, a necessidade de controle e organização do território, a busca de uma cidade com características Haussmannianas ou Beaux-Arts, além da preocupação com o saneamento urbano e com "uma cultura técnica em engenharia sanitária e urbanismo mais adiantada", no caso específico das intervenções propostas por Saturnino de Brito Filho.

Segundo LEME ainda, a visão mais próxima do campo da arquitetura, aquela vinculada pelos CIAM, só vai estar claramente presente no Brasil, no projeto de Lucio Costa para Brasília, em 1957, ainda que neste período alguns projetos trabalhem parcialmente as recomendações dos Congressos, como é o caso de projetos para conjuntos habitacionais e cidades universitárias.

Concordamos com Leme que considera que a construção do Ministério da Educação e Saúde Pública não pode ser tomada como exemplo do aparecimento no Brasil, na década de 1930, de uma nova visão de cidade, a que seria chamada de funcionalista. Segundo ela essa nova posição só vai aparecer nas escolas de arquitetura no final dos anos 40, quando elas se transformam em faculdades de arquitetura e urbanismo.

Silva (2003) também faz essa distinção entre engenheiros e arquitetos, mas ela não se refere a campos disciplinares e sim a dois espaços de atuação diferentes.

A pesquisadora, que reflete somente sobre o Rio de Janeiro, considera que um campo de atuação, o dos engenheiros, se forma dentro do aparelho do Estado, na Prefeitura do Distrito Federal. Ali será o local de atuação de Paulo de Frontin e Carlos Sampaio, e posteriormente de vários outros

engenheiros que se sobressaem nas discussões sobre um plano para a cidade, na Comissão do Plano criada por Carlos Sampaio e mantida até a administração de Dodsworth, excetuando o período do governo municipal de Pedro Ernesto.

O outro grupo, o dos arquitetos, foi liderado por Lucio Costa e composto por arquitetos formados na Escola Nacional de Belas Artes, e atuaram como urbanistas no papel de assessores predominantemente.

Coloca ainda que enquanto o primeiro grupo perseguia uma visão de cidade "de conjunto", do plano, o segundo tinha uma atuação restrita a um pequeno espaço, como é o caso do Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja visão urbanística fica restrita ao lote e ao seu entorno imediato.

Tanto Maria Cristina Leme quanto Lúcia Silva vinculam aos arquitetos o modernismo de Le Corbusier e a visão de cidade dos CIAM.

Rezende (1999) pontua as principais preocupações que tinham os engenheiros, citando os artigos que estes publicavam nas principais revistas da época que discutiam a cidade, a Revista Municipal de Engenharia (já citada) e a Revista Brasileira de Engenharia, editada entre 1920 e 1942. Os temas referiam-se ao saneamento, entendido então como abastecimento de água, retirada dos esgotos, drenagem pluvial e principalmente drenagem das áreas de mangue da cidade. Mas também, a partir de 1941, engenheiros falariam sobre o conjunto das obras que estavam sendo realizadas no centro do Rio de Janeiro e a importância de serem vistas em conjunto. Os engenheiros iriam discutir ainda, na década de 1940, a circulação viária, o transporte público e a necessidade de construção de um metrô.

Mas temos que reconhecer que existem outros elementos para se pensar a formação do campo do urbanismo no Brasil e sua legitimação como instrumento para transformar as cidades "caóticas" do capitalismo.

Temos no mesmo espaço temporal a convivência entre manifestações mais tradicionais e acadêmicas e outras mais modernas, entre manifestações modernas de diversas naturezas, e ainda que a cidade dos CIAM, que é Brasília, tenha um caráter emblemático para todos os que pensam a consolidação do urbanismo no Brasil moderno, Brasília não é a única cidade nova construída no Brasil, nem a proposta de Lucio Costa para Brasília foi a única apresentada.

Na formação desse campo, em sua conceituação, vários personagens representaram papéis aparentemente contraditórios, ao pensarmos numa classificação a priori, o que de fato sinaliza que uma divisão esconde uma boa parte dessa história.

Como exemplo, Lucio Costa foi um dos membros da Comissão do Plano da Cidade ("dos engenheiros"), e Attílio Correia Lima, com uma postura nessa época mais próxima das tradições acadêmicas, foi convidado por Costa para dar aulas em 1931 na cadeira de Urbanismo do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas-Artes. E a partir de 1940 o diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura foi Affonso Reidy, um arquiteto, e moderno, chefiando o espaço institucional dos engenheiros.

E é interessante notar que enquanto em São Paulo a Escola Politécnica formava engenheiros e engenheiros-arquitetos, no Rio era a Escola de Belas Artes que formava engenheiros-arquitetos.

Mas o campo do Urbanismo no Brasil não foi formado somente pela atuação de profissionais da arquitetura e da engenharia. Outras categorias profissionais participaram como os médicos. Como já dissemos foram os Congressos de Higiene os primeiros a considerarem a questão do urbanismo enquanto ciência no Rio de Janeiro.

Também entidades e associações das mais diversas tiveram seu peso. Pereira (2003) aponta como partícipes dessa discussão o Rotary Club, por exemplo. Silva (2003) cita ainda o Touring Club, o Automóvel Club e o Centro Carioca[39].

Nas palavras de Pereira (2003):

> É o próprio exercício de problematizar a cidade como território da vida social que, pouco a pouco, vai fomentando, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, um movimento muito mais amplo de reflexão e ação sobre a vida em sociedade e, em paralelo, incita a organização, como vimos, de uma "nebulosa" de instituições reformadoras: "associações" filantrópicas, "ligas" cívicas, "clubes" ou "sociedades" profissionais e também "sindicatos" ou "partidos" políticos.
>
> Esse processo compartilhado de observação, avaliação, debate e análise da cidade, desenvolvido em certas geografias, em certas regiões, em certos países, constrói pouco a pouco um movimento amplo de "reforma" social e urbana que não pode ser compreendido, entretanto, a partir de uma lógica apenas de classe (as elites letradas, a burguesia); de categorias profissionais (médicos higienistas, engenheiros, funcionários), de associações filantrópicas ou cívicas, de movimentos operários ou dos partidos políticos ou, até mesmo, de necessidades nascidas dentro do sistema capitalista. (p. 68)

Evidentemente existem marcos que colocam a discussão sobre o urbanismo em evidência.

No Rio de Janeiro esses marcos foram: a abertura da Avenida Central (Rio Branco), o desmonte do Morro do Castelo, a elaboração do Plano Agache, a construção dos túneis da zona sul, o desmonte do Morro de Santo Antônio e a implantação do parque no Aterro do Flamengo. Todas essas intervenções foram polêmicas, em todas elas os profissionais e outros agentes da sociedade civil escolheram lados muitas vezes opostos, discutiram, apresentaram argumentos e elaboraram conceitos, que possivelmente na discussão seguinte já os levou a uma postura diferenciada.

As entidades de classe também se posicionaram, muitas vezes apoiando seu corpo dirigente que podia estar ocupando posições de poder.

Outro espaço de discussão foram os Congressos dos vários profissionais envolvidos.

Consideramos dessa forma que não houve no Rio de Janeiro uma divisão entre engenheiros e arquitetos no estabelecimento dos fundamentos teóricos do urbanismo ou do campo de atuação do urbanista.

O que houve foi que determinados profissionais que estiveram em evidência até a década de 1930 eram em sua maioria engenheiros, e a partir de 1930 os arquitetos, com a arquitetura moderna, começam a ganhar visibilidade pública.

[39] Fundado em 1917, até 1930 procurou se manifestar sobre todos os assuntos importantes através de seus principais sócios, e no governo Vargas se concentrou na discussão dos problemas da cidade. Era formado mais por arquitetos do que engenheiros. Com posições nacionalistas se colocou contra a contratação de Agache, e sua atuação política se dava junto ao Legislativo, diferentemente do Rotary que procurava atuar junto ao Executivo. Atraiu para seus quadros José de Oliveira Reis e Armando Godoy, entre outros. (Cf SILVA, 2003)

Mas sem dúvida foi o movimento moderno no urbanismo, tanto o vinculado às tradições cidade jardim, como especialmente o vinculado aos ditames da Carta de Atenas que, a partir da década de 1950, garantiu certa hegemonia aos arquitetos na discussão sobre os rumos a dar às cidades.

Nossa avaliação é que nestes anos de formação do urbanismo como campo de atuação para os arquitetos – do começo do século até a década de 50, não houve no Rio de Janeiro, e conseqüentemente no Brasil, já que esta cidade por longo tempo foi o centro da cultura letrada no país, uma visão de cidade hegemônica, permanecendo a tradição Beaux-Arts convivendo com propostas com características modernas.

E por causa disso os professores responsáveis pela formação dos arquitetos nos anos 1950, na Faculdade Nacional de Arquitetura defendiam a visão Beaux-Arts de cidade e a tradição moderna vinculada ao ideário cidade-jardim, mas não a cidade moderna dos CIAM.

O item dois desse capítulo procura explicar essa posição.

2. Sobre a formação do arquiteto urbanista neste período

2.1 O Curso de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes

A Faculdade Nacional de Arquitetura foi criada em 1937, mas só em 1945 foi instalada. Antes disso o curso fazia parte da Escola Nacional de Belas Artes.

Criada em 1816, como Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, a escola passou por várias reestruturações, principalmente após a Proclamação da República.

Em 1890, a primeira reforma do período republicano, alterou o seu nome para Escola Nacional de Belas Artes. Em 1901 foi reformulado seu ensino, passando o curso de arquitetura a ter uma duração de seis anos.

Ele desenvolvia-se em três módulos. O primeiro, denominado Curso Geral e freqüentado por todos os alunos da escola, durava três anos e continha disciplinas introdutórias práticas e teóricas, como desenho geométrico, história das artes, geometria descritiva, perspectiva e sombras, entre outras. O segundo módulo, denominado curso preparatório de arquitetura, tinha duração de dois anos e as disciplinas: cálculo, mecânica e resistência dos materiais, noções de topografia, desenho topográfico, história e teoria de arquitetura e sua legislação, higiene das habitações, materiais de construção, tecnologia das profissões elementares e estereotomia. E finalmente o terceiro módulo era o curso prático de arquitetura, com as disciplinas composição e desenho de arquitetura e trabalhos práticos correspondentes.

A reforma de 1915 diminuiu o número de anos do curso e levou algumas disciplinas de arquitetura para o "curso básico", destinado a todos os alunos da escola.

Naquele ano a escola passou a ter no curso geral as seguintes disciplinas:

1º ano – Desenho geométrico e aguadas, História das Belas Artes e Desenho Figurado.

2º ano – Noções de História Natural, Física e Química (aplicações às Artes), Desenho de Ornatos e Elementos de Arquitetura; Geometria Descritiva e Primeira aplicações às Sombras e à Perspectiva, Escultura de Ornatos e Desenho Figurado.

3º ano – Desenho de Composições Elementares de Arquitetura, Geometria Descritiva Aplicada (perspectiva), Escultura de Ornatos, Matemática Complementar, Desenho Figurado e Princípios de Modelo Vivo.

O Curso Especial de Arquitetura, cursado a seguir, tinha duas séries de disciplinas. A primeira contava com as disciplinas: Construção: Materiais, Estudo experimental de sua resistência e Tecnologia das Profissões Elementares e Processos Gerais de Construção, Grafo-estática, Estabilidade das Construções, Geometria Descritiva Aplicada e Topografia; e Composição de Arquitetura.

A segunda série era composta pelas disciplinas História e Teoria da Arquitetura, Legislação da construção, precedida de Noções de Economia Política e Composição de Arquitetura. Os cursos de Composição de Arquitetura poderiam se prolongar por quantos anos o professor achasse necessário, até que o aluno fosse considerado habilitado.

O currículo do Curso de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes foi novamente modificado em 1930, período em que Lucio Costa, por nove meses, esteve em sua direção. Conhecida como reforma Francisco Campos, ela instituiu uma nova grade curricular, cuja principal alteração foi eliminar os cursos em comum com Pintura e Escultura e retirar algumas disciplinas que claramente ensinavam os alunos a copiar estilos históricos.

A nova grade foi composta pelas seguintes disciplinas: Matemática Superior, Resistência dos materiais – Grafo-estática – Estabilidade das Construções, Materiais de Construção – terrenos e fundações, Física aplicada às construções – Higiene da Habitação, Teoria da Arquitetura, Urbanismo, Legislação das construções – Contratos e administração – Noções de Economia Política, geometria descritiva – Aplicação às Sombras – Perspectiva – Estereotomia, Elementos de Construção – Tecnologia – Prática de Materiais, Sistemas e Detalhes de Construção – Desenho Técnico – Orçamento e Especificações, Topografia – Arquitetura Paisagística, Estilo, Arquitetura Analítica, Composição de Arquitetura (grau mínimo) Composição de Arquitetura (grau médio e máximo).

Costa, ao assumir a direção da Escola em 12 de dezembro de 1930, fez mudanças não só no currículo como também no corpo docente, cujo objetivo, que declarara ao aceitar o posto, era tornar o curso mais identificado com a arquitetura moderna. Sua atuação foi muito conturbada, pois afastou e demitiu professores, e contratou novos.

Contratou Alexander Buddeus, Gregori Warchavchik, Celso Antonio e Leo Putz. Não existem registros de quais professores foram afastados ou demitidos (Cf VASCONCELLOS, 1994), mas os professores contratados por Costa passaram a dar cursos em paralelo aos do currículo, esvaziando as disciplinas existentes.

As cadeiras que tiveram cursos paralelos na arquitetura foram Pequenas Composições de Arquitetura, cujo curso original era dado por Paulo Pires e o curso paralelo passou a ser dado por Affonso Eduardo Reidy; e a disciplina Grandes Composições de Arquitetura, da qual Archimedes Memória era titular e cujo curso paralelo passou a ser dado por Warchavchik.

Santos (1981) diz que Buddeus e Warchavchik fizeram uma revolução dentro da escola:

> Buddeus introduziu as revistas *Form e Modern Bauformen*, com novo vocabulário plástico de sólidos geométricos elementares e nova técnica de apresentação: exata, pura, que começou a ser adotada dentro e fora da Escola e continua em uso até hoje. Ele era partidário da escola "racionalista ou funcionalista". "A fachada dizia, deve ser o reflexo da planta". (p. 104)

Uma vez diretor, ao incentivar uma abordagem da arquitetura mais vinculada à arquitetura modernista, Costa também desagradou José Mariano Filho – um dos grandes defensores do estilo colonial brasileiro e seu amigo de longa data, que começa então a atacar Costa pelos jornais. Seu único apoio eram os estudantes, que chegaram, em 1931, a pedir a Frank Lloyd Wright que se

manifestasse, quando esse esteve no Brasil em viagem que fez para julgar o concurso internacional para construção do Farol de Colombo, que seria construído em São Domingo, República Dominicana.

Sendo atacado de um lado pelos professores e de outro por antigos correligionários pelos jornais, Costa não conseguiu ficar muito tempo na direção da Escola, e aproveitando-se de algumas disposições legais do estatuto da ENBA, os professores conseguiram com que Costa fosse demitido em 18 de setembro de 1931. Com ele também foram demitidos os novos professores. (Cf BRUAND, 2003)

Santos (1981) acredita que sua passagem pela escola introduziu a arquitetura moderna ainda que com muitos percalços.

> Com a construção dessa casa [casa de Warchavchic na Rua Toneleros no Rio], os pronunciamentos de Wright, o ambiente de tensão na ENBA, a projeção de vários dos participantes nos episódios, a cooperação da imprensa, a perplexidade simpatizante dos arquitetos e acima de tudo o prestígio moral de Lucio Costa e a força que emanava de suas convicções, estava definitivamente lançada a arquitetura moderna.
>
> [...]
>
> Mas só em teoria, porque na prática a arquitetura que resultou dessa interpretação tinha muitas falhas: - basculantes de ferro com vidros estreitos translúcidos mas não transparentes, barravam a visibilidade dos jardins e transformavam as casas em prisões; janelas de canto convencionais; óculos inspirados nas vigias dos navios e pilotis encaixados a martelo, não tinham outro propósito a não ser o de parecer *modernos* ... (p. 106, grifo do autor)

Apesar de todos os movimentos para manter Lucio Costa na escola e sua abordagem da arquitetura, e apesar da greve de seis meses que os estudantes fizeram (cujo líder foi Jorge Moreira), os antigos professores conseguiram afastá-lo.

Em 1932, sendo Archimedes Memória diretor da ENBA, foi criada uma comissão na Escola Politécnica para reelaborar o currículo do Curso de Arquitetura. O currículo proposto na reforma de 1931 foi novamente discutido e então implantado na escola.

O novo currículo, de 1933, vigorou até 1945, quando finalmente foi instalada a Faculdade Nacional de Arquitetura. Essa mudança foi ocasionada pela regulamentação da profissão de arquiteto, ocasionando a necessidade de serem incorporadas disciplinas técnicas.

Com a reforma do ensino a Belas Artes passa a contar com dois cursos didaticamente autônomos, o de Arquitetura e o de Pintura e Escultura.

O Curso de Arquitetura voltou então a ser dado em seis anos, e continha vinte disciplinas. O primeiro e o segundo ano tinham o caráter de curso básico, com disciplinas técnicas, de desenho e modelagem. A partir do terceiro ano o aluno começava a ter a disciplina de projeto, que recebia o nome de "Pequenas Composições de Arquitetura". No 5º e no 6º ano, passava-se a ter "Grandes Composições de Arquitetura". No 6º ano aparecia então a disciplina "Urbanismo – Arquitetura Paisagística", ministrada por Attílio Corrêa Lima em 1931, e a partir de 1932, com a saída de Costa e dos professores que contratara, por José Octacílio de Saboya Ribeiro. Somente em 1937 foi criada a cátedra de Urbanismo e o concurso foi ganho por Saboya Ribeiro, que já era professor do curso.

Da mesma forma que houve a manutenção dos antigos professores, a Escola continuou com um ensino cujas referências arquitetônicas vinham das Belas Artes.

Mas a arquitetura moderna começa a se difundir através dos escritórios de projeto dos arquitetos da nova geração, e principalmente a partir da construção do Ministério de Educação e Saúde Pública.

Mello Junior (1961) observa que as conferências de Le Corbusier em 1936 e o projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública levaram a um movimento reformista dentro da universidade e que "funcionalismo" e "racionalismo" passaram a fazer parte das conversas dos estudantes. Com o sucesso internacional da arquitetura dos "modernos" brasileiros, em 1943 (Exposição Brazil Builds), a manutenção da escola na ENBA torna-se insustentável, e assim é finalmente instalada a Faculdade Nacional de Arquitetura.

É importante ressaltar que o Prefeito Pedro Ernesto criou em 1935 a Universidade do Distrito Federal, instituição que incluía o Instituto de Artes, onde foi implantado um curso de Urbanismo e um curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura. O Instituto foi o reduto dos "modernos", pois ele contou

> [...] com a colaboração e participação de artistas e profissionais de renome, como por exemplo, Cândido Portinari, Lucio Costa, Carlos Leão, Celso Antônio, Heitor Villa-Lobos, Guignard, Mário de Andrade e Celso Kelly – seu diretor – que apoiaram a nova e moderna proposta de organização do ensino artístico do país. (VASCONCELLOS, 1994, p. 104/105)

Mas a Universidade foi fechada por Getúlio Vargas em 1939, e pouco sabemos sobre o curso de urbanismo, a não ser que nele se formaram a engenheira Carmem Portinho e o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida. (Cf MACHADO, PEREIRA e SILVA, 2003 e PEREIRA, 2003)

2.2 A Faculdade Nacional de Arquitetura

Criada a Faculdade de Arquitetura em 1945, o currículo foi novamente alterado, mas a alteração foi pouco significativa.

O curso passou de seis para cinco anos e a grade de disciplinas foi "comprimida" em menor tempo.

No primeiro ano os alunos tinham "Matemática Superior", "Geometria Descritiva", "História da Arte", "Desenho Artístico" e "Arquitetura Analítica".

No segundo ano continuava a disciplina de "Arquitetura Analítica" e acrescentava-se "Mecânica Racional", "Teoria da Arquitetura", "Composição de Arquitetura", "Materiais de Construção" e "Sombras, Perspectiva e Estereotomia".

No terceiro ano os alunos continuavam freqüentando a disciplina "Composição de Arquitetura" e a ela eram acrescidas "Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções", Técnica de Construção e Topografia", "Física Aplicada" e "Composição Decorativa".

No 4º ano havia aulas de "Concreto Armado", "Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades", "Legislação e Economia Aplicada", "Arquitetura no Brasil" e "Grandes Composições de Arquitetura", essa ministrada também no 5º ano.

E por fim, no 5º ano, acrescia-se "Sistemas Estruturais", "Urbanismo e Arquitetura Paisagística" e "Prática Profissional e Organização do Trabalho".

> Entre as Disciplinas Básicas, a Matemática Superior preparava para o cálculo em concreto; a Geometria Descritiva, para o desenho técnico e Composição; a História da Arte para a Arquitetura Analítica no conhecimento de estilos; e, por último, o Desenho Artístico, Sombras, Perspectiva e Estereotomia, preparavam para a representação gráfica da Composição.
>
> /.../
>
> As disciplinas da Arte e da Arquitetura: Pequenas e Grandes Composições e Composição Decorativa serviam para exercitar o Projeto de Arquitetura; Arquitetura Analítica tinha por objetivo analisar, através do desenho, os exemplos clássicos e a Arquitetura no Brasil estudava a história desde a colonização.
>
> As disciplinas de Urbanismo (*sic*) eram disciplinas introdutórias ao Curso de Urbanismo e serviam para dar noções básicas dos principais exemplos de urbanismo e paisagismo clássico. (KOATZ, 1996, p. 79/80)

As disciplinas técnicas eram semelhantes àquelas que eram dadas na Engenharia.

Com a criação da Faculdade é criado também o Curso de Urbanismo, reivindicação do IAB e dos alunos, principalmente com o objetivo de resolver a situação dos alunos do antigo curso da UDF, que ficaram sem terminá-lo. Mas este só foi instalado em 1953.

A direção da Faculdade passa para Paulo Pires, mas a escola continua dividindo o espaço físico com a Belas Artes (até 1954), e parte dela aos poucos se instala no Palácio da Reitoria, antigo Hospício dos Alienados, na Praia Vermelha.

Na escola, a disciplina de urbanismo pouco mais era do que noções de história da cidade, uma visão ainda enciclopédica sobre cidades gregas, romanas, medievais, renascentistas, etc.

Segundo Sônia Cole (2006), o curso pouco contribuía para a formação de urbanista, era genérico, superficial.

De fato o curso dado somente no último ano explorava muito as várias visões de cidade e a cidade na história, mas não abordava a cidade preconizada pelos arquitetos do CIAM, por exemplo. Também não abordava noções de sociologia urbana, economia urbana, que posteriormente vieram a fazer parte da experiência da arquiteta, em sua prática profissional, quando a tônica era o planejamento urbano. Talvez seja por isso que Sônia Cole tenha uma lembrança tão desfavorável do curso.

O catedrático, como já dissemos, era o engenheiro José Octacílio Saboya Ribeiro, sendo seu assistente Stélio de Moraes. Quando da instalação do curso de especialização em Urbanismo na Faculdade de Arquitetura, em 1953, foi o mesmo Saboya Ribeiro seu coordenador.

Saboya Ribeiro formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1929 e trabalhou em obras de abertura de rodovias e com abastecimento de água.

Foi membro da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro em 1935, durante o mandato do Prefeito Henrique Dodsworth, período em que se discutiu e adaptou o Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro. Durante o Governo Getúlio Vargas participou da comissão que escolheu os terrenos para implantação da cidade universitária, e para a Praia Vermelha elaborou um ante-projeto de composição geral de uma Cidade Universitária.

Executou um plano para a cidade de Fortaleza, um plano de remodelação e extensão da cidade de Juiz de Fora; um código de obras para a cidade de São Luiz (MA), plano de remodelação e extensão da cidade de São Sebastião (SP). Também projetou alguns bairros, como a "Cidade Jardim de Itaipu" em Niterói, a "Cidade Jardim de Osasco" em Osasco, e o Bairro do Passo d'Areia em Porto Alegre.

Teve vários cargos públicos, a maioria na universidade, onde foi de 1964 a 1967 diretor da Faculdade, membro do Conselho Universitário e da Comissão de Ensino. Na Universidade era catedrático de duas disciplinas; no curso de arquitetura a cadeira era Urbanismo-Arquitetura Paisagista, enquanto que no Curso de Urbanismo sua cadeira era Evolução Urbana. Com esse título publicou um livro onde discorre sobre a formação de cidades de vários momentos históricos, por tipologia, como "as cidades do Império Romano", "as cidades Norte-Americanas", etc.

Também foi membro do Clube de Engenharia, onde foi diretor da Divisão Técnica especializada em Urbanismo.

Entre os projetos urbanísticos que elaborou, um deles foi o plano de urbanização para a esplanada de Santo Antônio, área resultante do desmonte no morro de mesmo nome, mas cujo projeto implantado segue parcialmente o elaborado por Affonso Reidy. Falando de Saboya Ribeiro e desse projeto, o arquiteto Almir Fernandes (2005), que se formou na FNA em 1957, nos disse que:

> O titular era o Saboya Ribeiro que hoje em dia eu respeito muito mais como urbanista. Na época, nós o achávamos uma velharia, o velho estilo de urbanismo e tudo... Ele fez umas coisas muito interessantes aqui no Rio, inclusive a proposta dele para o Morro de Santo Antônio que não vingou tinha uns traços modernistas interessantes, como desenho urbano. Hoje em dia alguns pós-modernistas fazem algo parecido, que é aquela idéia do logradouro e não da esplanada, é a antítese de Brasília. É o urbanista preocupado em criar recintos e logradouros e não preocupado em fazer esplanadas, que é o que o Lucio fez.

Em 1958 além de Saboya Ribeiro e Stélio de Moraes na cadeira de Urbanismo, ensinavam na escola nas várias cadeiras de projeto Archimedes Memória, David Xavier de Azambuja, Lucas Mayerhofer e Paulo Everard Nunes Pires. Nas disciplinas teóricas estavam Paulo Ferreira Santos e Wladimir Alves de Souza. E havia ainda a cadeira de higiene da habitação e saneamento das cidades, entre outras, cujo docente era Nestor de Oliveira Júnior. (Cf FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA, 1958)

Archimedes Memória, formado engenheiro-arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes em 1917 com grandes honrarias, lá passou a ensinar a partir de 1921. Teve grande atuação profissional, projetando edifícios e também projetos urbanos, e desenvolveu um plano urbanístico para a Esplanada do Castelo para a Exposição do Centenário em 1922.

Sua maior atividade como arquiteto foi no desenvolvimento de edifícios, onde projetou, entre outros, o restauro do antigo Arsenal, o projeto da Câmara dos Deputados (Rio), o projeto do Jockey Club do Rio, pavilhões para a exposição do Centenário, a Igreja Matriz de Santa Terezinha e várias residências.

Foi o vencedor do concurso para o Ministério da Educação e Saúde Pública proposto pelo Ministro Capanema, projeto de características neo-clássicas que não foi executado. Esse episódio causou muita mágoa ao arquiteto e segundo Santos (1981) é devido a ele que os brilhantes arquitetos cariocas vinculados ao movimento moderno nunca se transformaram em professores da FNA.

> Essa iniciativa, embora sendo o ponto de partida de uma série de outras que conduziram a nossa arquitetura para o lugar privilegiado que hoje ocupa, não podia deixar de magoar Memória, gerando surdas revoltas e desarmonias, que só vinte anos depois começaram a aplacar, e foram motivo para que não participassem do ensino oficial da Escola, com grande prejuízo para a formação das novas gerações – (e é o que justifica ser contado aqui, porque dá resposta a uma pergunta que a todos intriga) – de arquitetos como Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Jorge Moreira, Reidy, Marcelo Roberto e muitos outros que logicamente deveriam ser os primeiros a lá ingressar. Fizeram-se professores em seus escritórios, acolhendo levas e levas de estudantes estagiários, que ali e em outros escritórios equivalentes, complementaram sua formação. (p. 109)

Acreditamos que Memória teve mais responsabilidade na formação dos urbanistas da FNA do que o próprio Saboya Ribeiro, uma vez que o urbanismo nesse momento era ainda visto principalmente como projeto urbano, e era Memória quem propunha, acompanhava e discutia os projetos urbanos elaborados pelos alunos. Sua cátedra era Grandes Composições de Arquitetura e nela os alunos desenvolviam projetos de conjuntos habitacionais, por exemplo. Acreditamos ser este o motivo do arquiteto Celso Lamparelli (2006) ter nos dito que seu professor de urbanismo era Memória. O mesmo diz o arquiteto Sérgio Porto (1989), que se formou em 1958.

> Os professores de projeto pediam trabalhos no início de cada mês para serem entregues no fim do mesmo mês. O professor de Urbanismo era o Prof. Arquimedes Memória. Eu desenvolvia em poucos dias o projeto, pois eu tinha aprendido com o Prof. Baltar um esquema de variáveis que facilita a composição dos conjuntos urbanísticos. [quando trabalhou na SAGMACS, antes dele ir ao Rio e lá terminar a faculdade] Então eu aplicava essa teoria e com a maior facilidade resolvia o projeto que o Prof. Memória passava como exercício, "projetar um conjunto habitacional para tantas mil famílias, nesse terreno". Então, foi lá que eu exercitei um pouco o projeto urbano, mas com base no que eu havia aprendido com o Prof. Baltar, que era um especialista em urbanismo, cujos conhecimentos orientaram, em grande parte, a pesquisa sobre a estrutura e necessidades da aglomeração paulistana." (LAMPARELLI, 2006)

Lamparelli ao falar do curso de urbanismo que assistiu na FNA em 1956, 57, disse também que se ensinava urbanismo de uma forma muito superficial e que o livro de apoio ao curso era The Urban Pattern: city planning and design, do urbanista inglês Arthur B. Gallion

A edição eletrônica do livro a que tivemos acesso corresponde à edição de 1964[40], onde uma concepção moderna de cidade é colocada. Mas o livro, em sua parte de exemplos históricos e de modelos, no capítulo da cidade industrial, fala dos urbanistas utópicos, do Cidade Bela (City

[40] A edição que copiamos da Internet foi encontrada no seguinte endereço: http://www.archive.org/search.php?sort=creator&query=collection%3Auniversallibrary%20AND%20firstCreator%3AA&page=32 em Setembro de 2007

Beautiful), de Patrick Geddes, de Ebenezer Howard e do movimento cidade-jardim em vários países da Europa e do urbanismo americano de Radburn. Mas também aborda noções de planejamento territorial, como zoneamento, legislação urbanística, planos integrados (comprehensive) e modelos para levantamentos e pesquisas de campo. Aborda ainda padrões de tamanho para o projeto de locais públicos abertos e fechados, bem como de sistema viário. Constitui-se num verdadeiro manual de projeto urbano.

A cadeira de Composição Decorativa era ministrada por David de Azambuja, que era engenheiro-arquiteto formado na ENBA em 1932. Atuou a partir de 1952 em Curitiba, onde fez um curso de extensão universitária, e lá projetou o Palácio Iguaçu, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Filosofia e a Reitoria da Universidade do Paraná.

A Cadeira de Arquitetura Analítica era ministrada por Lucas Mayerhofer, que era engenheiro-arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1927. Fez cursos de especialização na França, no Conservatoire des Arts et Métiers e na École Supérieure de Béton Armé. Esteve a Serviço do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando executou obras de restauração de monumentos da arquitetura religiosa e civil, como a Igreja de São Miguel das Missões, em Santo Angelo (RS) e a Igreja Matriz da cidade de Serro (MG), dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Paulo Pires e Paulo Santos eram engenheiro-arquitetos formados na ENBA em 1926. Em 27, os dois fundaram uma firma de arquitetura, a Pires e Santos S/A.

Paulo Pires era professor da Cadeira de Composições de Arquitetura, tendo sido contratado como professor pela ENBA em 1932 e, em 1938, transformou-se em professor catedrático. Foi membro da Comissão que se pronunciou sobre os projetos para a Cidade Universitária, de Marcelo Piagentini, Le Corbusier e Lucio Costa respectivamente.

Paulo Ferreira Santos era professor da cadeira Arquitetura do Brasil, tendo sido nomeado em 1946. A partir de 1950 também deu aulas na Escola Politécnica da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi membro do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Santos publicou vários livros, entre eles "A arquitetura religiosa de Ouro Preto", e "O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil". É também o autor do livro sobre história da arquitetura brasileira – "Quatro Séculos de Arquitetura"[41].

Wladimir Alves de Souza era engenheiro-arquiteto formado na Escola Nacional de Belas Artes em 1930 e catedrático da cadeira Teoria da Arquitetura. Em 1954 foi aprovado em concurso para a cadeira de História da Arte da ENBA, com a tese "O espaço barroco". Também atuou como arquiteto, tendo projetado a sede nova da Universidade da Bahia e a sede do Banco Hipotecário Lar Brasileiro no Rio de Janeiro.

É interessante notar que os professores eram arquitetos formados pela Escola Nacional de Belas-Artes ou engenheiros formados pela Escola Politécnica. Poucos tinham cursos de especialização ou

[41] Publicado pelo IAB/Rio de Janeiro em 1981, e reeditado recentemente.

pós-graduação em 1958. A maioria deles também trabalhava com arquitetura ou engenharia ao mesmo tempo em que ensinavam nas escolas.

Os professores formavam assim um grupo pequeno e com trajetórias comuns, todos formados no Rio de Janeiro. Os locais de intercâmbio de idéias eram os Congressos, os Congressos Panamericanos de Arquitetos ou os Congressos Brasileiros de Arquitetos, as associações de classe, como IAB e Clube de Engenharia e eventos sociais da cidade.

Os professores participaram de vários Congressos, apresentando teses ou representando a escola.

Paulo Pires foi premiado no I (1920) e no II Congresso Pan-americano de Arquitetos.

O III Congresso Pan-americano de Arquitetos realizado em Buenos Aires em 1927 consagrou o ecletismo Beaux-Arts e os prêmios de honra foram dados a Ramos de Azevedo e Christiano das Neves. Em relação ao urbanismo condenava-se a "densidade exagerada da edificação". (Cf CAMPOS, 2000)

O IV Congresso, em 1930, foi realizado no Rio de Janeiro, e nele o predomínio foi da corrente neocolonial, influenciada por José Mariano Filho. Em relação à questão urbana, reafirmava-se a necessidade de serem realizados "planos geraes", o controle das densidades, o estabelecimento de padrões de extensão urbana amparados nos modelos cidade-jardim e a recomendação para que o uso de consultorias estrangeiras fosse reduzido ao mínimo. (Cf CAMPOS, 2000).

Rezende (1999) diz que os conceitos discutidos nesse congresso contribuíram para a implantação do ensino de urbanismo no currículo do curso de arquitetura.

Em 1940, quando foi realizado o V Congresso Pan-americano de Arquitetos, em Montevidéu, Archimedes Memória foi presidente da comissão que organizou a exposição de arquitetura, chegando a ser premiado. Nesse Congresso Wladimir Alves de Souza fazia parte da delegação brasileira.

Campos (2000) coloca que o I Congresso Brasileiro de Habitação, realizado em São Paulo em 1931, tinha como tônica discutir a habitação popular. Fazia a defesa da moradia individual, preferencialmente construída em cidades jardins, e o estilo arquitetônico recomendado era o neocolonial.

> No campo urbanístico, a orientação neocolonial que prevaleceu no Congresso da Habitação e no IV Congresso Pan-americano de Arquitetos, associada à redenção dos conflitos urbanos por meio dos valores tradicionais e rurais, era ecoada por uma visão reguladora que, a exemplo do movimento pelas cidades-jardim, pretendia garantir as qualidades do campo no âmbito da vida urbana. Para isso era preciso controlar as densidades e estabelecer padrões de extensão urbana amparados no modelo dos bairros-jardim. Tais posições ganhariam peso nos anos 30, ao mesmo tempo em que se acentuava o processo de urbanização, a industrialização e a entrada em cena das massas urbanas. (p.11)

Em 1947 Wladimir novamente participa do VI Congresso Pan-americano. Em 1953 representa a Universidade do Brasil no III Congresso da União Internacional de Arquitetos.

No V Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado em Montevidéu em 1940, os temas discutidos abordavam a questão urbana. O Tema 1 era sobre "Os problemas atuais do crescimento

das cidades americanas", onde a preocupação era com o crescimento horizontal e vertical, como e quem deve realizar planos, e a legislação sobre os terrenos no entorno das cidades. Também era discutida a conveniência de se realizar estudos específicos para a formação do arquiteto, entre eles o urbanismo.

Ainda que a partir da década de 1940 o urbanismo passe a ser discutido sob um aspecto mais abrangente, próximo da tradição de planejamento regional inglesa e americana, os modelos que eram discutidos nos congressos de que os professores participavam eram vinculados à tradição Beaux-Arts ou cidade-jardim.

Alguns professores fizeram viagens de estudo à Europa e aos Estados Unidos. Azambuja em 1937 fez viagem de estudos aos E.U.A., Alves de Souza em 1931 e Mayerhofer em 1938, ambos à Europa

Excetuando-se o Professor Paulo Santos, que no livro seu que citamos, coloca-se como francamente favorável a arquitetura moderna dos CIAM, e diz que na década de 50 a ela também tinha se convertido Saboya Ribeiro[42], todos os outros professores reproduziam a tradição da escola de Belas Artes.

Os estudos de urbanismo chegavam a discutir as propostas modernas da tradição anglo-saxônica, como o ideário cidade-jardim, mas não o urbanismo dos CIAM. Havia então uma visão de cidade, uma proposta de cidade, mais afinada com essa tradição?

Acreditamos que sim, mas que também essa não era uma visão claramente apreendida pelos estudantes[43], uma vez que a grande preocupação dos alunos da FNA nessa época não era o urbanismo e sim o edifício, era a prancheta o local de raciocínio e proposição, não os livros, não os exemplos de projetos urbanísticos realizados em outros países.

> Mas eu confesso que, não sei se por falha minha, ou por essa falha da minha formação. [Ele considera que não teve uma boa formação em Urbanismo] Eu não sei se essa falha da minha formação foi exacerbada pelas minhas circunstâncias pessoais, de não ter ido trabalhar em arquitetura ou não ter sido estimulado a ter cultura arquitetônica, mas o caldo, acho que não era pra isso, o caldo não era para o conhecimento através da leitura, da pesquisa, da história, eu acho, pelo menos a minha geração. Eu acho que isso vai mudando logo depois, nos anos 60.
>
> Por outro lado eu tive o privilégio de me formar nos anos dourados, de JK, de Brasília, essa coisa toda, acompanhamos o concurso de Brasília de perto, o nosso diretório levou o júri do concurso de Brasília para fazer palestra na Faculdade. O André Sive, o Stamo Papadaki e o William Holford foram fazer palestras lá na Faculdade. Nesse júri, o brasileiro era o Oscar, e o Luiz Hildebrando Horta Barbosa e o outro era o Paulo Antunes Ribeiro que saiu[44] do júri, mais os três estrangeiros sendo, o André Sive, o Stamo Papadaki e o Holford, um francês, um inglês, um americano. O Papadaki era americano, um grego americano. E eles foram apresentar suas opiniões, porque eles deram o prêmio para Lucio Costa, essa coisa toda. Foi quando eu tive uma idéia mais culta do que seria desenho urbano, planejamento urbano, urbanismo, das cidades novas, no caso Brasília. (ALMIR FERNANDES, 2005)

[42] Em 1943 Saboya Ribeiro já havia publicado na Revista Municipal de Engenharia um projeto "moderno". O texto que acompanha o projeto faz referência ao livro publicado por Joseph Lluis Sert, "*Can our cities survive*", que ele demonstra já ter lido, e que deve ter inspirado o projeto. Mas o projeto consta de 8 edifícios de 12 pavimentos, organizados numa quadra de 50.000 m², mas com um arranjo espacial inspirado fortemente no movimento Cidade Bela.

[43] Koatz (1996) ao comentar a grande participação do Diretório Acadêmico da FNA nas discussões sobre o currículo da escola, diz que os livros que circulavam entre os alunos na década de 40 eram em sua maioria em francês, inglês e espanhol, e que os estudantes liam os modernos como Le Corbusier, ainda que os professores recomendassem os clássicos.

[44] Há um engano de Almir Fernandes, pois Paulo Ribeiro não se retirou do júri, mas sim se recusou a assinar a ata e apresentou voto em separado.

Mas o concurso para Brasília foi em 1957, final da década, e nos interessa mais os anos entre 1950 e 54. No Rio, na Faculdade Nacional de Arquitetura, a apresentação e discussão dessa nova visão urbanística, na cadeira de Urbanismo, não vão aparecer antes do final da década de 1950.

Parece-nos assim que a formação do arquiteto na FNA no final da década de 40 e na primeira metade da década de 50, apoiava-se em exemplos não claramente vinculados aos arquitetos dos CIAM, ainda que fossem bem conhecidos pelos alunos Frank Lloyd Wright, Richard Neutra, Mies Van der Rohe, Le Corbusier e Walter Gropius.

Mas em relação ao urbanismo a escola pouco contribuía para a formação profissional, uma vez que a disciplina acontecia somente em um ano. Os exemplos a serem seguidos vinham então das revistas que os estudantes tinham acesso, bem como de trabalhos realizados pelos arquitetos que se destacavam na área, como é o caso de Attílio Corrêa Lima, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Marcelo Roberto, Antônio Bezerra Baltar e Hélio Modesto, ou de engenheiros como Armando de Godoy e José de Oliveira Reis.

A formação profissional para o urbanista tinha que ser buscada no Curso de Urbanismo da FNA.

Voltando a Almir Fernandes (2005)

> Confesso que quando tive que dar aula é que eu fui realmente estudar. Porque na escola, um ano, não dava. O ideal mesmo, naquela época, era você fazer o curso de urbanismo, porque não tinha mestrado, na faculdade pelo menos não tinha. No Rio era especialização, era um curso de dois anos, se não me engano, mas não era mestrado. Eu acho que esse quadro muda muito no final dos anos 60, não só por causa de Brasília, mas também por causa da preocupação com a realidade.

2.2.1 O Curso de Urbanismo da FNA

O Curso de Urbanismo foi o curso de especialização criado junto com a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, que só começou a funcionar em 1953.

Em 1958 era Saboya Ribeiro que coordenava o curso e ministrava a disciplina Evolução Urbana. Davam aula no curso Affonso Eduardo Reidy, sendo seu assistente Hélio Modesto; Adalberto Szilard, Paulo Sá; Roberto Burle Marx, e o botânico Luis Emigdio. (Nunes, 2008)

O curso era aberto a arquitetos, engenheiros-arquitetos e engenheiros, e para cursá-lo era necessário ser aprovado em provas escritas e orais de sociologia e história da arte. Em 1958 havia vinte alunos matriculados no primeiro ano e doze no segundo. Nesse ano tínhamos como disciplinas:

> 1º ano:
>
> Teoria e Prática dos Planos das Cidades (1ª parte)
>
> Evolução Urbana (1ª parte)
>
> Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística
>
> Técnica Sanitária Urbana – Serviços de Utilidade Pública
>
> 2º ano:

Teoria e Prática dos Planos de Cidades (2ª parte)

Evolução Urbana (2ª parte)

Arquitetura Paisagista

Organização Social das Cidades

Administração Municipal.

(FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA, 1958)

Birkholz (1967) desenvolveu sua tese de doutorado sobre a formação de arquitetos e urbanistas na década de 60.

Nela ele relata qual era o conteúdo das disciplinas desse curso em 1966. Em 66 algumas disciplinas haviam sido acrescentadas em relação às de 58, como Administração Municipal e Planificação Regional e Urbana no 1º e no 2º ano.

Entre as que continuavam tínhamos "Evolução Urbana", de Saboya Ribeiro e "Urbanologia, Estatística e Documentação Urbanística", que desconhecemos quem ministrava, entre outras.

A disciplina de Evolução Urbana fazia um longo histórico da evolução das cidades, dividindo a disciplina em história do urbanismo do "velho mundo" e história do urbanismo das Américas. Iniciava o estudo do "velho mundo" com a cidade na antiguidade: Egito, Mesopotâmia e Grécia, por exemplo, essa última sendo profundamente explicada. Abordava depois as cidades medievais, as cidades-estado, os traçados urbanos medievais, as cidades do pré-renascimento. A abordagem do que seria a cidade moderna se iniciava na cidade renascentista, e eram estudadas principalmente as cidades italianas. Depois vinham as cidades espanholas e portuguesas, os planos dos séculos 17 e 18 para Londres, Lisboa, Madri e Barcelona, e as propostas dos socialistas utópicos, como Robert Owen.

Abordavam-se ainda as propostas de Camillo Sitte, de Haussmann, de Howard e o projeto de Unwin para Letchworth, o de Tony Garnier, terminando-se com a exposição do Plano de Londres de Abercrombie e Forshaw, e do Plano de Tóquio do segundo pós-guerra.

Na parte "Cidades das Américas" discorria-se sobre cidades norte-americanas, como Nova York, Filadélfia, Washington, Boston, a proposta do Central Park e do zoneamento em Nova York, cidades americanas e canadenses das regiões dos lagos, Chicago e a escola de Chicago, o sistema viário (*parkways*, *freeways* e *water fronts*), as cidades e bairros verdes, as teorias de Clarence Perry e Clarence Stein, a proposta de Radburn, as cidades pré-colombianas, as cidades de colonização espanhola (Buenos Aires, Assunção e Montevidéo), as missões e reduções jesuíticas, as cidades coloniais brasileiras, as novas capitais: Terezina, Belo Horizonte e Goiânia, além de projetos de urbanistas brasileiros, como Pereira Passos, Paulo de Frontin, Francisco Bicalho, Saturnino de Brito, Aarão Reis, Anhaia Mello, Attílio Correa Lima, Armando de Godoy, Jerônimo Cavalcanti, etc.

Era assim um longo percurso na história do urbanismo, mas a disciplina também abordava aspectos de projeto em seu terceiro módulo, como composição geral de espaços livres e planos de massa. A parte teórica tinha o mesmo conteúdo que o livro "Evolução Urbana" de Saboya Ribeiro.

Almir Fernandes em 2005 nos disse, contudo, que as aulas da graduação em Arquitetura não iam além da Escola de Chicago.

Já a disciplina de Urbanologia é descrita de forma muito menos clara. Segundo Birkholz, iniciava-se apresentando o conceito que dava nome à matéria, enfocava os "fenômenos urbanísticos", a importância do método estatístico na pesquisa desses fenômenos, enumerava os fatores que influenciavam a formação de cidades (divididas em espontâneas e sistemáticas). Também abordava o meio físico e seus condicionantes, a geografia urbana e o elemento humano na formação da cidade, levando a uma análise do que seria a "apreciação do grau de sociabilidade na cidade."

É interessante pensarmos um pouco no nome que era dado à disciplina, pois Urbanologia faz referência a uma ciência do urbano, a métodos controlados de aferição dos problemas e com metodologia própria, nos mesmos moldes em que se colocava o pensamento científico e filosófico quando da criação da Sociologia como campo independente da filosofia.

Barki (2006) diz que em 1956, no Curso de Urbanismo, na disciplina Teoria e Prática dos Planos das Cidades davam aula Affonso Eduardo Reidy e Hélio Modesto. Diz ainda que eles saíram da escola nesse ano, e que o plano de Campo Grande, elaborado pelos alunos e apresentado na Revista Acrópole de 1956, tinha "uma abordagem bem menos compromissada com os termos da "Carta", afirmação que acreditamos ser um pouco ortodoxa, pois a proposta apresenta uma rígida separação de usos, separação do fluxo de veículos e pedestres e a criação de espaços verdes nas áreas residenciais.

Eram alunos de Modesto e Reidy, Adina Mera e Wit-Olaf Prochnik, entre outros.

No n.º 220 da Revista Acrópole, de 1957, o "notícias do IAB" comentava a falta de cursos específicos para a formação do urbanista. Nesse artigo se citava Paulo Sá, que dava aula no curso de Urbanismo da FNA, e que dizia que o curso estava "malogrando", por falta de verbas, pelo fato de não ser reconhecida a profissão de urbanista, e com isso o mercado estava aberto a todos, e não somente aos que cursassem curso de especialização, e pelo horário e local em que eram dadas as aulas, "considerando que os alunos são profissionais que já completaram o curso superior".

Até 1950, portanto, não havia no Rio um curso específico para a formação de urbanistas e a disciplina dada no curso de arquitetura pouco contribuía para a formação do aluno.

Vai ser a partir dessa data que o Urbanismo passa a contar com um curso específico, mas que acreditamos não ter tido depois muitos desdobramentos.

3. Bibliografia citada neste capítulo

ARANTES, Otília B. Fiori – *Esquema de Lucio Costa*. In NOBRE, Ana Luiza et alli (org.) – Um Modo de Ser Moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

BARKI, José – *O Estado da Arte do Urbanismo no Brasil em 1956*: Circulação de idéias e referências teórica no ano de publicação do Edital para Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital. In ANAIS do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: 2006.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos – O ensino do planejamento territorial no Brasil. São Paulo: FAUUSP, 1967. (tese de doutoramento)

BRUAND, Yves – Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003. (4ª edição)

CALDEIRA, Jorge – História do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras: 1997.

CAMPOS, Candido Malta – *Urbanismo e Anti-urbanismo no Debate Nacional Brasileiro.* In ANAIS DO VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO URBANISMO E DA CIDADE. Natal: 2000. (cópia eletrônica)

CAVALCANTI, Lauro – Quando o Brasil era Moderno: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CORRÊA LIMA, Attílio – Avant-projet d'aménagement et d'extension de La Ville de Niterói au Brésil. Paris: tese para obter o Diplomé de L'Institute d'Urbanisme de L'Université de Paris, 1932.

EVENSON, Norma – Two Brazilian Capitals: Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. New Haven/Londres: Yale University Press, 1973.

FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA – Anuário. Rio de Janeiro: FNA, 1958, Vol. 1, n.º 1.

FAORO, Raymundo – – Os Donos do Poder. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FELDMAN, Sarah – Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947/1972. São Paulo: EdUSP/Fapesp, 2005.

FREIXA, Jaume – Josep Ll SERT. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1997.

HARRIS, Elizabeth D. – Le Corbusier – Riscos Brasileiros. São Paulo: Nobel, 1987.

KOATZ, Eduardo Grinspun – O processo de criação da Faculdade Nacional de Arquitetura e seu currículo. Rio de Janeiro: FEUFRJ, 1996. (dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação)

LE CORBUSIER – *Corolário Brasileiro*. In LE CORBUSIER – Precisões – Sobre um estado presente da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004 (edição original francesa de 1930).

LEME, Maria Cristina da S. – *Os desafios do urbanismo no Brasil*: ensino e profissão. In MACHADO, Denise Barcellos P. et al – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB/Ed UFRJ, 2003.

MACHADO, Denise B. Pinheiro, PEREIRA, Margareth da Silva e SILVA, Rachel Coutinho M. da – *Breve panorama evolutivo do ensino do urbanismo no Brasil*. In MACHADO, Denise Barcellos P. et al – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB/Ed UFRJ, 2003.

MARINS, Paulo César Garcez – *Habitação e Vizinhança*: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrópoles Brasileiras. In NOVAIS, Fernando A. (coord. geral) e SEVCENKO, Nicolau (Org. Volume) – República: da Belle Époque à Era do Radio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Coleção História da Vida Privaa)

MELLO JUNIOR, Donato – *Arquitetura em Quatro Tempos*. In FACULDADE NACIONAL DE BELAS ARTES – Anuário FNA. Rio de Janeiro: 1961.

MOTTA, Marly Silva da – *O "Hércules da Prefeitura" e o "demolidor do Castelo"*: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org) – Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed FGV/CNPq, 2002.

Notícias do IAB: Dificuldades na formação de urbanistas. – In Revista Acrópole. Ano XIX, n.º 220. São Paulo: Fevereiro de 1957.

NUNES, Silvio Proença – *Depoimento*. In FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs) – Novas Memórias do Urbanismo Carioca. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2008. (Depoimentos ao CPDOC/FGV)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi – *Memórias do Rio de Janeiro*. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org) – Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed FGV/CNPq, 2002.

PEREIRA, Margareth da Silva – *Notas sobre o Urbanismo no Brasil*: construções e crise de um campo disciplinar. In MACHADO, Denise Barcellos P. et al – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB/Ed UFRJ, 2003.

PINHEIRO, Eloísa Petti – Europa, França e Bahia – difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EdUFBa, 2002.

PORTO, Sérgio. – Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 45 p.

REZENDE, Vera F. – *As Transferências Internacionais e o Urbanismo Modernista na Cidade do Rio de Janeiro.* In Anais do VI Seminário de História do Urbanismo e da Cidade. Natal: 2000. (cópia eletrônica).

REZENDE, Vera F. – *Evolução da produção urbanística na Cidade do Rio de Janeiro*, 1900 – 1950 – 1965. In LEME, Maria Cristina (org.) – Urbanismo no Brasil – 1895-1965. São Paulo: FUPAM/Studio Nobel, 1999.

REVISTA O CRUZEIRO – O Rio de Janeiro de 1950. Publicada em 11 de Novembro de 1928. (arquivo eletrônico disponível em http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/, consultado em 13 de Setembro de 2007)

ROCHA, Ricardo – *Algumas questões sobre autoritarismo e formação do ideário da arquitetura moderna carioca*. In Revista Risco. São Carlos: EESCUSP, 2006, n.º 4, p. 15/20. (revista do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos)

SABOYA RIBEIRO, José Octacílio – *Os núcleos residenciais do futuro*. In Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: PDF, 1943. V. X, n.º 4. Outubro.

SAES, Décio – Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz Ed/Fapesp, 1984.

SANTOS, Paulo – Quatro séculos de Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SANTOS, Paulo, FERREZ, Gilberto et al (apres.) – Registro Fotográfico de Marc Ferrez da Construção da Avenida Rio Branco – 1903-1906. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1982.

SEGRE, Roberto – *Carmem Portinho (1903-2001). Sufragista de arquitetura brasileira (editorial)*. In Arquitextos 015, Agosto de 2001. Cópia eletrônica website Vitruvius, no endereço http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq015/arq015_00.asp, consultado em Setembro de 2008.

SILVA, Lúcia – História do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

VASCONCELLOS, Virginia M. Nogueira de – A Escola Nacional de Belas-Artes: 1930-1945. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação/UFRJ, 1994. (dissertação de mestrado)

ENTREVISTAS

1. Almir Fernandes – entrevistado no Rio de Janeiro em 25 de Maio de 2005.
2. Celso Lamparelli – entrevistado em São Paulo em 20 de Fevereiro de 2006.
3. Sônia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 2006.

Capítulo III

Town Planning no 2º Pós-Guerra

(1945-1957)

There are certain essential considerations in any visionary ideas for today's cities: first, they must be based on an understanding of the total needs of man, and not dominated by one limited idea, no matter how dramatic. /…/ Secondly, they must contain an awareness of tomorrow's problems, like the visions of Leonardo; but, above all they must be capable of being translated into reality.
Percy Johnson-Marshall

Sumário do Capítulo III

7. Principais diretrizes e instrumentos do planejamento urbano britânico
8. A tradição urbanística da cidade-jardim na Inglaterra
   1.9 A cidade-jardim idealizada por Howard
   1.10 O desenvolvimento do modelo urbanístico cidade-jardim
   1.11 A difusão e a modificação da idéia cidade-jardim
   1.12 A difusão do modelo cidade-jardim no Brasil
9. O nascimento do Planejamento Urbano na Inglaterra
   2.5 A formação do urbanista na Inglaterra
      2.5.1 O curso de pós-graduação em Town Planning na Barttlet School of Architecture da University London College
10. O planejamento de Londres (1943 – 1951)
   4.1 O papel do London County Council no planejamento de Londres
      4.2 A reconstrução como agenda política
      4.2.1 O Town and Country Planning Act de 1947
   4.3 O Plano do Condado de Londres – 1943
      4.3.1 Leslie Patrick Abercrombie
      4.3.2 Concepção, análise e propostas do Plano
      4.3.3 Londres como Comunidade
      4.3.4 Londres como Metrópole
      4.3.5 Londres como Mecanismo
      4.3.6 Considerações
   4.4 O Plano da Grande Londres – 1944
   4.5 O Plano Administrativo de Desenvolvimento de Londres – Análise – 1951
   4.6 As áreas de desenvolvimento integral
   5.1 As MARK 1
      5.1.1 Stevenage
      5.1.2 Harlow
   5.2 As MARK 2
      5.2.1 Cumbernauld
   5.3 As MARK 3
      5.3.1 Milton Keynes
6. Bibliografia citada neste capítulo

1. Principais diretrizes e instrumentos do planejamento urbano britânico

O planejamento britânico do pós Guerra não pode ser compreendido se pensado isoladamente, isto é, se não considerarmos que outras visões de cidade e propostas urbanísticas compartilhavam as mesmas preocupações que surgiram na Inglaterra com a adaptação da cidade à era industrial e com a reconstrução das cidades bombardeadas já a partir do final da 1ª Guerra Mundial.

Dois ideários tiveram ascendência sobre os planejadores nesse período. Um deles é o ideário cidade-jardim. É aquele que deriva do trabalho de Ebenezer Howard, que gerou o movimento cidade jardim e que ultrapassou as fronteiras britânicas gerando soluções urbanísticas com ele afinadas em várias partes do mundo.

Arquitetos, predominantemente alemães e franceses, aos poucos desenvolveram outro ideário. Ele surgiu a partir das discussões ocorridas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM e Le Corbusier pode ser considerado responsável pela maior parte das definições programáticas desse ideário.

O CIAM realizado em 1933 definiu parâmetros para uma nova idéia de cidade, que só veio à público de forma mais abrangente em 1942 quando foram publicados por Le Corbusier num documento que ficou mundialmente conhecido como Carta de Atenas.

São essas as duas posturas frente ao planejamento de cidades que se tornaram hegemônicas na proposição da reforma das cidades industriais da primeira metade do século XX, e ambas consideradas modernas a partir da compreensão que elas propõem cidades para um novo modo de produção, para o capitalismo industrial, e negam a cidade histórica existente.

Como os arquitetos reunidos nos CIAMs se autodenominaram "modernos", durante muito tempo parte da historiografia considerou somente a proposta dos CIAMs como moderna (BENEVOLO, 1976 e 2003, BRUAND, 2003), do que discordamos.

As duas concepções compartilharam o mesmo período histórico, em especial as três primeiras décadas do século XX, e propostas mais próximas da cidade-jardim foram implantadas tanto na Europa quanto nos Estados Unidos nestas décadas. Isto também ocorreu no Brasil nos anos 1930, como Goiânia e Monlevade, mas sua utilização foi mais continua nos anos 40 e 50.

A proposta mais vinculada aos CIAMs só vai ser concretizada espacialmente no final da década de 1950[45], sendo seus exemplos mais conhecidos Brasília, Chandigarh na Índia e de certa forma Milton Keynes na Inglaterra.

Contudo, a Inglaterra desenvolveu um pensamento urbanístico nos anos 1940 que fez a miscigenação desses dois ideários. Isso aconteceu tanto no projeto das primeiras cidades novas inglesas, como no tecido urbano reconstruído na cidade de Londres.

[45] É possível considerar como uma experiência anterior a este período o plano elaborado em 1945 por Le Corbusier para Saint-Dié-des-Vosges, no nordeste da França, cidade que foi destruída pelos alemães em 1944. Mas o plano foi rejeitado, e só uma fábrica têxtil com projeto de Le Corbusier foi construída na cidade.

Esse hibridismo aparece de forma muito clara nas proposições de projetos urbanos do segundo pós-guerra, seja na reconstrução de áreas bombardeadas de Londres – projetos desenvolvidos pelo Departamento de Arquitetura do London County Council, seja na construção das cidades novas, projetos de diversos arquitetos, mas que seguem as leis das Cidades Novas de 1946 e a de Planejamento Urbano e Rural de 1947.

Esses projetos trazem elementos do ideário cidade-jardim e do ideário "cidade modernista" e acabam por estabelecer um específico modernismo, característico do planejamento urbano inglês dos anos 1950.

Um dos elementos que compõem esse desenho é a definição de unidades de vizinhança para áreas residenciais, com ruas locais terminando em pequenas praças no interior das quadras, soluções residenciais mistas (mixed layout), com casas e edifícios de diversos tamanhos atendendo a situações familiares distintas, mas essas unidades têm sempre baixa densidade.

É também proposta uma rígida hierarquia viária, o traçado das vias é orgânico, o uso industrial é segregado e localizado junto às vias de maior porte e às ferrovias, o centro urbano é mais denso, com predominância de construções verticalizadas e de uso diversificado e as áreas comerciais são dispostas em *precints,* isto é, locais com restrição ao acesso de veículos, semelhante aos nossos calçadões.

E ainda somam-se a estas características a proposição de cinturões verdes no entorno das cidades, formando preferencialmente parques urbanos e a implantação de *parkways*, vias intensamente arborizadas, internas a parques ou ligando-os, que não podem ser utilizadas por grandes veículos ou caminhões.

A mesma solução híbrida aparece no planejamento "do uso do solo". O Plano de Londres, ao mesmo tempo em que espera recriar pequenas cidades-jardim no interior do tecido londrino, estabelece uma rígida separação de funções e um sistema viário hierarquizado de grande porte, e procura definir um anel verde externo como o espaço do lazer e da recreação.

Para nós a principal característica do planejamento britânico do pós-guerra é esse hibridismo, que fica claramente definido tanto nas proposições de uso e ocupação do solo nos planos urbanos, quanto nos projetos urbanos.

Outra importante característica dos planos urbanos é a ênfase numa pesquisa complexa e abrangente, que tenta abarcar todas as atividades e aspectos sociais da cidade e de seus moradores. O plano aborda políticas urbanas sociais, mas sempre pelo aspecto territorial.

As diretrizes da política são dadas pelos responsáveis pela gestão daquele serviço, como o ministério da saúde, por exemplo, e o plano estabelece o tamanho dos hospitais e unidades de saúde e define os locais onde devem ser instalados. O plano não incorpora diretrizes de políticas setoriais, ele só define seu suporte material. A isso Hall (2002) denomina de plano do projeto, ao criticar a forte característica "física" dos planos ingleses dos anos 1950.

Mas existe ainda uma característica do planejamento inglês, uma precoce legislação urbanística que tornou possível o desenvolvimento e a implementação dos planos territoriais. Essa legislação, aprovada durante o governo trabalhista, entre 1945 e 48, permitiu aos planejadores enfrentar a

tarefa da reconstrução, ao mesmo tempo em que tornou necessária a criação de um ministério específico para coordenar essa área de atuação do Governo.

O controle através de uma legislação extremamente detalhada é outro definidor do planejamento inglês: controla-se o uso e a ocupação do solo através de zoneamentos "tridimensionais", isto é, com a construção de maquetes que estabelecem a volumetria na ocupação dos terrenos, elementos que são discutidos em audiências públicas e aprovados posteriormente pelo ministro.

Controla-se o valor do solo através de uma legislação que retira do solo seu valor diferencial, de localização e o valor acrescido pelo investimento público e privado. Nas desapropriações o solo urbano passa a ter o mesmo valor do solo rural.

Estabelece-se que o planejamento e o controle são tarefas públicas, mas a intervenção pode ser realizada pela iniciativa privada, isoladamente ou em parceria com o poder público. E a gestão do planejamento cabe aos planejadores, técnicos oriundos de diversas profissões formando equipes multidisciplinares, mas que adquirem uma formação específica como planejadores, fazendo dele um profissional com habilidades singulares e diferenciadas em relação às suas profissões de origem.

Os frutos dos primeiros anos de trabalho após o fim da guerra começaram a surgir no começo da década de 1950, como o Festival da Bretanha, uma exposição da indústria inglesa, onde foi feita uma mostra "viva de arquitetura", tanto no próprio local onde ocorreu o Festival (South Bank) como em visitas guiadas ao Bairro de Lansbury, onde havia sido finalizada uma primeira etapa da reconstrução de áreas bombardeadas de Londres. O sucesso destas exibições foi apropriado pelo Partido Conservador, então no poder, e permitiu a continuidade de uma agenda que havia sido elaborada pelos trabalhistas. (HARDY, 1991)

O específico contexto histórico onde surgem as idéias relacionadas aos planos de Londres de 1943 e 44, propiciou uma certa aura ao plano e ao planejador, que teve diversos desdobramentos, desde um rígido controle do uso da terra na Inglaterra, após o final da Guerra, até uma mística do plano como solução adequada e insuperável para a eficiente gestão do território.

Os planos para Londres estabelecem longos prazos de implementação, definem prioridades e a programação das intervenções físicas e, ao não determinar revisões periódicas e acompanhamento dos resultados das ações definidas, configuram uma visão de cidade ao mesmo tempo estática e autoritária. Não se prevê que poderão ocorrer mudanças "espontâneas", a cidade só deverá ter as mudanças planejadas até que se chegue ao resultado final determinado pelo plano. Dessa forma o planejador assume uma posição de autoridade e competência indiscutível, no momento em que é ele que define o que é melhor para a cidade e como alcançá-lo.

A definição dos rumos das cidades, é bom que se diga, foi dada por pessoas claramente comprometidas com o bem estar de toda a população, que lutavam por melhorar as condições de vida dos trabalhadores e assim criar uma nova sociedade. Há um forte engajamento nas questões sociais, uma postura que é claramente reformista.

Por causa disso havia algo de messiânico nesse planejamento, e não há porque duvidar que isto fascinou os profissionais do planejamento e fez com que a crença de ser o planejamento a panacéia para resolver os problemas das cidades fosse aceita como verdade indiscutível pela sociedade,

fazendo com que os próprios planejadores acreditassem que tinham em suas mãos as soluções para uma sociedade mais justa e uma cidade mais bela e humana.

Cherry (1974) diz que em 1945:

> A posição do planejador na sociedade chegou a um nível ainda mais alto. Planejadores eram vistos por todos como guardiões técnicos do interesse público. Planejadores sabiam o que era o melhor e em virtude de sua formação e especialização, eles sabiam quais eram as melhores vantagens para a sociedade. [46](p.158/159)

Os instrumentos para que esse papel pudesse ser cumprido foram a elaboração de diagnósticos com mapas temáticos, a elaboração de propostas espaciais para o crescimento das cidades e sua ordenação, a programação de intervenções e o detalhamento dessas intervenções pelo desenvolvimento de projetos urbanos. Além deles, foi criado um forte suporte normativo, permitindo intervenção na propriedade da terra, definição de zoneamentos e de controles edilícios.

No caso britânico, com seu especifico arranjo de gestão urbana, outro instrumento foi a realização de audiências públicas, abertas a todos os interessados, para discutir os planos, o que obrigava que se tivesse algum consenso político antes da publicação da lei pelo parlamento.[47]

Segundo Cullingworth e Nadin (1997) a constituição inglesa não restringe a ação pública sobre a terra e a propriedade, e também não limita a criação de restrições ao uso e ocupação do solo. Não há também autonomia entre esferas de governo. Isso significa que o Parlamento pode abolir qualquer jurisdição territorial, como administrações metropolitanas ou locais, e conseqüentemente qualquer ação de planejamento e controle que essa tenha criado.

A falta de limitações constitucionais garante às administrações locais ou regionais um elevado grau de discriminação ao impor um determinado plano, uma vez que este não tem caráter legal. Como o plano é feito pelo mesmo órgão que o controla, isso aumenta o poder do administrador em decidir cada caso particular.

Outra característica, já citada anteriormente, é que o *town and country planning* foi basicamente gestão sobre o uso da terra, ainda que levasse em conta aspectos sociais e econômicos, ao contrário de outros países como a França, onde o planejamento lidou com atividades desenvolvidas por vários setores governamentais para alcançar metas sociais e econômicas.

Posteriormente modificações foram feitas no aparato legal do planejamento, como a exigência da elaboração de Planos de Desenvolvimento pelas autoridades locais, que tinham que ser aprovados pelo Ministério.

Ainda que existam diferenças significativas entre a gestão da terra e o planejamento das cidades na tradição jurídica inglesa e na tradição americana, podemos considerar os planos ingleses como "abrangentes", isto é, aquilo que em inglês é chamado de "comprehensive", ainda que nos anos

[46] The position of the planner in society reached a new right level. Planners were widely regarded as technical guardians of the public interest. Planners knew what was best and by virtue of their training and expertise, they knew what were society's best interests.

[47] De fato isso só veio a ocorrer nos anos 1950, uma vez que inicialmente as proposições desses planos foram implementadas sem qualquer consulta pública.

1940 esse termo não fosse utilizado[48]. Como "conceito" que definia o conteúdo de um plano, chegou ao Brasil na década de 1960, onde se falava em "planejamento urbano integrado", principalmente entre os técnicos do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral no governo Castello Branco.

Este conceito está vinculado a uma idéia de racionalidade técnica fortemente enraizada nos planos analisados. A idéia de racionalidade é central para o planejamento, uma vez que este supõe ações integradas e hierarquizadas para se atingir um determinado objetivo.

Essa racionalidade pressupõe os vários estágios do planejamento: a pesquisa das condições locais ou regionais existentes, a definição de metas e objetivos, a definição dos problemas e a elaboração de propostas.

E ainda lida com duas idéias que definem o que seja um "plano abrangente".

> Isto se origina de duas idéias simples: a primeira (válida) é que, no mundo real, tudo está relacionado a tudo; a segunda (inválida) é que o planejamento de um setor não pode ser feito de forma adequada se não estiver coordenado com o planejamento dos outros. (CULLINGWORTH e NADIN, 1997, p. 4)[49]

Estas idéias fizeram com que o planejamento regional (expresso no Greater London Plan) fosse considerado como modelo para o planejamento territorial em muitos países.

Na década de 1950 as políticas de reconstrução – as cidades novas, a elaboração de planos de desenvolvimento, a reconstrução das áreas bombardeadas, a descentralização da indústria, a construção de habitações sociais, enfim, tudo aquilo que também representou o estabelecimento do estado do bem-estar na Inglaterra – estavam estabelecidas e em pleno andamento, o que fazia daquele país um local de aprendizado e de discussão do planejamento urbano.

Atrás desse aprendizado foram para lá profissionais de diversos países, alguns brasileiros foram fazer o curso de pós-graduação em Planejamento Urbano na Barttlet School of Architecture da Universidade de Londres, e alguns foram convidados para trabalhar com o arquiteto Percy Johnson-Marshall na área de reconstrução do London County Council que ele coordenava. Hélio Modesto foi o primeiro deles. Depois outros o seguiram, como Harry James Cole.

Esses profissionais aprenderam um pouco mais do que metodologia e técnica de planejamento na Inglaterra: aprenderam que o planejador era um profissional com capacidade para cuidar de cidades e fazê-las harmoniosas e que, portanto, deviam ter o poder de decidir os rumos que as cidades, novas ou velhas, deveriam tomar.[50]

Essa crença, no poder do planejamento e no próprio poder, vai ser o pensamento que uniformizará todas as posturas em relação ao planejamento no Brasil nas décadas de 1960 e 70. A isso voltamos nos capítulos VI e VII dessa tese.

---

[48] Ele foi difundido anos mais tarde, e se referiu principalmente à tradição Americana. (veja capítulo I)

[49] This stems from two simple ideas: the first (valid) is that, in the real world, everything is related to everything else; the second (invalid) is that the planning of one sector cannot properly proceed without coordinated planning of others.

[50] Já nos adiantamos em esclarecer que não consideramos o planejador urbano capaz de deter em suas mãos decisões que são da esfera política, a não ser que tenham um duplo papel, técnico e político.

...

Falamos até aqui de planos e projetos sobre os quais não existe muito informação em língua portuguesa, com exceção do ideário cidade-jardim. Por este motivo, na seqüência deste capítulo, fazemos uma longa explanação sobre o planejamento urbano britânico, com o intuito de esclarecer melhor os pontos que aqui levantamos.

2. A tradição urbanística da cidade-jardim na Inglaterra

O *town planning* britânico tem raízes no pensamento desenvolvido no final do século XIX por Ebenezer Howard, em seu livro To-morrow: a peaceful path to real reform[51], publicado em 1898. Neste livro Howard faz a defesa de um novo tipo de assentamento humano, uma cidade que concilie as vantagens do campo e da cidade – e que para isso tenha um tamanho máximo fixado em 32.000 habitantes e seja limitada por uma área rural envoltória. Também deverá ser propriedade de seus moradores.

Essa idéia howardiana de socialização da propriedade da terra e da construção de uma comunidade ideal, que Hall (2002) mostra ter um grande número de influências teóricas, entre elas as desenvolvidas pelo arquiteto e paisagista americano Frederick Law Olmsted, é uma proposta de reforma urbana que reage ao enorme crescimento que as cidades industriais inglesas tiveram no século XIX, e que tem, segundo Gunn (1997), como ideário político, o socialismo inglês da Sociedade Fabiana, à qual Howard pertenceu, assim como os arquitetos que estabeleceram o modelo urbanístico da cidade-jardim inglesa: Raymond Unwin e Barry Parker.

> Hobsbawm já sugeriu que os fabianos – uma sociedade de intelectuais de classe média – foram talentosos nas práticas de relações públicas. No auge da sociedade, em 1892, ela [Fabian Society] indicou que mais de 10% de seus membros eram escritores ou jornalistas. A fama da sociedade de ter propiciado um contraponto ao marxismo na Inglaterra, inspirando o programa do Partido Trabalhista e preparando as bases para um estado de bem-estar com projetos de socialismo municipal, em parte deve-se a tal capacidade auto-promocional. (GUNN, 1997, p 12)

A capacidade auto-promocional da Fabian Society pode ser vista como um elemento que possibilitou que o ideário cidade-jardim fosse absorvido na Inglaterra durante o século XX, ainda que tenhamos que convir que as idéias urbanísticas de Howard, tornadas concretas por Unwin e Parker em Letchworth, tenham um forte apelo à tradição inglesa do pinturesco e à arquitetura vernacular.

Sua difusão pelo mundo pode também ser atribuída, segundo Andrade (2004), aos aspectos práticos da implantação dessa nova cidade.

> Mas, além do ideal utópico que a concepção de cidade-jardim de Howard encerra, preconizando o equilíbrio entre campo e cidade, a atenção dada por ele aos aspectos econômicos e administrativos para a implantação de sua proposta, sugerindo formas específicas de propriedade fundiária e de gestão do assentamento, foi provavelmente uma das causas responsáveis por suas inúmeras adequações em condições históricas distintas, atribuindo o caráter marcadamente pragmático de sua concepção (ANDRADE, 2004, p. 30)

[51] Título que pode ser traduzido como "Para o amanhã: um caminho pacífico para a verdadeira reforma". O livro foi novamente publicado em 1902, agora com o título Garden Cities of To-morrow, como viria a ser internacionalmente conhecido, e que em tradução brasileira recebeu o nome de Cidades-Jardins de Amanhã.

Essa difusão se deu principalmente nas primeiras três décadas do século XX, mas durante grande parte dele seus elementos-chave continuaram servindo de inspiração para projetos de cidades novas, também no Brasil.

2.1 A cidade-jardim idealizada por Howard

Ao procurar reformar a cidade (e a sociedade) de seu tempo, Howard vai defender a idéia de que uma boa cidade deve unir as vantagens da vida rural com as da vida urbana. Ela deve ser também uma cidade auto-suficiente (*self-contained town*), o que significa que ela deve garantir empregos para todos os seus habitantes, e equilibrada (*balanced town*), e isto significava dizer que ela deve abrigar moradores de todas as classes sociais.

A idéia espacial dessa cidade, como apresentada por Howard, pode ser assim descrita:

- a cidade pertencerá a uma companhia imobiliária criada para este fim, da qual os moradores serão sócios;
- deve ter um limite fixo de 32.000 habitantes e 2.400 hectares de terra e a área propriamente urbana deve ocupar 400 ha (1/6 do total) e pode ter uma forma circular com raio de 1,1 km;
- do núcleo central sairão seis magníficos bulevares, cada um com 36 m de largura, que cruzam transversalmente a cidade;
- no núcleo há um espaço circular de aproximadamente 2,2 ha, disposto como um belo e bem irrigado jardim, e a seu redor estão os edifícios públicos (sede da municipalidade, salas para concertos e conferências, teatro, biblioteca, museu, galeria de arte e hospital), cada um em terreno próprio;
- o restante desse espaço, circundado pelo Palácio de Cristal (grande arcada envidraçada que se abre para o parque com local para exposições sendo também um jardim de inverno), constitui um parque público de 56 ha com grandes áreas de recreação;

Figura 9 - Esquema da Cidade Jardim

Fonte: Howard, 2002, p. 114

- as ruas da cidade serão arborizadas e as casas ocuparão lotes amplos e independentes. A população da cidade será de 30.000 hab. com mais 2.000 hab. no campo, com 5.500 lotes edificáveis na cidade, de 6,10 m por 40 m em média – 240,4 m², sendo o mínimo de 6,10 m por 30,5 m – 186,05 m²;
- deverá haver uma variadíssima arquitetura e algumas casas com cozinhas comunitárias e jardins comuns. Será feito o controle de recuos por parte da municipalidade e exigidas medidas sanitárias;
- uma grande avenida, com 128 m de largura, formará um anel verde de 4,8 km de comprimento, dividindo a cidade em duas porções, constituindo-se um parque adicional de 46,5 ha;
- na avenida, seis lotes serão ocupados por escolas públicas com seus pátios e jardins, sendo os outros reservados para as diversas igrejas;
- na anel externo à grande avenida se localizarão as fábricas, armazéns, laticínios, mercados, carvoarias, serrarias, etc, todos com frente para a via férrea circular que envolve toda a cidade;
- ao redor da área urbanizada será criado um cinturão verde perene, também de propriedade da sociedade imobiliária, onde serão instaladas as granjas e certas atividades urbanas, como casas de repouso e reformatórios. (HOWARD, 2002)

Quando a cidade atingisse o tamanho estimado, seria criada outra nas suas proximidades. O crescimento da cidade deve se dar, dessa forma, pela reprodução integral da cidade-jardim.

> Assim, com o tempo, desenvolver-se-ia um vasto e planejado conglomerado que entraria num processo de expansão quase sem limites; dentro dele, cada cidade-jardim ofereceria um campo aberto de empregos e serviços, mas também estaria ligada às demais por um rápido sistema de transporte (privilegiando-se uma ferrovia intermunicipal, como a denominava Howard), o que proporcionaria todas as oportunidades econômicas e sociais da cidade grande. Howard deu a essa visão policêntrica o nome de cidade social. (HALL, 2002, p. 109)

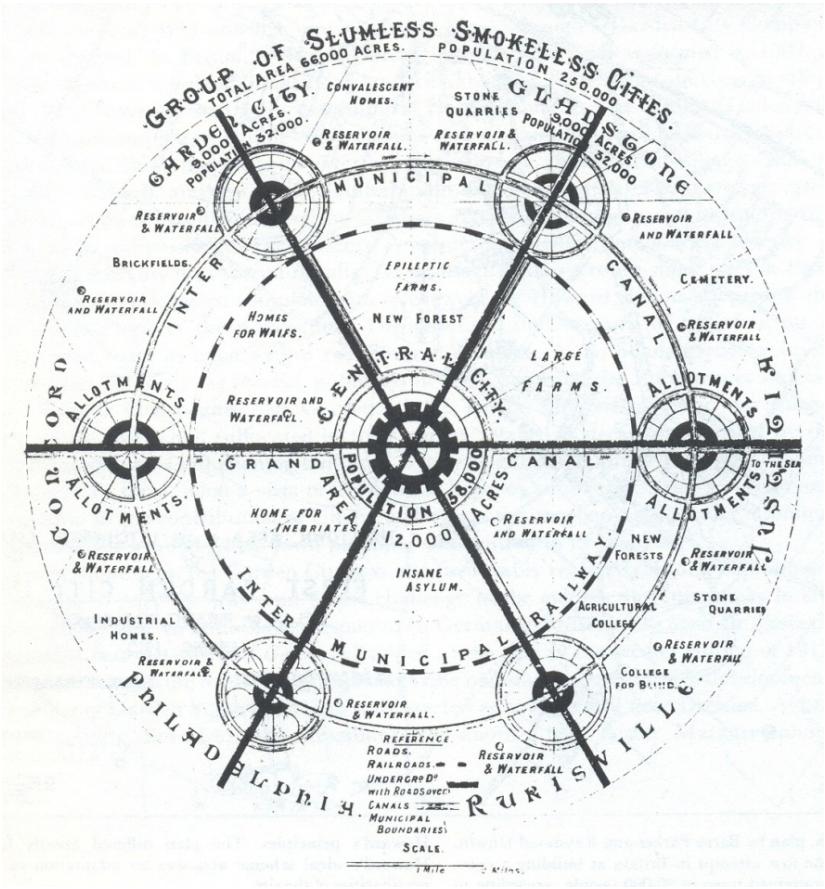


Figura 10 - A "constelação" de cidades de Howard

Fonte: Cherry, 1974, p. 37

Osborn e Whittick (1969) dizem que, para a Garden Cities and Town Planning Association, uma cidade jardim era:

> A cidade jardim é uma cidade projetada para uma vida saudável e para a indústria; com um tamanho que torne possível uma ampla vida social sem ser grande; cercada por um cinturão rural; toda a terra sendo de propriedade pública ou mantida em comodato pela comunidade. (p. 36)[52]

Para a Associação, que lutava pela construção de cidades, a concepção howardiana de cidade-jardim se exprimia numa cidade individualizada.

[52] A Garden City is a Town designed for healthy living and industry; of a size that makes possible a full measure of social life but nor larger; surrounded by a rural belt; the whole of the land being in public ownership or held in trust for the community.

2.2 O desenvolvimento do modelo urbanístico cidade-jardim

A idéia espacial de Howard foi desenvolvida pela primeira vez, em 1904, no projeto de Letchworth, cidade jardim construída com recursos da associação First Garden City Limited, fundada pela Garden City Association – GCA que Howard criara em junho de 1899.

Letchworth, situada a 55 km de Londres, foi o local escolhido, mas se passaram alguns anos entre a compra da terra e o início da obra, porque foi difícil conseguir os recursos para construí-la.

O projeto foi desenvolvido pelos profissionais que ganharam a competição da GCA para dar forma às idéias de Howard, Raymond Unwin e Barry Parker, o primeiro com formação em engenharia e o segundo em decoração de interiores. Ambos foram influenciados pelo pensamento de William Morris, e como dissemos, tinham posições políticas socialistas, vinculadas ao movimento da Fabian Society.

Após sua construção, Letchworth passou a espelhar a idéia urbanística da cidade-jardim, com seu traçado inspirado nas pequenas cidades medievais, com ruas de pequena extensão e acesso por ruas sem saída (terminadas em *culs-de-sac*) de algumas residências. Sua configuração é radial, com uma área comercial central e indústrias concentradas ao longo da principal via de transporte (o ferroviário) e vários espaços quadrangulares arborizados, para onde se voltaram a frente, ou então, os fundos das unidades residenciais.

Foi neste projeto que pela primeira vez na Inglaterra o princípio do zoneamento foi utilizado e se determinou a separação entre tráfego de veículos e de pedestres.

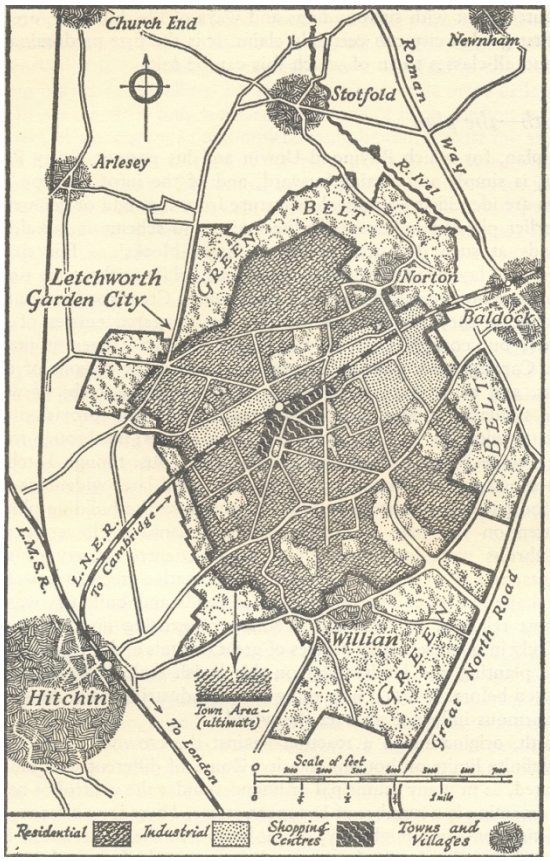


Figura 11 - Plano Geral de Lechworth

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 62

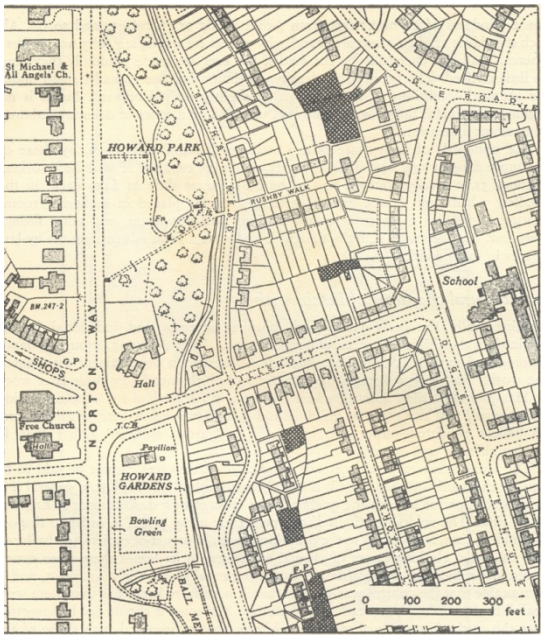


Figura 12 - Trecho da planta de Letchworth

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 64

O livro de Raymond Unwin "Town Planning in Practice" publicado em 1909, apresenta suas idéias e compreensão sobre as relações ideais entre edifícios e espaços abertos. Sua preocupação era que seu urbanismo, antes de tudo, promovesse beleza e deleite.

Em seu livro, após apresentar uma série de cidades européias, discute o conceito de urbanismo "formal" e "informal", ou seja, o primeiro projetando ruas retas, desenho ordenado e planejado, e o segundo mais próximo das leis da natureza, aceitando-se que ela pode contribuir para o resultado final do projeto. Unwin, contudo, não defende no livro um ou outro tipo de abordagem projetual.

Mas é na adaptação ao sítio e o uso de suas belezas naturais, que vai buscar os elementos para desenvolvimento de projetos de cidade, e de suas cidades-jardim.

> Se o projetista trabalha com o espírito correto, ele tem que cultivar em seu coração o amor pela beleza da natureza, e ao mesmo tempo ter em vista sempre um claro julgamento sobre a beleza do projeto final que procura desenvolver. Sua busca por um tipo de beleza que está além do seu poder de criá-la, fará com que aborde o sítio com reverência, e dessa forma aceitará todas as sugestões que este possa lhe dar. Será de ajuda perceber a importância de incorporar o sítio ao projeto e ainda desenvolver um traçado que leve a harmonização dos edifícios com a paisagem do entorno. Isso o salvará de irrefletidamente destruir árvores ou outras qualidades paisagísticas existentes as quais, com os cuidados adequados, poderão ser preservadas e incorporadas ao projeto. Ao mesmo tempo, sua crença na correção e na importância do projeto final o prevenirá contra sacrificá-lo em demasiado em função de qualidades pouco importantes do sítio, as quais, ainda que possam ter um aspecto charmoso, perderão seu valor nas novas condições a serem impostas, ou talvez tenham pouca importância para o resultado final. O projetista que abordar seu trabalho com esse espírito pode – não, eu devo dizer deve – se permitir decidir, em cada

> caso, até que ponto o relevo de seu sítio deve ser seguido e até que ponto o seu projeto deve prevalecer, onde um ou o outro deve predominar. (UNWIN, 1994, p. 136/137)[53]

A cidade projetada também buscou o "equilíbrio" propagado por Howard. Houve a preocupação de construir casas e lotes com tamanhos diversos, para abrigar população das diversas classes sociais, e esses lotes foram distribuídos por toda a cidade.[54]

Figura 13 - Letchworth

Fonte: http://www.answers.com/topic/letchworth

Após Letchworth, Unwin desenvolveu o projeto de Hampstead, que não era uma cidade independente, mas um subúrbio de Londres. Esse projeto deu um novo significado à cidade-jardim, que começou a ser vista também como um arranjo urbano diferenciado e onde a terra era de propriedade coletiva, ainda que a Garden Cities Association (depois Garden Cities and Town Planning Association) rejeitasse essa solução.

Unwin e Parker também projetaram o subúrbio de Ealing (Londres) além de alguns outros na periferia de Leicester, Cardiff e Stock-on-Trent. (HALL, 2002)

---

[53] If the designer is to go to work in a right spirit, he must cherish in his heart a love for all natural beauty, and at the same time have always in his mind a clear appreciation of the beauty of the definite design which he seeks to develop. His regard for a type of beauty which it is beyond his power to create will cause him to approach his site with reverence, will fit him to receive from it all the suggestions which it has to offer. It will help him to realise the importance of incorporating his design with the site and of so arranging his scheme of laying out that it may serve as a means of harmonizing his buildings with the surrounding country. It will save him from rashly destroying trees or other existing features which, with care, might be preserved and incorporated in his design. At the same time, his belief in the rightness and the importance of definite design will prevent him from sacrificing it unduly to quite minor features of the site, which, however charming they may be in their present state, may either lose their value in the new conditions to be imposed or may be of less importance than the completion of the scheme. The designer who approaches his work in this spirit may – no, I would say *must* – be left to decide for himself in each case how far the lines of his site must be followed and how far his design must prevail where the one or the other must give away.

[54] Contudo a cidade não foi ocupada por pessoas de todas as classes sociais, seu ineditismo e significado simbólico de contestação da sociedade da época, fez com que fosse ocupada por pessoas afinadas com os ideais do movimento cidade jardim, como intelectuais e artistas.

A Lei de Habitação e Planejamento Urbano (Housing and Town Planning Act) de 1909 permitiu às cooperativas imobiliárias emprestar dinheiro a juros baixos, o que favoreceu o aparecimento de vários assentamentos. Dessa forma, várias outras "cidades-jardim" foram construídas na Inglaterra pelo poder público local ou por particulares, mas que segundo HALL (2002), nada tinham em comum com as idéias de Howard ou de Unwin e Parker.

Em 1919 a Garden City Association, agora com o nome de Garden Cities and Town Planning Association, construiu mais uma cidade – Welwyn, com projeto desenvolvido por Louis de Soissons, arquiteto de ascendência francesa nascido no Canadá, e que mudou ainda criança para a Inglaterra e lá viveu o resto de sua vida.

Mas a proposta urbanística não se diferenciou da então consagrada por Unwin e Parker, ainda que a inspiração de Soissons fosse o repertório Beaux-Arts.

2.3 A difusão e modificação da idéia de cidade-jardim

Barry Parker desenvolveu na Inglaterra, a partir da década de 1920, uma outra cidade jardim – Wythenshawe – onde aplicou alguns princípios que conheceu em Nova York, quando lá esteve em 1925. Esses princípios foram depois incorporados ao ideário cidade-jardim, e eram: a unidade de vizinhança – que Clarence Perry desenvolveu para o Plano de Nova York e de seus arredores; o arranjo Radburn (Figura 14), que Clarence Stein e Henry Wright haviam desenvolvido para uma cidade com esse nome, mas que de certa forma enquanto idéia já tinha estado presente em Letchworth; e o princípio do *parkway*.

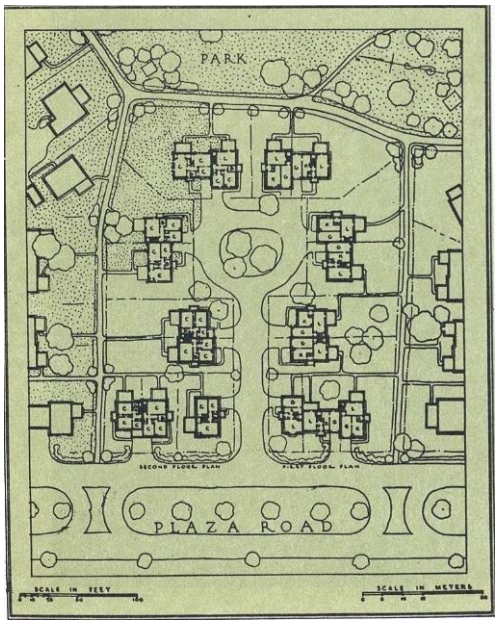


Figura 14 - O arranjo Radburn - a rua para um pequeno conjunto de moradias terminada numa praça.

Fonte: Ottoni, 2002, p. 80

A introdução da idéia de unidade de vizinhança determinou uma nova forma de organização do espaço nas cidades-jardim.

O elemento central das unidades é uma escola primária, seu tamanho definido em função da capacidade de atendimento dessa escola e da densidade habitacional prevista para a área, de tal forma que a distância entre as casas (no limite da área) e a escola possa facilmente ser percorrida a pé por uma criança. Ao lado da escola elementar deveria ser reservada uma área de lazer. O comércio local seria implantado em terreno situado entre as diversas unidades de vizinhança, a uma distância não superior a 400 m.

Nas extremidades das unidades de vizinhança estariam as vias principais, de maior tráfego, e as vias internas deveriam desencorajar o tráfego de passagem.

Ao mesmo tempo em que, por obra de Parker, a cidade-jardim inglesa incorporava concepções urbanísticas americanas, o modelo cidade-jardim se difundia nos Estados Unidos.

Uma grande difusora desse ideário foi a Regional Planning Association of America, formada durante a década de 1920, e que teve entre seus membros mais conhecidos os arquitetos Clarence Stein e Henry Wright, o sociólogo Clarence Perry e o historiador Lewis Munford.

As idéias de origem americana retrabalhadas por Parker também incorporaram o ideário norte-americano de cidades-jardim, e foram utilizadas em Sunnyside Gardens, um subúrbio na cidade de Nova York construído entre 1924 e 28. Houve uma grande troca de idéias entre ingleses e americanos nas primeiras décadas do século XX.

Mas a maior contribuição ao ideário inglês de cidade-jardim, segundo HALL (2002), foi a construção das cidades "radburns", projetos de Stein e Wright, como Chatam Village e Baldwin Hills Village.

O ideário foi também utilizado na construção de cidades novas denominadas genericamente de *Greenbelt Cities* (cidades de cinturão verde), financiadas pelo governo americano no período conhecido como New Deal (1933-39) e que, segundo Hall (2002), enquanto política pública foram o grande exemplo para o programa das cidades novas desenvolvido pelo governo inglês no segundo pós-guerra.

No período entre as duas guerras mundiais o ideário cidade-jardim se espalhou pela Europa, atingindo a França, a Alemanha e a Espanha, onde cidades-jardim e subúrbios-jardim foram criados, ainda que cada país contribuísse com inovações para o modelo de cidade-jardim.

Na França, as dezesseis cidades-jardim implantadas ao redor de Paris entre 1916 e 1939, por Henri Sellier, diretor do Office Public des Habitations à Bon Marché, tiveram como modelo a concepção expressa em Hampstead. E em 1904, sob a direção de George Benoit-Lévy foi criada a Associação Cidade Jardim francesa.

Na Alemanha, a primeira cidade-jardim foi uma cidade operária construída pela indústria Krupp em 1912 - Margarethenhöhe, cujo projeto, de Georg Metzendorf, seguiu a concepção de Unwin e Parker desenvolvido em New Earswick (HALL, 2002). Também foi criada uma revista cujo título era cidade-

jardim (Gartenstadt). Outro grande defensor desse ideário na Alemanha foi Ernst May, que trabalhou no escritório de Unwin quando da construção de Letchworth e Hampstead.

May foi o arquiteto responsável pela construção de vários conjuntos habitacionais na cidade de Frankfurt que, pela impossibilidade concreta de se constituírem como cidades novas, foram projetados como subúrbios-jardim. Nestes conjuntos, a arquitetura não segue a tradição inglesa da utilização do repertório vernacular, e filia-se ao movimento que então se iniciava, o da arquitetura modernista.

A difusão desse ideário levou à criação em 1913 de uma International Garden Cities and Town Planning Association, e no seu comitê dezoito países estavam representados. (CHERRY, 1974)

Os ideais howardianos foram defendidos por ele e por Frederic J. Osborn durante toda a vida de Howard através da Garden Cities and Town Planning Association[55] e mesmo após a morte de Howard, tiveram em Osborn um fiel defensor.

2.4 A difusão do modelo cidade-jardim no Brasil

Ainda que Vitor da Silva Freire, engenheiro da Prefeitura Municipal de São Paulo e professor da Escola Politécnica, tenha citado a proposta de cidade-jardim antes da 1ª Guerra Mundial, ou que Saturnino de Brito tenha feito referência à cidade-jardim no relatório desenvolvido para a cidade de Santos no início do século, devemos creditar a introdução do modelo cidade-jardim no Brasil a Barry Parker, que contratado pela Companhia City of São Paulo Improvements and Freehold Company Ltd, projetou na cidade de São Paulo, o Jardim América e o Pacaembu, entre 1917 e 1919.

Nessa época estagiou no escritório da City o engenheiro Jorge de Macedo Vieira, que posteriormente projetou bairros e cidades novas seguindo esse ideário. É o caso do Jardim da Saúde, bairro da cidade de São Paulo e das cidades de Águas de São Pedro (SP), Maringá e Cianorte (PR).

Outro profissional que contribuiu para a difusão deste ideário no Brasil foi Attílio Côrrea Lima, com o projeto de Goiânia. Côrrea Lima teve contato com o ideário quando fez sua pós-graduação em urbanismo em Paris, e sua tese abrangeu uma proposta da implantação de um bairro-jardim na cidade de Niterói, ainda que nela predomine a influência do urbanismo Beaux-Arts.

Em 1930, Alfred Agache no plano desenvolvido para o Rio de Janeiro, propôs que fossem construídas duas cidades-jardim, uma na Ilha do Governador e outra em Paquetá. Nas conferências que fez no Rio, em 1927, discorreu sobre o ideário, apoiando-se em Howard.

Alguns bairros do Rio de Janeiro, da década de 1930, também foram concebidos com inspirações neste ideário, como é o caso do Bairro de Laranjeiras, cujo prospecto de venda o chamava de Cidade Jardim Laranjeiras. (OTTONI, 2002)

55 Essa associação a partir de 1941 passou a se chamar Town and Country Planning Association (T.C.P.A.).

Giacomo Palumbo, arquiteto italiano radicado no Rio de Janeiro, desenvolveu um plano de urbanização para uma área do Recreio dos Bandeirantes – Barra da Tijuca, que também se apóia nesse ideário. (ANDRADE, 1998)

Mas o ideário também penetrou no Brasil a partir da experiência americana. O projeto de Radburn foi citado por dois engenheiros, que tiveram grande influência no Rio e em São Paulo: Armando de Godói e Francisco Prestes Maia.

Em 1942, José Octacílio Saboya Ribeiro, professor da Faculdade Nacional de Arquitetura, projetou o Bairro Residencial Autônomo da Chácara do Pires em Porto Alegre com elementos desse ideário, bairro que depois ficou conhecido como o conjunto IAPI Passo d'Areia. Também o Parque Guinle projetado por Lucio Costa em Laranjeiras – Rio de Janeiro, e construído no início dos anos 1940 trouxe elementos paisagísticos da cidade-jardim, ainda que o traçado viário e o próprio Parque já estivessem pré-determinados. (ANDRADE, 1998)

Os elementos projetuais desse ideário eram apresentados aos alunos pelos professores da Faculdade Nacional de Arquitetura, nas décadas de 1940 e 50, e arquitetos formados por aquela escola utilizaram esses elementos em seus projetos. (ver Capítulo II)

É o caso de Sergio Bernardes, cujo projeto da Cidade Jardim Eldorado (Contagem – MG) de 1954, tem claras ressonâncias da concepção cidade-jardim, tanto que sua apresentação na capa da Revista Arquitetura e Engenharia n.º 31 (Jul/Set 1954), se fez ao lado de modelos dessa tradição, como o esquema de Howard para a constelação de cidades e o projeto da cidade-jardim de Welwyn, do arquiteto inglês Louis de Soissons. Também projetos urbanísticos dos Irmãos Roberto seguiram essa tradição. Um exemplo disso é a proposta urbanística que fizeram para a construção de Brasília.

A concepção que se difundiu no Brasil não foi inspirada em Howard diretamente, mas sim no urbanismo cidade-jardim difundido a partir de Unwin e Parker, e as propostas, ainda que considerassem os seus principais elementos e recomendações de traçado e do arranjo espacial, não defenderam as preocupações sociais e políticas presentes no discurso de Howard[56].

E essa visão reducionista também esteve presente no curso de urbanismo da FNA, responsável pela formação de um grande número de arquitetos brasileiros de renome. Lá não se abordava Howard, como nos disse Jayme Zettel (2007), formado na FNA em 1957:

> Eu só fui conhecer o Ebenezer Howard lá no County [LCC)] em Londres. Porque o curso de urbanismo do LCC era baseado no Howard, ele era o mentor do curso de urbanismo. E vou dizer mais ainda: quando eu fui morar com o Marshall [Percy Johnson-Marshall], que morava no Hampstead Garden Suburb, que era baseado nas idéias do Ebenezer Howard, é que eu fui entender de fato, só que no centro de Hampstead tinha a igreja e não o comércio como nas new towns.

[56] Alguns aspectos sociais do ideário, como a preocupação que as cidades fossem construídas para prover habitações para operários e população de baixa renda, foram lembrados por Agache (nas conferências) e Godói (em texto denominado *A Cidade-jardim*). (Cf ANDRADE, 1998)

3. O nascimento do Planejamento Urbano na Inglaterra

O desenvolvimento no século XX do planejamento urbano na Inglaterra (town planning), foi uma resposta política, social, cultural, profissional e técnica para as circunstâncias que caracterizaram a passagem do século XIX para o século XX. Na Inglaterra, o crescimento das cidades e o abandono do campo levaram a uma continua transformação urbana no século XIX, com cidades começando a ser servidas por serviços coletivos de água e esgoto, pavimentação, energia elétrica e com controle público dos cemitérios.

Também naquele século cresceu a intervenção em questões habitacionais e as administrações locais começaram a implantar nas cidades equipamentos sociais e culturais, como bibliotecas, museus, praças e parques. A educação formal tornou-se obrigatória. Essas alterações fizeram com que pouco a pouco se consolidasse a idéia da intervenção pública na vida urbana e comunitária, idéia que segundo Cherry (1974) estava bem fortalecida na passagem do século, ainda que persistissem oposições de grupos organizados.

Foi essa nova forma de entender a atuação do Estado que permitiu a promulgação do "The Housing, Town Planning, etc. Act"[sic] em 1909, primeira conquista daqueles que advogavam o planejamento urbano. Em síntese essa lei propôs que a construção de habitações sociais por parte da iniciativa privada fosse incentivada, mas que elas deveriam estar submetidas a um plano de ordenamento urbano desenvolvido pelas administrações locais. A iniciativa privada tinha que compulsoriamente seguir esse plano. Os historiadores britânicos, como Gordon Cherry e J. Barry Cullingworth, enfatizam que a origem dessa lei está vinculada às políticas sanitaristas do século XIX.

Na Inglaterra vitoriana os arquitetos tinham uma posição social elevada. Eram considerados "cavalheiros", eram confidentes de cavalheiros e desta forma eram árbitros do "bom gosto". O Royal Institute of British Architects – RIBA – foi fundado em 1834, e em 37 já tinham permissão real (Royal Chart) para atuar como árbitro da profissão.

Foram os arquitetos os primeiros a colocarem em questão a necessidade de planejamento urbano (1904), ainda que suas recomendações estivessem vinculadas à questão estética, que consideravam ser sua total atribuição.

> Um memorando, endereçado em Dezembro de 1904 às autoridades locais opinando sobre edifícios de importância arquitetônica no seu território, colocou "que quando o funcionário público é um engenheiro ou agrimensor, o aspecto artístico do edifício por ele projetado pode ser diminuído ou mal compreendido pela razão de que ele não recebeu a formação artística do arquiteto". [57](JOURNAL OF THE ROYAL INSTITUTE OF BRITISH ARCHITETCS, XIL, 113, 1905, Apud CHERRY, 1974, p. 44)

Ainda que outros profissionais também desenvolvessem ações de planejamento urbano, como engenheiros, agrimensores e advogados, muitos deles empregados em administrações municipais, o

[57] A memorandum, addressed in December 1904 to local authorities regarding municipal buildings of architectural importance, point out "that when the official is an engineer or surveyor, the artistic aspect of buildings designed by him is apt to be overlooked or misunderstood by reason of his not having received the artistic training of the architect."

RIBA passou a defender que o crescimento das cidades e de seus subúrbios não podia ser somente tratado por aqueles profissionais.

Na primeira década do século XX, o movimento pelo planejamento urbano reuniu várias organizações, sendo a principal delas a Garden Cities and Town Planning Association. Além dela e do Town Planning Institute, criado em 1913, outros envolvidos foram o Fabian Movement, a Sociological Society, o National Housing Reform Council e o Co-partnership Tenants Housing Council.

Foi a promulgação da legislação de 1909, associada com o aparecimento e desenvolvimento de um corpo coerente de conhecimento e práticas, com o início do ensino desse conhecimento nas universidades[58], aliada à criação do órgão de classe do novo profissional (Town Planning Institute), o planejador (town planner), que inaugurou essa nova abordagem para as cidades.

Em 1907 o RIBA criou um Comitê de Desenvolvimento das Cidades e Subúrbios, posteriormente denominado Comitê de Planejamento Urbano, e em 1910 Raymond Unwin, em nome do Instituto organizou a Conferência de Planejamento Urbano, o que assegurou aos arquitetos uma posição privilegiada na definição dos rumos do planejamento urbano inglês. (CHERRY, 1974)

Mas a conferência também alterou a forma de entender a atividade de planejamento urbano, visto não mais como uma simples questão de "bom gosto" e sim como uma atividade que necessitava de soluções práticas em vários campos.

O relatório de 1911 do Comitê de Planejamento Urbano do RIBA colocou essa questão de forma clara, ainda que o Instituto nunca o tenha aceito como sua política oficial. Mas a partir de então a idéia de que o planejamento urbano era resultado de uma atuação multidisciplinar começou a predominar.

De fato, o "Town Planning, Housing, etc. Act" de 1909, colocara em destaque a figura do funcionário municipal encarregado da cidade: engenheiros e agrimensores. Engenheiros municipais, organizados em uma associação própria, acabaram por realizar o primeiro exame destinado a formar planejadores urbanos em 1914.

Como os planejadores urbanos ingleses nessa época eram muito poucos e de diversas profissões, ainda que predominassem os arquitetos, aos poucos foi estabelecido que a atividade tinha que ter um órgão profissional específico. Criado nesse mesmo ano, o Town Planning Institute, passou a ser esse órgão. O consenso de que a atividade tinha aspectos de várias formações profissionais, e o trabalho conjunto realizado por vários especialistas naqueles anos, levou à criação do Instituto com a participação de profissionais de várias áreas.

A Garden City and Town Planning Association, em seu estatuto, previu incentivar a promoção do planejamento urbano, ajudar ou projetar cidades-jardim, subúrbios-jardim e vilas-jardim, além de ações de propaganda, como a publicação de informações sobre o movimento, a promoção de conferências por seus membros para educar a opinião pública.

Também se propunha a influenciar a elaboração de legislação federal e local. Sua contribuição e importância se deram de várias maneiras, em especial por ter sido um fórum de discussão onde se

[58] O primeiro curso de planejamento urbano da Inglaterra foi criado na Universidade de Liverpool em 1909.

formaram vários membros da primeira geração de planejadores ingleses. Thomas Adams[59], o primeiro secretário permanente da Associação, posteriormente tornou-se o primeiro presidente do Town Planning Institute.

A National Housing Reform Council (que em 1909 mudou seu nome para National Housing and Town Planning Council) também teve grande influência. Fundada por Henry R. Aldridge, que estava ligado ao movimento pela nacionalização da terra e ao movimento socialista, sempre teve um maior volume de recursos para divulgação de suas idéias do que a GCTPA. As conferências que foram realizadas na Inglaterra por este Conselho lhe deram muita visibilidade, e em particular uma delas, feita durante o Congresso do Sindicato dos Comerciantes (Trade Union Congress) em 1904, em conjunto com o Conselho Nacional de Habitação para Trabalhadores (Workmen's National Housing Council) levou aqueles congressistas a abraçarem a causa do planejamento urbano. A associação teve ainda um importante papel na difusão da idéia do planejamento como uma atividade estatal e um de seus membros era Raymond Unwin. (CHERRY, 1974)

Outras associações profissionais também se envolveram na defesa do town planning nos seus primórdios, como o ICE – Institution of Civil Engineers, e a Law Society.

Após a promulgação da legislação urbanística de 1909, iniciou-se uma disputa pelo campo de trabalho que então se abriu, e essa disputa, na Inglaterra, deu-se principalmente entre arquitetos e engenheiros.

Nas associações de classe destas categorias, bem como em outras também imbricadas com a questão do projeto das cidades e subúrbios, como na associação dos agrimensores (Surveyors' Institute), alguns membros mais vinculados ao Planejamento Urbano começaram a se posicionar no sentido de que o planejamento urbano era uma atividade multidisciplinar, e que não poderia ser atribuição de arquitetos ou engenheiros exclusivamente.

Esse posicionamento ganhou amplo apoio e um importante canal de divulgação foi a revista Town Planning Review, criada pela Universidade de Liverpool em 1910.

Ainda que subsistissem entendimentos para a grande maioria dos profissionais envolvidos com o planejamento de que este poderia ser realizado, de forma correta, por profissionais de qualquer área; a posição de que o planejamento era uma atividade especial e de que o planejador tinha que ter conhecimentos advindos de campos de estudo diversos ganhou cada vez mais adeptos, posição que foi defendida principalmente pelo arquiteto Stanley Davenport Adshead, primeiro diretor do departamento de Civic Design na Universidade de Liverpool.

Um grupo de profissionais, a maioria arquitetos, começou a se reunir principalmente no ano de 1913, formando um comitê provisório, com o objetivo de criar um órgão de classe para o planejador.

[59] Thomas Adams, um fazendeiro escocês, teve um papel importante na fundação do Town Planning Institute. Na Inglaterra ele se associou ao arquiteto Edwin Lutyens e construiu um dos primeiros subúrbios-jardim, o que o levou a ocupar um cargo no governo central da Inglaterra. Posteriormente ele se mudou para os Estados Unidos e entre 1923 a 1930 foi o diretor do Plano Regional de Nova York feito pela Russell Sage Fundation. (http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/adams_t.htm)

Na primeira reunião realizada em Julho de 1913, o grupo foi formado por cinco arquitetos (Geoffrey Lucas, Archibald Stuart Soutar, H. V. Lanchester, Adshead e Raymond Unwin) e três agrimensores (Thomas Adams[60], W. R. Davidge e George L. Pepler).

O Comitê Provisório instalado no primeiro encontro reunia agrimensores, arquitetos, engenheiros e um sociólogo. Desta forma o TPI passou a ser o local de encontro de profissionais de áreas diferentes, o que lhe ampliou o poder político, mas a predominância dos profissionais da área técnica fez com que o Planejamento começasse a adquirir uma feição de atividade prática e especializada.

Após a primeira reunião foi feita uma lista contendo os nomes dos profissionais que deveriam ser convidados a participar do órgão. Em Novembro do mesmo ano, uma carta foi enviada a todos os listados, convidando-os a formar o Town Planning Institute,

> [...] para avançar no estudo do Town Planning e do Civic Design com o objetivo de promover o desenvolvimento artístico e científico de cidades grandes e pequenas e assegurar uma associação entre todos os engajados ou interessados na prática do planejamento urbano[61]. (CHERRY, 1974, p. 58)

Em 21 de Novembro de 1913 o Instituto foi criado e Thomas Adams, que era membro da Garden Cities and Town Planning Association, foi eleito seu primeiro presidente.

O Instituto ainda contava com J. W. Cockrill e Unwin como vice-presidentes, Patrick Geddes como Bibliotecário Honorário e Pepler como Secretário Honorário e Tesoureiro.

Eram admitidos como associados não só aqueles que exerciam funções de planejamento e que tinham algum tipo de treinamento teórico, mas também aqueles sem treinamento específico e profissionais de outras áreas e políticos que admitissem simpatia pela causa do planejamento urbano.

A primeira lista de associados foi publicada em Maio de 1914, e tinha cinqüenta e dois membros, sendo dezoito membros associados, seis membros legais, vinte e oito membros honorários e onze associados.

Nesta lista são encontrados todos os expoentes do Town Planning britânico desse período, como Patrick Abercrombie, Barry Parker, Neville Chamberlain, T. C. Horsfall, Ebenezer Howard, C. H. Reilly, entre outros. Em 1916, o instituto criou um "exame" ao qual tinham que se submeter aqueles que se propunham a se tornar membros. Esse exame instituiu a profissão específica de planejador.

Segundo Cherry (1974), com a institucionalização do TPI, os propagandistas e idealistas passaram a ser minoria. Consagrava-se assim o planejamento urbano como uma nova profissão, e aos recém-chegados passou a ser solicitada formação específica.

---

[60] Em 1913 Adams recebeu esse título profissional.

[61] [...] to advance the study of Town Planning and Civic Design to promote the artistic and scientific development of towns and cities and to secure the association of those engaged on or interested in the practice of town planning.

Mas à frente do Instituto e da profissão também estavam pessoas com uma comum visão do mundo: eram liberais, quakers[62], pessoas com tendências radicais e com uma marcante consciência social. E isso instituiu como meta do Instituto conseguir melhores moradias para operários, equilíbrio, reforma e melhoria das condições de vida e do meio ambiente.

Foi nos primeiros anos do século 20, em especial antes do início da 1ª Guerra Mundial, que, dessa forma, surgiu o Town Planning, como prática, mas também como um campo específico de conhecimento, como uma teoria difundida em revistas especializadas e ensinada em universidades e como organização civil.

Essa institucionalização do Planejamento Urbano aconteceu ao mesmo tempo em que os grandes expoentes do movimento passaram a ocupar cargos importantes no governo. Mas por serem profissionais oriundos das áreas técnicas, a ênfase do planejamento ficava com o produto final: o projeto físico.

> [...] oriundas que eram das necessidades profissionais, amiúde através de subprodutos de profissões afins como arquitetura e engenharia, viram-se elas, desde o início, permeadas pelos estilos peculiares a essas profissões cuja base era o projeto.
>
> [...]
>
> O processo era todo ele muito imediatista, baseado no acerto do primeiro tiro: o levantamento (abordagem geddesiana) era seguido da análise (abordagem por conhecimento implícito) e, imediatamente após, vinha o projeto. (HALL, 2002, p. 383/384)

Cherry (1974) argumenta que o fato da liderança do TPI ter sida assumida pelos três grupos profissionais que inicialmente haviam se envolvido com o planejamento (arquitetos, engenheiros e agrimensores), levou o Planejamento Urbano a ser visto como uma atividade prática e técnica e o planejamento como uma específica habilidade e especialidade. Contudo, em sua origem, também esteve comprometido com reformas sociais e posições idealistas.

Mas a partir da criação do TPI, a vertente técnica e prática do Town Planning começou a sobrepujar as visões mais idealistas e utópicas, e para Evans (1997) isso levou esse órgão a um afastamento de outras associações mais propagandísticas, como a Garden Cities and Town Planning Association.

O Town Planning Institute desempenhou um papel importante nas décadas seguintes, mas foi somente em 1971 que ele se transformou numa organização de classe reconhecida pelo Estado Britânico, passando então a se chamar Royal Town Planning Institute.

A metodologia de planejamento desenvolvida por esses planejadores se iniciava com o *survey* (pesquisa), cuja abordagem era geddesiana, como dissemos.

Patrick Geddes é um importante personagem do planejamento britânico. Biólogo escocês e professor da Universidade de Dundee e com prática em projeto paisagístico, publicou em 1915 o livro Cidades em Evolução (Cities in Evolution), que foi um dos documentos-chave do planejamento urbano.

[62] Membros de um grupo religioso pacifista de tradição protestante, que se rebelaram contra a Igreja Anglicana e que foram perseguidos na Inglaterra, e por isso migraram em massa para os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX.

Neste livro Geddes defende que o planejamento deve ser mais abrangente do que propor soluções técnicas e estéticas. E em sua concepção o novo especialista, o planejador, deve propor harmonia e entender uma cidade em seus complexos aspectos físicos, econômicos e sociais.

Foi ele que cunhou o termo "conurbação" e, vendo a cidade por seu aspecto social e não físico, propiciou que as ciências sociais compartilhassem de uma abordagem técnica no entendimento da evolução das cidades.

Contudo a influência de Geddes, que estimulou a prática de planejamento ser reconhecida como uma especialidade técnica, como profissão e como ensino específico, já se fazia sentir vários anos antes.

Sua participação na Sociological Society, criada em 1904, o levou a defender seus pontos de vista sobre a necessidade de uma ampla pesquisa precedendo intervenções em cidades. Sua palavra de ordem era nesta época "a cidade é mais do que um lugar no espaço, ela é um drama no tempo" (CHERRY, 1974, p.52)

Cherry (1974) considera que os ensinamentos de Geddes em seu livro "Cidades em Evolução" foi fundamental para definir o caminho da profissão e de seus profissionais até a década de 1970 e que seu pensamento globalizante permitiu a internacionalização do planejamento urbano.

> Acima de tudo ele ofereceu uma filosofia social que deu forma a uma utopia social que muitos planejadores herdaram: "Town planning não é algo que pode ser feito de uma posição superior, com princípios gerais que podem facilmente ser utilizados, que podem ser aprendidos em uma situação e lugar e utilizados em outra... é o desenvolvimento da vida de um lugar, com caráter regional, um espírito de cidadania, uma individualidade única, logicamente capaz de crescimento e expansão, de ser melhorado e desenvolvido de diversas formas, também para o lucro através do exemplo e críticas de terceiros, ainda que sempre de sua forma particular e sobre seus próprios alicerces. Desse modo a renovada arte do town planning tem que se desenvolver no sentido de uma arte ainda mais elevada, a do projeto da cidade – uma fantástica orquestração de todas as artes, e correspondentes necessidades, e ainda por suas pesquisas iniciais, de todas as ciências sociais" (CHERRY, 1974, p. 52)[6364]

Deve-se também a Geddes a visão de que a região deve ser considerada no planejamento da cidade.

Hall (2002) coloca que as idéias professadas por Geddes têm sua origem na geografia e sociologia francesa. Segundo ele, serviram-lhe de inspiração os trabalhos de Elisée Reclus, Paul Vidal de La Blache e Frédéric Le Play. É deles que ele trouxe o conceito de região natural e essa visão regional, de matriz francesa, que foi utilizada nos planos para as cidades inglesas, formulados durante a 2ª Guerra Mundial, como o de Patrick Abercrombie para a Grande Londres, realizado em 1944.

Outra importante contribuição de Geddes vincula-se à ênfase dada à necessidade da realização de uma ampla pesquisa dos aspectos físicos, sociais e econômicos da área a ser planejada.

---

[63] Cherry cita o livro de Patrick Geddes - Cities in Evolution, de 1914.

[64] Above all he offered a social philosophy which gave form to the utopian idealism which most planners naturally inherited: "Town planning is not something which can be done from above, on general principles easily laid down, which can be learned in one place and imitated in another…it is the development of a local life, a regional character, a civic spirit, a unique individuality, capable of course of growth and expansion, of improvement and development in many ways, of profiting too by the example and criticism of others, yet always in its own way and upon its own foundations. Thus the renewed art of town planning has to develop into an art yet higher, that of city design – a veritable orchestration of all the arts, and correspondingly needing, even for its preliminary surveys, all the social sciences."

Essa recomendação teve uma importância fundamental no desenvolvimento do Planejamento Urbano e foi usada em todas as metodologias de planejamento adotadas posteriormente nos diversos países ocidentais.

Hall (2002) chama atenção para um ponto de extrema importância da filosofia de Geddes, que por ser também inspirada nos geógrafos e anarquistas Reclus e Piotr Kropotkin, propôs que cada região natural, com suas cidades e vilarejos, se transformassem em unidades autônomas de planejamento e gestão, não mais sujeitas a um estado central. Essas idéias acompanharam a defesa, na Inglaterra, de se favorecer a dispersão das indústrias pelo território nacional, além de defender a participação da comunidade e das organizações comunitárias no processo de planejamento e na gestão da cidade.

Várias dessas idéias foram utilizadas no planejamento britânico da reconstrução após 1945, quando o clima psicológico gerado pela guerra exacerbou a preocupação reformista dos dirigentes e da realeza e elite britânica.

Peter Hall diz, porém, que a introdução desses conceitos não foi feita diretamente a partir do livro de Geddes, mas sim pela atuação de Lewis Mumford e da Regional Planning Association of America, com quem os urbanistas britânicos tiveram muito contato nos anos 1920 e 30, e que então trouxeram as propostas do planejamento regional dos norte-americanos, para o solo Britânico.

Mas, sem dúvida, a concepção cidade-jardim e o desenvolvimento de uma ampla pesquisa da situação do local onde se pretende intervir (survey), foram as duas maiores contribuições dos britânicos ao planejamento urbano e regional desenvolvido no século XX.

De fato, as relações profissionais e de amizade que esses dois homens estabeleceram – Mumford e Geddes – permitiu que Mumford desse um conteúdo mais sistematizado ao pensamento de Geddes do que ele próprio tinha feito, e essa abordagem mumfordiana teve depois grande penetração na Inglaterra.

Mas, sem dúvida, a concepção cidade-jardim e o desenvolvimento de uma ampla pesquisa da situação no local onde se pretendia intervir foram as duas maiores contribuições britânicas ao planejamento urbano e regional desenvolvido no século XX.

3.1 A formação do urbanista na Inglaterra

Em 1909 foi criado o primeiro curso universitário para a formação de planejadores. A partir da doação de recursos de William Hesketh Lever para atividades de pesquisa urbanística na Universidade de Liverpool, lá foi implantado o Departamento de Planejamento Urbano e Desenho Urbano (Department of Town Planning and Civic Design), sendo seu primeiro diretor S. D. Adshead.

Na introdução do prospecto da apresentação do novo curso Adshead expunha sua posição:

> Planejamento Urbano, ainda que intimamente vinculado à Arquitetura e à Engenharia, é um campo de estudos distinto e independente, e o objetivo primeiro da escola é fornecer a Arquitetos, Engenheiros e a

> outros, o conhecimento de matérias suplementares que o Planejamento Urbano requer.[65] (Apud CHERRY, 1974, p. 54)

Ao formar o Departamento, Adshed chama para dar aulas um arquiteto paisagista, um engenheiro, um consultor jurídico (barrister) e então prefeito de Liverpool, e o médico municipal, chefe do serviço de saúde da cidade.

Dessa forma, como formação acadêmica, o Planejamento Urbano surge na Inglaterra como um campo novo e suas bases vão ser estabelecidas ao mesmo tempo em que a discussão e a prática avançam. O principal fórum de discussão foi a Town Planning Review, revista do Departamento e que desde seu início foi dirigida por Leslie Patrick Abercrombie.

Algumas posições sobre o que era esse novo profissional começam a ser colocadas, principalmente a de que o planejador pode ser qualquer pessoa com uma específica formação profissional, desde que ele entenda o suficiente de outros aspectos necessários à atividade e não relacionados a sua formação, que o permita coordenar trabalhos desenvolvidos por equipes multidisciplinares. A formação desse planejador devia então privilegiar uma abordagem generalista.

Mas além da formação universitária, outros cursos e conferências "didáticas" aconteciam paralelamente, como cursos de verão na Universidade de Londres.

Todas essas instituições, onde circulavam quase as mesmas pessoas, aos poucos criam um aparato institucional e legal para controle da formação desse novo profissional. O Town Planning Institute exerceu um papel fundamental, pois foi ele que começou a realizar os exames que reconheciam como apto o novo profissional.

Em 1916 foi realizado o primeiro desses exames, e nesse mesmo ano a direção do Instituto aprovou os temas e indicou a bibliografia para aqueles que iam prestá-los. Para o profissional se submeter ao exame precisava ter alguma qualificação técnica reconhecida, e ter pelo menos um ano de prática em planejamento.

Estes abrangiam cinco temas: história do planejamento urbano, prática de planejamento urbano, e planejamento relacionado a três aspectos: arquitetura, infra-estrutura e equipamentos públicos (*architecture and amenities*), engenharia e pesquisa, e legislação. Os candidatos também tinham que fazer um croqui de um plano e escrever um pequeno texto sobre um dos temas sorteados no dia do exame. Esta estrutura do exame foi utilizada até o final dos anos 1930.

Na metade da década de 1930 foi criado um "Exame Intermediário" que permitiu que profissionais de outras áreas de estudo fossem credenciados como planejadores.

O Instituto se tornou pioneiro no campo da formação desse profissional, principalmente pelo forte relacionamento que estabeleceu com os departamentos das Universidades.

A escola responsável pela formação da maioria dos profissionais que se graduaram na década de 1930 foi a Universidade de Liverpool, que oferecia cursos aos estudantes de arquitetura. Nessa

[65]Town Planning, although intimately connected with Architecture and Engineering, is a distinct and separate study in itself, and the primary object of the school is to equip Architects, Engineers and others with a knowledge of the supplementary subjects that Town Planning connotes.

década, seis entre oito estudantes diplomados em cursos de período integral vinham de lá, bem como quarenta entre os sessenta estudantes, com certificado em cursos de meio período.

Também a Universidade de Birmingham, pouco tempo depois da criação do Departamento de Planejamento Urbano e Desenho Urbano na Universidade de Liverpool, começou a oferecer cursos de planejamento aos seus estudantes. Para isso ela contratou Raymond Unwin. Ele deu duas disciplinas de graduação entre 1912 e 1915 no Departamento de Engenharia Civil, cujos nomes eram "Desenho Urbano e Planejamento Urbano" (Civic Design and Town Planning) e "Origens Sociais e Princípios Econômicos de Cidades" (Social Origins and Economic Bases of Towns).

Em 1914, foi criado um Departamento de Planejamento Urbano na Bartlett Escola de Arquitetura da Universidade de Londres. Para lá se transferiu Adshead, que permaneceu como chefe do Departamento até 1935. Os cursos, que eram de pós-graduação, foram abertos para arquitetos, engenheiros e agrimensores.

Várias outras universidades britânicas foram criando cursos nos anos 30, como Armstrong College em Newcastle, Leeds College of Art e a Universidade de Edimburgo. (CHERRY, 1974)

Na Universidade de Liverpool, com a transferência de Abercrombie para a Universidade de Londres em 1935, William Holford o substituiu com chefe do Departamento, e nessa época a escola contava com professores de paisagismo, engenharia civil e topografia, higiene dos edifícios, legislação urbanística e estudos rurais.

Londres tinha uma escola menor. As atividades só se iniciaram efetivamente em 1918, com cursos de um ano destinados aos que tinham servido na guerra. Aos poucos o curso foi crescendo, além de Adshead, ganhou um professor de engenharia da Universidade e um especialista jurídico do Ministério da Saúde. Um ex-estudante do curso foi admitido como professor de topografia. Com isso o curso passou a ser de três anos, sendo reconhecido pelo TPI em 1932.

Foi somente no final dos anos 30 que o conteúdo dos vários cursos começou a ser seriamente questionado. Unwin, por exemplo, começou a defender uma formação mais ampla, que levasse em conta os grandes problemas relacionados ao planejamento urbano e regional. Outros começaram a apontar a falta de disciplinas que abordassem os aspectos sociológicos e econômicos do planejamento. Isso levou à introdução de algumas disciplinas sociais nos cursos, como geografia.

Mas as alterações mais substanciais só vieram na metade da década de 1940, quando o King's College de New Castle criou um curso de graduação de cinco anos, cujos alunos não precisavam ter nenhuma qualificação prévia. Separava-se então o urbanista de qualquer outra profissão técnica.

No início dos anos 1950 a discussão sobre o ensino de planejamento ficou em suspenso, e nenhuma escola nova foi reconhecida após a grande expansão ocorrida nos anos 40. O TPI criou um comitê para estudar "qualificações para planejadores", e o relatório final apontou a necessidade de serem alteradas as regras do exame do Instituto, retirando-se as provas relativas a elaboração de desenhos e croquis. Com isso aceitou-se que um diretor de planejamento não tinha necessidade de ter formação em projeto, o que começou a colocar em cheque a necessidade dos planejadores terem qualquer formação técnica prévia.

As mudanças começaram a ocorrer aos poucos. Em 1951 o curso de mestrado em Desenho Urbano (Master of Civic Design) da Universidade de Liverpool passou a aceitar alunos que não eram arquitetos, engenheiros ou agrimensores. Em 1953 a TPI começou a aceitar geógrafos e economistas como membros do Instituto.

Mesmo assim o exame do TPI pouco foi alterado até o final dos anos 50, o que fez com que houvesse muitas alterações no conteúdo dos cursos de formação de planejadores.

> Já em 1953 um planejador americano, Lloyd Rodwin, observou que na Grã-Bretanha, "O planejador era ensinado a pensar fisicamente, visualmente, tecnicamente. Ele ainda o faz. Ele é familiar simplesmente, ao final, com a natureza e uso da pesquisa e com o método científico. Ele sabe pouco sobre o pensamento ou a aplicabilidade das ciências sociais, particularmente economia e sociologia." Isto foi o que afetou o desempenho do planejamento britânico no pós-guerra. Houve uma ênfase no projeto ao invés de no método; cidades foram pensadas somente como artefatos físicos e não como sistemas sociais; e não houve compreensão sistemática sobre o ambiente social e econômico cujo controle era esperado.[66] (CHERRY, 1974, p. 230)

Hall (2002) considera que as mudanças que ocorreram na década de 1950 no ensino de planejamento relacionam-se ao fato de que regular o uso do solo passou a ser o maior objetivo do planejamento urbano.

> [...] o planejamento, agora, institucionalizara-se num planejamento que abrangia o uso do solo. Tudo isso refletiu-se fortemente nos currículos das faculdades de urbanismo até meados da década de 50 e, com freqüência, até anos depois; tais currículos, por seu turno, refletiram-se nos livros e artigos escritos pelos planejadores acadêmicos. Planejamento do uso do solo, segundo palavras de Keeble para sua platéia britânica em 1959 (e Kent voltou a lembrá-las em 1964 para a sua contraparte americana), era outro assunto, rigidamente confinado, bastante diferente do planejamento social ou econômico. Esses textos, por sua vez, refletiam o fato de que "os planejadores não tardaram em adotar os modos de pensar e os métodos analíticos desenvolvidos pelos engenheiros no projeto de obras públicas, para, em seguida, aplicá-los ao projeto de cidades". (HALL, 2002, p. 384)

3.1.1 O Curso de pós-graduação em Town Planning da Barttlet School of Architecture da University London College

Hall (2002) coloca que o planejamento ao surgir vinculado a atividades profissionais técnicas, cuja base era o projeto, teve sua prática condicionada por esse saber. Mas o planejador era chamado para atividades que iam um pouco além do projeto urbano. Além de planejar, eles tinham que desenvolver normas que impusessem os planos e controlar o desenvolvimento urbano a partir dessas normas.

Com isso havia necessidade de outros conhecimentos e em 1950, o planejamento institucionalizara-se como forma de determinar o uso do solo.

---

[66] As early as 1953 an American planner, Lloyd Rodwin, observed that in Britain, "The planner was taught to think physically, visually, technically. He stil does. He was only crudely familiar, if at all, with the nature and use of research and scientific method. He knew little of the thinking or the applicability of the social sciences, particularly economics and sociology". This was how it affected the performance of British planning in the post war period. There was an emphasis on design rather than method; cities were thought of as physical artefacts rather than social systems; and there was no systematic understanding of the social and economic environments over which control was sought.

> Tudo isso refletiu-se fortemente nos currículos das faculdades de urbanismo até meados da década de 50 e, com freqüência, até anos depois; tais currículos, por seu turno, refletiram-se nos livros e artigos escritos pelos planejadores acadêmicos. [...]
>
> Embora pudessem dispor de excertos e trechos de teorias sobre a cidade – a diferenciação sociológica da cidade segundo a Escola de Chicago, a teoria dos economistas do solo sobre diferenciais para locação do solo urbano, os conceitos dos geógrafos sobre região natural -, estes lhe serviram apenas como retalhos de conhecimento útil. Na importante distinção estabelecida posteriormente por vários escritores, havia alguma teoria referente ao planejamento, mas não havia nenhuma teoria do planejamento. (HALL, 2002, p. 384)

Segundo ele, havia uma ênfase no resultado e na implementação, mas não se falava em acompanhamento e revisão periódica, nem em continuo treinamento das equipes de planejamento. Dessa forma, o plano era o objeto central do planejamento, e as previsões nele contidas para o desenvolvimento da cidade ou da região para os 20 ou 50 anos subseqüentes, eram vistas como formuladas tecnicamente e de forma apolítica.

Essa compreensão do planejamento era, em síntese, o que determinava que tipo de treinamento deveriam ter os futuros planejadores, e os temas que eram tratados nos cursos.

Não havia muitas diferenças entre os vários cursos das várias universidades, a não ser a experiência prática de seus professores.

O curso do Departamento de Planejamento Urbano da Bartlett Escola de Arquitetura da Universidade de Londres tinha em seu corpo docente, profissionais que estavam entre os profissionais mais requisitados e conhecidos naqueles anos. Abercrombie sucedera Adshead na direção do Departamento de Planejamento em 1935 e, em 1948, esta foi assumida por William Holford, que ministrou o curso até 1970.

Hall (2002) aponta uma grande modificação no currículo das escolas de planejamento em meados dos anos 1950, quando a análise locacional passou a fazer parte do ensino. Esses novos ensinamentos vieram de trabalhos de geógrafos e economistas industriais, que

> [...] descobriram os trabalhos teóricos da localização alemães, tais como Johann Heinrich Von Thünen (1826) sobre agricultura, Alfred Weber (1909) sobre indústria, Walter Christaller (1933) sobre locais centrais, e August Lösch (1940) sobre teoria geral da localização... (p. 387)

Em 1958, na Barttlet, as disciplinas procuravam dar ao planejador uma visão abrangente, com disciplinas técnicas e de ciências sociais. O objetivo era formar o profissional generalista que, como vimos, era o perfil considerado adequado para o exercício da profissão.

O curso era dado em dois anos, sendo o primeiro ano em tempo integral e o segundo ano em tempo parcial, ou em três anos em tempo parcial. Era um curso de pós-graduação, no qual eram aceitos engenheiros, arquitetos, agrimensores e geógrafos.

As disciplinas do curso eram História do Planejamento Territorial, Teoria do Planejamento Territorial, Geografia Econômica, Pesquisa Social, Elementos de construção de edifícios, estradas e

pontes, Legislação do Planejamento Territorial, Engenharia – suas relações com o planejamento territorial, Agrimensura – suas relações com o planejamento territorial, Economia do uso da terra, Sociologia e Estatística Social, Organização e Prática do Planejamento Territorial, Projetos de cidades e seus componentes.

Eram ainda solicitados trabalhos práticos aos alunos, sendo os primeiros mais teóricos (estudo histórico e atual de uma cidade ou vila) e os últimos já voltados para a diplomação (apresentação de uma tese). (BIRKHOLZ, 1967).

As discussões e a prática desenvolvidas na Inglaterra determinaram uma formação profissional que era bem ampla, dando respaldo a que esses novos profissionais se considerassem "especialistas em planejamento", com habilidades específicas.

Como a experiência de planejamento nessa época não estava tão avançada em outros países, a Inglaterra passou a ser um centro de formação de planejadores.

4. O planejamento de Londres (1943 – 1951)

4.1 O papel do London County Council no planejamento de Londres

O crescimento de Londres no século XIX trouxe consigo um considerável aumento nos problemas urbanos. A extensa área urbanizada não tinha uma administração central e era formada por setenta e oito paróquias ao redor da antiga Londres, isto é, a área da City. Parte dessas paróquias estava sob jurisdição de cidades localizadas longe deste aglomerado urbano, como Middlesex, Kent e Surrey. Desta forma, tanto a City, quanto as paróquias, estavam submetidas a diferentes leis e os serviços urbanos e de infra-estrutura tinham sido outorgados a um grande número de pequenos órgãos comunitários, cada um deles cobrando taxas de serviços diferenciadas. Havia também alguns órgãos supra-municipais, que tinham atribuições setoriais e que atendiam a toda a região, como um Comissariado Metropolitano de Esgoto (Metropolitan Commissioners of Sewers).

Em 1855 os órgãos locais foram abolidos pelo Parlamento Britânico, paróquias agrupadas em agências distritais se constituíram como administrações locais e também foi criado um órgão central, a Agência Metropolitana de Obras (Metropolitan Board of Works), com a participação de membros eleitos pelo órgão de gestão da City (City Corporation), pelas agências distritais e pelas sedes paroquiais (vestries).

A área sob a jurisdição da *Metropolitan Board of Works* – MBW, foi denominada "Metrópole". A MBW realizou várias obras em seu território, como a reparação e expansão da infra-estrutura de água e esgoto e construção de reservatórios de água. Também abriu várias ruas, ergueu pontes sobre o Tamisa, criou parques públicos e adquiriu terrenos vagos na área metropolitana.

Foi também dada à agência alguns poderes de controle edilício e urbano e de forma ainda incipiente o poder para derrubar cortiços (slum clearance). Apesar do "Housing, Town Planning, etc Act" de 1909, e de outros que se seguiram, foi pouco utilizado o poder dado a ela para a construção de novas habitações. Até 1914 a construção de casas para aluguel se deveu praticamente à atuação da iniciativa privada.

Mesmo assim, Londres ainda não tinha se transformado em um Condado, que é um estatuto jurídico de administração territorial na Inglaterra, como os estados no Brasil. Não tinha um representante da Coroa (Lord Lieutenant), delegado ou corte de justiça. Para fins jurídicos a City era um condado e as outras áreas estavam subordinadas a condados formados com outras cidades de maior porte.

Para que Londres tivesse seu conselho administrativo foi criado o Condado de Londres, cujo território abrangeu aproximadamente aquele que já estava sob jurisdição da Agência Metropolitana de Obras. Em 1889, portanto, foi criado o London County e o London County Council, ou seja, o Condado de Londres e o Conselho do Condado de Londres.

O Condado de Londres desde sua criação teve particularidades em relação aos outros condados da Inglaterra. Sua atuação administrativa se dava sobre uma grande área edificada, sem área rural. Não houve fidelidades ou privilégios a serem concedidos a senhores rurais como em outros condados

e os membros de seu conselho tinham profissões eminentemente urbanas, como comerciantes, homens de negócios e profissionais autônomos.

O Conselho surgiu como um grupo democraticamente eleito e passou a ter sob sua administração uma série de serviços, parte deles herdados da Agência Metropolitana de Obras e parte das atribuições das antigas administrações locais. No início ele não tinha funções de planejamento urbano.

Aproximadamente dois terços de seus membros eram conhecidos como "progressistas", mas somente a partir da segunda eleição o Conselho adquire um caráter partidário.

Ao mesmo tempo em que foi criado o London County Council - LCC, vinte e oito Conselhos Metropolitanos Distritais (Metropolitan Borough Council) foram organizados.

Estes eram controlados por partidos políticos, e como as eleições de membros dos vários conselhos, inclusive o do Condado, ocorriam ao mesmo tempo, a maioria das lideranças locais eleitas era do mesmo partido que a maioria dos membros do Conselho do Condado e, portanto, de seu líder.

Os progressistas dominaram o Conselho até 1907, quando então os Moderados (Conservadores) passam a ser maioria. Em 1910 foi criado o Partido Trabalhista Londrino (London Labour Party) e a partir de 1925 ele se transformou no segundo maior partido em número de membros no LCC, tornando-se a oposição oficial. Em 1934 o Partido Trabalhista finalmente assumiu a liderança do Conselho, que conservou até sua extinção em 1965.

Ainda que no início não houvesse uma política pública clara por parte dos progressistas, aos poucos se constrói um consenso entre progressistas e conservadores de que determinados serviços devem ser públicos e isso inclui educação, habitação, abertura de vias, saúde e assistência social. Se ao ser criado o Conselho não recebeu grande apoio da população, aos poucos a população de Londres passa a confiar no LCC como um instrumento do serviço público.

Este passa então a gerir uma série de serviços, como abertura de novas ruas e novas interligações viárias, reforma e construção de pontes sob o Tamisa, túneis, serviços de água, esgoto e drenagem. Também assume a operação do transporte público, a denominação das ruas, a criação de áreas verdes e parques, a criação de um cinturão verde na periferia do Condado, a preservação de praças e largos, a criação e gestão de corpo de bombeiros, criação de um Código de Obras e controle edilício, provisão de habitações sociais, etc.

É a administração da cidade, com funções semelhantes àquelas de nossas prefeituras – com a ressalva que não é o prefeito e sim um conselho que o dirige – e tem, dessa forma, meios para planejar a cidade e implantar as ações planejadas.

Aos poucos o Conselho foi instituindo um corpo técnico para assessorar as decisões políticas e estabelecer programas, projetos e obras.

A política habitacional no período inicial foi intermitente, por razões de várias naturezas, como inexistência de terrenos vazios a preços acessíveis, e financiamentos esporádicos, estabelecidos de acordo com a situação econômica de cada ano. Mas a preocupação com a moradia social era grande e vários esforços foram feitos no sentido de baratear o custo das moradias, como a pesquisa de

novos materiais de construção, principalmente aço e concreto além do desenvolvimento de projetos habitacionais diferenciados.

Foi somente no período entre as duas grandes guerras que o Conselho começou a desenvolver ações de planejamento urbano. Essas ações começaram timidamente nas áreas vazias do Condado, mesmo porque o "Town Planning Act" de 1925 não permitia o planejamento de áreas já edificadas. Somente em 1932, com a aprovação do "Town and Country Planning Act", o planejamento e o controle urbano pôde ser exercido sobre todas as áreas.

Em 1966 o London County Council foi substituído pelo Greater London Council - GLC, e passou a ter a função de administrar uma área maior do que a do Condado, a Grande Londres. Em 1986, o governo conservador de Margaret Thatcher dissolveu o GLC, passando parte de suas funções para os distritos (boroughs) e parte para a iniciativa privada. Somente quando os trabalhistas voltaram ao poder na década de 90 foi novamente criado um órgão para administração da Grande Londres – o Greater London Authority.

4.1.1 O Departamento de Arquitetura do London County Council

No início do século XX jovens arquitetos foram contratados e desenvolveram projetos inspirados no movimento Arts and Crafts e nas realizações de William Morris. As realizações vão perseguir as soluções adotadas por Raymond Unwin e Barry Parker, principalmente após 1910.

> Na pequena área destinada a 304 casas em Old Oak, Hammersmith, onde trabalharam com toda liberdade, puderam eles pela primeira vez, construir em ruas curvas para criar um recanto unwinesco de retiros aconchegantes e portões que deixam entrever pátios internos semi-ocultos, encimados pelas empenas dos coruchéus. (HALL, 2002, p.63)

Essa primeira fase do LCC é conhecida pelo ótimo nível dos projetos de arquitetura, que posteriormente decaíram muito. Desde sua criação o LCC contava com um grupo de arquitetos, mas foi com o início da atividade de planejamento urbano que foi criado o Departamento de Arquitetura. Em 1945, um novo grupo assumiu o Departamento e a qualidade dos projetos voltou a ser comparada com aquela do início do século.

Em 1945 tendo os Trabalhistas maioria no Parlamento Britânico, e também no LCC, suas políticas definiram a atuação deste órgão e a atuação pública em geral, levando a que se iniciasse um período de gestão que ficou conhecido como Estado do Bem-Estar Social.

Ainda que o LCC tivesse uma diretoria eleita, o controle efetivo do Conselho cabia ao Líder do Conselho, que comparativamente ocupava um cargo que correspondia ao do primeiro-ministro. Entre 1940 e 1947 esse cargo foi ocupado por Lord Charles Latham, e depois desta data por Sir Isaac Hayward, líder sindical e filiado ao Partido Trabalhista.

Terminada a guerra, a reconstrução do Condado de Londres tornou-se a grande prioridade do LCC. A construção de habitações e de novas escolas foi considerada essencial, e o Plano do Condado de

Londres, elaborado em 1943 por J. H. Forshaw (arquiteto do LCC) e Patrick Abercrombie deram as diretrizes urbanísticas para que a reconstrução fosse feita.

Como conseqüência da guerra, em 1945 havia um grande número de vagas para arquitetos no Conselho. Os anteriores severos exames de admissão foram eliminados e em 1955 para ser contratado, em qualquer área profissional, era suficiente ter terminado uma graduação "com mérito". Em 1958 graduados eram admitidos como "cadetes em treinamento", com salários atrativos. (JACKSON, 1965)

O Departamento de Arquitetura do LCC foi chefiado após a guerra por Robert Hogg Matthew (1946-1953) arquiteto escocês modernista, que projetou o Royal Festival Hall no South Bank – Londres (Figura 15), teatro construído para o Festival da Bretanha em 1951 conhecido internacionalmente.

Em 1953, ao sair do LCC, tornou-se o primeiro professor de arquitetura da Universidade de Edimburgo e a empresa que abriu em sociedade com Stirrat Johnson-Marshall (irmão de Percy Johnson-Marshall de quem falaremos em seguida) realizou a partir de então vários projetos, inclusive o projeto de Islamabad – que viria a ser a nova capital do Paquistão.

Após sua saída, o departamento foi chefiado por seu assistente Leslie Martin (1953-1956) co-autor do projeto do Royal Festival Hall.[67]

Figura 15 - Royal Festival Hall - vista a partir do Tamisa

Fonte: http://www.london-se1.co.uk/places/royal-festival-hall

[67] Também é autor desse projeto o arquiteto Peter Moro. Segundo Frampton (2003) os autores tiveram influência do arquiteto Berthold Lubetkin, arquiteto russo emigrado para a Inglaterra no final dos anos 1920 fundador da empresa Tecton e que projetara em 1938 o Finsbury Health Centre, que lhe garantiu projeção e influência no panorama da arquitetura britânica modernista.

Martin, arquiteto inglês formado na Universidade de Manchester, era vinculado ao Grupo MARS – Modern Architectural Research Group e participou de reuniões do CIAM 6 em 1947 e CIAM 9 em 53 (MUMFORD, 2000). Sua vinculação ao movimento moderno de arquitetura levou-o a apoiar os arquitetos que criaram o movimento conhecido como "New Brutalism" de forte influência corbusiana, como James Stirling e Alison e Peter Smithson.

De fato, desde 1950 os Smithson tinham estabelecido uma parceria com o Departamento de Arquitetura do LCC e ali, jovens arquitetos, como Alan Colquhoun, Peter Carter, William Howell e John Killick começaram a se utilizar da nova linguagem. (FRAMPTON, 2003)

Após 1956 o Departamento foi chefiado pelo arquiteto Hubert Bennett (1956-1965) também formado na Universidade de Manchester. Bennett, por sua vez, era um arquiteto vinculado ao "New Brutalism", e alguns projetos realizados pelo Departamento adotaram essa nova preocupação projectual. É o caso do conjunto habitacional de Alton East Estate, em Roehampton (Figura 16), sudoeste de Londres, construído em 1958.

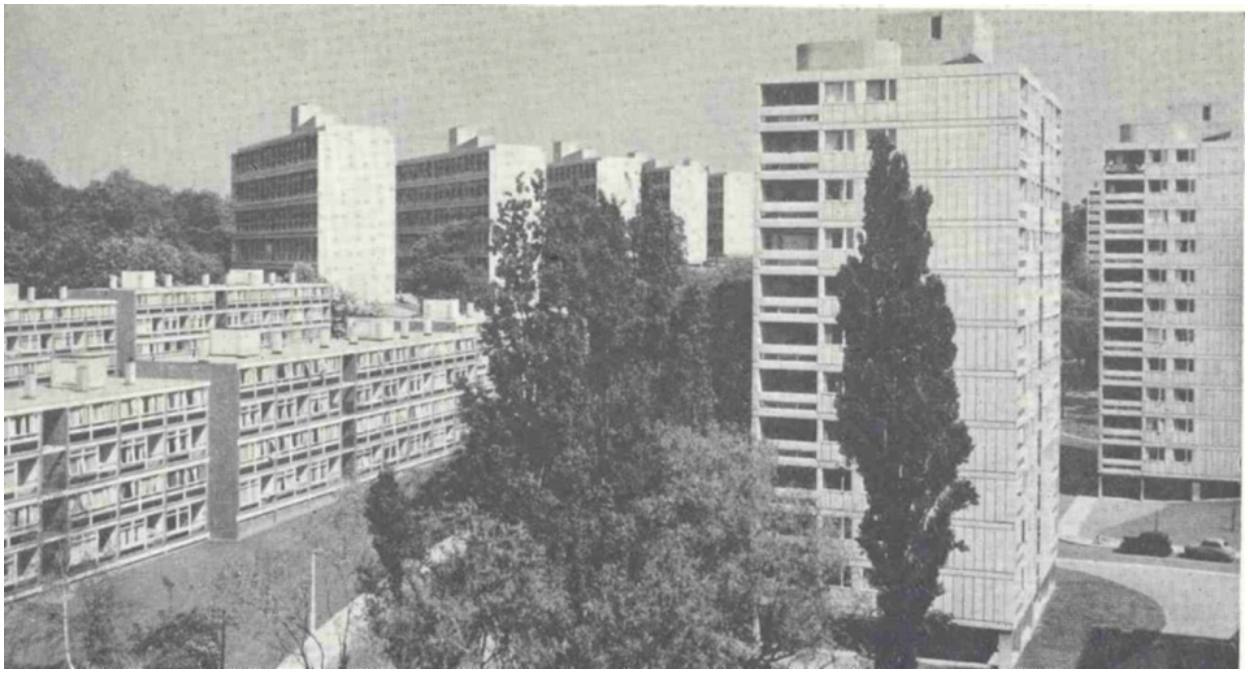


Figura 16 - Alton East Estate – Roehampton II

Fonte: JOHNSON-MARSHALL, 1966

O Departamento teve quatro divisões: Habitação (a maior delas), Escolas (a menor), Planejamento e Geral.

A Divisão de Planejamento foi chefiada por Arthur G. Ling (até Maio de 1955) e por L. W. Lane (após essa data), e gerenciava o County of London Development Plan. (JORDAN, 1956)

A Divisão foi organizada em 1946, e até 1949 se dividia em quatro áreas: Planos de Desenvolvimento, Solicitações, Informação e Pesquisa e Áreas de Reconstrução (também denominada de Desenvolvimento Integral)[68].

Em 1955 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento preparado pelo Departamento para Londres e a Divisão foi reestruturada.

Criou-se então um grupo de Políticas com três sub-grupos de atuação regional: Distritos do Nordeste de Londres, Distritos do Noroeste de Londres e Distritos do Sul de Londres[69].

A Divisão das "Áreas de Reconstrução" ou de "Desenvolvimento Integral", entre 1949 e 56 foi chefiada por Percy Johnson-Marshall, e, em 56, quando a divisão foi reestruturada e dividida em grupos de abrangência territorial, o arquiteto passou a chefiar Grupo dos Distritos do Noroeste de Londres, até 1959 quando saiu do LCC.

Johnson-Marshall, filho de escoceses, nasceu na Índia em 1915, e se graduou na Escola de Arquitetura de Liverpool, tendo sido aluno de Charles Reilly e Patrick Abercrombie. Iniciou sua atividade de planejador atuando com Donald Gibson entre 1938 e 41, no plano para a reconstrução de Conventry, cidade que foi seriamente bombardeada na segunda guerra. Após a guerra trabalhou no Ministério de Planejamento Urbano e Rural (Ministry of Town and Country Planning) na elaboração do Town and Country Planning Act de 1947. Em 1949 foi para o LCC.

Marshall, enquanto arquiteto e planejador, vinculava-se ao modernismo inglês, tendo participado de algumas reuniões do CIAM, como a de 47 em Bridgwater na Inglaterra.

Ao falar do trabalho que desenvolvia no grupo de reconstrução de áreas, disse que este se baseava em quatro fundamentos.

O primeiro era que cada plano de área era pensado relacionado com o planejamento da cidade como um todo e o segundo era haver um grupo de planejadores multiprofissional trabalhando juntos por longo tempo.

Um terceiro fundamento era o trabalho coordenado para a aquisição dos terrenos.

O quarto fundamento era o projeto urbano, parte integrante da atividade de planejamento de uma área. (JOHNSON-MARSHALL, 1956)

> Após termos feito as pesquisas e as análises ainda resta a tarefa vital do projeto urbano tridimensional. Ele precisa lidar com a questão do tempo e permanecer flexível em sua forma espacial. Uma vez que somente grandes arquitetos podem fazer boa arquitetura, esta abordagem ampla do projeto é uma forma de assegurar um ordenamento padronizado e adequado às cidades, em contraste ao caos urbano a que nos acostumamos. ((JOHNSON-MARSHALL, 1966, p. 158) [70]

[68] Development Plans, Applications, Information and Reserch e Reconstruction (Comprehensive Development) Areas, respectivamente.

[69] Sitio: The Percy Johnson-Marshall Collection http://www.johnson-marshall.lib.ed.ac.uk/cgi-bin/view_isad.pl?id=GB-0237-PJM-LCC-D&view=basic, acessado em Janeiro de 2008

[70] Having carried out surveys and analyses, there yet remains the vital task of three dimensional urban design. This should deal with the problems of time while remaining flexible in spatial form. Thus although only great architects can achieve great architecture, this broad design approach can do a great deal to ensure a standard of order and fitness in cities, in contrast to the urban chaos to which we are only too accustomed.

Em sua atuação o Grupo das CDA desenvolvia o trabalho em colaboração com outras instâncias locais, como o Boroughs, por exemplo. A CDA de Barbican, na City londrina, foi desenvolvida em conjunto com o Escritório de Planejamento da City (City Planning Officer).

Internamente ao Departamento de Arquitetura eram desenvolvidos trabalhos conjuntos entre as várias divisões. Outros profissionais e departamentos do LCC também se envolveram em algum momento nos trabalhos do Grupo das CDAs.

Johnson-Marshall (1956) cita, por exemplo, o Chefe do Departamento de Engenharia, o Avaliador de Imóveis (Valuer), o Superintendente de Parques e o Assessor Jurídico (Solicitor).

4.2 A reconstrução com agenda política

Os instrumentos para o planejamento e reconstrução de Londres começam a ser desenvolvidos ainda durante a Guerra.

As primeiras iniciativas haviam sido realizadas no período que se seguiu a primeira guerra, com a preocupação de controlar o uso e a ocupação do solo e disciplinar a construção de habitações sociais. As propostas eram projetos urbanos desenvolvidos para determinados terrenos, onde seriam construídos empreendimentos habitacionais públicos e privados.

Essas intervenções foram acompanhadas pela aprovação de legislação urbanística como o "Town Planning Act" de 1925. Esta foi seguida pelo "Town and Country Planning Act" de 1932, que permitiu a intervenção pública em áreas já ocupadas e construídas, e estendeu a possibilidade de controle territorial a qualquer tipo de área, urbana ou rural.

Essa lei permitiu que se começasse a agir sobre a crescente suburbanização de Londres ao longo das linhas de transporte ferroviário, e com esse objetivo também foi aprovada em 1935 a "Restriction of Ribbon Development Act" (restrição ao desenvolvimento de faixas de urbanização), que procurou impedir o espraiamento da área urbanizada ao longo das estradas.

Em 1934 o LCC havia preparado vários planos (*planning schemes*) para áreas desocupadas do Condado, que passaram a se tornar os instrumentos de controle do uso do solo. Empreendedores privados que construíssem em desacordo com estes planos, ou aqueles que desenvolvessem projetos para áreas sem propostas espaciais e sem consentimento do Conselho, poderiam ver seus empreendimentos demolidos. Essa era a forma de planejamento e controle urbano que havia em Londres antes da segunda guerra.

Cullingworth e Nadin (1997) enfatizam a ineficiência dessa forma de controle, pela forma burocrática como era conduzida.

> De fato, sob a Lei de 1932, os planos levavam, para serem preparados e passarem por todos os estágios, aproximadamente três anos. A aprovação final tinha que ser feita pelo Parlamento, o que daria aos

> planos força de lei, e como resultado disso alterações e emendas não eram possíveis, a não ser que se repetisse inteiramente o processo[71] (p. 16)

Se antes da segunda guerra o planejamento urbano abrangente era um instrumento defendido somente por associações profissionais, reformistas e pelo Partido Trabalhista, durante a guerra ele torna-se um consenso político, assim como o entendimento de que eram necessárias profundas reformas sociais e econômicas.

A intervenção econômica e social estatal passou a ser amplamente defendida, principalmente pela introdução e divulgação das idéias de John Maynard Keynes.

Além disso a publicação, em 1942, do relatório de William Beveridge sobre os evidentes defeitos do sistema de saúde antes da guerra, da inexistência de benefícios a desempregados, pensões, etc. e recomendando uma ampla atuação do Estado na previdência social, contou com ampla divulgação pública, e passou a representar o caminho "para uma nova Grã-Bretanha".

Durante a guerra o tema da reconstrução com incentivo da mídia passou a ser a grande discussão da população. As rádios começaram a apresentar programas onde essas questões eram discutidas, e dois programas transmitidos pela BBC tinham muito público no início dos anos 1940.

Um deles era o "Brains Trust", onde Beveridge, entre outros, respondia a questões dos ouvintes. O outro era o programa dominical "Postscripts" apresentado por J. B. Priestley onde a tônica era reafirmar que a Inglaterra estava lutando não somente pela sua soberania, mas para conseguir um melhor futuro para sua população.

Bullock (2002) diz que esta construção ideal do que deveria ser uma nova Bretanha, estava firmemente apoiada em tradições locais, e a identidade nacional era fomentada sobre certos padrões culturais.

> Para Priestley a reconstrução teria que assegurar e preservar as qualidades do Inglês – e dos Galeses e dos Escoceses – que os fazia tão diferentes dos Nazistas. O humor, a coragem, modéstia, a decência e imaginação, a determinação quando convocado, esboçado com afetuoso detalhe por Dickens, eram as qualidades que ele admirava. (p. 7)[72]

Em 1941 iniciou-se também a discussão pela reconstrução física das cidades, ainda que o primeiro-ministro – Winston Churchill – desconsiderasse a questão, por achá-la precipitada antes que houvesse o fim da guerra. Foi somente em 1943, portanto, que a reconstrução tornou-se uma agenda política.

Nas discussões técnicas sobre a reforma urbana, um papel central foi desempenhado pela Town and Country Planning Association - TCPA, através de Frederick Osborn, um de seus membros mais

[71] For instance, under the 1932 Act, planning schemes took about three years to prepare and pass through all their stages. Final approval had to be given by Parliament, and schemes then had the force of law, as a result of which variations or amendments were not possible except by a repetition of the whole procedure.

[72] For Priestley reconstruction would have to secure and preserve the qualities of the English – and the Welsh and the Scots – that made them so different from the Nazis. The humour, courage, modesty, the decency and imagination, the determination when roused, sketched in affectionate detail by Dickens, were the qualities he admired.

influentes, e que também era membro do Partido Trabalhista. Ele conseguiu incluir o ideário cidade-jardim nas decisões do Comitê das Cidades Novas, do qual foi membro.

Em 1940 foi publicado o Relatório Barlow, resultado dos trabalhos coordenados por Sir Montague Barlow e que estudou a distribuição da população industrial no Reino Unido (Commission on the Distribution of the Industrial Population). O relatório recomendou a criação de um órgão central para tratar do planejamento urbano e rural, a alteração da legislação de propriedade da terra (indenizações e apropriação da valorização decorrente da atuação pública), a dispersão do parque industrial por todo o território e o esvaziamento industrial e populacional das cidades congestionadas. Esse relatório foi de extrema importância e condicionou o desenvolvimento das políticas públicas de planejamento nos vinte e cinco anos seguintes.

Apoiado nos resultados dessa Comissão a criação de um ministério de planejamento passa a ser uma das reivindicações das instituições dos profissionais envolvidos com o planejamento, como a TCPA.

O governo respondeu com a criação de um Ministério de Obras e Construções (Ministry of Works and Buildings) e indicou para ministro John Reith, que havia sido Diretor Geral da BBC.

John Reith criou então uma comissão com um grupo de especialistas para discutir a questão da reconstrução física. Ainda que a formação desse grupo tenha sido ridicularizada pela revista The Architectural Review, por ser extremamente heterogêneo, dele fizeram parte profissionais que assumiram cargos no governo entre 1942 e 45.

Segundo Bullock (2002) enquanto alguns grupos faziam campanhas para determinados assuntos, outros tentavam coordenar e focalizar a abordagem de todos eles.

Exemplo dessa última posição eram o Royal Institute of British Architects – RIBA e o Town Planning Institute – TPI, e da primeira a TCPA.

As diferenças entre as posições defendidas por esses grupos eram grandes, principalmente porque a TPCA defendia a adoção de parâmetros urbanísticos do movimento cidade-jardim, enquanto o RIBA reunia arquitetos vinculados a diversas correntes, desde os mais tradicionais até os mais jovens e "radicais", como Maxwell Fry e Leslie Martin, vinculados às propostas modernistas dos CIAM.

Mas a bem coordenada campanha da TCPA pelo desenvolvimento de planos abrangentes antes do início das atividades de reconstrução, ganhou a adesão do RIBA e do TPI, bem como de outras organizações envolvidas com o assunto.

Todos esses movimentos levaram a criação em 1943 de um Ministério de Planejamento Urbano e Rural, ainda que a demissão de John Reith tenha diminuído muito a influência de Osborn, que tinha se transformado em seu assessor, e consequentemente da TCPA.

> Este era o clima social na guerra e nos primeiros anos pós-guerra. Havia um entusiasmo e uma determinação para alcançar a reconstrução social numa escala até então considerada utópica. A catalisadora era, claro, a própria guerra.[73] (CULLINGWORTH e NADIN, 1997, p.21)

[73]This was the climate social of the war and early post-war years. There was an enthusiasm and a determination to undertake social reconstruction on a scale hitherto considered utopian. The catalyst was, of course, the war itself.

Não se aceitava mais que a política de planejamento urbano e rural do pós-guerra fosse realizada através de meros planos físicos (planning schemes) e ações regulatórias. Ela deveria incorporar e buscar melhorias para os aspectos sociais.

Outras duas comissões criadas no início dos anos 1940 tiveram grande impacto no desenvolvimento posterior da legislação de planejamento.

Uma delas foi criada em 1941, sob o comando de Justice Uthwatt, para analisar a questão de pagamento de indenizações e cobrança de valorizações decorrentes da alteração de uso da terra. Denominado Comitê de Especialistas em Indenização e Valorização da Terra (Expert Committee on Compensation and Betterment), suas recomendações foram incorporadas na legislação, em especial a de que se passasse para o Estado os direitos sobre a implantação de empreendimentos em toda terra não urbanizada, com pagamento de uma indenização aos proprietários. Para as áreas urbanizadas, a recomendação foi de que se desapropriassem as áreas bombardeadas, bem como os terrenos necessários a construção de habitações para a população que nelas habitara.

A outra comissão, criada para estudar o uso da área rural, teve menos expressão, mas suas recomendações no sentido da preservação dos locais mais agradáveis do campo e da criação de parques nacionais foram também adotadas.

Como resultado o "Town and Country Planning Act" de 1943 determinou que o controle sob o uso da terra fosse estendido a todo o país, e não somente às áreas que tinham planos (schemes) definidos ou legislação própria.

A lei seguinte, o "Town and Country Planning Act" de 1944, definiu como deveriam ser tratadas as áreas bombardeadas, criando as "áreas de reconstrução". Determinou que todas as autoridades locais poderiam desenvolver e implantar planos de reconstrução, e permitiu que a compra de terrenos para esses objetivos se desse de forma expedita, sem consultas a instâncias superiores. Essa legislação também apresentou uma relação de edifícios que deviam ser preservados, colocando a questão do patrimônio edificado como uma das questões centrais da reconstrução.

A influência exercida por Reith na afirmação da necessidade do planejamento abrangente, e de sua oportunidade, foi além de seu cargo como Ministro de Obras e Construções. Pôde ser vista no seu incentivo a que determinadas cidades começassem a planejar sua reconstrução, mesmo sem uma legislação específica, como Coventry, Southhampton, Plymouth e Hull, e por ter convencido o LCC, em 1941, a contratar Leslie Patrick Abercrombie para assessorá-lo e para que, juntamente com o arquiteto chefe do Conselho - John H. Forshaw, e outros arquitetos do LCC, elaborasse um Plano para o Condado de Londres.

Em 1944 Abercrombie elaborou outro plano, o Plano da Grande Londres (Greater London Plan), cuja principal diretriz foi a descentralização e a distribuição da população de forma planejada na região. Este plano acabou servindo de exemplo para a intervenção em áreas semelhantes em outros países, grandes cidades e conurbações, nas décadas seguintes.

Em 1945, terminada a guerra, eleições gerais levaram os trabalhistas ao poder para implantarem a agenda da reforma.

O planejamento urbano e rural sendo parte importante dessa agenda levou à aprovação, em 1946, da lei das cidades novas (New Towns Act). Ela determinava a forma como deveria ser feita a designação das novas cidades, a criação de Corporações Empreendedoras (Development Corporations) para sua implantação e os poderes que essas passariam a dispor.

O "Town and Planning Act" de 1947 deu estatuto legal às recomendações dos planos de 1943 e 44, e tornou obrigatório que todos os empreendimentos realizados no país seguissem diretrizes prévias de planos abrangentes. Também obrigou as autoridades locais a produzirem planos de desenvolvimento que considerassem não só os aspectos físicos das áreas urbanas, mas também as questões sociais.

A partir dessa legislação o LCC realizou no final da década de 1940 pesquisa abrangente das condições de vida do Condado e apresentou um relatório com seus resultados, além do plano de desenvolvimento.

A pesquisa foi publicada em 1951 num documento denominado "Plano Administrativo do Condado de Londres - Análise", mas o plano passou por uma série de discussões públicas naqueles anos, onde surgiram várias objeções e propostas de alteração, o que o levou a ser aprovado somente em 1955.

A política foi ainda complementada pela lei de Parques Nacionais e Acesso ao Campo (National Parks and Access to the Countryside Act) em 1949, que definiu normas para a criação de um sistema de parques nacionais e áreas de conservação e para garantir o acesso público a estes locais.

Houve assim uma política nacional, e o planejamento de Londres submeteu-se a ela.

É importante ainda registrar que após 1951, com a volta dos Conservadores ao poder, várias modificações foram sendo feitas nas prioridades definidas e no corpo jurídico que permitia a execução dos planos.

O "Town and Country Planning Act" de 1959 alterou a lei de desapropriação no que diz respeito ao valor do solo.

Também no final desse ano as normas de uso e controle do solo definidas na legislação e nos planos foram revistas, revogando-se a necessidade de aprovação caso a caso os empreendimentos antes de sua execução, desde que estes seguissem as normativas gerais existentes.

4.2.1 O Town and Country Planning Act de 1947

A lei de 1947 estabeleceu parâmetros para a gestão pública do planejamento e o controle do uso do solo, permitindo a realização de intervenções físicas em larga escala.

A atividade de planejamento foi concentrada em conselhos distritais ou de condados (counties e county boroughs), retirando essa função das administrações locais.

Os direitos de urbanizar a terra e a valorização associada a essa atividade foram nacionalizados, sendo criado um fundo nacional para pagar indenizações advindas de direitos de valorização reclamados por proprietários que os ganhassem na justiça.

Os empreendedores privados passaram a ter que pagar ao Estado uma taxa de 100% da valorização do imóvel (*betterment*) decorrente de empreendimentos que modificassem o uso da terra, o que por sua vez vinculava-se à realização de ações públicas, como a proposição de zoneamentos. [74]

O desenvolvimento de empreendimentos só poderia ser feito com permissão das autoridades locais, e caso fosse negada a permissão não seria paga qualquer indenização ao empreendedor.

A lei também relacionou as medidas que deviam ser tomadas para garantir equipamentos públicos e comunitários em quantidade suficiente, criou regras para a preservação do patrimônio edificado, além de medidas para o controle da colocação de propaganda em locais públicos.

Ficou estabelecido que as autoridades locais de planejamento (boroughs e condados) teriam três anos para apresentar planos de desenvolvimento (development plan), indicando como os terrenos da área sob sua jurisdição deveriam ser utilizados, e em quanto tempo esses novos usos deveriam acontecer.

A lei definia ainda o formato dos planos de desenvolvimento, dizendo que eles deveriam incluir os mapas e as descrições de cada assunto que fossem necessários para ilustrar as propostas elaboradas. Nestes elementos deveriam estar definidos onde seriam abertas novas estradas ou ruas, onde seriam construídos novos edifícios públicos, parques, locais de recreação, reservas naturais e outros espaços abertos, além de estabelecer quais áreas ficariam destinadas à agricultura, e quais aos usos urbanos: residenciais, industriais, etc.

Também tinha que ser dito quais terrenos deveriam ser desapropriados, e que instância faria a desapropriação, isto é, se o Ministério de Planejamento Urbano e Rural ou se as autoridades locais. Cabia às autoridades locais as desapropriações das "áreas de desenvolvimento integral".

> [...] um plano de desenvolvimento pode definir como uma área de desenvolvimento integral qualquer área que na opinião da autoridade local precise ser construída ou reconstruída inteiramente, por um ou mais de um dos seguintes propósitos, isto é, dizer que o propósito é lidar satisfatoriamente com os problemas de extensas destruições causadas pela guerra ou por layouts ruins ou construções obsoletas, ou pelo propósito de providenciar a relocação da população ou de indústrias ou a implantação de espaços abertos no curso da construção ou reconstrução de qualquer área, ou por outro propósito especificado no plano... [75](TOWN AND COUNTRY PLANNING ACT, 1947, p. 5)

Em normativos (regulations) e circulares que se seguiram à lei, regulamentando-a, detalhou-se ainda mais a forma como deveriam ser apresentados os planos.

Normativos publicados em 1958 estabeleceram que os planos para as *Comprehensive Development Areas* deviam ser feitos numa escala de 1:750[76], e que juntamente com as pesquisas de uso do solo,

---

[74] Essa determinação só foi abolida na lei de 1959, onde o Parlamento, sob o comando do Partido Conservador, devolveu aos proprietários o valor de mercado de suas propriedades, entendido como a somatória do uso existente com a expectativa de lucros futuros advinda de usos permitidos para a área.

[75] [...] a development plan may define as an area of comprehensive development any area which in the opinion of the local planning authority should be developed or re-developed as a whole, for any one or more of the following purposes, that is to say for the purpose of dealing satisfactorily with extensive war damage or conditions of bad lay-out or obsolete development, or for the purpose of providing for the relocation of population or industry or the replacement of open space in the course of the development or redevelopment of any other area, or for any other purpose specified in the plan …

[76] O autor diz que a escala é 1:2.500 sem especificar a unidade de medida que está sendo usada. Como em outro trecho desse capítulo ele se refere a "pés quadrados", adotamos que a escala está fornecida em pés, e fizemos a conversão para o sistema métrico.

área de terreno e densidade habitacional, deviam ser produzidas a Planta de Zoneamento (no original, "*Proposals Map i. e. Zonning Map*"), a Planta de Programação (*Programme Map*), que era um mapa mostrando as etapas no tempo de implementação do plano, uma Tabela de Zoneamento e uma Exposição de Motivos (*Written Statement*). (JOHNSON-MARSHALL, 1966)

As exigências relativas à Planta de Zoneamento foram determinadas na Circular n.º 59 de 1958. Conseguimos ter acesso à Circular n.º 92 de 1951, que alterou a Circular n.º 59 e sua modificação (Circular n.º 70) e a n.º 63. É uma regulamentação do Ministério de Planejamento Urbano e Rural, que definiu com detalhes as especificações para as plantas elaboradas no processo de planejamento.

Por exemplo, a regulamentação estabeleceu que a letra "A" nos mapas de pesquisa da idade das construções significava uma "rua ou grupo de construções de especial valor arquitetônico", e que a letra devia ser impressa num tamanho de seis polegadas nas plantas em escala 1:2.500. Ou ainda que uma área delimitada por um traço contínuo fino, hachurada em diagonal para a direita com um traço um pouco mais espesso que o utilizado no limite, contendo a notação "in" em seu interior, representava uma "área prioritária para uso industrial" ou então "área com cais, armazéns ou adjacentes a canais com importante tráfego naval". (MINISTRY OF TOWN AND COUNTRY PLANNING, 1951)

Tendo em vista que todos os planos eram discutidos com a população em audiências públicas, e aprovados pelo Ministro, essa normalização facilitava, a nosso ver, a compreensão desses mapas por não especialistas.

A lei urbanística era nacional, isto é, devia ser seguida em todo o território da Grã-Bretanha, ainda que a Lei de 1947 somente atingisse a Inglaterra, a Escócia e o País de Gales.

Como os Planos de Desenvolvimento locais eram aprovados pelo Ministério, quaisquer modificações posteriores ou conflitos entre as instâncias de gestão territorial (boroughs e districts) deviam ser levadas ao Ministro para decisão final, o que fazia do planejamento estatal inglês algo extremamente centralizado e burocrático.

Essa centralização da política territorial é uma característica jurídica inglesa. As administrações locais não têm autonomia legislativa, isto é, elas podem definir normas (resolutions), mas essas podem ser a qualquer momento canceladas pelo governo central.

Isto se traduziu numa homogeneização do tratamento dado ao território nacional, ainda que o desenvolvimento de planos e sua implementação estivessem nas mãos de conselhos distritais ou de condados. A normalização das atividades de planejamento pelo governo central se deu em níveis que em grande parte desconhecemos na tradição de planejamento brasileira.

4.3 O Plano do Condado de Londres - 1943

O Plano do Condado de Londres (London County Plan) foi elaborado em 1943, durante a guerra, e ele, como o Plano da Grande Londres (Greater London Plan) elaborado em 44, antecedem a lei de

1947 que acabamos de ver. Ficará claro pela explanação desses dois planos que eles serviram de base para a proposição da lei de 1947, pois muitas de suas diretrizes podem nela ser encontradas.

O Plano do Condado de Londres elaborado com o objetivo de propor medidas a serem tomadas após o término da Guerra foi desenvolvido por uma grande equipe, coordenada pelo então Arquiteto-Chefe do Conselho (J. H. Forshaw), e com a assessoria de Patrick Abercrombie.

Este plano teve um importante papel ao dar aos líderes políticos pela primeira vez, uma visão do que os urbanistas consideravam uma política abrangente para Londres, e teve enorme influência sobre planejadores de vários países.

A abrangência do plano e várias de suas formulações são creditadas pela literatura à influência exercida por Abercrombie. Perceber essa influência exige que nos aprofundemos um pouco mais na biografia desse arquiteto.

4.3.1 Leslie Patrick Abercrombie

Patrick Abercrombie nasceu em 1879 na Irlanda. Sua carreira se desenvolveu conjuntamente com a institucionalização do planejamento urbano na Inglaterra.

Em 1909, W. H. Lever, apoiador do movimento cidade-jardim e financiador de Port Sunlight, cidade que construiu para os empregados de sua indústria, exemplo para o movimento cidade-jardim, apoiou financeiramente a criação de um Departamento de Projeto Cívico (Civic Design) na Universidade de Liverpool.

Abercrombie, que era professor (lecturer) no Departamento daquela Universidade, e por sua posição como assistente do arquiteto daquela cidade, Charles H. Reilly – que o indicou a Lever, conseguiu sua transferência para o novo departamento, assumindo o papel de pesquisador da Lever Research Fellow. Lá, em 1910, tornou-se editor da primeira revista de planejamento urbano da Inglaterra, a Town Planning Review, que passou a ser um importante elemento na discussão e divulgação do planejamento urbano.

Em 1915 se tornou professor de Projeto Cívico na Universidade, posição que ocupou até 1935, quando passou a ser professor de Planejamento Urbano na University London College.

Abercrombie foi membro da Town and Country Planning Association, do Royal Institute of British Architects (do qual foi vice-presidente entre 1937 e 39) e do Town Planning Institute, e esteve presente nas principais discussões sobre planejamento que aconteceram na primeira metade do século XX.

Quando em Liverpool, pesquisou grande parte da literatura existente sobre planejamento urbano e passou a publicar uma série de artigos na Town Planning Review, discutindo esses trabalhos.

Dehaene (2004) considera que estes artigos mostram claramente o pensamento de Abercrombie nesses primeiros anos, e já apontam elementos que estiveram presentes em seus planos posteriores.

Um desses elementos é a apropriação da metodologia de pesquisa proposta por Patrick Geddes em seu livro "Cidades em Evolução". Essa metodologia foi reelaborada por Abercrombie, com duas características específicas: de um lado ele conduziu a pesquisa geddiana para uma abordagem técnica. Se em Geddes a pesquisa poderia ser feita por pessoas não especializadas, como professoras primárias com a ajuda de seus alunos, a abordagem de Abercrombie delimita a necessidade de um conhecimento especializado, de topografia, de história, de geografia, de sociologia, etc.

Por outro lado Abercrombie construiu a idéia do estudo da evolução da cidade como uma abordagem necessária para o plano, a partir da qual o planejador além de estabelecer o que a cidade foi e o que ela é, terá o insight – que é produto do conhecimento específico que ele detém, sobre como a cidade ficará se for ou não planejada.

Ao estudar cidades de crescimento espontâneo e compará-las com cidades planejadas, ele definiu que ali se opunham dois tipos de cultura, a cultura cultivada ou artificial – onde se tem planejamento e cidades planejadas, e a cultura natural – que é o crescimento natural da humanidade, o crescimento espontâneo das cidades.

> De acordo com Abercrombie, esta oposição não só causa a divisão entre dois modelos de desenvolvimento urbano (denominados, crescimento natural e desenvolvimento planejado), mas se dá igualmente entre cidade e campo, definindo duas diferentes estéticas – uma estética urbana na qual os objetos têm predominância sobre a paisagem natural, e uma estética rural, na qual os objetos estão inseridos, aparentemente sem contraste, na paisagem natural[77] (DEHAENE, 2004, p. 17)

Também, ao contrário de Geddes, Abercrombie considera que transformar a cidade é uma tarefa com várias fases autônomas: pesquisa, análise, plano e implementação. E estabelece ser necessária a produção de plantas (de pesquisa e do plano), que mostrem como a cidade é e como ela deverá ficar no futuro, nos seus vários aspectos.

Essas definições, que aos poucos foram sendo melhor elaboradas por Abercrombie em seus artigos para a Town Planning Review, acabaram por determinar uma metodologia para um plano, que posteriormente foi complementada a partir do acúmulo de experiências ao longo dos anos.

É interessante ainda citar os comentários de Dehanae (2004) sobre a visão de desenho urbano de Abercrombie, e que utilizou no seu curso de Projeto Cívico. A partir de leituras de Camillo Sitte e Raymond Unwin, do conhecimento dos planos de Washington e Chicago, além de sua própria análise de várias cidades européias, como Paris, sua particular concepção misturava os ensinamentos de três linhas de projeto urbano, a sitteana ou pinturesca, a do movimento Cidade Bela e a advinda da Beaux-Arts francesa.

4.3.2 Concepção, análise e propostas do Plano

[77] According to Abercrombie, this opposition not only causes the division between the two models of urban development (namely, natural growth and planned development), but is equally behind the division between town and country, defining two different aesthetics – a town aesthetic in which the object takes prominence in the environment, and a country aesthetic in which the object inserts itself, seemingly naturally, into the environment.

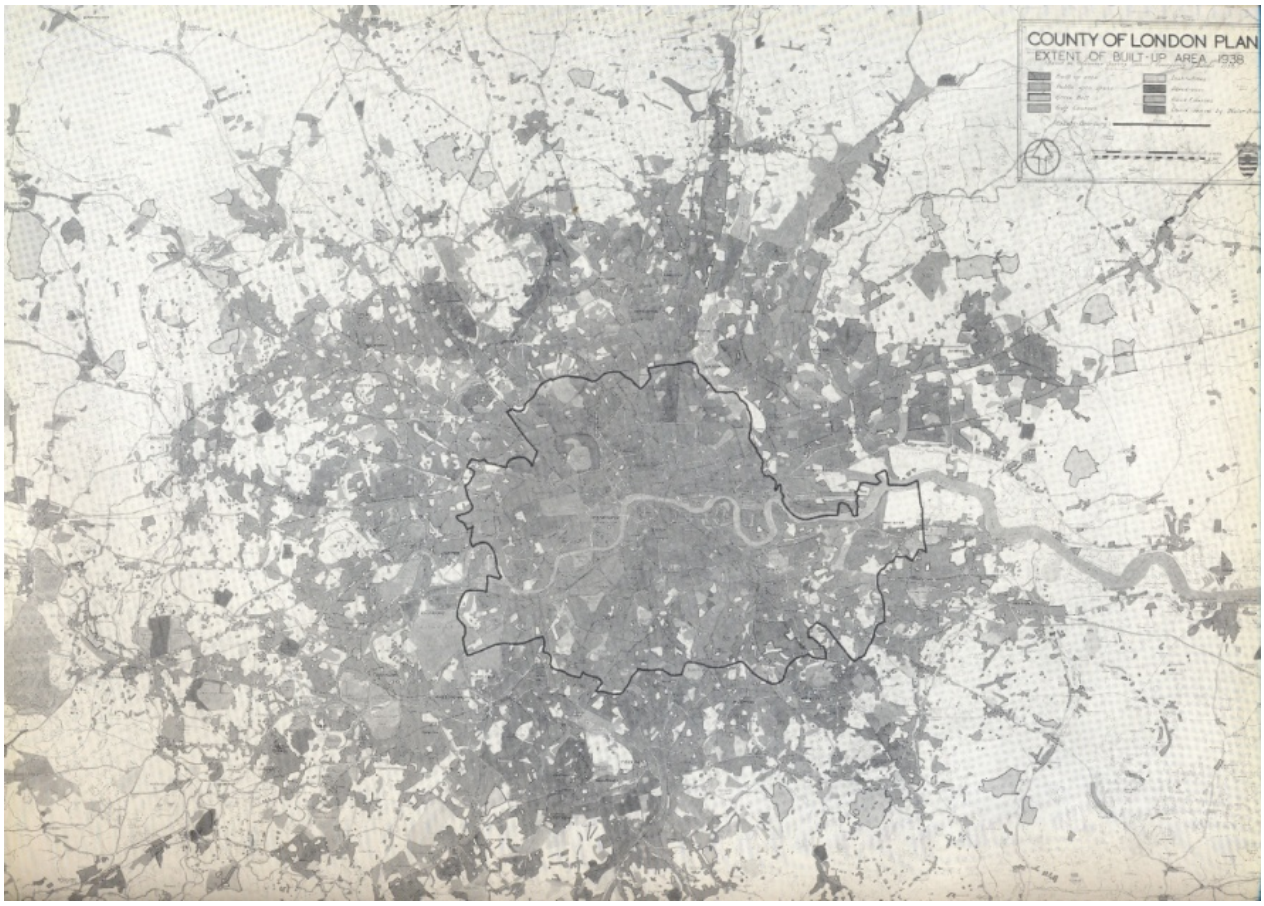


Figura 17 - Os limites do Condado de Londres

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, figura entre pgs. 8 e 9

O sumário do Plano do Condado de Londres relaciona além de textos introdutórios (apresentação, nota dos autores, etc.) um preâmbulo, quatorze capítulos tratando dos aspectos físicos do Condado, quatro anexos que explicitam os dados levantados por bairros, e uma lista de plantas e pesquisas elaboradas, mas que não foram publicadas por serem consideradas como tendo caráter sigiloso ou de segurança nacional.

O Preâmbulo aborda de forma sintética todas as questões trabalhadas no Plano e permite uma boa visão da proposta.

A preocupação central do Plano foi respeitar a estrutura e localização das atividades existentes em Londres (ainda que "sanando" seus defeitos "drasticamente se necessário") e manter o forte caráter da cidade, representado na existência de uma série de bairros (community) cuja população tinha uma forte identidade entre si.

Esses bairros, antigos vilarejos que foram anexados pelo espraiamento do tecido urbano da cidade, e que possuíam seus centros comerciais claramente demarcados, em sua maioria, já não tinham limites físicos claros. O objetivo do plano era reforçar os limites desses bairros, tornando mais claras suas diversas identidades. Procurava-se preservá-los de fluxos constante de tráfego e

reconstruí-los onde isso fosse necessário, caso houvesse destruição pela guerra ou por haver áreas naturalmente deterioradas.

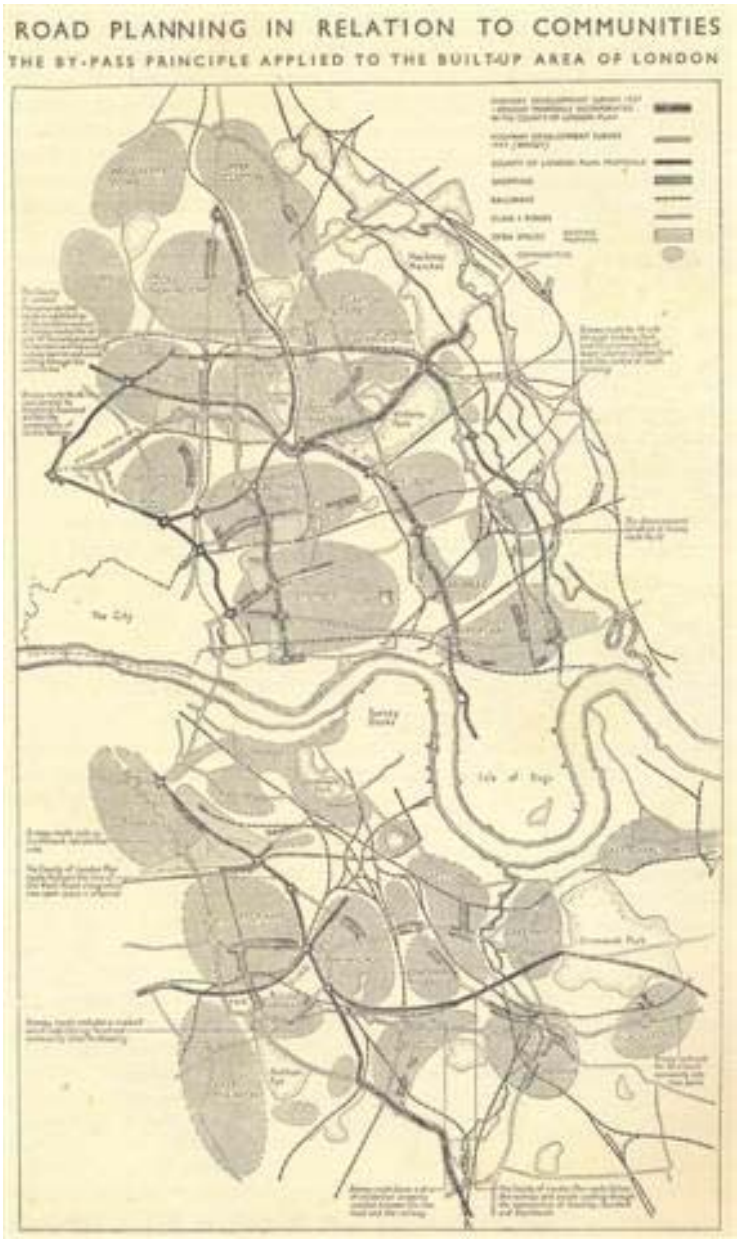


Figura 18 - Adequação do sistema viário aos bairros

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, p. 54

Sendo essa a preocupação central foi proposto um planejamento abrangente, que determinou a localização de novas moradias e a alteração do tecido urbano quando necessário, e criou um sistema de espaços livres (áreas verdes, de recreação, praças e parques) em todo o Condado.

Os principais defeitos que o Plano detectou na cidade foram:

- O congestionamento de tráfego – tanto nas ruas como no sistema de transporte público: metrô, trens e ônibus.
- Áreas residenciais deterioradas e obsolescência do East End – nas quais o maior defeito era considerado a falta de centros locais comunitários.
- Espaço livre inadequado e mal distribuído – onde o maior defeito era a inexistência de áreas de lazer local protegidas e adequadas a todas faixas etárias.
- Mistura de usos indiscriminada – principalmente mistura de residências e indústrias nos bairros industriais e permanência das indústrias sem necessidade às margens do Tamisa.
- Empreendimentos habitacionais sem qualidade arquitetônica – principalmente os conjuntos habitacionais de subúrbios, onde se construíam fileiras de casas geminadas todas iguais.
- Sistema ferroviário – que nunca foi planejado integralmente e cuja infra-estrutura não era compatível com a melhoria do transporte de Londres.

A partir desses pontos principais foram feitas as propostas (remedy proposed). Estas, em sua maioria, são setoriais, mas apresentam um grande grau de articulação entre si, pela forma interessante como foi encarada a tarefa.

A visão dos planejadores sobre os papéis que a cidade de Londres desempenhava, e como a cidade deveria ser projetada para atender de forma adequada a cada um deles, articulou as políticas setoriais territorialmente no plano.

> Em relação ao planejamento, Londres pode ser considerada sobre três aspectos principais; como uma Comunidade onde as pessoas vivem, trabalham e se divertem; como uma Metrópole – a sede do Governo e um grande centro cultural e comercial; e como Máquina, com ênfase especial no maquinário de transporte.[78] (FORSHAW e ABERCROMBIE, 1944, p. 7)

Dessa forma, cada proposta setorial é combinada dentro de um desses aspectos/papéis – Comunidade, Metrópole, Maquinário, determinando uma clara concepção de cidade e de qualidade de vida a ser buscada.

4.3.3 Londres como Comunidade

A análise preliminar mostrou que o zoneamento pré-existente e o agrupamento das comunidades, dividiam Londres em quatro grandes áreas: a área central, a área do porto juntamente com as áreas das grandes indústrias, as áreas residenciais centrais e os subúrbios.

[78] In relation to planning, London may be considered under three major aspects; as a Community where people live, work and play; as a Metropolis – the seat of Government and a great cultural and commercial centre; and as a Machine, with special reference to the machinery of locomotion.

Em relação às áreas residenciais, o Plano reconhece três principais agrupamentos: o West Central Group, o East Central Group, e o Suburban Group. Para cada desses grupos as diretrizes em relação ao uso habitacional são diferentes.

No West Central Group recomenda-se um zoneamento para usos residenciais, e com predominância de apartamentos, pois ela deve servir como uma área de "recepção" de moradores de outras áreas. No East End Group estão localizadas a maioria das áreas que devem ser reconstruídas, pois é a área mais bombardeada na guerra e que contém o maior número de cortiços (slums)[79]. Deve ser uma área onde se "exportará" população para outros locais da cidade, mas com a manutenção de uma parcela dela no local.

No Suburban Group era necessário um maior controle público sobre os futuros empreendimentos, garantindo-se uma boa quantidade de espaços livres, e que predominasse a implantação de empreendimentos residenciais.

Para que fosse possível aumentar a quantidade de espaços livres considerada necessária, 16m²/pessoa[80], precisava-se remover entre 500.000 a 600.000 pessoas das áreas mais centrais.

Essa remoção se daria internamente ao Condado, e o Plano apresenta a simulação de densidade final prevista em cada bairro, bem como em cada caso a quantidade de pessoas que deveriam ser removidas. Como exemplo, em Bermondsey seriam removidas 36.061 pessoas, 37% do total, enquanto que em Shoreditch seriam 46.020 pessoas, 58% do total, e para os dois casos eles utilizaram uma densidade líquida de 340 hab./ha[81].

Considerava-se ideal que a remoção da população se desse paralelamente à das indústrias.

[79] O Plano considera com áreas de "slums" aquelas que contêm antigos e pequenos "cottages" na área periférica de Londres, casas operárias construídas no século XIX antes das legislações de controle edilício e antigas cocheiras ou estábulos que foram adaptados como moradias na área central de Londres.
[80] No original 4 acres/1.000 pessoas.
[81] No original 136 hab./acre.

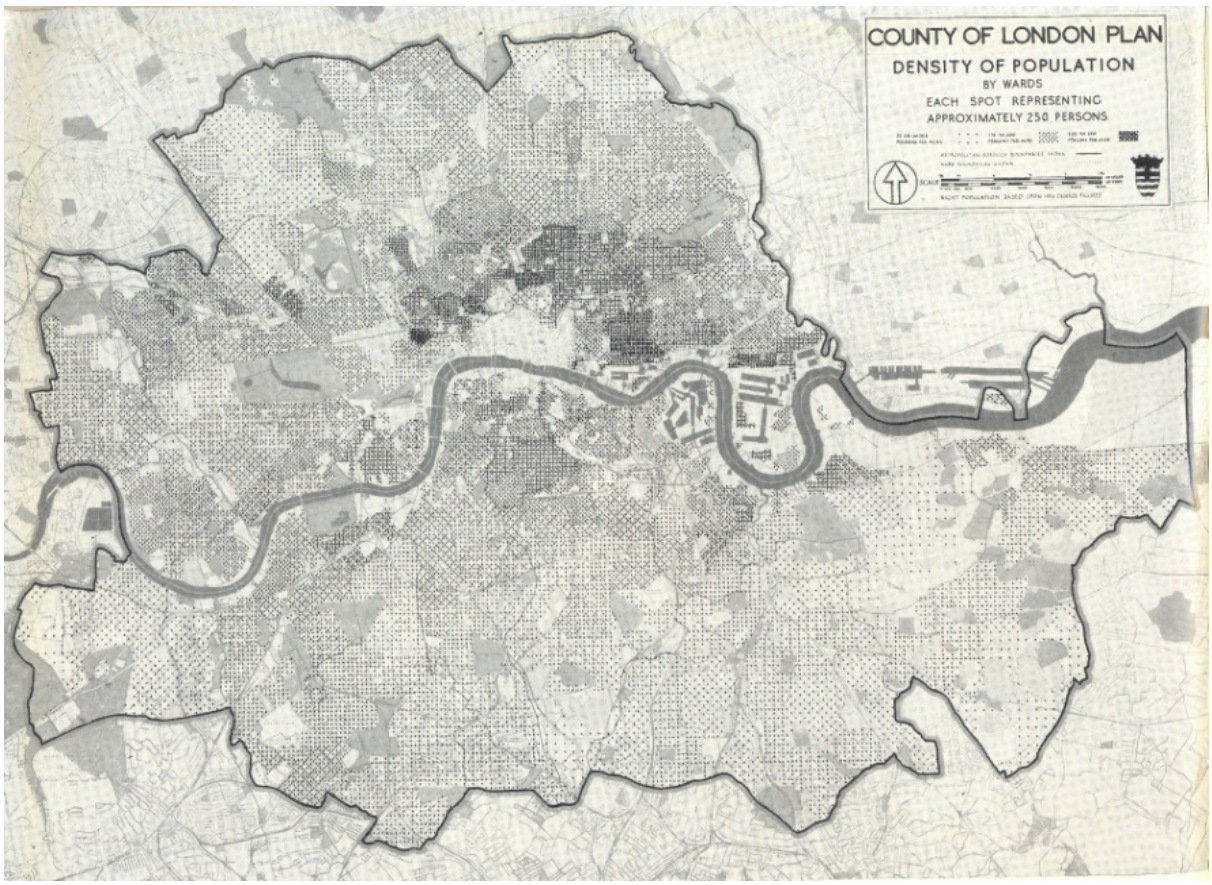


Figura 19 - Densidade Habitacional - 1938

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, figuras entre pgs 8 e 9

A partir do estudo de densidades existentes foi feita uma proposta que posteriormente se aprimorou no Plano da Grande Londres, que era propor densidades diferentes do centro para a periferia.

No plano do Condado se considerou ideal uma densidade líquida de 494 hab./ha na área central, 340 hab./ha na sub-área central e 247 hab./ha[82] na área mais externa.

As densidades adotadas não se referem a tipos de edifícios, como casas ou apartamentos, e sim a ocupação do terreno. Qualquer solução poderia ser dada, desde que a densidade de uso do solo resultante fosse a recomendada.

Cada bairro teria que ser dividido em unidades de vizinhança vinculadas a uma escola elementar que as atenderia, com população entre 6.000 e 10.000 habitantes cada (ou entre 20 a 40 ha de área).

O Plano recomendou que cada unidade de vizinhança de Elthan, bairro da periferia de Londres utilizado como exemplo no Plano, tivesse diferentes tipos de moradias, garantindo-se atendimento adequado aos diferentes tamanhos de família e evitando-se a monotonia construtiva. Essa proposta projetual foi denominada de “arranjo misto” (mixed layout).

[82] 200 hab./acre, 136 hab./acre e 100 hab./acre respectivamente.

Dessa forma se pretendia garantir que famílias grandes e médias fossem abrigadas em casas, enquanto famílias pequenas ocupariam os apartamentos. Os prédios de apartamento deveriam, em sua maioria, ter até quatro andares, sem uso de elevador. Prédios mais altos seriam projetados para atender prioritariamente pessoas solteiras ou casais sem filhos.

Os espaços livres de uma unidade de vizinhança seriam destinados a praças semi-privadas, jardins comunitários, play-grounds infantis, áreas esportivas e edifícios comunitários, e também poderiam ser alugados para hortas, pomares ou cultivo de flores.

Parques e espaços livres de maior porte não seriam localizados na unidade de vizinhança, nem comporiam o percentual de espaço livre por pessoa recomendado. Localizados fora das unidades de vizinhança deveriam proporcionar mais 12 m²/pessoa na forma de parques para recreação e formando um cinturão verde em seu entorno.

Os espaços livres também deveriam ser projetados de forma a contornar todo o bairro, formando um anel entre cada um deles.

Figura 20 – Plano de Espaços Livres

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, mapa entre pgs 46 e 47

O sistema de parques, além de proporcionar o mínimo de espaços necessários no interior de cada bairro, também era uma proposta que conectava os espaços de toda a cidade, criando ligações entre os principais parques, e deles com o cinturão verde e com a área rural. Onde esses espaços

livres radiais fossem largos o suficiente, recomendava-se a implantação de avenidas-parque (*parkway*), reservadas para uso recreacional.

A proposta do sistema de parques foi apresentada somente no plano regional de 1944 (Greater London Plan), pois se entendeu que sua abrangência territorial devia ser maior do que a área do Condado.

Outra grande preocupação do Plano foi com as áreas de reconstrução. Para elas foi recomendado o desenvolvimento de planos abrangentes, que deveriam ser precedidos de uma pesquisa sobre as condições de moradia, do uso do solo, a quantidade de moradias destruídas, as densidades de tráfego, e os resultados deveriam ser mapeados.

Os princípios de planejamento que deveriam ser utilizados na elaboração das propostas de reestruturação das áreas eram:

- criação de unidades de vizinhança,
- criação de um sistema hierarquizado de vias aproveitando-se ao máximo as principais ruas existentes, e sempre que possível ruas mais estreitas ou redundantes deveriam ser eliminadas, ganhando-se esses espaços para outros usos,
- segregação do uso industrial em determinados trechos da área, demolindo-se indústrias localizadas no interior de áreas residenciais,
- construção de novas habitações com diversas tipologias: casas assobradadas, apartamentos em prédios de 2, 3, 4 ou 10 andares, privilegiando-se a construção de moradias individuais, e residências agrupadas no entorno de pequenas praças ou em ruas arborizadas,
- o comércio deveria se localizar em centros compactos, com acesso por ruas de serviço e com áreas para estacionamento, e em cada unidade de vizinhança haveria uma área com comércio local e em cada bairro um centro comercial diversificado,
- escolas elementares seriam implantadas em cada unidade de vizinhança,
- igrejas, assim como edifícios históricos,
- pubs deveriam ser mantidos preferencialmente onde estavam localizados, e suas construções preservadas,
- centros comunitários seriam construídos no centro de cada unidade, e no centro comercial do bairro também estariam os edifícios públicos, como serviços municipais, central de polícia, bombeiro, etc.

O plano exemplifica essas idéias com a apresentação de planos de massa para a reconstrução de várias áreas, mostrando as etapas em que os trabalhos se dariam.

Uma dessas áreas é o bairro de Stepney, localizado no East End, e que foi objeto posteriormente de reconstrução pelo LCC.

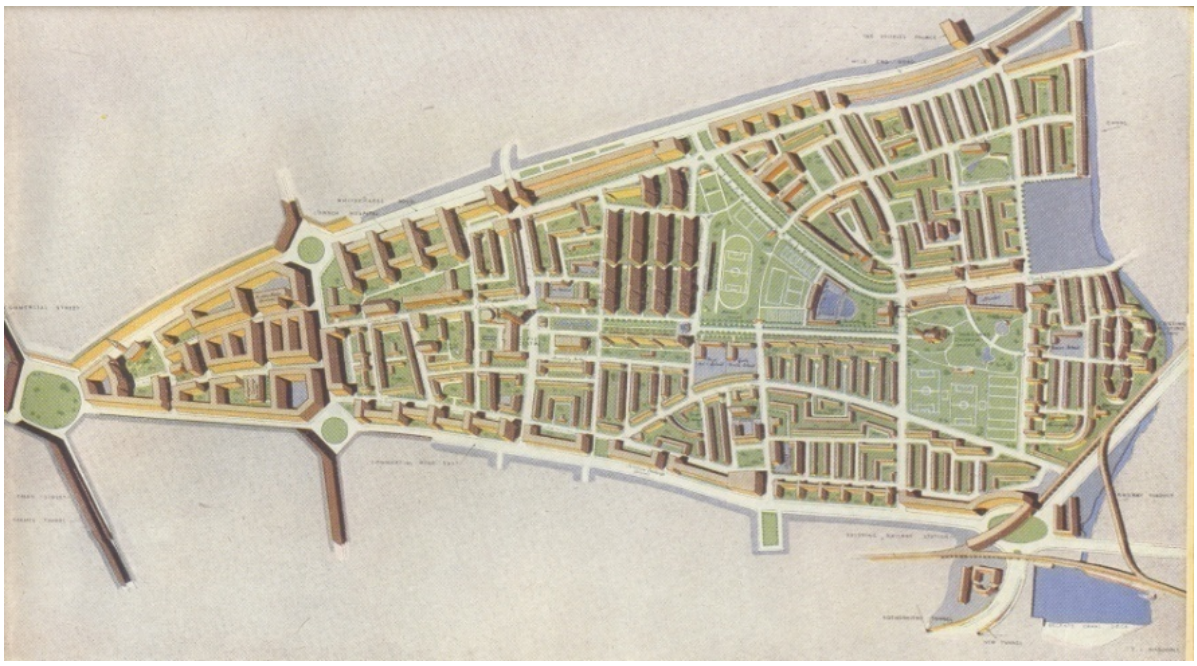


Figura 21 - Área de Reconstrução de Stepney

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, figuras entre pgs. 82 e 83

Figura 22 – Croqui de edifícios para Stepney

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, figuras entre pgs. 82 e 83

Figura 23 – Croqui de casas assobradadas e geminadas para Stepney

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, figuras entre pgs. 82 e 83

É interessante notar como a proposta gráfica da reconstrução do bairro traz elementos estéticos da Cidade Bela e do Beaux-Arts, que como dissemos anteriormente, compunham o repertório formal de Abercrombie, e como é bastante detalhada.

Essa não é a opinião de Bullock (2002) que diz que Abercrombie e Forshaw deram apenas idéias esquemáticas para a reconstrução de Londres.

> ... suas propostas para a reconstrução de Stepney ou Hackney foram curiosamente cautelosas e inexpressivas. As sugestivas aquarelas propondo novos prédios de apartamento ou casas sobrepostas para Londres eram sedutoras, mas sem conteúdo. Suas imagens para a reconstrução não adotavam qualquer estilo arquitetônico. [83](p. 18)

Outra forte preocupação de projeto foi incorporar o Tamisa à paisagem urbana, pois, segundo os autores, era o local mais bonito e mais negligenciado de Londres.

4.3.4 Londres como Metrópole

Como metrópole, Londres é vista pelos autores em seu caráter monumental e imperial.

A área central é o núcleo das atividades da cidade-metrópole e é o objeto de análise sob dois ângulos basicamente.

Um deles é o uso do solo dessa área. O uso do solo era então predominantemente não residencial, e a proposta vai acentuar ainda mais esse caráter sugerindo que edifícios residenciais ali existentes sejam demolidos ou usados para outros fins. O centro como local de moradia era então utilizado

[83] ... their proposals for the redevelopment of Stepney or Hackney were curiously anodyne and wooden. The suggestive watercolour renderings of London's new flats and terraces are tantalising, but lack substance. Their images of reconstruction had no single architectural style.

principalmente pela população mais pobre, e por estudantes, na proximidade do "setor universitário".

A Figura 24 mostra a predominância de usos encontrada.

Figura 24 – Análise Social e Funcional

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, figura entre pgs. 20 e 21

A proposta identificou determinadas concentrações de uso, e propôs que se acentuasse essa concentração, criando um "zoneamento por atividades" dentro do "zoneamento-não residencial".

Esses "sub-zoneamentos" são: o centro de governo britânico e das colônias (Government and Commonwealth Centre), no entorno do Whitehall e a área com concentração de comércio, serviços, restaurantes e atividades de lazer (West End), que por sua vez também foi dividida em sub-áreas, por exemplo, a de cinemas e teatros, o centro universitário e a City.

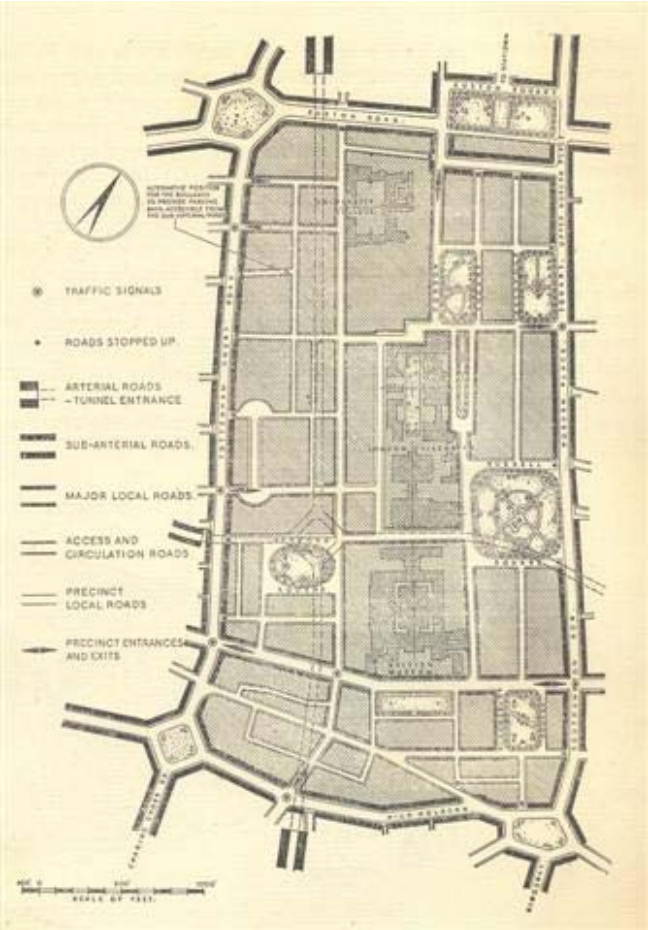


Figura 25 - Precinct da Universidade – Bloomsbury – Londres

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, p. 52

Outra preocupação central é o tráfego, de veículos e pedestres, visto como caótico e congestionado. O centro deveria tornar-se uma "área de acesso restrito" (precinct), com a construção de um sistema circular de vias que o contornasse.

A proposta viária tem como objetivo permitir o atravessamento da área central por sua periferia, e dessa forma não fornece acesso pontual a edifícios nem tem muitas interligações viárias. A ele só seriam conectadas as principais vias radiais que ligam o centro com a periferia.

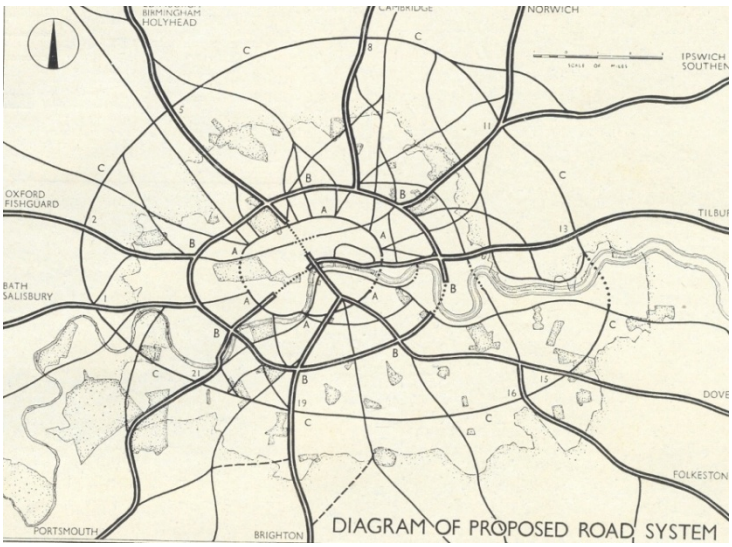


Figura 26 - Proposta viária – Londres

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, figura entre pgs. 62 e 63

Também foram propostas ruas de atravessamento, orientadas no sentido dos pontos cardeais, e que fossem em determinados trechos construídas em túneis e, em outros, elevadas, fazendo a ligação entre esse sistema circular e o 2º anel viário de tráfego rápido proposto na área periférica.

Também é expressa a preocupação com a criação de pontos focais, onde o sistema viário e o desenvolvimento de projetos de renovação criem perspectivas visuais. Um caso citado é o da Rua Victoria na área da Catedral de Westminster. A Figura 27 pretendeu exemplificar essa idéia, onde se argumenta que visualmente ao nível do solo a perspectiva não privilegia a igreja, e que é necessário criar uma "área de acesso restrito" reforçando sua importância arquitetônica.

Figura 27 - Londres, anos 1940. Rua Victoria e área de Westminster

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, p. 137

Na área central duas áreas de renovação foram propostas: no West End e no South Bank.

O controle urbanístico sobre os novos empreendimentos nas áreas de reconstrução seria feito com a utilização de layout tridimensional.

> Controle do esforço privado, sem uma prévia concepção de como um grupo de construções podem ser compostas, teve resultados lamentáveis no passado recente. É possível que a contratação de um grupo de arquitetos, de áreas diferentes, para produzir projetos de edifícios para alguns locais como o South Bank, para os pontos focais principais, e fachadas voltadas para os parques e praças, trabalhando em conjunto com o arquiteto do Conselho, e permitindo um maior ou menor grau de liberdade para o empreendedor privado, poderá levar a melhores resultados. O controle de gabarito, hoje intimamente ligado ao projeto cívico e à economia, necessita ser administrado menos por fórmulas legais e mais de acordo com as necessidades arquitetônicas e topográficas.[84] (FORSHAW e ABERCROMBIE, 1944, p.13)

4.3.5 Londres como Mecanismo

A utilização do termo mecanismo está, neste caso, vinculado a noção de eficiência e rapidez, pois nesta parte do plano, Londres é enfocada principalmente como uma "máquina de transporte".

O plano viário teve como objetivo lidar com as seguintes questões: o aumento da circulação de veículos, a segregação entre o tráfego de atravessamento e o local, a redução do número de acidentes e a manutenção dos bairros livres do tráfego de atravessamento, além da provisão de rotas alternativas.

Há também uma preocupação em ligar com rodovias os dezesseis distritos metropolitanos. As vias radiais fariam a conexão entre os parques, e seriam projetadas como avenidas-parque.

Recomendações também foram feitas em relação ao transporte ferroviário (metrô e trem).

Foi proposta ainda a implantação de um anel ferroviário para transporte de carga, unindo as áreas de estocagem, os mercados e as docas.

...

O plano apresenta uma proposta de zoneamento para toda a cidade que é razoavelmente detalhado, ainda que não seja proposto um zoneamento ao nível da quadra. Veja Figura 28.

[84] Control of private effort, without any previous conception of what the group of composition should be, has had lamentable results in the immediate past. It may be that the appointment of panels of architects for different areas, to produce constructive designs for localities such as the south bank, the principal focal points, and frontages to the parks and squares, working in conjunction with the Council's architect and allowing a greater or less degree of freedom to the individual developer, would be likely to give the best results. The control of heights, so intimately concerned with civic design and economics, will need to be administered less according to a by-law formula and more in accord with architectural and topographic requeriments.

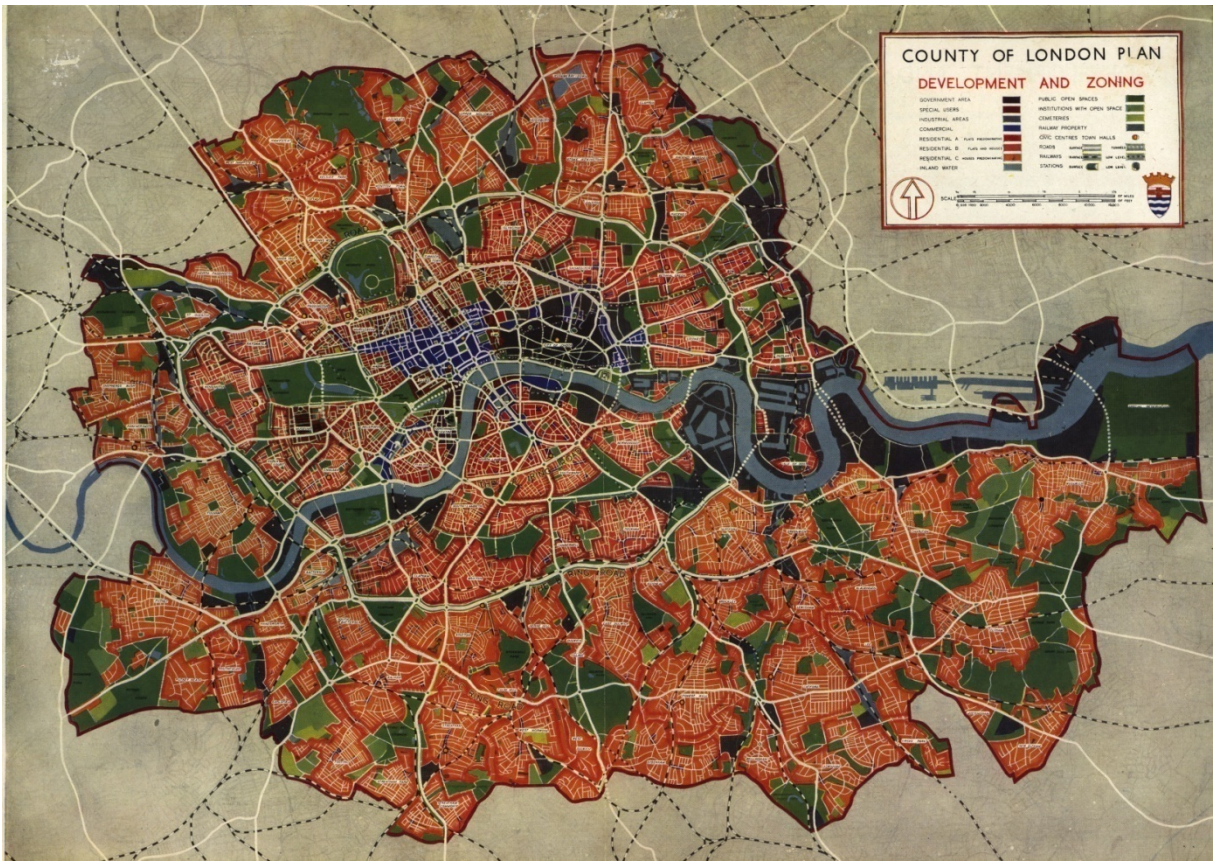


Figura 28 – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, mapa entre pgs. 120 e 121

No plano também foram feitas considerações em relação às obras viárias necessárias, à implantação de infra-estrutura e equipamentos públicos de porte, como hospitais.

4.3.6 Considerações

O Plano do Condado de Londres é um fantástico exemplo de metodologia de planejamento territorial, que sabemos ter sido estudado por urbanistas de vários países, a partir do final dos anos 1940.

Chama-nos a atenção a indicação ou utilização de determinados conceitos que foram depois amplamente utilizados por planejadores. Como exemplo, foram propostas unidades de vizinhança, que como conceito já havia sido utilizado em projetos e planos urbanos. [85]

A idéia de segregar usos, presente no Plano, apareceu de forma tímida no ideário cidade-jardim, mas foi amplamente difundida antes da guerra por Le Corbusier e pelos CIAMs. Questões como

[85] As unidades de vizinhança apareceram no Plano para Nova York e seus Arredores, elaborado pela Russell Sage Foundation, e o diretor para a elaboração do plano foi um dos criadores do Town Planning Institute, Thomas Adams.

hierarquia viária, com vias destinadas a tráfego rápido, tráfego lento e ao uso restrito, de certa forma já faziam parte das proposições de urbanistas, desde o início do século.

Mas existem algumas propostas que entendemos terem surgido com este plano.

As mais importantes se refletem na preocupação com a manutenção da vida comunitária nos bairros e no respeito ao uso do solo existente. Elas unem de forma igualitária idealismo e pragmatismo, e sem dúvida esse deve ter sido uma característica que levou à ampla difusão internacional desse plano, como exemplo de planejamento territorial bem sucedido.

Outras inovações estão relacionadas ao uso de arranjos habitacionais mistos, isto é, com a utilização de várias tipologias de edifícios no mesmo empreendimento; a proposição de controles urbanísticos para o uso e ocupação do solo e para os gabaritos dos edifícios, que não são definidos por normas legais, mas sim por maquetes com layout da área, prática que passou a ser denominada de zoneamento "tridimensional".

Também é muito importante registrar que o plano trouxe prioridades claras de intervenção, definindo etapas sucessivas de obras e intervenções, para os cinqüenta anos seguintes.

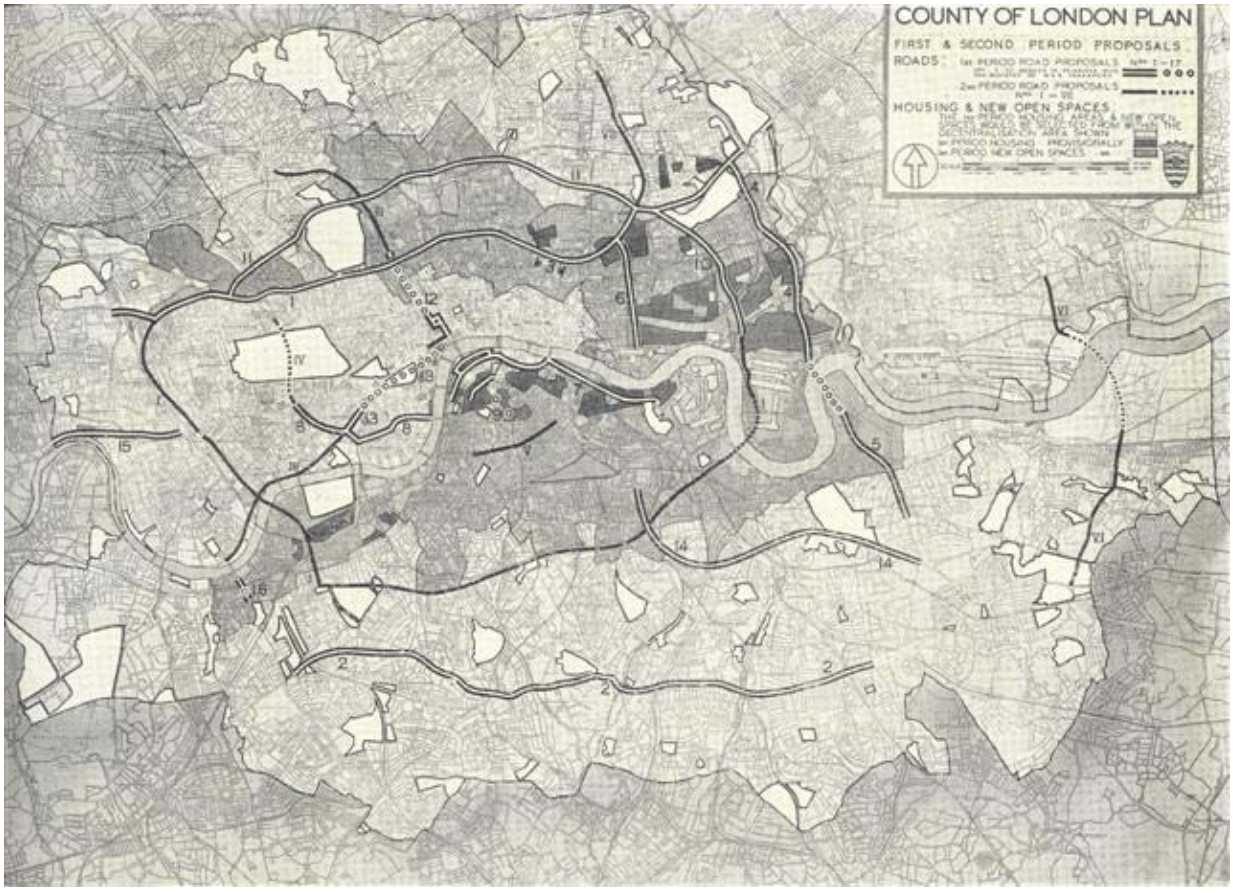


Figura 29 - Programação de obras e prioridades – Londres

Fonte: Forshaw e Abercrombie, 1944, P. 138

O plano do Condado de Londres passou a ter uma autoridade inquestionável, uma autoridade que era técnica mas também política, uma vez que se priorizava a reconstrução das áreas industriais e com moradias de população de menor renda, ainda que fossem elas as mais destruídas pela Guerra.

4.4 O Plano da Grande Londres - 1944

O Plano da Grande Londres (Greater London Plan) começou a ser cogitado ainda no período entre as duas guerras. As primeiras discussões sobre a necessidade desse plano surgiram no Comitê de Áreas Insalubres (Unhealthy Areas Committee), criado em 1920 e coordenado por Neville Chamberlain. A partir de recomendações do relatório final para que se estabelecesse um planejamento que abrangesse toda a região sobre a influência de Londres, foi criado um novo grupo de estudo, o Comitê de Planejamento Regional da Grande Londres (Greater London Regional Planning Commitee). Este comitê teve como assessor técnico Raymond Unwin.

A impossibilidade de finalização dos trabalhos do Comitê, por falta de recursos financeiros, fez com que somente em 1937 a questão voltasse a ser tratada, quando foi criada a Conferência Permanente em Planejamento Regional de Londres (Standing Conference on London Regional Planning). A Conferência delimitou territorialmente a Grande Londres, limite estabelecido a partir da área com tráfego diário de grande volume para Londres, área considerada sobre influência da capital.

Em 1942 a Conferência aceitou que se chamasse um especialista para a realização de um plano regional, e Abercrombie, que na época assessorava a elaboração do Plano do Condado de Londres, foi contratado. Nesse plano, com Abercrombie trabalhou o Comitê Técnico da Conferência, formado por técnicos dos vários distritos e conselhos.

Entre os sete principais técnicos envolvidos nesse plano, somente três também fizeram parte da equipe técnica que preparou o plano do Condado.

Hall (2002) considera que o plano elaborado por Unwin na década de 1930 para a região de Londres teve grande influência sobre Abercrombie, principalmente na proposição de que fossem construídas cidades-satélite no entorno da capital.

> Num certo sentido, Unwin penitenciava-se de sua grande apostasia de 1918-1919, quando desviara o curso da urbanização inglesa das cidades-jardim para os satélites suburbanos: orientação que, muito mais tarde, o próprio Osborn reconheceria não lhe ter sido possível evitar, dado o peso da opinião pública na época. (HALL, 2002, p. 195)

O plano abrangeu um território de 4.200 km² com uma população (1938) de 6.250.000 habitantes.

As principais questões com que o Plano se propôs a lidar foram:

1. a rápida suburbanização de Londres, sem que houvesse uma descentralização dos empregos industriais, e dessa forma criando bairros dormitórios e obrigando que se ampliasse o sistema de transporte;
2. a abertura de rodovias sem largura e sinalização adequada aumentando o número de acidentes;
3. a substituição da atividade rural pela urbana dificultando o abastecimento de Londres com gêneros alimentícios.

A análise da estrutura da região metropolitana mostrou que ela tinha uma forma radio-concêntrica, com uma área densamente ocupada na parte central, seguida por uma área de menor densidade de ocupação, e formada por uma série de loteamentos residenciais suburbanos. Mais externamente vinha o cinturão verde que começara a ser formado no final dos anos 1930. Finalmente, nos limites da área havia várias comunidades, antigas e novas, ainda cercadas por área rural.

Para a elaboração do Plano, os autores partiram das seguintes premissas:

1. que nenhuma nova indústria poderia se fixar em Londres e seus arredores, a não ser sob determinadas condições;
2. que as indústrias localizadas no centro de Londres deveriam ser transferidas para outros locais;
3. e que esses dois movimentos levariam a uma diminuição da população na Grande Londres. Essa última premissa mostrou-se falsa.

Também consideraram que seria criada uma legislação que permitisse ao Estado controlar o preço da terra, o que aconteceu em 1947.

Em síntese, o Plano da Grande Londres propôs a descentralização e a distribuição de população e empregos, em quatro anéis concêntricos.

No anel central (Inner Ring) deveriam ser retiradas as indústrias e haver uma diminuição da densidade populacional, principalmente da área sobre administração do London County Council. Considerou-se que além dos milhares de habitantes que seriam removidos da região mais central de Londres e reassentados no interior do Condado, seria necessária a remoção de outras 400.000 pessoas, que seriam transferidas para locais além dos limites da metrópole.

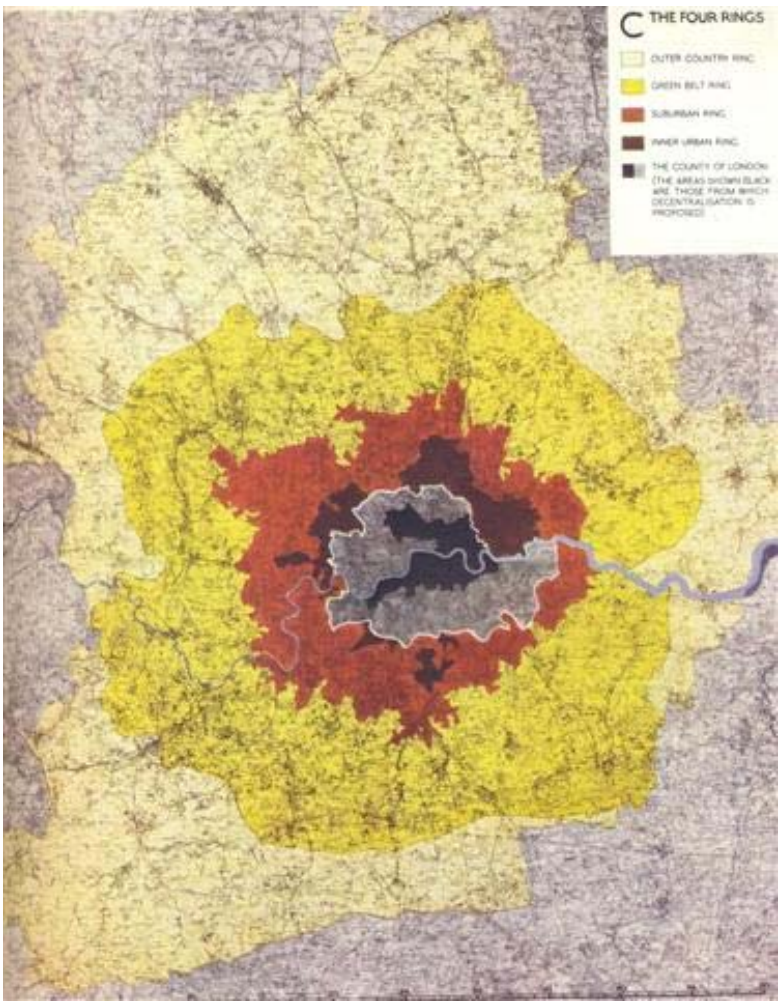


Figura 30 - Os quatro anéis

Fonte: Abercrombie, 1945, p. 23

O segundo anel – Suburban Ring, com uma largura de aproximadamente 19 km a partir de Charing Cross, não deveria ter qualquer alteração populacional ou industrial, isto é, não seria área de remoção nem de fixação dessas atividades. Contudo, recomendou-se a reorganização desse amplo território, com criação de bairros e unidades de vizinhança, nos mesmos termos propostos para o Plano de Londres.

O terceiro anel - Greenbelt Ring, configurava-se como um cinturão verde com no mínimo 16 km de largura, onde parte das terras já havia sido adquirida pelo Estado com esse objetivo. Mas nele também subsistiam áreas privadas e várias vilas. Recomendou-se a realização de um rígido controle sobre a expansão dessas vilas, e que fosse proibida da implantação de novos bairros ou cidades. Neste território o Estado deveria continuar adquirindo terras, em locais onde fosse adequada a implantação de parques esportivos ou com grande beleza natural.

E finalmente havia o Anel Rural Externo (Outer Country Ring) que deveria preservar seu caráter de área rural e, ao mesmo tempo, ser o principal local para recepção da população removida de Londres. Nele foi incentivada a expansão territorial das vilas existentes, a implantação de novas

cidades satélites e a recepção de indústrias. Foi neste local que o Plano propôs a implantação de oito cidades novas.

A proposta para o sistema viário regional e de transportes é semelhante a desenvolvida para o Condado. Foram propostos mais dois anéis viários radiais, um nos limites do Condado de Londres e outro no extremo da área urbanizada da metrópole, e dez vias radiais, que seriam estradas nacionais. As principais estradas existentes deveriam se tornar estradas regionais, e nelas não deveria ser permitido acessos locais.

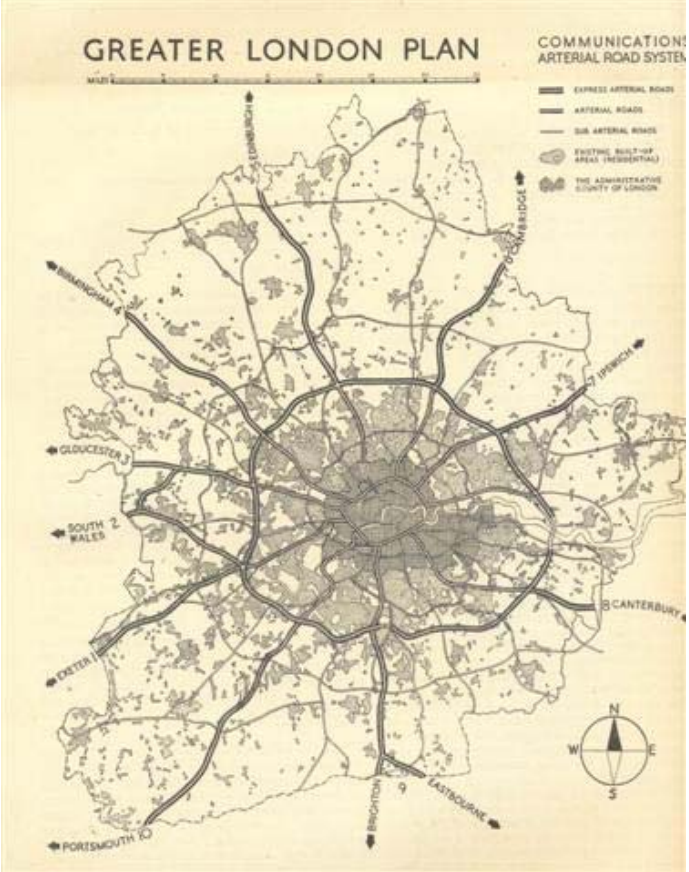


Figura 31 - O plano viário

Fonte: Abercrombie, 1945, p. 78

Estradas e ruas de grande tráfego não poderiam atravessar os centros urbanos.

Em relação ao sistema ferroviário, nada foi acrescido ao proposto no Plano de Londres.

Os autores vêem o plano estabelecendo "um contínuo pano de fundo verde de área rural, o qual é pontuado de adequados e compactos pontos vermelhos, representando os edifícios" (ABERCROMBIE, 1945, p. 11)[86], e nesta ampla área rural seriam preservadas as cunhas territoriais com uso agrícola que adentrassem áreas urbanizadas, e também determinadas feições geográficas a serem resgatadas da degradação que já se iniciara.

[86] … a continuous green background of open country in which are embedded at suitable places compact spots of red, representing building.

A descentralização ocorreria a partir de três medidas. Uma delas era o aumento de população em vilas e cidades já existentes dentro ou fora da região. Outra, o adensamento populacional e a melhoria das condições urbanas dos 'quase-satélites", assim chamados os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público e pela iniciativa privada no território.

E finalmente a construção de oito cidades satélites, para abrigar população das áreas de desadensamento completava a proposta, e foram sugeridos os locais para sua implantação. Na implantação de qualquer uma dessas medidas recomendou-se o desenvolvimento de um projeto urbano e arquitetônico rico e variado, com uma grande parcela da área reservada como espaço livre, e com a definição de um zoneamento de usos, separando-se as áreas de moradias da área industrial e da comercial.

O Plano recomenda como o exemplo a ser seguido, os ensinamentos de Raymond Unwin, de um lado, e o projeto da cidade de Welwyn de outro.

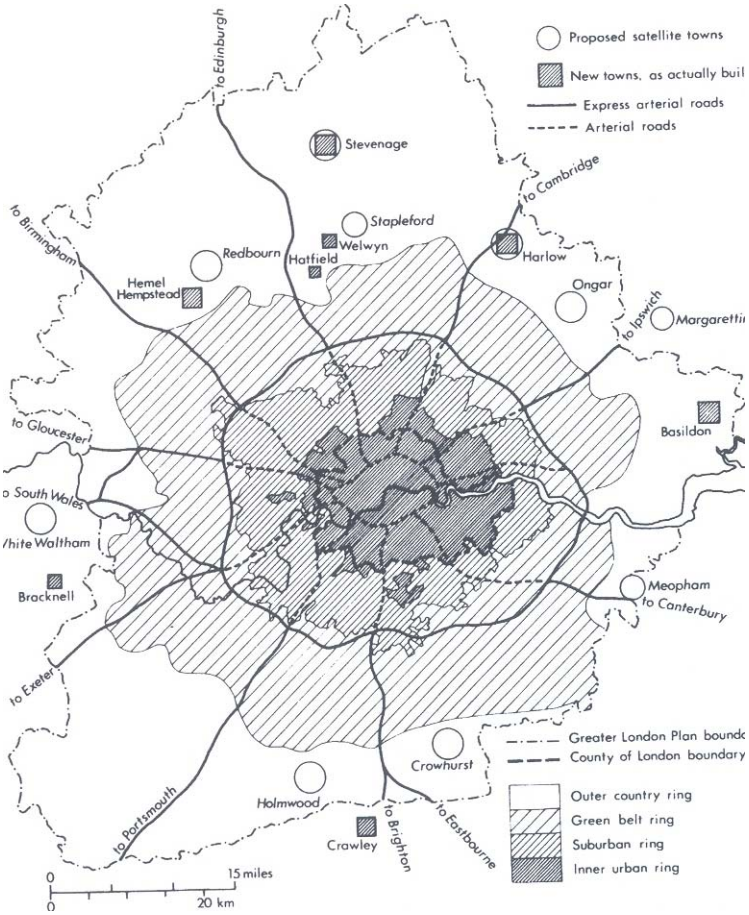


Figura 32 - Os círculos são os locais propostos para localização das cidades satélites e os quadrados hachurados onde elas foram de fato construídas

Fonte: Hall, 2002, p. 65

Foi estimada a movimentação e reassentamento de mais de um milhão de pessoas, sendo setecentos e setenta mil assentadas na região ou em suas proximidades e o restante em cidades localizadas no máximo a oitenta quilômetros do centro de Londres ou naquelas que estivessem sob sua influência.

Como a pesquisa para elaboração do plano foi bastante ampla e abordou todos os aspectos territoriais, foram feitas recomendações e propostas para todas as políticas públicas diretamente vinculadas ao território, inclusive a preservação do vale do rio Lee, que era o manancial de abastecimento de Londres.

Figura 33 - Proposta de uso do solo no vale do Rio Lee

Fonte: Abercrombie, 1945, p. 169

Também houve estudos mais detalhados para determinados locais, como West Ham – um distrito que limita-se com os rios Lee e Tamisa, e Ongar – uma vila próxima ao centro de Londres e uma das estações terminais do sistema ferroviário. O intuito era estabelecer determinados padrões para serem seguidos em toda a área, por todas as autoridades locais.

Alguns layouts diferem bastante daqueles encontrados no Plano do Condado de Londres, e as perspectivas são extremamente interessantes, pois estão mais próximas da arquitetura e urbanismo que foi desenvolvido pelo LCC no pós-guerra.

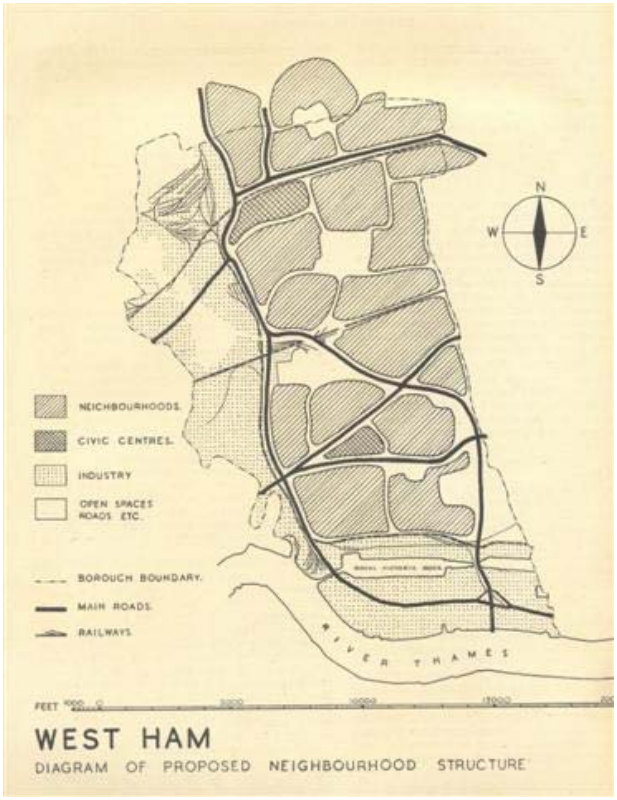


Figura 34 - Estrutura urbana para West Ham

Fonte: Abercrombie, 1945, encarte entre p. 170 e 171

Figura 35 - Proposta para as áreas habitacionais – West Ham

Fonte: Abercrombie, 1945, encarte entre p. 170 e 171

Figura 36 - Proposta centro comercial Ongar

Fonte: Abercrombie, 1945, encarte entre p. 170 e 171

Foi proposto um aparato de gestão com o intuito de permitir a implementação e o controle do plano, na forma de uma agência metropolitana diretamente subordinada ao Ministério do Planejamento Urbano e Rural e com poderes operacionais para implantá-lo. Seria criada uma série de Comitês de Planejamento Consorciados (Joint Planning Committees) subordinados a essa agência, e compostos de representantes das autoridades locais, num número que não impedisse seu pleno funcionamento. Esses comitês seriam responsáveis pelo detalhamento do plano no âmbito local e pela realização dos projetos urbanos.

O plano não trouxe muitas novidades em relação ao Plano do Condado de Londres. A ênfase continuou a ser a descentralização da população e da indústria e na provisão de moradias sociais.

As cidades satélites, sua organização ou forma de criação não são detalhadas, o que só aconteceu posteriormente, com a Lei das Cidades Novas, em 1946.

O que mais impressiona no plano é a riqueza de informações sobre o território regional, com dados dos mais variados tipos, seja do fluxo de veículos nas rodovias, seja sobre cada pequeno vilarejo existente na área predominantemente rural.

Desta forma as propostas parecem ser conseqüência lógica do estudo desenvolvido, e adquirem per si autoridade. Também o envolvimento de técnicos de várias cidades, vilas e distritos, permitiu o consenso técnico, que foi abraçado pelos políticos.

Cherry (1974) considera que esse plano é o maior exemplo da crença dos planejadores dessa época em sua habilidade para controlar um sistema complexo, mas credita isso não a uma atitude arrogante e sim às circunstâncias específicas que determinaram esse período histórico na Inglaterra.

4.5 O Plano Administrativo de Desenvolvimento de Londres – Análise - 1951

O Plano de Desenvolvimento de Londres foi preparado pelo LCC após a lei de 1947, com o objetivo de adequar o Plano do Condado a essa lei. Foi precedido de uma pesquisa e análise de dados sobre o Condado, publicada em 1951, e que é o documento que analisamos[87].

Este documento é um volume de 325 páginas ilustrando a pesquisa realizada, fartamente ilustrado com gráficos, tabelas e fotos.

Seu sumário é extremamente interessante, no sentido de que revela uma organização de levantamentos extremamente ampla, o que viria a ser uma tradição nos planos realizados no Brasil nas décadas de 1960 e 70.

O conteúdo da pesquisa é o seguinte: condições físicas (características físicas, poluição atmosférica, pesquisa do uso do solo, idade e condições das construções), população e densidade, indústria e comércio (pesquisa industrial geral, análise do emprego na indústria e comércio, indústrias especiais, investigação da margem do Tamisa, zoneamento industrial, áreas comerciais e mercados atacadistas), funções sociais (habitação e demolição de cortiços, educação, hospitais, serviços de saúde do Condado, edifícios para uso religioso e premissas para licenciamento de novos usos), transporte (vias, ferrovias, ônibus e outros meios de transporte, o porto de Londres, canais e navegação do rio Lee, equipamentos para o transporte aéreo), infra-estrutura (água, energia hidrelétrica, usina de gás, eletricidade, drenagem, disposição final de lixo), espaços livres (espaços livres públicos e privados, chácaras e sítios, cemitérios), padrões urbanísticos (taxa de ocupação, densidade e iluminação natural dos edifícios), e áreas de desenvolvimento integral (City, Stepney e Poplar, Bermondsey, South Bank, Elephant and Castle, Bunhill Fields, Lewisham Clock Tower, Woolwich), terrenos para serem desapropriados, desadenssamento e finanças.

Em relação ao Plano de 1943 uma alteração importante foi o tempo de vigência do Plano. Este passa a ser vinte anos, com revisões a cada cinco. O anterior estava previsto para ser orientador do desenvolvimento por cinqüenta anos e não se pensou em revisões periódicas. Também as prioridades foram definidas em função dos recursos financeiros que poderiam ser aplicados nestes vinte anos.

Foi feito um balanço do que havia sido realizado entre 1945 e 50, como a preparação de áreas de reconstrução para a exposição de arquitetura do Festival da Bretanha, e a aquisição de terrenos para criação de espaços livres.

O Plano é um detalhamento das diretrizes do plano anterior, e trata de forma mais abrangente políticas sociais, como educação e saúde, ainda que somente pelo aspecto físico, e nesse sentido planeja a construção de edifícios destinados a abrigar os novos serviços definidos pelas políticas.

Isso significou inclusive, determinar o dimensionamento de salas de aula e escolas, a partir de um número máximo de alunos em cada uma delas.

O mesmo se deu em relação aos serviços de saúde, onde, por exemplo, foram propostos centros básicos de saúde para cada 20.000 habitantes.[88]

[87] O Plano de Desenvolvimento só foi aprovado em 1955, e nossa análise não o inclui.

Foi definida a quantidade de área necessária e a localização das várias obras previstas.

Esse documento foi, dessa forma, o *thesaurus* para o planejamento do Condado de Londres e para os projetos urbanos implantados nas áreas de reconstrução pelo LCC.

O documento apresenta dois mapas, que constituem a síntese desse plano.

O primeiro deles é um mapa do uso do solo em 1951, que mostra o nível de controle que o LCC tinha sobre o território do Condado.

Figura 37 – Mapa da Cidade

Fonte: Development Plan, 1951, p. inicial

O outro é o mapa da programação das intervenções e obras, com a definição de quais seriam realizados nos próximos 5 e 15 anos.

[88] Os padrões recomendados, de acordo com nossa experiência profissional, são os utilizados genericamente na avaliação da cobertura de serviços de saúde ainda hoje.

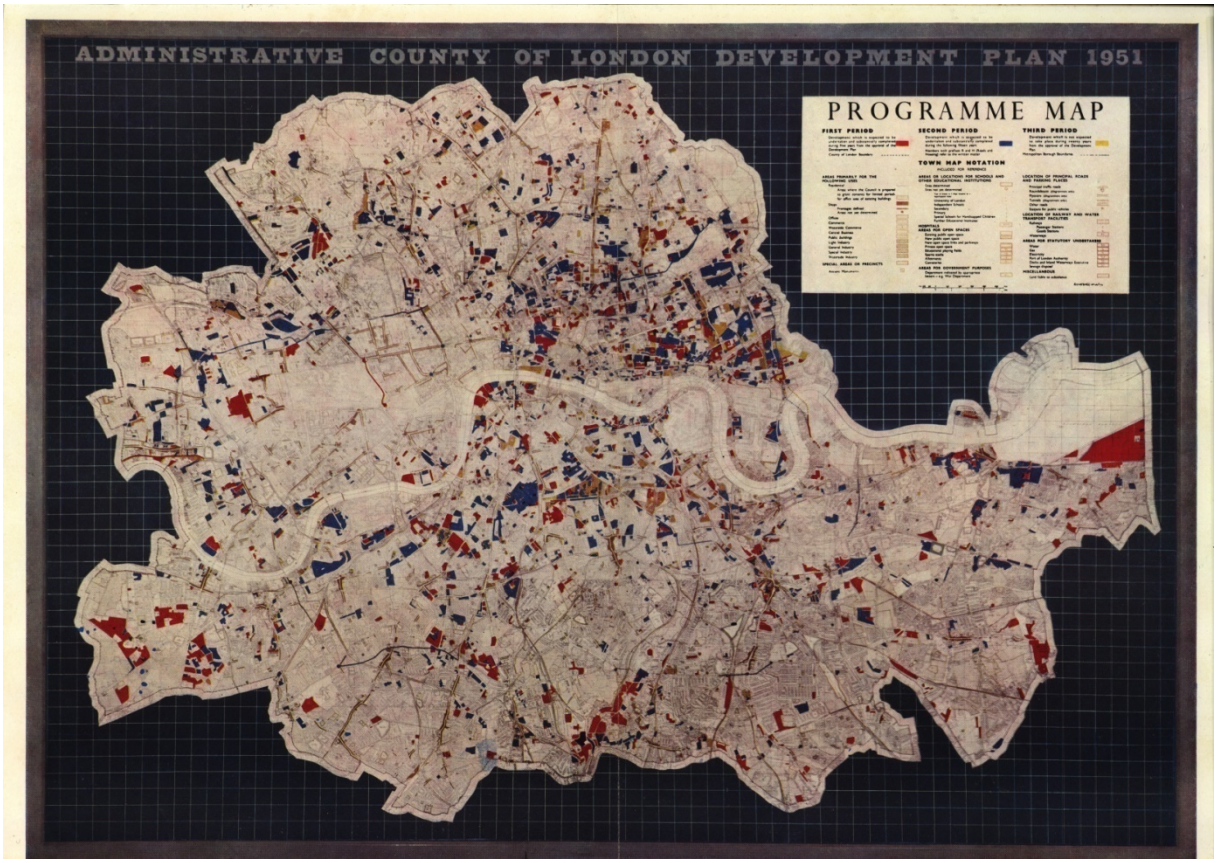


Figura 38 – Mapa de Programação

Fonte: Development Plan, 1951, p. 8

4.6 As Áreas de Desenvolvimento Integral

As áreas de reconstrução londrinas foram definidas no Plano do Condado de Londres e instituídas pelo Town and Country Planning Atc de 1944, que deu as diretrizes para que o poder público pudesse adquirir os terrenos das áreas que tinham sido bombardeadas.

Em 47, o novo Town and Country Planning Act, definiu como deviam se dar os procedimentos para a reconstrução dessas áreas, e ainda quais os parâmetros urbanísticos que deveriam ser utilizados.

Os órgãos responsáveis pela reconstrução tinham que submeter o plano à aprovação do Ministro do Planejamento Urbano e Rural, e após sua aprovação eram realizadas audiências públicas para discutir as propostas com todos os interessados. Somente então o Ministro poderia ou não aprovar em definitivo os planos, além de poder decidir se deviam ou não ser feitas alterações no projeto inicial.

Uma vez aprovado, as obras de reconstrução eram iniciadas.

A reconstrução do Condado de Londres coube ao London County Council, e foi a área chefiada por Percy Johnson-Marshall que desenvolveu os documentos necessários a aprovação e acompanhou as obras.

Uma grande inovação do *town planning* foi a forma como a legislação urbanística passou a lidar com a questão da terra e da propriedade da terra. No caso das áreas bombardeadas, em 1944 com a aprovação do Town and Country Planning Act, que de fato poderia ter sido chamado de lei das áreas de reconstrução, previu-se que o Governo poderia declarar como "de interesse público" (Declaratory Order); aquelas áreas que tinham sido bombardeadas e, se fosse necessário, as adjacentes. Elas seriam desapropriadas (compulsory purchase) pelas administrações locais.

Mas a legislação também determinou que o valor a ser pago não incluísse qualquer valorização decorrente da atuação do Estado, nem possibilidades futuras de uso privado da área que viessem a valorizá-las. O valor passava a ser o da área da forma como ela se encontrava, e que na maioria dos casos não era muito elevado, pois as construções tinham sido destruídas.

Já o Town and Country Planning Act de 1947 ampliou as áreas sob as quais o Estado poderia atuar, incluindo áreas não bombardeadas, como vimos, mas definiu que essa permissão só vigoraria para áreas desapropriadas nos dez anos seguintes, e aumentou o valor que deveria ser pago na desapropriação. Nesta lei de 47 essas áreas passaram a ser denominadas de "comprehensive development areas". (JOHNSON-MARSHALL, 1966 e CULLINGWORTH e NADIN, 1997)

Outra característica da metodologia de trabalho nessas áreas foi a utilização do zoneamento "tridimensional".

O método de trabalho para a composição de volumes num tecido urbano, o planejamento tridimensional, era feito através da produção de maquetes para os espaços urbanos que estavam sendo reconstruídos, que serviam para a discussão com a população e agentes privados em audiências públicas, e que depois eram modificadas até que se chegasse à versão final aprovada pelo Ministro.

As maquetes também eram realizadas para anos diferentes, estimando-se o desenvolvimento do tecido de acordo com o projetado, e era dessa forma que se lidava com o tempo. Esse era o instrumento de controle do uso e da ocupação do solo, parte da definição do que podia ser ali construído.

A primeira área designada em 1944 foi Stepney/Poplar, no East End londrino, e parte dela, a unidade de vizinhança de Lansbury, foi reconstruída com grande rapidez, para que pudesse ser parte da exibição de arquitetura do Festival da Bretanha, realizado em 1951.

As outras áreas designadas até o final dos anos 1950 foram: Bermondsey, Barbican, St Paul Precinct, South Bank, Elephant and Castle, Bunhill Fields e mais duas áreas em Lewisham e Woolwich.

A "área de desenvolvimento integral" de Stepney/Poplar abrangeu 809 hectares, e foi planejada para receber uma população de 100.000 habitantes.

Johnson-Marshall (1966) diz que essa área agrupava os piores defeitos de Londres: densidade de ocupação excessiva, casas deterioradas e superlotadas, falta de espaços livres, mistura de usos principalmente nas moradias, e congestionamento de tráfego.

O plano dividiu a área em onze unidades de vizinhança, cada uma delas com seu centro local, comercial e comunitário, e com escolas. Os centros comerciais foram projetados como áreas

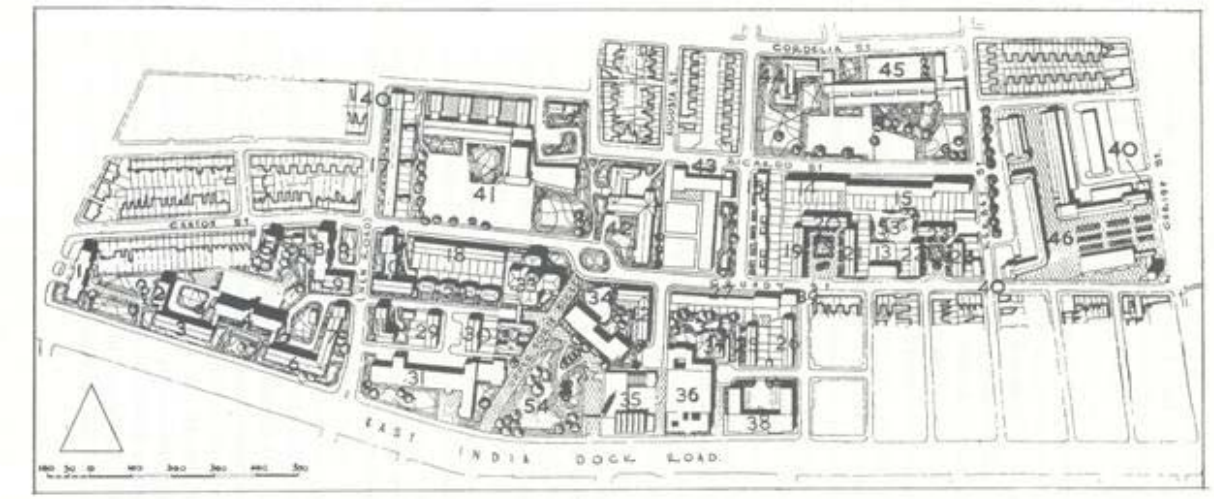
exclusivas de pedestres, e implantados nos locais onde anteriormente já havia alguma concentração de comércios.

O espaço livre existente em Lansbury era de 2 m² por habitante, e a proposta elevou esse percentual para 8,7 m², ainda que a intenção fosse chegar a 14 m².

Para evitar o uso misto foi realizado um zoneamento detalhado, e para diminuir o congestionamento de tráfego foi feito um projeto viário que minimizou as intersecções de ruas e definiu um acesso principal ao sistema arterial da cidade, como ao túnel Blackwall sob o Tamisa.

O projeto também previu ruas locais e estacionamento para automóveis.

A definição do arranjo espacial (layout) da área de Lansbury foi feita pelo Departamento de Arquitetura do LCC, mas a maioria dos edifícios foi projetada por arquitetos que não pertenciam ao Departamento, ainda que indicados por ele.



1–2 Six storey flats.
3 Three storey flats.
4–5 Six storey flats.
6–7 Three storey flats.
8 Six storey flats.
9–11 Three storey flats.
12 Two storey flats for old people.
13 Three storey flats (existing).
14–15 Four storey maisonettes.
16–17 Three storey (two storey maisonettes with flats over).
18 Two storey terraced houses.
19–24 Three storey terraced houses with a few single room flats for old people.
25–27 Two storey terraced houses.
28 Two storey linked houses.
29–30 Two storey terraced houses.
31 Health Centre.
32 Roman Catholic Presbytery.
33 Roman Catholic Church.
34 Upper North Street School (existing) will be used for future Community Centre.
35 Trinity Church and Hall.
36 Seamen's Mission and further extensions.
37 Trinity Church Manse.
38 Board of Trade Offices (existing).
39 Public House (existing).
40 New Public Houses.
41 Roman Catholic Secondary School.
42 Old People's Home.
43 Roman Catholic Primary School (existing school and future extensions).
44 Ricardo Street Nursery School.
45 Ricardo Street Primary School.
46 Shopping Centre and Market Place.
53 Children's Playgrounds.
54 Park.

Figura 39 – layout da unidade de vizinhança de Lansbury – Stepney/Poplar

Fonte: Cherry, 1974, p. 150

No desenvolvimento dos projetos, as maquetes (three-dimensional plan), as quais já nos referimos, foram usadas para discutir os projetos com o Ministério e a comunidade, e para servir de diretriz de projeto para os arquitetos contratados para desenvolver os edifícios.

Lansbury serviu como local de experimentação de soluções urbanísticas e edilícias. Ali foram implantados o máximo possível de serviços públicos e comunitários, como creches, escolas de 1º e 2º grau, igrejas, centro comercial, e também uma grande diversidade de soluções habitacionais,

como edifícios de apartamento de 3 e de 6 andares, edifícios de apartamentos duplex (maisonettes) de 4 andares, casas geminadas de 2 e 3 pavimentos, casas no térreo com apartamentos no pavimento superior, etc.

Cada unidade de vizinhança foi planejada levando em conta toda a área de reconstrução em que estava inserida e o Plano do Condado de Londres, a cujas diretrizes o trabalho se subordinava. Houve, dessa forma, uma relação hierárquica entre as várias atividades de planejamento e projeto, onde o detalhamento para a intervenção não acontecia sem se reportar a um planejamento maior e de mais longo prazo.

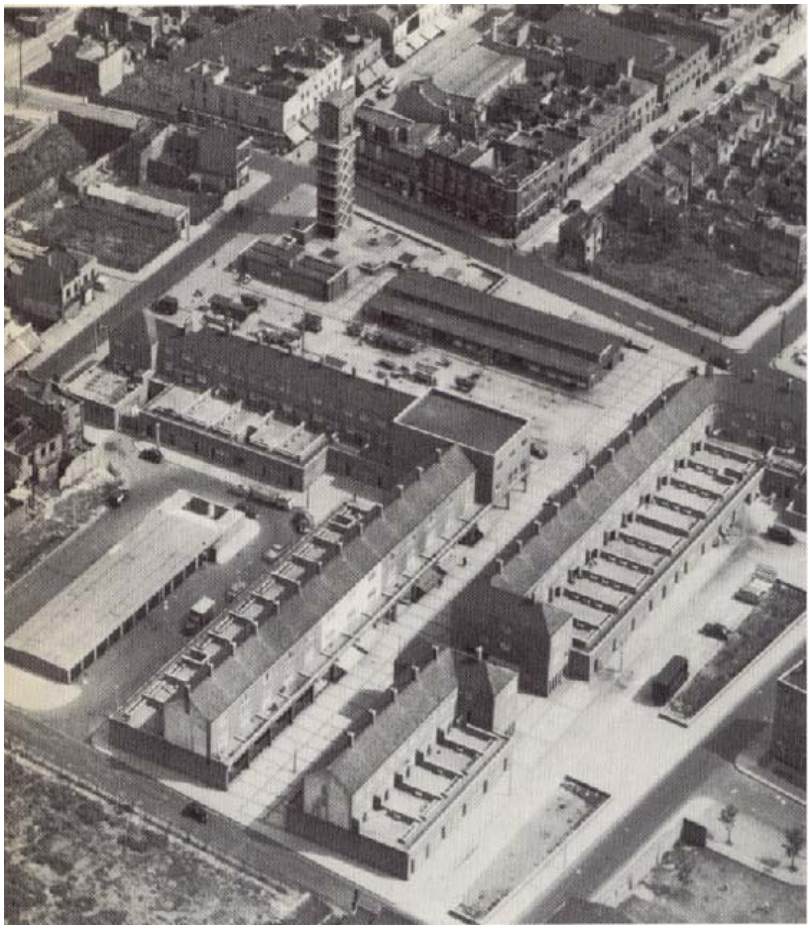


Figura 40 – area reconstruída de Lansbury – 1951

Fonte: Johnson-Marshall, 1966, p. 227

Como o Plano de Desenvolvimento de Londres de 1951 seguiu as novas regras da legislação de 47 no sentido de abranger um período de vinte anos, também os planos de reconstrução passaram a ter esse horizonte temporal, e plantas foram realizadas mostrando a evolução esperada para a reconstrução das áreas a cada cinco anos.

Figura 41 – Lansbury – casas de 2 pavimentos voltadas para praça central

Fonte: Johnson-Marshall, 1966, p. 227

Figura 42 – Lansbury - prédio de 4 pavimentos na Ricardo Street – projeto de Geoffrey Jellicoe - foto de Courtauld Institute of Art

Fonte: http://www.artandarchitecture.org.uk/images/conway/099431ed.html

Figura 43 - Lansbury – escola na Cordelia Street – projeto de Mardall, Rosenberg e Yorke – foto de Courtauld Institute of Art

Fonte: http://www.artandarchitecture.org.uk/images/conway/099431ed.html

Durante os anos 1950 várias áreas estavam em reconstrução, e ainda que os projetos arquitetônicos e os arranjos espaciais sofressem variações, todos seguiam os mesmos princípios: sistema vário hierarquizado, áreas residenciais formando unidades de vizinhança, centro locais de comércio, separação de usos, composição espacial com edifícios com diversidade de soluções, e a utilização de uma arquitetura com repertório formal de características modernas, numa solução que a historiografia denominou de "regionalismo britânico" ou "novo empiricismo". (Cf em FRAMPTON, 2003, MONTANER, 2001, THE ARCHITECTURAL REVIEW da década de 1950)

Uma dessas áreas, a de Bunhill Fields localizada na City, foi em parte reconstruída pela Corporação da City (Golden Lane) e em parte pelos próprios proprietários, mas sempre a partir de um layout desenvolvido pelo LCC. Nela foi construído o conjunto de Golden Lane projetado pelo escritório Chamberlain, Powell e Bon.

Exposições mostrando as propostas e o andamento dos trabalhos eram periodicamente preparados pelo Conselho, e ali eram apresentadas as maquetes que definiam o arranjo espacial – o zoneamento tridimensional, mostrando sua evolução nos anos seguintes.

As maquetes de Bunhill, apresentadas em uma dessas exposições estão apresentadas nas Figuras 44 a 47.

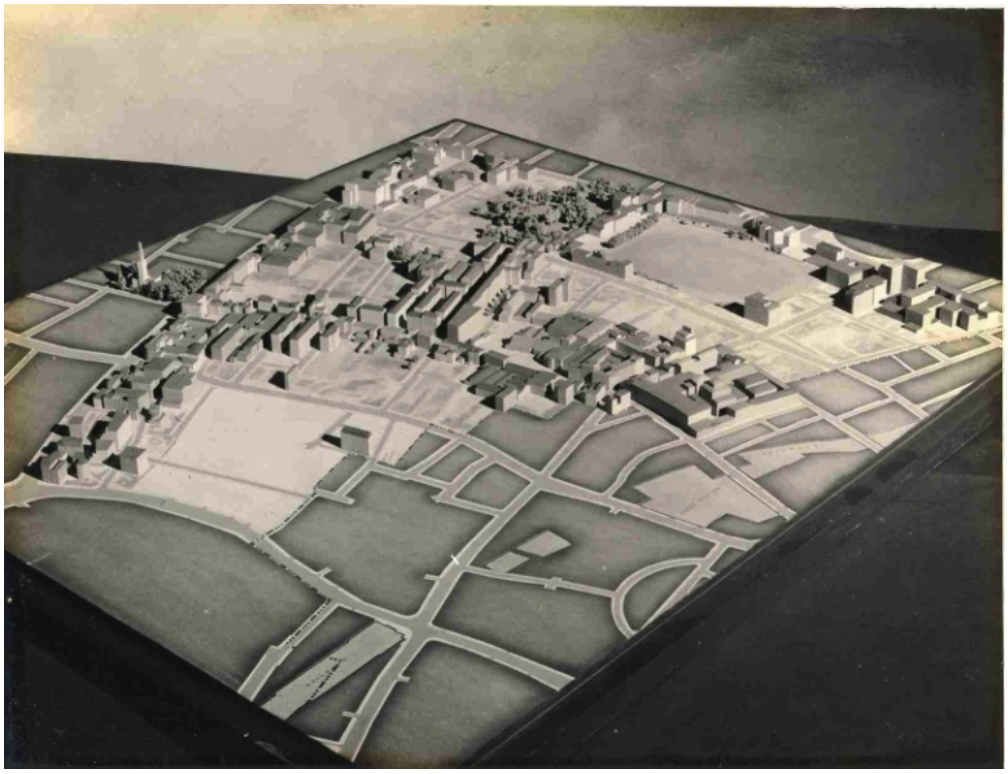


Figura 44 - Maquete de Bunhill em 1945, mostrando as áreas destruídas

Fonte: acervo particular de Sônia Cole

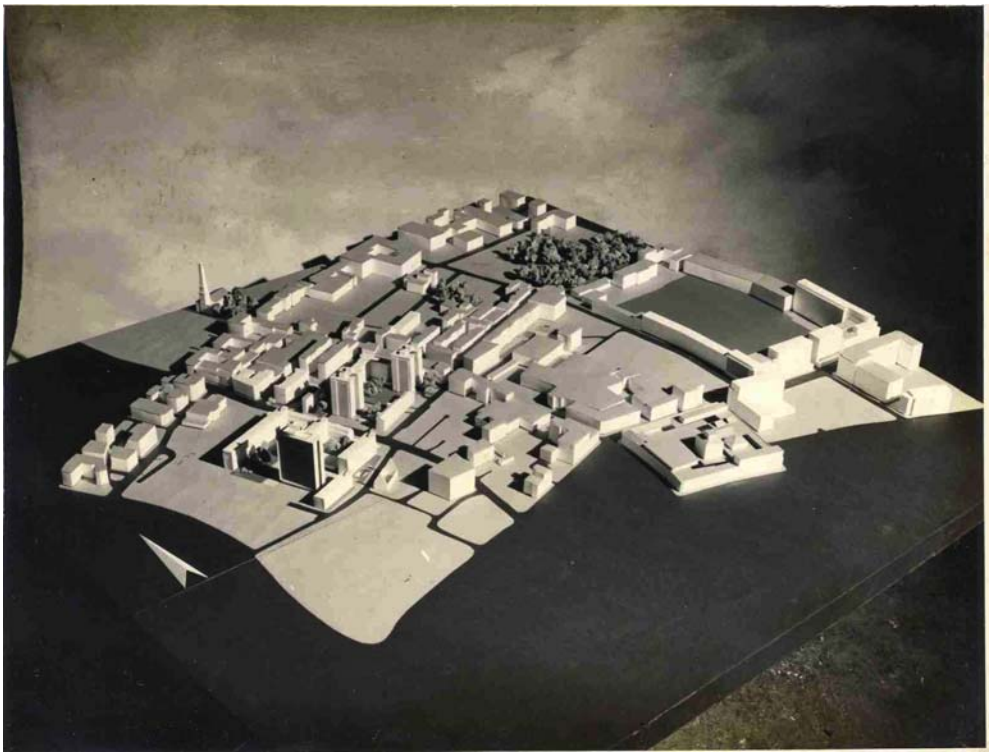


Figura 45 - Maquete com o desenvolvimento esperado para Bunhill em 1956

Fonte: acervo particular de Sônia Cole

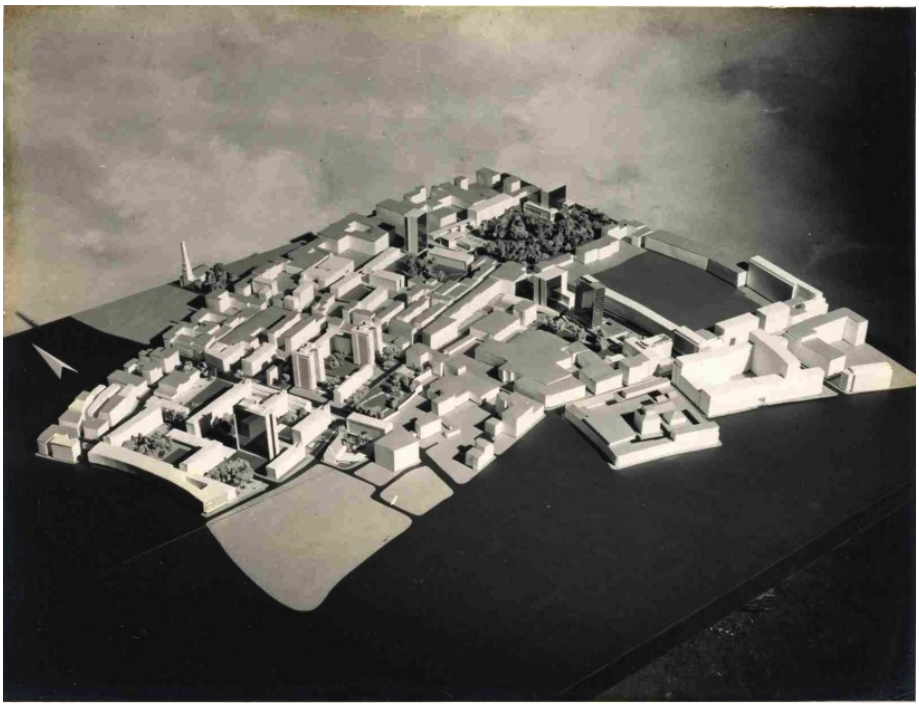


Figura 46 - Maquete de Bunhill mostrando o desenvolvimento esperado para 1961

Fonte: acervo particular de Sônia Cole

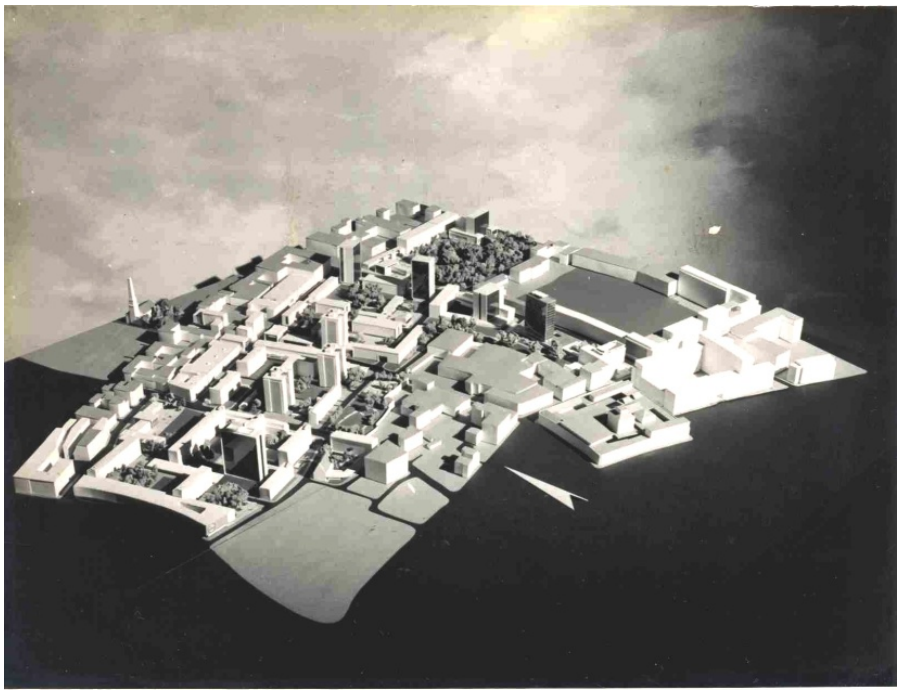


Figura 47 - Maquete de Bunhill mostrando o desenvolvimento esperado para 2001

Fonte: acervo particular de Sônia Cole

Comparando-se o projeto de Chamberlain, Powell e Bon para Golden Lane com as maquetes, fica claro que elas definiam a volumetria dos edifícios que foram construídos na área.

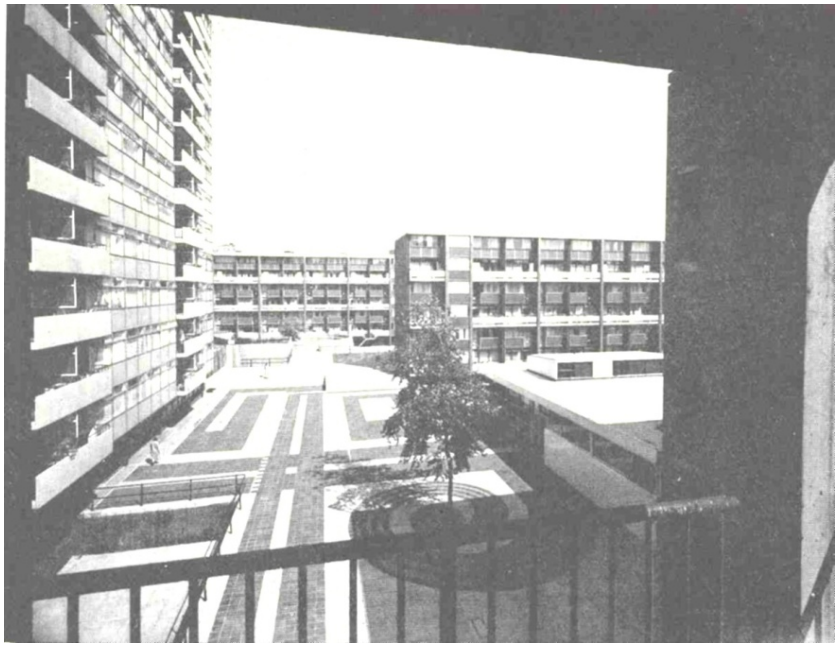


Figura 48 - Área de reconstrução Bunhill, unidade de vizinhança Golden Lane

Fonte: Johnson – Marshall, 1966, p. 273

Figura 49 - Área de reconstrução Bunhill, unidade de vizinhança Golden Lane

Fonte:
www.oldukphotos.com/london_other_london_photographs_page3.htm

O planejamento dessas pequenas áreas no interior das cidades inglesas seguiu a mesma metodologia adotada no desenvolvimento de planos urbanos e regionais, como uma pesquisa aprofundada, elaboração de propostas e discussão e finalmente a intervenção.

O respeito ao plano mais geral foi a regra, e em termos urbanísticos, as soluções de composição de edifícios e dos projetos das edificações ficaram muito próximas das que foram desenvolvidas para as cidades novas (new towns).

Tanto as cidades novas, que veremos a seguir, como os edifícios projetados na reconstrução das cidades foram trabalhos de um grande número de arquitetos, e isso mostra, por certa homogeneidade nas soluções, que eles representam um específico "estilo", o modernismo inglês do pós-guerra.

Só a partir dos anos 1960 outros caminhos foram trilhados, ainda que posturas a favor de uma arquitetura de cunho mais "internacional" tenham sido iniciadas ainda nos anos 1950, em especial pelos arquitetos Alison e Peter Smithson que marcam o rompimento com esse tipo de produção formal.

5 As cidades novas

Nas décadas de 1940 e 50 duas realizações marcaram o projeto urbano na Grã-Bretanha: a construção de cidades novas e a reconstrução de setores urbanos bombardeados.

Em Outubro de 1945 o governo Trabalhista criou uma comissão para definir como as cidades novas deveriam ser construídas. Chefiava a comissão John Reith, e entre seus membros estava Osborn, além do então presidente do RIBA, Percy Thomas. A composição do Comitê foi contestada pelo Town Planning Institute, uma vez que nenhum de seus membros foi chamado para compô-lo, mas sem sucesso.

Em três meses a comissão apresentou seu relatório, grandemente influenciado pelo ideário cidade-jardim, em cuja defesa havia estado Osborn. Propunha-se a criação de cidades novas que tivessem entre 20.000 a 60.000 habitantes. Deviam ser construídas por corporações estatais, cada corporação criada para administrar uma das novas cidades, e o financiamento seria feito pelo tesouro britânico.

Estabelecia-se assim que "comunidades", em seu sentido amplo, poderiam ser criadas através de planejamento físico. Ainda que inspiradas na concepção de Howard, dela diferiam num ponto essencial: não seriam mais associações de moradores que construiriam e seriam arrendatários da cidade, mas o Estado.

A Lei das Cidades Novas (New Towns Act) foi aprovada em dezembro de 1946, e em Novembro daquele ano Stevenage, a primeira delas, foi designada. Essa medida provocou forte oposição dos moradores locais, e foram tomadas medidas judiciais contra sua implantação. A disputa jurídica em torno da construção foi decidida favoravelmente na Câmara dos Lordes, o que acabou por consagrar a política de construção de cidades novas.

As recomendações de Abercrombie para a criação de oito cidades novas no entorno de Londres foram seguidas, ainda que os locais não fossem exatamente os do Plano da Grande Londres, como vimos.

Entre 1946 e 49 todas elas foram designadas: Stevenage, Crawley, Hemel Hempstead, Harlow, Welwyn Garden City, Hatfield, Basildon e Bracknell.

A designação das outras cidades seguiu as recomendações da Lei da Desconcentração Industrial (Distribution of Industry Act), que determinou a política regional britânica, aprovada em 1945. Nela foram definidas áreas de "desenvolvimento" ao Sul de Gales, ao Nordeste da Inglaterra, na região de Cumberland (noroeste da Inglaterra) e no Centro-oeste da Escócia.

Cwbram (1949) foi designada no sul de Gales, nos arredores de Cardiff; Aycliffe (1947) e Peterlee (1948) foram designadas ao nordeste da Inglaterra, no distrito de Durham; e East Kilbride (1947) foi designada no centro-oeste da Escócia, nas proximidades de Glasglow.

Em 1950 o governo britânico também designou Corby, no entorno de Londres. Essas cidades formam a primeira geração de cidades novas, denominadas pela historiografia de Mark I.

Em 1951 assumiu o governo o partido conservador que interrompeu o processo de designação e iniciou uma política visando favorecer a expansão de cidades existentes, mas essa não teve muito sucesso inicialmente.

Com o agravamento do problema habitacional na Grã-Bretanha e a tensão social nas cidades, a política anterior voltou a ser defendida, e em 1956 foi designada uma nova cidade, Cumbernauld, construída para minorar o problema de falta de moradias em Glasglow, Escócia. O projeto desta cidade rompeu com a tradição anterior ao propor altas densidades e dar maior importância ao uso do carro como meio de transporte.

HARDY (1991) credita essa mudança às militâncias de J. M. Richards, editor da Revista The Architectural Review, e a Gordon Cullen, um dos principais articulistas da revista, que nela publicava estudos morfológicos do traçado de cidades medievais. Suas principais reivindicações eram por uma cidade mais densa e urbanizada.

Em 1960 o programa das cidades novas foi ressuscitado, e a partir de 1961 novas cidades foram designadas: Skelmersdale em 1961 (entorno de Liverpool), Livingstone em 1962 (entorno de Glasglow – Escócia), Telford em 1963 e Redditch em 1964 (ambas no entorno de Birmingham), Runcorn em 1964 (entorno de Liverpool) e Washington também em 1964 (no distrito de Durham). Essas são denominadas pela historiografia de segunda geração das new towns, ou Mark II.

A terceira geração surge com a designação de Milton Keynes (1967) no entorno de Londres, seguida por Peterborough (1967), Northampton (1968), Warrington (1968) e Central Lancashire (1970). Na Escócia foi designada Irvine (1966), e em Wales, Newtown (1967). Entre 1965 e 1969 também foram designadas 4 cidades novas na Irlanda do Norte: Craigavon, Antrim, Ballymena e Londonderry. A última cidade designada foi Stonehouse, na Escócia, também no entorno de Glasglow. Essas cidades são as Mark III.

Figura 50 - Mapa da Grã-Bretanha mostrando a localização de new towns designadas até a metade dos anos 1960

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 139.

5.1 As MARK I

As Mark I foram as cidades novas cujo projeto obedeceu as principais diretrizes do movimento cidade jardim. A implantação dessas cidades foi muito afetada pela situação econômica do pós-guerra, e por isso foram construídas muito lentamente dando-se prioridade à construção de habitações, ficando a construção de equipamentos públicos e comunitários em segundo plano. O custo de construção foi muito elevado, principalmente ao ser comparado à construção de habitações em cidades existentes, e acabou por gerar uma série de críticas que praticamente paralisaram o Programa.

Nos anos 1950 as críticas aumentaram, principalmente a partir da constatação de que os mais pobres não conseguiam emprego nem casas confortáveis nas cidades novas. Além disso, a paisagem urbana era muito criticada, por não ter o "charme" das cidades mais antigas, nem o de uma arquitetura de vanguarda.

Ainda que nos anos 1960 a população moradora dissesse estar satisfeita com o novo local de moradia, na década anterior as cidades novas haviam sido acusadas de "contribuírem para um 'sentimento de provinciana ou suburbana depressão'."[89] (BUDER, 1990)

5.1.1 Stevenage

A corporação para construir Stevenage foi formada logo após a publicação da Lei das Cidades Novas e ela foi localizada no local recomendado por Abercrombie no Plano da Grande Londres. Ela foi a primeira cidade a ser designada e construída.

A pequena cidade lá existente tinha uma população de aproximadamente 6.500 habitantes, e na construção da nova cidade foi escolhida uma área de 24,7 km², que incluía a Stevenage antiga e parte de áreas rurais de dois outros distritos.

O centro urbano ficou a uma distância de 48 km do centro de Londres, era bem servido de linhas de transporte ferroviário e estradas, e a topografia era ondulada e adequada para uso urbano.

O plano de massas foi preparado pelo Ministério do Planejamento Urbano e Rural e o projeto executivo pelo London County Council, e mesmo havendo modificação após 1950, o plano inicial foi praticamente respeitado.

[89] [...] contributed to a "depressing provincial or suburban mood". (Buder citar a revista Architecture Review)

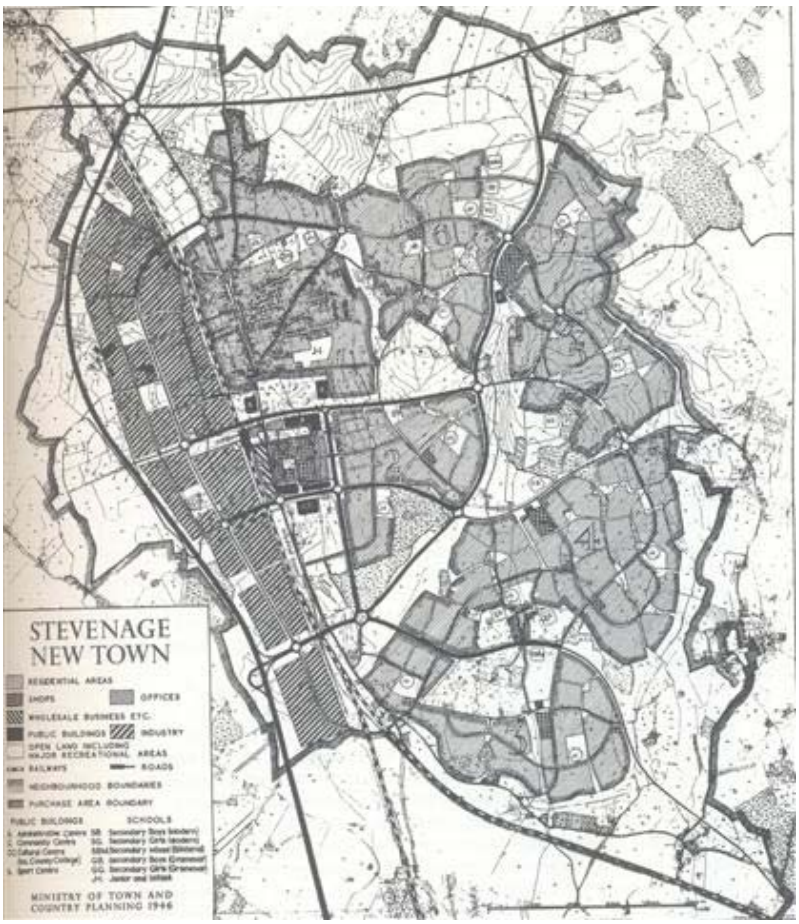


Figura 51 - Plano de Massas de Stevenage

Fonte: Cherry, 1974, p. 143

O plano separa as áreas industriais, comerciais e de moradia, define uma grande quantidade de área como verde e estabelece uma população máxima de 60.000 habitantes.

As áreas residenciais, localizadas a leste da ferrovia, são projetadas como unidades de vizinhança e em semicírculo no entorno do centro urbano (que é a cidade antiga), e a oeste, acompanhando a ferrovia, foi implantada a área industrial.

As unidades de vizinhança contam com um sistema viário principal de categoria local, cujo atravessamento de pedestres é feito por passagens abaixo do nível da rua, e o acesso às moradias é realizado por ruas terminadas em *cul-de-sac*.

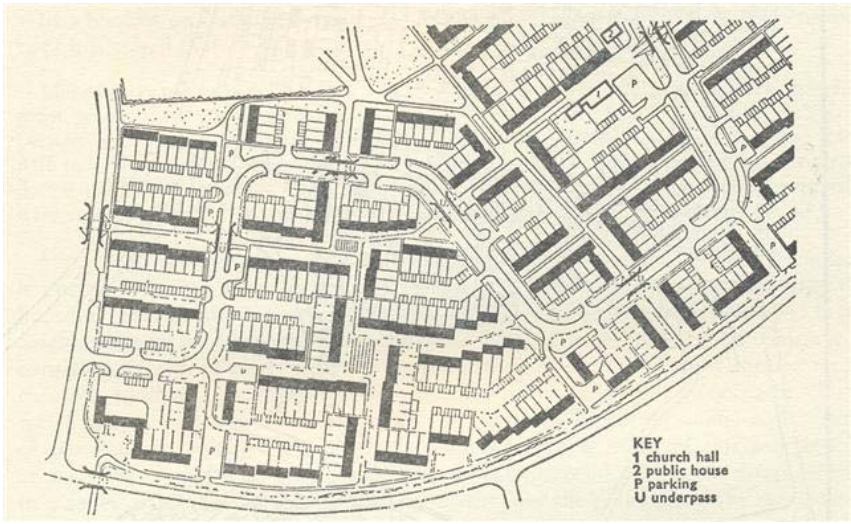


Figura 52 - Stevenage – Unidade de Vizinhança de Pin Green

Fonte: Osborn e Whittick (1969), p. 173

A maior parte das moradias são casas assobradadas, com diferentes desenhos e com 2 ou 3 quartos. Foram usados tijolos com variações na cor e rejuntados com cimento de cor diferente, algumas com emboço e pintura, e outras sem revestimento.

Também foram construídos edifícios de apartamento de três, quatro ou sete pavimentos.

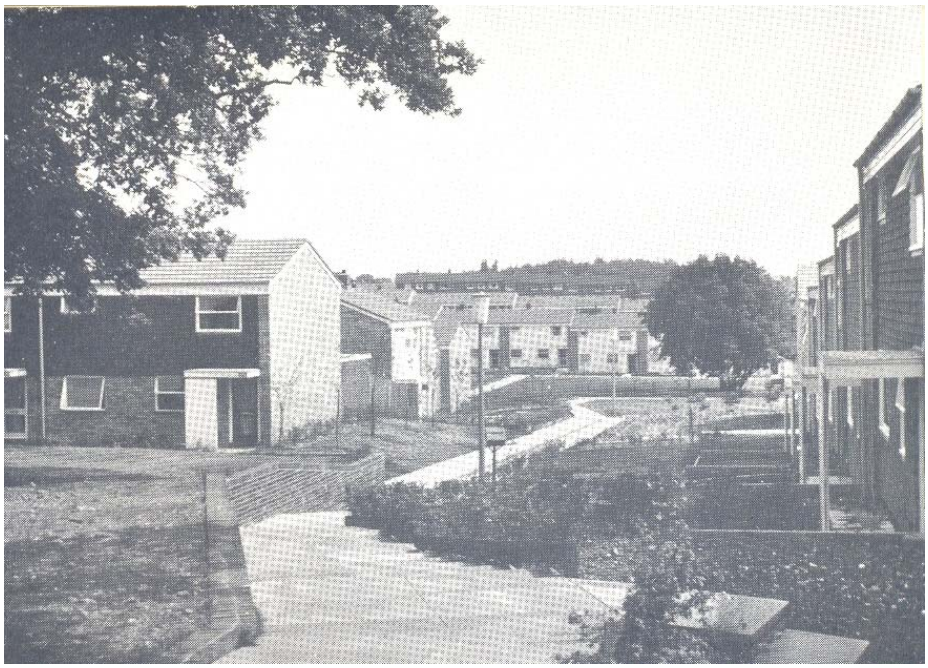


Figura 53 – caminho de pedestres na unidade de vizinhança de Pin Green

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. XI

Figura 54 – casas voltadas para um pátio na unidade de vizinhança de Chells

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. XI

Cada unidade de vizinhança abrigava aproximadamente 10.000 moradores, e em cada uma delas foi construído um centro local. Eles de uma forma geral contêm de um lado da rua principal uma área comercial, implantada de forma a ocupar dois lados de um triângulo, ou três lados de um quadrado, com uma área para pedestres em seu centro. Também eram construídas igrejas em uma extremidade e edifícios públicos em outra.

Figura 55 - Centro da unidade de vizinhança Bedwell

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. IX

O centro principal da cidade ficou internacionalmente conhecido por ter sido o primeiro centro comercial e cívico projetado com acesso restrito de veículos. Ele é uma área retangular limitado por ruas de maior tráfego, com acesso por uma via central de pedestres, que está conectada a outras duas. (Figura 56) No lado oeste, existe uma pequena praça urbana, voltada para o terminal de ônibus. As lojas foram alinhadas com as ruas de pedestre, e no centro da área foi colocada uma fonte e uma torre com relógio. No extremo norte ficaram os edifícios públicos: a câmara, a prefeitura e seus escritórios. O centro ainda contém edifícios culturais, esportivos e de lazer, e área para estacionamento de veículos.

Figura 56 - planta do centro urbano

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 180

Figura 57 - Stevenage – centro urbano

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. IX

5.1.2 Harlow

As outras cidades novas deste grupo pouco se diferenciam de Stevenage. Como exemplo, apresentamos algumas imagens de Harlow, projeto de Frederick Gibberd aprovado pelo Ministério em 1948.

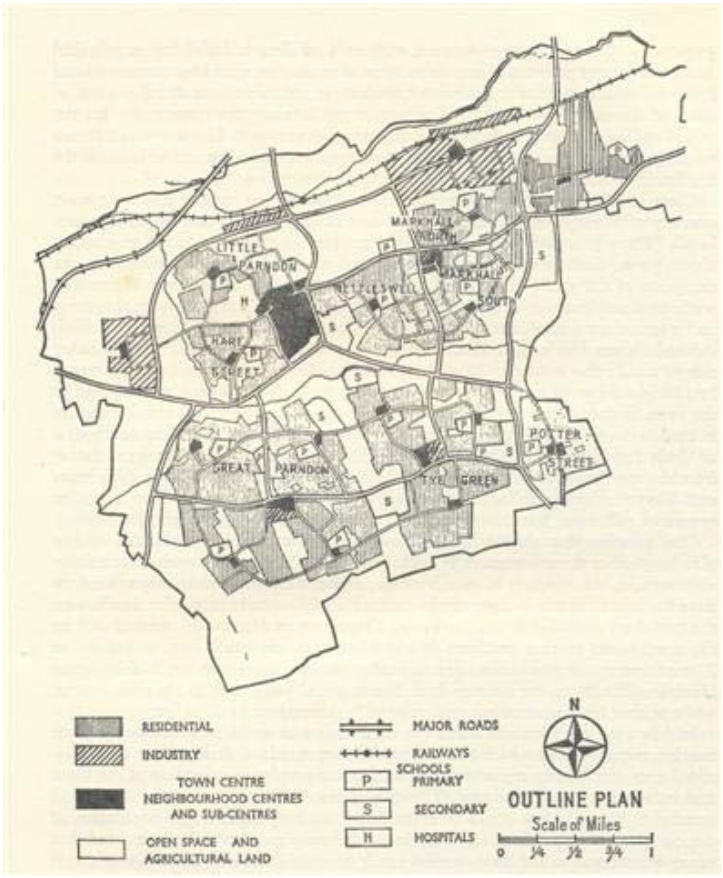


Figura 58 - Harlow – Plano de Massas

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 215

Em Harlow o arranjo geral é mais circular, e sua construção também englobou pequenos vilarejos – Harlow, Netteswell Cross, Little Parndon e Potter Street, os três últimos pequenos agrupamento de moradias.

O centro urbano foi localizado na antiga cidade de Harlow, e os outros assentamentos foram incorporados às unidades de vizinhança.

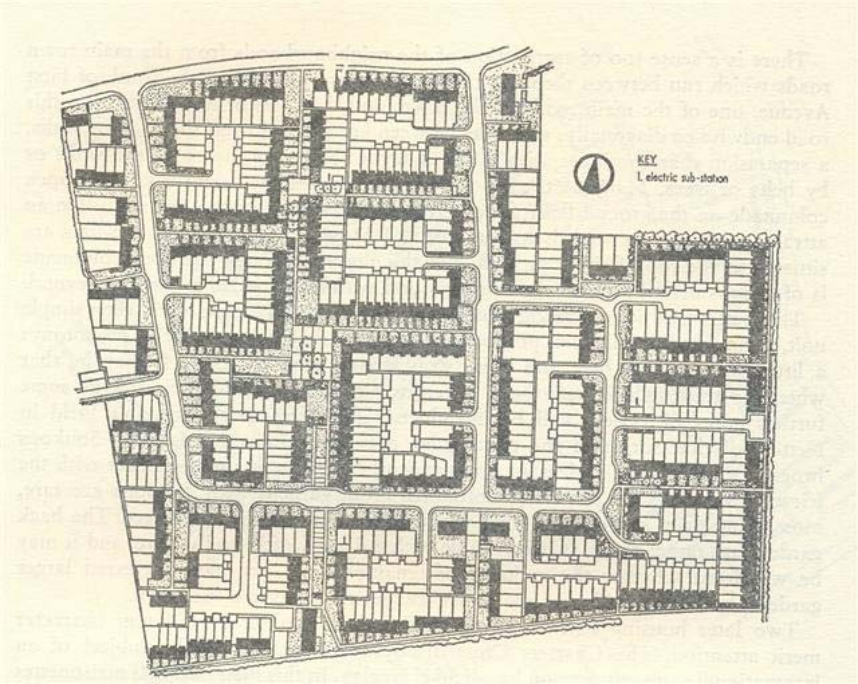


Figura 59 - Harlow – unidade de vizinhança

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p.220

O arranjo das moradias forma pequenos conjuntos com acesso por uma rua terminada numa pequena "praça" comunitária.

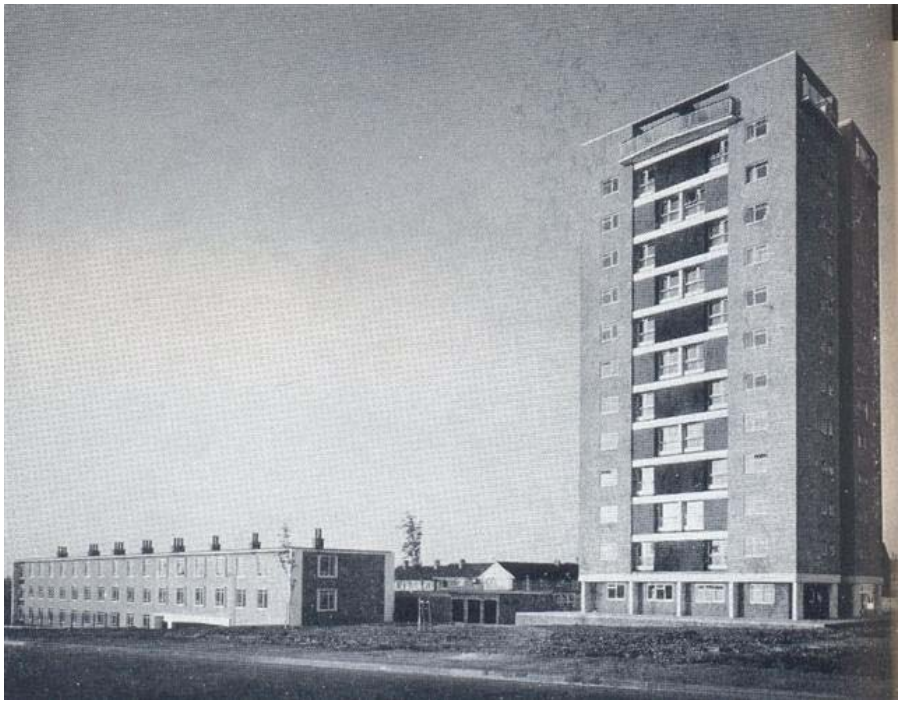


Figura 60 - Harlow – Torre Hugo

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p.XXIV

As soluções arquitetônicas têm características não muito diferentes das de Stevenage e nesse caso foram propostos prédios de apartamento mais altos, como esse de vinte pavimentos, também projeto de Gibberd.

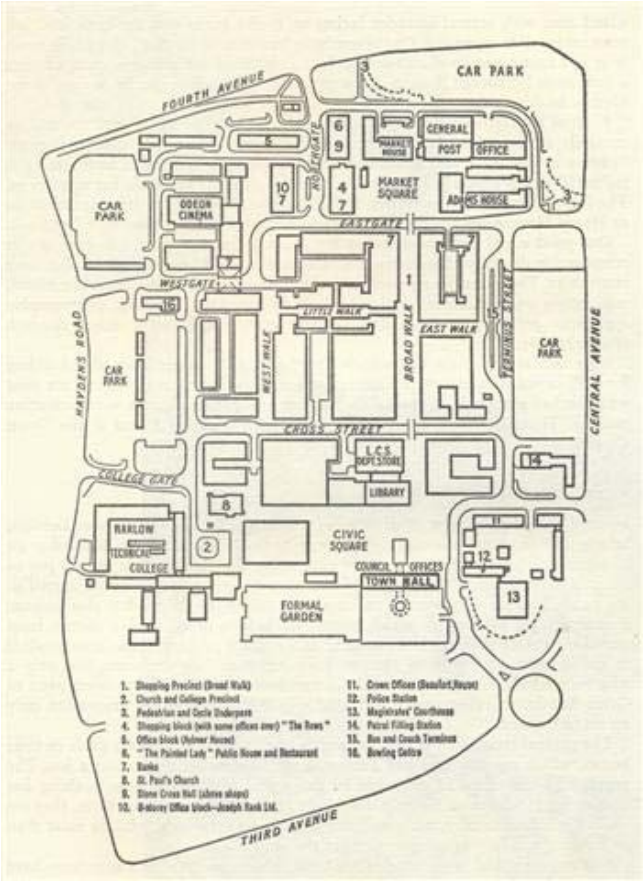


Figura 61 - Harlow – centro urbano

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 223

O centro urbano tem um intricado conjunto de ruas de pedestres, com edifícios implantados em lotes individuais e áreas de estacionamento nas extremidades.

Harlow – Centro comercial

Fonte: Osborn e Whittick 1969, p. XXIV

Originalmente o trecho do centro apresentado na figura acima e que é a área comercial, tinha entre os edifícios uma rua de pedestres, que foi transformada posteriormente em um "calçadão".

5.2 As MARK II

Com o aumento das críticas ao urbanismo das cidades novas e com a nova política do governo conservador privilegiando o crescimento das cidades existentes ao invés da construção de novas, na década de 1950 somente uma cidade foi projetada, Cumbernauld, que rompeu com o padrão cidade-jardim.

5.2.1 Cumbernauld

No local onde foi implantada a cidade havia originalmente dois vilarejos, um com 1.300 habitantes e o outro com 1.200.

O projeto foi feito em 1958, mas após várias discussões sofreu alterações e o projeto definitivo é de 1962.

Projetada nas proximidades de Glasglow, Escócia, utilizou densidades de ocupação mais elevadas, e com um número máximo de habitantes um pouco maior: 70.000. O projeto do centro criou grande impacto, por ter vários níveis.

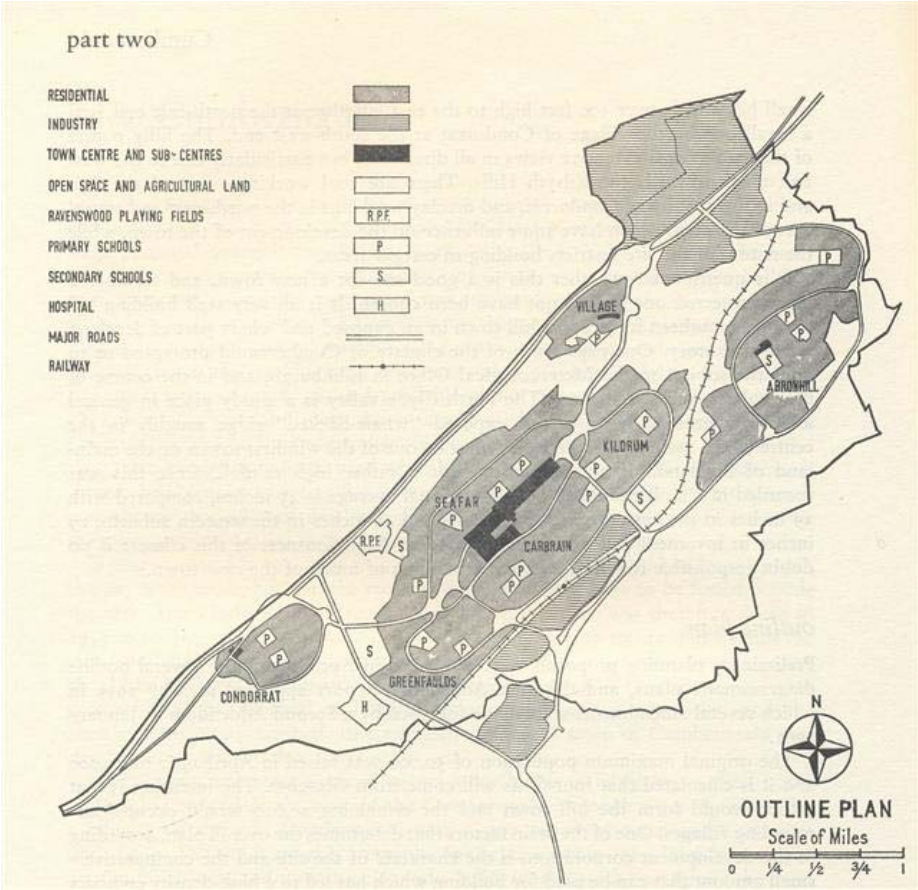


Figura 63 - Plano de massas – Cubernauld

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 378

O terreno é uma área ondulada, com vários morros entre dois vales ao sudeste e ao noroeste, e esta característica determinou o projeto urbanístico. A rua principal, prevista para fazer a ligação com as estradas regionais, cruza o centro urbano no nível mais baixo, sendo que o centro foi projetado em oito níveis.

Figura 64 - Cubernauld – vista aérea mostrando a topografia movimentada

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. LXVIII

O nível mais alto ficou restrito ao tráfego de pedestres. No local foi construído um edifício para abrigar várias atividades, como comércio, serviços, usos recreativos e culturais. O acesso entre os níveis é feito por escadas, rampas, escadas rolantes e elevadores.

No piso mais elevado foram ainda construídos alguns edifícios residenciais tipo flat (penthouses), hotéis, restaurantes, biblioteca pública e demais edifícios públicos.

Figura 65 - Cumbernauld – ao fundo o edifício da área central

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p.LXVIII

Figura 66 - Cumbernault – interior do edifício

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p.LXVIII

As áreas residenciais, pensadas como unidades de vizinhança, têm várias tipologias, como casas de dois pavimentos, com ou sem jardim, além de edifícios de apartamentos de doze e vinte andares.

A implantação das moradias individuais mostra um arranjo em "rédent", com uma densidade maior, como o arranjo mostrado na Figura 67.

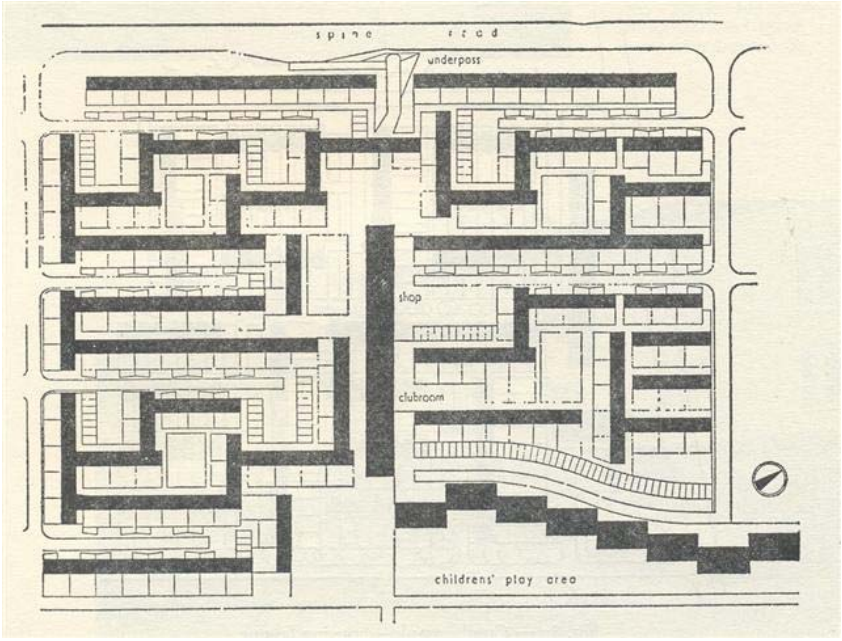


Figura 67 - Cumbernauld – Carbrain

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 383

No centro da unidade de Carbrain foi projetado um edifício que reúne lojas e áreas comunitárias.

A implantação de edifícios de vários pavimentos foi feita de forma dispersa no terreno, não há concentração e, dessa forma, criou-se uma ambiência urbana que, ainda que não siga mais rigidamente os padrões cidade-jardim, também fica muito aquém de uma cidade projetada de acordo com os parâmetros dos CIAMs.

Figura 68 - Cubernault – vista da unidade de vizinhança Seafar

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. LXIX

5.3 As MARK III

Nos anos 60 os projetos das cidades novas buscaram trazer inovações. Com o aumento de tráfego de veículos nas cidades e da poluição atmosférica, os projetos colocaram essas questões como prioritárias.

Runcorn, a primeira com esse tipo de abordagem, propôs um sistema de transporte público de grande capacidade. Como a viabilidade econômica de um transporte de massa depende de haver grande densidade de ocupação ao longo de seu trajeto, a cidade foi projetada de forma de um "oito".

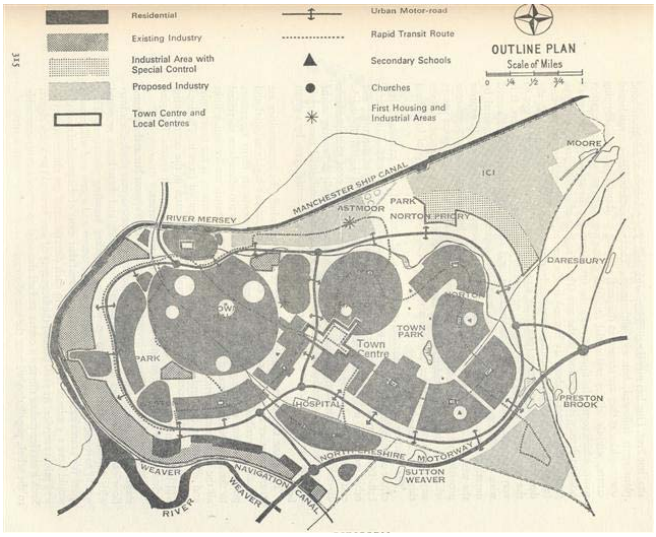


Figura 69 - Runcorn – plano de massas

Fonte: Osborn e Whittick, 1969, p. 315

5.3.1 Milton Keynes

A cidade mais conhecida dessa geração é Milton Keynes, cujo projeto enfatiza altas densidades e um sistema viário de porte, propício para atender o automóvel individual como meio de transporte preferencial.

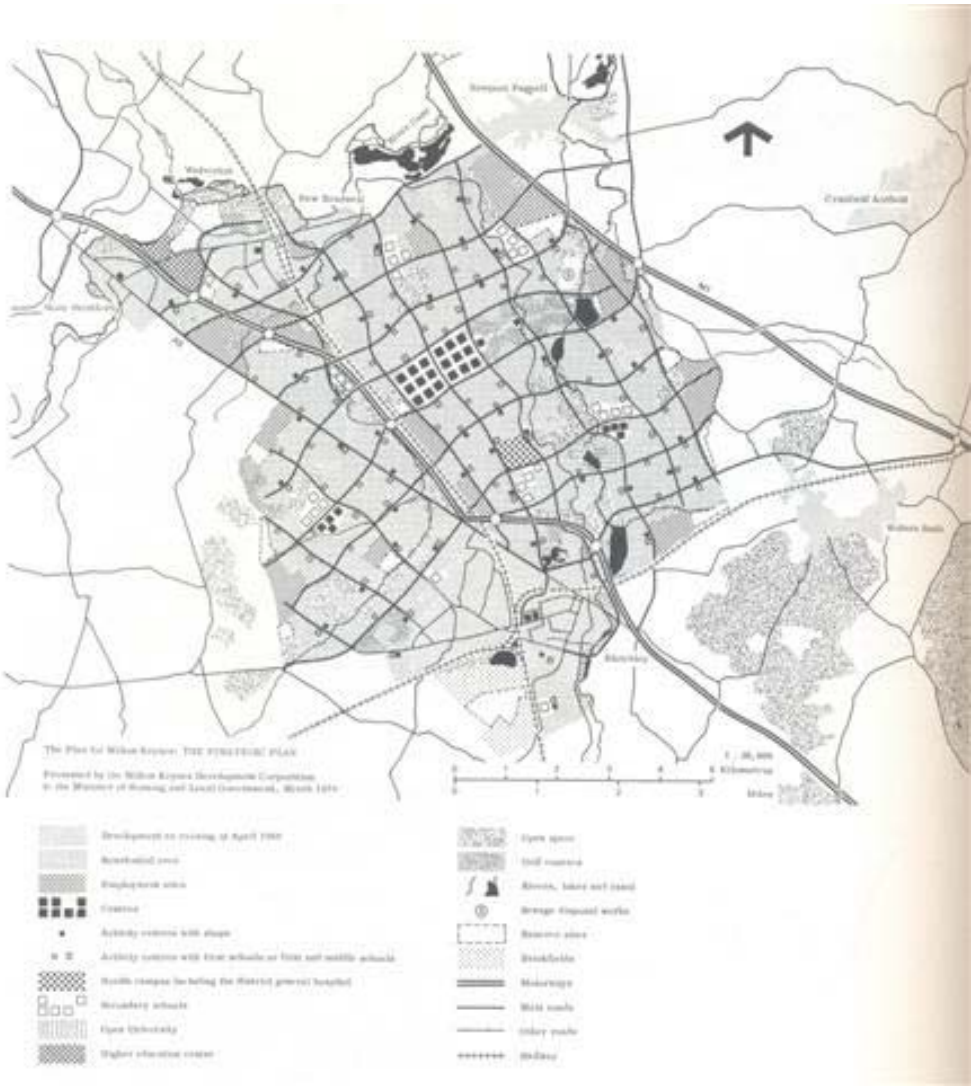


Figura 70 - Milton Keynes – plano de massas

Fonte: Cherry, 1974, p. 182

Llewely-Davies (1972) considera que as cidades dessa geração responderam a um novo objetivo, e que portanto, não podiam ser projetadas da mesma forma que as cidades novas anteriores. Esse novo objetivo era dar liberdade à população para escolher entre várias alternativas de moradia, trabalho e recreação.

A oportunidade e liberdade de escolha levaram à rejeição da unidade de vizinhança, uma vez que as pessoas deveriam ter possibilidade de escolher em qual escola queriam estudar, em que local comprar, etc.

A outra mudança veio da necessidade de proporcionar um rápido e fácil acesso entre um ponto da cidade e outro, o que levou à criação de um sistema viário de grandes proporções, retilíneo e adaptado ao automóvel.

Além disso, a cidade deveria ser muito atrativa, no sentido de que ela precisava competir com outras cidades por população e indústrias. Isso levou ao desenvolvimento de um desenho urbano e de uma arquitetura com novas características, pelo menos no centro urbano, mais monumental.

Figura 71 – centro urbano de Milton Keynes

Fonte: www.bdonline.co.uk

Figura 72 – estação ferroviária de Milton Keynes

Fonte: www.bdonline.co.uk

Portanto Llewelu-Davies conclui que Milton Keynes foi projetada para atender às novas circunstâncias, entre as quais estão as que citamos.

A cidade é a que mais se aproxima de um urbanismo modernista. Foi projetada para 250.000 habitantes, com alta densidade de ocupação. O traçado se dá pela criação de grandes quadras cercadas por vias de tráfego rápido, e possui três centros, o principal, localizado geometricamente no centro da cidade e dois secundários, que eram os antigos centros dos vilarejos que ali já existiam.

O transporte público foi previsto para atender somente 30% da população, acreditava-se que a restante se utilizaria de carros próprios.

Parte das áreas residenciais foi projetada pelos planejadores da cidade, coordenados por Derek Walker, e o restante por empreendedores privados. As soluções são variadas, com áreas com dois ou três pavimentos em estilo modernista, como Netherfield; ou soluções urbanísticas cidade-jardim e com casas assobradadas de repertório vernacular, como Neath Hill. Próximo ao centro foram construídos apartamentos em edifícios de três pavimentos. (WALKER, 1982)

Figura 73 – Milton Keynes - áreas residenciais “modernistas”

Fonte: www.bdonline.co.uk

Figura 74 – Milton Keynes – área residencial com arquitetura vernacular

Fonte: www.bdonline.co.uk

A cidade conjuga assim várias tradições urbanísticas e arquitetônicas, mas em seu aspecto geral é uma cidade com claras características do urbanismo advogado pelos CIAMs.

6. Bibliografia citada neste capítulo

ABERCROMBIE, Patrick – Greater London Plan – 1944. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1945. (preparado para a Standing Conference on London Regional Planning)

ADMINISTRATIVE County of London Development Plan 1951 – Analysis. Londres: London County Council, 1951.

ANDRADE, Carlos Roberto M. de – Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1998. (tese de doutoramento)

ANDRADE, Carlos Roberto M. de – *"Rus in Urbe":* Alguns aspectos da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard. In BARBOSA, Sidney (org.) – Tempo, Espaço e Utopia nas Cidades. Araraquara: Cultura Acadêmica Ed. e FCL Lab. Editorial, 2004.

BUDER, Stanley – Visionaries and Planners – The Garden City Movement and the Modern Community. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1990.

BULLOCK, Nicholas – Building the Post-War World: Modern Architecture and reconstruction in Britain. Londres/Nova York: Routledge, 2002.

CHERRY, Gordon E. – The Evolution of British Town Planning. Londres: Leonard Hill Books, 1974. (Royal Town Planning Institute Edition)

CULLINGWORTH, J. Barry e NADIN, Vincent – Town and Country Planning in the UK. Londres: Routledge, 1997. (20ª edição)

DEHAENE, Michiel – *Urban lessons for the modern planning:* Patrick Abercrombie and the study of urban development. In Town Planning Review, vol. 75, n.º 1. Liverpool: University of Liverpool Press, 2004.

FORSHAW, J. H. e ABERCROMBIE, Patrick – County of London Plan - 1943. Londres: Macmillan and Co Ltd, 1944. (Preparado para o London County Council)

FRAMPTON, Kenneth – 2003 – História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo, Martins Fontes, 2003. (edição original em inglês 1980)

GUNN, Philip – *O paradigma de cidade-jardim na via fabiana de reforma urbana*. In Revista Espaço & Debates. Ano XVII, n.º 40, p. 11/27. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1997.

HALL, Peter – Cidades do Amanhã – uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2002. (edição original em ingles 1988)

HALL, Peter – Urban and Regional Planning. Londres: Routledge, 2002. (1ª edição 1975)

HARDY, Dennis –From New Towns to Green Politics: campaigning for town and country planning, 1946-1990. Londres: E & FN SPON, 1991.

HOWARD, Ebenezer – Cidades-Jardins de Amanhã. São Paulo: Hucitec, 2002. 2ª ed. (edição original em inglês 1898)

JACKSON, W. Eric – Achievement: A Short History of the LCC. Londres: Longmans, Green and Co Ltd, 1965.

JOHNSON-MARSHALL, Percy – *Comprehensive Development Areas.* In Revista Architectural Design. Londres, Tomo de 1956, p. 144/158.

JOHNSON-MARSHALL, Percy – Rebuilding Cities. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1966.

JORDAN, R. Furneaux – *L.C.C. New Standars in Official Architecture*. In Revista The Architectural Review. Londres: Vol 120, n.º 718, Nov de 1956.

LLEWELYN-DAVIES, Lord – *Changing goals in design: the Milton Keynes example*. In EVANS, Hazel – New Towns: The British Experience. Londres: Town and Country Planning Association/Charles Knight & Co Ltd, 1972.

MINISTRY OF TOWN AND COUNTRY PLANNING – Circular n.º 92 – Town and Country Planning Act, 1947 – Reproduction of Survey and Development Plan Maps. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1951.

MONTANER, Josep Maria – Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism – 1928 – 1960. Cambrigde-MA/Londres: The MIT Press, 2000.

OSBORN, Frederic J. e WHITTICK, Arnold – The New Towns – The Answer to Megalopolis. Londres: Leonard Hill, 1969.

OTTONI, Dacio A. Benedicto – *Introdução – Cidade-Jardim*: Formação e Percurso de uma idéia. In HOWARD, Ebenezer – Cidades-Jardins de Amanhã. São Paulo: Hucitec, 2002. 2ª ed.

Town and Country Planning Act, 1947. Londres: His Majesty's Stationery Office and King's Printer of Acts of Parliament, s/d.

UNWIN, Raymond – – Town Planning in Practice – an introduction to the art of designing cities and suburbs. Nova York: Princeton Architectural Press, 1994. (edição original em ingles 1909)

WALKER, Derek – The Architecture and Planning of Milton Keynes. Londres: The Architectural Press, 1982.

ENTREVISTAS

4. Jayme Zettel – entrevistado no Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 2007.

Capítulo IV

A formação de Harry Cole

(1950-1957)

Sumário do Capítulo IV

11. A graduação
    1.13 O estágio no Escritório Técnico da Universidade
    1.14 O trabalho com Hélio Modesto
12. A especialização em Town Planning
13. O trabalho no London County Council
14. Bibliografia citada neste capítulo

1. **A graduação**

Com a vanguarda de arquitetos modernos brasileiros (e principalmente cariocas) sendo reconhecida e respeitada internacionalmente, mas havendo ainda certa permanência de uma tradição acadêmica na arquitetura oficial e no gosto da elite, o adolescente Harry Cole resolveu ser arquiteto e, em 1950, entrou na Faculdade Nacional de Arquitetura.

Passou num dos primeiros lugares no vestibular, que nessa época constava de provas de desenho artístico, geometria descritiva, matemática e física.

Estivera três meses nos Estados Unidos com a mãe antes de prestar o vestibular. Isso fez com que alterasse sua forma de se vestir, sendo visto como excêntrico pelos colegas. Ao invés dos sapatos de amarrar e dos ternos de linho, Cole trajava camiseta, quase sempre calça jeans e sapato mocassim. Sua casa era no centro do Rio, ficava perto da Escola, onde ele passava uma boa parte do dia, ainda que o curso tivesse aulas só no período matutino.

Era do grupo de esquerda da escola e chegou a ser o vice-presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade do Brasil, apoiado pelos comunistas. Mas suas convicções políticas foram mudando ao longo dos anos, em parte porque sua mãe trabalhava na Embaixada Americana, Harry gostava dos americanos, e de outra pela convivência com a família de sua futura mulher e com o círculo de relações que eles tinham. Cole, dez anos mais tarde, seria chamado de "entreguista" pelos "nacionalistas".[90]

Entre os anos 1930 e 1950, de seu nascimento até o ano em que Harry James Cole entrou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, o país passou por várias transformações, como vimos, e a modernidade era o principal elemento que se buscava em todas as áreas.

Quando Cole entrou na escola, fazia somente cinco anos que a Faculdade tinha sido criada e o currículo era então o de 1945. O curso, como vimos, tinha cadeiras técnicas, artísticas, teóricas e cadeiras mais propriamente de arquitetura. Essas últimas estavam sob a orientação de Archimedes Memória, Paulo Pires e Saboya Ribeiro[91].

O número de alunos que entrou em 1950 era grande, eram 120 alunos divididos em duas turmas de 60. Os colegas mais próximos de Harry era Arnaldo Ferraz de Abreu, de quem era amigo de infância, Ricardo Menescal, Severiano Porto, Sonia de Paiva (depois Cole), Enio Passafini, Levy Menezes, Roberto Thompson Motta, Rachel Prochnik (depois mulher de Wit-Olaf Prochnik), Rufio Machado e Fernando Abreu.

Ao entrevistarmos o arquiteto Celso Monteiro Lamparelli, em 2006, ele nos disse que se transferiu da Faculdade de Arquitetura de São Paulo para a do Rio em 1954, e lá se formou em 56. Disse-nos também que a freqüência às aulas não era obrigatória, e que a cada início de mês os professores passavam um exercício, de projeto ou de planejamento, que os alunos tinham que desenvolver e

[90] Arnaldo Ferraz de Abreu, que era do partido socialista e muito amigo de Harry Cole, nos deu essa informação.
[91] Sonia Cole (2008) e Arnaldo Ferraz de Abreu (2008) dizem que nunca tiveram aula com Saboya Ribeiro e que as aulas eram dadas por seu assistente Stélio Moraes. Abreu também nos disse que Memória quase não dava aula. Essas eram dadas por seu filho, Thales Memória.

entregar no final do mês. Desse modo o curso funcionava na "forma de ateliers". Mas Sonia Cole (2008), colega de turma de Harry e com quem se casou, contesta essa afirmação. Segundo ela a freqüência às aulas era obrigatória, e os trabalhos eram desenvolvidos em sala de aula.

O curso ainda funcionava no prédio da Escola Nacional de Belas Artes (hoje Museu de Belas Artes), e os exames eram feitos nas galerias, o que segundo Abreu (2008) era muito interessante, pois os trabalhos eram vistos por alunos dos outros anos, e a troca de experiências e a sugestões dos colegas mais velhos eram sempre enriquecedoras.

Koatz (1996) diz que no final da década de 1940 os papéis para o desenho dos projetos eram afixados nas mesas de cada estudante, e que os professores não permitiam que os alunos de lá os retirassem. Sonia Cole (2008) diz que na sua época a fixação dos papéis na carteira só ocorria na época dos exames, que duravam vários dias, quando os alunos não podiam levar os trabalhos para casa. E essa sistemática só valia para os exames de projeto: de arquitetura, de urbanismo e de arquitetura de interiores.

Cada aluno era acompanhado e avaliado individualmente, e as disciplinas de "composição em arquitetura" eram as mais importantes do currículo.

Sonia Cole (2008) e Arnaldo Ferraz de Abreu (2008) nos disseram que os melhores professores eram os das cadeiras técnicas, cálculo, resistência dos materiais, geometria descritiva, etc.

As disciplinas teóricas eram dadas de forma tradicional e Lamparelli ainda disse que assistia a todas as aulas de Paulo Santos, de Arquitetura do Brasil, que eram muito interessantes.

Figura 75 - Foto do grupo de excursionistas a que Cole pertencia nos tempos da Faculdade, tirada no Morro de Cantagalo em 1952

Fonte: Jornal o Globo, 21/03/1996

Aproximadamente no mesmo período que Celso Lamparelli esteve na escola, lá também estudou o arquiteto Almir Fernandes (formado em 1957), que em entrevista disse-nos em 2005 que:

> Pelo menos na minha geração parece-me que não se valorizava muito a cultura, a leitura não era mal vista, não era proibida, mas não era importante: o importante era o talento.
>
> Apesar de nós termos um dístico lá na lanchonete da escola, escrito: "arquiteto não nasce feito, é trabalho", a idéia era de um arquiteto na prancheta trabalhando, e não: leia e trabalhe, estude, pesquise, leia e trabalhe. O arquiteto era da prancheta, o paradigma do arquiteto era o arquiteto notável, era o indivíduo. Assim como arquitetura era o estético, o objeto arquitetônico, o arquiteto também era aquela coisa de artista notável. Era um deus, o arquiteto era semelhante a Deus, era que nem Oscar Niemeyer, tinha que ser no mínimo um Oscar Niemeyer, um gênio.
>
> Eu só fui começar a ler sobre arquitetura no 4º ano. Eu fiz teoria da arquitetura no segundo ano sem ler quase nada... Fui ler o Bruno Zevi no 5º ano da escola: "Saber Ver Arquitetura".
>
> Essa preocupação cultural, que talvez seja ainda de uma minoria dentro da escola, hoje ela existe. Eu sei por que eu dei aula. Quando eu fui para o Paraná em 1963, eu tive que virar professor de Teoria de Arquitetura, eu fui estudar Teoria de Arquitetura pela primeira vez. Eu tinha tido teoria de programas, gráfico de insolação, gráfico de visibilidade, era o que meu professor de teoria dava. No máximo ele dava teoria dos programas, e muito mal dado. Eu fiquei com ódio do Wladimir Alves de Souza quando eu fui virar professor de teoria da arquitetura.
>
> E era uma Faculdade Nacional de Arquitetura, e ele era um excelente arquiteto e tinha cultura pra nos dar, mas não dava... também porque o aluno não ansiava por conhecimento. Ele queria ser um grande arquiteto, queria sentar na prancheta e fazer belos projetos. Quanto mais rapidamente ele fizesse, mais notável ele era. Os nossos melhores colegas eram talentos incríveis, foram os melhores arquitetos de nossa turma, e é óbvio que eles criaram cultura, porque o camarada vai amadurecendo e vai vendo, vivendo, viajando, vendo as coisas.

E também segundo Almir todos os alunos queriam ser estagiários dos grandes arquitetos, nos grandes escritórios:

> Naquela época [o estágio] como era de graça, se procurava os melhores escritórios, procurava Sérgio Bernardes, Maurício Roberto, Edgar Garcia Rosa, Henrique Mindlin, que eram os grandes escritórios aqui do Rio de Janeiro, que eram os grandes arquitetos. Assim mesmo era difícil, porque não era qualquer um que conseguia entrar, tinha que ser talentoso, tinha que ser quase um arquiteto para poder ser estagiário de um grande arquiteto.

Cole fez estágio em uma construtora no início do curso, antes de começar a estagiar no Escritório Técnico da FNA, onde, mesmo depois de formado, continuou trabalhando por um curto período.

Uma outra experiência como aluno da FNA nesse período nos foi relatada por Jayme Zettel (2007), que se formou em 1957.

Zettel não se recorda muito bem das aulas de Saboya Ribeiro, mas diz que nessa época, final dos anos 50, a questão do academicismo já estava superada.

> E fui trabalhar ainda estudante com os Roberto, que estavam desenvolvendo a proposta urbanística para Brasília. E aí a gente já tinha [uma idéia do que era moderno]. É por isso que eu digo, que isso que ficou... essa parte do urbanismo ... era o Le Corbusier que tinha muita influência prá gente. Esse pessoal acadêmico ficou perdido. A turma do Graeff[92] e de outros é que ficaram nessa batalha de tentar vencer essa postura. O Memória ainda tinha muito prestígio, isso era uma estória que a gente sabia de longe. Eu

[92] Edgar Graeff, arquiteto gaúcho que se formou na FNA no final da década de 1940.

> tenho muito pouca idéia do que é que ele [Saboya] dava, eu me lembro que tinha uns projetos de Belo Horizonte, mas era uma abordagem de *design* urbano, nunca do *town planning*. E foi neste período que se começou a pensar no planejamento urbano. (ZETTEL, 2007)

Pela experiência que nos relataram esses três arquitetos formados na FNA em diferentes anos, fica claro que a questão do urbanismo passava por um momento de transição, que começava com um academicismo ainda com certo peso, no início da década de 1950, e paralelamente convivia com a luta dos arquitetos brasileiros modernistas para fazer com que esse ideário assumisse uma posição predominante, o que acabou acontecendo com o concurso de Brasília e a conseqüente consagração no Brasil do urbanismo dos CIAM em 57.

Mas Saboya Ribeiro não tinha mesmo contato com os alunos. Nenhum dos entrevistados o cita como professor de urbanismo, dizem que o professor dessa matéria era Memória, a não ser Sonia Cole (2008) que se lembrou dele como professor, mas que diz que as aulas eram dadas por Stélio Morais.

Por outro lado, no IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em São Paulo em 1954, já apareciam teses que defendiam uma posição em relação ao urbanismo, mais próxima das idéias que depois ficaram conhecidas como planejamento urbano.

Tese apresentada por Nestor Egydio de Figueiredo defendia a criação de um órgão federal de urbanismo com nível de ministério, enquanto que José Vicente Vicari propunha a criação de secretarias de urbanismo pelos governos estaduais.

E outras duas teses apontavam a necessidade de estudos sobre a terra urbana, garantindo-se os "índices demográficos estabelecidos por ditames do urbanismo", e "a defesa do interesse coletivo relativamente ao uso da terra."

Todas essas proposições foram abraçadas pelo IAB e estiveram presentes nos relatórios finais do Congresso. (IAB, 1954)

Segundo Abreu (2008) em arquitetura a grande inspiração era Oscar Niemeyer. Todos queriam ser como ele, e a grande influência, nos projetos desenvolvidos pelos alunos, eram a arquitetura modernista e Le Corbusier.

> Era todo mundo encantado com o Niemeyer. Era a época do Le Corbusier. Tinha um ou outro que ainda fazia um colonial, mas não... em 51, 51, 53 era o máximo... (ABREU, 2008)

A crítica a uma posição arquitetos mais projetual ou física por parte dos arquitetos, à sua onipotência, apareceu de uma forma irônica na revista que os estudantes da FNA editavam, a Ante Projeto.

A Figura 76 apareceu em um número da revista de 1957, e pretende ilustrar o que é ser um arquiteto.

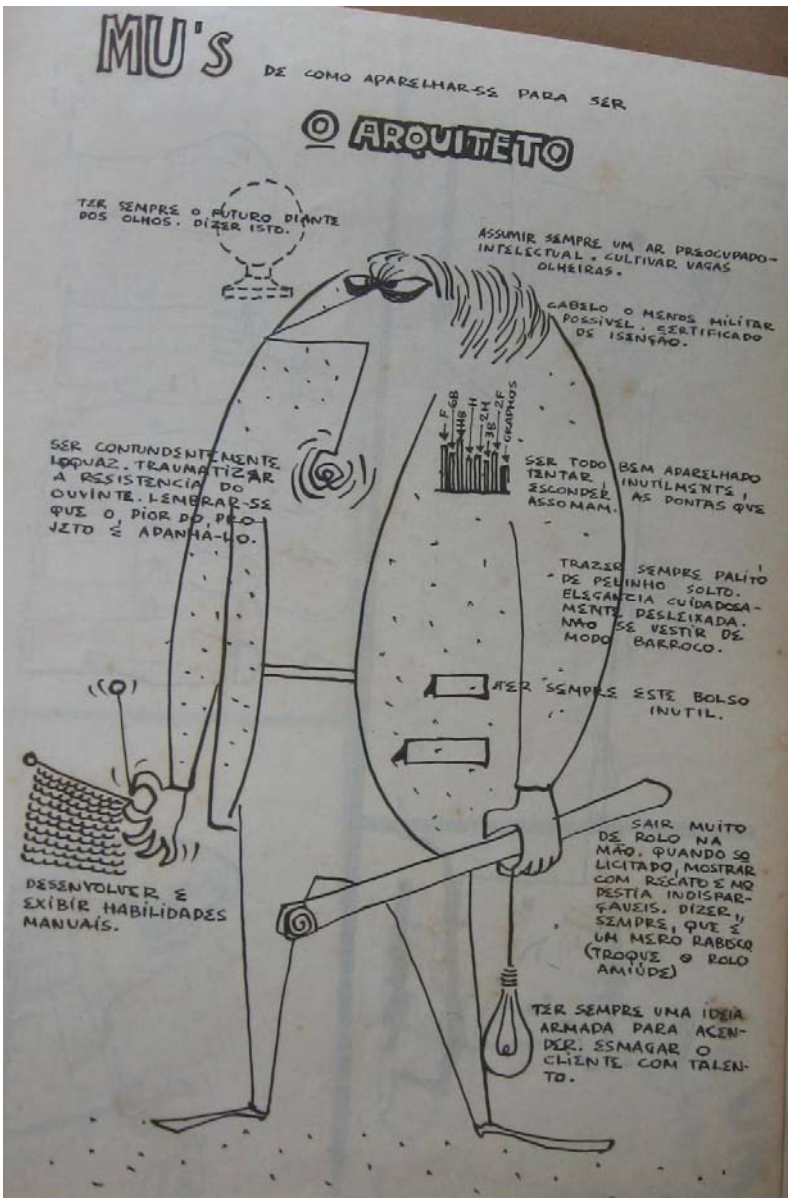


Figura 76 – Charge O Arquiteto

Fonte: Revista Ante Projeto de 1957 (acervo pessoal de Alexander Nicolaeff)

É necessário dizer que a formação de Harry Cole na FNA, em relação à preparação para o exercício da atividade de urbanista, foi ruim.

Não que não houvesse formação, havia, mas para o exercício de projeto. Várias gerações de estudantes lá se formaram e atuaram de forma brilhante – o que exemplifica a importância da escola na formação dos alunos, mas não conseguimos ver uma disciplina que tivesse um impacto maior sobre o aluno, ou um professor com uma personalidade que criasse seguidores, a não ser Paulo Santos, citado pelos três arquitetos que entrevistamos.

Já Sonia Cole cita como importantes em sua formação os professores das disciplinas técnicas (matemática, geometria descritiva, resistência dos materiais), que ela diz terem sido muito bons.

Quando Cole entrou na Faculdade, ainda havia certa disputa entre os campos acadêmico e moderno, mas ao chegar ao quarto ano, em 1953, quando cursou a cadeira de Grandes Composições em Arquitetura ministrada por Memória, ou em 54, no quinto ano, a disciplina de urbanismo, o

urbanismo dos CIAM, em especial a visão corbusiana desse urbanismo, já predominava nas discussões sobre cidades.

Não houve porém um ensinamento sobre o ideário do Town Planning ou do Regional Planning, isso só foi acontecer na formação do arquiteto em dois momentos, o primeiro quando ele foi fazer o curso de pós-graduação em Planejamento Urbano na Inglaterra e o segundo, já no final dos anos 1960, quando fez uma viagem de estudo aos Estados Unidos.

Em relação à disciplina de urbanismo, o tempo de curso era muito reduzido, e por ter uma abordagem histórica, acreditamos que Saboya Ribeiro devia escolher uma parte de seu extenso programa da disciplina do curso de pós-graduação "Evolução Urbana" para dar na graduação. Almir Fernandes disse que ele chegava até a Escola de Chicago.

Dessa forma a noção de urbanismo que Cole tinha ao se formar era muito teórica e com certeza propiciadora de pouca reflexão.

A atuação de Saboya Ribeiro foi um pouco contraditória. Ele demonstrou uma preocupação com o crescimento acelerado das grandes cidades brasileiras, quando recomendou em aula inaugural na FNA em 1955, que se buscasse uma solução dentro dos princípios urbanísticos de Ebenezer Howard.

> Entre esses problemas a mudança da Capital Federal deve se apresentar, como a oportunidade de um vasto sistema de colonização interior reclamado pela unidade nacional. Que não seja criada apenas mais uma capital, mas um sistema de cidades que alcancem as vastas e despovoadas regiões do território nacional. (SABOYA RIBEIRO, 1958)

Nessa aula ele também discorreu sobre o Plano da Grande Londres de Abercrombie, enfatizando a proposta de descentralização da população da metrópole em cidades satélites, e também defendia uma maior descentralização dos recursos federais para os municípios, preocupação que era não só sua, mas também de municipalistas.

Cole terminara a Faculdade no ano anterior, e foi nesse ano que ele teve a disciplina de urbanismo, dada por Saboya Ribeiro, quando começou a cursar o curso de pós-graduação em Urbanismo da FNA. Acredito que a preocupação que o catedrático demonstrou em 1955, devia estar sendo trabalhada em sua disciplina na graduação, e também no curso de pós-graduação em Urbanismo da FNA, do qual era diretor.

Mas quando questionamos Sonia Cole se Saboya abordava o Plano de Nova York ou o Plano de Londres de Abercrombie, ela foi categórica em dizer que não.

Ao vemos a proposta que Saboya Ribeiro apresentou para Brasília, fica claro que ele não tinha uma clara concepção de cidade moderna. Esta tinha uma concepção acadêmica, Beaux-Arts, o que diferia das proposições urbanísticas mais modernas, que ele abordava em suas aulas. (TAVARES, 2007)

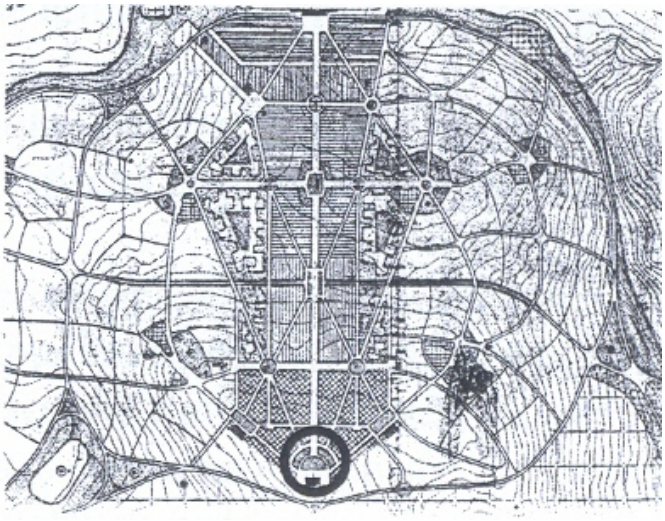


Figura 77 – Proposta de Saboya Ribeiro para Brasília – Centro Urbano

Fonte: Tavares, 2004

Nosso estudo mostra ainda que a formação pouco tinha de inovadora, era semelhante a de outras escolas e não existiam professores representando correntes opostas, que pudessem gerar discussões acadêmicas, o que sem dúvida ampliaria a formação do arquiteto.

O que entusiasmava os alunos estava fora da escola: eram os grandes arquitetos, era o projeto. Assim, acreditamos que o trabalho como estagiário colaborava mais para a formação do estudante do que o ensino da escola.

Sabemos que Cole adotou a arquitetura moderna como sua linguagem arquitetônica. E sabemos que adotou uma metodologia urbanística muito próxima da desenvolvida na Inglaterra (do período de reconstrução depois da 2ª Guerra) em seus trabalhos de urbanismo.

Ainda que a arquitetura moderna fosse uma linguagem que estava sendo ensinada na escola, ela pode ser melhor trabalhada no estágio realizado no Escritório Técnico da Universidade, onde esteve entre 1953 e 55, no final já atuando como arquiteto.

No escritório era projetada a cidade universitária da Universidade do Brasil, na Ilha do Fundão, sob a orientação de Jorge Moreira.

Mas Cole também teve um contato mais próximo com um urbanismo que utilizava a metodologia do *Town Planning* no Brasil, quando trabalhou por um curto período de tempo no escritório de Hélio Modesto, quando este desenvolvia o Plano Diretor de Volta Redonda, em 1955.

Jorge Moreira era um dos arquitetos modernos, e pertencia ao grupo reverenciado pelos estudantes e jovens profissionais de arquitetura. Hélio Modesto era um urbanista com pós-graduação na Inglaterra e que usava a metodologia anglo-saxônica no desenvolvimento de seus projetos.

Esses dois profissionais atuaram na formação do arquiteto, e Modesto ajudou Cole a ir fazer o curso na Inglaterra.

3.1 O estágio no Escritório Técnico da Universidade

Nos anos 1950 um projeto urbanístico de vulto era desenvolvido no Rio, no qual a escola estava envolvida: a construção da Cidade Universitária da Ilha do Governador.

Os projetos iniciais, de Agache, Saboya Ribeiro, Marcello Piagentini e Le Corbusier foram todos colocados de lado.

O projeto desenvolvido em 1949 pelo Escritório Técnico da Cidade Universitária foi coordenado por Jorge Machado Moreira. Foi executado somente na metade dos anos 50, os trabalhos sendo chefiados por Jorge Moreira, que foi aluno de Warchavchik na ENBA e que, em 1932, trabalhou com Lucio Costa quando do desenvolvimento do projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Quando finalmente se resolveu implantar a Cidade Universitária na Ilha do Fundão, foi criado o Escritório Técnico da Universidade, onde trabalharam vários arquitetos entre 1940 e 1963, sob a sua coordenação, tanto para a definição final do projeto urbanístico, como para o desenvolvimento dos projetos dos vários edifícios.

> O arquiteto já havia participado da equipe de Le Corbusier, que projetou a primeira versão da Universidade do Brasil (1936), na Quinta da Boa Vista, centro do Rio de Janeiro. Depois, em 1949, novamente se envolveu com o tema, mas agora na condição de arquiteto-chefe do planejamento de um novo campus, na ilha artificial do Fundão, mas ainda seguindo as orientações urbanísticas corbusianas: traçado cartesiano, ocupação rarefeita, grandes vias de circulação e blocos extensos entremeados continuamente pelas áreas verdes. Das doze edificações projetadas, apenas quatro foram construídas: o Instituto de Puericultura, o Hospital de Clínicas, a Escola de Engenharia e a Faculdade de Arquitetura. (BARNABÉ, 2005)

O projeto urbanístico seguiu as prescrições da Carta de Atenas, com um eixo viário principal de grande porte, e edifícios colocados em vias locais de acesso, isolados no centro de grandes áreas com vegetação, e agrupados por ramo do conhecimento.

Figura 78 - Projeto Urbanístico da Cidade Universitária do Fundão

Fonte: Revista Habitat, 1954

Dos edifícios projetados, somente 4 foram construídos: o Instituto de Puericultura, o Hospital das Clínicas, a Escola de Engenharia e a Escola de Arquitetura.

Harry Cole esteve no escritório num momento em que foram projetados o Instituto de Puericultura (concluído em 1953 e que ganhou o prêmio de arquitetura hospitalar na II Bienal de São Paulo realizada no mesmo ano) e a Faculdade de Arquitetura, que só foi concluída em 1960, projeto também premiado na II Bienal.

Qual seria a influência que lhe deixou Moreira? Segundo Bruand (2003), Moreira tinha uma visão muito específica do urbanismo e da arquitetura.

> Sem dúvida alguma, Moreira é o arquiteto cujas preocupações mais se aproximam das de Reidy. Ele sempre considerou o ofício que exercia como uma arte ao mesmo tempo utilitária e plástica, recusando-se a separar esses dois elementos ou a dar a um deles uma ênfase exclusiva. Não vacilou em advertir os jovens, e principalmente os estudantes, contra a tentação da originalidade a qualquer preço ou a de uma

> pesquisa exagerada da tradição local, tendências que lhe pareciam suscetíveis de levar a resultados infelizes nas mãos de talentos duvidosos ou insuficientemente amadurecidos. (p. 243)

Essa preocupação com a fidelidade "à técnica, ao material utilizado, ao conhecimento do projetista" era recorrente em seus discursos aos arquitetos mais jovens e, em 1955, na III Bienal de São Paulo, recomendava que os jovens não tentassem imitar os mais velhos, uma vez que acreditava que concepções à "la Niemeyer" ou à "la Costa" não estavam acessíveis a grande maioria dos arquitetos.

Barnabé (2005) analisa a arquitetura de Moreira e conclui de forma semelhante a Bruand.

> A partir dessas influências [Warchavchik, Costa, Wright, Gropius, Mies Van der Rohe e Adolf Loos] Jorge Moreira seguiu uma trajetória sem grandes rupturas ou alterações. O vocabulário restrito, a persistência dos volumes retangulares, o apuro dedicado ao detalhe arquitetônico, demonstram que ele abstinha-se de fazer da obra a expressão da subjetividade impositiva do arquiteto. (p. 221)

É possível constatar que o principal ensinamento de Moreira era de que cada arquiteto deveria procurar o seu próprio caminho, e que quanto mais esse fosse próximo da estética "limpa e prismática" do "estilo internacional", mais chances teria de alcançar sucesso.

A arquitetura desenvolvida por Moreira, na visão de Bruand, está muito vinculada àquela experimentada no projeto do Ministério de Educação e Saúde Pública, utilizava linhas puras, jogo de volumes, pilotis, estrutura de sustentação interna à fachada e alguns elementos de alvenaria utilizados como brise-soleils à semelhança dos cobogós utilizados por Lucio Costa.

Figura 79 – Edíficio da Faculdade de Arquitetura no Campus da UFRJ do Fundão

Fonte: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq064_01.asp

Mas a atitude que assumia enquanto projetista era desvincular-se completamente de qualquer ligação com a arquitetura do passado, acadêmica, e mantém durante toda a sua trajetória uma fidelidade aos princípios estruturantes do movimento moderno vinculado aos CIAMs, e principalmente a Le Corbusier.

Não faz parte de nosso estudo os projetos arquitetônicos desenvolvidos por Cole. O único projeto de grande visibilidade desenvolvido pelo escritório foi o da Universidade Cândido Mendes, localizado no centro do Rio de Janeiro e projetado em 1977.

Sônia Cole nos disse que no projeto inicial os pilares de sustentação do edifício ficavam aparentes na fachada e os vãos eram fechados com panos de vidro. Mas o SPHAN para aprovar o projeto exigiu que o pano de vidro recobrisse todo o edifício, escondendo os pilares, o que acabou sendo feito.

O edifício é formado por três torres, acessadas pelo pavimento inferior ao térreo, onde existe um átrio com atividades comerciais e de serviços.

O projeto, realizado nos anos 1970, provocou muita polêmica, uma vez que está situado em uma área tombada.

Figura 80 - Conjunto da Universidade Cândido Mendes

Fonte: Czajkowski, 2000, p. 41

Não sabemos com quantas tendências e obras esse projeto dialoga, mas sem dúvida ele segue as recomendações de Moreira, é limpo e puro "estilo internacional".

3.2 O trabalho com Hélio Modesto

Hélio Modesto se formou na Faculdade Nacional de Arquitetura em 1945.

Em 1949 viajou para a Inglaterra, onde ficou dois anos fazendo um curso de planejamento urbano no Department of Town Planning da Bartlett School of Architecture da University London College.

Voltando ao Brasil começou a trabalhar como urbanista na Prefeitura do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro).

A partir de 53 teve grande atuação como urbanista atuando na área privada, desenvolvendo planos urbanísticos para várias cidades, entre elas Volta Redonda, Fortaleza, Porto Alegre, etc.

Sua formação em planejamento teve influência do *town planning*. Seus trabalhos sempre recomendaram o desenvolvimento de pesquisas abrangentes (*surveys*), a elaboração de proposições sócio-econômicas e urbanísticas e a aplicação de legislação urbanística.

Esse era o método que, em 1955, ensinava no Curso de Urbanismo[93] e que desenvolvia nos trabalhos de seu escritório. Ele e Reidy, o outro professor da disciplina, ensinavam os alunos a fazer planos urbanos de acordo com a metodologia britânica.

O trabalho para o bairro de Campo Grande, desenvolvido pelos alunos do Curso de Urbanismo, teve as seguintes etapas: levantamento de informações – "survey", realizado em equipe, análise das informações e proposições para o Plano e o Plano, como trabalho individual.

O levantamento de informações levou à elaboração de mapas de uso do solo, além de informações sobre aspectos econômicos e sociais. As propostas incluíram um zoneamento, com o estabelecimento de um *core* comercial de onde seriam retiradas as habitações, uma proposta de circulação viária com separação do tráfego de passagem e de serviço local, e ligações entre os setores residenciais e o centro através de vias de pedestres. (REVISTA ACRÓPOLE, 1956) A proposta dos alunos tinha assim muita semelhança com a concepção britânica de planejamento urbano, como vimos.

Harry Cole se matriculou no Curso de Urbanismo da FNA em 1955 e veio a cursá-lo por poucos meses. Também foi trabalhar com Hélio Modesto nesse período.

No escritório, Modesto trabalhava no Plano Urbanístico de Volta Redonda e o aprendizado ali era o mesmo do curso.

Os conhecimentos que vislumbrava fascinaram Harry Cole, que decidiu que também devia fazer um curso de urbanismo na Inglaterra. O inglês era sua segunda língua, o que facilitava a viagem de estudos, e Modesto o ajudou nisso.

Indicou-lhe o curso e ao mesmo tempo lhe deu uma carta de apresentação para Percy Johnson-Marshall. Foi durante sua estadia em Londres que Modesto havia conhecido o arquiteto britânico responsável pelo Grupo de Reconstrução de Áreas.

Cole foi para a Inglaterra em meados de 1955, começando o curso em Setembro desse ano. Quando chegou à Inglaterra, ao mesmo tempo em que começava o curso, Cole começou a trabalhar no London County Council, sob a supervisão de Johnson-Marshall.

O arquiteto foi a maior influência profissional de Harry Cole e um grande estímulo para sua carreira, que se fundou principalmente na questão do desenvolvimento das cidades e do planejamento urbano.

[93] BARKI (2006) diz que em 1956 foi o último ano que Modesto deu aula no curso, enquanto em LEME (1999) é dito que ele começou a dar aula muitos anos depois dessa data, apoiando-se em entrevista com a viúva do arquiteto. Registramos que a fonte de BARKI é mais confiável por ser factual, pois vem da publicação de trabalhos de alunos na Revista Acrópole.

4. A especialização em Town Planning

Cole foi sozinho para a Inglaterra, ainda não tinha se casado com Sonia, o que só foi ocorrer em Março de 1957, quando foi realizado o casamento na Inglaterra.

De sua chegada na Inglaterra até a ida de Sonia para lá, Harry morou na casa de Percy Johnson-Marshall, em Hampstead, o subúrbio-jardim londrino projetado por Raymond Unwin e Barry Parker. A amizade com Johnson-Marshal e um seu assistente Richard Bigwood continuou pelos anos seguintes.

Estudava a noite na University London College e durante o dia trabalhava no London County Council com Marshall.

Não havia outros brasileiros fazendo o curso ou trabalhando no LCC neste período, e no trabalho Cole ficou amigo de um arquiteto canadense. Na escola Cole conheceu o arquiteto grego Costas e junto fizeram um projeto no curso para Chelsea em Nova York, que ganhou o 3º lugar entre os projetos.

O curso do Departamento de Planejamento Urbano da ULC enfatizava o planejamento territorial. (BIRKHOLZ, 1967)

O diretor e professor de Planejamento Urbano era William Holford, arquiteto modernista inglês do Grupo MARS (Modern Architecture Research Group) e um dos juízes do concurso para o Plano Piloto de Brasília em 1957.

Para o concurso foram entregues 26 projetos, e entre os finalistas existiram concepções de cidade das mais diversas, desde a proposta de uma cidade extremamente densa, com altos edifícios lâmina, de Rino Levi, Roberto Cerqueira César, Luis Roberto de Carvalho Franco e Paulo Fragoso; até uma proposta mais vinculada ao ideário cidade-jardim de Marcelo e Milton Roberto, projetos que empataram em 3º lugar.

A seleção, realizada em 1957, permitiu que Holford desse várias entrevistas no Brasil expondo seu pensamento sobre cidades novas e planejamento.

Holford estudou arquitetura na Universidade de Liverpool, foi professor de Civic Design deste curso a partir de 1937, e em 1948 começou a dar aula na Universidade de Londres, onde se aposentou em 1970. Nos dois cursos ele sucedeu Patrick Abercrombie .

Parece-nos interessante ressaltar algumas colocações suas em uma entrevista para o Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, que acabou sendo publicada na íntegra na Revista Arquitetura e Engenharia.

Nela ele faz alguns comentários sobre as cidades novas, seu urbanismo e sua arquitetura, que sem dúvida eram parte das discussões que ocorriam no curso na Inglaterra.

> ... característica importante nas "new towns" é o que chamamos de *mixed neighborhoods*, isto é, zonas residenciais complexas, incluindo famílias grandes e pequenas, de nível econômico mais alto ou mais baixo; casas e apartamentos – tudo misturado no mesmo espaço territorial.
>
> /.../
>
> As 'cidades novas' não constituíram um êxito. Deveriam ter sido o mais experimental possível, e na maioria dos exemplos nada conseguiram de novo, nem no campo da arquitetura nem no campo do 'layout'.
>
> /.../
>
> Social e economicamente, sem dúvida. [as new towns são um êxito] Do ponto de vista arquitetônico não são muito interessantes: não são suficientemente urbanas. E embora seja alto o nível dos edifícios, há muita pouca coisa que realmente mereça atenção sob esse ponto de vista. (HOLFORD, 1957)

Holford se manifesta de forma desfavorável ao urbanismo e à arquitetura que estavam sendo realizados nas cidades novas, e sua posição o vincula mais do que outros arquitetos ingleses a uma concepção de cidade mais nos moldes de Le Corbusier.

Outro comentário muito interessante é sobre as maneiras que o Poder Público tem para controlar o crescimento das cidades, novas ou não.

> As cidades modernas podem ser controladas em seu tamanho de vários modos:
>
> a) O governo pode ser o dono da terra, distribuindo-a ou alugando-a racionalmente, de maneira a impedir a especulação;
> b) Através do controle de fluxo das indústrias (Como se fez na Inglaterra através da Lei de Distribuição Industrial, de 1945);
> c) Restringindo-se a quantidade de terreno concedido para residências, através de planejamento e de controle;
> d) Adotando-se o método 'colonial' usado pelos gregos no 5º Século antes de Cristo. Quando uma cidade se torna grande demais, deve-se estabelecer um ramo seu, ou um satélite a alguma distância da cidade matriz, a qual se encarrega, nos primeiros anos da cidade nova, de assisti-la financeira e administrativamente. (HOLFORD, 1957)

Essas últimas frases mostram outro caráter proeminente do planejamento britânico, que é o controle público sobre o uso da terra urbana ou rural.

Lucio Costa diria anos mais tarde que seu projeto para Brasília foi vencedor graças à defesa que dele fez William Holford (COUTO, 2001 e TAVARES, 2007). As qualidades que Holford viu no projeto se relacionam à alta densidade proposta e à composição dos vários edifícios para formação de uma paisagem urbana monumental.

O que Holford enfatizava eram aspectos, que como vimos, perpassam todo o saber britânico do *town planning* da reconstrução, exceto as densidades elevadas, e que nesse caso foram conseguidas com edifícios arranjados segundo os princípios modernistas, e com uma composição que privilegia soluções habitacionais de diferentes tipos. Se isso aparecia nos projetos que estavam sendo realizados na Inglaterra, como no discurso de Holford, fica claro que era uma parte importante nos ensinamentos que eram passados aos alunos do curso de Town Planning da Universidade de Londres.

Ao ir para a Inglaterra Sonia Cole conseguiu uma bolsa de pesquisa do Ministério da Educação, onde se comprometeu a fazer um relatório sobre as cidades novas que estavam sendo construídas no entorno de Londres. Ela e Harry Cole visitaram essas cidades, e o que Harry viu influenciou depois

seus projetos urbanísticos, em especial a Nova Cidade Santo Antônio que veremos no próximo capítulo.

Mas as críticas de Holford também influenciaram Cole, que devido a isso (mas também ao fato de ter trabalhado na construção de Brasília no final da década de 1950) sempre projetou centros urbanos adensados, com edifícios altos e numa concepção mais próximas das recomendações de Le Corbusier.

Mas o contato com os arquitetos modernistas ingleses era freqüente, pois eram eles que dominavam a cena arquitetônica nessa época na Inglaterra. Johnson-Marshall era um deles, e quando na Inglaterra Cole chegou a ir a um jantar dado por Maxwell Fry em homenagem a Walter Gropius.

Cole não terminou o curso, e não teve o título de pós-graduação ou de especialista. Ficou somente dois anos na Inglaterra e a duração do curso do período noturno era de três anos.

Ao invés de terminá-lo preferiu aceitar uma bolsa de estudos da ONU, com a qual pode viajar por cidades européias que estavam sendo reconstruídas.

Essa bolsa lhe permitiu viajar por alguns países, conhecendo projetos urbanos e arquitetônicos e experiências de planejamento que eram paradigmáticas naquele momento. Foi à Roterdã, que também estava passando por um processo de reconstrução uma vez que esta cidade tinha sido uma das mais bombardeadas, durante a Guerra, na Holanda.

Foi à França, onde em Marselha conheceu a Unité d'Habitation de Le Corbusier e depois foi convidado a ir à Nova York, onde pode conhecer o prédio das Nações Unidas. E esteve ainda em Porto Rico que nessa época desenvolvia um trabalho pioneiro em Planejamento Urbano na América Latina e onde ficava a sede da Associação Panamericana de Urbanismo e na Colômbia. Cole chegou a alugar um apartamento em Nova York, porque sua mulher que tinha ido para lá no último mês de gravidez, teve a criança nos Estados Unidos.

Essa viagem se iniciou em Setembro de 1957 e Cole só voltou ao Brasil em Março de 1958.

5. O trabalho no London County Council

Durante o dia Cole trabalhou no Departamento de Arquitetura do Conselho do Condado de Londres, sob a supervisão de Percy Johnson-Marshall.

Em 1956 Marshall dirigia o Grupo do Noroeste de Londres, e segundo Sônia Cole (2006), Harry participou do projeto de reformulação viária da Bayswater Road, no Hyde Park Corner, no setor noroeste da cidade.

Sônia diz também que Cole e Marshall se tornaram muito amigos nesta época, e que o arquiteto britânico foi a grande influência teórica do marido.

Marshall estudou arquitetura na Universidade de Liverpool, no período que Abercrombie era o professor de Projeto Urbano (Civic Design). Abercrombie influenciou muitos urbanistas desse período, e seus planos para Londres foram por muitos anos exemplos para ingleses e urbanistas de outros países.

Em 1956 os Conservadores tinham assumido o poder, e uma nova lei entrava em vigor, outro Town and Country Planning Act. No final do ano anterior, em Dezembro de 1955, Abercrombie fez uma conferência no Royal Institute of British Architect – RIBA, e suas considerações criticavam algumas medidas que uma legislação menos restritiva, como a que estava em elaboração, propiciava.

Entre elas a ênfase dada para o crescimento horizontal de pequenas cidades ao invés de se continuar a insistir no Programa das Cidades Novas. Também criticava as novas regras urbanísticas e edilícias que a Lei trouxera, quando a definição da ocupação e do gabarito que era feita através do zoneamento tridimensional foi substituída por definições numéricas que serviam para todos os terrenos e cidades, em especial para as áreas rurais próximas às cidades, e ainda não urbanizadas.

> Em minha opinião essas áreas com um zoneamento virtual "indeterminado" são um incentivo direto aos empreendedores vândalos, não importando se estes são as agências públicas (não necessariamente locais) ou a iniciativa privada." (ABERCROMBIE, 1956, p. 30)[94]

Também criticava o fato da urbanização dessas áreas estar sendo feita sem um planejamento mais amplo, regional, e ainda se referia à necessidade do desenvolvimento de projetos urbanos.

> Não é suficiente para o planejamento cuidar do conforto, saúde, equipamentos e dos aspectos econômicos de nosso meio ambiente. O elemento essencial do projeto precisa falar de tudo, de sua concepção até sua realização em três dimensões; Arquitetura, Projeto Paisagístico, projeto urbanístico das Vilas e Áreas Residenciais e Preservação da área rural vêm em seguida; isto é algo muito mais

[94] In my view such areas of virtually "undetermined" zoning are a direct incitement to marauding developers, whether public authorities (not necessarily neighborly) or private enterprise.

> detalhado do que a preparação de um Plano de Desenvolvimento que vire lei (statutory Development Plan), porque se refere à criação de obras de arte visuais. (ABERCROMBIE, 1956, p. 33)[95]

E falava ainda que um bom exemplo do que significava construir uma unidade de vizinhança, era o projeto para a área de desenvolvimento integral de Lansbury, em Londres, que Marshall coordenara.

Ao analisarmos os textos de Johnson-Marshall fica claro sua afinidade com os conceitos desenvolvidos por Abercrombie, e isso faz com que seu urbanismo e sua arquitetura tenham uma característica de um modernismo híbrido, meio CIAM meio cidade-jardim.

Um artigo seu publicado na revista Architectural Design em 1956, inicia fazendo a afirmação de que os estudos urbanísticos que ele chama de tridimensionais é a junção das qualidades urbanísticas definidas por Le Corbusier e por Tony Garnier, ideais para serem aplicadas em grandes cidades.

Mas a continuidade do texto revela que esse ideário foi trabalhado com as características peculiares ao urbanismo inglês.

Isso fica claro quando ele descreve como foi planejada a primeira área de reconstrução, Lansbury, que serviu de "mostra de arquitetura viva" no Festival da Bretanha de 1951.

> Um completo plano tridimensional foi preparado para toda a unidade de vizinhança e também foram planejados o maior número possível de equipamentos sociais, como creches, escolas primárias e secundárias, duas igrejas, centro de compras pedestrenizado, espaços públicos de lazer, etc. que foram incluídos no primeiro estágio. Em Lansbury também se teve a oportunidade de experimentar o maior número possível de diferentes tipos de habitação (isto é, prédios de apartamento de 3 e 5 pavimentos, prédios de apartamentos duplex de 2 pavimentos, casas geminadas de três e dois pavimentos, casas com apartamentos no pavimento superior, etc.) e uma grande previsão de espaços de recreação para crianças de várias idades. A relação tridimensional entre os vários edifícios e seu material de construção foi cuidadosamente considerada, e todo o possível foi feito para alcançar um padrão elevado de projeto, para os urbanos e outros detalhes de projeto.
>
> /.../
>
> As soluções dadas ao empreendimento, que agora se transformaram em elementos-chave de projeto, foram altas torres de apartamentos situadas bem longe das outras construções e em um local onde fosse possível sua integração com um espaço aberto de lazer, e a maior parte das moradias terem sido oferecidas em apartamentos duplex em prédios de quatro andares, o que faz do espaço aberto de lazer uma moderna e boa reinterpretação da tradicional praça inglesa.[96] (JOHNSON-MARSHALL, 1956, p. 145 e 148)

Ainda que os elementos tenham sido combinados no espaço urbano, de forma a criar hierarquia viária e separação de usos, a composição estética é predominantemente vernacular e inglesa.

---

[95] It is not indeed sufficient for planning to take care of the comfort, health, convenience and economics of our environment. The essential element of design must inform the whole, from its inception to its realization in three dimensions: Architecture, Landscape Design, layout of Village and Residential area and Rural preservation must be forthcoming; this is something much more exacting than the preparation of a statutory Development Plan, for we are concerned with the creation of visual works of art.

[96] An overall three-dimensional plan of the whole neighbourhood was prepared, and was planned so that the maximum number of social facilities, such as secondary, primary and nursery schools, two churches, pedestrian shopping centre, public open space, etc., could be included in the first stage. The opportunity was also taken in Lansbury to provide the maximum number of different forms of dwellings (i.. e. six-and three-storey flats, four-storey maisonettes, three- and two-storey terrace houses, houses with flats over them, etc.) with a full provision of children's play spaces for different ages. The three-dimensional relationship between the various buildings and their materials were also carefully considered, and every attempt was made to achieve an improved standard in the design and sitting of street furniture and other design details. /.../ The emerging forms of development which are now becoming the chief design elements are tall towers of flats set well apart and wherever possible integrated in an open space system, with the main accommodation provided in four-storey maisonettes, which lend themselves well to a modern interpretation of the traditional English square.

Isso faz com que Johnson-Marshall se aproxime mais de uma arquitetura e urbanismo tradicional na Inglaterra, do que Holford, que ainda que considerasse toda essa herança em seus projetos, tinha uma abordagem mais próxima à desenvolvida pelos modernistas.

A proposta de Holford para o planejamento da City londrina em 1944 mostra bem essa questão. Nela ele se contrapõe à proposta de Abercrombie de estimular a descentralização de população e de empregos para outras áreas da Inglaterra.

> Ainda que Holford não tenha proposto um aumento significativo da concentração do comércio na city, ele também não previu um grau significativo de descentralização de comércio e serviços. Com exceção de Billingsgate, todas as outras áreas comerciais deveriam permanecer *in situ*. Foi reafirmado que os planos de Londres de Abercrombie recomendavam uma substancial descentralização de população e emprego. Holford não optou por sugerir que a City contribuísse com o êxodo metropolitano. Ele argumentou que a descentralização de população e indústria não envolvia necessariamente uma diminuição das atividades comerciais e financeiras nas quais a City era especializada: ao invés disso, a demanda por acomodações na área central poderia aumentar, dada a continua "atração" entre essas funções, para as quais a City era realmente central. (CHERRY e PENNY, 1986, p. 137)[97]

Foi, portanto, um urbanismo mais próximo do vernacular inglês e da tradição cidade-jardim que guiou o aprendizado de Harry Cole na Inglaterra, e também uma tradição de planos urbanos derivada diretamente de Abercrombie, com extensos *surveys* e propostas urbanísticas que se referem ao aspecto territorial da cidade, e que devem chegar na escala de projeto e, assim, garantir uma adequada estética urbana, o que é parte integrante do planejamento.

Mas Cole teve também que aprender a lógica de implementação e controle estabelecido no County of London Plan, e a profundidade de aspectos pesquisados sobre a cidade contida no Administrative County of London Development Plan – Analyses de 1951.

Outro aprendizado foi conhecer como eram negociado e controlado os planos e projetos para a reconstrução das áreas. Neste aspecto, Cole veio a perceber que uma legislação urbanística federal tinha um alcance mais amplo e mais homogenizador do que várias legislações de âmbito local. Também aprendeu que uma legislação urbanística compreendia um zoneamento de usos, precisava lidar com a questão da escala e com a questão da propriedade da terra.

Compreendeu ainda que a forma de controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano era discricionária, onde as disposições e as decisões eram feitas a partir da avaliação do mérito de cada uma delas, e não a partir de decisões generalizadas para todas as possíveis situações.

> A Lei de 1947 definiu um plano de desenvolvimento como "um plano que seria indicativo da forma como as propostas de uma autoridade de planejamento local deveriam ser aplicadas". Pretendia-se mostrar, por exemplo, "a direção em que uma cidade deveria se expandir, a área que deveria ser preservada como um cinturão verde agrícola, e as áreas destinadas à indústria e às habitações". Diferentemente dos planos de massa operacionais do período pré-guerra, o plano de desenvolvimento não dava por si, permissão

[97] While Holford was not planning for any significant increase in the concentration of commerce in the city, neither was he envisaging any significant degree of office dispersal. With the exception of Billingsgate, even the wholesale markets were expected to remain in situ. It will be recalled that Abercrombie's London Plans had called for a substantial dispersal of population and employment. Holford did not choose to recommend that the City contribute to this metropolitan exodus. He argued that the decentralization of population and industry did not necessarily involve any significant scaling-down of those commercial and financial activities in which the City specialized: indeed, the demand for central accommodation might well increase given the continuing 'pull' of those functions for which the City was truly central.

> prévia para o desenvolvimento de empreendimentos privados, mesmo que estes aparentemente se harmonizassem com as diretrizes do plano. Ainda que um empreendedor pudesse entender, a partir do plano, que determinados usos seriam permitidos, sua proposta específica deveria ser submetida à autoridade de planejamento local[98] (CULLINGWORTH e NADIN, 1997, p. 49)

Dessa forma, além de uma metodologia, na Inglaterra Harry Cole também descobriu o poder que podia e que se acreditava devia ser dado aos técnicos.

Em Março de 1958 Cole voltou ao Brasil. A obra de que mais se falava e na qual todos os arquitetos queriam trabalhar era Brasília.

Ainda no Brasil, quando estudante, Cole participava de todos os eventos de arquitetura, freqüentava o IAB e conhecia vários arquitetos famosos. Um deles era Oscar Niemeyer. Mas foi Helio Modesto quem lhe apresentou a Lucio Costa.

Em meados de 1956 Costa viajou com as duas filhas para a Inglaterra, e entrou em contato com Cole pedindo a ele que o levasse a alguns lugares da capital britânica que gostaria de conhecer. Cole ciceroneou Lucio Costa nessa visita, além de ter lhe apresentado Johnson-Marshall.

Em 1958, quando Cole voltou ao Brasil, procurou Costa, pois queria trabalhar na construção de Brasília. Começou a trabalhar em Março mesmo na Divisão de Urbanismo da Novacap, mas só em Maio de 1958 Cole foi admitido formalmente.

> Aí quando o Harry voltou para o Brasil ele foi procurar o Lucio lá na Novacap, para pedir um emprego, aí o Lucio virou e disse assim: "Ah, pode começar amanhã", não discutiu muito. O Harry chegou a trabalhar uns dois meses sem ser nomeado, sem receber, aí um dia ele foi se queixar com o ..., o chefe do escritório era o Oscar Niemeyer, não era o Lucio, aí ele foi falar com o Oscar: "Olha, Oscar, eu já estou trabalhando aqui há quase dois meses, tenho mulher e filho para sustentar, ainda não estou recebendo nada, minha nomeação ainda não saiu ..." E eu me lembro que o Oscar vira para o chefe do setor administrativo e disse assim: "Dá meu salário esse mês para ele até sair a nomeação." Aí saiu a nomeação num instante. (SONIA COLE, 2008)

[98] The 1947 Act defined a development plan as "a plan indicating the manner in which a local planning authority proposes that land in their area should be used". It was intended to show, for example, "the direction in which a city will expand; the area to be preserved as an agricultural green belt, and the area to be allocated to industry and to housing".

Unlike the pre-war operative scheme, the development plan did not of itself imply that permission would be granted for particular developments even they appeared to be in harmony with the plan. Though a developer was able to find out from the plan where particular uses were likely to be permitted, his specific proposals had to be considered by the local planning authority. (p. 49)

6. Bibliografia citada neste capítulo

ABERCROMBIE, Patrick – *Where does planning stand to-day?* In Journal of The Town Planning Institute. Londres: TPI. Vol XLII, n.º 2, janeiro de 1956, p. 30/37.

BARKI, José – *O Estado da Arte do Urbanismo no Brasil em 1956:* Circulação de idéias e referências teórica no ano de publicação do Edital para Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital. In ANAIS do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: 2006, cópia eletrônica.

BARNABÉ, Paulo Marcos M. – A Luz Natural como diretriz de projeto para a concepção do espaço e da forma na obra dos arquitetos modernos brasileiros. 1930/60. São Paulo: FAUUSP, 2005. (tese de doutoramento)

BIRKHOLZ, Lauro Bastos – O ensino do planejamento territorial no Brasil. São Paulo: FAUUSP, 1967. (tese de doutoramento)

BRUAND, Yves – Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003. (4ª edição)

CHERRY, Gordon E. e PENNY, Leith – Holford: a study in architecture, planning and civic design. Oxford, UK: Alexandrine Press Book, 1986.

COUTO, Ronaldo Costa – Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001. (Coleção Metrópoles)

CULLINGWORTH, J. Barry e NADIN, Vicent – Town and Country Planning in the UK. Londres/Nova York: Routledge, 1997. (1ª edição em inglês 1964)

CZAJKOWSKI, Jorge (org.) – Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000. (Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Urbanismo)

HOLFORD, William – *Sir William Holford* – Experiência e Opiniões sobre Urbanismo – entrevista exclusiva a Jayme Maurício. In Revista Arquitetura e Engenharia. Rio de Janeiro: n.º 44, Mar/Abr. de 1957, p.30/32.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ARQUITETOS - IAB – Anais do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos. São Paulo: IAB, 1954.

JOHNSON-MARSHALL, Percy – *Comprehensive Development Areas*. In Architectural Design. Londres: Maio de 1956, p. 144/231.

JORNAL O GLOBO – matéria sobre excursionistas. Rio de Janeiro: 21 de Março de 1996.

KOATZ, Eduardo Grinspun – O processo de criação da Faculdade Nacional de Arquitetura e seu currículo. Rio de Janeiro: FEUFRJ, 1996. (dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação)

LEME, Maria Cristina (org.) – 1999 – Urbanismo no Brasil – 1985-1965. São Paulo: Fupam/Studio Nobel, 1999.

REVISTA ACRÓPOLE – Campo Grande: estudo de remodelação de um centro suburbano no Distrito Federal. São Paulo: Ano 18, n.º 208, fevereiro de 1956.

REVISTA ANTEPROJETO – Charge – O Arquiteto. Rio de Janeiro: Centro Acadêmico FNA, 1957.

REVISTA HABITAT – Cidade Universitária do Rio de Janeiro. São Paulo: n.º 15, Março/Abril de 1954, p. 2/28.

SABOYA RIBEIRO, José Octacílio – *Por uma Política de Descentralização Urbana*. In Anuário FNA. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Arquitetura, 1958.

TAVARES, Jeferson C. – Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional. São Carlos,SP: EESC-USP, 2004. (dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo)

TAVARES, Jeferson C. – *50 anos do concurso para Brasília* – um breve histórico. In Portal Vitruvius. Arquitextos 086, texto especial 425, julho de 2007. Disponível na internet no seguinte endereço: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp425.asp

ENTREVISTAS

5. Almir Fernandes – entrevistado no Rio de Janeiro em 25 de Maio de 2005.
6. Arnaldo Ferraz de Abreu – entrevistado no Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 2008.
7. Celso Lamparelli – entrevistado em São Paulo em 20 de Fevereiro de 2006.
8. Jayme Zettel – entrevistado no Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 2007.
9. Sonia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 2006.
10. Sonia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 2008.

Capítulo V

Da Novacap ao Ministério do Planejamento desponta um urbanista (1957-1964)

"O sistema hoje corrente no Brasil de loteamentos como simples repartição de terras para venda indiscriminada, já se mostrou inteiramente ineficiente para resolver os problemas das populações que a eles têm que recorrer. Possibilita tão somente o fim imoral de se especular com a terra em prejuízo direto aos que deles têm que se servir assim como as comunidades adjacentes pois os loteamentos são realizados desordenadamente e independentemente do processo de crescimento orgânico das áreas urbanas e áreas rurais e assim não levam em conta a intercomunicação e ampliação da infra-estrutura regional."
Harry Cole, 1960

Sumário do Capítulo V

6. O concurso de Brasília
7. Trabalhando com Lucio Costa
   7.1. A divisão de urbanismo da Novacap
   7.2. O aprendizado de Brasília
8. A Nova Cidade de Santo Antônio
9. As consultorias e a aproximação do IAB-Guanabara
   9.1. O Plano de Recife
   9.2. A militância pelo planejamento
10. Bibliografia citada neste capítulo

1. O concurso de Brasília

O final da década de 1950 foi um período importante para o urbanismo modernista brasileiro. O concurso e a inauguração de Brasília, seu reconhecimento internacional fizeram da cidade funcional nosso paradigma de concepção de cidade.

Brasília representou várias aspirações nacionais, a mais importante delas sendo a modernização econômica e cultural do país, um país moderno que teria então como cenário uma arquitetura genuinamente brasileira, chamada por alguns de uma arquitetura moderna regional[99], enquanto que Segawa (2002) cita outros nomes dados a essa arquitetura, como Brazilian School, Cariocan School, First National Style in Modern Architecture.

Porém nem todos puderam comemorar da mesma forma a transferência da capital para o Planalto Central, quando a cidade do Rio de Janeiro viu sua economia entrar num período de encolhimento.

> NISTO, surge Brasília. De repente, cresce a possibilidade de o Rio de Janeiro deixar de ser a capital, o centro nervoso de uma República. Brasília é estruturada. Não importa, agora, discutir como. Passou o tempo em que podia ser discutida. Vem o dia. A mudança. O Rio, nesta manhã, deixou de ser a capital brasileira.
>
> O CARIOCA, que é o objeto mais difícil de ser encontrado nesta cidade, ou mesmo o forasteiro que aqui chegou, aqui mora e aqui fica, não sabe exatamente o que acontecerá, agora, depois da mudança. Fica à espera, como quem espera o dilúvio ou o eclipse. Não consola a idéia de que o corpo aqui ficará, enquanto a cabeça irá para Brasília. Apenas quer saber como se portará o Rio, depois que a Corte se transferir realmente para longe.
>
> O DIA amanhece igual. O Rio também. O Distrito Federal vira Estado da Guanabara, o Prefeito passa a ser Governador, o Chefe de Polícia é Secretário de Segurança. Alguma confusão a princípio, muito natural, numa cidade que se enviúva de repente. Os jornais não mudam de fisionomia, mas passam a falar de certas pessoas como de gente que está longe. Faço a minha ronda de saudade. O Palácio Tiradentes está no mesmo lugar, do mesmo jeito. Que farão do Palácio Tiradentes? E do Senado, no fim da Avenida? Espio aquele monstro que é o Palácio da Fazenda. De que servirá, depois que todo o Ministério se transferir realmente para Brasília? Terei saudade do Sebastião? E o Ministério da Guerra, o Palácio da Guerra, que acontecerá ao edifício comprido, depois da mudança? O Catete, já se sabe, vira museu. O Ministério do Trabalho, o da Educação que Portinari ilustrou como um livro de azulejos? Qual será o destino disso tudo? Quem irá ocupar o austero Supremo Tribunal? Haverá gente para ocupar o Ministério da Marinha? (NASSER, 1960)

O esvaziamento econômico da antiga capital do país era um processo que já estava em curso, principalmente devido à intensa industrialização de São Paulo, acentuada no Governo Kubitschek.

Desde o início a transferência da capital encontrou resistência do deputado carioca da UDN, Carlos Lacerda (depois governador do Rio de Janeiro), que fez várias críticas à proposta, mas que aprovou a criação de uma companhia para administrar a construção da cidade (a Novacap- Companhia Urbanizadora da Nova Capital[100]) e a data de transferência, que por projeto de lei de outro deputado da UDN foi marcada para 21 de Abril de 1960.

Couto (2001) tece considerações sobre o que se passou.

---

[99] Esta idéia de um moderno regional seria muito fortalecida nos artigos publicados na revista The Architectural Review, publicação inglesa que foi muito importante desde o 2º pós-guerra na divulgação da arquitetura moderna.

[100] Foi criada como uma empresa pública, e seu presidente foi o Eng.º Israel Pinheiro.

> A transferência talvez tenha sido necessária e até positiva para o país. Mas para o Rio, apesar de permanecer como destaque nacional, por sua história, maravilhas e peso específico, foi muito ruim. Enfraquece política e financeiramente, deixa de ser o centro das decisões nacionais. Perde centenas de órgãos públicos, perde todas as embaixadas, perde investimentos, perde renda, perde empregos, perde status, perde prestígio. Mas não perde problemas nem recebe compensações materiais satisfatórias. Tome-se como exemplo o setor público local. O único período de vacas gordas do estado da Guanabara, nascido em 1960, simultaneamente com a inauguração de Brasília, foi o inicial, correspondente ao do governo Carlos Lacerda. Amplo espaço para endividar-se, canalização de recursos federais, polpuda ajuda internacional, principalmente dos Estados Unidos. Aqui, o maior destaque foram os recursos a fundo perdido da Aliança para o Progresso, criada pelo governo Kennedy no contexto da Guerra Fria e operada pelo BID, criado em 30 de dezembro de 1959. Washington via no governador Lacerda – incansável, brilhante e carismático expoente político da conservadora UDN – potencial eleitoral para derrotar as esquerdas nas eleições presidenciais diretas de 1965 (depois canceladas pelo regime militar de março de 1964). (p.190)

Em Setembro de 1956 a Novacap publicou o edital para um concurso nacional de idéias: o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil.

Sônia de Paiva Cole, mulher de Harry Cole, estava no Brasil em 1956 e se inscreveu no concurso da nova capital, mas não chegou a apresentar proposta. (TAVARES, 2007)

Mas isso mostra que a repercussão do concurso chegou a Harry Cole na Inglaterra, e foi lá que ele ficou sabendo do resultado.

Como sabemos, o concurso realizado em 1957 elegeu o projeto de Costa como vencedor, numa decisão muito polêmica à época, onde o representante do Instituto dos Arquitetos ao não concordar com o resultado, redigiu voto em separado.

O júri foi formado por Oscar Niemeyer – que já era então o Chefe do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap, Luiz Hildebrando Horta Barbosa representando o Clube de Engenharia, Paulo Antunes Ribeiro representando o Instituto dos Arquitetos do Brasil, William Holford urbanista inglês, professor de *Town Planning* na Universidade de Londres e também um dos arquitetos responsáveis pela elaboração do *Town and Country Planning Act* de 1947, André Sive urbanista francês conselheiro do Ministério de Reconstrução da França, amigo de Le Corbusier e professor de urbanismo em Paris e Stamo Papadaki que junto com Niemeyer representava o setor de urbanismo da Novacap e que era urbanista americano, editor das obras de Niemeyer no exterior e professor da Universidade de Nova York.

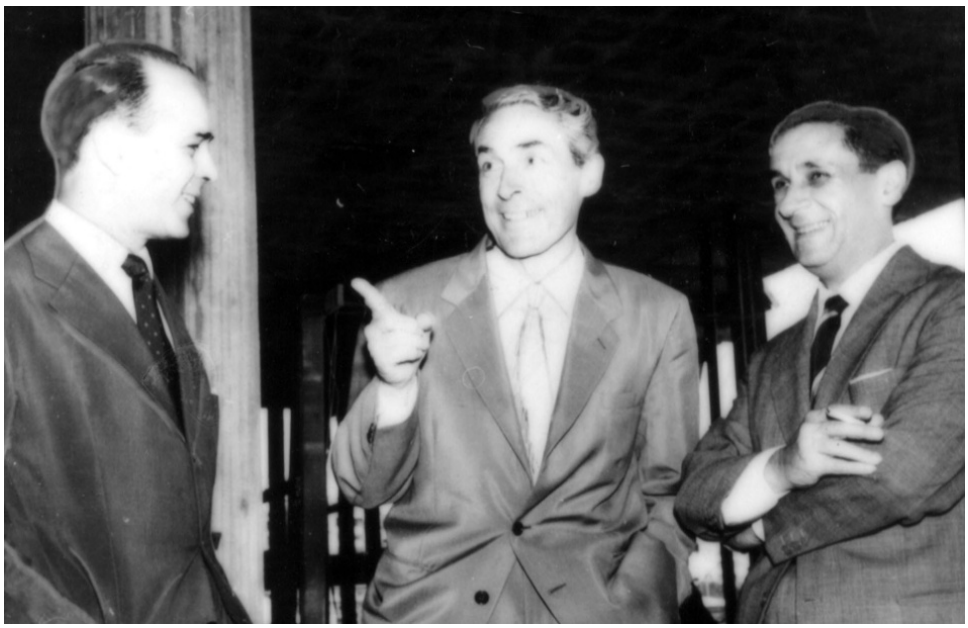


Figura 82 - William Holford ao centro, com André Sive e Stamo Papadaki – Brasília 16/03/1957

Foto: Mário Fontenele

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Interessante ressaltar ainda que um manifesto do IAB de agosto de 1956 indicava à Novacap alguns nomes como possíveis representantes estrangeiros para participar do júri, estando entre eles Percy Johnson-Marshall.

Couto (2001) conta que foi Holford quem primeiro entendeu e explicou o projeto de Costa para os outros membros do júri e que a escolha do projeto vencedor deve-se principalmente a ele.

> O inglês William Holford, que lia e falava espanhol, italiano e francês, aproveita e se isola num canto. Olha tudo de novo, lê o texto três vezes. De repente, seus olhos se iluminam, abre largo sorriso. Heureca! Mata a charada, compreende tudo. É simples, é claro. É um projeto urbano, não um plano genérico. Determina toda a volumetria da cidade. Por exemplo: o Palácio do Planalto é baixo, o Supremo é baixo, o Palácio do Congresso tem duas torres altas, os prédios tais e tais vão ficar ali, os ministérios são iguais, os blocos de superquadras têm seis andares e pilotis. /.../ Lucio atribuirá grande peso em sua vitória à compreensão e papel de Holford. (COUTO, 2001, p. 122/123)

Essa participação de Holford é muito lembrada por Lucio Costa (1988):

> E o Holford achou que o projeto era muito bem resolvido. E ele até me contou o seguinte, não sei se você está informado disso, ele me disse: "Olha! Eu..." Porque ele era inglês, mas ele falava bem francês e italiano, e o texto da memória descritiva do projeto, a cidade inventada, foi traduzido em palavras, além dos riscos complementares explicativos. De modo que ele disse: "Eu li o seu trabalho três vezes. Na primeira vez, eu confesso que mesmo socorrido de meu italiano e do francês, não consegui entender realmente tudo que estava dito. Da segunda leitura, eu consegui entender e na terceira leitura... I enjoyed it. I enjoyed it." Quer dizer: eu apreciei, eu vivenciei com a leitura do seu trabalho, porque achei que era um trabalho muito adequado, muito inteligente. De modo que ele que comandou, praticamente, a solução, a votação, ele que escolheu.

Após a divulgação do resultado houve muita polêmica e os jornais se posicionaram desfavoravelmente ao resultado. Israel Pinheiro então encaminhou a Holford algumas questões – as principais levantadas pelo IAB e pelos jornais – para que este defendesse a posição do júri.

A defesa de Holford é acima de tudo a defesa da cidade funcionalista dos modernos, com sua setorização rígida, separação do tráfego de veículos e pedestres. Também faz a defesa das "praças" abrigando as atividades residenciais que acredita devam ser diferenciadas. Repercutindo as discussões dos Congressos mais recentes do CIAM, em especial o de 1951 "The Heart of the City", ressalta a nosso ver a importância do centro cívico em uma cidade capital.

> Portanto, no julgamento do concurso, o júri tinha de pôr em primeiro lugar a idéia que lhe parecesse oferecer a menor e a mais engenhosa base para uma cidade que está ainda por ser construída, e que será uma cidade-capital. (HOLFORD, 1965)

Por sua particular experiência com a tradição inglesa de planejamento urbano, também defende uma cidade finita, que a partir de determinado tamanho (entre 500 e 600 mil habitantes[101]) deva ser contida e que se criem cidades satélites no seu entorno a ela ligadas por um sistema de circulação e transporte eficiente, na mais pura concepção howardiana.

[101] O edital do concurso estipulou uma população para a nova capital de 500.000 habitantes.

2. Trabalhando com Lucio Costa

Como todo arquiteto brasileiro da época, Cole se interessou pelo projeto vencedor e sonhou trabalhar na construção da nova capital.

Esse desejo era resultado de duas situações: de um lado o fato do ganhador ser Lucio Costa, considerado por todos como um grande mestre em arquitetura e urbanismo. A outra foi de caráter pessoal, pois Cole conhecia Costa, o que lhe tornava mais fácil uma aproximação.

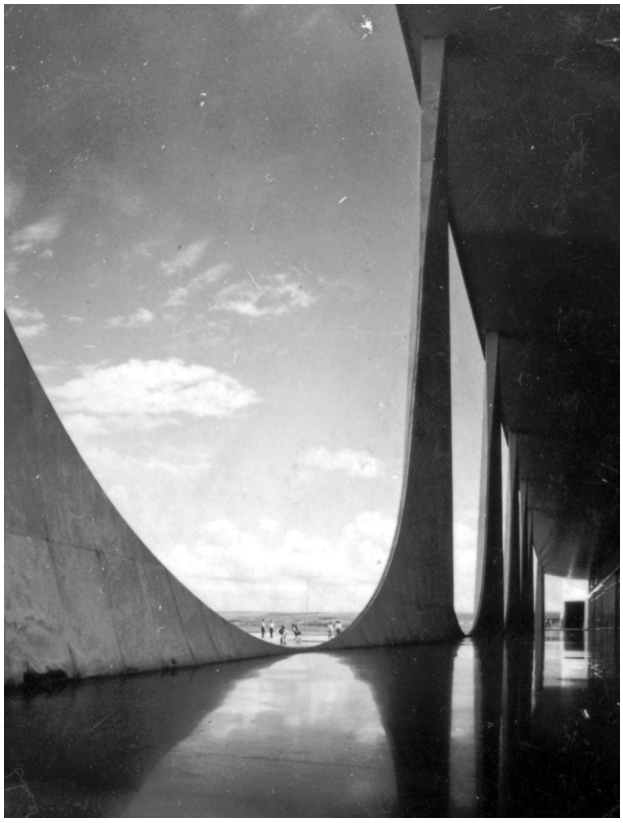


Figura 82 – Palácio da Alvorada

Foto: Marcel Gautherot – 1958-1960

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Ao voltar ao Brasil Cole procurou Lucio Costa, que o levou para trabalhar na Novacap, na Divisão de Urbanismo. Cole foi contratado em 20 de Maio de 1958, ainda não tinha 27 anos completos, e ficou na empresa até Março de 1961.

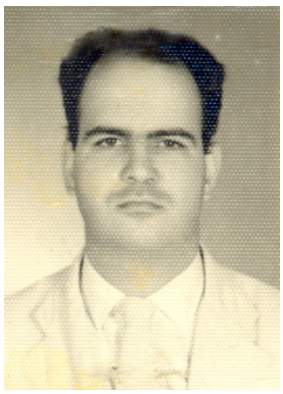


Figura 83 - Harry Cole no registro da Novacap

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

2.1 A divisão de Urbanismo da Novacap

A Divisão de Urbanismo foi criada em 5 de Abril de 1957. Ela era subordinada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, chefiado por Oscar Niemeyer.

No início a Divisão funcionava na cobertura do prédio do IAPI, na Rua México e Almirante Barroso. Depois foi para o prédio do Ministério de Educação e Saúde (Palácio Capanema) no Rio de Janeiro, onde foram abrigados na sala que hoje é de exposições (sobreloja). (ZETTEL, 1989)

Os trabalhos foram coordenados pelo engenheiro Augusto Guimarães Filho, que Costa trouxe de seu escritório particular. Lucio Costa acompanhou os trabalhos como consultor, não se tornou funcionário da empresa, ao contrário de Niemeyer.

Essa foi uma opção de Costa, que ao invés de vincular-se ao desenvolvimento da cidade "que inventara" preferiu continuar como funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, onde era um dos diretores. Ele passava no escritório no período da tarde, e conforme o trabalho foi caminhando ele passou a dispensar cada vez menos tempo aos trabalhos.

> O Dr. Lucio durante muito tempo ia praticamente todo dia. Depois ele, como sempre, foi rareando a coisa. E então chegava sempre de tarde, mais tarde, pegava o carro sempre a tarde, nunca teve problema de trânsito. (PORTO, 1989)

É estranha essa relação que Costa estabeleceu com a produção do trabalho, com um certo distanciamento, indo somente verificar o que de mais importante os arquitetos tinham feito naquele dia, deixando todas as decisões imediatas para Augusto Guimarães, em quem parecia ter muita confiança.

Essa forma de se relacionar com o trabalho faz com que não se possa dizer que o resultado final dos trabalhos, a Brasília construída, seja obra do urbanismo de Lucio Costa. Foi dele a concepção, mas

colocar “a cidade em pé”, definir parâmetros, medidas e soluções urbanísticas de traçado viário e arranjos de edifícios, foi resultado do trabalho da equipe que desenvolveu o projeto e, em grande parte, das decisões tomadas por Augusto Guimarães e Oscar Niemeyer, como veremos.

> Ele passava por lá, eu me lembro que o Harry comentava que ele chegava de vez em quando com uns desenhinhos pequenininhos no bolso, uns estudos de rótula, de áreas, coisas assim... aí chegava lá e dava para o pessoal ampliar, botar no papel, e depois botar no chão. (SONIA COLE, 2008)

Por causa do salário, e por ser uma empresa pública, os arquitetos só trabalhavam meio período, e no outro período desenvolviam trabalhos particulares.

Segundo Guimarães Filho (1989) no início do projeto trabalhavam lá Maurício Dias da Silva, Salomão Tandeta e Noel Saldanha Marinho, enquanto que Sérgio Porto, Jayme Zettel, Jorge Ribeiro Laclete e ainda José Anchieta Leal eram somente estagiários. Trabalhava também como desenhista Fernando Coni Campos.

Essa equipe, de acordo com Guimarães, foi escolhida por Oscar Niemeyer. Não é essa a opinião de Sérgio Porto (1989) que disse ter sido indicação de Costa os três arquitetos, e que o fez porque os três, que tinham um escritório, ao decidirem participar do concurso para o plano de Brasília tinham convidado Costa para participar com eles, que disse que não concorreria. Por ter concorrido e ganho, Costa os trouxe para trabalhar no projeto.

Depois foram incorporados outros profissionais. Um deles foi Elias Kaufmann, que inicialmente trabalhou com Niemeyer na Divisão de Arquitetura e que depois este o destacou para trabalhar na Divisão de Urbanismo. Também vieram mais tarde Maria Elisa Costa (filha de Lucio) e Harry James Cole.

> A Novacap tinha o Departamento de Arquitetura e Urbanismo, chefiada pelo Oscar Niemeyer, e a Divisão de Urbanismo que eu era titular dela. Doutor Lucio era o consultor, evidentemente que a última palavra era sempre dele, mas nominalmente eu era o chefe da Divisão de Urbanismo, chefiando esse grupo de rapazes. Eu não tinha ainda feito 40 anos e todos eles eram rapazes; os estagiários eram estudantes de arquitetura. Nós tínhamos então um relatório admirável, relatório tão bem escrito, comovente que todo mundo conhece, e aquela planta da escala 1:25.000. E tínhamos um levantamento aerofotogramétrico na escala 1:2000. E a nossa tarefa consistiu em pegar aquela planta, escala reduzida, e botar na escala maior e tirar dela os elementos construtivos. (GUIMARÃES FILHO, 1989)

A tarefa era “colocar a cidade em pé”. (ZETTEL, 2007)

> Começou a coisa de calcular coordenadas, quer dizer como você calcula coordenadas, como você faz aterro, como você faz cortes. Vivência que a gente não tinha tido nunca profissionalmente. E com isso começamos a botar números, quer dizer, tamanho de uma super-quadra, o que representa, quantos edifícios cabem numa super-quadra, qual é a população, qual é o tamanho desse edifício, enfim começamos a desenvolver efetivamente o plano de Lucio Costa. (ZETTEL, 1989)

O trabalho todo era desenvolvido no Rio de Janeiro, e assim que iam ficando prontas as pranchas com o projeto urbanístico executivo, as coordenadas e níveis eram passadas por rádio para o canteiro de obras em Brasília. Os desenhos eram feitos sobre um levantamento aerofotogramétrico da Geofoto.

> E jamais a obra faria qualquer locação se ela não tivesse sido devidamente autorizada por nós aqui. Qualquer ponto tá lá: as coordenadas, as cotas, etc. Às vezes a frente de trabalho se deslocava e a planta ainda não tinha chegado. E nós tínhamos uma comunicação por rádio, cheio de estática, uma coisa horrorosa, acho que era um VHF. Tinha esse rádio e nós dávamos as coordenadas e, às vezes, a única coisa que a gente dizia; "Não, mas a folha tá lá eu não posso esperar." Então a gente fixava os parâmetros da avenida, nunca era a planta. "E fixa aí e me diz para registrar aqui" E assim nós fizemos. (GUIMARÃES FILHO, 1989)

As decisões não podiam esperar. Então muitas eram tomadas por Augusto Guimarães, porque não era possível consultar Lucio Costa a tempo. Se o eixo rodoviário foi facilmente adaptado ao terreno, o eixo monumental necessitou de grandes cortes, decisões que foram tomadas por Guimarães.

> E até determinado lugar era difícil tirar a Praça dos Três Poderes do chão, porque era um declive muito grande. Olhando da Esplanada dos Ministérios, a Praça dos Três Poderes daquele ângulo lá no fim, à esquerda tem um paredão de 10 metros se não me falha a memória, e no outro sai apenas 1 metro. Sai apenas 1 metro porque eu mandei cortar o terreno em volta para fazer. O que causou uma espécie muito grande. O Doutor Lucio não entendia como eu estava fazendo as coisas fora da praça, e eu sabia porque. (GUIMARÃES FILHO, 1989)

Se as decisões em relação aos eixos viários eram tomadas por Guimarães, aquelas que definiriam situações urbanísticas que não estavam sendo estabelecidas pelo grupo de Niemeyer[102], também couberam a ele. É o caso das definições urbanísticas das super-quadras. Abordamos essa questão um pouco mais a frente

Os arquitetos da Divisão de Urbanismo a cada 15 dias iam a Brasília, em rodízio, para ver como estava caminhando a obra. Guimarães evitava ir pois tinha medo de andar de avião. Segundo ele, foi sua a exigência de ficar a sede do escritório de urbanismo no Rio, pois assim ele podia ter a assistência permanente de Lucio Costa. Eram os recém-formados que iam constantemente a Brasília.

> Mas o meu primeiro contato com Brasília foi já mesmo em 57, quando fomos tomar conhecimento do terreno, nós ficamos então hospedados no Catetinho, que foi uma experiência também muito interessante. Eu fiquei duas ou três vezes – porque esse grupo menor que eu te falei, que era o grupo dos estudantes, já de recém-formados, é que tinha mais disposição. Então essa ida a Brasília pegava lá um DC-3, não era ainda os aviões de carreira. E eu fui várias vezes... (ZETTEL, 1989)

[102] Niemeyer e sua equipe mudaram em 1958 para Brasília, e Niemeyer lá morou até a inauguração da capital em 21 de Abril de 1960.

Figura 84 - O Catetinho – Brasília 1956

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

A supervisão das obras era feita predominantemente pelos arquitetos recém-formados, e dessa forma as decisões continuavam sendo de Augusto Guimarães, uma vez que qualquer problema que eles constatassem, era com Guimarães que eles entravam em contato.

Houve um arquiteto do grupo de urbanismo que ficou permanentemente em Brasília – Adeildo Viegas – e depois foi também para lá Jaime Zettel, que com a inauguração de Brasília foi ser chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DUA do Distrito Federal.

Zettel (1989) diz também que essas idas a Brasília o colocava em contato com as discussões que aconteciam sobre o urbanismo da cidade, ao mesmo tempo em que ela ia sendo construída.

> Era o envolvimento com as teses mais modernas de planejamento urbano: se estavam ou não adaptadas à cidade, a cidade era uma cidade aberta ou uma cidade fechada, uma cidade que respondia a todos os níveis que seriam as funções de uma cidade. Quer dizer, até então toda a nossa discussão, é uma discussão teórica sobre o urbanismo. Se Brasília havia passado no tempo, se era uma cidade já velha. O Marcelo Roberto sempre acusava Brasília de ser, do doutor Lucio ter feito um Champ-Elysées, de ser um saudosista, e o doutor Lucio respondia que efetivamente ele era um homem do século XIX. Enfim, houve uma polêmica muito forte, mas sempre voltada para o lado da teoria, que a bem da verdade tinha que ser por aí mesmo.

Quando em 1958 Harry Cole chegou à equipe, com todos os conceitos aprendidos na Inglaterra, ele vai participar de modo ativo nessas discussões.

> O Harry tentou colocar esses princípios do *town planning* que ele aprendeu na Inglaterra em Brasília, ele ficou muito marcado com o Dr. Lucio. Ficou uma coisa assim, não ficou muito bem, porque ele achava, e ele tinha toda razão, já tinha havido um problema no traçado do aterro, só fazer um gride do aterro você não leva em conta a sobrelevação da pista, estas coisas todas/.../ por que o que marcou fortemente a

> arquitetura e o urbanismo desse período era o desenho, do Dr. Lucio e de Le Corbusier – porque era uma coisa só, era o desenho. (ZETTEL, 2007)

William Holford também fez uma crítica a partir dessa particular visão dos ensinamentos do planejamento urbano inglês. A metodologia de desenvolvimento dos trabalhos urbanísticos, com certeza, não seguia aquela que era corrente na Inglaterra da reconstrução dos anos 1950 e 60. Essa observação é feita por Holford, que m Brasília em setembro de 1959, juntamente com outros especialistas que participavam do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte[103], fez a seguinte observação:

> É também evidente que resta ainda muito planejamento a fazer em setores da cidade fora do grupo central de edifícios oficiais. Os projetos e construções arquitetônicos estão em andamento num ritmo tão rápido que parece impossível que venham eles a criar, ao mesmo tempo, o seu próprio ambiente – ou, seja, determinar a localização e utilização dos edifícios e a relação de uns com os outros. Nos centros culturais, por exemplo, um projeto tridimensional mais minucioso, preparado pelo setor de planejamento, criaria condições mais rigorosas para os projetos do departamento de arquitetura; e isso na realidade pouparia tempo. (HOLFORD, 1960, p. 3)

Holford pedia uma atuação mais firme do grupo de urbanismo, na definição da composição entre os edifícios, o que nunca aconteceu.

Outra discussão importante na época, da qual Cole participou, foi o fato do projeto de Costa não ter uma preocupação com a questão regional. No relatório de apresentação do projeto, Lucio Costa disse que Brasília não seria mera decorrência do desenvolvimento regional, mas causa dele.

O mesmo Holford (1960) em 1959 no Congresso citado coloca a questão:

> É que o plano piloto deve ser expandido agora, para abranger a região adjacente à capital – seu interior, por assim dizer – e que nesse perímetro sejam localizados todos os núcleos coadjuvantes, dos quais se pode esperar que suplementem e ampliem o centro administrativo oficial. Existem já cidades satélites e a chamada 'cidade livre'. Estas oferecem uma vida completamente diferente da do centro de Brasília, e são reservas úteis e necessárias. É muito importante não deixar que se estendam, como um câncer, através das terras intermediárias que as separam da cidade principal e não deixar que cresçam demais. (p. 3)

A postura apontada como ideal por Holford está imbricada na idéia da constelação de cidades de Ebenezer Howard, cidades com dimensões pré-determinadas e finitas e envolvidas por um cinturão verde.

Na época essa crítica da inexistência de uma abordagem regional era também realizada por Gilberto Freyre (1968):

> [...] que, como cidade nova, Brasília não é para ser considerada um puro problema de arquitetura ou, sequer, de urbanismo, mas de ecologia. De ecologia tropical em toda a sua complexidade.

[103] Andrade (2005) considera que os críticos de arte Mário Pedrosa e Mário Barata tiveram um papel decisivo na organização deste Congresso e em sua realização no Brasil, e supõe que o objetivo era conseguir apoio da crítica internacional para a construção de Brasília.

> [...]
>
> Isto o que tenho dito. Isto o que tenho escrito. Isto o que tenho procurado opor de concreto aos abstracionistas que, contrariando od próprios desígnios do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, julgam possível a um país pobre, como é o Brasil, dar-se ao luxo de levantar uma cidade só de arquitetura escultural, com a sua edificação ordenada exclusivamente por arquitetos – aliás, ilustres – como por uma casta de sacerdotes sagrada, todo-poderosa e onisciente; e dentro de um plano apenas urbanístico que, exceção feitas das estradas Belém-Brasília e Belo Horizonte-Brasília e da comunicação aérea, não a está integrando num sistema inter-regional de ecologia que desde já lhe assegure a posição de centro desse sistema. (p. 178/179)

De fato, o edital do concurso não contemplava um estudo regional. Nele dizia-se que o Plano Piloto deveria abranger um traçado básico para a cidade, com a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores e um relatório justificativo. (TAVARES, 2007) O projeto de Lucio Costa cumpria plenamente o edital.

Maria Elisa Costa (1991) justifica dessa forma a postura de seu pai:

> Brasília é o seguinte: ela é um projeto, ela não é um plano, ela é um projeto urbano. E ela tinha que ser um projeto urbano, todos os outros do concurso foram projetos urbanos, não houve plano. Porque você não tinha condições de plano, papai diz aquela coisa, é uma coisa muito mais no gênero da coisa colonial, de tomar posse dum lugar vazio, normalmente o mais usual é o inverso. Quer dizer, você tem uma situação que existe, você tem toda uma coisa regional, uma coisa que te leva a criar condições das coisas acontecerem. Mas Brasília não. Brasília você tinha que tomar posse de um lugar onde você não tinha a menor condição objetiva de saber o que ia rolar ali. Você podia especular o que você quisesse, mas você não tinha como avaliar logicamente, um mínimo de segurança, como é que a coisa ia rolar.

Temos que contestar Maria Elisa quando ela diz que não foi apresentado nenhum "plano" no concurso para o projeto de Brasília. O projeto dos irmãos Roberto, que dividiu o segundo lugar, bem como o da Construtécnica que dividiu o terceiro, não podem ser considerados meros projetos urbanos, pois contêm vários elementos de um plano abrangente, que considera aspectos locais e regionais.

Nicolaeff (2007) que esteve presente algumas vezes no escritório de urbanismo da Novacap e acompanhou as discussões sobre planejamento que lá ocorriam, disse-nos que Cole argumentava que "'Brasília estava sendo feita sem seguir as normas do planejamento' Era estranho: primeiro faz a cidade depois faz a região."

Cole passou a discutir muito a questão do sistema viário, pois dizia que o dimensionamento não era adequado e que futuramente a cidade ia ficar congestionada. Amparava-se nos cálculos de saturação de sistema viário que aprendeu na Inglaterra. Também defendia que se projetasse um transporte de massa para a cidade, um metrô ou algo semelhante, e ainda dizia que se as cidades satélites não fossem planejadas, ali iriam se constituir várias favelas. Esse posicionamento de Cole, que chegava imbuído de toda a teoria do town planning britânico, fez com ele se desgastasse rapidamente com a equipe, e em especial, com Lucio Costa, como nos deu a entender Jayme Zettel (2007).

Uma das discussões ocorreu porque Cole projetou um trevo "holandês" para a cidade e quando no final da tarde Costa veio verificar o andamento do projeto, ficou muito contrariado, pois o desenho

já estava pronto e ele não tinha acompanhado seu desenvolvimento. Isso o levou a fazer uma série de adaptações no desenho, mas o trevo foi construído na W3, na asa sul da cidade, nas proximidades do Setor Bancário Sul.

Figura 85 - O trevo "holandês

Fonte: Google Earth (acessado em Maio de 2008)

> O Harry James Cole, que entrou numa etapa posterior lá na nossa equipe, ele tinha proposto um trevo chamado 'trevo holandês'. /.../ E o Lucio embora nunca tivesse gostado de trabalhar em escala grande, ele gosta de fazer coisa miúda, depois foi vendo e foi corrigindo... Ele teve que pegar aqui, aqui o viaduto já estava feito, marcar os pilares do viaduto para ver como é que eram as faixas de tráfego, onde que seriam os abrigos de pedestre, que estão aqui indicados num dos lados.... aquele trevo complicado que está lá é dele. (PORTO, 1989)

Quando houve a inauguração da cidade os arquitetos não foram, porque o ritmo das obras tinha se acirrado nos dias anteriores. Quem conta isso é Maria Elisa Costa, que informa que eles tinham que mandar planta atrás de planta para Brasília.

Mas Sonia Cole (2008) contradiz essa informação. Disse-nos que Harry Cole foi a inauguração, mas que Lucio Costa não foi.

> Ele nunca foi à Brasília... ele só foi um pouco antes de morrer. Ele não foi nem na inauguração. Quando o Israel Pinheiro disse que o escritório tinha que ir para Brasília o Oscar foi com o escritório e com tudo. O escritório de urbanismo ficou no Rio porque o Lucio disse que não ia.

2.2 O aprendizado de Brasília

O trabalho na Novacap colocou Cole em contato com três profissionais que foram os responsáveis pelas definições dadas ao projeto, no período da construção da cidade. Um foi Lucio Costa, outro Augusto Guimarães e o terceiro Oscar Niemeyer.

Algumas definições de projeto faziam parte do edital, como a previsão de uma população de 500.000 habitantes e uma área de terreno de 500 hectares. Os edifícios da cidade não eram parte das definições da proposta urbanística, e previamente já estavam contratados a Oscar Niemeyer. (TAVARES, 2007)

No período em que Cole trabalhou na Novacap foram desenvolvidos os projetos e construídos os mais importantes trechos de Brasília, como a Praça dos Três Poderes e a esplanada dos Ministérios, o eixo estrutural e seu cruzamento com o eixo rodoviário-residencial, a construção da Praça de Serviços e Rodoviária, e as super-quadras de algumas Caixas de Pensões. (Cf NOVACAP, 1957 a 1960)

De Costa, Cole pode apreender as idéias contidas na concepção inicial do projeto e ouvir as decisões que eram tomadas no andamento dos trabalhos. E que idéias eram essas?

É interessante uma observação de Cardoso (1988) sobre a concepção do espaço de Costa.

> A expressão da originalidade de Brasília se dará através da retomada de alguns elementos já presentes nas propostas da década de 30, mas que passam a se expressar de forma mais coerente e evidente. O que ressalta no projeto final é a monumentalidade gerada pela articulação adequada entre eixos, centros e massas edificadas. Esta intenção de construção de monumentos através do agenciamento espacial é propícia à constituição de novos significados para os espaços construídos. (p. 227)

Agenciamento que, em parte, segundo Lucio Costa (Apud CARDOSO, 1988, p. 279), foi inspirado em um livro sobre a arquitetura tradicional chinesa.

> Essa tradição era impressionante. Esses dois volumes eram fotografias belíssimas daqueles templos edificados sobre terraplenos de pedra. E era acompanhado de plantas, muito nítidas, da implantação destes elementos todos. E eram sempre implantações muito geométricas, bem definidas, cada pavilhão articulado com os outros, formando um esquema muito puro, muito geométrico, e contrastando com aquelas formas graciosas daqueles telhados escalonados, daqueles pavilhões. Isso dava uma certa nitidez, amarrava e conciliava a silhueta com a implantação dos templos.
>
> Isso, na Praça dos Três Poderes, triangular, que eu achei que seriam três poderes, na época o Brasil era uma democracia de verdade, o negócio do triângulo eqüilátero parecia adequado de forma a enquadrar todos os poderes com pesos iguais, completados por uma plataforma triangular, cinco metros acima do cerrado, completados com mais dois pavilhões, dignos, em termos chineses, que seriam o Palácio do Itamaraty e o Ministério da Justiça, já num plano mais alto, na cabeceira da Esplanada dos Ministérios...

Dessa forma, a "composição volumétrica" de Costa não parece ter seguido rigidamente concepções funcionalistas, havendo inspiração em outros ideários, além de toda a carga barroca evidentemente, como já analisado em vários trabalhos, inclusive por Cardoso (1988) que compara Brasília a Versalhes.

Não podemos deixar de considerar a influência exercida por Niemeyer, que é particularmente responsável pela monumentalidade do eixo dos ministérios.

> E então havia aquela coisa do Oscar, formal, bonito e espacial. Eu sou testemunha do desenvolvimento do Congresso. E o Oscar mudou radicalmente todo o funcionamento, sem ter mudado a concepção inicial das duas cúpulas. Mas o público que entrava por aqui passou a entrar por aqui... e tudo isso ele fez detalhadamente, desenhando, os arquitetos desenhando e calculando. Mudou sem, no entanto, mudar /.../ O que é o Senado? O senado não é subsolo. O congresso não é subsolo. Ao contrário. As duas pistas é que se elevaram para deixar solta aquela cúpula com aquela perspectiva. Aquilo foi artificial. É ao contrário, subiu-se as pistas para dizer que está enterrado. (PORTO, 1989)

Figura 86 - Construção da Praça dos Três Poderes

Foto de Marcel Gautherot – 1958

Fonte: Instituto Moreira Sales

O trabalho de Lucio Costa compartilha vários ideários. Neste sentido é importante recuperar as colocações de Andrade (1998) que ao falar da difusão do ideário cidade-jardim no Brasil diz que se deve reconhecer em Brasília muito mais a "cidade verde" de Le Corbusier, mas que mesmo assim "a idéia de cidade-jardim também está presente, ainda que de modo muito particular".(p. 390)[104]

Segawa (2002) vê o agenciamento das super-quadras da seguinte forma:

> O eixo maior, arqueado, o eixo rodoviário-residencial, é estruturado pelas autopistas de comunicação com as regiões vizinhas e ao longo das quais se alinhavam os blocos de moradia, organizados segundo o

[104] Neste trabalho Andrade já apontou uma das questões que se tornaram importantes para nosso trabalho, ou seja, o "hibridismo" entre as concepções de cidade jardim e de cidade funcionalista na produção urbanística brasileira. Falando do projeto de Lucio Costa para o Parque Guinle, que é de 1940, ele diz "A super-quadra parece, pois, surgir como síntese de duas tradições, na qual a arquitetura moderna se impõe, mas ainda de modo incompleto, atingindo apenas em Brasília sua plenitude como solução para as áreas residenciais da cidade contemporânea." (op. cit., p. 387)

princípio das super-quadras: o conjunto de quatro quadras de 300 m de cada lado cada, cercadas perifericamente por densa arborização e admitindo somente edifícios lineares de seis pavimentos sobre pilotis, formando uma "vizinhança" servida de toda infra-estrutura comercial e de serviços para a comunidade local – à maneira das "unidades de vizinhança", idealizadas por Clarence Perry e materializadas por Clarence Stein (1882-1975) e Henry Wright (1878-1936) em Radburn, Estados Unidos, em 1929. É a solução correspondente à "escala residencial". (p. 124/125)

Mas o desenho da super-quadra deve também muito a Guimarães[105], que como coordenador do projeto executivo de urbanismo foi responsável por uma série de definições.

Ele diz que não precisou perguntar nada a Lucio Costa, pois tudo estava definido, e de forma clara, no relatório que acompanhou os desenhos de Brasília. (GUIMARÃES FILHO, 1989)

A definição do setor residencial no relatório que acompanha o plano piloto de Brasília se dá da seguinte forma:

16 — Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (FIGURA 87).

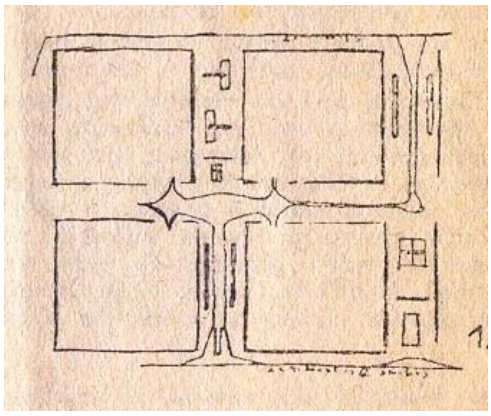


Figura 87

Fonte: Costa, 1957

Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.

Dentro destas ''super-quadras'' os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porem a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra (FIGURA 88). (COSTA, 1957)

[105] E a Oscar Niemeyer e a Nauro Esteves, como veremos.

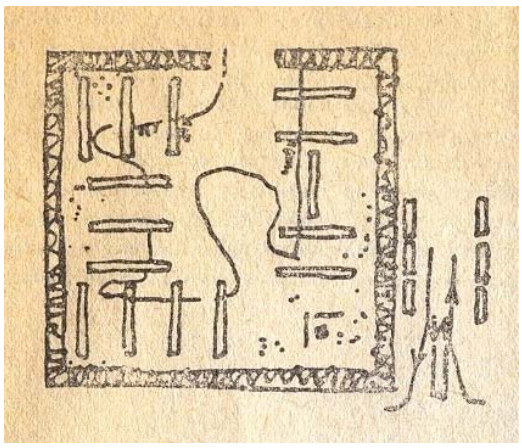


Figura 88

Fonte: Costa, 1957

Pelo que lemos podemos dizer que Lucio Costa definiu no relatório, em relação às super-quadras, que elas deveriam ser grandes e contínuas, dispostas em ordem dupla dos dois lados da faixa rodoviária, agrupadas quatro a quatro fazendo uma unidade de vizinhança, emolduradas por uma larga faixa densamente arborizada, com gabarito máximo dos blocos uniforme de seis pavimentos mais os pilotis. Mas a idéia continuava da seguinte forma:

> Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela na frente oposta às quadras, à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso etc., e reservando-se uma faixa de terreno, equivalente a uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalam-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro disposto conforme a sua classe ou natureza (FIGURA 89).

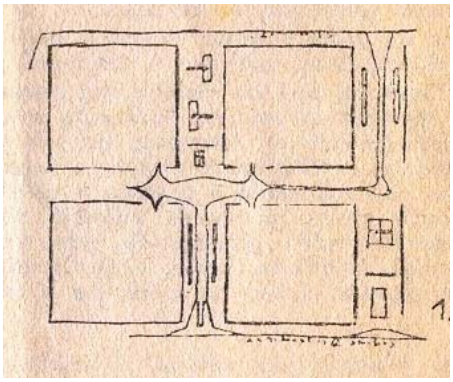


Figura 89

Fonte: Costa, 1957

> O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias etc., na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto

> na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só (FIGURA 90). (COSTA, 1957)

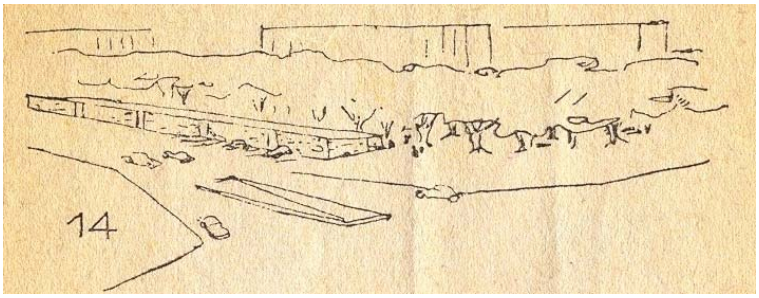


Figura 90

Fonte: Costa, 1957

Também propôs a separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, acesso de veículos à escola primária e outras comodidades existentes no interior das quadras, como serviços e comércios de âmbito local, que ficariam num único ponto das unidades de vizinhança.

A partir dessa concepção Augusto Guimarães teve que construir o projeto urbanístico de uma super-quadra, isto é, a partir de uma recomendação de edifícios de 6 andares, ele teve que estimar o número de habitantes (2.000), o número de crianças por quadra para determinação do tamanho da escola (50% do total de moradores) e o dimensionamento do comércio local, o número de edifícios por quadra (11) e por fim o tamanho das quadras (360m), o padrão da unidade de vizinhança e a quantidade de quadras que formavam uma unidade de vizinhança, o que por si definiu a extensão do eixo rodoviário.

Toda essa construção foi feita junto com os arquitetos que trabalhavam no projeto executivo e foi parte de seus aprendizados como urbanistas.[106]

Mas a composição entre os edifícios nos projetos iniciais das quadras foi elaborada pela equipe de Oscar Niemeyer, que era quem definia a composição entre os vários edifícios.

> Então tinha que resolver o problema das quadras, porque a gente estava ainda preocupado com os edifícios do governo, o urbanismo estava preocupado com as ruas, com suas avenidas e trevos e aquela confusão lá, a rodoviária. Então passou para nós fazermos as super-quadras e eu fui com o Oscar – que me pegou um dia lá em Copacabana – para a gente resolver o problema das quadras. Então ele estabeleceu um esquema de como seriam colocados os blocos, quer dizer, eram 11 blocos, mas para não fazer uma quadra e repetir tudo igual... Então a gente não podia ficar fazendo quadrinha por quadrinha porque o tempo era curto e tinha que ficar pronta a cidade, que era mais importante. Então a gente pensou o seguinte: nós vamos fazer seis quadras, seis modelos básicos. E vamos então misturar as quadras, todas elas, essas seis vamos misturar a vontade aí. Agora, vamos criar uma opção, se por acaso alguma entidade do governo, alguém comprar uma quadra inteira e quiser fazer diferente, tudo bem pode fazer, desde que mantenha a mesma taxa de ocupação, quer dizer, tantos metros quadrados que é prá não levar vantagem. Então está bem. (ESTEVES, 1989)

[106] Estas soluções serviram de base para a publicação do primeiro Código de Obras de Brasília. Para conhecer os parâmetros que foram definidos, veja Ficher et al, 2003.

Figura 91 - Lucio Costa, Niemeyer e outros funcionários

Novacap, 1958 – Foto: Mário Fontenele

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

E então foi feita a maquete das super-quadras.

> Eu estive com o Mies Van der Rohe nesse encontro. Não tinha ninguém no escritório /.../ então ficou eu, o Dr. Lucio e o Mies... Essa maquete era a maquete que o Oscar sempre fez. Não tinha maquete. As maquetes eram das super-quadras, por exemplo, mas era sempre por conta da arquitetura[107]. Lembre que sempre é o design urbano. (ZETTEL, 2007)

Figura 92 – Costa mostra a maquete das super-quadras a Mies Van der Rohe

Rio de Janeiro, 1957 – foto: Mário Fontenelle

[107] Segundo Porto (1989) esse era o método de trabalho de Niemeyer, que usava as maquetes para verificar se os desenhos estavam de acordo com suas idéias. Se havia qualquer coisa errada ele quebrava as maquetes e os trechos quebrados eram desenhados de novo.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

> O eixo monumental não é o mesmo eixo monumental do desenho. O eixo monumental foi o Oscar que transformou em eixo urbano, por causa da Praça dos Três Poderes, por aquela característica dos prédios do Congresso, dos Palácios, ela tomou outra dimensão, ele era mais estreito o eixo monumental, o que passou a dar a largura do eixo monumental foi o edifício do Congresso." (ZETTEL, 2007)

O que Zettel nos disse é que foram os edifícios do Congresso, o tamanho dado a eles pela equipe de Oscar Niemeyer, que determinaram a largura do eixo monumental, e não ao contrário. Foi a arquitetura que determinou a escala urbana, ainda que as duas coisas tenham sido projetadas ao mesmo tempo.

Mas divergências apareciam no desenvolvimento da cidade, pois Guimarães tinha opiniões muitas vezes diferentes das de Lucio Costa.

> Bem, houve coisas sugeridas pelo Guimarães, ele é uma pessoa extremamente estudiosa, inteligente, e ele passou a estudar tudo em relação ao urbanismo /.../ E propôs inúmeras coisas que infelizmente não foram implantadas por razões outras, sempre fazendo questão de dizer o seguinte: que o Dr. Lucio era sempre ouvido. Eu às vezes dizia assim: "Doutor Guimarães faz à revelia!" Eu achava que ele estava certo. "O autor do plano é o Dr. Lucio. Ele me colocou aqui como representante dele. A mim cabe levantar as questões com ele, submeter a ele, embora eu ache que o que ele adota não seja o correto. Ele é o responsável e eu vou cumprir." Eu sou testemunha disso em inúmeras ocorrências /.../ ele às vezes não queria constranger o Dr. Lucio com opiniões contrárias às dele diante da equipe, de nós, os outros arquitetos. (PORTO, 1989)

Entre idéias que Guimarães chegou a desenvolver, de acordo com Porto (1989), esteve a da construção de cidades no entorno de Brasília, uma para abrigar os trabalhadores das várias construtoras envolvidas nas obras, e mais duas para abrigar a população após o término da obra, uma cidade industrial e outra agrícola.

A construção de Brasília foi dessa forma uma obra de várias cabeças, e o resultado não pode ser totalmente creditado a Lucio Costa.

Niemeyer era o responsável pelo "projeto urbano" – a composição entre os vários edifícios era "coisa" da arquitetura, pelo menos é o que depreendemos dos vários depoimentos. Guimarães definia o sistema viário, os patamares dos vários edifícios, o "loteamento", mas também definia o tamanho das quadras residenciais e Costa aprovava, ou não, esse trabalho da equipe de urbanismo.

Houve, portanto, várias influências para os profissionais que ali trabalharam, por pessoas que se diziam "modernas" e advogavam o moderno dos CIAMs como partido urbanístico e arquitetônico.

> Como eu disse eu sou engenheiro, porque na minha escola formava-se engenheiro arquiteto, e a formação era extremamente acadêmica, e eu nasci moderno, circunstâncias da vida, nasci moderno. E na década de 30 isso não era muito comum, no verso de Schimidt 'éramos poucos, éramos raros' os modernos. E eu então não fui estudar uma arquitetura que eu sabia ultrapassada e não gostava." (GUIMARÃES FILHO, 1989)

Nesse sentido é importante delinear as semelhanças entre idéias para uma cidade capital do projeto de Lucio Costa e o Plano do Condado de Londres de Abercrombie e Forshaw.

Como vimos no Capítulo III, ao definir as intervenções para a cidade de Londres, o Plano se refere a três funções da cidade: como local de moradia, como capital e como local de locomoção de pessoas e cargas. Por causa delas faz uma divisão nas diretrizes: existem aquelas para a "comunidade", as da "metrópole" e as da "cidade mecanismo".

Ao pensar uma cidade capital Lucio Costa separa também as funções que a cidade deverá ter e cria uma clara divisão entre elas que se exprime nas características de cada eixo.

> Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como urbs, mas como civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital.
>
> [...]
>
> Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.
>
> [...]
>
> Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória. É assim eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre." (COSTA, 1957)

As três funções da cidade: cívica, local de moradia e eixos rodoviários tem semelhanças com o pensamento de Abercrombie para o Plano do Condado de Londres dos anos 1940.

Ainda que a concepção tenha forte inspiração nos ensinamentos de Le Corbusier, não é possível descartar uma certa proximidade com o planejamento britânico do pós-guerra, o que deve ter contribuído para William Holford ter entendido a idéia com certa facilidade.

Mas em quanto todas essas idéias já não estavam permeadas por outras influências, também modernas, mas que não seguiam rigidamente os cânones da Carta de Atenas?

Já vimos que o trabalho de Lucio Costa tinha ressonâncias de vários ideários arquitetônicos e urbanísticos. Sem entrar no mérito das influências de Niemeyer, não teria também Guimarães conhecimento desses vários ideários, por mais que se declarasse modernista?

Outra opinião tem Barki (2006) que considera que apesar de haver um grupo de arquitetos brasileiros no CIAM a partir de 1937, Lucio Costa um deles, os congressos pouco influenciaram a arquitetura brasileira.

A discussão da década de 1950 nesses congressos atacava a rigidez da separação das quatro funções da cidade e já destacava a importância do centro cívico, o "core" da cidade. Essa discussão e as dissidências que começaram a ocorrer nos congressos com a formação do Team X, segundo Barki (2006):

> [...] seus efeitos [Ciam de 1956] pareciam não ter afetado de nenhuma maneira o pensamento dos profissionais brasileiros, principalmente daqueles atuando no então Distrito Federal[108], que na época era sem dúvida o centro cultural do Brasil.

Mas lembra que nesse ano a revista l'Architecture d'Aujourd'hui publicava projetos urbanos que refletiam esse debate, como o projeto para o centro de Coventry, de Arthur Ling (que havia sido diretor do Departamento de Arquitetura do London County Council), além da nova cidade de Harlow, projeto de Frederick Gibberd.

O urbanismo britânico tinha nessa década uma grande repercussão, principalmente por causa da reconstrução das cidades bombardeadas e pela construção das cidades novas.

E finalmente lembra o trabalho realizado em 1956 pelo grupo de alunos do Curso de Urbanismo da FNA, onde Hélio Modesto e Affonso Eduardo Reidy ensinavam a metodologia de planejamento urbano britânica[109].

Não se pode, portanto, falar que a Carta de Atenas era o único repertório disponível e mesmo conhecido dos arquitetos brasileiros desse período, vários elementos do *town planning* britânico também estavam presentes.

Se Harry Cole chegou ao Brasil com uma visão muito clara dessa metodologia, não surpreende que ele quisesse discutir as diferenças entre o que aprendera e o que era realizado no seu local de trabalho. Mas Cole também refletiu e aprendeu de Brasília, e o projeto que analisamos a seguir é mostra clara disso.

[108] Rio de Janeiro.
[109] Esse trabalho foi comentado no Capítulo IV.

3. A Nova Cidade Santo Antônio

Em todas as entrevistas, os arquitetos e engenheiros que trabalharam no projeto dizem que o salário da Novacap era muito baixo[110], e que por isso eles trabalhavam só no período da tarde e no período da manhã faziam outra coisa para complementar o salário. Augusto Guimarães diz que de manhã fiscalizava uma obra para complementar o salário. Já Harry Cole desenvolvia alguns projetos particulares. Um deles foi um projeto urbanístico de uma cidade nova.

O projeto da Nova Cidade Santo Antônio, trabalho contratado pela Terfina Administradora S.A. e Tecnobras Ltda, para uma área rural (Colônia Santo Antônio) localizada no Município de Barra Mansa, Rio de Janeiro, não foi um mero loteamento mas uma cidade nova, de traçado orgânico e baixa densidade. O projeto foi desenvolvido entre 1958 e 1960.

Barra Mansa é um município fluminense, com acesso pela via Dutra e próximo à divisa com São Paulo, e vizinho ao município de Volta Redonda, esta uma cidade criada, a partir de um projeto de Attílio Correa Lima, para abrigar um complexo siderúrgico estatal nos anos 1940.

Figura 93 - Região do Médio Paraíba – Rio de Janeiro

Localizada em um sítio de relevo colinoso, o crescimento horizontal do núcleo urbano de Barra Mansa ao longo do Rio Paraíba do Sul teve com o tempo pouca possibilidade de expansão, e a cidade aos poucos se desenvolveu através de núcleos populacionais quase isolados, como é o caso do bairro Colônia Santo Antônio.

[110] Zettel (1989) diz que em determinado momento o salário dos arquitetos foi equiparado com o dos engenheiros e que aí eles começaram a ganhar muito bem, além de terem recebido os atrasados.

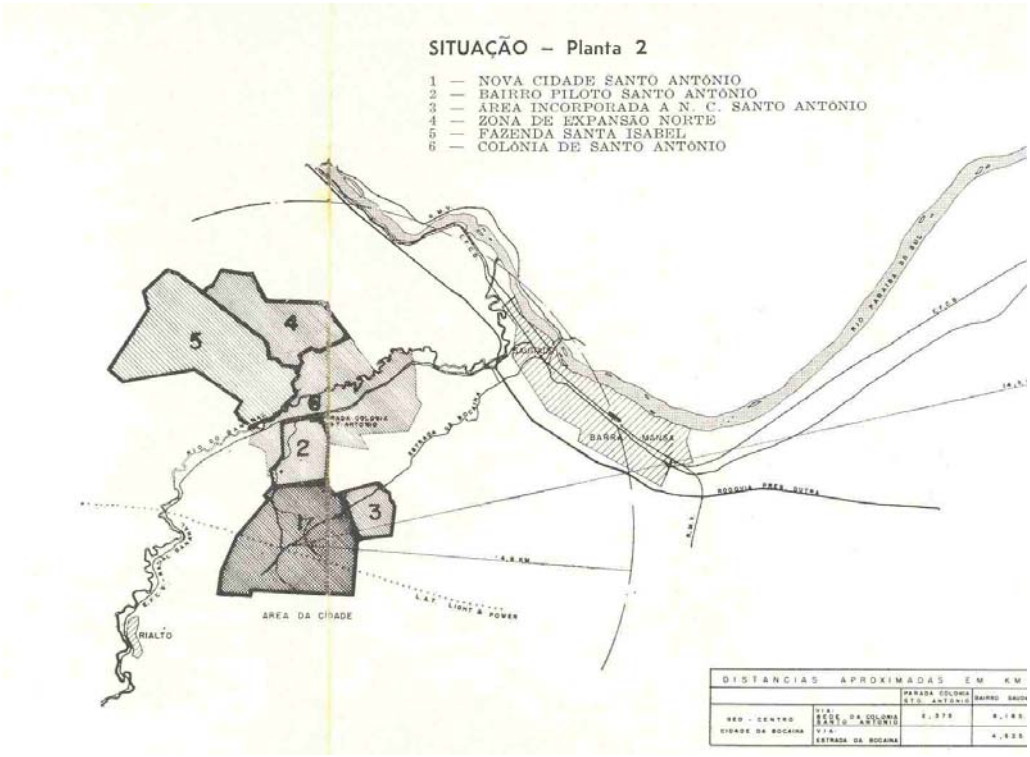


Figura 94 - Localização da Colônia Santo Antônio em relação à Barra Mansa

Fonte: Cole, 1961

A Colônia Santo Antônio originalmente era uma área de colonização agrícola. O projeto que Harry Cole desenvolveu para o local tem como partido urbanístico um centro com comércio diversificado e com área destinada à atividade industrial, rodeado por áreas residenciais que formam unidades de vizinhança dentro do conceito desenvolvido pelo urbanismo anglo-saxão.

As áreas industriais estão localizadas junto ao principal eixo viário, que faz a ligação entre a cidade de Barra Mansa e a rodovia Presidente Dutra, e o centro comercial é inteiramente rodeado por uma via de grande porte. Um grande número de áreas verdes são propostas, algumas aproveitam todas as manchas de vegetação natural existentes, outras são para serem implantadas.

Apresentamos na Figura 95 um dos desenhos em que Cole mostra esse arranjo espacial.

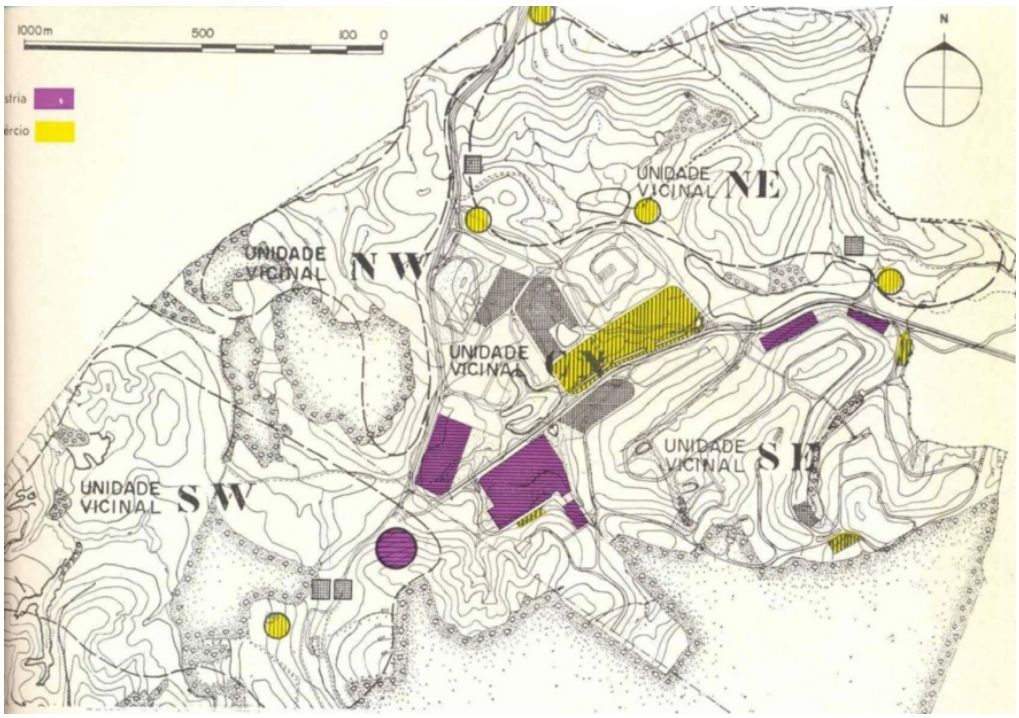


Figura 95 - Planta com localização das indústrias (roxo) e comércio (amarelo)

Fonte: Cole, 1961

Podemos ver o núcleo central (unidade vicinal CN), e as unidades vicinais que o rodeiam. Além das atividades discriminadas na legenda, os pequenos quadrados a área central hachurados são as áreas destinadas às escolas, e a área pontilhada, formando grandes manchas e acompanhando os fundos de vale na unidade vicinal SE, forma a área parqueada.

Pode-se também observar o relevo bem movimentado do terreno, o que em si justifica o traçado viário orgânico.

Para a unidade vicinal SE, proposta para ser implantada em primeiro lugar (**o bairro piloto**), foi desenvolvido um projeto de loteamento. Ainda que de forma sutil, com essa denominação para a primeira fase de implantação do projeto, Cole também se apropria da "linguagem" do projeto de Brasília: não é primeira fase e sim bairro piloto.

Um maior detalhamento desse bairro aparece no desenho a seguir.

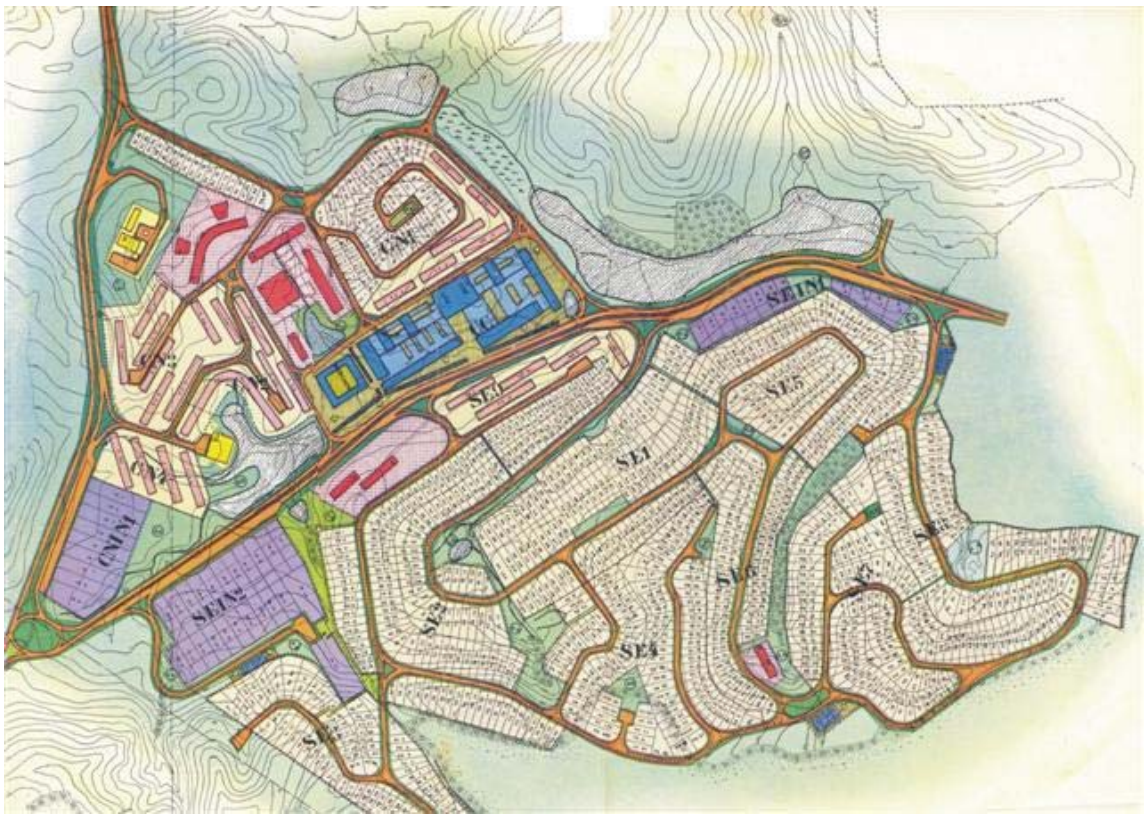


Figura 96 - Bairro piloto

Fonte: COLE, 1961

O núcleo central possui uma grande quadra onde se localizam as atividades comerciais e de serviços (CC em azul), e que estão instalados em uma grande praça de pedestres.

Possui ainda uma área residencial, com maior densidade, seja nos lotes individuais de menor tamanho, seja pela proposição de edifícios residenciais (em cor de rosa – RD)

Na área central foi localizado o centro educacional (em vermelho), aglutinando escolas primárias (P), secundárias (S) e técnicas (E). Os acessos a essas atividades (residência e escolas) se dão por um sistema viário de menor porte, terminado em *cul-de-sac*. As áreas industriais (roxo) são formadas por grandes lotes com acesso direto pela via principal que margeia o centro urbano, que pelo desenho é uma via de grande capacidade de tráfego, que "isola" a área central das áreas residenciais (bairros) vizinhos.

A unidade de vizinhança é formada por lotes individuais de diferentes tamanhos: pequenas granjas (RA), lotes intermediários (RB) e lotes urbanos (RC), que são misturados no projeto. Tem ainda uma pequena quadra com habitações coletivas (SE9) e lotes industriais (SEIN1 e 2). São propostas para esse núcleo piloto quatro escolas primárias (P) e dois núcleos comerciais (CL).

As quadras são de grande tamanho, minimizando o sistema viário, solução técnica adequada ao tipo de topografia. Algumas ruas de "meio de quadra" terminam sem saída, confrontando com espaços arborizados. No interior das quadras são reservados espaços para lazer e arborização, outra característica recorrente nas propostas de unidades de vizinhanças, tanto as originalmente feitas por Clarence Perry quanto às das cidades novas inglesas.

É interessante notar em algumas quadras o "recuo" de alguns lotes, como se fosse um arranjo de edifícios, próximo às soluções pitorescas usadas na Inglaterra, cujo objetivo é "quebrar" a seqüência do volume construído, evitando a monotonia da paisagem edificada.

São muito claras as semelhanças entre a proposta de Cole e o ideário cidade-jardim. Não fosse o projeto urbanístico, a argumentação, a defesa do partido tomado faz clara referência ao conceito estabelecido por Howard e que continuou a ser utilizado nas cidades novas, de cidades equilibradas (*balanced towns*). Ao defender sua idéia, Cole (1961) fala em "comunidade balanceada", numa tradução quase literal do inglês.

Sua argumentação aborda o crescimento desordenado das cidades industriais brasileiras, como uma situação que é preciso evitar, pois à semelhança da visão howardiana, cria problemas sociais. "Como conseqüência se destrói no nascedouro a evolução harmônica da ocupação do solo e serviços de infraestrutura e superestrutura provocando ruptura do equilíbrio social" (COLE, 1961)

A comunidade balanceada é assim a solução. Contudo, este conceito, que na visão howardiana se relaciona à mistura de pessoas de várias classes sociais no mesmo espaço urbano, é confundido com o conceito também howardiano de comunidade auto-suficiente (*self-contained*), que se cristaliza na mistura de atividades urbanas.

> Encontramos, todavia, um elemento essencial à criação de uma COMUNIDADE BALANCEADA – a COLÔNIA AGRÍCOLA SANTO ANTÔNIO já instalada e em funcionamento e abastecendo as cidades próximas sem, no entanto, estar a plena capacidade de produção por não haver na região mercado de consumo para a absorção de sua produção – assim foi possível resolver o problema dentro do ideal contemporâneo de planejamento físico para macro-regiões de baixa densidade demográfica ou seja a – COMUNIDADE BALANCEADA – que em sua essência é uma comunidade urbano-agrícola. (COLE, 1961)

Contudo, Cole cita expressamente que a própria cidade geraria na população "uma diferenciação entre seus níveis econômico–sociais".

A proposta urbanística da área central é acompanhada por uma perspectiva que procura ilustrar o centro comercial diversificado e de serviços da cidade. A perspectiva lembra o arranjo das super-quadras de Brasília e também certa influência de Niemeyer, pelas marquises que ligam os vários edifícios, mas também lembra muito os centros urbanos das cidades novas ou dos bairros reconstruídos de Londres, onde os edifícios formam pátios centrais internos (courtyards).

Figura 97 - A área central da cidade Santo Antônio

Fonte: Cole, 1961

O detalhamento do programa, apresentado no prospecto (COLE, 1961) que nos serviu de base para essa análise, reforça a proximidade com o urbanismo inglês.

Assim, o "centro comercial" é o *core* da cidade, e para ele "o estudo prevê este centro inteiramente livre de circulação mecânica e animal em seu interior". São ainda propostas "nas extremidades do centro, duas áreas de recreação com lagos proporcionando áreas livres e desafogadas, como que um remanso para passeios e diversões dos habitantes".

O sistema viário principal – quase uma *parkway*[111] – é assim proposto:

> Classe A – tráfego de ligação com rede regional de circulação e tráfego pesado, dentro da área em estudo. Carros de passeio, coletivos locais e para 'commuters', caminhões. Velocidade de traçado (design speed): 80 km/h. Detalhe: 2 pistas rolantes de 6,5 m cada (2 faixas de rolamento), 1 canteiro divisor, a fim de evitar conflitos de mão e contra mão, largura variável e retornos, 2 faixas de proteção laterais, arborizadas 7m cada, a fim de proteger de ruídos áreas limítrofes. (COLE, 1961)

Percebe-se na descrição da via a preocupação que Cole tem em estabelecer características técnicas da via, o que não nos surpreende por sabermos que a maior parte do trabalho desenvolvido pela Divisão de Urbanismo da Novacap era a definição do traçado viário.

Para nós o projeto de Cole o situa numa posição urbanística que está muito mais próxima do ideário cidade-jardim do que do modernista, ainda que consideremos que certas particularidades de projeto são conseqüência direta do mercado imobiliário brasileiro.

É o caso da proposição de lotes individuais e ainda de lotes e não de habitações.

Mas a cidade modernista também aparece, nesse caso, na proposição de um centro urbano que é de alta densidade, na proposição de um sistema viário de grande porte e na hierarquização dessas vias,

[111] Entendida aqui pelo sentido leigo do termo, isto é, uma via arborizada, e não uma via arborizada que faz ligação entre parques urbanos.

e na separação das "funções" da cidade. Mas isso também não é nada diferente do particular modernismo inglês do pós-2ª Guerra. Bullock (2002) aponta essa característica híbrida do planejamento urbano inglês, quando diz que na construção das cidades novas no 2º pós-guerra, o projeto de Frederick Gibbert para Harlow "combina a abordagem pinturesca com o layout defendido desde a guerra pela *Review* [Architectural Review] e o princípios de planejamento do CIAM de antes da guerra"[112].

E citando Gibbert diz que:

> As soluções técnicas para os problemas que uma cidade nova de 60.000 habitantes coloca são agora genericamente semelhantes, tem no mínimo uma ampla linha geral. Elas consistem em fazer uma distinta separação entre áreas de trabalho, residências e local de recreação, e conectar essas áreas por um padrão de vias livres de edifícios de modo que o tráfego possa fluir facilmente, e cercar tudo por um bem definido cinturão agrícola. Indústria é planejada como uma zona adjacente à ferrovia, com acesso ao sistema viário regional: casas são arranjadas numa série de unidades de vizinhança distintas, com 6.000 a 15.000 pessoas, cada uma com sua própria escola, lojas e outros serviços, e o centro urbano, com sua zona de negócios, comércio e edifícios cívicos, é projetada perto da estação de trem e da indústria. (GIBBERT, 1948[113] Apud BULLOCK, 2002, p. 131/132)[114]

Consideramos esse projeto de Cole como uma proposta de um jovem arquiteto, ainda muito próxima de um aprendizado teórico, sem soluções que caracterizem seu trabalho futuro. Mas ele já mostra aqui uma característica que para nós define o trabalho urbanístico do arquiteto, que é um projeto com certo hibridismo entre o ideário cidade-jardim e cidade funcional.

---

[112] [...] combining the Picturesque approach to layout advocated since the war by the *Review* and the pre-war planning principles of CIAM...

[113] Bullock cita o artigo Landscaping the New Town publicado na Revista Architectural Review de Março de 1948, na página 85.

[114] The technical solutions to the problems that a new town for 60,000 people raises are now generally agreed, at least in broad outline. They consist in making a distinct separation between areas for work, homes and play, in connecting those areas by a road pattern free of building in which traffic can flow easily, and in surrounding the whole by a well-defined agricultural belt. Industry is planned as a zone adjacent to the railway, with access to the regional road pattern: housing is arranged as a series of distinct neighbourhood units of from 6,000 to 15,000 people, each with its own schools, shops, and other services; and the town centre, with its business, shopping, and civic groups, is planned near to the railway station and industry.

4. As consultorias e a aproximação do IAB-Guanabara

Ao sair da Novacap, em 1961, Harry começou a desenvolver atividades de projeto e de urbanismo, abrindo um pequeno escritório em sua residência.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia projetos ele também dava consultoria em planejamento urbano para o Recife, sendo então prefeito o arquiteto Artur Lima Cavalcanti, do partido comunista, e que tinha sido colega de Cole no Colégio Marista no Rio.

Harry Cole parece ter estado sempre "no lugar certo no momento certo". Sua trajetória profissional foi fulminante, pois Cole era uma pessoa muito bem relacionada. Além de seus conhecimentos pessoais, como Lucio Costa, Artur Lima Cavalcanti, ou arquitetos de sua geração que com ele estudaram ou um pouco mais novos, Cole podia contar também com o apoio do sogro – Glycon de Paiva – que foi uma pessoa sempre próxima daqueles que estavam no poder.

A família da mãe de Cole era de Minas Gerais, de Diamantina, e Glycon de Paiva também era mineiro e amigo de Juscelino Kubitschek. Dessa forma Cole andava num circulo freqüentado por pessoas que ocupavam posições de destaque, e isso possibilitou bons contatos que lhe abriram portas na sua vida profissional.

Glycon de Paiva politicamente era conservador, e não pode ser creditada a sua influência o fato de Cole ter tido a oportunidade de fazer essa consultoria em Pernambuco, onde à época, Miguel Arraes era o governador. Sônia Cole (2007) diz que foi Diógenes de Arruda, assessor de Arraes, que indicou Cole para compor a equipe, a quem ele fora apresentado pelo arquiteto Marcos Jaimovich, que integrou o Conselho Editorial da revista Módulo.

Em Pernambuco Cole pode trabalhar com Antônio Bezerra Baltar, outra referência para o planejamento urbano no Brasil, que também trabalhava nessa época com Padre Lebret na SAGMACS. Mas é importante lembrar que a formação de Baltar se deu pelo estudo do planejamento inglês[115], e os fundamentos de planejamento que utilizava eram também conhecidos por Cole.

Segundo o Diário de Pernambuco, de 23 de Setembro de 1961, para elaboração do plano de desenvolvimento do Recife Metropolitano foi criada uma comissão com técnicos do Serviço de Planejamento da Prefeitura e da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife. Essa comissão foi assessorada pelo Consórcio de Planejamento e Empreendimento Ltda, que era representado nesse trabalho por Cole.

Já o Jornal do Comércio de Recife, de 22 de Setembro de 1961, informava que a supervisão geral do trabalho cabia a Paulo Vaz e Fernando Menezes, Antônio Bezerra Baltar, Harry Cole e Diógenes de Arruda.

Em 23 de Setembro de 61, em entrevista ao Jornal do Comércio pernambucano, Cole expôs o que entendia ser planejamento físico, que diferenciava do planejamento chamado de urbano, o que fazia do planejamento físico uma intervenção no território que chegava à região.

[115] Cf Trindade et al, 2006

Em sua definição Cole introduziu o conceito de planejamento abrangente, a necessidade do planejamento de toda a área do município e do planejamento regional, uma vez que entendia que o desenvolvimento da cidade era influenciado pelo desenvolvimento da rede urbana do entorno.

> O planejamento físico – explica – é o resultado das pesquisas efetuadas nos campos econômico, social, político, cultural e administrativo, situados nas quatro zonas de influência direta do município, que são, partindo do centro para a periferia: urbana, suburbana, ex-urbana e rural.
>
> A esse novo tipo de planejamento dá-se a denominação de "físico", ao invés de "urbano", dado o seu âmbito de atuação, cujos problemas, mesmo sentidos de forma abstrata, influem diretamente no "onde", que é a área metropolitana.

Nessa tentativa de definir o que entendia por planejamento físico Cole usa os conceitos estabelecidos para o Plano da Grande Londres.

Figura 98 – Reunião da equipe do Plano de Desenvolvimento do Recife Metropolitano com Harry Cole no destaque

Fonte: Jornal do Comércio – 22/09/1961

Cole esteve envolvido com este trabalho entre 1961 e 63 e depois, até 64, foi consultor do Escritório da Área Metropolitana de Recife.

Durante esse período também desenvolveu um projeto urbanístico e arquitetônico para o Grupo Moreira Sales, um empreendimento turístico para a área de Soltróia, na região sul de Setúbal, em Portugal, do qual não conseguimos material para análise.

4.1 A militância em prol do planejamento territorial

No início dos anos 1960 o estado brasileiro passou por uma grande crise, com a renúncia de Jânio Quadros e a tumultuada posse de João Goulart, que só aconteceu duas semanas após a renúncia de Jânio.

A renúncia de Jânio leva à posse de Goulart, que era mais vinculado aos grupos progressistas, mas seu governo sofreu de vários males, entre eles uma política de conciliação com o imperialismo norte-americano e, ao mesmo tempo, uma tolerância com as reivindicações populares, o que acaba por desestabilizá-lo.

Na cidade do Rio de Janeiro, que perdera a condição de capital do país e vira surgir o Estado da Guanabara, a oposição a sua posse foi ferrenha, principalmente por parte do primeiro governador, Carlos Lacerda, que "usou de meios ilegais para ampliar o clima de confusão, apreendendo jornais, censurando outros, mandando prender e espancar defensores de Goulart". (CALDEIRA et al, 1997)

> "O Sr. João Goulart é um leviano que nunca estudou – e não estudou porque não quis, não é porque não pôde. E agora, no Governo do País, queria levar-nos ao comunismo."
>
> Explicando que discordara da investidura do Sr. João Goulart na Presidência da República, mas terminara aceitando-a, disse o Governador Lacerda: "Eu o conhecia bem. Mas, como bom democrata, submeti-me à vontade da maioria, quando entrou em vigor a fórmula do Parlamentarismo. Mas o Sr. João Goulart não queria governar. Adulava, de dia, os trabalhadores que condenava ao desemprego, de noite. O Sr. João Goulart jurou fidelidade ao Parlamentarismo, para logo em seguida impôs o plebiscito, e todo o povo votou. Eu não votei porque achava que o plebiscito era uma palhaçada, e repito que era". (REVISTA O CRUZEIRO, 1964)

O Rio via crescer suas favelas nesse começo da década, quando a população favelada cresce a uma taxa de 7% e a da cidade a 3,3%, e em 1960 a população favelada já era 11% da população da cidade (REZENDE, 1982). Essa situação levou à mobilização dos arquitetos cariocas.

Em Agosto de 1961 o IAB/Guanabara publicava o primeiro número da Revista Arquitetura[116], que foi nos anos 60 a voz dos arquitetos cariocas e de certa forma também de arquitetos de outros estados. A partir do seu segundo número a revista começa a fazer uma campanha pelo planejamento urbano e por uma política habitacional, que levou à realização do Seminário da Reforma Urbana, também conhecido como Seminário do Quitandinha, em Julho de 1963.

Era presidente do IAB Guanabara nessa época Maurício Roberto, e Cole freqüentava de forma descontínua o IAB, mas foi membro do Conselho, colegiado que amparava as decisões da diretoria.

O apoio ao governo Goulart e o confronto com as forças conservadoras, entre elas Lacerda, era já corrente no IAB/Guanabara, e a realização do Seminário sobre Habitação definiu uma postura progressista por parte dos arquitetos que estavam à frente do IAB/Guanabara e do IAB/São Paulo.

Entre eles estava Alexander Nicolaeff, conhecido somente como Alex, que trabalhou com Cole anos mais tarde, e que foi nesse período um dos responsáveis pela publicação da Revista Arquitetura.

O IAB organizou o seminário "Habitação e Reforma Urbana: o Homem, sua Casa, sua Cidade", que foi um marco muito importante desse período.

---

[116] O nome inicial da revista foi Guanabara,mas já em 62 foi adotado o nome de Arquitetura com o qual se manteve até parar de ser publicada em 1968.

Preparado pelos Departamentos de São Paulo e da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil, o evento foi apoiado pelo IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

O seminário teve duas etapas, a primeira aconteceu no Rio no Hotel Quitandinha.

A relatoria final da primeira etapa coube ao arquiteto Jorge Wilheim, ao advogado Clóvis Garcia e ao economista Vinicius Fonseca.

Os resultados foram levados para a 2ª Etapa do Seminário que se realizou em São Paulo, então com participação aberta a todos os interessados.

O número de participantes nas duas fases chegou a quase 200, com a presença de arquitetos (a maioria), sociólogos, economistas, assistentes sociais, engenheiros, deputados, advogados, médicos e líderes estudantis e sindicais.

> As propostas provenientes do SHRU foram uma síntese das discussões promovidas pelas instituições e segmentos progressistas da sociedade, sendo representativas da pauta dos arquitetos e de alguns setores do Estado naqueles anos. A presença governamental foi visível já na solenidade de abertura do evento, com o discurso de Clidenor de Freitas, presidente do IPASE - órgão que apoiou o evento e a leitura de mensagens do presidente da República João Goulart e do presidente ao Congresso Nacional, que destacaram a gravidade dos problemas da habitação e do planejamento urbano no país. O apoio do Estado demonstrou a proximidade entre o poder público e os arquitetos, categoria majoritária no Seminário, que contou ainda com a participação de outros profissionais como engenheiros, assistentes sociais e economistas. Deve-se destacar, entretanto, que o governo não assumiu integralmente as conclusões do seminário, embora das suas propostas tenha resultado um anteprojeto-de-lei apresentado pelo deputado Floriceno Paixão ao Congresso Nacional. (projeto de lei 87 de 1963) (BONDUKI e KOURY, 2007, p. 5/6)

Ainda que se tentasse evitar um caráter político-partidário ao seminário, Nicolaeff (2007) nos disse que ele foi patrocinado pelo Governo de João Goulart e que nele houve uma forte presença de profissionais ligados ao Partido Comunista.

Com os relatórios parciais debatidos, modificados e aprovados, o relatório final foi escrito após a reunião em São Paulo, por uma comissão formada pelos arquitetos Alberto Xavier (IAB/RS), Joaquim Guedes (IAB/SP) Maurício Nogueira Batista (IAB/GB) e pelo economista Vinicius Fonseca

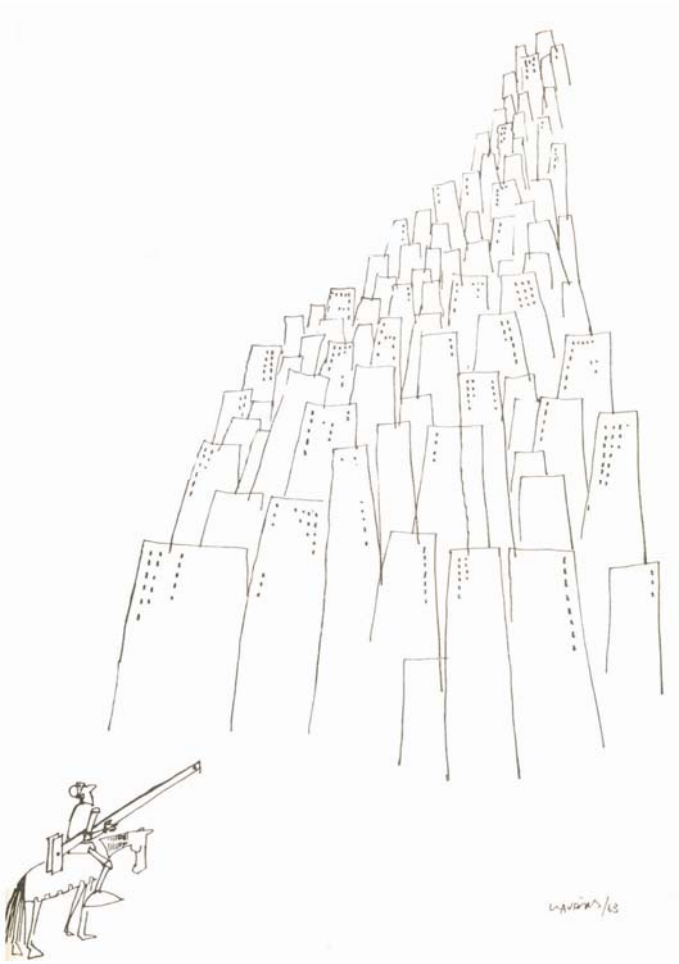


Figura 99 – Charge sobre a luta dos arquitetos

Fonte: Revista Arquitetura, 1963

Consideramos que a criação do BNH e do SERFHAU foram respostas do Governo Militar de 64 às decisões desse seminário.

Nicolaeff (2007) concorda com essa posição, mas considera que a criação do BNH e do SERFHAU foi uma resposta a toda uma discussão sobre planejamento e cidade, que se iniciou no IAB ainda no começo dos anos 1960, e que houve assim uma tentativa de cooptação dos arquitetos.

Cole não participou do Seminário de Habitação, apesar da discussão abranger a questão urbana, considerada como essencial ao estabelecimento de uma política habitacional. Já estava nesse período um pouco afastado do IAB, pois discordava das posições mais à esquerda que este ia tomando. (SÔNIA COLE, 2007)

Em relação à concepção de cidade no início dos anos 1960, enquanto que no Brasil as prescrições da Carta de Atenas eram ainda enfatizadas e difundidas através de Brasília e de seus admiradores, o panorama internacional já apontava para novos tempos, e a crítica ao urbanismo moderno funcionalista dava os seus primeiros passos.

Na América do Norte, o texto mais emblemático dessa crítica foi o livro escrito pela jornalista Jane Jacobs, "The Death and Life of Great American Cities"[117] publicado em 1961 em Nova York.

Nele Jane Jacobs critica duramente as políticas públicas modernistas, principalmente aquelas que eram implantadas por Robert Moses[118], arquiteto da Prefeitura de Nova York, e denominadas de renovação urbana (urban renewal), que destruíram comunidades e levaram ao abandono e à degradação de áreas marginais ao sistema viário de grande porte implantado por ele, como foi o caso do Bairro do Bronx. (BERMAN, 1986)

Nessa nova postura em relação à intervenção nas cidades, que a partir de então encontraria mais e mais adeptos nos Estados Unidos, Jacobs argumentava que o urbanismo modernista rejeitava a cidade porque rejeitava o direito dos habitantes de viver em comunidade e que, ao contrário do que pregava a Carta de Atenas, a cidade se caracterizava pela complexidade de atividades que nela eram desenvolvidas e pelo caos, somente aparente, que uma mistura de usos gerava.

Em 1960 ainda foi publicado o trabalho do então já famoso crítico de arquitetura e urbanismo Lewis Mumford, "The City in History"[119], também em Nova York.

Trecho do seu livro anterior "A Cultura das Cidades" foi publicado com o título de "Planejamento Regional: uma nova tarefa" na revista Arquitetura, do IAB Guanabara em 1961.

Nesse trecho Mumford faz a defesa do planejamento regional e expõe a metodologia para a realização deste planejamento. Ela consta do "levantamento" com uma abordagem abrangente mas que inclui o levantamento topográfico e a representação gráfica dos dados levantados "por meio de mapas, tabelas estatísticas e fotografias", um "resumo crítico das necessidades e atividades em termos de ideais e propósitos sociais", avaliação e escolha, reconstrução e projeção do que foi imaginado que é o plano.

No texto ainda ele faz a defesa de que o planejamento seja feito com uma equipe multidiciplinar.

O debate que a Revista traz em 1961 é a do planejamento urbano e regional, da necessidade de um plano abrangente, o que acabaria sendo idealizado a partir da metade da década Era afastada completamente a idéia de que um plano como o de Brasília pudesse dar conta dos problemas que envolviam uma cidade, existente ou projetada.

Na Europa, e em particular na Inglaterra, a revisão do Movimento Moderno já se iniciara alguns anos antes, com a atuação dos Smithsons e com a criação do Team X, que organizou o 10º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM em 1956. Em 1959 aconteceu o último CIAM, e os jovens arquitetos já procuravam novos rumos.

---

[117] O livro foi publicado no Brasil pela Editora Martins Fontes em 2000, com o título de Morte e Vida de Grandes Cidades.

[118] Robert Moses esteve divulgando suas idéias no Brasil após sair da Prefeitura de Nova York, e assessorou a Prefeitura de São Paulo, quando da elaboração do PUB – Plano Urbanístico Básico já no final da década de 60. Cole foi um dos consultores na elaboração desse plano.

[119] Publicado no Brasil pela Editora Martins Fontes em 1982 com o título de A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.

Esses novos rumos na Inglaterra, segundo Retto Jr. (2004) foram influenciados pela tradução em língua inglesa, pelos Collins, da obra integral de Camillo Sitte "Der Städtebau nach seinen Künstlerische Grundsätzen"[120], versão publicada em 1965.

> No campo dos estudos urbanísticos, a tradução de Der Städtebau pelos Collins participa de um momento de reavaliação do movimento moderno dos CIAM, que desmontaria, inclusive, afirmações de Le Corbusier e de Gideon sobre o texto de Sitte, visto como símbolo de um convencionalismo retrógrado e de passadismo, e que exprimia a nostalgia de um homem incapaz de compreender o próprio tempo e de reconhecer a revolução técnica e social que se colocava diante dos seus olhos.
>
> Do ponto de vista projetual coloca-se em crise o ideal de totalidade e universalidade do Plano que, em certa medida, alimentaria o debate da consolidação de um "salto de escala" na resolução da cidade. (RETTO JR, 2004)

E é no bojo desta revisão que a idéia de "towscape" – paisagem urbana – defendida por Gordon Cullen a partir da década de 1950, na revista The Architectural Review, ganha destaque. Por se aproximar da visão sitteana, o livro publicado em 1961 em Londres por Gordon Cullen, "The Concise Townscape"[121], representará outro grande manifesto para a revisão do urbanismo moderno. A mesma observação é feita por Pavesi (2007):

> Aqui, o papel de Gordon Cullen, que havia entrado como Diretor Artístico da revista [Architectural Review] em 1947 e havia colaborado com a edição Outrage em 1955, torna-se crucial ao defender a metodologia Townscape e seu conceito de "planejamento urbano como arte visual" ou, segundo Ian Nairn, "a arte que falta entre urbanismo e arquitetura". Durante o período de 1951 a 1960 Cullen viria a produzir uma série de artigos, esboços e imagens, posteriormente reunidos no livro Townscape em 1961, que mostravam a complexidade da paisagem urbana do ponto de vista do pedestre, além de manter as idéias desenvolvidas com Nairn, o livro e a concepção metodológica de Townscape refletem uma abordagem semelhante à de Frederick Gibberd que, com o livro Town Design publicado em 1954, se insere na tradição de Camillo Sitte, Raymond Unwin e Werner Hegemann e com esses estabelece uma continuidade, problematizando a tradição do civic design com as posições do Movimento Moderno. (p. 94)

Essa discussão dos novos rumos do urbanismo na Inglaterra, de que os livros citados são marcos, ainda que de fato respondessem a uma discussão que se iniciou na metade da década de 1950 e continuou na seguinte, estava presente no artigo de Nikolaus Pevsner – "A Arquitetura na Grã-Bretanha de hoje", publicado na Revista Arquitetura, de outubro de 1963. Nele Pevsner, em meio à crítica ao *new brutalism*, vai colocar o urbanismo como uma das principais contribuições da arquitetura inglesa daquele momento, por utilizar uma forma especial de composição dos volumes edificados, que se apóia na técnica de composição tradicional inglesa denominada de pinturesco.

> De que as fileiras e fileiras de quarteirões de casas orientadas para o ótimo, exatamente idênticas, com projetos identicamente ótimos, dos anos 1930 poderiam mesmo assumir aparência inumana, ninguém hoje nega e uma guinada para algo mais pessoal e, por variedade, mais agradável à vista, tinha de ser esperada.

[120] Publicado no Brasil pela Editora Ática em 1992 com o título de A Construção das Cidades segundo seus princípios artísticos.
[121] Publicado em língua portuguesa pela Edições 70 em 1983 com o título de Paisagem Urbana.

> Entretanto, sustento que não precisava vir em termos tão fantásticos, obstinados. A atual função da arquitetura britânica é a de ter desenvolvido outros termos, pelo menos tão humanamente atraentes, e certamente mais razoáveis, para satisfazer aos desejos modificados de público e arquitetos.
>
> O primeiro desses termos é o agrupamento, uma liberdade de agrupamento que torna desnecessárias improvisações com unidades individuais, uma vez que a variedade e o conseqüente interesse são produzidos pela relação de bloco para bloco. (PEVSNER, 1963)

Essa argumentação é a mesma do livro de Cullen, ainda que este não se atenha em nenhum momento aos aspectos teóricos dessa composição e sim aos seus exemplos práticos. O que se enfatiza em todos esses livros é a preocupação com o bairro, com parte da cidade, e não mais com o planejamento abrangente, abarcando toda a cidade.

Segundo Nicolaeff (1963), excetuando os artigos que eram traduzidos e publicados na Revista Arquitetura do IAB Guanabara, esses livros não chegavam a ser lidos ou discutidos pelos arquitetos cariocas envolvidos na discussão do planejamento. Isso se dava também devido ao fato de que, segundo ele, as pessoas sabiam mais francês do que inglês e assim os livros que tinham maior penetração eram os franceses.

A década de 60, portanto, viu o surgimento de um grande número de trabalhos teóricos que trazem uma concepção de cidade que já não é estritamente funcional, modernista. Todos estes livros deram elementos para que um movimento se iniciasse. Falamos do *urban design* e do urbanismo pós-modernista, que reviveram algumas preocupações do início do século no projeto da cidade, preocupações com as comunidades e seu patrimônio ambiental e cultural, e com a estética urbana na linha sitteana. Mas essa discussão não chegou ao Brasil na década de 1960. Não encontramos menção a isso nas revistas Acrópole, Arquitetura ou Módulo.

O único artigo que trata rapidamente do assunto expõe um outro de William L. Slayton, que constatava que seria necessário equipar os conjuntos habitacionais que vinham sendo construídos nos Estados Unidos com equipamentos comunitários, mas em nenhum momento são colocadas as críticas que já estavam sendo feitas às ações de renovação urbana. (BATISTA, 1963)

Mas o ideário cidade-jardim volta a ser discutido. A Revista Arquitetura publicou alguns de projetos urbanísticos de cidades novas onde repercute de forma acentuada esta concepção.

Por exemplo, em 1961 foi publicada uma matéria sobre a arquitetura finlandesa, ilustrada com o projeto da cidade-jardim Tapiola. Em 1963 foi escrita uma matéria sobre Attílio Correa Lima e são publicados seus projetos para a cidade operária da FNM e para a cidade de Goiânia. E finalmente em 1965 uma matéria escrita por Paulo Santos em homenagem a Marcelo Roberto que morrera naquele ano, publicou uma série de projetos urbanísticos do escritório MMM, todos com inspiração no ideário cidade-jardim.

Esta revista não faz, portanto, a defesa exclusiva da cidade funcional na publicação de planos urbanísticos. Por outro lado, os artigos sobre planejamento urbano, sobre como devem ser enfrentados os problemas das cidades existentes pelos urbanistas, sempre propõem que a "correção" siga os parâmetros advogados pela Carta de Atenas.

Mas uma nova visão urbanística se insinua, que é a do planejamento, do *town planning*, da intervenção do poder público no uso e ocupação do solo urbano. Visão que começa a ser divulgada

por aqueles que estudaram na Inglaterra, ou que estudaram planos emblemáticos, como o de Patrick Abercrombie para a Grande Londres. Cole será um difusor desses ensinamentos, militância que começa a fazer junto com o IAB e depois junto a seus clientes e amigos influentes.

Mas também os engenheiros se mobilizam pelo planejamento urbano. Em 1961 o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro organizou o II Congresso Brasileiro de Urbanismo, vinte anos depois da realização do primeiro. Seu regulamento geral dizia que a finalidade do congresso era procurar "as melhores soluções para os problemas de nossas cidades e suas respectivas regiões geográficas", colocando também na ordem do dia, no início da década, a discussão de cidades inseridas em suas regiões. A diretoria do comitê de organização do congresso conta com alguns nomes conhecidos, como José Octacílio de Saboya Ribeiro, José de Oliveira Reis e Antônio Bezerra Baltar. (REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA, 1961)

Mas Le Corbusier continuava a ter muito prestígio, a ser lido nas escolas e pelos profissionais, e em sua volta ao Brasil em 1962 foi homenageado pelos colegas. Nos números desse ano da Revista Arquitetura houve uma série de reportagens sobre o arquiteto.

Em dezembro Le Corbusier fez sua última viagem ao Brasil. Veio para conhecer o terreno para o qual elaboraria um projeto para a Embaixada da França, em Brasília, projeto que não foi construído.

Passou dez dias no Brasil, não fazendo pronunciamentos nem visitando obras arquitetônicas, a não ser as realizadas em Brasília, onde foi ciceroneado por Oscar Niemeyer.

No Rio vários eventos foram realizados para homenageá-lo. Houve um almoço no Museu de Arte Moderna de livre adesão, onde Gustavo Capanema (então deputado) fez uma saudação em nome dos presentes.

Houve também uma pequena reunião no restaurante "Esquilos" na Floresta da Tijuca, onde esteve presente somente a equipe que trabalhou no projeto do Ministério da Educação, excluindo-se Jorge Moreira que estava acamado.

E Roberto Burle Marx ofereceu-lhe um almoço em sua chácara em Sepetiba, onde compareceram arquitetos, intelectuais, jornalistas e artistas. (Cf IAB/Guanabara, 1963, revistas n.º 7 e 8)

A foto a seguir foi tirada durante esse almoço, e podemos ver que Cole está entre os participantes.

Figura 100 – Almoço na Chácara de Burle Marx – Harry Cole no destaque

Fonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil/RJ, 2001

Mas a preocupação de Cole no início da década de 1960 era divulgar o planejamento urbano como política pública, e foram nesses anos que ele começou sua trajetória como "vendedor" da idéia e da necessidade do planejamento urbano.

Algumas das idéias que Cole defenderá alguns anos mais tarde, trabalhando para a ditadura militar, já vinham sendo discutidas pelos arquitetos e pelo IAB-Guanabara desde o início da década. Uma delas é a concessão de financiamento público para que os municípios elaborem planos diretores, reivindicação que sai de um grupo de trabalho formado por integrantes do IAB e o Conselho Superior das Caixas Econômicas.

Outra é a necessidade de se ter um planejamento abrangente. Editorial da Revista Arquitetura de 1962 dizia que:

> Não se pode conceber arquitetura como algo separado do planejamento urbano – e este simplesmente não existe no Brasil. A maneira de se conceber o urbanismo neste país é a de traçar planos viários que contornam faixas destinadas à habitação e ao longo dessas vias erguer os muros de concreto armado que os exploradores de imóveis aproveitam até o último milímetro quadrado, usando capciosas interpretações de códigos obsoletos.

Nesse movimento ele se aproxima da universidade para fazer seu trabalho de "pregador". Em 1961, através do contato com Paulo Novaes (professor da PUC-RJ), participou da criação do CENDEPLAN – Centro de Estudos de Planejamento – da Pontifícia Universidade Católica, do qual foi coordenador geral entre 1961 e 1965.

Em 1963 escreveu o texto "Planejamento Físico e Estrutura da SUDENE"[122], que era a síntese de palestras que fizera para funcionários técnicos da SUDENE, a convite de Nailton Santos, então um diretor da Superintendência.

[122] Texto não publicado (acervo Sônia Cole)

Neste texto Cole defende que o "planejador físico" – atribuição específica do arquiteto ou engenheiro civil – tenha um papel no plano de acordo com a escala do mesmo. Assim no planejamento territorial onde o meio físico fosse abordado na escala 1:1.000.000 o planejador físico teria um papel meramente auxiliar. Quando a escala de trabalho do plano fosse 1:100.000, haveria a necessidade de planejadores físicos para pensar macro-zoneamentos e sistema viário. Agora numa escala de 1:10.000, de desenvolvimento de planos de massa, caberia ao planejador físico o papel de coordenação.

Nele Cole se refere também à escala 1:2.000 – que é a de projeto urbano, e para ele nesse caso a liderança caberia ao planejador físico em conjunto com o urbanista e arquiteto. Dessa forma, Cole separava claramente as atribuições do planejador geral das do planejador físico e das do arquiteto, e parece identificar assim uma separação conceitual entre planejamento e projeto urbano (ou urbanismo como passou a ser entendida então essa atividade projetual), separação a que já nos referimos no Capítulo I.

Essa separação começou a aparecer nos artigos da Revista Arquitetura somente em 1966, como é o caso do artigo de José Arthur Rios, "Reforma Urbana ou Planejamento das Cidades", onde ele faz uma separação entre planejamento global (integrado num sistema regional) e planejamento parcial (planejamento de novas cidades ou de ações de renovação urbana).

E pelo menos para alguns políticos, como Carlos Lacerda, parece que os arquitetos brasileiros só sabiam fazer "urbanismo" e não "planejamento urbano".

Na Guanabara, em meio a uma já iniciada campanha como candidato a presidente pela União Democrática Nacional-UDN, e como forma de se firmar como eficiente político em um momento em que o planejamento era visto como um importante instrumento no desenvolvimento das cidades, Lacerda contrata no final de 1963 o escritório técnico do engenheiro grego Constantinos Doxiadis para elaborar um Plano Diretor para o Estado da Guanabara.

Essa contratação causa um imenso desagrado nos arquitetos cariocas, que vêem sua competência técnica ser colocada sob suspeita. Contudo ela foi recomendada pelos arquitetos que então trabalhavam na Prefeitura do Rio de Janeiro, entre eles Hélio Modesto. (NICOLAEFF, 2007)

Mas a contratação de uma firma externa reafirma toda a ideologia que o governador Carlos Lacerda levou para seu governo, que segundo Rezende (1982):

> [...] se coloca dentro da mesma visão desenvolvimentista de adesão ao que vem do exterior, em detrimento dos valores nacionalistas, e provoca inúmeros protestos nos órgãos de classe dos profissionais ligados a planejamento urbano. (p. 53)

Em janeiro de 1964 o IAB fica sabendo da contratação, e já no dia 9 publica uma nota de repúdio.

É então formada uma Comissão no Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Guanabara para estudar o contrato e propor à diretoria as providências necessárias.

Após muita dificuldade em conseguir cópia do contrato, que só seria obtida com a interveniência de Jorge Moreira que era vice-presidente do IAB Nacional, no dia 21 de janeiro a Comissão passou a estudar o documento.

O relatório elaborado foi aprovado numa assembléia geral do IAB/Guanabara em 20 de fevereiro de 1964, e repudiava a celebração do contrato, coroando o processo de enfrentamento de Carlos Lacerda pelos arquitetos do Rio.

A Comissão tinha sido formada, entre outros, por João Ricardo Serran, Marcos Konder Netto, Maurício Nogueira Batista, Milton Ferfeman - os relatores, além de Cole, Alfredo Luiz Britto, Flávio Marinho Rego, Hircio Fêrmo de Miranda, Luis Paulo Fernandes Conde e Wit Olaf Prochnik.

Alguns aspectos do relatório são muito interessantes, pois eles informam que o contrato celebrado em 1964, último ano do Governo de Lacerda, tinha alguns serviços contratados que estavam previstos para serem realizados em 14 meses, além do mandato do governador.

Também o contrato previu que o relatório final fosse entregue em Março de 1965 e que poderia ser em inglês, o que mostra que houve autorização para que Doxiadis entregasse seu plano nessa língua. O relatório também criticava duramente o método de planejamento proposto, que só previa uma abordagem territorial, sem consulta à população.

Cobrava-se um planejamento mais abrangente, que verificasse aspectos sociais e econômicos, com propostas nesse sentido. (IAB/Guanabara, 1964)

O plano apresentado finalmente pela empresa de Doxiadis previu a remoção (erradicação como era então chamada) de favelas, o que gerou muitos protestos e revoltas durante o governo militar.

Lacerda no período de seu governo (1960-64) havia já procedido a uma série de remoções de moradores de favelas da zona sul para conjuntos habitacionais construídos por seu governo na zona oeste.

Foram removidas as favelas da Praia do Pinto (Leblon), a da Catacumba (situada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas), do Esqueleto (Tijuca) e a do Morro do Pasmado (Copacabana). Os moradores, cerca de 40 mil pessoas, foram para conjuntos habitacionais como o Vila Kennedy (em Senador Camará), Vila Aliança (em Bangu) e Cidade de Deus (em Jacarepaguá).

Era coordenador do Serviço Social de seu governo o sociólogo José Arthur Rios (GAY, 1994). Rios foi um profissional conceituado e que também propunha a realização de planos abrangentes para resolver os problemas urbanos. Alguns anos mais tarde ele participou do programa Fellowship da Fundação Eisenhower, uma viagem de estudos aos Estados Unidos, e foi quem indicou Cole em 1966 para participar do programa. (ver Capítulo VI)

Em fevereiro de 1964 os arquitetos já tinham uma visão do que era planejar cidades e como isso deveria ser feito. Isso é percebido pela leitura dos vários números da Revista Arquitetura. Mas também já se colocava que se o problema das cidades era a falta de planejamento, mais grave era a omissão de seus governantes. O planejamento do uso do solo, a intervenção no mercado fundiário, passava para a linha de frente da militância dos arquitetos.

Esse planejamento urbano como política pública foi encampado pelo regime que se instalou em 1964 e no governo a trincheira da luta por sua efetivação foi o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral.

No final de 64 Cole foi convidado por Roberto Campos para integrar sua equipe no Ministério de Planejamento. Ao aceitar, Cole inaugurou uma nova trajetória em sua carreira, a de responsável pela implementação de um ambicioso projeto de planejamento local.

Ao mesmo tempo em que tinha a possibilidade de tentar implantar sua visão de planejamento, ao se unir ao governo passou a militar no campo conservador e começou uma trajetória que o colocou como apoiador desse grupo, ainda que seu discurso técnico fosse modernizador e progressista.

Como pode um homem que trabalhou no Recife na gestão de Miguel Arraes, militou junto com colegas do IAB contra Carlos Lacerda, abraçar a idéia de implantar um programa de planejamento local em um governo que resultou de um golpe militar?

Não acreditamos que isso foi oportunismo, mas sim a crença de que o planejamento era uma atividade técnica, que sua racionalidade era técnica e não política, e isso levou Cole a agarrar a oportunidade de trabalhar de um extremo a outro do arco político, pois como todos os profissionais que militaram no planejamento na década de 1960 e 70, Harry Cole tinha certeza que somente bons propósitos técnicos envolviam a concepção e a implementação do planejamento.

5. Bibliografia citada neste capítulo

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de – *A Construção Historiográfica da Cidade e do Urbanismo Moderno no Brasil*: o caso das Cidades Novas Planejadas. In PINHEIRO, Eloisa Petti e GOMES, Marcos Aurélio A. de Filgueiras – A cidade como História: Os Arquitetos e a Historiografia da Cidade e do Urbanismo. Salvador: Ed UFBa, 2005.

ANDRADE, Carlos Roberto M. de – Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1998. (tese de doutoramento)

BATISTA, Maurício Nogueira – *O Sentido da Renovação Urbana nos E.U.A.*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n.º 11, Maio de 1963, p. 38/39.

BERMAN, Marshall – Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BONDUKI, Nabil e KOURY, Ana Paula – *Das reformas de Base ao BNH*: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. In Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém: ANPUR, 2007.

BULLOCK, Nicholas – Building the Post-War World: Modern Architecture and Reconstruction in Britain. Londres, Nova York: Routledge, 2002.

CALDEIRA, Jorge et al – Viagem pela História do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARDOSO, Adauto Lúcio – Construindo a Utopia: Urbanismo e Modernidade no Brasil. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1988. (dissertação de mestrado)

COLE, Harry – *Nova Cidade Santo Antônio*. In Revista Arquitetura e Engenharia. Rio de Janeiro: AnoXI, n.º 60, Março/Maio de 1961.

COLE, Harry – Planejamento Físico e Estrutura da SUDENE. Rio de Janeiro: mimeo, 1963. (acervo pessoal de Sônia Cole)

COSTA, Lucio – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1988. 20 p.

COSTA, Lucio – Plano Lucio Costa. Brasília: Museu Histórico de Brasília, 1957.

COSTA, Maria Elisa – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991. 24 p.

COUTO, Ronaldo Costa – Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001. (Coleção Metrópoles)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO – Recife/Pernambuco: 23/09/1961 (matéria Plano Diretor do Recife será elaborado: PMP cria G. T.)

ESTEVES, Nauro Jorge – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 40 p.

FICHER, Sylvia et al – Blocos Residenciais das Superquadras do Plano Piloto de Brasília. Brasília: 2003. 30 p. (cópia digital)

FREYRE, Gilberto – Brasis, Brasil e Brasília. Rio de Janeiro: Graf. Record Ed., 1968.

GUIMARÃES FILHO, Augusto – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 33 p.

HOLFORD, William – *Impressões de Sir William Holford sobre o Projeto Lucio Costa para Brasília*. In INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – Leituras de Planejamento e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

HOLFORD, William – *Problemas e Perspectivas de Brasília*. In Revista Módulo. Rio de Janeiro: Abril de 1960, V. 3, n.º 17, p. 2/3.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – IAB 80 Anos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IAB/Dep. RJ, 2001.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – *Le Corbusier*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara. Janeiro de 1963, n.º 7, p.9/12.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA –*Le Corbusier no Brasil*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara. Fevereiro de 1963, n.º 8, p.7/18

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – Relatório. Rio de Janeiro: mimeo, 1964. (cópia existente nos arquivos de Harry Cole, acervo Sônia Cole)

JORNAL DO COMÉRCIO – Recife/Pernambuco: 23/09/1961 (matéria Cidade-Campo é coisa viva e deve assim ser encarada por técnicos)

JORNAL DO COMÉRCIO - 2 – Recife/Pernambuco: 22/09/1961 (matéria Grupos de Trabalho (12) Preparam Plano do Recife Metropolitano)

NASSER, David – *Rio, perdoa o ingrato*. In Revista O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 7 de Maio de 1960. (em www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro

NOVACAP – Brasília – Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Vários números, de 1957 a 1964. Rio de Janeiro: NovaCap.

PAVESI, Lorenza – *Contra-ataque à Subtopia, Ian Nairn e os caminhos do urbanismo inglês*. In Revista Risco. São Carlos, SP: EESCUSP, n.º 6, 2007. (edição eletrônica em http://www.eesc.usp.br/sap/revista_risco/)

PEVSNER, Nikolaus – *A Arquitetura na Grã-Bretanha de Hoje*. In IAB/GUANABARA – Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n.º 16, Outubro de 1963, p. 23/24.

PORTO, Sérgio – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 45 p.

RETTO JÚNIOR, Adalberto da Silva – Christiane Crasemann Collins e trajetórias transatlânticas. Texto disponível em http://www.vitruvius.com.br/entrevista/collins/collins.asp, divulgado em 2004. (consulta em Agosto de 2007)

REVISTA ARQUITETURA – charge. Rio de Janeiro: IAB-RJ. N.º 12, junho de 1963.

REVISTA ARQUITETURA – Dois Fatos. Rio de Janeiro: n.º 20, Fevereiro de 1964, p. 2.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA – II Congresso de Urbanismo. Rio de Janeiro: mês 8, 1961, n.º 300.

REVISTA O CRUZEIRO – Matéria entrevistando Carlos Lacerda em 10 de Abril de 1964. Rio de Janeiro. (em www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro)

REVISTA O CRUZEIRO – matéria O futuro já tem capital. Rio de Janeiro: 7 de Maio de 1960. (em www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro)

REZENDE, Vera F. – Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SEGAWA, Hugo – Arquiteturas no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.

TAVARES, Jeferson – 50 anos do concurso para Brasília – um breve histórico. (arquivo eletrônico consultado em Agosto de 2007 e publicado no sítio http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp425.asp).

TRINDADE, Isabella Leite et al – *A cidade como objeto de investigação e de aplicação de teorias:* Uma leitura das referências teóricas de Patrick Abercrombie no Plano Regional de Antônio Bezerra Baltar para o Recife. In Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: 2006, cópia digital, 18 p.

ZETTEL, Jayme – Depoimentos – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 46 p.

Entrevistas

1. Alexandre Nicolaeff – entrevistado no Rio de Janeiro em 26/11/2007
2. Jayme Zettel – entrevistado no Rio de Janeiro em 28/11/2007
3. Sônia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 10/11/2006, em 2007 e em 02/10/2008.

Capítulo VI

Planejamento Urbano como ação do Estado – a luta por sua institucionalização

(1964 -1969)

"A tarefa de planejar no Brasil, por tradição, sempre esteve ligada aos organismos estatais burocráticos. Sem dúvida, essa tarefa épor sua própria natureza, predominantemente oficial. Entretanto, devido ao que chamamos de 'colonialismo recessivo psicológico",a estrutura das decisões oficiais está presa a um excessivo grau de centralização, por parte dos poderes públicos,e carece da devida auscultação dos anseios e desejos populares."

Harry Cole, 1967

Sumário do Capítulo VI

5. Os tecnocratas ganham poder no Ministério do Planejamento
1.3 O ministro Roberto Campos
1.4 A ida de Harry Cole para o Ministério
6. O trabalho no Ministério do Planejamento e a viagem aos Estados Unidos
2.4. A Política de Desenvolvimento da Região Amazônica
2.5. A formação de um núcleo de planejadores territoriais no Ministério
2.6. A viagem de estudos aos Estados Unidos
7. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
3.4 O Setor de Desenvolvimento Urbano
3.5 Lísia Bernardes, Michel Rocheford e as redes urbanas
3.6 O plano de desenvolvimento integrado
3.6.1 O Desenvolvimento Regional e Urbano no Plano Decenal
8. O incentivo ao planejamento local
7.1 A reformulação do SERFHAU
7.1.1 O decreto de reformulação do SERFHAU
7.1.2 O funcionamento do SERFHAU em 1967 e 68
7.2 O plano local de desenvolvimento integrado
7.3 O Fundo de Financiamento a Planos de Desenvolvimento Integrado – FIPLAN
7.4 O estudo das regiões metropolitanas
7.5 O papel de Harry Cole na implementação do planejamento integrado
8 Algumas bases no desenvolvimento da idéia de planejamento urbano e regional no Brasil
8.1 A divulgação do planejamento integrado
8.2 Os cursos e seminários promovidos pelo SERFHAU
8.3 O convênio com a Universidade de Edimburgo e a gênese da implantação do curso de pós-graduação em planejamento urbano e local no COPPE – UFRJ
9 Outras atividades
10 Bibliografia citada neste capítulo

1. Os tecnocratas ganham poder no Ministério do Planejamento

Em 1964, no dia 1º de Abril, o Brasil assistiu a mais um golpe militar. Começava nesse dia um dos períodos mais negros de nossa história.

Apoiado pelas elites econômicas, pela classe média conservadora e por organizações díspares, como a Igreja e a CIA, o golpe militar deveria ter vindo para instaurar o "processo democrático", ameaçado, segundo esses apoiadores, pelos movimentos de esquerda e por trabalhadores. Esta ameaça, segundo eles, era um golpe de Jango Goulart nas futuras eleições presidenciais (que ocorreriam em 65) e a conseqüente instalação da "república sindicalista".

O Governo Goulart tentou a todo custo sustentar uma política de alianças que juntava pessoas de todo o espectro político, algo que já era prática política desde a redemocratização do país em 1945.

> De início, assinale-se que a composição do primeiro ministério presidencialista de Goulart revelaria de forma muito expressiva as ambigüidades, as limitações e o estilo conciliador que predominariam durante todo o governo. No Ministério encontravam-se políticos conservadores do PSD, petebistas "fisiológicos" e "nacionalistas" e militares dos setores "duros". O Ministério era, assim, a expressão dos difíceis compromissos assumidos por Goulart para tomar posse: conciliar nacionalistas radicais e setores conservadores além de reformistas, anti-reformistas e simpatizantes socialistas. (TOLEDO, 2004, p. 16)

Para Toledo (2004) existia um forte consenso entre liberais e conservadores sobre o que significava o Governo de Jango Goulart, e estes enfatizam seus aspectos negativos, como "crise de autoridade", "caos administrativo", inflação descontrolada e recessão econômica, por exemplo.

Essa elite previa uma breve passagem dos militares pelo poder e a realização de eleições livres em 65, mas com o expurgo dos partidos da esquerda. (GASPARI, 2002 e DREIFUSS, 1981)

O que ocorreu, como sabemos, foi diverso. O primeiro governo, do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, estendeu-se até 1967, e em 27 de Outubro de 1965, a promulgação do Ato Institucional n.º 2, que extinguiu os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para presidentes e governadores, eliminou o sonho dessas elites de rapidamente colocarem um representante civil na presidência. A ditadura estava instalada.

A eleição do General Arthur da Costa e Silva, e sua posse em 67, permitiu o aumento do poder dos militares mais conservadores (a linha dura), grupo que se afirmou completamente com a posse do terceiro presidente militar, o General Emílio Garrastazu Médici.

1.1 O ministro Roberto Campos

Roberto Campos, como economista liberal, aproximava-se ideologicamente da direita brasileira, em especial dos empresários urbanos, como os industriais brasileiros, que viam com bons olhos a manutenção de uma boa relação com os Estados Unidos.

Essa aproximação fez com que fosse convidado para dar palestras no IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, instituto de debate e formação política da elite conservadora do país, que por sua vez tinha aproximações com os militares.

Foi através do IPES que acabou sendo indicado como Ministro Extraordinário do Planejamento e da Coordenação Geral no Governo Castello Branco.

Quando Castello Branco o chamou para assumir o Ministério de Planejamento ficou surpreso, porque não conhecia o Marechal, e acreditava ser dele conhecido, somente pelas várias conferências que havia feito na Escola Superior de Guerra, órgão de formação política dos militares brasileiros.

Soube então que seu nome tinha sido indicado por pessoas próximas:

> Meu nome figurava, outrossim, numa lista preparada por Jorge de Mello Flores, coordenador do IPES em assuntos legislativos para um dos três ministérios – Relações Exteriores, Fazenda ou Planejamento (a ser criado). (CAMPOS, 1994, p.559)

Ao longo de sua carreira Roberto Campos foi estabelecendo vínculos com profissionais de destaque. De alguns se tornou grande amigo, como é o caso de Eugênio Gudin, Ari Torres, Lucas Lopes, Mário da Silva Pinto, Walther Moreira Salles, San Tiago Dantas, etc.

No Governo Vargas, quando foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, foi colocado em sua presidência Ari Torres, que fundara o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Os conselheiros técnicos eram o geólogo Glycon de Paiva, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral e o engenheiro ferroviário Lucas Lopes, que foi posteriormente um dos fundadores da CEMIG – Companhia Elétrica de Minas Gerais.

Essa Comissão, instalada oficialmente em Julho de 1951, foi responsável pelo desenvolvimento de um plano econômico para o Brasil, a ser financiado com recursos do Banco Mundial. Uma de suas recomendações foi a criação do BNDE, que uma vez criado em 1952, teve em suas diretorias tanto Glycon de Paiva (diretoria técnica) como Roberto Campos (diretoria econômica).

Campos e Paiva se conheceram e se tornaram muito amigos desde o trabalho na Comissão Brasil-Estados Unidos.

Campos (1994) também credita à Paiva sua indicação para assumir o Ministério do Planejamento no governo Castello Branco:

> Soube depois que, nas consultas para a formação do ministério, havia opinado meu velho amigo, o geólogo Glycon de Paiva, que a esse tempo havia se tornado uma figura importante no IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, trabalhando em estreita colaboração com o general Golbery do Couto e Silva. (p.559)

Glycon de Paiva, geólogo, como diretor do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral foi um dos responsáveis pelo trabalho técnico desse departamento que confirmou a existência de lençol

de petróleo no Recôncavo Baiano, e que gerou a campanha "O Petróleo é Nosso" e a criação da Petrobrás, ainda que Paiva não tenha participado dessa campanha. (CAMPOS, 1994)

Paiva tinha idéias semelhantes às de Roberto Campos, e quando o BNDE começou a financiar as empresas públicas criadas por Getúlio Vargas, os dois renunciaram ao cargo que tinham no BNDE. No governo Kubitscheck Paiva foi convidado por Eugênio Gudin, então ministro da Fazenda, a assumir a presidência do BNDE. Ele chamou Roberto Campos para ser Diretor-superintendente do Banco.

Glycon de Paiva foi um dos fundadores do IPES Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, juntamente com José Garrido Torres, os empresários Augusto Trajano Azevedo Antunes e Gilberto Huber Filho. Também foi fundador Paulo Ayres Filho, que além de empresário tinha sido diretor do Banco do Brasil no governo Jânio Quadros, e que era conhecido como "dedicado anti-comunista" (DREIFUSS, 1981)

Golbery desde o início dos anos 60 também fazia parte dessa organização, cujo objetivo declarado era discutir alternativas às propostas do Governo Goulart, e que para isso desenvolveu proposições de políticas, de programas e de legislação no encaminhamento de várias questões. (Cf em CAMPOS, 1994)

Dreifuss (1981) vincula o IPES a uma atuação política dos Estados Unidos no Brasil nos anos 1960. Segundo esse autor, os líderes do IPES eram os contatos que no Brasil tinham o Committee for Economic Development – CED e a American Economic Foundation – AEF.

Em termos ideológicos havia um consenso entre os membros do IPES em relação a algumas posturas de política econômica, que eram diminuir a intervenção do Estado na Economia, restringir a atuação de empresas públicas, incentivar a entrada de capital e de empresas estrangeiras no país. Era uma posição fortemente liberal.

Glycon de Paiva chegou a ser um dos diretores do IPES. Através dessa entidade Paiva se mantinha próximo da elite econômica brasileira e de parte do poder político do país. E pela confluência de idéias que tinha com Golbery do Couto e Silva, que teve grande ascendência sobre Castello Branco e o ajudou a formar o ministério, pôde indicar Campos para assumir o Planejamento.

Em 19 de Abril de 1964, um domingo, Castello Branco chamou-o à Brasília e lhe fez o convite para assumir o Ministério Extraordinário de Planejamento que seria criado. No dia seguinte ele tomava posse.

Após a posse de Campos, um grande número de leis elaboradas em sua gestão foi inspirada no trabalho de formulação de legislação que o IPES desenvolvera durante a gestão de João Goulart. (CAMPOS, 1994)

1.2 A ida de Harry Cole para o Ministério

Como já dissemos no Capítulo anterior, Glycon de Paiva era sogro de Harry Cole, e temos que admitir que seus vínculos de amizade abriram muitas portas para Cole. Uma dessas portas foi o Ministério do Planejamento.

Campos acreditava em planejamento e Cole acreditava em planejamento urbano e regional, como sabemos. Campos era frontalmente contra o comunismo ou socialismo, e Cole também era. Ser convidado para levar suas idéias para o governo foi uma conseqüência natural.

O convite de Campos para que fosse seu assessor técnico no início de 1965 permitiu que ele levasse para o Ministério Extraordinário de Planejamento e Coordenação Econômica, suas preocupações com o Planejamento Urbano e Metropolitano.

Não podemos diminuir o papel que Paiva teve na vida profissional de Cole. Mesmo que não o indicasse para pessoas ou para trabalhos, as relações pessoais de Paiva o permitiam saber onde os trabalhos iam acontecer, ou lhe dar idéias para trabalhos.

Por exemplo, quando Juscelino designou José Sette Câmara como governador interino da Guanabara, no período de transferência da capital para Brasília, foi formado um grupo de trabalho para sugerir medidas compensatórias para o esvaziamento econômico da Guanabara, e nesse grupo além de Campos encontrava-se também Glycon de Paiva.

Entre as medidas sugeridas estava a criação da Zona Franca de Santa Cruz, para processamento de exportações. Essa sugestão não foi encaminhada pelos primeiros dois governadores da Guanabara, mas é interessante notar que um dos projetos de Harry Cole no final dos anos 1960 foi o desenvolvimento de um projeto para um distrito industrial em Santa Cruz.

E em 1967 Cole foi indicado por Arthur Reis, que trabalhava na área habitacional do Governo de Carlos Lacerda, para receber uma bolsa de estudos para os Estados Unidos. Arthur Reis era, como Paiva, membro do IPES.

Mas temos também que destacar que o meio intelectual do Rio de Janeiro nos anos 1960 era muito pequeno, a maioria das pessoas se conhecia e estabelecia relações profissionais e pessoais. Os arquitetos eram ainda poucos, e o IAB-Guanabara era o local de encontro de todos.

Foi nesse período que Cole se tornou conhecido no país como planejador e como divulgador do planejamento integrado.

E foram também nesses anos que a arquitetura e o urbanismo brasileiro perderam alguns de seus mais famosos representantes. Marcelo Roberto e Afonso Eduardo Reidy morreram em 1964. Em 65 foi a vez de Rino Levi, e em 66 morreu, na França, o Padre Louis Joseph Lebret, fundador do movimento Economia e Humanismo.

2. O trabalho no Ministério do Planejamento e a viagem aos Estados Unidos

Quando Cole chegou ao Ministério, Campos e sua equipe já haviam preparado o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, que definiu diretrizes para a política econômica do governo Castello Branco. Mas a publicação n.º 1 do EPEA, em sua 2ª edição de Maio de 1965, que publicou a Síntese do PAEG, trazia uma relação do pessoal locado no Ministério, e nela Harry Cole já constava entre os coordenadores de grupos setoriais.

Também já havia sido encaminhado o Decreto que criou o BNH e o SERFHAU, publicado em 21 de Agosto de 1964.

O Decreto elaborado pelo Ministério do Planejamento, de certa forma respondia a parte das reivindicações do Seminário de Habitação de 1963: a proposição de um Plano Nacional de Habitação, a criação de um órgão autônomo para gerir a política habitacional dispondo de recursos para esse fim e a criação de um órgão técnico para elaboração e acompanhamento da política.

Mas não respondia a uma das questões-chave[123] levantadas naquele seminário, que era a instituição de um órgão central de planejamento urbano e o estabelecimento de ações habitacionais que respondessem a planos diretores dos municípios. Essa questão só seria absorvida pelo novo governo em 1966, quando o SERFHAU foi reformulado.

No Ministério do Planejamento Roberto Campos tentou implantar um planejamento "compreensivo", que abordasse todas as questões-problema e que ajudasse o desenvolvimento de políticas públicas integradas. E nesta visão ampla de planejamento havia espaço para o planejamento territorial.

Sua visão do planejamento integrado era de uma ação que precisava ser desenvolvida por uma equipe multidisciplinar e com importação de *know-how*.

> Os arquitetos, por exemplo, imaginam que planejamento urbano integrado é um problema de arquitetura, e como temos um excedente exportável de arquitetos engenhosos, desnecessitaríamos qualquer infusão técnica. Acontece que planejamento urbano integrado é um complexo mosaico de técnicas – engenharia sanitária e de transportes, telecomunicações, economia locacional, logística industrial e abastecimento, sociologia comunitária, de cuja integração só há limitada experiência em Filadélfia, Pittsburgh, Roterdão (sic) e alhures, inexistindo qualquer inconveniente ou humilhação em importarmos as técnicas de que carecemos e exportarmos a que dominamos. (CAMPOS, 1968)

Enquanto Campos escrevia essas considerações, o SERFHAU lutava pela implantação do planejamento urbano integrado e convidava vários técnicos estrangeiros para darem palestras no Brasil. Mas esse assunto será tratado um pouco adiante.

2.1 A Política de Desenvolvimento da Região Amazônica

[123] A outra questão chave era o acesso à propriedade da terra, questão que não foi tratada pela ditadura ou pelos regimes democráticos que se seguiram, e que só vem sendo enfrentada nos três últimos governos.

O papel de Cole no Ministério era acompanhar políticas que se relacionassem ao planejamento territorial. Sua primeira tarefa foi participar da formulação da Política de Desenvolvimento da Região Amazônica – a "Operação Amazônia", como representante do MEPCG[124] no grupo de trabalho.

O grupo tinha como objetivo reformular os órgãos de planejamento e investimento da área (SPVEA, Banco da Amazônia), e essa Operação foi uma das prioridades de Castello Branco, uma vez que ele havia servido muitos anos na Amazônia.

O coordenador do grupo foi o chefe de gabinete de Roberto Campos, o engenheiro amazonense Arthur Soares Amorim, e além de Cole, o comandante Geraldo Maia do Ministério do Planejamento também integrava o grupo de trabalho. Também compuseram o grupo Nelson Ribeiro, pelo Banco da Amazônia, Luiz Carlos Andrade pelo MECOR[125] e o tenente coronel Moraes Rego, representando o gabinete do Presidente.

O grupo definiu os mecanismos e estrutura gerencial para a atuação federal na Amazônia, que foram integrados pelo Banco da Amazônia (que substituiu o Banco de Crédito da Amazônia), a Superintendência da Amazônia – SUDAM (que substituiu o SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e a Zona Franca de Manaus.

A SUDAM foi modelada similarmente à SUDENE, com a responsabilidade de administrar os incentivos fiscais e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FIDAM. A Zona Franca havia sido autorizada pela lei 3.173 de junho de 1957, mas não tinha sido implantada até 1966, quando a idéia foi retomada.

> O ponto culminante foi a assinatura do decreto-lei n.º 288, em fevereiro de 1967, que regulamentava a operação da Zona Franca e que fora precedido, em dezembro de 1966, da Primeira Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, em Manaus, organizada pelo governo federal e pelas Confederações Nacional da Indústria, Agricultura e Comércio, com a presença de Castello Branco (CAMPOS, 1994, p. 740)

Campos recomendou a seus subordinados que utilizassem o material já desenvolvido por ele em 1960, na regulamentação da Zona Franca da Guanabara, quando haviam sido estudadas várias experiências internacionais de instituição de zonas de livre comércio.

O papel que cabia a um arquiteto nesse grupo haveria de estar vinculado ao planejamento regional, tendo em vista o isolamento entre os núcleos urbanos e o inexpressivo meio de transporte entre eles.

Esses fatores levaram provavelmente a Zona Franca a não responder à idéia inicial de Campos. Ele diz que sua idéia é que a Zona Franca de Manaus se torne uma área de processamento para exportação voltada para o mercado externo, mas ela acabou voltada para o mercado interno.

Mas Cole não era o único arquiteto urbanista do Ministério. Em 1964 havia sido criado o EPEA – Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (que se transformou logo depois numa autarquia, o IPEA –

[124] Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Geral
[125] Ministério Extraordinário da Coordenação dos Organismos Regionais, que posteriormente se transformou no Ministério do Interior.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o planejamento de mais longo prazo já começava a ser pensado, o que resultou em 1967 no Plano Decenal. Para isso Campos atraiu para o Ministério vários planejadores e pesquisadores territoriais.

2.2 A formação de um núcleo de planejadores territoriais no Ministério

No Ministério, como assessores de Campos, eram dois arquitetos e um engenheiro: além de Cole, Luis Alfredo Stockler e Rubens de Mattos Pereira, respectivamente.

Stockler formou-se em 1962 no Mackenzie, e em seguida foi fazer um curso de mestrado em Planejamento Urbano na Universidade de Yale, em New Haven nos Estados Unidos. Lá ele conheceu João Paulo dos Reis Velloso, de quem ficou amigo.

Quando voltou ao Brasil em Junho de 1964, Velloso já era o coordenador do Plano Decenal no EPEA e o convidou para ir trabalhar na instituição. Nessa época a área de planejamento regional era chefiada por Rubens Mattos Pereira. (STOCKLER, 2007)

Pereira havia feito um curso de pós-graduação em *city planning* na Universidade da Califórnia. Entre 1956 e 1961 trabalhou no CEPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da Universidade de São Paulo, onde eram desenvolvidos planos diretores para municípios paulistas. De 1964 a 1968 esteve no IPEA e de 67 a 71 foi membro do Conselho do SERFHAU.

Campos criou nessa época o Conselho de Planejamento – CONSPLAN, e esses três profissionais assessoravam o órgão em planejamento urbano. Também, em 1967, foram para o EPEA geógrafos, como Lísia Bernardes.

Esse grupo de pessoas começou a desenvolver estudos sobre a rede urbana brasileira, sobre as áreas metropolitanas e sobre o planejamento local, idéias que posteriormente foram implementadas pelo SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Fortuna (1975) diz que em 1966 o processo de planejamento urbano no Brasil foi institucionalizado, mas já em 65 o Ministério desenvolvia uma série de ações para a criação de um "sistema de planejamento municipal integrado".

> Foi, entretanto, o surgimento em junho de 1965 do Setor de Planejamento Regional e Municipal, no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, que representou um passo marcante com vistas à inclusão do planejamento urbano no processo de desenvolvimento econômico do país. Posteriormente, o EPEA criou um serviço especializado, agregado a este Setor, para estudos de desenvolvimento urbano. Já em 1965 procurou-se incentivar a participação das Prefeituras mais dinâmicas, para a obtenção de financiamentos para planos de desenvolvimento local integrado, junto ao recém-criado Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), com base no documento "Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado", elaborado pelo Setor de Planejamento Regional e Municipal. (FORTUNA, 1975, p. 45/46)

Esses técnicos esperavam em 1966 que se implantasse uma política de desenvolvimento urbano, assunto de um artigo que Harry Cole publicou na Revista Arquitetura (1966).

Neste artigo Cole mostrava a evolução da população urbana no Brasil, apontando que se caminhava para um crescimento e concentração da população urbana e que era, portanto, necessário criar mecanismos para lidar com a "explosão urbana".

Para isso relacionava onze pontos para a formulação de diretrizes de uma política urbana. Entre esses pontos tínhamos:

1. Ser necessário criar uma secretaria especializada a nível ministerial para tratar dos assuntos urbanos e para coordenar um programa de desenvolvimento urbano nacional, e para que essa política se vincule à política mais ampla do planejamento nacional ela deve estar vinculada ao Ministério do Planejamento,
2. Ser necessário criar o interesse pelo planejamento integrado das regiões de apoio aos aglomerados urbanos. Vinculada a essa diretriz, diz ter sido elaborado um anteprojeto de lei de loteamento integrado pelo Ministério do Planejamento que propõe que quaisquer verbas, financiamento ou auxílios do Governo Federal só seriam liberados contra a apresentação de Planos Diretores Integrados ou pelo menos de diretrizes de Desenvolvimento Local,
3. Ser necessário vincular o problema habitacional à política de desenvolvimento urbano,
4. Ser necessário ampliar ou facilitar o pré-investimento no setor de desenvolvimento urbano, através do investimento maciço em planos de desenvolvimento urbano e local,
5. Ser necessário treinar pessoal técnico para atividade de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Integrado,
6. Ser necessário que o governo federal prepare normas, para informar os municípios e estados, sua intenção de ingressar numa fase ativa de planejamento para o desenvolvimento local, e para isso o Ministério do Planejamento estava em entendimentos com o BID para que esse apoiasse a realização de um "Roteiro do Planejamento Local Integrado" e um "Roteiro do Planejamento Integrado Estadual",
7. Ser necessário criar um sistema nacional de planejamento integrado nos níveis regional, estadual e local, sendo esse o objetivo da política em sua esfera administrativa.

Esses pontos foram a base para a política implantada pelo SERFHAU após a sua reestruturação em 1967. Mas a Secretaria a nível ministerial não foi criada, e podemos perceber que em 1966 já havia uma luta de poder para a definição de rumos para uma política urbana brasileira. O primeiro *round* foi parcialmente ganho por Campos, que conseguiu levar as idéias de seu Ministério para o SERFHAU, além colocar lá os arquitetos que o assessoravam.

2.3 A viagem de estudos aos Estados Unidos

Em 1966 Cole pediu afastamento do Ministério e viajou aos Estados Unidos onde ficou durante seis meses.

O programa de estudos foi patrocinado pela Fundação Eisenhower que propiciava a viagem para intelectuais de países em desenvolvimento. Podemos considerar que esse programa era parte do esforço americano em manter a intelectualidade brasileira culturalmente próxima dos Estados Unidos.

Os antigos participantes podiam indicar candidatos, e Cole foi indicado ao Programa por José Arthur Rios, a quem já nos referimos, sociólogo muito conhecido no meio profissional, principalmente entre aqueles que trabalhavam com a problemática da habitação popular, tendo vários artigos publicados na revista Arquitetura.

O bolsista propunha um roteiro de visitas, contatos e reuniões nos Estados Unidos e a Fundação fornecia os meios (carro e manutenção) e fazia os contatos.

Nessa viagem, que iniciou por Filadélfia, Cole visitou inúmeras cidades americanas, como Atlanta, Miami, Nova Orleans, Tampa, Houston, Utah, San Diego, Albuquerque, Talasie (onde esteve com Frank Lloyd Whight), Las Vegas, Los Angeles, São Francisco, Portland, Seattle, Nova York, Boston, Chicago, New Heaven, etc.

Falando dessa viagem, que também fez alguns anos mais tarde, Almir Fernandes (2005) nos disse que:

> Essa viagem era muito interessante. A minha viagem não deve ter sido muito diferente da do Harry, já que nossa preocupação era semelhante... e eu tinha sido indicado por ele que me deu uma série de indicações. Por acaso a programadora dele foi a minha programadora, era uma bolsa que cada programadora tinha uma meia dúzia de bolsistas, para programar a permanência nos Estados Unidos. A minha programadora foi a Dóris, que já morreu. Era uma viagem de observação e contatos. Eu fiz uma entrevista, era meados de 68, a bolsa na época atendia 40 pessoas de países diferentes do mundo inteiro, profissionais de uma certa faixa de idade, com uma certa posição. Através do correio você ia dizendo para o seu programador os seus focos de interesse, o que você queria ver nos Estados Unidos.
>
> Então, no caso, eu selecionei determinados cursos de Arquitetura e Planejamento Urbano, organizações de Planejamento Urbano e Metropolitano. Eram instituições de governo, instituições de ensino e pesquisa e determinados escritórios de arquitetura, como o escritório do Louis Khan. Ele era professor em Filadélfia. Quis também visitar alguns outros notáveis da época, inclusive até os grandes mestres, como Mies Van der Rohe. Isso em 1969, durante seis meses. Você saia dirigindo um carro pelo país inteiro de um lado para o outro. Eu não fiz nenhuma viagem de avião. Eu cheguei em Filadélfia, fiquei um pouco lá, em Princeton na área de graduação, peguei um carro quando só estava há um mês de Estados Unidos e só fui largar o carro quando terminou a bolsa. Cruzei o país duas vezes, de um lado para o outro. É uma viagem maravilhosa, porque você conhece pessoas muito interessantes, conhece experiências, na época trabalhos muito interessantes, tanto na Califórnia como na Costa Leste. Conheci a TVA – Tennessee Valley Authority, coisas assim. Você não tem idéia do que vai encontrar nos Estados Unidos. E os centros universitários, cada lugar que você vai nos Estados Unidos é excelente em alguma coisa, não é excelente em tudo, mas é excelente em alguma coisa. O que eu trouxe de informação e de conhecimento foi fabuloso. (2005)

A biblioteca da empresa privada que Cole criou em 1970 teve várias publicações, planos urbanos de cidades americanas desta época, como o Plano de Washington e Detroit (esse último também elaborado pelo escritório de Doxiadis), material que ele trouxe dessa viagem[126].

[126] Esses livros pertencem hoje ao acervo da biblioteca da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Possivelmente foi refletindo sobre os ensinamentos da viagem que, em 1967, Cole escreveu o artigo "Cidades Novas: um grande negócio nos Estados Unidos", publicado tanto na Revista Arquitetura como na Revista de Administração Municipal – RAM, do IBAM.

Esse artigo foi escrito a partir da leitura de outro, publicado na revista americana "New Republic", e abordava a participação da iniciativa privada na construção de cidades novas. Esse tema, a participação da iniciativa privada no planejamento urbano foi um assunto recorrente em seus artigos posteriores, mas já nesta época essa participação era discutida no IPEA.

Uma das questões levantadas pelo artigo é a sugestão de que o Congresso Americano votasse a criação de uma corporação público-privada com o objetivo de construir grandes áreas urbanas, idéia que acabaria sendo desenvolvida, inclusive aqui no Brasil, trinta anos mais tarde.

Mas o que de fato chamou a atenção de Cole foi a constatação de que a criação de uma cidade nova não estava vinculada a códigos e legislações urbanísticas pré-existentes, o que poderia facilitar a aplicação de novas tecnologias, além da pré-fabricação das moradias que se tornara econômica pela grande escala dos empreendimentos, barateando o custo das construções.

PENNA (2003) nos disse que, já nessa época, uma das grandes preocupações de Cole, e também dele, eram os custos da implantação de infra-estrutura em áreas ocupadas sem urbanização, o que ocorria inclusive com os primeiros conjuntos habitacionais financiados pelo BNH. Essa preocupação levou Cole a desenvolver alguns anos mais tarde a idéia do "Intraurbs", estudo que procurou comparar o custo unitário de construção de uma cidade nova com o custo unitário de urbanização de áreas ocupadas.

Foi sobre as experiências americanas que Cole passou a refletir a partir dessa época, ainda que a principal recomendação que abraçou nesses anos tenha sido o desenvolvimento do planejamento urbano como forma de tornar eficiente a intervenção do Estado nas cidades, e o planejamento como função do Estado era uma política muito mais inglesa que americana.

3. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Em 1967, de volta ao Brasil e ao Ministério do Planejamento, Cole assumiu o cargo de coordenador do Setor de Desenvolvimento Regional do EPEA – Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada.

O EPEA, criado em setembro de 1964, segundo Loureiro Durand (1997) teve suas origens na Associação Nacional de Programação Econômica e Social – ANPES, associação privada financiada por vários empresários e em cujo grupo diretor esteve Roberto Campos.

A idéia de se formar uma agência governamental de planejamento tinha sido motivo de várias discussões de Campos com dirigentes da Fundação Getúlio Vargas e altos funcionários do governo americano, como o diretor da USAID no Brasil, e a partir dessas reuniões decidiu-se que a USAID faria contato com universidades americanas para trazer professores para colaborar com o EPEA.

No que se refere aos vínculos institucionais com outras agências Loureiro Durand (1997) aponta que:

> Cabe destacar, ainda, no contexto inicial de constituição do EPEA, os intensos vínculos de trabalho estabelecido com organismos internacionais, ou seja, a chamada "invasão das missões estrangeiras", originárias de organismos como o OEA, FMI, do BIRD, BID, Eximbank, Secretaria do Tesouro americano, etc. (p. 109)

Os objetivos iniciais de sua criação não estavam bem claros, a não ser o fato de que não se queria uma instituição acadêmica. Aos poucos ele foi se transformando no órgão pensante dentro do governo, o que foi referendado com a reforma administrativa de 1967 realizada por Campos, que transformou o EPEA em Instituto. O IPEA pode ser visto como o órgão responsável pela institucionalização do planejamento governamental no Brasil. (LOUREIRO DURAND, 1997)

Lá foram formulados os planos da ditadura militar, o PAEG, o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, o Programa Estratégico de Desenvolvimento, o I Plano Nacional de Desenvolvimento, etc.

A reforma administrativa também trouxe o IBGE para o Ministério do Planejamento, e foi realizado um convênio entre o IBGE e o IPEA para a realização de análises regionais. Isso fez com que o geógrafo francês Michel Rocheford colaborasse para o desenvolvimento de diretrizes de planejamento regionais.

O IPEA realizou várias pesquisas que tinham rebatimentos na política de desenvolvimento urbano do governo. Entre elas uma pesquisa sobre um sistema de pólos nacionais de desenvolvimento, um estudo sobre áreas metropolitanas e um estudo sobre a política nacional de saneamento.

Também realizou vários cursos através do CENDEC, entre eles um curso de planejamento e análise de projetos. Além disso, o IPEA intercedia para a concessão de bolsas para cursos de pós-graduação no exterior, do qual participaram vários ex-alunos do CENDEC. Para o ano letivo de 1969/70 foram distribuídas sete bolsas de estudo oferecidas pela USAID para universidades de Chicago/Colúmbia e Califórnia/Berkeley. (IPEA - Relatório de Atividades, 1969)

O Instituto também manteve permanente contato e estreita colaboração com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU.

O IPEA teve grande projeção e influência nas políticas governamentais até o final dos anos 1970, quando a descrença generalizada no planejamento desprestigiou o conhecimento técnico ali acumulado.

3.1 O setor de desenvolvimento urbano

No final de 1964 o grupo de planejadores do IPEA (Victor da Silva Alves – o Secretário-Geral, João Paulo do Reis Velloso – coordenador técnico, Og Leme, Orlando Joseph Menezes, Rubens de Mattos Pereira e Vicente Unzer de Almeida) estabeleceu um programa de trabalho para 1965.

Este programa previu a implementação de um mecanismo permanente de planejamento, e para isso uma das medidas foi aumentar o número de técnicos no IPEA.

Também era proposta a elaboração de um plano de longo prazo (que se transformou no Plano Decenal), com a preparação de estudos específicos para um diagnóstico da situação que integrasse o planejamento regional com o planejamento nacional.

Para alcançar esses objetivos foram organizados dois tipos de grupo: um grupo de planejamento geral funcionando dentro do IPEA que ficou responsável pela estrutura geral do plano e pelo plano macro-econômico; e um grupo responsável por estudos específicos necessários ao desenvolvimento do plano. O grupo do planejamento geral preparou um esquema global para os programas setoriais, e os coordenadores dos grupos setoriais de assessoria ao Ministro ficaram encarregados de elaborar, juntamente com os ministérios afins, a programação setorial.

O coordenador do grupo setorial de planejamento regional e municipal do Ministério era Harry Cole, que passou a ser responsável pelo desenvolvimento do programa de planejamento físico. Com a presença de vários consultores americanos no IPEA, aos poucos Cole foi percebendo a importância das experiências americanas de planejamento urbano e regional, o que o levou a participar do programa da Fundação Eisenhower, a que já nos referimos.

Ao voltar e se reintegrar ao trabalho do Ministério em 1967, Cole assumiu a Coordenação do Setor de Desenvolvimento Urbano do IPEA.

Enquanto que como assessor do Ministério ele ficara encarregado de desenvolver os programas setoriais de planejamento urbano e regional, como coordenador do IPEA ele passa a acompanhar a produção dos conceitos que estabeleceram a política urbana e regional do governo Castello Branco (e de Costa e Silva, quando Cole leva essa experiência para o SERFHAU).

No período em que Cole assumiu o setor estavam sendo desenvolvidos no IPEA os seguintes trabalhos:

1. Diagnóstico e Propostas do setor para o Plano Decenal,

2. Estudo sobre os padrões de urbanização das cidades brasileiras, baseado na experiência de Juan Pablo Terra que desenvolveu em 1963 pesquisa semelhante no Uruguai,
3. Estudo de custos de urbanização, em conjunto com o Setor de Habitação e com o CENPHA – Centro de Pesquisas Habitacionais da PUC do RJ,
4. Avaliação das experiências nacionais de planejamento municipal, em conjunto com órgão de várias regiões,
5. Definição de hierarquia da rede urbana brasileira e caracterização das micro-regiões homogêneas, estudo que já havia sido iniciado em 1966.

Esses estudos fizeram com que duas propostas fossem assumidas pelo Plano Decenal, a criação de um Sistema Nacional de Planejamento Urbano Integrado, que articularia as várias experiências municipais e estaduais e serviria como grande base de dados sobre o planejamento, e a reivindicação da elaboração pelas municipalidades de planos de desenvolvimento integrado.

3.2 Lísia Bernardes, Michel Rocheford e as redes urbanas

Almeida (2004) ao discorrer sobre a influência do pensamento geográfico do IBGE no planejamento estatal brasileiro, diz que o pensamento geográfico no Brasil foi influenciado a partir de 1956 pelos geógrafos franceses, que vieram dar aulas em nossas universidades. Um deles foi Michel Rochefort que estava terminando sua tese de doutoramento sobre redes urbanas.

Em meados de 64, a partir da influência do geógrafo francês, a geografia brasileira caminhou para a valorização e predominância de estudos e pesquisas de Geografia Urbana, principalmente sobre redes urbanas e regionalização.

Rochefort desenvolveu uma grande amizade com o casal Nilo e Lísia Bernardes no IBGE nos anos 60, e foi no início dessa década que o trabalho de Lísia nesse órgão, também geógrafa, cresceu em importância. Lísia Bernardes também tinha sido presidente do Conselho Nacional de Geografia – CNG – onde adquiriu muita notoriedade.

Lísia foi convidada para trabalhar no EPEA em 1967 e será em parte devido a sua influência que foi levado para lá o enfoque regional desenvolvido no IBGE com a metodologia de Michel Rochefort.

> Os primeiros trabalhos que, de certa maneira, conduziram à necessidade de uma vinculação forte entre a Geografia e a Estatística foram os estudos de regionalização realizados no contexto da criação de um novo Sistema de Planejamento criado nos primeiros anos do Governo Castello Branco, o primeiro do ciclo militar, sob a organização dos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões.
>
> Esses estudos deveriam dar conta de uma nova divisão regional centrada em processos que tendiam a polarizar áreas em torno de atividades urbano-industriais. O exemplo mais importante do período foi a obra Subsídios à Regionalização, resultado de um convênio realizado entre o CNG e o EPEA (Escritório de Planejamento Econômico Aplicado, atual IPEA) para aplicação de um inquérito municipal que avaliaria a área de influência dos centros urbanos brasileiros. Este inquérito foi aplicado na rede de coleta do IBGE, isto é, eram os agentes estatísticos responsáveis pelas informações de seus municípios, que respondiam os quesitos qualitativos e quantitativos do questionário, que no caso específico do capítulo Centralidade

> (CORRÊA, 1968, p. 180)[127], avaliavam a estrutura de distribuição de produtos industriais através de sistemas de comércio atacadista e varejista e a oferta de serviços como o bancário, hospitalar e clínico especializado, educacional em nível médio e de divulgação de informações (atividades editoriais e de radiodifusão), conforme os estudos de Michel Rochefort e Jean Hautreux para a rede urbana da França. (ALMEIDA, 2004, p.414)

No desenvolvimento do pensamento geográfico regional o IBGE estabeleceu o conceito de regiões homogêneas, que foi apresentado no Seminário sobre Pólos de Desenvolvimento, realizado no Recife em 1966, que se amparava num estudo nacional para a identificação das micro-regiões e das regiões homogêneas brasileiras. (COLE, 1967)

> Na verdade, esta percepção do urbano datava de uns anos antes, pela via de análises regionais que foram sendo conduzidas pelo IBGE e pelo IPEA – que culminaram com a elaboração do modelo de regiões homogêneas feito pelo Departamento de Geografia do IBGE, e pelo de regiões funcionais urbanas, que embora também elaborado pelo Departamento de Geografia do IBGE baseava-se numa pesquisa especial feita em Convênio IBGE/IPEA, através de um questionário distribuído às agências de coleta do próprio IBGE. (FAISSOL, 1988)

A definição da hierarquia da rede urbana brasileira partiu de uma compilação dos estudos parciais existentes e da aplicação do método de Rocheford, e seu objetivo era definir um sistema nacional de pólos de desenvolvimento para o planejamento de um sistema de parques industriais.

A caracterização das micro-regiões homogêneas, que tinha como objetivo final rever a divisão regional, propunha-se a fornecer as bases para as políticas de desenvolvimento regional dos órgãos federais e estaduais, a formulação de planos de desenvolvimento municipais e metropolitanos e a formulação de projetos econômicos nos vários setoriais de desenvolvimento.

> Dentro desse contexto, a influência do professor francês Michel Rocheford é indubitável (Rocheford, 1998: 93)[128] colocando os estudos urbanos numa posição de hegemonia no quadro de planejamento do governo federal, principalmente após o golpe de 1964... (ALMEIDA, 2004)

Esses estudos também subsidiaram a discussão sobre as regiões metropolitanas, e ajudaram a definir quais capitais brasileiras apresentavam características de metrópole.

3.3 O plano de desenvolvimento integrado

A conceituação do que se considerava como plano de desenvolvimento integrado foi explicitada na redação do capítulo "Desenvolvimento Regional e Urbano" do Plano Decenal. Esse Plano, que Campos considerou ter sido a atividade de planejamento "de fato" desenvolvida no Ministério (em

[127] ALMEIDA cita o trabalho "Os estudos de redes urbanas no Brasil até 1965" de Roberto Lobato Corrêa, publicado nos ANAIS do Simpósio de Geografia Urbana realizado em 1968 em Buenos Aires.
[128] Almeida se refere ao livro "Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região." Publicado pela Editora Hucitec.

oposição ao PAEG), não chegou a ser implantado no governo Castello Branco, nem foi considerado no do seu sucessor. (CAMPOS, 1994)

Contudo, Fortuna (1975) considera que foram os estudos desse plano que permitiram a elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

A compreensão de que a idéia do planejamento integrado surge no Ministério do Planejamento não é nova, Steinberger (1976) já a apontava em seu trabalho.

> Estávamos no início de 1965. Ainda não tinham decorrido nem seis meses da criação do BNH e do SERFHAU e nem um ano da criação do MECOR. O Ministério Extraordinário do Planejamento resolveu assumir uma nova atividade: planejamento urbano e regional. Para desempenhá-la foi criado, junto ao gabinete do Ministro, um Setor de Planejamento Regional e Municipal.
>
> Esta nova unidade tinha por objetivo implantar um sistema de planejamento integrado de âmbito nacional, regional, estadual e local. Para isso produziu um documento intitulado 'Sistema de Planejamento Local Integrado', que era uma espécie de ideário básico, onde estavam contidos os princípios, as premissas e os principais conceitos do Sistema. Foi a partir deste documento que surgiu o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP) para financiar vários tipos de projetos, inclusive os chamados 'planos integrados municipais'. (p. 37)

A respeito da regionalização Steinberger (1976) ao estabelecer as origens do Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado[129], diz que:

> Existem três documentos que consideramos básicos para a organização do SNPDLI: o Plano Decenal, o Decreto n.º 59.917[130] e o Decreto-Lei n. 200[131]. /.../
>
> O capítulo [de Desenvolvimento Urbano do Plano Decenal] foi dividido em três partes. Uma primeira que tratava dos aspectos significativos do processo de urbanização onde era feita uma caracterização da problemática urbana. Uma segunda, que concebeu a formulação de uma política de desenvolvimento urbano segundo uma ótica regional, prevendo a definição de regiões-programa e pólos de desenvolvimento, com vistas a compatibilizar o desenvolvimento urbano e regional. Finalmente, a terceira parte tratava do Planejamento Local e preconizava a implantação de um Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado. (p.63/64)

De fato, na Política de Desenvolvimento Urbano do Plano Decenal houve um sub-item intitulado "Necessidade de planejamento integrado do desenvolvimento local". Nele foi definido como plano integrado aquele que considerava aspectos regionais além dos locais, e ainda se esclarecia que esse conceito era uma reinterpretação do que era denominado de *comprehensive planning* nos Estados Unidos, uma vez que eles deveriam abranger estudos e proposições para os setores econômico, social, físico-territorial e institucional. (MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, 1967)

Mas as diretrizes de desenvolvimento regional e urbano expressas no Plano merecem um olhar um pouco mais minucioso.

---

[129] Sistema implantado por Cole no SERFHAU em 67.
[130] Decreto de regulamentação do SERFHAU – veja a seguir.
[131] Decreto que instituiu a Reforma Administrativa e criou o Ministério do Interior.

3.3.1 O Desenvolvimento Regional e Urbano no Plano Decenal

O capítulo de Desenvolvimento Regional e Urbano do Plano Decenal é uma aula de metodologia de planejamento territorial. Quando foi finalizado, nos primeiros meses de 1967, o SERFHAU tinha acabado de ser regulamentado – o decreto é de dezembro de 66. Portanto a formulação do capítulo foi elaborada durante o período em que Cole coordenava a área de Desenvolvimento Urbano no IPEA.

A primeira parte trata de diretrizes para a formulação de uma política de Desenvolvimento Regional do governo federal, propondo-se que esta seja conduzida com dois objetivos principais: fixação de uma taxa satisfatória de crescimento econômico para cada região, e que esse crescimento econômico se dê apoiado em atividades diferenciadas, como forma de criar um mercado interno integrado. Os instrumentos para atingir esses objetivos são um investimento federal em infra-estrutura e o estabelecimento de uma rede de comunicações e transportes inter-regionais, e uma certa disseminação de investimentos na melhoria dos serviços de saúde e educação.

Também deveria ser estimulado o mercado, através de instrumentos fiscais e creditícios, mas os estímulos deveriam desdobrar-se em várias modalidades, de forma a atender a diferenciação regional pretendida.

Com essas diretrizes básicas, o documento passa a discorrer sobre as várias diretrizes específicas para a indústria e para as macro-regiões brasileiras: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. São colocados elementos que foram utilizados e aprimorados depois na formulação dos planos nacionais de desenvolvimento dos governos seguintes.

O capítulo se encerra com a Política de Desenvolvimento Urbano, que se considera que deve ser elaborada a partir de uma ótica regional. Para isso são definidas "regiões-programa" e "pólos de desenvolvimento".

Enfatizando-se que a definição de regiões-programa coloca em jogo interesses federais, estaduais e municipais, e ressaltando que os estudos até então realizados com dados do IBGE precisam ser aprimorados a partir de levantamentos locais, o plano estabelece um "esboço preliminar de delimitação das regiões homogêneas" e um "esboço preliminar da delimitação das regiões polarizadas".

Em seguida é explicitada a metodologia utilizada para se chegar a essa delimitação, e é importante ressaltar que estas delimitações definirão a "estratégia espacial da política de desenvolvimento urbano".

Esse estudo de certa forma redefine a divisão regional existente no país, mas pela polêmica que isso poderia causar e pela fragilidade dos estudos, os técnicos resolveram definir limites das regiões que não dividissem territórios administrativos, como municípios, estados ou as próprias divisões regionais brasileiras.

É interessante notar que a metodologia trabalhava com definições claramente inovadoras, como a divisão geográfica de micro-bacias, caso da definição de uma região em torno da bacia urbana de Joinville, Santa Catarina.

A definição de regiões polarizadas partiu das relações pendulares entre municípios, com viagens constantes da população para trabalho, educação, saúde ou negócios. A partir da intensidade dos fluxos definiu-se uma hierarquia de três níveis para as cidades-pólo, e essa divisão foi uma primeira aproximação de que cidades deviam compor as regiões metropolitanas.

A partir dessas divisões, as regiões se constituiriam como regiões-programa, onde uma "programação" da atuação do poder público expressaria que aspectos deveriam ser privilegiados em cada região. Essa definição de ações programáticas não fez parte do Plano.

Após essas definições o Plano entra no item específico de planejamento local, que se inicia fazendo um balanço geral do crescimento da população urbana e expondo dados coletados pelo Instituto de Administração Municipal – IBAM, com sede no Rio de Janeiro, sobre o percentual de municípios brasileiros que possuíam normalização territorial, como planta cadastral, plano diretor, leis de zoneamento, etc.

Em seguida o documento expõe a necessidade de "planejamento integrado de desenvolvimento local" e o define.

> Torna-se extremamente importante, pois, definir o que seja planejamento integrado. Nos Estados Unidos é muito usado o conceito de *comprehensive planning*, para exemplificar um tipo de planejamento físico que leva em consideração os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento. [...]
>
> Para o caso dos países subdesenvolvidos, é necessário uma reinterpretação do conceito *comprehensive planning* norte-americano, pois nesse caso os planos locais deverão orientar, não apenas a ação do poder público, mas também fornecer informações básicas que sirvam de orientação aos investimentos do setor privado. [...]
>
> Em síntese, o planejamento do desenvolvimento local integrado deverá abranger, no caso dos países subdesenvolvidos, estudos e proposições em quatro setores básicos: o econômico, o social, o físico-territorial e o institucional. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1967)

É importante essa diferenciação tão claramente expressa. Ainda que o plano de desenvolvimento integrado seja inspirado no planejamento compreensivo norte-americano, não se trata somente de definir lugares na cidade para colocação de equipamentos de educação e saúde, ou distritos industriais, mas sim em planejar políticas locais econômicas e sociais, além de diretrizes para uma modernização administrativa.

E para que o planejamento integrado possa ser gerido no âmbito federal é proposta a criação de um "Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado", e que o órgão central desse sistema seja o SERFHAU.

Define-se neste âmbito o papel que deveria desempenhar o SERFHAU na condução da política.

> O organismo central do Sistema será o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, SERFHAU, órgão ligado ao Banco Nacional da habitação, e que terá funções de caráter operacional.

> Formulada a política, em termos de seleção de regiões-programa, pólos de desenvolvimento, metas para o desenvolvimento econômico-social desses pólos e regiões, caberá ao SERFHAU implementá-la e supervisionar as fases de sua execução, através da implantação do Sistema de Planejamento Local Integrado.
>
> [...]
>
> Na execução das atribuições que lhe são afetas, o SERFHAU incumbir-se-á das tarefas globais de planejamento, coordenação e supervisão, delegando, através de convênio ratificado pelo Conselho de Administração do BNH, as tarefas propriamente executivas a outros órgãos e entidades especializadas, de direito público ou privado, os quais operarão sob sua fiscalização e responsabilidade. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1967)

Não foi esse o papel que o SERFHAU cumpriu posteriormente, como veremos, mas a maior diferença entre a idéia de planejamento local presente no Plano Decenal e a que foi implementada pelo SERFHAU é a definição do que seria "local".

Entendia-se como local uma região-programa e não um município, e visualizava-se uma estruturação de "Escritórios Locais de Planejamento" implantados nos pólos principais da região-programa. Seriam os escritórios locais que coordenariam o planejamento local, e ainda que se imaginasse que os planos preliminares poderiam ser elaborados pelos escritórios privados, a revisão e implementação do plano, o assessoramento às prefeituras da região para preparação de "Planos de Ação e Orçamento-Programa de cada município" caberia ao escritório local.

Dessa forma a idéia de planejamento local era uma idéia de planejamento regional, e os municípios não elaborariam planos municipais, mas sim planos de ação, orçamento, programas anuais e plurianuais e projetos específicos.

Mais do que uma metodologia para fazer o plano, o planejamento integrado era uma organização de gestão do território de caráter regional, que se sobrepunha ao poder dos municípios. Era a racionalidade técnica predominando sobre a racionalidade política de cada município.

E também já surgia no Plano Decenal o papel que deveria ser dado aos escritórios privados, que:

> [...] terão a importante função de elaborar e executar pesquisas, estudos e planos para os diversos organismos – federais, estaduais e locais – que integram o Sistema, devendo estar capacitados para prestar, direta ou indiretamente, assessoria nos quatro setores principais do desenvolvimento local: o econômico, o social, o físico-territorial e o institucional. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1967)

E este "Sistema" foi inspirado no planejamento britânico, como é sugerido no início desse capítulo do Plano Decenal.

Lá se explica a ação desenvolvida na Inglaterra para obter o "esvaziamento metropolitano" e uma distribuição mais equilibrada da indústria e da população pelo território, e que foi a implantação de Sistema Nacional de Planejamento Local emanado da esfera federal que permitiu a execução de uma política nacional de descentralização urbana.

Dessa forma subentende-se que o principal objetivo da política territorial que se queria implantar era uma descentralização da população e da atividade econômica pelo território brasileiro, com um

conseqüente esvaziamento das regiões metropolitanas, política que só seria explicitada dessa forma em meados dos anos 1970, quando é publicada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

4. O incentivo ao planejamento local

O esforço de Cole em prol do planejamento territorial mais abrangente, em que pese o papel fundamental que desempenhou em sua institucionalização, era também de inúmeros arquitetos do período, e estava claramente apontado desde 1963, pela revista Arquitetura.

Em 1941 no Rio de Janeiro foi realizado o I Congresso Brasileiro de Urbanismo. O Congresso foi dirigido por Francisco Batista de Oliveira, grande amigo de Armando Augusto de Godoy. Mas também participaram da organização a engenheira Carmem Portinho e Warchavchik. (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2001)

Em Março de 1941 a Revista Municipal de Engenharia publicou a tese apresentada pelo engenheiro Mario de Souza Martins no Congresso de Urbanismo. Nela o engenheiro sugeria a criação de um "Departamento Nacional de Urbanismo" como órgão autônomo para orientar as proposições urbanísticas em todo o país. Pela primeira vez no Brasil aparece uma proposta que depois vai se tornar constante na década de 1960, com a sugestão da criação de um órgão federal. A idéia de Martins era que este Departamento realizasse planos com a profundidade e a complexidade do Plano de Nova York e seus arredores. Propunha ainda que se criasse a obrigatoriedade de planos diretores municipais para todas as cidades brasileiras de um determinado tamanho, tamanho que não menciona, e a criação de Comissões Permanentes do Plano da Cidade.

Também recomendou a criação de um sistema de planejamento, com o desenvolvimento de planos regionais (que estabeleçam as melhores relações entre as cidades) e um plano nacional que coordene a relação entre os vários planos regionais.

> O Plano Nacional prevê, pois, para a coordenação dos diferentes Planos Regionais, o estabelecimento de campos de pouso para as linhas de aviação comercial; de portos fluviais e marítimos; de linhas tronco de estradas de rodagem, auto-estradas e ferrovias interestaduais, etc., sendo todos esses elementos estudados em conjunto e de modo a serem realizados de acordo e à medida que o desenvolvimento das diversas regiões assim o exigir. (p. 130)

O II Congresso de Urbanismo só aconteceu em 1961, ainda que os Congressos Brasileiros de Arquitetos tenham voltado a discutir a necessidade do planejamento como política de Estado.

Em 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana recomendou a elaboração de um Plano Nacional Territorial, que forneceria diretrizes para se obter uma distribuição geográfica da população equilibrada, que compatibilizaria os diversos planos regionais territoriais, e esses com o planejamento econômico nacional e com as prioridades de investimento de interesse nacional. E determinava ainda que o plano nacional deveria aplicar os princípios de planejamento territorial consagrados pelos Congressos Internacionais de Arquitetura. (IAB/Guanabara, Setembro 1963)

Em 64 artigo do arquiteto Jorge Wilheim (WILHEIM, 1964) discutia os conceitos relacionados ao planejamento urbano e sua importância na formação do arquiteto, elencando pontos que tinham sido discutidos no 7º Congresso da UIA que ocorreu em Havana em 1963 com o tema "Architecture in

Underdeveloped Countries" ao mesmo tempo em que se preparava para o seguinte, que ocorreria em Paris em 1965, e cujo tema foi "The Training of Architects".

Nesse artigo Wilheim dividiu o planejamento urbano em três tipos: o primeiro se limitava ao desenho da cidade, o segundo eram os loteamentos realizados em zonas pioneiras pelas companhias colonizadoras e o terceiro era aquele destinado a acompanhar o crescimento das cidades existentes. Esses tipos, segundo ele, colocavam a necessidade de uma formação mais abrangente para os novos arquitetos, que abordasse desde a discussão de princípios urbanísticos consagrados, como separação do tráfego de veículos e pedestres ou unidades de vizinhança, por exemplo, até o desenvolvimento de trabalhos experimentais de planejamento que permitiriam o contato com as várias facetas da profissão, como o trabalho com equipes multidisciplinares ou a atuação na assessoria de um prefeito.

Havia, portanto, toda uma discussão sobre o método e a abrangência do planejamento urbano, e de certa forma também do regional, e de como enfrentar os "tecidos urbanos doentes ou degenerados".

Nesse período de grande discussão do planejamento, Harry Cole não só atuou no governo federal mas também desenvolveu intensa atividade intelectual. Continuou sua militância no IAB da Guanabara, participou de conferências e seminários internacionais, como um Seminário de Desenvolvimento Urbano patrocinado pela ONU e realizado em Pittsburgh.

Também publicou alguns artigos nas revistas Arquitetura e na de Administração Municipal – RAM publicada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

São deste período os artigos "Conceitos de planejamento em transformação" e "Anotações referentes à implantação de um sistema nacional de planejamento integrado, em nível regional e local".

"Conceitos de Planejamento em Transformação", publicado na Revista Arquitetura de Setembro de 1965, era a apresentação de um artigo de Otto Koenigsberger – "Planejamento da Ação" que Cole traduziu.

Otto Koenigsberger foi um dos fundadores do "planejamento para o desenvolvimento urbano"[132] e nessa época era professor da Escola de Arquitetura da Architectural Association em Londres, onde havia criado o Departamento de Estudos Tropicais e Desenvolvimento. Foi sua experiência em países da África e Ásia que o levou a propor o "planejamento da ação", que podemos sintetizar como a defesa de que estes países planejassem pequenos trechos da cidade ao invés de toda ela, mas que nestes pequenos trechos realizassem as obras necessárias e implantassem serviços, uma vez que a ação não acontecia nos planos globais.

Na apresentação desse artigo Cole defendia um planejamento mais expedito, que definisse somente diretrizes básicas, acompanhadas de instrumentos para a intervenção nas cidades. Era, segundo ele, hora de fazer, de agir, de realizar planos e os implementar, e não de discussões teóricas sobre metodologias ou idéias. Essa defesa espelhava, a nosso ver, a vontade de que os municípios se

[132] Urban development planning.

restringissem a desenvolver "planos de ação", ao invés dos planos integrados, que segundo a proposta que vimos do Plano Decenal, deveriam ser realizados somente pelas regiões-programa.

A publicação dessa apresentação e do artigo de Koenigsberger gerou contestação por parte de Adina Mera, urbanista carioca que segundo Celso Lamparelli (2006) era uma das representantes da SAGMACS e das idéias da Economia e Humanismo no Rio de Janeiro, ainda que atuasse de forma independente.

O número 55 da Revista publicou alguns comentários sobre o texto de Koenigsberger, comentários originalmente em francês e publicados no Boletim de Informação do *Bureau Central d'Etudes pour les Equipements d'Outre-Mer*. A tradução foi de Adina Mera que os encaminhou para publicação.

Em 1965 foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM um livro que reuniu grande parte do que se pensava sobre planejamento na época. Denominado "Leituras de Planejamento e Urbanismo", o livro trazia artigos de um grande número de profissionais urbanistas, como Rubens de Mattos Pereira (que também trabalhava no Ministério do Planejamento e depois foi trabalhar no SERFHAU), Hélio Modesto, Diogo Lordello de Mello, Wit-Olaf Prochnik e Francis Violich (professor em Berkeley, na Califórnia), entre outros.

Também foi nesse ano que Percy Johnson-Marshall, desde 65 professor do Departamento de Planejamento Urbano da Universidade de Edimburgo, publicou "Rebuilding Cities"[133], onde reflete sobre o urbanismo desenvolvido pelos conselhos dos vários Condados da Inglaterra, na reconstrução das áreas bombardeadas na 2ª Guerra. Nesse livro Johnson-Marshall conta sua experiência como Chefe do Setor de Reconstrução do Departamento de Arquitetura do London County Council e apresentou a metodologia que era utilizada na reconstrução das áreas bombardeadas de Londres.

O planejamento local que os arquitetos e geógrafos do Ministério do Planejamento concebiam eram discutidos pelos profissionais de outras esferas, e a discussão desses profissionais, da mesma forma que nos anos anteriores tinham influenciado o pensamento dos planejadores federais, continuavam fazendo isso, agora de forma mais incisiva, permitida pela intensa atividade de divulgação e de discussão do planejamento territorial que o SERFHAU propiciou a partir de 1967.

4.1 A reformulação do SERFHAU

> O SERFHAU foi criado quando da criação do próprio BNH. A legislação foi criada pela equipe de Campos. O projeto foi do Paulo Assis Ribeiro, que criou o SERFHAU com características de organismo normativo da política de habitação. O próprio nome o indica. Foi essa a idéia inicial. O SERFHAU teria assim uma série de atribuições acima do BNH. Mas o Campos quando tudo ficou pronto escolheu a Sandra Cavalcanti, uma boa professora, boa política, mas tecnicamente uma droga. Não sabia nem fazer regra de três. Não sabia o que era duplicata, juros, etc. Na hora de tudo certinho, direitinho, entra a Sandra... Como política pega a lei que estava sendo determinada pelo Assis Ribeiro e diz: querem colocar uma coisa acima de mim? Alterou a lei e pôs o SERFHAU debaixo do Banco. Chamou o George de Almeida Magalhães (um bom arquiteto, mas que não entendia nada de urbanismo) e lhe disse: 'quero fazer casas adoidado por esse país a fora'... O SERFHAU virou um COHABÃO... Seria a repetição do modelo de casa popular, com 18 anos de atraso. [...]

[133] Publicado em 1966 pela Edinburg University Press, sem tradução para o português.

> Entra o Gonzaga de Nascimento [na presidência do BNH], homem excelente que coloca lá uma equipe de qualidade: o Mário Trindade, o Penna [José de Oliveira], o Rego Monteiro, o Andrade Pinto e o João Fortes. Gonzaga começou a mexer. Cria o Fundo de Garantia (a idéia foi do Penna). O Banco começou, na verdade, com o Gonzaga. Aí é que se lançou a filosofia inicial do Banco. /.../ Quando entrou o Gonzaga ainda estava por lá o George. Mas não o deixaram mais fazer Cohabão. As atribuições do SERFHAU passaram então para a esfera de outros. O sujeito não percebeu e continuou insistindo... até que caiu. O SERFHAU ficou então sem superintendente. Vem o Costa e Silva e o Trindade consegue se firmar. É nomeado o Albuquerque Lima para o Ministério do Interior. O Veloso [Paulo dos Reis] me chamou. Tinha que fazer a parte do planejamento urbano. Fui para o IPEA para fazer esta parte no Plano Decenal. Na mudança de governo, o Beltrão [Hélio Marcos Penna] acha que o SERFHAU é um órgão inútil. Nós achávamos que não. Havia o planejamento urbano e isso era importante. Aí me propõe: porque você não faz uma proposta de reorganização do SERFHAU (COLE, 1975)

As discussões que ocorriam no Ministério do Planejamento, e principalmente aquelas vinculadas a necessidade de se criar um sistema nacional de planejamento local, foram levadas para o grupo de trabalho que no final do ano de 1966 reformulou o SERFHAU e estabeleceu as novas diretrizes do órgão definidas pelo Decreto 59.917 de 30/12/66.

O grupo de trabalho foi formado pelo arquiteto Luis Alfredo Stockler e pelo engenheiro Rubens Mattos Pereira, além do próprio Cole. Lordello de Mello, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Municipal – IBAM, também participou do grupo (STOCKLER, 2007) e COLE (1975) ainda cita como participante do grupo, Dirceu Figueiredo.

Houve segundo Cintra (1978), uma disputa entre o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação de Organismos Regionais (que nesse momento foi transformado em Ministério do Interior) pela formulação das diretrizes da política urbana. A disputa de forças no final do governo Castello Branco, início do governo Costa e Silva, resolveu-se pela criação de um novo ministério (do Interior), o qual foi entregue ao General Albuquerque Lima, general com grande prestígio na cúpula militar, que inclusive chegara a disputar o cargo de presidente da república na eleição interna do Exército.

Mas para manter o equilíbrio de forças, o SERFHAU foi entregue a Cole em Março de 1967- um arquiteto ligado a Roberto Campos, possivelmente conciliando as disputas em torno da política de planejamento urbano. Isso também foi colocado por Andrade (1976).

> Em 67, o órgão é tomado de assalto pela tecnocracia ligada ao então Ministro do Planejamento, e de novo ressurge a idéia que antecedeu sua criação[134]. A essa altura, a batalha já estava vencida, transformando o BNH em ponta de lança da política urbana, alimentado pelos recursos vultuosos do Fundo de Garantia. (p. 141)

Em 16 de Março de 1967 Roberto Campos deixou de ser Ministro de Planejamento e Coordenação Geral, e em Julho a indicação de Cole para o cargo de Superintendente foi aceita pelo Senado, ainda que ele já tivesse assumido. Levou com ele para o SERFHAU Luiz Alfredo Stockler, que foi ser seu chefe de gabinete, e Rubens Mattos Pereira que passou a compor o conselho do SERFHAU e que sempre teve uma postura muito crítica em relação às decisões tomadas por Cole.

Ao assumir a Superintendência do SERFHAU Harry Cole estava a pouco de completar 37 anos.

[134] Que o SERFHAU seria o órgão central ao qual o BNH estaria subordinado.

4.1.1 O Decreto de Regulamentação do SERFHAU

O SERFHAU foi regulamentado pelo Decreto Federal n.º 59.917, de 30 de Dezembro de 1966. Pelo Decreto o órgão devia elaborar e coordenar a política nacional no campo de desenvolvimento integrado, articulando sua ação com a dos ministérios do Planejamento e Coordenação de Organismos Regionais (depois transformado no Ministério do Interior). Era uma meta ambiciosa, que obviamente não podia ser cumprida por uma autarquia subordinada e dependente de um Banco, relação que o Decreto somente reforçou.

O decreto ainda permitia que SERFHAU desempenhasse um papel de coordenador da política de elaboração de planos integrados locais, além de conceber a metodologia que deveria ser aplicada. Mas também recebia a missão de dar assistência técnica aos municípios, papel que seria a partir de 1970 reforçado com a extinção do SENAM – Serviço Nacional de Assistência aos Municípios e a transferência de suas tarefas para o órgão.

Para coordenar a política de elaboração de planos integrados foi criado um departamento de análise de projetos, que teve a incumbência de regulamentar e fiscalizar tecnicamente a elaboração dos planos.

Também foi criado o FIPLAN – Fundo de Financiamento a Planos de Desenvolvimento Local Integrado pelo Decreto n.º 59.917 de 30 de dezembro de 1966 e seus recursos foram estabelecidos pela Resolução 4/67 do BNH. A gestão administrativa do fundo coube ao SERFHAU, que indicava ao BNH quais municípios deviam ser contemplados com o financiamento, ainda que a decisão final sobre o empréstimo fosse do Banco.

As diretrizes apresentadas no artigo de Cole (1966) que já apresentamos, foram em sua totalidade regulamentadas pelo Decreto. Entre as atribuições do SERFHAU, tínhamos a:

> b) proposição de normas, roteiros básicos e padrões para os planos de desenvolvimento local integrado;
>
> [...]
>
> d) realização de estudos e análise de projetos e planos relacionados com o desenvolvimento local integrado;
>
> [...]
>
> f) promoção e treinamento de pessoal técnico especializado, para o implemento do sistema nacional de desenvolvimento local integrado;
>
> [...]
>
> h) difusão da técnica de planejamento de desenvolvimento local integrado, através da coleta, reprodução, publicação, distribuição e divulgação de dados, planos, pesquisas, métodos e informes; (UNIÃO, 1966, p.156)

Essas atribuições apontam para questões que já haviam sido colocadas por Cole anteriormente, e faziam parte das diretrizes para o desenvolvimento urbano do Plano Decenal.

Mas para obter recursos do fundo os Municípios tinham que se submeter à metodologia SERFHAU.

> Art. 24 – Os pedidos de financiamento estarão condicionados à aceitação, por parte das entidades beneficiárias, da assistência técnica aos organismos locais de planejamento, que o SERFHAU julgar necessária.
>
> Parágrafo único – As despesas decorrentes desta assistência técnica passarão a fazer parte integrante do próprio pedido de financiamento. (UNIÃO, 1966, p. 159)

O Decreto também vincula todas as ações do SERFHAU a uma aprovação prévia do BNH, desde a nomeação de seu superintendente até a definição de seu programa de trabalho. Isso mostra que apesar de ter sido dado amplo espaço às idéias dos planejadores oriundos do Ministério da Fazenda, o BNH e o Ministério do Interior continuavam controlando o que podia ser o possível resultado dessas idéias.

Em 1967, já sendo Harry Cole o Superintendente do SERFHAU, foi aprovado o seu regimento interno, através da Resolução BNH n.º 11/67. O regimento interno aprofundou o entendimento das atribuições do SERFHAU, reforçando mais ainda seu papel de coordenador do desenvolvimento de planos e formulador da metodologia.

> Art. 3º - No desempenho de suas atribuições, compete ao SERFHAU:
>
> - analisar os pedidos de financiamento ao Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN), submetendo, em cada caso, parecer fundamentado à Diretoria do BNH, para deliberação;
> - propor à Diretoria do Banco, em cada caso, os contratos, convênios, acordos ou outros atos jurídicos indispensáveis à conclusão de financiamentos;
>
> [...]
>
> Art. 4º - Para desincumbir-se das competências que lhe são deferidas, o SERFHAU concentrar-se-á nas tarefas globais de planejamento, coordenação e supervisão, delegando, por meio de convênios ratificados pelo Conselho de Administração do BNH, as tarefas propriamente executivas a outros órgãos e entidades especializadas, de direito público ou privado que operarão sob sua fiscalização e responsabilidade. (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BNH, 1967, p. 396)

Pela regulamentação, o centro vital do SERFHAU era o Departamento de Análise de Projetos, que desempenhava o papel de formulador de metodologia e normas e de controle.

Entre suas competências estava:

- examinar o conteúdo técnico das propostas e dos planos;
- elaborar parecer sobre essa análise,
- elaborar as normas e modelos para apresentação e execução de planos.

Com essa regulamentação o SERFHAU passou a fiscalizar a elaboração de planos urbanos por parte dos municípios.

4.1.2 O funcionamento do SERFHAU em 1967 e 68

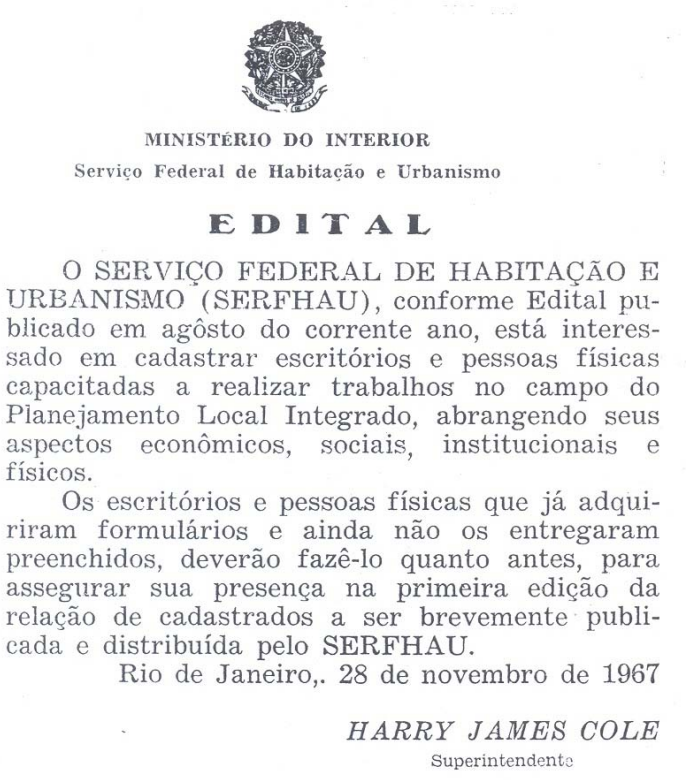
A primeira tarefa de Cole no SERFHAU foi, portanto, a estruturação desse órgão, com a criação de seus departamentos e a dispensa de funcionários da antiga Fundação da Casa Popular, que tinham sido ali alocados quando a Fundação foi extinta. Relatório de Atividades (1968) informa que tinham sido dispensados 217 servidores, 133 lotados na sede do SERFHAU e 84 nas Agências de Administração Imobiliária.

Cole levou para trabalhar com ele no SERFHAU conhecidos de seu percurso na profissão até ali, todos jovens e entusiasmados defensores do planejamento urbano, como Stélio Roxo, Eduardo Novaes, Hélio Vianna Junior e Maurício Nogueira Batista.

Durante o período de Cole na Superintendência foram assinados oito contratos para financiamento de planos locais integrados, e dezesseis propostas de financiamento foram aprovadas pelo SERFHAU e pelo BNH. E estavam em análise outras vinte e uma.

Estavam consultando o SERFHAU para buscar financiamento, passando por uma análise preliminar cento e noventa e cinco órgãos públicos ou governos municipais e estaduais.

Foi realizado um cadastro de firmas e técnicos capacitados a realizar trabalhos na área de planejamento, e em setembro de 1968 esse cadastro contava com 89 escritórios e 864 pessoas físicas



MINISTÉRIO DO INTERIOR
Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

EDITAL

O SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU), conforme Edital publicado em agôsto do corrente ano, está interessado em cadastrar escritórios e pessoas físicas capacitadas a realizar trabalhos no campo do Planejamento Local Integrado, abrangendo seus aspectos econômicos, sociais, institucionais e físicos.

Os escritórios e pessoas físicas que já adquiriram formulários e ainda não os entregaram preenchidos, deverão fazê-lo quanto antes, para assegurar sua presença na primeira edição da relação de cadastrados a ser brevemente publicada e distribuída pelo SERFHAU.

Rio de Janeiro,. 28 de novembro de 1967

HARRY JAMES COLE
Superintendente

Figura 101 – Anúncio do SERFHAU

Fonte: Revista Arquitetura, n.º 66, Dez/1967

Também se iniciou a organização de um Centro de Informações para o Desenvolvimento Urbano e Local – CIDUL, e duas fases do trabalho já estavam concluídas. A primeira foi um estudo de viabilidade para o estabelecimento do CIDUL, realizado com consultoria da empresa americana PADCO. A segunda constou da elaboração do projeto do sistema de informações para o desenvolvimento urbano e local, com consultoria da PADCO e de outra empresa americana, a CONSAD.

Outras atividades foram a organização de cursos de línguas (inglês) e de administração pública para os funcionários do SERFHAU, a confecção e distribuição de boletim trimestral de atividades, e a organização de cursos para profissionais de todo o país, que veremos um pouco mais adiante.

Foram também realizados seminários internos sobre os mais variados assuntos, como reformulação de legislação sobre loteamento urbano, áreas metropolitanas, contribuição de melhoria, roteiro básico para Planos de Desenvolvimento Local, participação da comunidade no planejamento municipal, além da elaboração de Guia de Pesquisa sobre Habitação e Urbanismo e trabalho com indicação de bibliografia sobre área metropolitana e sua localização em bibliotecas públicas e de órgãos públicos.

4.2 O plano de desenvolvimento local integrado

O SERFHAU elaborou um manual para desenvolvimento dos planos de desenvolvimento integrado. Esse manual estava previsto entre as atividades do IPEA para 1967, e foi desenvolvido em conjunto com esse órgão. O modelo utilizado foi um manual do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Governo dos Estados Unidos. (documento IPEA n.º 2)

Ele foi preparado por Rubens Mattos Pereira, que teve contato com o modelo americano quando fez sua pós-graduação nos Estados Unidos. (STOCKLER, 2007)

Mas Cole não gostou muito dessa idéia. Em trecho de entrevista que concedeu a Antônio Octávio Cintra em 1975, ele disse que "Logo no começo tive que resistir à tendência de fazer normas de planos. Sugeri ao pessoal que fizéssemos primeiro a experiência do plano, para ver depois se dava certo".

Essa experiência foi realmente feita antes da publicação do manual, pois foi realizado no município de Petrópolis um estudo para testar o roteiro básico para a elaboração do plano. (SERFHAU, 1968)

O objetivo era fazer com que o BNH observasse os planos que estavam sendo elaborados pelos municípios na concessão de financiamentos habitacionais. Apesar da Resolução 101 do BNH que dizia que esses planos deveriam ser levados em conta, isto não aconteceu. A Resolução 101 foi idéia de Harry Cole.

> A Diretoria do BNH baixou a Resolução 101 (cuja inspiração Cole se atribui, em entrevista que nos deu), segundo a qual se consideraria a existência, ou posterior elaboração, de um plano municipal, como fator importante na alocação de recursos do BNH. (CINTRA, 1978)

O SERFHAU em nenhum momento pensou em elaborar ele mesmo os planos.

> Acompanhando a tendência "antiburocrática" de seu grupo, Cole introduziu no SERFHAU a idéia de que as funções de planejamento daquele órgão deveriam limitar-se à formulação de normas e linhas de ação, financiamento, controle e promoção de iniciativas de planejamento. (CINTRA, 1978)

A concepção do plano integrado começara no Ministério de Planejamento, como já dissemos, e foi inspirado no "comprehensive planning" de origem anglo-saxônica. Mas se a idéia inicial era que o local não fosse um município, e sim uma região, esta inspiração apóia-se na tradição britânica do planejamento regional, ainda que esta posteriormente tenha tido um grande desenvolvimento nos Estados Unidos.

Ao ter se transformado num plano municipal houve sem dúvida uma redução. Isso fez com que o plano integrado deixasse de ter a natureza de um plano compreensivo e se transformasse num plano diretor. É isso que diz Harry Cole, em sua entrevista a Antônio Octávio Cintra em 1975:

> Criamos a expressão PDLI. Isso foi para evitar o *Master Plan*. Muita gente falava: é integral ou integrado? É claro que não é integral. Não queríamos planejar tudo, é integrado com as perspectivas sociais, econômicas, etc. do município.

Mas esta redução, segundo Rubens Mattos Pereira (1971) deveu-se a atuação do próprio Cole.

> Por outro lado, não havia por parte do SERFHAU uma política de atuação que definisse prioridades para a elaboração dos planos e para a definição das áreas geográficas que deveriam ser planejadas. Os esforços desenvolvidos no sentido de coordenar a política nacional de desenvolvimento urbano e regional com as iniciativas do planejamento local foram abandonados, a partir do início da gestão H. Cole na Superintendência do SERFHAU. O resultado dessa atitude foi que os instrumentos aplicados no Planejamento Local integrado até 1969, foram utilizados exclusivamente e isoladamente a nível municipal, fugindo-se desta forma à sua concepção inicial, que o destinava basicamente ao nível micro-regional, estreitamente ligado ao seu nível inferior (o municipal) e seu nível superior (o estadual).

O "roteiro básico" para a realização do plano de desenvolvimento integrado encontra-se publicado num documento do SERFHAU (COLE & TÉCNICOS DOS SERFHAU, 1968). Inicialmente é explicado que a metodologia que devia ser adotada era semelhante à "clássica", onde primeiro se efetua a coleta das informações disponíveis, analisa-se estas informações e se produz um diagnóstico. A partir dele se realiza a "prognose", isto é, se infere como a cidade deve se comportar nos próximos anos. Com essas informações são propostas várias alternativas para intervenção na realidade, para que se possa conduzir o processo de desenvolvimento para os fins esperados.

Mas algumas recomendações são importantes de serem citadas para se entender melhor o que estava sendo proposto como planejamento integrado.

> Note-se, entretanto, que quando se fala em coleta de informações, não se refere à coleta indiscriminada de um grande volume de informações, mas, sim, à coleta seletiva daquelas informações que poderão servir de base à formação de decisões compatíveis com as possibilidades de cada área local. (COLE & TÉCNICOS DO SERFHAU, 1968, p. 2)

Essa metodologia, portanto, exigia que antes da realização do plano já se soubesse quais os principais problemas do município que deveriam ser enfrentados, e o plano deveria instrumentalizar a tomada de decisões em relação a eles. Era por isso que a primeira etapa para o desenvolvimento de um plano integrado não era a contratação de um plano, e sim de um estudo preliminar.

> Este estudo inicial sobre os aspectos locais, a ser elaborado por uma equipe interdisciplinar, tem um caráter preliminar, pois baseia-se numa série de dados já existentes e numa análise de pouca complexidade.
>
> O Estudo Preliminar deverá ser apresentado de forma a permitir a identificação dos principais problemas e recursos locais, assim como, a determinação do escopo do trabalho, o prazo de realização, dimensionamento do custo e a viabilidade financeira para a execução do Plano. (COLE & TÉCNICOS DO SERFHAU, 1968, p. 4)

Somente após esse estudo seria realizado o plano propriamente dito.

Os planos deveriam abordar aspectos econômicos, sociais, físico-territoriais e institucionais do município. Os levantamentos sugeridos no roteiro eram extensos, ainda que se dissesse que a definição dos dados necessários deveria vincular-se às características municipais. O ponto central e que garantia o "sucesso" do plano era a realização de uma boa "diagnose", isto é, o diagnóstico do município. Esta deveria ser:

> ... a correlação das análises e definição do quadro integral da área considerada, baseada no conhecimento e compreensão dos elementos que a caracterizam. A Diagnose compreende também a determinação dos pontos, linhas e áreas de conflito e de estrangulamento que impedem ou dificultam o processo de desenvolvimento local. (COLE & TÉCNICOS DO SERFHAU, 1968, p. 14)

E a diagnose se iniciava pela "definição da vocação regional da área estudada e as incompatibilidades com a situação existentes." (p.14/15)

Chegava-se, assim, a "prognose", onde deveriam ser definidas metas e alternativas para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social, para o planejamento físico-territorial, para os setores institucionais (educação, saúde, previdência, segurança, lazer, etc) e para o sistema institucional (administração e finanças do poder local)

E finalmente deveria ser elaborado um "plano de ação", uma programação das ações que deveriam ser realizadas pelo poder público a curto, médio e longo prazo. E era neste ponto que o plano transformava-se num instrumento eminentemente político, que só poderia ser implantado caso houvesse uma forte identificação entre as metas programadas e o programa de governo.

É interessante notar ainda que havia uma divergência entre o que pensava Cole e o que pensava sua equipe. Citamos anteriormente um trecho de entrevista com o arquiteto onde ele dizia que o plano era integrado, mas não integral.

Em Cole & Técnicos do SERFHAU (1968) é dito que:

> Este Plano [de Desenvolvimento Integrado] distingue-se dos tradicionais Planos Diretores pelo enfoque integral que se dá aos aspectos locais, caracterizando-se não apenas os problemas físico-territoriais, como por exemplo, obras públicas, avenidas, redes de utilidade, etc. mas também os aspectos sócio-econômicos, administrativos, financeiros e legais. Este enfoque integral, isto é, abrangendo todos os aspectos da realidade local, permitirá que se chegue, na elaboração do Plano, a programas e projetos de importância vital para as municipalidades,... (p. 1)

Percebe-se então, que ainda que toda essa metodologia tivesse sido construída em um trabalho de equipe, havia diversas compreensões do que ela significava, e o que era de fato um plano integrado para Harry Cole, veremos no próximo capítulo, quando analisamos um entre os elaborados pelo seu escritório.

Em relação aos procedimentos adotados pelo SERFHAU, em especial por aqueles que vigoraram no Departamento de Análise de Projetos – DAP, Pereira (1971) faz duras críticas.

A principal delas se refere a não análise dos planos que eram preparados pelas consultorias em seus aspectos técnicos, metodológicos ou conceituais, mas somente em seus "aspectos formais básicos". Essa não análise tinha como amparo a avaliação de que, de um lado, as consultorias tinham técnicos altamente especializados; e de outro, que não havia no SERFHAU técnicos com experiência e conhecimento suficiente para julgar os aspectos técnicos dos planos preparados.

Acompanhava essa crítica a de que o SERFHAU não tinha feito nenhum esforço no sentido de propor uma metodologia de planejamento local integrado, mas somente prepara roteiros básicos, o que por si dificultava qualquer análise.

Havia assim um entendimento por parte de Pereira de que era necessário controlar o produto elaborado pelas consultorias, e de que esse papel cabia aos técnicos do SERFHAU e não aos do município, que de fato eram os maiores interessados em bons resultados.

É claro que o planejamento territorial era enquanto técnica uma novidade e os quadros capacitados existentes eram mínimos. De qualquer forma a ênfase da crítica não se dava em relação a um não treinamento dos técnicos municipais para que pudessem avaliar os produtos, e sim a falta de controle pelos técnicos do SERFHAU. A lógica era não muito diferente da que hoje temos, somente com mudanças nos atores envolvidos: se o SERFHAU financiava, o SERFHAU tinha que aferir a boa qualidade do produto entregue.

A centralização de decisões sobre o que seria um bom planejamento na mão de alguns técnicos, a centralização do saber técnico que estabelece um modelo de bom planejamento, é um problema com o qual se depara o planejamento territorial até os dias de hoje no Brasil.

Mas Pereira a partir dessa avaliação, somada a de que não havia estruturas regionalizadas de análise que pudessem lidar com as imensas diferenças regionais, justifica não ter havido qualidade nos planos que foram elaborados inicialmente.

Tanto a formatação de uma atuação institucional, quanto a crítica a essa formatação, partia do princípio que o planejamento e o plano eram atividades e instrumentos técnicos, por isso podiam ser mensurados e desenvolvidos segundo um modelo geral.

O entendimento do planejamento como política pública, com seus aspectos de racionalidade política e não técnica, nunca fez parte da avaliação do sucesso ou insucesso dos planos por parte desses planejadores. Nem se levou em consideração que era melhor propiciar o início de um processo de planejamento do que se obter planos tecnicamente "corretos".

Mas alguns anos mais tarde isso já começava a surgir nas preocupações de Harry Cole:

> Planos passaram a ser encarados como instrumentos de trabalho maleáveis que poderiam ser adaptados de acordo com as variedades que fossem aparecendo, uma vez que o processo de planejamento fosse instalado.
>
> [...]
>
> A diferença básica talvez seja a ênfase dada aos processos de desenvolvimento a serem induzidos em contraposição à idéia de metas claramente definidas a atingir. (COLE, 1971)

4.3 O Fundo de Financiamento a Planos de Desenvolvimento Local Integrado – FIPLAN

Com a reestruturação do SERFHAU foi implementado o FIPLAN, que financiou os trabalhos técnicos de elaboração dos planos pelas Prefeituras, e que era alimentado com recursos do BNH.

> O Harry automaticamente imaginou que o planejamento local integrado seria o que ia resolver os problemas de ordenamento do espaço. O Harry, de uma maneira inteligente, percebeu o seguinte, para viabilizar o conceito de financiamento do SERFHAU ele teria que ter um respaldo da iniciativa privada. Em tese, o SERFHAU para a construção civil ou era neutro ou o inimigo - poderia representar custos ou retardar projetos na área de habitação o que representa custos. Ou seria irrelevante ou seria negativo. Então ele tinha que criar na iniciativa privada o lobby a favor, instituições que tivessem no SERFHAU uma fonte de financiamento. E ele imaginou sendo arquiteto, que era também uma forma de viabilizar escritórios de arquitetura.
>
> Foi criado um fundo com recursos do BNH. Era uma batalha enorme com os diretores do Banco, que não queriam dar um pouco de dinheiro, e o Harry imaginou que todo um universo de escritórios de arquitetura fosse crescer, o mercado se abrir, eles fossem atuar e fossem se tornando um lobby importante a favor do SERFHAU. Isso aconteceu em pequena medida, pequenos escritórios. Os escritórios eram pequenos em termos de estrutura, o mercado não era como hoje com mais de 3.000 municípios. A maioria dos municípios era de pequeno tamanho, a parte urbana era ainda pouco significativa, e por isso então não se criou um mercado como se imaginava. (NOVAES, 2005)

Mas a idéia de incentivar a iniciativa privada a realizar os planos de desenvolvimento integrado originou-se no Ministério do Planejamento. Em 1966, o artigo de Cole já citado considerava que:

> É necessário disvincular a atividade criadora e ativa do planejamento das estruturas burocráticas e passivas oficiais. Não é compatível, pelo alto nível técnico que demanda a execução de planos de desenvolvimento urbano e integrado, o presente critério salarial dos quadros oficiais.
>
> Essa desvinculação corrigirá também uma das deficiências das administrações locais do país, ou seja, o seu caráter de imobilismo funcional. Não é possível prender um técnico por um "laço" funcional ao seu município. Essa mobilidade é necessária ao técnico para dotá-lo de experiências múltiplas em áreas, municípios ou regiões diferentes.
>
> A multiplicidade de experiências cria a maturidade e a vivência imprescindíveis ao bom profissional de planejamento. (COLE, 1966, p. 29)

Mas a escolha da empresa ficava a cargo do Município.

> Uma de nossas idéias era a de que a responsabilidade de escolher a consultoria tinha de ser do próprio mutuário e não do financiador. Só quando a equipe que escolhiam era inidônea é que intervínhamos. Fizemos o cadastro de profissionais e de firmas, para fazer os cruzamentos e não haver muita superposição, pouca gente pegando tudo. (COLE, 1975)

O FIPLAN tinha como beneficiários os Estados, os órgãos regionais, municipalidades isoladas ou grupo de municipalidades de uma mesma região e entidades metropolitanas. Excetuando-se o último beneficiário, os outros tinham a disposição quatro milhões de dólares[135], valor com que foi constituído o fundo quando de sua criação, para aplicações dos anos 1967 e 68. (COLE, 1967)

Os contratos de liberação de recursos aprovados atenderam naqueles anos diferentes situações e agentes públicos. Para Feira de Santana, na Bahia, foram liberados recursos para elaboração de um plano de desenvolvimento local integrado, já para o Conselho Estadual de Desenvolvimento de Minas Gerais foram liberados recursos para estudo preliminar, estudos e projetos de viabilidade técnica, econômica e financeira do sistema de abastecimento de gêneros alimentícios de Belo Horizonte.

Assim, o FIPLAN não financiou somente planos de desenvolvimento integrado em seu início, mas também estudos de viabilidade de distrito industrial para Santos – São Paulo, estudo preliminar da área metropolitana de Fortaleza, no Ceará, e o planejamento da cidade universitária de São Luiz, no Maranhão.

Mas o principal financiamento foram mesmo os planos de desenvolvimento integrado.

4.4 O estudo das regiões metropolitanas

Ainda que os trabalhos mais conhecidos, implantados pelo SERFHAU nesses primeiros anos tenham sido o FIPLAN, a formatação do PAC – Plano de Ação Concentrada e o incentivo aos PLDI; uma questão cuja discussão se iniciou nessa época, foi a tentativa de definição de um ordenamento físico-jurídico para as regiões metropolitanas.

Essa discussão também se iniciou no IPEA, e nos anos de 1967 e 68 os dois órgãos desenvolveram um trabalho conjunto visando regulamentar as regiões metropolitanas.

[135] Para atender 120 municípios.

Em 1967 foram elaborados diagnósticos para 9 regiões que então eram consideradas como metropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) e a proposição de diretrizes para seu planejamento.

O SERFHAU publicou um trabalho como conseqüência dessa discussão: Áreas Metropolitanas e Desenvolvimento Integrado no Brasil, e ele contém um artigo de Harry Cole "Desenvolvimento Metropolitano Integrado no Brasil", um de Eurico de Andrade Azevedo, jurista que estudou soluções de gestão compartilhada para essas áreas e um anteprojeto de lei complementar para instituição das áreas de autoria de Hely Lopes Meirelles.

Foi elaborado um programa de desenvolvimento metropolitano integrado, com o objetivo de financiar o aumento de eficiência dos espaços metropolitanos, o desenvolvimento sócio-econômico dessas áreas, a colocação de infra-estrutura e a absorção pelo mercado de trabalho da população excedente. O BNH prospectou a possibilidade de conseguir recursos externos para esse programa.

Mas a preocupação com as áreas metropolitanas e a tentativa de implantar um programa nessas áreas, se de um lado foi resultado de uma situação de favelização de um grande número de habitantes e expansão horizontal de loteamentos sem infra-estrutura, de outro, em termos técnicos foi a tentativa de implantar a idéia inicial do planejamento integrado, que seria conduzido para o planejamento de regiões homogêneas, entendidas como "local".

Vemos aqui uma postura pragmática de Cole. Não sendo possível criar uma estrutura de gestão do planejamento micro-regional em todo o país, sua expectativa é que se criasse essa estrutura nas regiões metropolitanas.

O artigo sobre desenvolvimento metropolitano integrado coloca isso da seguinte forma:

> O planejamento local integrado e, por extensão, o planejamento para o desenvolvimento local integrado devem ser entendidos como um processo de planejamento capaz de levar em consideração fatores regionais e locais (municipais ou intermunicipais) de forma a atender coordenadamente aos aspectos econômicos, sociais, físicos e institucionais. Seu objetivo principal é o da formação sistemática do processo de decisão, a nível público e privado, proporcionando condições à diminuição da probabilidade de erros e à aceleração do mencionado processo. Admite-se como verdade o fato de que se o processo de decisão puder ser acelerado razoavelmente, o processo de desenvolvimento também o será.
>
> [...]
>
> A existência desses créditos no FIPLAN motivaria a criação de agências metropolitanas de desenvolvimento, pois ofereceria condições de viabilidade financeira aos objetivos expressos na Constituição do Brasil (Art. 157, § 10[136]). (COLE, 1967)

A discussão sobre a implementação e normalização de regiões metropolitanas se arrastou durante esses anos. Havia uma luta entre os Ministérios pela regulamentação, em especial entre o IPEA (Ministério do Planejamento) e o SERFHAU (Ministério do Interior).

Eurico Azevedo (1967) defendia que o SERFHAU fixasse os requisitos necessários ao estabelecimento das regiões metropolitanas, pois dizia que ele era o único órgão dentro do governo com condições

[136] "A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum." (Constituição do Brasil de 1967)

para fazê-lo. Mas o impasse político fez com que a minuta preparada por Meirelles nunca chegasse a ser discutida no Congresso, e a situação só foi definida após a extinção do SERFHAU em 1974 e a criação do Conselho Nacional de Política Urbana – CNPU, vinculado ao Ministério do Planejamento.

> Um dia fui conversar com o Paulo Assis Ribeiro para saber sobre áreas rurais e áreas de expansão urbana. Paulo Assis deu algumas de suas idéias sobre os loteamentos. Perguntou, a certa altura: "vocês não vão colocar nada sobre problemas de áreas metropolitanas?" Aí chegamos a conclusão de que era melhor na nova constituição, na forma de emenda. Eu dei algumas idéias ao Hely. A emenda está na biblioteca do IBAM, num livrinho que fiz – Áreas Metropolitanas e Desenvolvimento Urbano no Brasil. "A União, os Estados e os Municípios poderão organizar ou se organizar em áreas metropolitanas para..." Eu até sugeri também a idéia de que a ajuda da União e do Estado deveriam dobrar os recursos que os municípios colocassem para os programas metropolitanos. A emenda foi entregue ao Consplan, que coordenava o trabalho. O Carlos Medeiros arrancou a permissão aos Estados e Municípios de criarem áreas. Era o centralismo. Depois foi o drama da lei complementar. Eu fiz logo um esboço dela, prevendo que seria necessário ter o material preparado porque a constituição já teria o seu artigo. Fiz um seminário sobre a lei complementar. Bem, na nossa lei complementar se definia o dinheiro. Houve uma comissão com a Justiça, o Interior e o Planejamento. Começou uma briguinha com o Veloso que queria ficar com as áreas metropolitanas. (COLE, 1975)

Em 1969 o IPEA formou uma comissão para estudar a regulamentação das áreas metropolitanas e definir "o elenco básico de serviços de interesse comum, a reclamar atuação integrada em cada região metropolitana, bem como estabelecer as linhas de atuação da entidade metropolitana, sua instituição e atribuições..." (IPEA, 1969)

Participaram do grupo de estudo Lysia Bernardes, Maurício Nogueira Batista, Vinícius Fonseca, Vande Lage Magalhães e Paulo Dante Coelho.

Como sabemos essa regulamentação jamais foi implementada, o que mostra a conturbada discussão que ocorreu no final da década de 1960 sobre esse tema.

4.5 O papel de Harry Cole na implementação do planejamento integrado

Se a reestruturação do SERFHAU e a definição de diretrizes para o planejamento integrado foi trabalho de uma equipe e começou no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o quanto influenciou Harry Cole as diretrizes e rumos que aquela entidade tomou?

Cole não era um teórico, e sua produção escrita é relativamente pequena. Contudo, escrevia artigos, que eram em si muito mais manifestos do que teorizações sobre os problemas daqueles anos, mas que nos permitem ter uma idéia muito clara de seu pensamento.

É baseada nesses artigos que procuro a seguir traçar um panorama do pensamento de Cole, e do quanto ele pode ter contribuído para a formulação do que ficou conhecido como plano de desenvolvimento integrado.

Sua reflexão após quase um ano de administração do SERFHAU reconhecia que pensar uma política federal urbana para o Brasil, ou legislação urbanística federal, esbarrava em problemas típicos do Brasil, e que não estavam presentes em outros países que realizaram ações deste tipo.

Citava dessa forma o fato do país ter uma dimensão continental, o que acarretava diferenciações geográficas e diversidade social, econômica e cultural. Isso fazia com que determinadas soluções se mostrassem adequadas para algumas regiões e completamente equivocadas em outras.

> Como exemplo, nos estados do Sul há uma tradição de cooperação entre as municipalidades para resolver problemas comuns como o abastecimento de água, energia, esgoto e manutenção de estradas.
>
> Isto está relacionado com o tipo de colonização predominante da área, formada por alemães, italianos e outros grupos europeus com uma tradição comunal. Por outro lado, no Nordeste do Brasil, até agora esse tipo de cooperação é visto como uma perda de prestígio político dos líderes locais, em relação à competição com os políticos locais atuando na esfera estadual e nacional.
>
> Nos estados do Norte, na Região Amazônica, a cooperação foi e é quase impossível devido ao "vazio demográfico" desta área. (COLE, 1968, p. 3)[137]

Era provavelmente esta compreensão que o fazia relutar em estabelecer um roteiro mais rígido para elaboração dos planos integrados, uma vez que uma normalização genérica poderia ser inadequada para um grande número de municípios.

Havia realmente por parte de Cole uma grande desconfiança da capacidade técnica dos servidores municipais. Nesse texto, apresentado no seminário promovido pela Fundação Ford, ele foi mais claro neste aspecto.

> Por tudo que eu mencionei acima, o presente quadro é de que a administração local tornou-se muito formal e não criativa, dependendo sempre da influência de seus lideres políticos que favorecem os prefeitos se estes respondem a seus pedidos, representados por contratações de servidores civis locais normalmente protegidos desses políticos. Esta não é obviamente a melhor forma de trazer jovens brilhantes e ambiciosos para o quadro de servidores das municipalidades. O resultado óbvio é que a administração é atulhada com funcionários ineficientes, o que significa serviços ruins para a comunidade. Esta situação cria uma burocracia de baixo nível e baixos rendimentos salariais. (COLE, 1968, p.6)[138]

A conseqüência dessa visão só podia desembocar numa política que entregava aos escritórios privados e profissionais liberais a tarefa de elaborar os planos, e reforçar sua negação em colocar os técnicos do SERFHAU para avaliar esses planos, principalmente se pensarmos que os técnicos que Cole levou para lá eram todos jovens e com pouca experiência, e os que lá encontrou eram, em sua maioria, funcionários públicos com todos os "vícios" da carreira.

Outra preocupação recorrente nos escritos de Cole é com a integração de políticas setoriais no território. Em 1971, ele sugere a formação de um conselho de ministros de assuntos urbanos, onde

---

[137] "As an example, in the Southern states there is a tradition of cooperation among municipalities in solving their common problems such as water supply, power, sewage and road maintenance.
This may be related to the type of colonization predominant in the area mainly of German, Italian, and other European extractions of clearly rural background. On the other hand, in the Northeast of Brazil, until now, such cooperation was thought as a kind of weakening factor for the prestige of the local political leaders in relation to their upper level political leaders at provincial and national levels.
In the Northern states, in the Amazon Region, co-operation was and is almost impossible due to the 'demographic emptiness' of the area.

[138] From what was mentioned above, the present picture is of a local administration that became very formal and non-imaginative, depending always on the influence of the political leaders that would favor the mayor if he would comply with their requests, represented by appointments for local civil servants and usually 'protegés' of the politicians. This is not obviously the best way to bring bright and ambitious Young men into the staff of a local authority. The obvious result was that the administration was overloaded with ineffective personnel and that means poor service to the community. This situation created a bureaucracy of low grade and also low pay level.

teriam assento todos aqueles que, de uma forma ou de outra, investem nas cidades. O desenvolvimento de políticas setoriais, sem um planejamento global da cidade, era em sua opinião uma atitude contraproducente.

> Até quando e que resultados darão uma política habitacional que promove eficientemente a produção de habitações sem verificar a adequação aos padrões de conforto urbano (assunto este entendido como 'luxo' por alguns para a população de baixa renda), mas que na realidade poderão produzir situações de impasse econômico, ocasionadas pela enorme demanda de investimentos infra-estruturais, dificilmente dispensáveis (estradas expressas, metrô, sistemas de água e esgoto, etc.) e possivelmente evitáveis, se as áreas urbanas fossem planejadas de forma coerente, econômica e compatível com sua nova função e dinâmica de crescimento? (COLE, 1971, p. 20)

Uma preocupação que Cole já demonstrava no período pré-SERFHAU era com o planejamento como elemento para a tomada de decisão. Para ele o planejamento era um instrumental que ajudaria os administradores a tomarem as melhores decisões necessárias. Esse instrumento estava nesse momento muito mais vinculado ao planejamento administrativo, do que ao planejamento físico-territorial, e sua metodologia vinha da teoria de sistemas e de ferramentas de controle como o PERT-CPM.

> Poderíamos, resumindo, dizer que para enfrentar o problema de desenvolvimento urbano dentro do objetivo central de acelerar o desenvolvimento sócio-econômico, teremos que abandonar as noções de Plano Diretor Físico, como fim e os sistemas de controle físico urbano como meio.
>
> A nova imagem é admitir os SISTEMAS URBANOS, dentro dos SISTEMAS REGIONAIS, NACIONAIS e estes dentro do SISTEMA UNIVERSAL. Precisamos, assim, definir as ESTRATÉGIAS, TÁTICAS e o apoio LOGÍSTICO para conseguir o objetivo final, ou seja, o DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO. (COLE, 1967 – 2)

Mas o mais firme registro da importância de Cole na formulação das idéias do SERFHAU é encontrado em Cintra (1978): "A seção urbana do Plano Decenal foi, na realidade, preparada pelo próprio Cole, que seria posteriormente, autor de uma seção semelhante para o *Plano de Desenvolvimento Estratégico*, no Governo Costa e Silva."

As definições que foram dadas no Plano Decenal se originaram em um trabalho desenvolvido por Cole. E é importante frisar que elas tiveram desdobramentos que foram além do período de Cole no SERFHAU. Logo que Cole saiu, foi criado o Programa de Ação Concentrada – PAC, a partir do qual foram elaborados os planos municipais nos anos seguintes. Parte de sua normalização se deu com Cole ainda na Superintendência, mas Pereira e Oliveira (1971) dizem que:

> O esboço de Política contido no Plano Decenal serviu como base para a formulação posterior, em 1969, do Plano de Ação Concentrada, PAC, do Ministério do Interior, bem como para os estudos que ora estão se desenvolvendo sobre a matéria. (p.7)

5. Algumas bases no desenvolvimento da idéia de planejamento urbano e regional no Brasil

5.1. A divulgação do planejamento integrado

Figura 102 - Cole fazendo palestra em seu período do SERFHAU

Fonte: acervo de Sônia Cole

No SERFHAU Cole participou de uma série de seminários, reuniões com prefeitos para divulgar a necessidade do planejamento como política pública municipal. Mas não achava que tivera muito sucesso.

> Começamos com a idéia de vender planejamento fazendo reuniões em todo o Brasil. "Como a gente faz para conseguir casinhas da Cohab", foi assim que depois de eu falar duas horas para uns prefeitos no sul, num barracão improvisado, um prefeito se dirigiu a mim. Não tinha valido nada o que eu falei. (COLE, 1975)

Além dos seminários no Brasil, de que participou como palestrante, Cole também esteve representando o Brasil em seminários internacionais Em 1967 esteve em Toronto, no Canadá, e em Amsterdã, na Holanda. Em 68 esteve no Chile e na Rússia. Além de levar informações sobre o que acontecia no Brasil, nestes seminários ele tinha a oportunidade de conhecer técnicos de outros países e outras experiências.

Enquanto esteve no SERFHAU, Cole publicou uma série de artigos com o objetivo de divulgar as idéias que ali iam sendo implantadas.

Parte desses artigos já foi analisada, mas existem vários outros, que eram publicados principalmente na Revista de Administração Municipal do IBAM e na Revista Arquitetura do IAB-Guanabara.

Também são inúmeros os artigos e entrevistas em jornais de ampla circulação da época. Essa era uma estratégia de *marketing*.

> A Coordenação de Divulgação, sem utilizar o dispendioso recurso da publicidade paga, resolveu optar pelo emprego da mala direta (para atingir setores específicos de opinião) e a ampla e permanente distribuição de notas para divulgação para jornais, rádios e televisões de todos os Estados (com o que se alcançava o grande público).
>
> Assim foi possível, transformando acontecimentos em notícias, conseguir para o SERFHAU um total de 25 mil centímetros de matéria em jornais de todo o país, além de colaborar na divulgação do Ministério do Interior nos municípios e pequenas cidades do Brasil (SERFHAU, 1968)

Sobre essa atuação de Cole é importante registrar as palavras de Fernandes (2005):

> E eu conversava com o Harry aqui no Rio enquanto eu falava com ele, eu perguntava: "Você já foi no Rio Grande do Sul, já foi em Santa Catarina, e nem aproveitou para passar lá em Curitiba?" Porque afinal de contas ele estava doutrinando, ele estava vendendo a idéia do PDLI que ele queria que as pessoas realizassem, porque pensavam que ele tinha uma visão muito centralizada. Ele vendia o peixe do SERFHAU, mas ele queria que alguém fizesse, ele não estava preocupado em controlar nada. Ele dizia: "o que é que eu vou fazer lá, vocês tem o IPPUC, vocês têm um plano, se eu for lá eu vou atrapalhar.

A maior preocupação de Cole no SERFHAU aparentemente não era com a metodologia ou com o controle, mas com a divulgação da idéia do plano, da necessidade de fazer planejamento. O que ele queria era que os prefeitos, governadores e presidentes de empresas públicas aderissem à idéia de que sem planejamento não haveria desenvolvimento sustentável. Foi esse o papel que Cole desempenhou com mais energia.

5.2 Os cursos e seminários promovidos pelo SERFHAU

Para passar aos técnicos a idéia do planejamento e ajudar a formá-los, Cole fez do SERFHAU um financiador de cursos e palestras.

Em 1967 promoveu a I Reunião Interamericana de Recursos Humanos para o Planejamento Local Integrado, onde deram palestras Francis Violich da Universidade de Berkeley, Ricardo Jordan da Universidade Católica do Chile, Anatole Solow da Universidade de Pittsburg, Pedro Morcillo da Universidade Del Valle da Colombia e Fernando Mendes da Universidade Católica de Caracas. Também brasileiros foram convidados, entre eles Maximiliano Fayet da UFRS, Alípio Castelo Branco da UFMG, Celson Ferrari da Universidade Mackenzie e Diogo Lordello de Mello do IBAM.

Nesse mesmo ano o SERFHAU participou também do I Encontro de Planejamento da Amazônia, juntamente com técnicos da SUDAM e do IPEA. Em Outubro o IAB/Guanabara promoveu um curso sobre planejamento com a colaboração do SERFHAU, com a presença de vários urbanistas brasileiros, como Carlos Maximiliano Fayet, Jorge Wilheim, Flávio Villaça, Almir Fernandes, Adina Mera, Hélio Modesto e Harry Cole entre outros.

Também em agosto desse ano promoveu conferências num ciclo que se denominou Ciclo Internacional de Conferências sobre Planejamento Urbano. No I Ciclo convidou urbanistas franceses, como Jean Labasse, que trabalhou para o governo francês e foi o autor do planejamento da área

urbana de Lyon e Michel Rochefort. Em dezembro aconteceu o II Ciclo, com urbanistas americanos, e o convidado foi John Turner.

Entre Outubro e Dezembro de 1967 o SERFHAU realizou um curso de Planejamento Físico.

Em 1968 promoveu várias conferências internacionais sobre planejamento urbano. No III Ciclo de Conferências Internacionais sobre Planejamento Urbano, houve a participação de Alfredo Van Huyck urbanista americano e especialista em habitação popular, John Herbert arquiteto que participara do planejamento metropolitano de Calcutá, Robert B. Mitchell que era urbanista e diretor do Departamento de Planejamento da Universidade da Pensilvânia e Bernardo Ynzenga arquiteto e professor da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Madri.

No IV Ciclo foi convidado o urbanista americano John Friedman, que na época dava assessoria ao governo chileno, e no V Ciclo foram convidados Otto H. Koenigsberger de quem Cole traduzira artigo publicado na revista Arquitetura e Brian Berry, geógrafo inglês radicado nos Estados Unidos, que realizou uma importante pesquisa nessa época sobre geografia urbana e regional.

Friedman anos mais tarde desempenhou um papel importante na consolidação do curso de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da COPPE/UFRJ, e na introdução da teoria de sistemas no planejamento territorial.

> Quando eu fiz a COPPE, só pra você se inteirar, o PPUR (como ele estava na COPPE, um Centro Tecnológico de excelência aqui da Federal), apesar de ter gente vindo de Edimburgo, a doutrina de planejamento era muito em cima de coisas que naquela época estavam muito na moda, e que eram muito americanas, que eram os modelos matemáticos, modelos de simulação, modelos quantitativos...
>
> [...]
>
> Mas eu acho que uma explicação que você pode ter é que aqui no Rio teve essa coisa do Friedman, uma coisa interessante. John Friedman era um americano e dava aula no Instituto, foi um dos mentores do PPUR do Rio de Janeiro Ele era da turma de Berkeley no PPUR... O Friedman publicava muito, acho que muitas vezes traduziam artigos dele na revista do IBAM. E a Fundação Getúlio Vargas publicou um livro dele que chamava Planejamento Democrático. (FERNANDES, 2005)

Em 1968 também foi realizado em Belo Horizonte um Curso de Treinamento sobre Planejamento Urbano e Local.

O SERFHAU fornecia bolsas de estudo no exterior, através de convênio com entidades internacionais. Entre Junho de 1967 e Agosto de 1968 foram concedidas cinco bolsas para os Estados Unidos, duas para a Holanda, uma para a Grã-Bretanha e uma para o Chile.

Como registro é importante ressaltar que nesses anos o planejamento era a grande questão discutida no campo de trabalho dos arquitetos, e não foi só o SERFHAU que desempenhou uma ação de formação e difusão de conhecimentos.

Em 1967, em São Paulo, a Escola Politécnica promovia um curso de especialização sobre planejamento territorial, cujo professor era Luiz Ignácio de Anhaia Mello. Nesse ano também o IAB-Guanabara promovia um curso com o título Planejamento Físico: experiências brasileiras. Contou para isso com a colaboração do SERFHAU. Esse curso deu a palavra a outros profissionais que também estavam envolvidos com o planejamento, como Jorge Wilheim, Flávio Villaça, Maurício

Roberto, Heitor Ferreira de Souza, Almir Fernandes, Wit-Olaf Prochinik, Adina Mera e Hélio Modesto, entre outros.

E o Núcleo de Planejamento Urbano e Regional – PLANUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro realizou em 1968 o I Ciclo de Conferências sobre Planejamento Urbano e Regional. O curso teve palestras de Vinicius Fonseca, Pedro Pinchas Geiger, Paulo Novaes, Diogo Lordello de Mello e outros, e também de Harry Cole.

5.2.1 O convênio com a Universidade de Edimburgo e a gênese da implantação do curso de pós-graduação em planejamento urbano e local no COPPE-UFRJ

Ao sair do SERFHAU Cole deixou em andamento uma série de atividades que floresceram nos anos 70.

Uma delas foi a formulação do PAC – Plano de Ação Concentrada, elaborado em 1968 e 69, e cuja normativa apareceu em 1970. O PAC criou três tipos de planos possíveis, do mais elaborado ao mais simples, de forma a se ajustar às características dos municípios.

Outra ação que consideramos muito importante resultou na formação de inúmeros profissionais em planejamento. Ela significou a realização de um convênio com a Universidade de Edimburgo, trazendo professores de lá para dar cursos de pequena duração e enviando profissionais para fazer cursos de mestrado naquela universidade com bolsas do Governo Britânico.

Entre 1967 e 1970 foram concedidas cerca de 80 bolsas através do MINTER-SERFHAU, e os pedidos de bolsa para mestrado na Universidade de Edimburgo e no Programa Interamericano de Planejamento Urbano e Regional da OEA tiveram mais de dois candidatos por vaga. (SERFHAU, 1973) O convênio para concessão de bolsas para a Universidade de Edimburgo foi firmado entre o SERFHAU e o Governo Britânico, e ele previa a concessão de 3 bolsas por ano, duas de mestrado e uma de doutorado, no Departamento de Projeto Urbano e Planejamento Regional daquela Universidade. O Chefe do Departamento era Percy Johnson-Marshall, e foi através desse contato que ele foi trazido ao Brasil, em Setembro de 1970. (MINTER/SERFHAU, 1972)

Outra ação, de maturação mais longa, mas que consideramos ter se iniciado nessa época levou o SERFHAU a estabelecer no início de 1972 um convênio com a Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ (COPPE), a OEA e a Universidade de Edimburgo para implantação do primeiro curso de pós-graduação em Planejamento Urbano e Local no Brasil. (PEREIRA, 2003)

O convênio previa que o SERFHAU complementaria os recursos necessários ao curso, concederia bolsas de estudo e providenciaria uma equipe de assessores estrangeiros.

No primeiro ano, 45 dos 180 candidatos ao curso foram aceitos, e deles 25 tiveram bolsa de estudo do órgão. O curso foi estruturado de acordo com o formato anglo-saxônico, ou seja, como um curso de especialização que formaria um novo profissional – o planejador, que poderia vir de diversas profissões. (SERFHAU, 1972) Entre os candidatos aceitos 30% eram arquitetos, 24% engenheiros e 15% economistas.

Em um seminário realizado em 1973 para discutir o ensino no campo do planejamento, um dos palestrantes foi o professor John Burford Leonard, professor visitante da COPPE/UFRJ, e que era da Universidade de Edimburgo. Sua palestra é muito interessante para entendermos o tipo de formação que estavam tendo os alunos na COPPE, uma vez que ele discute os diversos conceitos que vinham sendo aplicados pelos vários professores do curso.

Leonard mostra que não existe um único entendimento do que seja planejamento urbano e local entre os professores do curso, e que isso leva a diferentes abordagens das disciplinas que muitas vezes são contraditórias entre si.

Ele diz que podem ser identificados cinco enfoques. Um deles é o de projetos, cujo objetivo é fazer do planejador um bom administrador urbano. Esse enfoque propõe que seja dada ênfase "para as mais avançadas técnicas em administração de negócios, financiamento, análises de sistema, análise de malhas (COM, PERT, etc.), etc. Ao mesmo tempo enfatiza-se a flexibilidade e senso comum como características necessárias à profissão do planejador. Esse enfoque diz ser defendido pelo arquiteto Eduardo Neira. Eduardo Neira é um arquiteto peruano com pós-graduação em planejamento urbano na Universidade de Liverpool, e que nessa época era membro da missão que o BID desenvolvia na Bahia.

Outro enfoque é o vetorial, e seu defensor, segundo Leonard, era John Friedmann. Para esse enfoque o planejador é um membro especializado de uma equipe multidisciplinar, e o objetivo de treinamento é dar-lhe elementos para conduzir as instituições a satisfazer as necessidades mais agudas da população. Nessa visão, o planejamento compreensivo é impraticável e portanto irrelevante.

Havia ainda o enfoque dos professores trazidos pela OEA, que era o do planejamento do desenvolvimento integrado. Leonard identifica esse enfoque com o que existe dentro do SERFHAU. Nessa visão:

> [...] enfatizou-se a natureza interdisciplinar e polivalente do Planejamento Urbano. As matérias de ensino deveriam refletir esta diversidade, com um amplo leque de opções, mas também devia-se assegurar uma base comum de conhecimentos nas disciplinas principais, economia, sociologia, desenho urbano, etc. através de cadeiras obrigatórias a todos os alunos. (LEONARD, 1973, p. 143)

Outro enfoque era o defendido pelo próprio Leonard, que era o do planejamento integral.

> Este approach colocou forte ênfase na necessidade de um planejamento urbano integral e propôs o plano físico e ambiental como chave para um approach integral, envolvendo aspectos, critérios e objetivos sociais, econômicos, políticos, etc. Sublinhou-se que o "planejamento físico", neste sentido é bem mais do que um instrumento para um conceito estreito da organização espacial e requer um enfoque e equipe interdisciplinares. (LEONARD, 1973, p. 144)

E tínhamos também o enfoque que foi denominado de Global/setorial do planejamento. Esse era defendido por Luis Carlos Costa, arquiteto paulista que nessa época foi professor da COPPE e funcionário da empresa de consultoria Hidroservice.

Ele defendia que havia três níveis de planejamento, no primeiro nível o Planejamento Setorial, um segundo nível de integração desses setores em enfoques profissionais (econômico, social, físico) e um terceiro que era o Planejamento Global.

Para Costa deveria ser dada prioridade ao primeiro nível do planejamento, e ao segundo mais destacadamente nos aspectos físicos e institucionais.

Para esse enfoque o curso devia ser desenvolvido basicamente no ateliê, onde através de exercícios práticos os alunos seriam treinados para o trabalho profissional.

Segundo Leonard (1973) todos esses enfoques conviviam dentro do curso de pós-graduação dado na COPPE, e isso mostra que não havia uma linha de planejamento que predominasse na formação dos alunos.

A visão de planejamento de Cole, a que ele imprimiu ao SERFHAU, era aquela trazida pela equipe de urbanistas da OEA.

6 Outras atividades

Nem todos os artigos publicados por Cole entre 1967 e 69 estavam diretamente vinculados a sua atividade no SERFHAU. Ainda que exprimisse sua reflexão sobre a gestão regional, o artigo "Regionalização dos Governos Locais: o caso do Canadá" é de outra ordem.

Ele foi publicado na Revista RAM de Setembro/Outubro de 1969, e expõe o novo arranjo administrativo que estava sendo implantado na Província de Ontário, na criação de uma municipalidade regional Ottawa-Carleton. A proposta suprimia algumas administrações locais, outras eram mantidas (ainda que o artigo não explicasse o porquê dessa diferença), e criava um ente jurídico administrativo formado pelas diversas localidades.

Já dissemos que a proposição por Hely Lopes Meirelles de uma legislação de áreas metropolitanas naquele ano disparou um processo de luta de poder entre os ministérios, pois estava claro que aquele que coordenasse o processo teria um grande peso político. Essa situação provavelmente levou Cole, baseado na experiência canadense a clamar por tentativas de gestão experimentais, não institucionalizadas, o que desguiava da luta por poder que acontecia.

> Infelizmente em nosso país, talvez por uma tradição histórica, procura-se sempre resolver problemas de alto nível de complexidade com legislação total e compreensiva, que não admite a possibilidade de períodos de transição e adaptação. Inúmeras vezes temos visto a implantação de leis que, pouco depois de sua edição, têm de ser reformuladas e readaptadas, nunca se encontrando o caminho correto para as soluções dos problemas que pretendem resolver. Essa nossa atitude cria, com relação a normas, diplomas, leis e regulamentos, uma série de desgastes inteiramente inúteis, inconseqüentes e perniciosos. É necessário ingressarmos numa era em que assuntos complexos sejam tratados inicialmente de forma experimental, baseados em técnicas científicas e não meramente na vontade isolada deste ou daquele funcionário que vê tão somente o seu problema específico, sem apreender a complexidade e a importância do conjunto. (COLE, 1969, p.530/531)

Ao mesmo tempo em que trabalhava no IPEA e no SERFHAU, Harry Cole desenvolvia atividade particular de projeto urbano.

Ele abriu um pequeno escritório de projetos que funcionava na Avenida Rio Branco. Com ele foi trabalhar o arquiteto Alexander Nicolaeff.

Nicolaeff se formou na Faculdade Nacional de Arquitetura em 1959. Assim que se formou trabalhou um ano para uma construtora que realizava obras em Brasília. Parece que uma grande parte dos profissionais dessa geração teve algum tipo de contato com a grande obra que acontecia nesse período. Depois foi fazer um estágio no Japão, e ao voltar trabalhou em alguns escritórios como o de Mindlin e depois foi trabalhar com Cole, por volta de 1967.

Fizeram juntos o primeiro projeto de distrito industrial do Ceará[139].

Cole também participava de entidades de planejamento. Uma delas foi a Sociedade Brasileira de Planejamento. Em 1969 o presidente do Conselho de Administração era João Paulo de Almeida Magalhães, e os conselheiros eram Armando Dias Mendes, Diogo Lordello de Mello, Heitor Ferreira

[139] Não obtivemos cópia desse projeto.

de Souza, José Arthur Rios, Lysia Bernardes, Rômulo Barreto de Almeida, Rubens de Mattos Pereira e Wit Olaf Prochnik. Harry Cole era então o Diretor-Executivo da entidade.

Pertenceu ao Conselho de Administração do BNH, cargo que conservou mesmo depois de ter saído do SERFHAU.

Também nesse período foi consultor de Desenvolvimento Urbano das companhias de metrô do Rio e São Paulo, e do Plano Urbanístico Básico de São Paulo.

Nos anos em que Cole trabalhou no governo federal, o Brasil passou por momentos muito difíceis. De um lado a economia começava a crescer e o processo inflacionário estabilizava-se, de outro a ditadura aos pouco ia se tornando cada vez mais violenta, coibindo manifestações contrárias ao regime, perseguindo intelectuais e estudantes, além de militantes de esquerda, transformando o parlamento num acessório conivente do regime. Em 68 tivemos o Ato Institucional n.º 5, que permitiu aos militares fechar o Congresso, caçar parlamentares, despedir funcionários públicos e censurar órgão de imprensa. A ditadura mostrava sua pior face.

Esse endurecimento do regime coincidiu com uma série de manifestações estudantis e sindicais, que em 68 varreram o mundo. Enquanto os estudantes dos países europeus se manifestavam e no Brasil acontecia a passeata dos Cem Mil, primeira manifestação de peso naqueles anos contra a ditadura militar; nos Estados Unidos extremistas de direita assassinavam Robert Kennedy e Martin Luther King. Nesse ano foi eleito para a presidência dos Estados Unidos o republicano Richard Nixon, que desenvolveu a partir de então políticas claramente conservadoras.

Essas políticas foram responsáveis pelo golpe militar no Chile em 1972, e levaram ao escândalo de Watergate – que foi uma ação ilegal de espionagem e escuta telefônica do partido democrata feita com consentimento de Nixon, e que causou o impeachment do presidente americano.

Em 1969 Médici assumiu a presidência, instalando no poder o grupo mais conservador entre os militares.

No Brasil os arquitetos, acossados pela repressão, começaram a deixar de discutir habitação como tema principal e passaram a discutir a "renovação urbana" e o "tempo livre". Esses dois temas assumiram a dianteira a partir de então na discussão sobre cidades nos congressos e reuniões de urbanistas em todo o mundo.

Em Novembro de 1968 Cole chegou à conclusão que enquanto o SERFHAU continuasse subordinado ao BNH, pouco poderia ser feito em termos de planejamento local e regional no Brasil. Sem poder mudar essa situação e desiludido, deixou o cargo.

Ao sair abriu uma nova empresa de projeto, a H.J. Cole + Associados S/A – Planejamento e Empreendimentos, cuja sede funcionou na Rua Sorocaba, no Botafogo.

Foi ali que ele preparou um grande número de projetos urbanísticos para cidades de vários estados brasileiros

.

7. Bibliografia citada neste capítulo

ALMEIDA, Roberto Schmidt de – *O pensamento geográfico no IBGE no Contexto do Planejamento Estatal Brasileiro*. In MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (Eds) – Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro. Campinas: AFHIC, p. 410/415,2004

ANDRADE, Luís Aureliano G. de – *Política Urbana no Brasil*: O Paradigma, a organização e a política. In Estudos Cebrap. São Paulo: Out/Dez. de 1976 (p. 119/148)

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO – BNH – – O regimento Interno do SERFHAU – Resolução do Conselho de Administração do BNH n.º 11/67. Rio de Janeiro: BNH, 1967.

CAMPOS, Roberto – A Lanterna na Popa: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAMPOS, Roberto – *Contra os super-homens ou a ciência fantasiada de Cartório*. In CAMPOS, Roberto – Do outro lado da cerca. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

CAMPOS, Roberto – *Freios para Leviathan*. In Anuário FNA. Rio de Janeiro: FNA, 1960.

CAMPOS, Roberto(2) – *O Senhor K., o Senhor K. e o Senhor K.* In Anuário FNA. Rio de Janeiro: FNA, 1960.

CINTRA, Antônio Octávio – *Planejando as cidades*: Política e não Política. In CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs) – Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1978. p. 169/253

COLE, Harry J. – *Conceitos de planejamento em transformação*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, setembro de 1965, n.º 39, p. 12.

COLE, Harry J. – *Desenvolvimento Metropolitano Integrado no Brasil*. In SERFHAU – Áreas Metropolitanas e Desenvolvimento Integrado no Brasil. Rio de Janeiro: Minter/SERFHAU/SENAM, 1967

COLE, Harry J.(2) – *Urbanização e Desenvolvimento*. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.º 81, mar/abr de 1967, p. 94/104

COLE, Harry J. – *Desenvolvimento Urbano no Brasil*. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.º 104, jan/fev de 1971, p. 7/23

COLE, Harry J. – National Urban Development Policies – Brazilian Case Study. Rio de Janeiro: SERFHAU, Abril de 1968. (material preparado para o Seminar on Social Sciences – Urban Development in Latin America, em Aconcagua, Chile) (acervo special collection Percy Johnson-Marshall da biblioteca da Universidade de Edimburgo)

COLE, Harry J. – *Regionalização dos Governos Locais*: o caso do Canadá. In Revista de Administração Municipal-RAM. Rio de Janeiro: IBAM, n. 16, set/out. de 1969, p. 527/531.

COLE, Harry J. – *Uma política de desenvolvimento urbano o grande objetivo para 1966*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/RJ, n.º 46, abril de 1966, p. 28/29.

COLE & TÉCNICOS DO SERFHAU – Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local no Brasil. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1968.

DREIFUSS, René A. – 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis,RJ: Ed. Vozes, 1981. (3ª edição)

FAISSOL, Speredião – *Planejamento e Geografia*: exemplos da experiência brasileira. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Ano 50, Tomo 2, n.º especial, 1988, p. 85/98.

FORTUNA, Affonso A. P. – *O esforço governamental de Planejamento Urbano*. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.º 129, mar./abr. de 1975, p. 43/60.

GASPARI, Elio – A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – IAB 80 Anos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IAB/Dep. RJ, 2001.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – *Seminário SHRU*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 15, setembro de 1963, p. 17/24.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – *O Planejamento da Ação em Discussão*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara. Janeiro de 1967, n.º 55, p. 25/27.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA – A institucionalização de Regiões Metropolitanas. Rio de Janeiro: IPEA/Área de Desenvolvimento Regional e Social, dezembro de 1969. Mimeo.

KOENIGSBERGER, Otto – *Planejamento da Ação*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro, IAB/Rio de Janeiro: n.º 39, Setembro de 1965. P. 12/15

LEONARD, John Burford – *O ensino do planejamento urbano e local*: proposições sobre a necessidade de uma definição. In SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – 1973 – Seminário sobre o Ensino no Campo do Desenvolvimento Urbano e Local. Rio de Janeiro: SERFHAU/COPPE/OEA, 1973. P. 137/147

LOUREIRO DURAND, Maria Rita G. – *Economistas e elites dirigentes no Brasil*. In Os economistas no governo – gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. 201 p.

LOUREIRO DURAND, Maria Rita G. – *Formação das elites político-administrativas no Brasil*: as instituições de pesquisa econômica aplicada. In Revista do Serviço Público. Brasília: V. 48, n.º 2, 1997, p. 101/123

MARTINS, Mário de Souza – *Tese apresentada no I Congresso Brasileiro de Urbanismo*. In Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: vol XIII, n.º 2, mês 3, 1941. P. 128/131

MINISTÉRIO DO INTERIOR/SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – MINTER/SERFHAU – Programa de capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local – Planejamento Urbano e Administração Municipal. Rio de Janeiro: SERFHAU, março de 1972.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – *Desenvolvimento Regional e Urbano*. In Plano Decenal- versão preliminar. Rio de Janeiro: Governo Federal, vol. 7, Março de 1967.

PEREIRA, Margareth da Silva – *Notas sobre o Urbanismo no Brasil*: construções e crise de um campo disciplinar. In MACHADO, Denise Barcellos P. et al – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB/Ed. UFRJ, 2003.

PEREIRA, Rubens de Mattos – *Minuta*: Diretrizes para a Ação do DAP (SERFHAU). Rio de Janeiro: SERFHAU, agosto de 1971. Mimeo. (documento encontrado na pasta Documentos Diversos – SERFHAU, no acervo da CEF)

PEREIRA, Rubens Mattos e OLIVEIRA, Newton – Considerações Gerais sobre o Processo de Desenvolvimento e Planejamento Urbano no Brasil. Rio de Janeiro: SERFHAU, agosto de 1971. (documento interno preparado para o BNH) (documento encontrado na pasta Documentos Diversos – SERFHAU, no acervo da CEF)

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – Seminário sobre o Ensino no Campo do Desenvolvimento Urbano e Local. Rio de Janeiro: SERFHAU/COPPE/OEA, 1973.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – *Serfhau promove e financia curso de pós-graduação*. In Boletim SERFHAU. Rio de Janeiro: SERFHAU, fevereiro de 1972. p. 38.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – Síntese das atividades do SERFHAU entre 13/06/67 a 31/08/68. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1968. Mimeo (acervo de Sonia Cole)

STEINBERGER, Marília – Planejamento Local Integrado: uma fase necessária ao Desenvolvimento Urbano Planejado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1976. (dissertação de mestrado)

TOLEDO, Caio Navarro de – *1964*: O golpe contra as reformas e a democracia. In Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 24, n.º 47, 2004, p. 13/28.

UNIÃO (BRASIL) – *Decreto n.º 59.917 – de 30 de Dezembro de 1966* - Regulamenta o SERFHAU. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: n.º 81, Mar/Abr/67, p. 155/160.

WILHEIM, Jorge – *O planejamento e sua importância na formação do arquiteto*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 24, junho de 1964, p. 11/15.

ENTREVISTAS

11. Almir Fernandes – entrevistado no Rio de Janeiro em 23 de Maio de 2005.
12. Celso Lamparelli – entrevistado em São Paulo em 20 de Fevereiro de 2006.
13. Eduardo Novaes – entrevistado no Rio de Janeiro em 24 de Maio de 2005.
14. Harry Cole – duas folhas com transcrição de entrevista realizada com Cole em 9 de Dezembro de 1975 por Antônio Octávio Cintra.
15. José Eduardo de Oliveira Penna – entrevistado no Rio de Janeiro em 10 Setembro de 2003, durante a pesquisa de meu mestrado.
16. Luis Alfredo Stockler – entrevistado em São Paulo em 1 de Novembro de 2007.

DOCUMENTOS

1. Relatório sobre as atividades do IPEA em 1964 e programação para 1965 escrito em inglês (caixa documentos gerais na Biblioteca do IPEA em Brasília)
2. Relatório de atividades do IPEA em 1969. Documento IPEA n.º 323, Brasília, 1969.
3. Relatório "Estruturação e Programa de Trabalho do Setor de Desenvolvimento Urbano" de 1966 (caixa documentos gerais na Biblioteca do IPEA em Brasília)

Capítulo VII

Um escritório de planejamento urbano

(1970-1980)

"Temos que adquirir consciência de que no futuro a metrópole será o "habitat" permanente do homem desenvolvido. Não há outro caminho. As soluções bucólicas, como me parecem as soluções de descentralização em cidades de tamanho médio, no fundo não satisfazem as populações porque elas já vieram para a grande metrópole, e se outras ainda não vieram foi porque não tiveram possibilidade de vir."
Harry Cole, 1972

Sumário desse capítulo

8. O H. J. Cole + Associados – Planejamento e Empreendimentos
9. Legislação urbanística – preocupações recorrentes
10. Um projeto urbanístico – Vila Real
    3.1 A cidade funcional
    3.2 A cidade-jardim
11. O Projeto Cura – em busca de cidades belas e eficientes
12. O plano de desenvolvimento integrado do escritório
13. O Urbanista Harry Cole
14. Bibliografia citada neste capítulo

O início dos anos 1970 no Brasil foi de muito otimismo. O crescimento econômico anual ultrapassava a casa dos 10%, e esse período ficou conhecido como o "milagre econômico".

Com dinheiro abundante o governo financiava também a infra-estrutura urbana e regional. Foram iniciados os metrôs do Rio e São Paulo, foi construída a ponte Rio-Niterói, e a Transamazônica começou a ser aberta, além da Cuiabá-Santarém.

Construía-se a maior hidroelétrica do mundo: Itaipu. Para ela e para outras hidrelétricas em implantação no estado de São Paulo eram erguidas "company towns" pela empresa estadual de energia. Instalava-se um novo pólo petroquímico, agora no nordeste: Camaçari, na Bahia.

Em 1973 veio o aumento dos preços do petróleo e começou um período de retração econômica. Neste ano, chefes de estado reunidos em Roma, trouxeram a público o primeiro manifesto ambientalista: o Relatório Bruteland.

Esses acontecimentos só começaram a ter reflexos no Brasil a partir de 1975. Diminuíram os recursos externos, mas o Brasil se colocava a caminho do "desenvolvimento" a qualquer custo e o endividamento externo se ampliava, em parte financiado pelo dinheiro fácil dos países produtores de petróleo, os petrodólares. (LUCCHESE, 2004)

O momento de fragilidade econômica se refletia numa fragilidade política do governo militar, e o General Ernesto Geisel, que assumiu em 1972, a partir de 1975 permitiu que se iniciasse uma modificação no regime que ficou conhecida como distensão: lenta e gradual.

Enquanto o país caminhava para uma recessão econômica, que se instalou a partir dos anos 80, crescia a preocupação com o meio ambiente e com a "revitalização urbana" no meio profissional dos arquitetos. Mas também se iniciava um processo de estudo e intervenção em favelas e cortiços, e eram discutidos conceitos como marginalidade e, ao contrário dos anos 60, quando a ação recomendada ao poder público era a "erradicação de favelas", procurava-se defender o direito desses moradores em permanecer em seus locais de moradia.

1. O H J Cole + Associados – Planejamento e Empreendimentos

Saindo do SERFHAU Cole passou a se dedicar ao seu escritório, e fundou em 12 de Agosto de 1968 uma empresa "de arquitetura, urbanismo, consultoria, planejamento e empreendimentos". (H. J. COLE + ASSOCIADOS, s/d) O escritório funcionava num antigo casarão na Rua Sorocaba, no Botafogo.

Na decoração do escritório, inspiração inglesa. Até uma cabine telefônica igual às inglesas o escritório tinha. (FIGUEIREDO, 2007)

Mesmo dedicando-se ao escritório seus vínculos com o Estado e os personagens que lá estavam nunca foram quebrados, e Cole continuou como Conselheiro do BNH (posição que ocupou entre 1967 e 1972) e membro do Conselho Técnico do SERFHAU (até 1972). Seu escritório desenvolveu trabalhos para o governo federal, entre eles o Programa Cura para o BNH e um estudo de legislação federal de cunho urbanístico, tudo isso em 1973.

A visibilidade adquirida no trabalho com o governo lhe abriu muitas portas de Prefeituras e Governos dos Estados. Suas relações pessoais também trouxeram muitos clientes da esfera privada para o escritório. Essa é a opinião de Carlos Eugênio Figueiredo (2007):

> E aí outra parte polêmica da personalidade dele, porque ele era escolhido pelos clientes de direita, o sogro dele era um homem sinistro, inteligentérrimo (sic) e visivelmente viabilizou o escritório de Harry com clientes importantes, mas o que eu acho bacana é que o Harry tratava os clientes – as populações das cidades – com um amor imenso. Mas ele fez a viabilização dele através do Glycon de Paiva.

Folder do escritório relaciona mais de 60 clientes de 15 estados brasileiros.

No folder há uma divisão desses clientes segundo "campos" de trabalho do escritório. Assim temos Sérgio Dourado, Sociedade Brasileira de Instrução, Cetenco S.A., United States Steel, Luxor Motéis Turismo S.A., Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, Teatro Glória, J. C. Monjardin Cavalcanti, Hotel Glória, Light Serviços de Eletricidade S. A., Cia Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A., Gilberto Huber, Distribuidora de Comestíveis Disco S.A., Casa da Banha Comércio e Indústria S. A., Embaixada do Senegal, INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, José Benedetti Facciolla, Governo do Território Federal do Amapá e Superintendência da Zona Franca de Manaus, todos esses como clientes de "projetos de arquitetura".

Os clientes de "urbanismo" também eram bem diversos: Cia Estanífera do Brasil, Companhia Agro-Pecuária Vale do Paraíba, Companhia Predial, Radiobrás – Empresa Brasileira de Radiodifusão, Emcatur – Empresa Capixaba de Turismo, IBM do Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda, Condomínio Fazenda Boa Vista, Listas Telefônicas, Companhia Industrial Odeon, Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais – CENPHA, BNH – Banco Nacional de Habitação, Domisa Construções S/A, Companhia Siderúrgica Nacional, Sermeco Serviços Mecanicos de Engenharia e Construções S/A, Companhia Litorânea de Imóveis, Veplan Residência Empreendimentos Construções S/A, Denasa S/A, Cotonício Othon Bezerra de Mello S/A, Cia Açucareira Usina Barcellos, Bracuí – Administração, Empreendimentos e Participação Ltda, Adbens S/A Administração, Participações e Empreendimentos, Grupo Cícero Prado, Superintendência da Zona Franca de Manaus e COHAB de São Paulo.

Como clientes de "Planejamento Integrado" estão relacionados a Prefeitura Municipal de Uberaba, a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, a Prefeitura Municipal de Blumenau, a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, o Governo do Território Federal do Amapá, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Macapá.

E ainda são separados os clientes de "Distritos Industriais": CODED – Cia de Desenvolvimento do Estado do Ceará, COPEG – Companhia de Desenvolvimento do Estado da Guanabara, USIBA – Usina Siderúrgica da Bahia, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, EMBRAPLAN – Empresa Brasileira de Planejamento S/A, a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, Companhia de Distritos Industriais de Goiás e a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Entre 1970 e 1980 o número de trabalhos realizados é muito grande, e em alguns anos foram terminados até seis trabalhos de planejamento, sem contar os de arquitetura. É o caso de 1974, quando foram entregues anteprojetos de legislação urbanística federal, o projeto Cura de Itaquera/Vila Matilde em São Paulo, o projeto da Marina Itacurussá no Rio de Janeiro, o Intraurbs de Recife, o projeto Cura de Blumenau e um pólo urbo-industrial em Telêmaco Borba no Paraná. E como atividade paralela, nesse ano Cole participou de um Seminário sobre Explosão de Cidades na Inglaterra e foi consultor do programa cidades de porte médio da Amazônia, desenvolvido pela SUDAM.

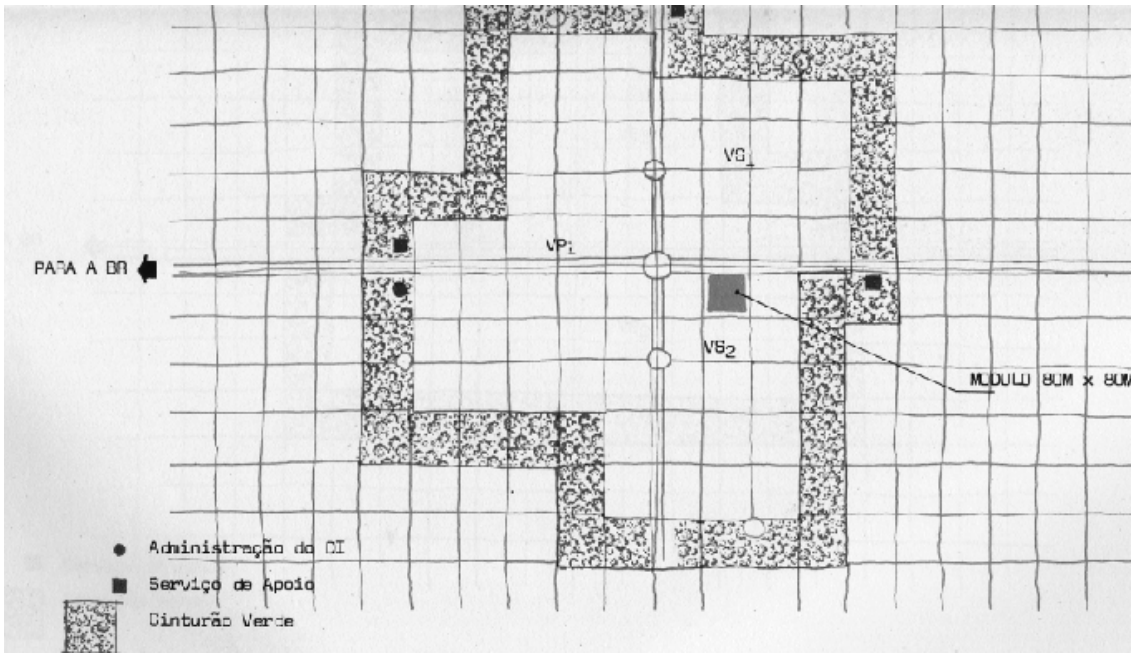


Figura 103 - Pólo urbo-industrial de Telêmaco Barbosa modulação das quadras residenciais com cinturão verde

Fonte: Cavalcanti e Costa, 2006

Já no seu início o escritório teve um bom número de trabalhos. Em 1970 o escritório foi contratado para realizar um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Município de Uberaba, um Estudo de Viabilidade para a criação de distritos industriais em Ponta Grossa e o Plano Diretor de Poços de Caldas.

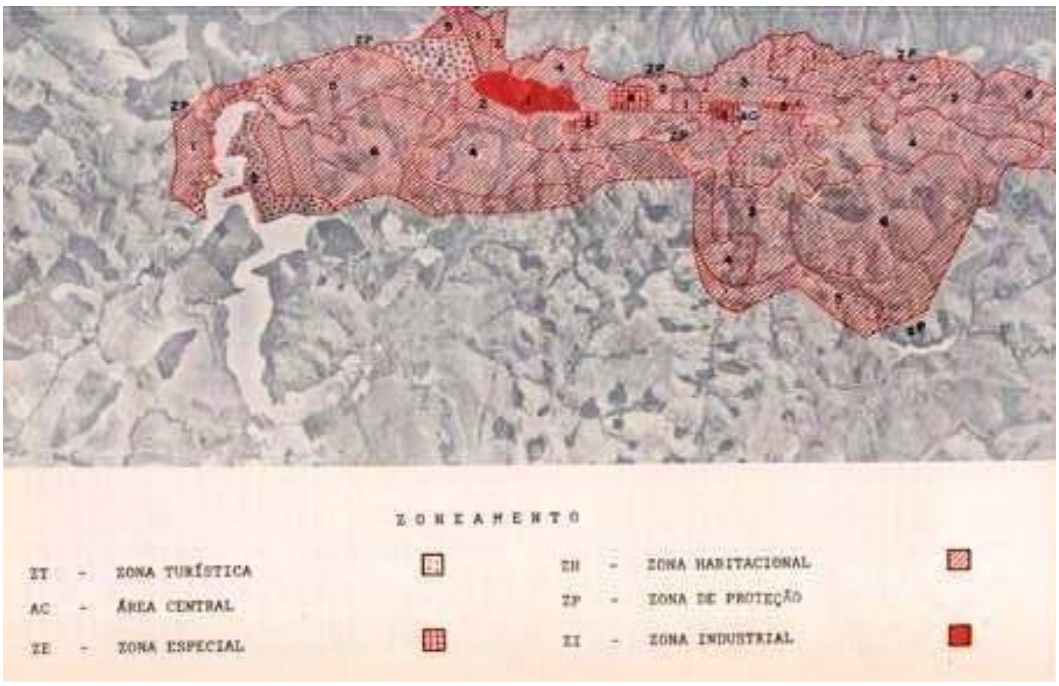


Figura 104 - Zoneamento Poços de Caldas

Fonte: H.J.Cole + Associados, 1970/71

Em 71 foi o ante-projeto urbanístico e estudo de viabilidade da Cidade do Sol no Espírito Santo, contratado pela Empresa de Turismo Capixaba, além de estudo para a criação da Zona Turística da Bacia da Lagoa de Jurapanã, no mesmo estado.

Figura 105 - Projeto para Cidade do Sol – 1971 – Espírito Santo

Fonte: prospecto publicitário Cidade do Sol

Os dois projetos faziam parte das propostas da agencia de turismo capixaba para aproveitamento dos recursos que deveriam ter sido disponibilizados pela EMBRATUR, como incentivo a atividades turísticas na área de influência da BR-101, em seu trecho entre Santos e Salvador. O projeto foi denominado pela EMBRATUR de Projeto TURSA.

Cidade do Sol seria construída numa área de 8 milhões de m² na orla marítima, entre Vila Velha e Guarapari, na região de areias monazíticas. Só parte do projeto foi implantado.

O segundo projeto era para o entorno da Lagoa de Jurapanã, no município de Linhares. Esse projeto não foi implantado.

Nesses dois primeiros anos foram realizados estudos e projetos para cidades novas, loteamentos, marinas e projetos de centros turísticos para a iniciativa privada.

Em 1971 foi feito um estudo de urbanização para Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Em 1972 foi a vez de um empreendimento turístico em Búzios e um sistema hoteleiro para a BLOMACO.

Foi em 1972 também que Cole desenvolveu a idéia do Programa Cura, que se transformou em linha de financiamento do BNH no ano seguinte. A expectativa de que o BNH investisse em melhorias nas cidades justificava-se porque a economia brasileira estava em rápida expansão, e todos acreditavam que haveria recursos suficientes para se investir em planejamento urbano.

O tema do turismo e do lazer nesta época adquiriu grande relevância. Em 1972 foi realizada uma reunião de arquitetos em Curitiba com o objetivo de discutir o lazer urbano. O coordenador do grupo foi o arquiteto Jorge Wilheim. Nesse ano ainda o Congresso da UIA era realizado com o tema de Arquitetura e Lazer, e a tese lá apresentada pelo IAB/Guanabara versava sobre Lazer.

Enquanto isso o Jornal Arquiteto, publicado pelo IAB/SP, encabeçava uma luta pela participação dos arquitetos no planejamento das áreas no entorno da Rio-Santos, que começava a ser aberta.

Em 1973 Cole foi contratado pela SUFRAMA para rever o projeto do Distrito Industrial de Manaus. Trabalhou com ele nesse projeto o arquiteto Almir Fernandes. Nessa revisão, a mostrou-se a necessidade de se ocupar somente as áreas mais altas, preservando os fundos de vales e várzeas e o sistema de escoamento das águas fluviais, representado pela rede de igarapés.

O projeto inicial, que começou a ser implantado, estava ocasionando um grande processo erosivo. O arquiteto paisagista Fernando Chacel, que realizava nessa época um estudo para preservação da vegetação no entorno do distrito industrial, solicitou a substituição do projeto à SUFRAMA, que contratou o escritório de Cole.

Figura 106 - Plano para o Distrito Industrial de Manaus - as áreas em verde deveriam ser preservadas

Fonte: H.J.Cole + Associados, Distrito Industrial de Manaus

Cole desde meados da década de 70 trabalhou na Amazônia, quando foi contratado pela SUDAM para elaborar uma política de desenvolvimento urbano para a Amazônia.

> Eu trabalhei na Amazônia desde 72, foram 8 anos com ele que eu aproveitei demais [até 1980]. Nesse período eu era o coordenador dos trabalhos na Amazônia, desenvolvi com ele desde o que ele chamava de assentamento espontâneo orientado, que era organizar uma favela de todos os pontos de vista, sociais e culturais; até a arquitetura. Quando foi chegando o final dos 8 anos, os contratos estavam diminuindo, entre os contratos da Amazônia nós tínhamos com o Governo do Amapá, que era ainda território. (FIGUEIREDO, 2007)

Entre 72 e 74 também desenvolveu estudos que levaram à proposição de um Plano Diretor para Blumenau.

Em Blumenau três trabalhos foram desenvolvidos nestes anos. Um projeto de saneamento básico para a cidade, para o qual Cole se associou ao Escritório Saturnino de Brito, então comandado por Saturnino de Brito Filho, o Plano Diretor para a Cidade e o Desenvolvimento de Projeto Cura para os bairros da Escola Agrícola, Vila Nova e Velha.

> Quando nós fizemos Blumenau, nós contratamos uma série de estagiários e levamos alguns daqui também. Montávamos um escritório no local. A prefeitura de Blumenau nos cedeu um espaço. Porém quando não tinha isso, São Paulo, por exemplo, a gente alugava uma casa. Ficava um grupo lá, outro no Rio. (NEVES, 2006)

Em 74 o escritório desenvolveu para a iniciativa privada o projeto da marina Itacurussá no Rio de Janeiro. Em 75 um plano piloto para um núcleo residencial da Açominas.

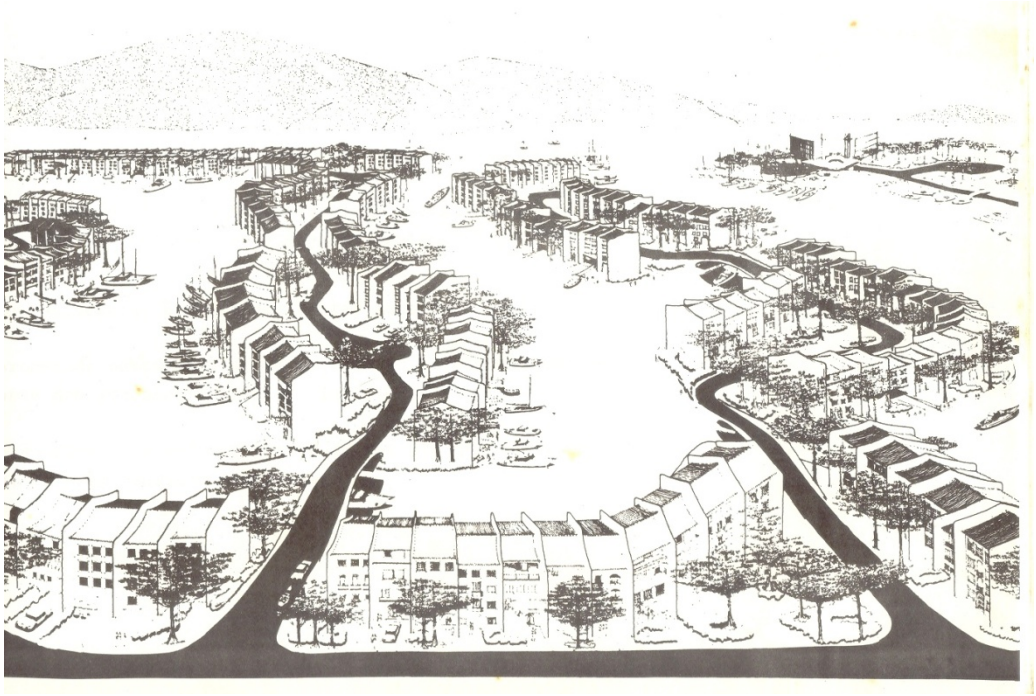


Figura 107 - Loteamento Turístico de Itacurussá – Baia de Sepetiba – Rio de Janeiro

Fonte: H.J.Cole + Associados, 1974

Nesses anos foi também desenvolvido um estudo para a cidade de Recife, cujo objetivo era avaliar a viabilidade da construção de uma nova cidade ao lado da capital, onde Cole defendia que os custos de construção de toda uma área urbana eram inferiores à urbanização de áreas urbanas existentes e degradadas. Esse trabalho foi denominado de Intraurbs.

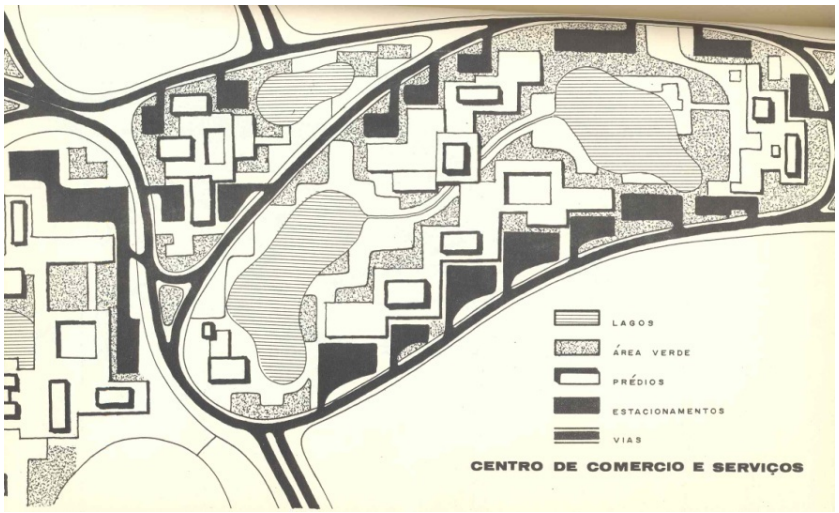


Figura 108 - Intraurbs – Recife

Fonte: H.J.Cole + Associados, 1973

A equipe também desenvolveu projetos de arquitetura, o mais conhecido sendo o projeto para a Universidade Cândido Mendes no centro do Rio, edifício extremamente polêmico por ser uma torre de grande porte construída ao lado de edifícios tombados. Mas foi aprovado pelo SPHAN, e o parecerista foi Oscar Niemeyer, que exigiu que os pilares do prédio deixassem de ser aparentes, resultando então numa fachada de paredes de vidro.

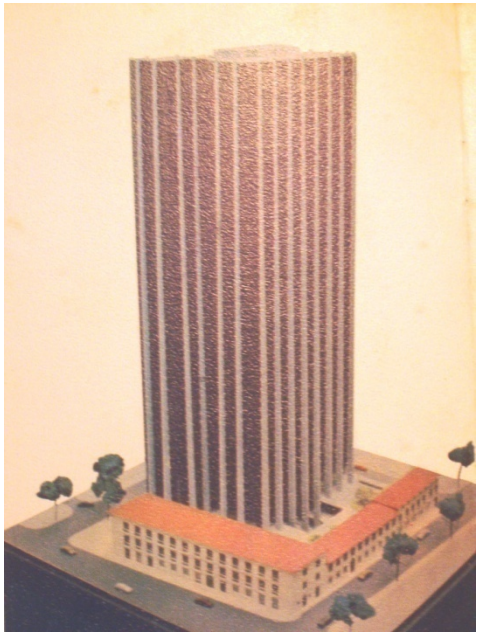


Figura 109 - Maquete do projeto original

Fonte: folder do escritório

O escritório era dirigido por Cole e por sua esposa, a arquiteta Sônia Cole. Sônia se encarregava da parte administrativa, era quem cobrava os trabalhos, dava as broncas por atraso nos projetos, contratava e demitia o pessoal. Representava o lado "duro" do casal.

Cole se encarregava da parte de relações públicas e da coordenação técnica dos trabalhos. Era quem trazia os trabalhos para o escritório e quem dava a última palavra sobre os trabalhos que eram desenvolvidos.

> A gente ficava no andar de cima, a Sônia e o Harry ficavam no andar de baixo. Ele participava nas concepções dos projetos, ele se reunia no andar dele com os coordenadores. A Sônia fazia a interface dele com a equipe, gerenciava o escritório, eu não me lembro dela discutir concepção. Tinha a Vera Lúcia que era a pessoa chave para ela. Vera administrava as equipes, os projetos. (TANGARI, 2007)

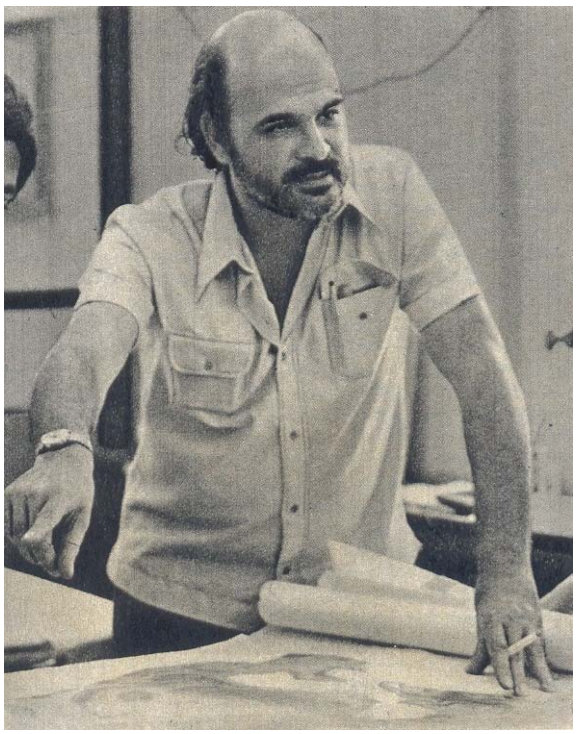


Figura 110 - Harry Cole em seu escritório

Fonte: Revista Realidade, maio de 1972

Segundo Figueiredo (2007) Cole tinha uma grande sensibilidade para as coisas revolucionárias e corretas. Neves (2007) também diz que ele era um homem muito a frente no seu tempo. Os projetos que analisamos a seguir mostram isso.

Desenvolvia seu raciocínio através do desenho, como no caso, lembrado por Figueiredo (2007), de Marabá, onde a reflexão para a remoção de parte da cidade começou sobre o levantamento topográfico da região, onde propôs que a cidade ocupasse as áreas mais altas, protegendo-se os talvegues, e construindo-se uma via principal no espigão, que dava acesso aos núcleos habitacionais em forma de folhas, como uma "liana".

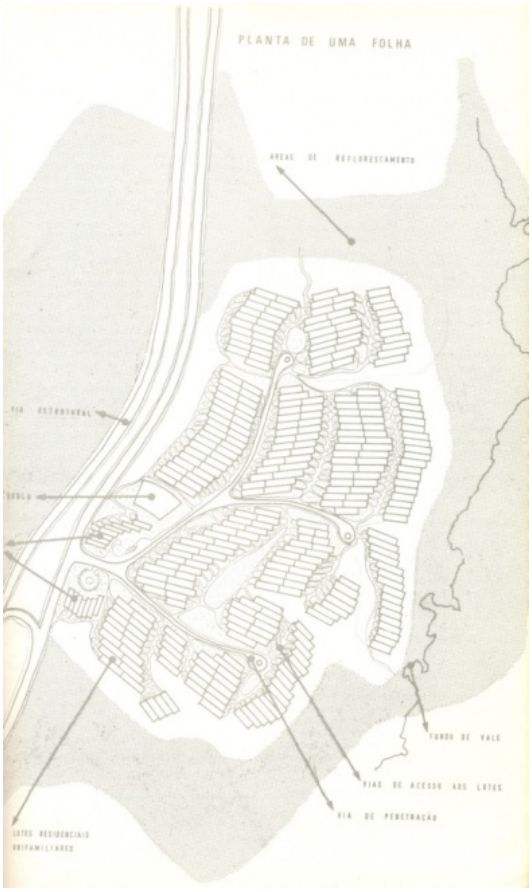


Figura 111 - Desenho para Marabá

Fonte: H.J.Cole + Associados, 1976

Cole gostava de delegar o desenvolvimento dos trabalhos. Ele os passava aos seus gerentes de projeto, desde que tivesse certeza que os pensamentos iniciais estivessem acordados. Eram os gerentes que "tocavam" os projetos e as reuniões com Cole eram para mostrar como ia seu o andamento. "Ele tinha uma habilidade imensa para pegar os pontos chaves e em transmitir isso." (FIGUEIREDO, 2007)

As equipes eram organizadas por projeto, vários colaboradores participaram somente de um ou dois trabalhos, outros permaneceram durante um longo tempo no escritório.[140]

[140] Os trabalhos do escritório (entre 1970 e 80) nos permitiram fazer a listagem a seguir. Esses profissionais estiveram em equipes de um ou de vários trabalhos, e alguns somente atuaram como consultores especializados: Arq Almir Fernandes, Arq Alex Nicolaeff, Arq. Paisagista Alexandre Costa Neto, Arq Arnaldo Ferraz de Abreu, Geo. Bárbara Nunes da Silva, Cart Breno Dias Fernandes, Arq Carlos Eugênio Hime, Arq Carlos Eugênio M Figueiredo, Econ. David Gorodicht, Arq Delaide Maria Merlo, Jorn Diva Maria Roush Amorim, Econ Edgar Bastos de Souza, Arq Fernando Casério de Almeida, Arq Fernando Chacel, Arq Flávio Ferreira, Soc Geraldo Targino, Arq Gilberto Palmieri, Econ Hamilton Tolosa, Arq Heloísa H M Villela de Andrade, Eng Hisbelo Campos, Arq Humberto Borges Flores, Econ. Inês Couto, Arq Ivan Nascinovic, Eng Ivo Jansson de Azevedo, Econ Jayme Lopes do Couto, Arq Laura Vianna, Arq. Leonardo Moreira, Arq Luis Alfredo Stockler, Arq Marlene Fernandes, Eng. Maria Alice Lanhas, Estatíst. Mário Dias Lopes, Econ Martiniano Barbosa Moreira, Arq Miriam Wagner Capllonch, Eng Olavo Rosa Fº, Eng Paulo Avelino de Souza, Adv Rafael Mendonça de Lima, Arq. Raquel Carneiro da Silva, Econ Raymundo Resende Bello, Soc Ruth Amaral Sampaio, Arq Sonia Quintiere Peixoto, Arq Stélio de Moraes, Arq Vera Lúcia Gervásio Neves, Arq Vera Maria Bieri, Arq Zilda Maria dos Santos, Jorn Zuenir Ventura.

Sônia Cole (2003) nos disse que em seu auge a empresa chegou a ter mais de 200 funcionários, com filial em São Paulo e escritórios temporários em Belém, Macapá e Blumenau.

Vera Lúcia Gervázio Neves (2006), que trabalhou durante vários anos no escritório, lembrou que aquele era um escritório em que todos os estudantes interessados em planejamento urbano, tentavam estagiar. Foi dessa forma, como estagiária, que ela entrou no escritório.

Os projetos arquitetônicos, inclusive desenhos e projetos que acompanhavam planos urbanísticos, eram feitos por arquitetos que lá trabalhavam, também sobre a supervisão de Cole.

No final dos anos 1970 havia entre quinze a vinte arquitetos fixos, além de outros profissionais, como economista, geógrafo, cartógrafo e jornalista.

Durante todo esse período Cole também elaborou artigos, alguns publicados, outros objetos de palestras no Brasil e exterior.

Em 1970 escreveu o artigo "Recomendações sobre Poluição Urbana", apresentado em um Seminário da ONU. Em 1973 discorreu sobre "Introdution to Urban Trends: accomplishments and problems in Brazil" em palestra no Rio, feita para o Urban Growth Study Group, grupo de estudo de congressistas americanos.

Em 1976 publicou "Diagnóstico Físico do Município", voltando a expressar sua preocupação metodológica. Nesse artigo, publicado pela Revista RAM em Maio/Junho de 1976, explicava parte da metodologia de trabalho que adotava na elaboração de planos urbanos e regionais.

Esses trabalhos eram desenvolvidos em duas etapas, sendo que a primeira compreendia a elaboração do plano e consistia em: Anamnese ou levantamento de informações, análise das informações coletadas, diagnose ou diagnóstico e prognose ou prognóstico.

Era a mesma proposta desenvolvida no SERFHAU enquanto itemização.

A segunda etapa era a elaboração do programa de ação, composto de programas, subprogramas, projetos específicos e setoriais. Contava com Implantação, Controle, Fiscalização e Avaliação e revisão do plano ou projeto.

O planejamento urbano de Cole admitia e advogava propunha o desenvolvimento de projetos urbanos, característica que, segundo ele, foi também pensada para os planos do SERFHAU. Isso ficou mais aparente na elaboração da proposta do Programa Cura.

A crise que começou a se instalar no final desses anos também chegou ao escritório. Os contratos terminavam e poucos contratos novos eram iniciados. Dois projetos do escritório foram duramente criticados pelos especialistas no final dos anos 1970. Um deles era o edifício da Universidade Cândido Mendes, a que já nos referimos. O outro foi o projeto para a Veplan Engenharia, em Niterói, a "Comunidade Planejada de Itaipu".

Neste projeto, um loteamento de classe média alta, o arquiteto propunha a utilização da Lagoa de Itaipu para a construção de uma marina, através da construção de um canal artificial que a ligasse ao mar. O projeto foi embargado e a polêmica se instalou, porque ele significava o assoreamento da lagoa.

Por causa disso Cole escreveu um grande texto defendendo o projeto, mas essas contrariedades podem ter piorado sua saúde que já era precária. Tinha há tempos algumas complicações de saúde, porque era diabético e quase não se cuidava.

Em 1980, aos 50 anos, Harry Cole teve um acidente vascular cerebral. Com o AVC ele deixou de desempenhar o papel de trazer trabalhos para o escritório, pois ficou com seqüelas, o que lhe dificultou a fala.

O planejamento urbano, depois de um auge até 1978, começou a ser revisto, e já no início da década de 80 trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado começavam a criticar duramente o planejamento de gabinete e burocrático[141]. Começaria a se falar então em Planejamento Participativo, e pareceu que se reinventava o planejamento.

O escritório, também por causa disso, a partir de 1980 foi diminuindo de tamanho, os trabalhos que entravam eram pequenos e não exigiam uma grande equipe. Mas ele só foi fechado em 1990, mesmo ano em que Cole morreu, aos 60 anos de idade.

[141] Trabalhos com essa posição são os de João Batista Filho – "O Projeto Cura no Parque Guanabara: uma política programa de renovação urbana em Londrina", de 1985; de Sonia Nahas de Carvalho – "Política Urbana no Brasil – a História de Um Caso" de 1982; de Benício V. Schmidt – "O Estado e a Política Urbana no Brasil", de 1983, por exemplo. (Veja LUCCHESE, 2004)

2. Legislação urbanística – preocupações recorrentes

Em 6 de Maio de 1974 a H. J. Cole + Associados foi contratada pelo BNH para elaborar anteprojetos de legislação urbanística, e o trabalho foi realizado sob a coordenação de Cole e do advogado J. Aguiar.

No documento que encerra o trabalho, as minutas são precedidas por um enunciado com os objetivos que se pretendia atingir com aquela legislação e com recomendações de estratégias para que as leis viessem a ser aprovadas.

As leis são divididas em cinco grupos. O primeiro é formado por uma emenda constitucional cujo objetivo era permitir nas desapropriações para fins urbanísticos, o pagamento em títulos de dívida pública garantidos pelo governo federal, e não em dinheiro como exigido. A justificativa se apoiava na necessidade de um grande número de desapropriações para que se pudesse fazer as melhorias urbanas, isto é, implantar infra-estrutura, transporte público e equipamentos comunitários.

O segundo grupo continha leis voltadas para regulamentar o uso do solo urbano. A primeira desse grupo era uma lei do uso do solo. Seu objetivo era garantir que toda cidade tivesse um zoneamento, e que a "intensidade" de uso do solo fosse controlada. Nesta lei Cole abandona a idéia de que cada município deve ter um plano diretor, e a troca por uma lei de zoneamento. A preocupação é claramente nesse caso com o aspecto físico das cidades, segundo ele, com as deseconomias e a não efetividade do investimento público.

Para sanar isso, uma "entidade" federal deveria receber de cada município uma planta de sua área urbana e de expansão urbana, com o zoneamento e o sistema de circulação, uma planta com os indicadores da intensidade do uso do solo e um relatório justificativo dos critérios e indicadores adotados. E esses documentos deveriam ser atualizados periodicamente. Os documentos não seriam aprovados, mas se constituiriam no elemento utilizado para avaliar se o Governo Federal deveria dar empréstimo para planos de urbanização, reurbanização ou de desenvolvimento urbano para cada município.

Com essa lei Cole procurava implantar uma regra para os financiamentos, o que já tentara fazer de forma mais branda quando esteve no SERFHAU. Ele insistia portanto num único ponto: que os recursos federais estavam sendo gastos nos municípios sem planejamento, de forma a atender interesses de determinados grupos e não em prol de um crescimento harmônico das cidades, com uma lógica técnica.

Para complementá-la era proposta uma lei de desapropriações com finalidade urbana e uma lei que regulamentava as alíquotas dos impostos imobiliários urbanos.

Na lei de desapropriação com finalidade urbana, alguns aspectos merecem ser mencionados, por serem até hoje propostas extremamente inovadoras e de proteção aos recursos públicos. Falamos da previsão de que o justo valor do imóvel passasse a ser o valor venal, não havendo possibilidade do proprietário requerer um valor maior em juízo.

Garantindo o direito dos proprietários, a lei também previa que estes poderiam pedir a correção dos valores venais de seus imóveis, caso considerassem que o valor era inferior ao de mercado, mas nesse caso também estariam aumentando o valor de seus IPTUs. Esse aumento podia ser negado pela Prefeitura, desde que se apontassem justificativas técnicas.

A lei também previa que se houvesse demora no pagamento da indenização, e isso se devesse ao fato do proprietário ter recorrido em juízo, ao perder a ação, ele não teria direito à correção monetária entre o valor ofertado e o que seria pago.

Na lei de alíquotas de imposto territorial e predial urbano, ainda que coubesse ao município definir as alíquotas, este seria obrigado a definir zonas na cidade onde não houvesse interesse imediato de ocupação, zonas prioritárias para ocupação, áreas com densidade de ocupação superior à desejável, áreas em obsolescência e áreas com infra-estrutura ociosa, mas não prioritárias.

Para cada área foi definido um acréscimo ou uma diminuição na alíquota a ser definida, fazendo-se do IPTU um instrumento de controle urbanístico.

Assim em áreas prioritárias com infra-estrutura ociosa, o imposto predial das edificações novas seria x – (50% de x), o imposto predial das edificações existentes x e o imposto territorial x + (50% de x), sendo que esse teria acréscimo anual e cumulativo. Já nas áreas com densidade de ocupação superior à desejável o imposto predial das edificações novas seria x + (50% de x), das edificações existentes x e o imposto territorial x – (50% de x). Esse cálculo passaria a ser obrigatório em todas as cidades, e com isso esperava-se incentivar o adensamento na primeira área e paralisá-lo na segunda.

O terceiro grupo visava obrigar os municípios a cobrar os impostos de sua esfera, uma vez que impostos como IPTU nem sempre eram cobrados. Nesse grupo foi elaborada uma emenda constitucional que previa que o agente público que deixasse prescrever dívida ativa da Fazenda Pública responderia pelo valor do débito prescrito e uma lei que regulamentava essa emenda.

No quarto grupo, voltava-se a repassar 20% dos recursos federais aos municípios, estados e territórios e criava-se um Fundo de Melhoramentos Urbanos, cujos recursos também seriam distribuídos pela União.

No último grupo criava-se um instrumento indicado pelo BNH, denominado ORDEM. O objetivo deste instrumento era criar no Banco Central do Brasil um sistema de controle integrado para evitar o endividamento dos estados e dos municípios acima de sua real capacidade financeira. Para isso se criariam as Obrigações Reajustáveis para o Desenvolvimento dos Estados e Municípios – ORDEM – que seriam normalizadas pelo Conselho Monetário Nacional. Claramente essa lei tinha como finalidade proteger o BNH da inadimplência de seus mutuários públicos.

Esse corpo de leis teve uma forte característica financeira e de controle urbano, onde se procurava proteger a aplicação de recursos públicos, fossem federais ou municipais, em obras e serviços que tecnicamente eram considerados contraproducentes, ao mesmo tempo em que se tentava fazer com que os municípios arrecadassem os impostos de sua exclusiva competência, e aplicassem os recursos segundo uma lógica técnica.

Eram leis concebidas por profissionais que atuavam ou haviam atuado no âmbito público. E essa era a "escola" que Cole tivera desde 1965.

Ainda na década de 1960 era apresentada pela Revista Arquitetura (COLE, 1966) um anteprojeto de lei de loteamento elaborado no Ministério do Planejamento por Hely Lopes Meirelles. Esse anteprojeto não estabelecia nenhuma restrição urbanística, mas somente definia melhor as responsabilidades das prefeituras e dos loteadores. Em 67, o SERFHAU promoveu um seminário para discutir a contribuição de melhoria. A necessidade de estabelecer um corpo legal que desse instrumentos para as prefeituras exercerem maior controle sobre o desenvolvimento urbano e obterem retorno pelos investimentos realizados, vinha deste período.

Existe assim uma trajetória de intenções de regulamentar o desenvolvimento das cidades e a aplicação de recursos públicos da qual Harry Cole participa, mostrando que havia um grupo no governo que acreditava na necessidade de se terem instrumentos para controlar o mercado fundiário urbano.

Era um grupo que podemos chamar de técnico, que ainda que tenha conseguido influenciar alguns gestores para a necessidade de controles urbanísticos, não conseguiu apoio suficiente para implementar essas leis, uma vez que o governo estava comprometido com os interesses de parcelas da burguesia nacional, da qual os proprietários de terras eram um grupo expressivo.

Cole, apesar de suas fortes relações com os poderosos, fazia parte do grupo de técnicos que militava por uma intervenção no mercado fundiário urbano, e esse corpo legislativo produzido pelo escritório é prova disso.

Mas parece-nos que o mais interessante dessas leis preparadas pelo escritório de Cole, é que respondendo a uma demanda do BNH, que provavelmente queria leis que garantissem o retorno financeiro dos recursos investidos, Cole desenvolveu uma legislação tributária, que é em última instância urbanística, e que tinha por objetivo iniciar um processo de reforma urbana.

3. Um projeto urbanístico – Porto Real

O escritório desenvolveu vários projetos urbanísticos. O que analisamos a seguir foi entregue em 1971, e é um dos primeiros projetos contratados ao escritório. A contratante era a Companhia Agro-pecuária Vale do Paraíba, e o terreno localizava-se no então distrito de Porto Real[142] do município de Rezende, ao sul do estado do Rio de Janeiro.

O escopo do trabalho contratado não previa um projeto urbanístico, e sim um estudo de viabilidade para um pólo urbo-agro-industrial. Não surpreende, portanto, que o gerente de projeto fosse um economista – Martiniano Barbosa – mas o projeto também contou com arquiteto como gerente adjunto, Carlos Eugênio Hime. Trabalharam nele ainda o arquiteto Gilberto Palmieri, o engenheiro Ivo Jansson de Azevedo e o sogro de Cole, engenheiro Glycon de Paiva.

O trabalho foi entregue em dois volumes, em papel tamanho A4.

O Volume I introduz o trabalho, e reúne os seguintes estudos: estudo da megalópolis centro-leste brasileira, estudo do "corredor urbanizado" Rio – São Paulo, estudo para implantação de um pólo de desenvolvimento urbo agro-industrial dentro do "corredor urbanizado.

O Volume II apresenta a proposta urbanística propriamente, e é dividido em: quantificação da comunidade urbana da nova cidade de Porto Real, modelo da estrutura econômica da comunidade da nova cidade de Porto Real, Estrutura espacial do pólo da nova cidade de Porto Real, Estrutura empresarial, Investimentos necessários para implantação do pólo em sua primeira fase, programação de relações públicas, promoção e propaganda e indicação para o plano de venda.

O estudo de viabilidade econômica, objeto do primeiro volume, é um extenso diagnóstico sobre as condições de infra-estrutura de energia, água e comunicações existentes no eixo e no entorno do empreendimento. Também são analisadas as culturas agrícolas e o parque industrial existente, em termos de produção e pessoal ocupado.

É calculado o custo da implantação de infra-estrutura e a futura arrecadação do município de Rezende com impostos no pólo. Também é definido o tipo de indústrias que devem ser aceitas. Não são considerações de ordem ambiental que orientam essa escolha, mas sim a possibilidade de haver no local, uma produtividade superior ao que era conseguido na região. Os ramos industriais indicados são metalurgia e mecânica, produtos alimentares, couro, peles e similares, indústria química, produtos elétricos e eletrônicos, indústrias de madeira, gráficas e bebidas.

A partir dos dados levantados no primeiro volume conclui-se que pode ser esperada a implantação de trinta e três estabelecimentos industriais no pólo em sua primeira fase, gerando cerca de dois mil e setecentos empregos.

É com base nesse dado que é prevista a população da cidade e dimensionadas as áreas necessárias para abrigar cada atividade.

[142] À época da proposta não existia o município de Porto Real, e a Vila de Porto Real e a usina de açúcar que dariam origem a cidade eram um distrito de Resende. O município foi criado posteriormente mas da proposta que analisamos nada foi implantado.

Para se chegar às dimensões das diversas áreas da cidade, parte-se de uma análise do emprego industrial, da proporção que ele tem com a geração de empregos indiretos, e da média de pessoas empregadas por família, o que permite o cálculo da população da cidade.

O número de pessoas empregadas por família é uma média brasileira à época, mas as dimensões de áreas para os diversos usos foram calculados a partir de padrões nacionais ou internacionais.

É citado na bibliografia do trabalho o livro Central Lancashire – Study for a City, publicado pelo Governo Britânico em 1967. Esse livro é um manual com proporções entre população e necessidade de áreas para os diversos usos, e é ele que forneceu os subsídios para o projeto. Como padrão utilizado pelo planejamento britânico, levou a uma cidade com baixa densidade de ocupação.

Mas o desenho não nasce somente desses números, ele é também fruto de uma visão urbanística, da intenção de se chegar a uma estrutura espacial que, na opinião dos autores do projeto preliminar, "possibilita um melhor aproveitamento do espaço bidimensional da área em que se deseja implantar um sistema urbano". (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

E essa estrutura espacial é "multipolarizada", uma mistura entre uma estrutura radial e uma estrutura linear, isto é, é uma estrutura que é polarizada em torno de vários pontos distribuídos ao longo de um eixo longitudinal.

Essa idéia, segundo o texto, foi originalmente concebida por Hilberseimer. Ludwig Karl Hilberseimer foi um arquiteto e urbanista alemão, conhecido por seu trabalho na Bauhaus e com Mies Van der Rohe, com quem trabalhou nos Estados Unidos, para onde emigrou em 1938, fugindo do nazismo. Em Chicago ele dirigiu o Departamento de Planejamento Urbano do Curso de Arquitetura do Instituto de Tecnologia de Illinois. Escreveu vários livros, e existe essa idéia de uma cidade que se repete ao longo de um eixo viário, no livro "Un'idea di Piano[143]", mas é um idéia com forte aporte conceitual no ideário cidade-jardim.

Ao usar a estrutura multipolarizada, o projeto permite que se recomende em cada fase uma cidade completa de pequeno tamanho, e esta cidade vai ser reproduzida depois, na segunda e terceira fase.

[143] Título original Entfaltung einer Planungsidee. Ullstein Bauwelt Fundamente.

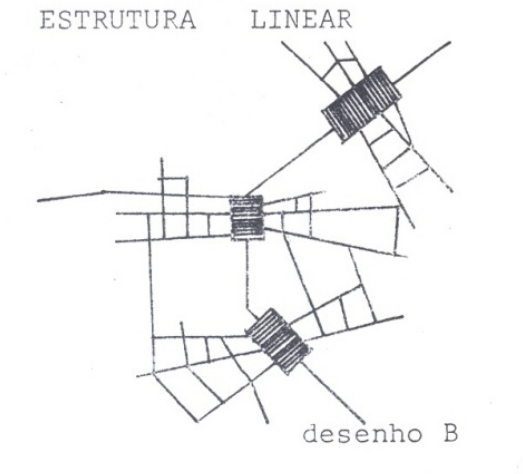


Figura 112 - Croqui mostrando o desenvolvimento de uma estrutura multipolarizada de cidade

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

Há um acentuado caráter discursivo na apresentação da proposta, talvez uma característica comum aos trabalhos desenvolvidos no início da década de 1970, quando o planejamento urbano no Brasil era elaborado como diretrizes não gráficas, não projetuais. Mas o estudo urbanístico preliminar foi desenvolvido em pranchas independentes, que depois foram fotocopiadas e juntadas ao documento.

Enquanto que a apresentação do trabalho fala em estrutura multipolarizada, o volume de apresentação da proposta fala em estrutura linear.

> A estrutura linear consiste em uma linha básica de intercomunicação, geralmente representada por uma estrada ou avenida-tronco, as margens da qual se dispõem e crescem paulatinamente as diversas funções urbanas. /.../ Já uma estrutura urbana linear permite um rigoroso parcelamento das etapas de implantação, e até mesmo a modificação ou correção, no correr do tempo, das propostas e concepções formais induzidas por um plano urbanístico inicial. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Ao propor essa estrutura, a defesa descarta a estrutura radiocêntrica, segundo o autor, típica das new towns inglesas, e que acabam por exigir a reserva de uma grande área para o centro urbano que só será ocupado de forma densa e adequada muitos anos após a cidade ter sido criada.

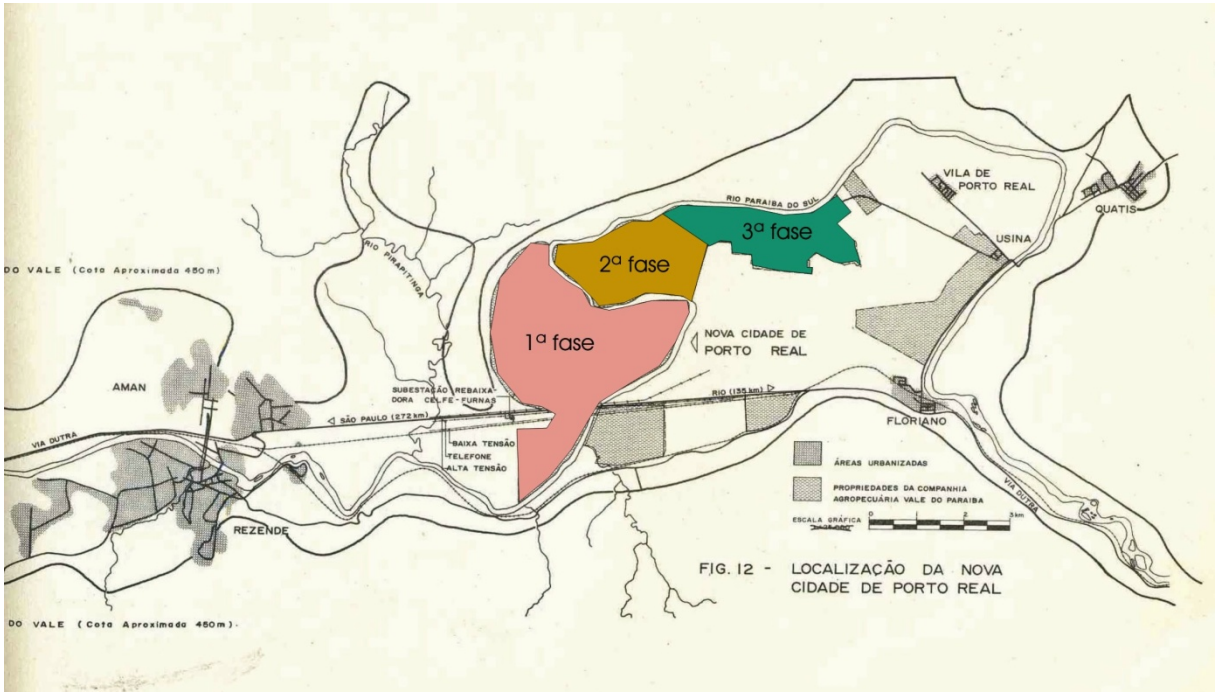


Figura 113 - Localização na Nova Cidade de Porto Real, em relação à Resende (à esquerda) e à Vila de Porto Real (à direita)

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

O terreno do projeto é uma área plana cortada pelo Rio Paraíba do Sul e cercada por morros. O assentamento se localizaria na várzea do rio Paraíba, em trecho onde essa se alarga, entre a Rodovia Presidente Dutra e a Serra da Mantiqueira. Apesar de se constituir como uma área plana, o traçado do sistema viário é orgânico.

Podemos perceber pela figura anterior que o projeto para a cidade de Porto Real ocupa uma área bem superior à de Resende à época.

Na primeira fase foi prevista uma população de 25.000 habitantes, metade da população da cidade de Resende (Resende tinha um pouco mais de 53.000 habitantes pelo Censo de 1970, segundo o CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro).

Essa é outra característica do projeto: a sua baixa densidade, que nessa fase alcança uma densidade populacional de 56 hab/ha. Ao atingir o máximo de população (100.000 habitantes em 30 anos), sua densidade seria de 71 hab/ha.

Mas essa baixa densidade do início, era em parte também devido ao montante de área destinada ao uso industrial, pois dos 446 ha que a cidade teria na primeira fase, 210 ha, ou 47% da área estavam destinados ao uso industrial.

A necessidade de área industrial foi calculada a partir de parâmetros de trabalhadores por hectare das fábricas inglesas, americanas e porto-riquenhas.

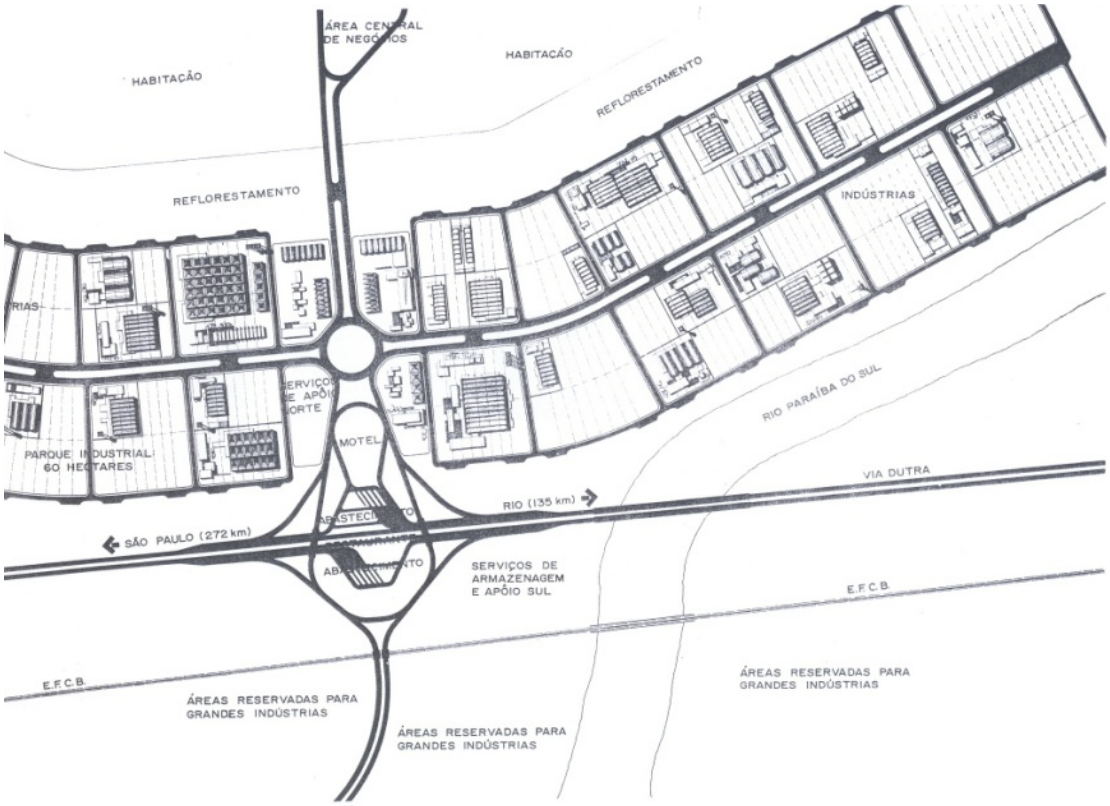


Figura 114 - Proposta espacial para a zona industrial

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

O dimensionamento das áreas comerciais e residenciais também é realizado a partir de alguns parâmetros estatísticos. Para as áreas comerciais e de serviços, esse número é calculado também em função do número de empregos, calculando-se a necessidade de 10 m² por emprego.

Já as áreas residenciais são calculadas a partir do total de famílias e de uma distribuição média de renda entre essas famílias, o que determina um percentual de lotes individuais de tamanhos diversos, que vão de 120 m² a 300 m². Também é reservado um pequeno número de lotes para mansões (sic) com 5.000 m² de área, e para granjas com 20.000 m² de área.

Esses elementos são utilizados no desenvolvimento de uma proposta espacial preliminar, e principalmente para a elaboração de um zoneamento, para que se possa efetuar o cálculo dos custos da implementação do projeto, estes sim o objeto do contrato com a Companhia Agro-pecuária que, lembremos, era um estudo de viabilidade.

A estrutura urbana proposta consiste na implantação da área industrial ao longo da BR 116, e nas áreas habitacionais e comerciais mais no interior da gleba, na várzea do Paraíba. O acesso principal é feito por uma avenida tronco, ortogonal à rodovia. Essa avenida continua após a área industrial, e é a via de acesso às áreas comercial e residencial da cidade, que ficam separadas da área industrial por um "cinturão verde". O traçado viário, radio-concêntrico, acompanha a sinuosidade do Rio Paraíba.

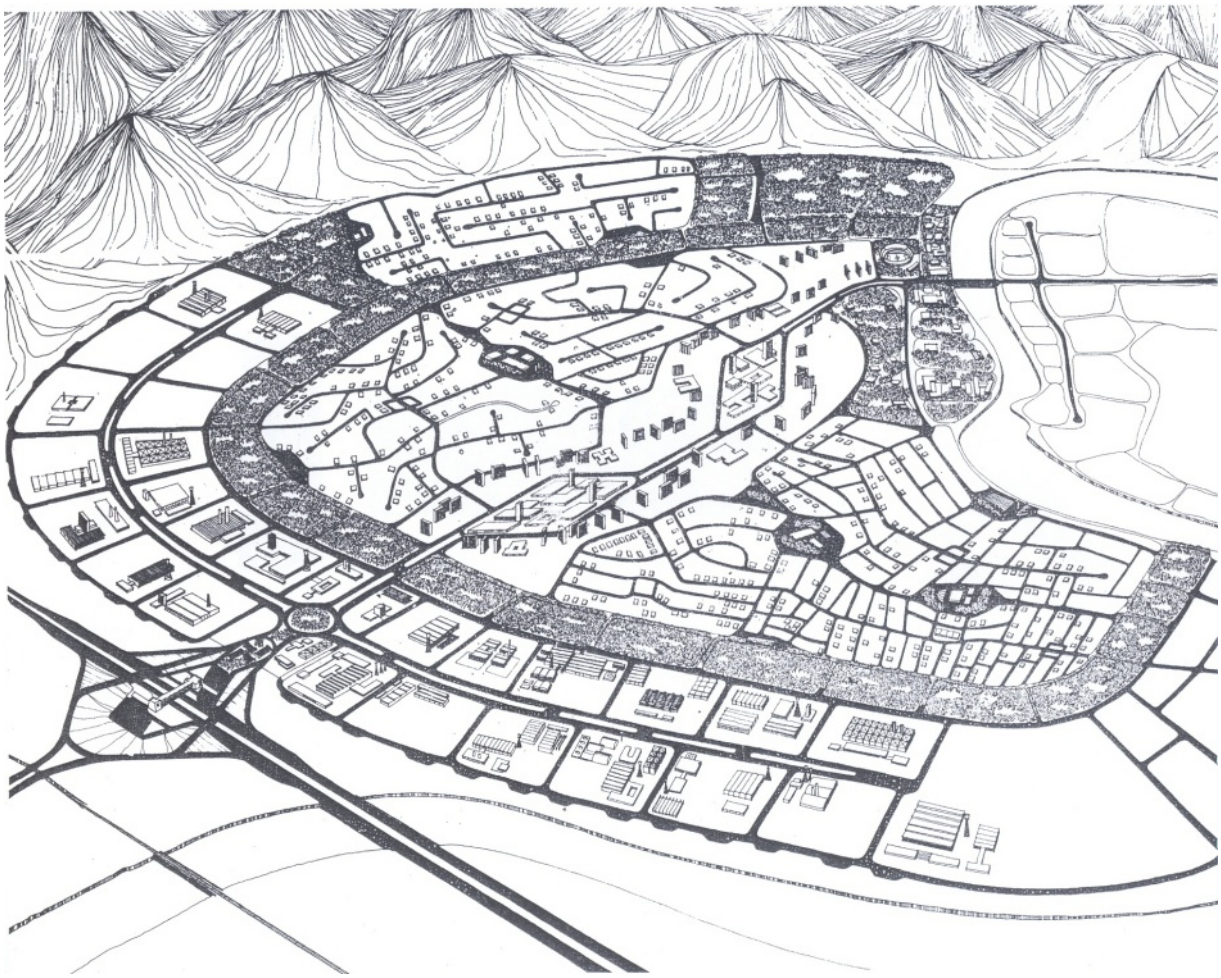


Figura 115 - Desenho da 1ª Fase da Nova Cidade de Porto Real. O croqui é facilmente legível, apresentando claramente o partido adotado

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

O desenho urbano torna bem claro o zoneamento de usos, onde podemos claramente perceber os lotes industriais fazendo frente para um eixo viário ("avenida-eixo-industrial), as "ilhas" que são os centros de negócios e cívico, rodeada por um setor residencial vertical e o setor residencial horizontal, com seus centros de bairro localizados no sistema viário principal das áreas residenciais (avenidas coletoras de bairro).

As principais características dessa proposta são a separação de usos e volumetria, a hierarquização do sistema viário, e a criação de um amplo cinturão verde, o que neste trecho, ao separar a zona industrial da zona residencial, segue uma das prescrições da Carta de Atenas.

Tem uma filiação claramente inspirada no urbanismo funcional dos modernos, mas também traz grande influência do urbanismo cidade-jardim, que pode ser percebida pelo traçado orgânico, pela proposição de cinturões verdes onde não é necessário separar a área industrial da residencial formando um parque linear, e pelo desenho de uma cidade "limitada", que não cresce linearmente, mas que se reproduz integralmente. Essas filiações que vemos no projeto não são expressas pelo trabalho.

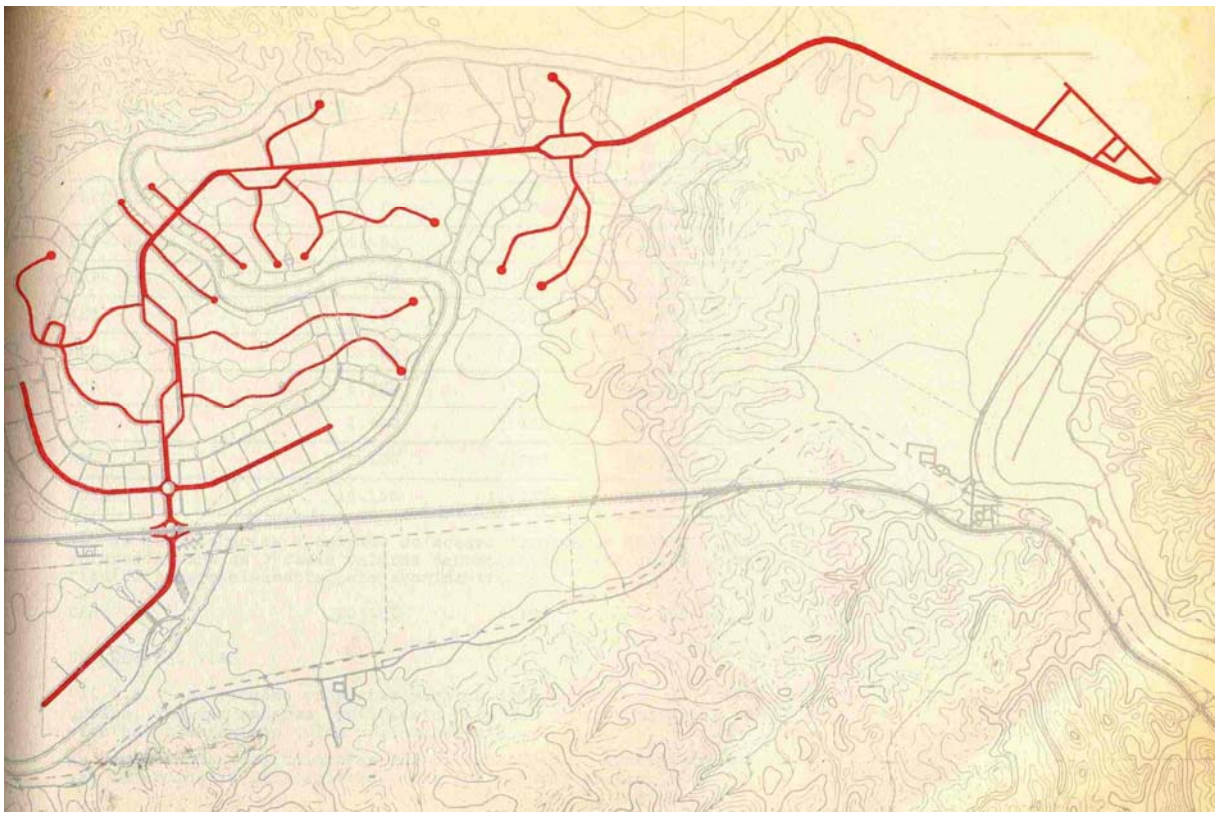


Figura 116 -Estrutura do sistema viário, com a hierarquia das vias.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

O traçado viário conta com um eixo principal que organiza a cidade, e podemos notar que a cidade é compartimentada, porque todo o viário restante é composto de ruas sem saída, terminadas em cul-de-sac.

Esse traçado viário também apresenta outra característica do modelo funcional de cidade, todo ele é de grandes dimensões.

A via para a área industrial é proposta com uma grande largura prevendo futura ampliação. Sua largura total é de 45 m, com duas faixas de rolamento e uma para estacionamento, mas que poderia chegar a ter mais duas faixas de rolamento de cada lado, ao ser eliminado o canteiro central.

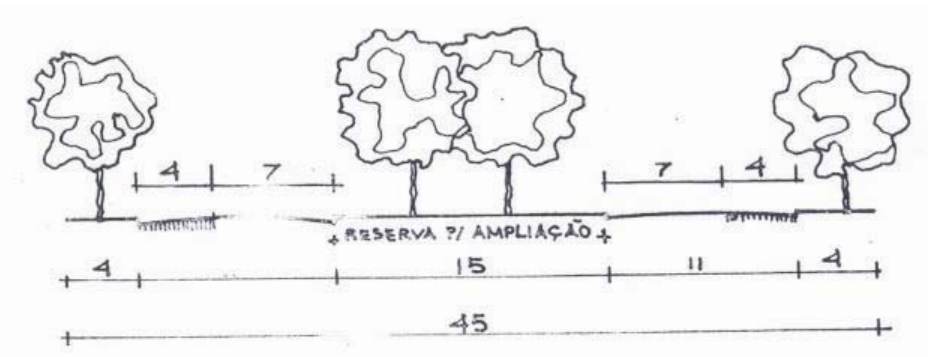


Figura 117 - Perfil da Avenida-Eixo-Industrial

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

Já a avenida-tronco, que atravessa toda a cidade e faz a ligação desta com a avenida eixo-industrial e com a Rodovia Presidente Dutra, tem 62 m de largura, funcionando como uma grande barreira entre os dois setores da cidade.

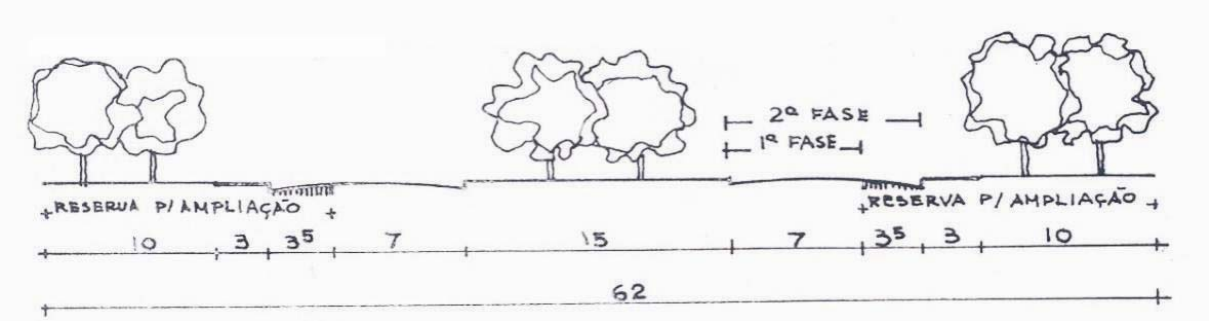


Figura 118 - Perfil da avenida tronco

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

É apresentado um zoneamento, para a totalidade da proposta (para suas três etapas de desenvolvimento). Ele está apresentado na Figura 119, onde as áreas marrons são residenciais, e a mancha linear, formada de pequenos gomos em marrom escuro, representa os cinturões verdes, enquanto a área marrom escuro no entorno dos centros de negócios (esses em azul) forma as áreas residenciais de alta densidade.

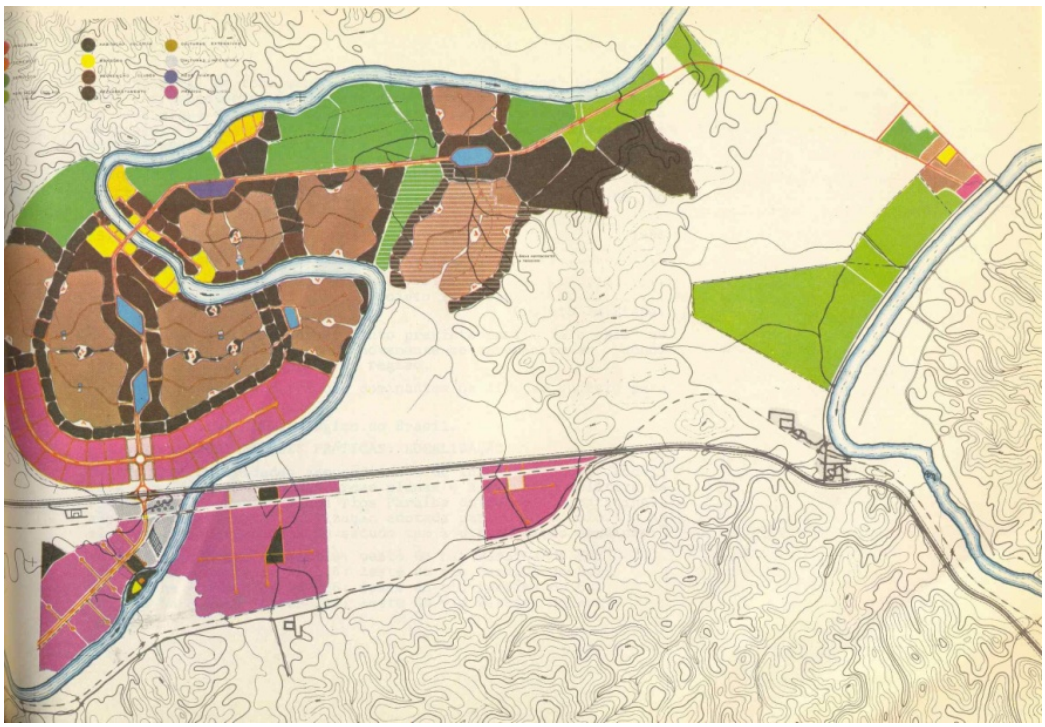


Figura 119 - Zoneamento da Nova Cidade de Porto Real, para as suas três fases de crescimento.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

As áreas verdes são destinadas às moradias rurais, como chácaras de lazer e granjas, enquanto que as áreas privilegiadas em termos paisagísticos e de maior valor locacional são destinadas à população de mais alta renda, e estão em amarelo. Em rosa arroxeado temos as áreas industriais, sendo que as localizadas à leste do Rio Paraíba do Sul foram destinadas às indústrias mais poluentes e deveriam ser ocupadas somente na segunda fase de implantação da cidade.

A cidade em suas segunda e terceira fases de crescimento reproduz a estrutura inicial, e ainda que não tenha o mesmo formato, tem a mesma legibilidade, dada pelo sistema viário principal, os centros comerciais ao longo desse eixo viário e a separação rígida entre ocupações de média e alta densidade habitacional.

O caderno que apresenta a proposta traz alguns detalhamentos do projeto urbano, pois o projeto chegou a ter um detalhamento – e conseqüentemente uma discussão e proposição – de maior profundidade (as plantas foram doadas junto com o material do escritório à UFF, mas foram extraviadas).

Em relação à área industrial, por exemplo, é dito que:

> Cabe salientar que a disposição linear do parque permite uma minimização dos investimentos de infra-estrutura porquanto em uma só via – a avenida-eixo-industrial (AEI) – podem ser lançadas todas as redes necessárias: energia elétrica em alta e baixa tensão, telefones, água potável, água industrial, esgoto sanitário, pluvial e industrial. /.../ Para o parque industrial foram reservados aproximadamente 210 hectares, distribuídos segundo uma avenida-eixo com 45 metros de largura total, ladeada por faixas de terreno de 220 metros de largura, parceladas em módulos de 20 x 110 metros. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Podemos perceber na justificativa do desenho da área industrial a preocupação com a eficiência, com a minimização do custo, com a racionalização dos investimentos, preocupação que também norteou a legislação desenvolvida três anos mais tarde, a que já nos referimos.

As áreas comerciais foram divididas em duas categorias: os comércios centrais (concebidos como *Central Business Districts*) e os comércios vicinais ou de bairro. Junto ao comércio central foi prevista a localização dos edifícios públicos administrativos. A atividade administrativa não foi desenvolvida, o que talvez seja fruto do projeto ser contratado por uma empresa privada, para a qual esta questão não estava colocada. Também no centro de negócios estariam localizados os equipamentos culturais, como cinemas, teatros, bibliotecas, museus, etc. Ele é assim o coração da cidade. Mas a cidade projetada possui vários corações, e nesse sentido fica diluído o sentido de um centro cívico, que concentre a vida social, cultural e política da cidade.

Esses centros passariam por fases de desenvolvimento para as quais foram definidas diretrizes de ocupação e projeto.

> O estudo de massas da AC.1 admite que a implantação do centro comercial se inicie com prédios de 1 pavimento, com mezaninos para uso público ou armazenagem ocupando 50% da área construída, passando a prédios de 4 pavimentos nas extremidades da área e, finalmente, à eventual construção de 4 torres de 12 pavimentos, em torno à praça central. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Mas a grande característica é serem grandes praças reservadas exclusivamente ao trânsito de pedestres. A separação entre o tráfego de pedestres e veículos é uma das grandes reivindicações do movimento moderno, está presente no discurso dos CIAMs e em propostas como as new towns inglesas ou na reconstrução de centros urbanos bombardeados na Inglaterra. Essa também é uma preocupação de Hilberseimer em seus primeiros escritos.

No urbanismo inglês estas áreas pedestrianizadas são denominadas de *precincts*, cuja tradução é de áreas comerciais reservadas aos pedestres, mas que originalmente significava uma área descoberta no entorno de um edifício, normalmente fechada por um muro. Desta forma seu sentido não é o de uma praça, mas de um espaço descoberto delimitado por edifícios, que é semelhante a proposta de Cole.

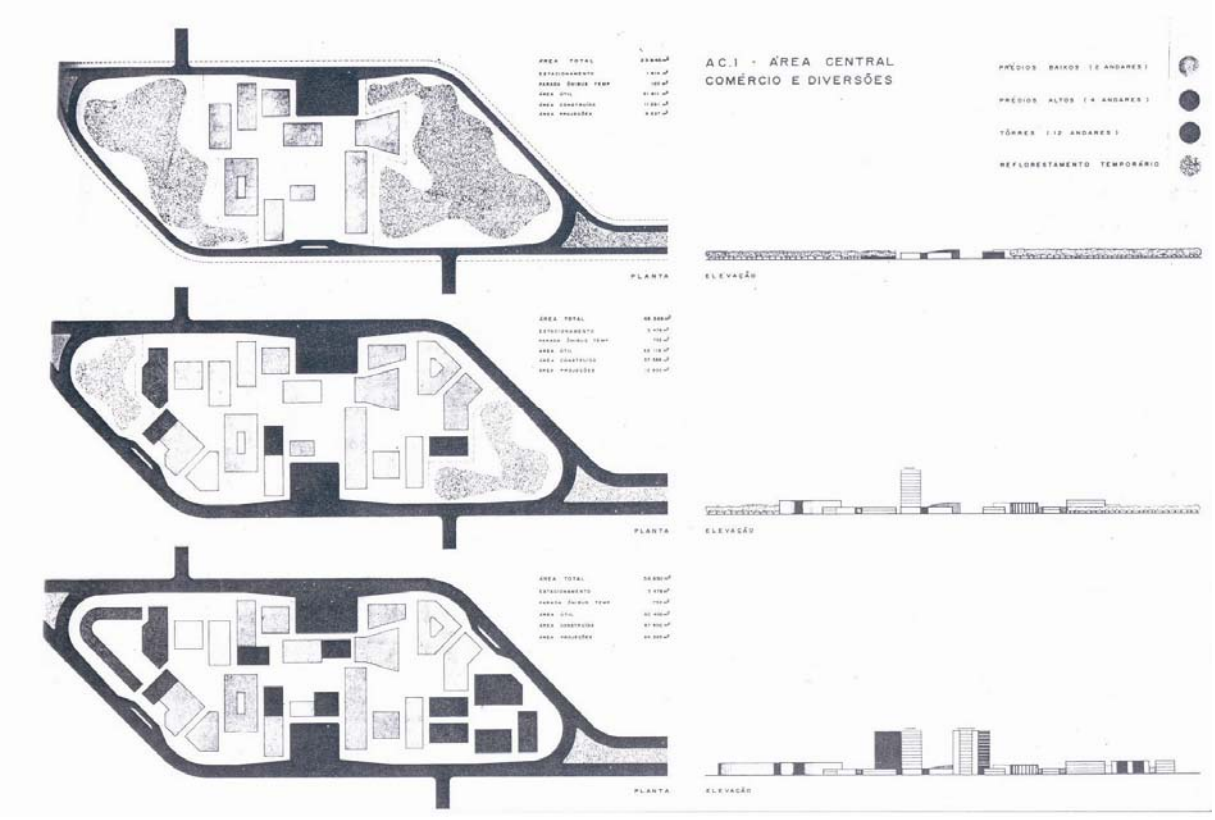


Figura 120 - Áreas Centrais de Negócios - ocupação ao longo do tempo.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

> Esta AC-1, isto é, Área Central 1 seria a primeira a ser implantada. Forma progressiva de ocupação, partindo de um grupo central de edificações envolvidas por braços da Avenida Principal (eixo principal viário) da Nova Cidade de Porto Real. Em suas extremidades, reservas para expansão da área que seria provavelmente coberta de espaços verdes. As edificações seriam disciplinadas tão somente quanto ao tipo de uso e o respeito com relação aos espaços internos a serem deixados, ficando ao livre arbítrio dos

> arquitetos dos edifícios (individualmente) a liberdade de executá-los. Haveria assim variedade e diversidade estética. São previstas, entretanto, taxas de ocupação e áreas de projeção disponíveis, para que o conjunto mantenha a sua funcionalidade assim como crie naturalmente espaços internos e de agradável sabor urbano. Note-se que é vedada terminantemente a penetração dentro da área de veículos, ficando assim o pedestre completamente livre para se deslocar sem perigo e com conforto. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

A localização das quatro áreas "centrais" obedece a um afastamento progressivo, pois se entende que somente com uma distância adequada entre elas, estas seriam plenamente desenvolvidas.

> Assim, caso não houvesse um afastamento crescente entre as áreas, a maior oferta comercial se concentraria na primeira AC implantada, enquanto as áreas centrais subseqüentes seriam mais e mais rarefeitas, à medida que se afastassem do núcleo pioneiro, e só a longo prazo, adquirindo o caráter e densidade próprias de um centro urbano, poderiam competir com a área central inicial. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Outra imposição de projeto é o isolamento (ou "ilhamento") dos centros de negócios, que seriam integramente circundados pela Avenida Tronco, cuja proporção, como vimos, é aquela do urbanismo funcional, e onde o desenho apresenta amplas calçadas arborizadas, assim como seu canteiro central.

Houve, portanto, a intenção de preservar as atividades lindeiras à via do ruído causado pelo tráfego de atravessamento da cidade, ao mesmo tempo em que se criava uma via de grande apelo paisagístico.

A área residencial foi proposta levando-se em conta que haveria heterogeneidade da população em termos de renda familiar, e existe separação de renda na proposta de ocupação[144].

Foram previstos locais para habitações coletivas no entorno dos centros de negócios, e habitações unifamiliares, que poderiam ser geminadas ou isoladas no lote, dispostas ao longo das vias coletoras de bairro. Os lotes para habitações coletivas fazem frente para a avenida-tronco, no entorno das áreas centrais de negócio, e os lotes individuais estão agrupados em unidades de vizinhança, fazendo frente para as ruas secundárias de bairro, algumas terminadas em cul-de-sac, e todas de pequena extensão.

A unidade de vizinhança segue o padrão usual desse tipo de agrupamento, com praças no interior das quadras, escola primária e centro comunitário em área que confronta com duas unidades de vizinhança, e uma praça central como o comércio local. Cada unidade seria contornada por uma faixa de área verde, com "reflorestamento".

[144] A área destinada às "mansões", lotes de grandes dimensões a serem ocupados por população com renda superior a 20 salários mínimos, segundo o projeto, é segregado. Mas o restante da área residencial, ainda que não detalhado, parece preverr que haverá convívio entre os moradores de rendas médias e baixas.

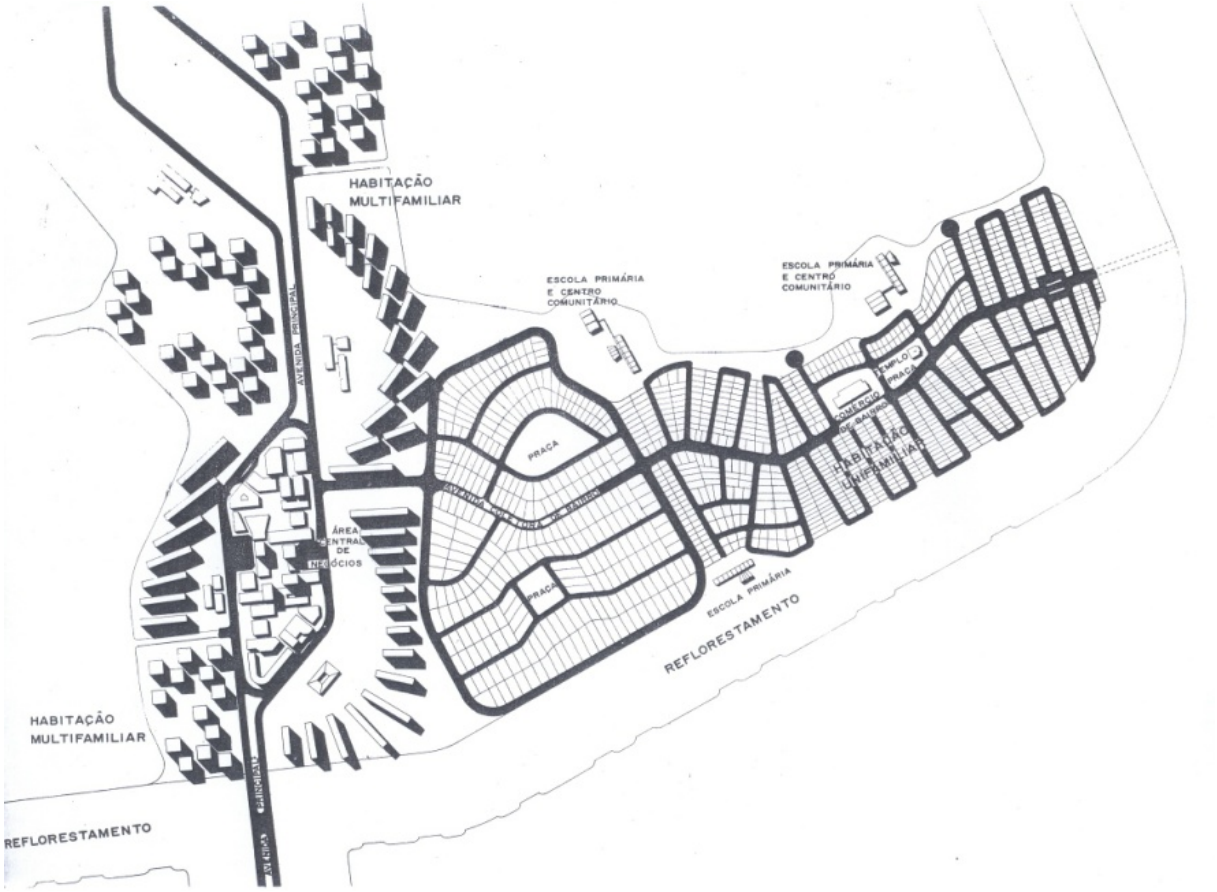


Figura 121 - Este desenho da área residencial é um pouco diferente do arranjo apresentado na Figura 115. Lá a Rua Coletora de Bairro faz a ligação entre as áreas com escolas.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

> No caso da Nova Cidade de Porto Real, admitiu-se que as terras imediatamente vizinhas à avenida-tronco, pela proximidade das áreas centrais e da via principal, deverão ser alocadas para prédios de apartamentos, adensando-se a "coluna vertebral" do Pólo e reduzindo-se o percurso médio entre habitações e comércio. Estabelecidas estas áreas, verificou-se que poderiam abrigar 30% da população prevista na 1ª fase, com taxa de ocupação inicial de 300 hab/ha, passando a 500 hab/ha na fase final de implantação. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

A proposta da área residencial, ainda que tenha uma clara ressonância do urbanismo das cidades-jardins, também apresenta uma volumetria que forma uma pirâmide, o que tem claras semelhanças com o perfil, ou *skyline*, que teria a "Ville Contemporaine" de Le Corbusier.

A proposição das áreas de reflorestamento também é acompanhada de uma justificativa técnica, que está vinculada a diminuição do nível de ruído para as áreas residenciais. Contudo, ao citar as áreas de reflorestamento que não tem essa função, a motivação pede o caráter técnico e resulta num juízo de valor sobre os benefícios das florestas e bosques, muito típico da cultura inglesa.

> O principal cinturão verde circunda as áreas habitacionais, com uma largura média de 150 metros; essa largura, plantada de eucaliptos ou outra essência vegetal de porte, configurando bosque linear, é suficiente para a proteção das moradias, e resulta dos pressupostos seguintes;
>
> [...]

> As demais manchas de reflorestamento estão distribuídas pela área urbanizada, sempre nos contornos das zonas habitacionais, o que deverá proporcionar aos residentes os benefícios de clima e salubridade encontrados habitualmente nas vizinhanças dos bosques. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Foi também proposta uma "estrada-parque" para as zonas de recreio, clubes e mansões, que preenche de fato o conceito de parkway.

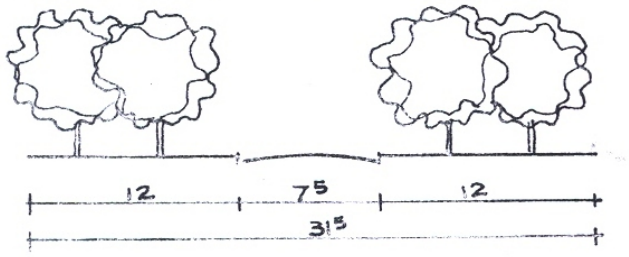


Figura 122 - Perfil da Estrada-Parque, onde predominam amplas calçadas arborizadas.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

O projeto apresentado toma um partido que é uma mistura de duas posturas advogadas pelos urbanistas na primeira década do século XX, e nesse sentido constituí-se como um modelo híbrido.

Abordamos agora um pouco mais esses dois modelos a que estamos nos referindo.

3.1 A Cidade Funcional

Uma das posturas modernas no urbanismo conduziu ao que ficou conhecido como **cidade funcional** ou **funcionalista**, que são propostas de cidades concebidas de acordo com os parâmetros dos CIAM. Isso não significa que o outro modelo, da cidade-jardim não proponha uma cidade também funcional, mas somente que estamos adotando a terminologia amplamente utilizada pela historiografia, o que torna essa adjetivação facilmente compreensível.

Poderíamos discorrer sobre a construção do ideário da cidade funcional, usando como ponto de partida a Cidade Linear de Mata e Soria, ou então aos siedlungs alemães do começo do século XX, e chegando até a concepção da "ville contemporaine" de Le Corbusier ou aquela expressa pela Carta de Atenas.

Mas nosso objetivo não é historiar a construção desse ideário. É tão somente alinhavar os pontos mais lembrados que este tem, quando pensamos nele enquanto proposta espacial.

Admitimos que o imaginário sobre as cidades funcionais lhes dá **comumente** as seguintes características:

- zoneamento de usos claramente segregado, onde as seguinte funções são realizadas separadamente em locais previamente definidos: moradia, trabalho e recreação;

- sistema viário hierarquizado de acordo com as funções das vias, e sistema viário principal projetado com grandes dimensões e atravessando as cidades;
- tráfego de veículos em grande velocidade privilegiado no projeto do sistema viário;
- separação entre o tráfego de pedestres e de veículos;
- áreas residenciais definidas em unidades de vizinhança com a implantação de escolas de primeiro grau e creches, com exclusão do lote individual;
- utilização de moradias verticalizadas apoiadas sobre pilotis, soltas em uma grande área arborizada de uso comum;
- centros urbanos com funções definidas e setorizado: temos o centro de negócios, o centro comercial e o centro cívico;
- abandono da rua como local de convívio humano, que é transferido para parques ou praças internas às quadras residenciais, ou para praças de uso público;
- propriedade coletiva do solo.

Nem todas essas características estão apontadas na Carta de Atenas, documento básico do ideário das cidades funcionais. Parte delas foi desenvolvida a partir de projetos implantados, como a cidade de Brasília, onde soluções que não haviam sido ainda elaboradas foram construídas.

Acreditamos que estes pontos correspondem a uma noção contemporânea da cidade funcional, que no Brasil correspondem ao espaço implantado em Brasília. Esta visão não está restrita às prescrições da Carta de Atenas, portanto, que por sua vez são bem mais amplas do que aqui registramos.

Entender a cidade de Brasília como um exemplo de cidade funcional é extremamente importante para esse trabalho, uma vez que Harry Cole trabalhou na construção da cidade durante quase três anos, e apreendeu essa visão de cidade funcional.

3.2 A Cidade-Jardim

Já falamos do modelo cidade-jardim nesse trabalho, no seu Capítulo III. Como no caso da cidade funcional, nosso objetivo aqui é somente apontar as principais características espaciais desse ideário.

Também a cidade jardim não é uma categoria pura, uma mera tradução das idéias de Howard, e sim uma construção que foi sendo elaborada durante as três primeiras décadas do século XX.

O termo jardim também não faz dela a única concepção que adota a arborização maciça como proposta de desenho urbano, pois a cidade funcional defendida por Le Corbusier é um extenso parque público onde são implantados edifícios que não se apóiam diretamente no solo. Podemos considerar que a cidade-jardim é um modelo de cidade horizontal, enquanto a "cidade no meio ao jardim" funcional é um modelo de cidade vertical.

Se a cidade-jardim de Howard não é seguida à risca nos inúmeros projetos que foram elaborados posteriormente, o termo foi consagrado pela historiografia para se referir a uma determinada concepção de cidade, que apresenta **comumente** as seguintes características espaciais:

- traçado orgânico, acompanhando as curvas de nível;
- ocupação de baixa densidade;
- moradias isoladas em lotes individuais privados;
- agregação das áreas habitacionais em unidades de vizinhança;
- implantação de pequenas praças e áreas arborizadas nas unidades de vizinhança, bem como escolas de primeiro grau e creches;
- intensa arborização, inclusive no sistema viário;
- sistema viário interno às unidades de vizinhança de pequeno porte, normalmente terminando em *cul-de-sac*;
- implantação de avenidas-parque, avenidas densamente arborizadas que estabelecem ligações entre parques e áreas verdes da cidade;
- cidade de médio porte, com seu tamanho máximo definido pela implantação de um cinturão verde em seus limites;
- centro urbano multifuncional;
- cidade auto-suficiente, com as atividades rurais e urbanas se complementando e com empregos que atendam toda a população moradora;
- cidade equilibrada, com famílias das várias classes sociais morando lado a lado;
- propriedade cooperativa do solo (*leasehold system*) e gestão comunitária da cidade.

Esses elementos determinam a concepção espacial de cidade, mas temos que ressaltar que o que define claramente uma cidade-jardim é o fato de que esta é pensada e proposta como uma comunidade urbana, onde a busca da vivência comunitária predomina.

Mas a partir dos anos 60 do século XX predomina a visão de sociedade em oposição a de comunidade, o que, a nosso ver, determina uma maior influência, a partir da segunda Grande Guerra, da concepção funcional de cidade, cidade do indivíduo e não da comunidade, cidade da eficiência em detrimento do "pertencimento".

A mistura que observamos na proposta de Harry Cole – uma cidade híbrida – nada mais é do que uma tentativa de conciliar essas duas visões de mundo.

E quais são os elementos claramente discerníveis na proposta para Porto Real?

Da cidade funcional temos o zoneamento de usos segregado, o sistema viário hierarquizado, um traçado viário que privilegia o tráfego de automóveis, proposição de moradias verticalizadas "soltas" no lote.

Da cidade-jardim temos o traçado orgânico, a ocupação de baixa densidade, moradias em lotes individuais, cidade de médio porte com seu tamanho máximo pré-definido, centro urbano multifuncional e implantação de uma avenida-parque.

Comum às duas propostas são as residências serem agrupadas em unidades de vizinhança, com seus serviços básicos.

Da mesma forma que a Nova Cidade Santo Antônio (analisada no capítulo IV), a Nova Cidade Porto Real tenta aproximar duas concepções de cidade. Porto Real tem uma ênfase maior do ideário funcional do que Santo Antônio, mas esse modelo de cidade mista presente em Porto Real é como vimos (capítulo III) a característica do urbanismo britânico do 2º pós-guerra.

Esse projeto nos permite dizer que o urbanismo praticado por Harry Cole teve grande influência do modernismo britânico, ainda que em sua trajetória Cole tenha tido contato com outras experiências.

Por outro lado temos que aceitar que existem semelhanças com outras idéias. A cidade multipolarizada, por exemplo, como é defendida no trabalho, e que talvez seja o que mais distinga esse projeto de outros realizados no mesmo período, é creditada a Hilberseimer, cuja atuação inicial está intrinsecamente ligada à trajetória da arquitetura racionalista e da cidade funcional. É ele que leva para os Estados Unidos a idéia de que se deve separar a circulação de pedestres da de veículos.

Mas temos um exemplo de outra concepção próxima à cidade-jardim e à "multipolarização" no Brasil, no projeto para Brasília de M. M. Roberto.

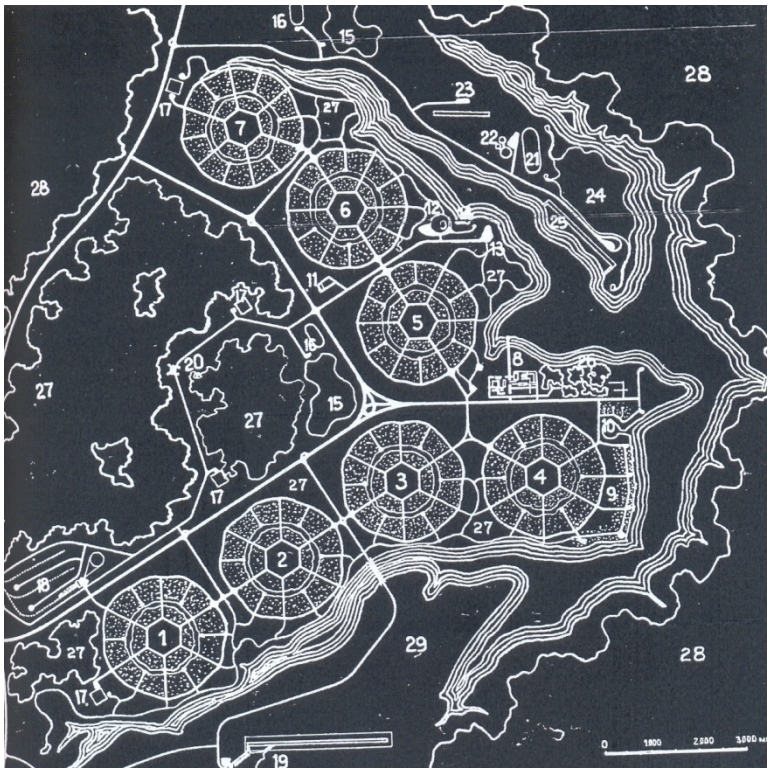


Figura 123 – Proposta para Brasília de M. M. Roberto

Fonte: Tavares, 2004

O projeto apresenta uma cidade formada por sete cidades radio-concêntricas de pequeno porte, organizada ao longo de um eixo viário principal. Se referindo a esse projeto Marcelo Roberto diz que:

> Propusemos a construção de 7 Unidades Urbanas, cada uma com uma população máxima de 72 mil habitantes. Como organismo vivo, a Unidade cresceria até atingir o talhe adulto. Depois o crescimento se daria por reprodução. Novas unidades poderiam ser criadas, todas oferecendo condições de moradia, trabalho, recreação e assistência, equivalentes, todas, não havendo satélites, unidades secundárias e muito menos subúrbios ou cidades-dormitórios.
>
> /.../
>
> Propondo a Metrópole Polinuclear, propusemos, também, que o problema da instalação da administração pública fosse encarado com realismo e amplidão. (SANTOS, 1965)

Deve haver uma aproximação com a idéia de Roberto na proposta de Porto real, principalmente porque Cole teve muito contato com Maurício Roberto, tanto enquanto esse foi presidente do IAB, quanto no período em que Cole trabalhou no Ministério do Planejamento. Na redação do decreto de reformulação do SERFHAU, tanto Midlin quanto Maurício Roberto foram chamados para discutir a proposta. (STOCKLER, 2007)

Um projeto contemporâneo a esse é a cidade de Caraíba, projetada por Joaquim Guedes, no agreste baiano. Esse projeto não tem referências nesses dois ideários, é uma cidade em tabuleiro de xadrez, radio-cêntrica, com o centro urbano implantado nas quadras centrais. O próprio arquiteto disse que sua inspiração foram as cidades do agreste, mas ao projetar as casas, que são geminadas, os renques são desencontrados, fazendo um desenho de entradas e recuos, também presente no urbanismo das cidades novas inglesas.

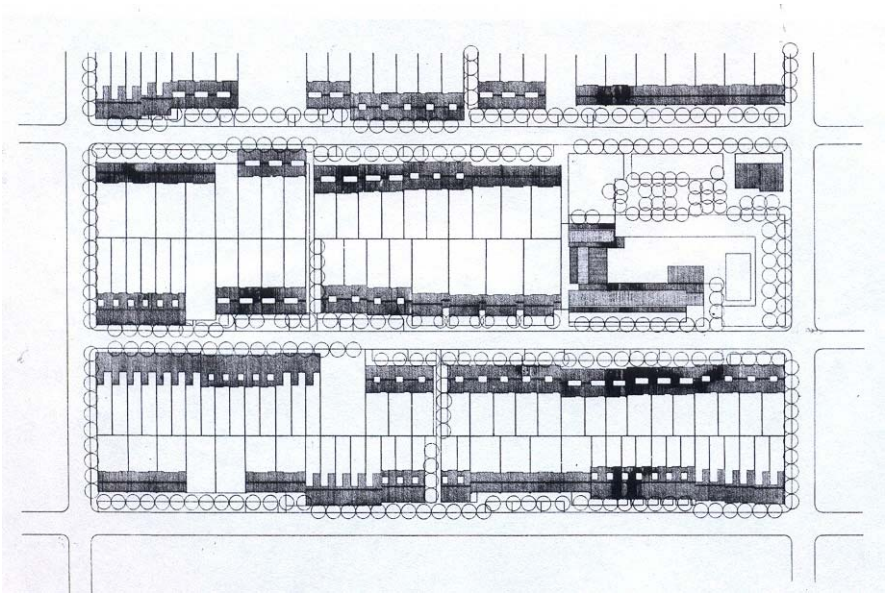


Figura 124 – Projeto para Caraíba de Joaquim Guedes

Fonte: Revista Projeto, Outubro 1989

Temos ainda os projetos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, coordenado por Carlos Nelson F. dos Santos, em 1985, onde são propostas quadras que recriam as unidades de vizinhança, e o arquiteto fala em gestões coletivas, ressoando elementos do ideário cidade-jardim. (SEGAWA, 2002) Aparentemente houve ressonâncias do ideário cidade-jardim no Brasil, até quase o final do século XX.

Os projetos urbanos mais recentes, de 1960 em diante, estão ainda pouco estudados. O aumento de trabalhos, que analisem os projetos dos vários arquitetos, pode trazer novas luzes para a compreensão desse projeto de Harry Cole, se ele é um caso isolado da mistura de dois ideários, ou se ele é parte de um pensamento comum nessa época,

4. O Projeto Cura – em busca de cidades belas e eficientes

A proposta do Programa Cura foi entregue ao BNH em 1972, e seu desenvolvimento ocorre em paralelo com o projeto de Porto Real e a elaboração da legislação urbanística.

O projeto foi realizado em parceria com o Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais – CENPHA, e a coordenação geral do trabalho coube a um representante do BNH que contratara o trabalho, e aos dois parceiros, sendo respectivamente José Eduardo de Oliveira Penna, Thales Memória e Harry Cole.

A gerência do projeto na equipe de H. J. Cole + Associados foi de Zilda Maria dos Santos, e trabalharam na equipe Marlene Fernandes, Gilberto Palmieri, Breno Fernandes e Diva Maria Rausch de Amorim.

Ao Cenpha coube a pesquisa sócio-econômica da população moradora de Vila Valqueire, na cidade do Rio de Janeiro, local escolhido para desenvolver um estudo piloto. A H. J. Cole + Arquitetos Associados coube a pesquisa físico-urbanística e a elaboração das proposições de intervenção. Posteriormente, o trabalho foi transformado em normativa do BNH pela arquiteta Marlene Fernandes, trabalhando no escritório de Cole. (LUCCHESE, 2004)

O Programa Cura, ainda que recomende a elaboração dos projetos-cura em etapas que são semelhantes às de um plano de desenvolvimento integrado, não é mais a idéia de planejamento compreensivo. Constitui-se naquilo que Cole chamou alguns anos mais tarde, de planejamento físico (COLE, 1976), e seu objetivo é analisar um território delimitado no interior de uma cidade, levantando suas carências, a capacidade de endividamento da população, e realizar obras que sejam compatíveis com essa capacidade de endividamento, e que melhorem os aspectos urbanísticos e comunitários daquele território.

> Ainda que o planejamento urbano fosse visto como uma atividade multidisciplinar e de "preparar planos"; para alguns planejadores – como Cole – o papel do arquiteto no planejamento era também desenvolver projetos urbanos, criando praças, centros comerciais, etc., lutando por uma "linguagem urbana".
>
> Essa linguagem em Cole vinha do repertório do urbanismo modernista, com proposições que se aproximavam daquilo que havia de mais contemporâneo à época. Buscava-se assim, neste caso, uma imagem de cidade moderna e erudita.
>
> Ao mesmo tempo alguns urbanistas se preocupavam em buscar a eficiência na utilização das redes de infra-estrutura urbana, com a maximização dos resultados positivos obtidos a partir do investimento público nas cidades. Preocupação de engenheiros talvez, alguns profissionais estavam muito descontentes com a ociosidade de determinados bairros das cidades, onde se investia para poucos, recursos escassos e caros.
>
> Esta postura privilegiava a construção de uma cidade adensada, com uma ocupação intensiva do território, com a aglutinação de moradias e serviços – diminuindo as viagens desnecessárias. Buscava uma cidade eficiente, sem lotes vagos, sem deseconomias de escala.
>
> Essa eficiência, para Penna[145], significava dar condições ao mercado imobiliário de se realizar plenamente em áreas bem servidas e equipadas, ao mesmo tempo em que se obrigava o capital fundiário a liberar seus terrenos, forçado pela taxação progressiva do solo desocupado, o que tornaria incompatível sua manutenção como reserva de valor.

[145] José Eduardo de Oliveira Penna.

> Foi essa busca por uma cidade capitalista ideal e utópica, eficiente, possibilitando o desenvolvimento pleno da vida urbana cotidiana em pequenos territórios, ao mesmo tempo em que bonita, organizada e legível, que levou à proposição do Programa Cura.
>
> /.../
>
> Assim o Programa Cura não foi pensado para ser uma linha de financiamento público que permitisse aos municípios conseguir recursos para pavimentar suas ruas, fazer canalização de córregos, implantar play-grounds em praças, colocar arborização e iluminação nas ruas, construir creches, escolas e postos de saúde, etc.
>
> Ele foi pensado como uma linha de financiamento para alterar a estrutura de um determinado bairro, tornando-o um centro dinâmico, irradiador de melhorias para a estrutura física das construções e do entorno, e que devia ser aplicado a todos os bairros de uma determinada cidade numa seqüência planejadamente organizada, até que toda a cidade fosse uma nova cidade. (LUCCHESE, 2004)

Tem um caráter mais restrito, a meta do planejamento é o projeto e a obra, não uma política. Representa a sistematização de uma idéia que não é nova para Cole. Ao apresentar o artigo "Planejamento da Ação" de Otto Koenigsberger, Cole escreveu:

> Em nosso entender, o que precisamos agora é a oportunidade de fazer, de agir. Realizar planos e os implementar, pois a fase das discussões teóricas tende a se tornar bizantina se não pudermos testar, através da experiência prática, um mundo de idéias, filosofias, teses, métodos e sistemas já exaustivamente debatidos. (COLE, 1965)

Em princípios dos anos 1970 Cole pregava a realização de intervenções nas cidades, que pudessem melhorá-la ambientalmente e tornar mais eficientes os recursos aplicados pelo poder público, como forma de resolver o problema dos "loteamentos em estagnação", com muitos lotes vazios e sem infra-estrutura, que faziam crescer de forma antieconômica as cidades maiores.

O Programa Cura, para atingir esse objetivo, recomendava a colocação de infra-estrutura nos loteamentos e de equipamentos comunitários e de recreação, o desenvolvimento de um zoneamento e, com as obras realizadas, a aplicação de imposto territorial progressivo no tempo sobre os lotes vagos, e cobrança de contribuição de melhoria sobre a valorização dos lotes daquele território.

Não queremos nos estender muito sobre como funcionava o programa Cura, uma vez que isso já foi objeto de pesquisa que realizamos no mestrado, mas apontar alguns pontos que são essenciais para entender a visão de cidade de Cole e da atuação que esperava que os urbanistas tivessem.

O Cura propõe uma série de medidas que vão ao encontro do discurso e atuação de Cole. Uma dessas medidas é a proposição de que os bairros possam ser "curados" pela iniciativa privada, isto é, que se criem corporações, que sob a coordenação geral do poder público, planejem, projetem, construam e cobrem dos moradores as melhorias realizadas.

O período em que Cole esteve atuando na área pública, levou-o a ter uma péssima imagem do funcionalismo público. Sua visão chegava a ser preconceituosa:

> O profissional estatal é uma espécie de 'marginal' da profissão, que não teve condições ou capacidade de se firmar profissionalmente na área privada, sendo esta última a que ainda pode produzir com mais

> eficiência, soluções e critérios com melhores condições para resolver o tão angustiante problema nas nossas cidades. (COLE, 1973)

Se no SERFHAU ele incentivava os técnicos da iniciativa privada e os escritórios de planejamento a realizar os planos locais de desenvolvimento, com o passar dos anos Cole passou a acreditar que a iniciativa privada poderia assumir uma série de funções públicas, e obter melhores resultados e garantir mais vantagens à população.

No mesmo artigo, Cole defende que:

> Reorientar a filosofia de que o estado deva ser o único detentor e com total livre arbítrio, nas decisões e soluções de desenvolvimento urbano e arquitetônico de nossas cidades. Isso representaria a incorporação das empresas de arquitetura e planejamento urbanístico privadas através de um processo simples de multiplicação de oportunidades de contratos de trabalho para com as entidades estaduais e locais 'cobrindo' as nossas cidades de projetos diversificados e aumentando a competitividade e por isto mesmo a qualidade, eficiência e produtividade desses projetos. Imagina-se que o poder público deveria avocar a um grande número de escritórios devidamente organizados em empresas de arquitetura e planejamento urbano, o estudo, pesquisa, projetamento (sic), detalhamento e fiscalização de parcelas e conjuntos nas nossas cidades. Evidentemente, permaneceria nas mãos do estado a responsabilidade de programação, compatibilização e coordenação desse conjunto de projetos. (COLE, 1973)

É uma visão do estado mínimo, neo-liberal, muito vinculada as idéias americanas de intervenção nas cidades. Contudo, é bom lembrar que Stockler (2007) nos disse que:

> Apesar do Harry ter idéias do sistema americano ele não era americanófolo (sic), tanto que a primeira coisa que ele fez quando virou superintendente do SERFHAU foi ir à Rússia, ele passeou bastante por lá, porque ele queria saber como funcionava o planejamento lá.

Outra idéia que é central na proposta do Cura, é que deveria haver um estudo das carências de todos os bairros da cidade, com o objetivo de definir uma hierarquia para intervenção. Seria atendido inicialmente o bairro com menos carências, melhor colocado na lista, e com o retorno dos recursos aplicados naquele bairro, o que aconteceria de forma rápida segundo Penna(2003), se iria aos pouco cuidando do restante da lista. Há aqui uma idéia de que o Cura devia ser aplicado em todos os bairros da cidade, do mais rico ao mais pobre, e de que os recursos emprestados ao BNH só seriam utilizados no bairro mais rico.

Depois o retorno do investimento, com o aumento do valor venal dos imóveis, com o imposto progressivo e a contribuição de melhoria, seria suficiente para gerar recursos próprios de investimento, até que se pudesse chegar a atender os bairros mais carentes, onde o retorno deveria ser mínimo.

É uma idéia que podemos supor ingênua ou não inclusiva, ou as duas coisas, mas que tende a reforçar mais uma das preocupações de Cole, de que o município passasse a gerar receita própria para investimento. É o que ele tentou fazer na proposição da legislação que já analisamos.

Outra preocupação central do Cura é com a melhoria da estética da cidade. No estudo de Vila Valqueire isso aparece de diversas formas. Na apresentação é enfatizada a idéia de transformar o

bairro em um pólo dinâmico, e a preocupação com os equipamentos públicos e privados, principalmente espaços verdes, "praças de esporte para adolescentes, equipamentos para a população infantil, melhores equipamentos de prestação de serviços..." (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1972)

Aparece também no desenvolvimento de propostas urbanísticas para o bairro, seja na preocupação de preservar determinadas qualidades ambientais e paisagísticas, seja nos croquis com sugestões para construção de centros comerciais e espaços multifuncionais.

Figura 125 - Observe os níveis diferenciados para o tráfego de pedestres e dos automóveis, o que enfatiza ainda mais o aspecto "funcionalista/racionalista" da proposta.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1972

Mas essa preocupação estética não significava necessariamente uma cidade "higienizada", no sentido da expulsão da população pobre para a periferia. Em uma entrevista à revista Realidade, Cole considerou que:

> A remoção em grande parte da massa de favelados de certas áreas em nossas cidades tem ocasionado sem dúvida um sacrifício para essa população. Em várias oportunidades, na Guanabara e em outras cidades, entramos em contato com autoridades e expusemos a idéia elementar de que não se deveriam retirar os favelados para áreas na periferia urbana ou em locais que os afaste do centro de absorção de mão-de-obra. /.../ A política mais razoável seria reaproveitar as áreas das favelas com projetos de

> renovação urbana, com os mesmos recursos que têm sido aplicados para locação das favelas na periferia. (As opiniões, 1972)

A preocupação com o desenho urbano, com a escala do projeto urbano e do projeto arquitetônico é uma característica dos trabalhos de Cole, mesmo aqueles que utilizam a metodologia do plano integrado defendida pelo SERFHAU, e que por isso não deveriam chegar a essa escala.

A proposta Cura tem mais um ponto fundamental, que é a preocupação com a eficácia do investimento público, com o uso adequado do dinheiro público.

Isso é claramente exposto na apresentação do trabalho, quando se justifica a viabilidade do programa, confirmada pela viabilidade econômica encontrada no estudo realizado.

> Conclusão: o investimento em infra-estrutura por economia no caso do projeto Cura/Vila Valqueire corresponde a 44,8% do que seria necessário para a implantação urbana de um bairro novo, nas mesmas dimensões de Vila Valqueire, partindo-se da terra bruta. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1972)

Um outro trabalho desenvolvido pelo escritório, o "Estudo de pré-viabilidade Intraurbs BMR" é uma proposição para a ocupação de áreas urbanas vazias, ou peri-urbanas, e traz a mesma preocupação com e eficiência da aplicação de recursos em urbanização.

O estudo, terminado em 1973, contratado pela DOMISA para uma área denominada Beberibe-Morno-Recife, advoga a construção de uma cidade completa, nos interstícios da região metropolitana de Recife.

> Ainda que um pouco irreverentemente, podemos dizer que a Intraurbs BMR é como um Projeto Cura realizado a partir do km zero, se tomada como parte de uma área mais ampla, ou seja, o complexo urbano metropolitano, que tem ainda grandes vazios disponíveis.
>
> É, enfim, um Projeto Cura em outra escala, porém visando os mesmos objetivos: preparação integrada de infra-estruturas compatíveis com as super-estruturas, criando-se uma oferta suficientemente grande de terrenos,a preços razoáveis e inferiores aos das áreas já inflacionadas dentro da urdidura urbana. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1973)

Cole propunha um Alphaville pernambucano, mas reconhece no desenvolvimento do trabalho, que a renda média da população da região era muito baixa para dar sustentabilidade financeira ao empreendimento.

Nesses primeiros anos da década de 1970, os trabalhos do escritório vão expressar essas preocupações que enfatizamos, assim como um de seus mais interessantes artigos desse período.

> Há dois aspectos que parecem de grande importância: o primeiro, o metabolismo da cidade, e o segundo, a estética da cidade. A estética demonstra a cultura de uma comunidade, de uma área metropolitana, de um país. As cidades que se tornam feias, ou que não têm capacidade de ter uma boa formulação estética, mostram que existe alguma coisa deficiente no processo cultural de sua civilização.
>
> /.../

> Sabemos que a Baía de Guanabara está poluída, da mesma forma que, provavelmente, os rios Tietê, Guaíba e Capibaribe. Mas não temos a visão deste metabolismo em funcionamento, nem do crescimento desses números e o volume que eles representam em termos de obstáculos a uma vida mais higiênica e saudável.
>
> /.../
>
> Dentre os problemas ligados à problemática estética do planejamento das áreas metropolitanas é importante sentirmos o problema institucional. Em toda formulação da legislação de edificação e de uso do solo a tendência natural é a formalização de frios números, sem que haja a percepção da variação da paisagem urbana como uma contribuição para o bem-estar do homem, que deve morar e precisa morar nessas cidades. (COLE, 1972)

Esses trechos ilustram, em parte, as idéias de Cole, que foi discorrendo sobre os vários aspectos da intervenção nas cidades, pelo poder público e pela iniciativa privada. O Cura, é a nosso ver, a síntese de suas preocupações, é tornar a cidade brasileira, aos poucos, uma cidade de primeiro mundo. É a ideologia que a intervenção do urbanista e do urbanista arquiteto pode diluir as diferenças de renda que se expressam na cidade, ideologia que tinha muito vigor na década de 1970.

5. O plano de desenvolvimento integrado do escritório

Logo que saiu do SERFHAU Cole desenvolveu dois trabalhos que "respondiam" às diretrizes de planejamento do órgão.

Um deles foi um "Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Uberaba – MG", que era a etapa que permitia depois a contratação do financiamento do plano. O outro foi um "Plano de Desenvolvimento Integrado para Poços de Caldas".

A idéia da proposta do SERFHAU era que o relatório preliminar selecionasse os temas-problema que deveriam ser enfrentados na elaboração do Plano.

Em relação ao modelo estabelecido pelo SERFHAU para elaboração de um relatório preliminar, o trabalho para Uberaba segue basicamente o roteiro. A maior diferença está na "prognose", ou seja, na avaliação dos possíveis futuros que a cidade poderia ter dependendo de haver ou não uma intervenção.

No trabalho para Uberaba, além do setor físico-urbanístico, é prognosticado o setor social, o econômico e o institucional, mas essa prognose não é uma avaliação dos cenários possíveis, e sim uma relação de propostas para cada item analisado. E a conclusão, não prevista no modelo SERFHAU é uma relação de programas e projetos para as políticas setoriais – social e econômica. É também proposta uma organização administrativa para dar conta dessa política, com a criação de empresas públicas municipais.

Na área físico-urbanística são somente relacionadas as questões que precisam ser enfrentadas no planejamento do uso do solo, da organização e implantação do sistema viário, infra-estrutura, etc, e também é proposto um arranjo administrativo, com a criação de uma empresa "de melhoramentos urbanos". E na área institucional, a exemplo da sócio-econômica, são listadas todas as atividades e programas que a prefeitura deve realizar, no caminho de sua modernização administrativa.

Dessa forma, o que "sobra" para o plano é o desenvolvimento físico-urbanístico do município. É um trabalho para uma equipe de profissionais coordenada por um urbanista da área física. O estudo preliminar reduz o plano a um setor das políticas públicas, não é o plano compreensivo como entendido pelos americanos.

Em paralelo a esse trabalho é desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas. Esse trabalho não segue o roteiro do SERFHAU, no qual foram propostos uma pesquisa exaustiva e um diagnóstico que enfoque todos os aspectos do município.

O foco é uma vez mais um plano físico-urbanístico para a área urbana do município, e como característica específica do trabalho de Cole, no plano além das diretrizes para uso e ocupação do solo, são relacionados os equipamentos que devem ser construídos na cidade, e se define onde eles devem ser construídos, chegando-se a diretrizes para a implantação dos edifícios do "centro cívico".

> A concepção deste Centro Cívico foge aos modelos contemporâneos brasileiros e volta, de uma certa forma, a nossa tradição histórica. Em vez de edificações monumentais soltas no meio de grandes espaços vazios, enfatizando cada edifício isoladamente, procuramos introduzir o conceito de um Centro Cívico claramente com características urbanas, isto é, em que as edificações formam um conjunto entrelaçado procurando-se a unidade da "paisagem urbana", em contraposição à dominação de uma edificação sobre uma paisagem vazia.
>
> A formação de várias pequenas praças circundadas por prédios de arquitetura diversificada, de um sem número de vielas para pedestres e caminhos tortuosos e imprevistos entre essas edificações, provocará no usuário do centro surpresas agradáveis e um "aconchego" humano e visual que nos parece básico para conjuntos dessa natureza. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1970/71)

O trabalho é complementado pela elaboração de uma legislação urbanística para o Município. Acreditamos que estes breves comentários sobre esses dois trabalhos, mostram que a concepção do SERFHAU do plano era mais compreensiva, e a de Cole mais próxima do modelo britânico, era uma visão de arquiteto atuando no meio urbano.

O trabalho entregue em 1974, para a Prefeitura de Blumenau, explicita essa abordagem. Para Blumenau é elaborado um Plano Diretor Físico Territorial.

5.1. O Plano de Blumenau

O Plano de Blumenau foi entregue em janeiro de 1974, e se constitui de cinco volumes, com análise e proposições, estudo turístico, instrumentação, código de posturas e anexos respectivamente.

Para sua realização foi formada uma equipe em Blumenau, cujo gerente executivo foi o arquiteto Leonardo Reges Moreira. No Rio o restante da equipe era gerenciado pela arquiteta Mirian Wagner Capllonch, e com ela trabalharam os arquitetos Fernando Casério de Almeida, Stélio de Moraes e Almir Fernandes, o geólogo Glycon de Paiva, o engenheiro Paulo Avelino de Souza, o cartógrafo Breno Dias Fernandes e os economistas Jayme Lopes do Couto e Ignês Couto V. Ribeiro. Além disso foram subcontratados serviços ao IBAM – legislação urbanística, e o Círculo Turístico – plano de turismo.

O contrato também incluiu o projeto de esgoto sanitário para Blumenau, e este trabalho foi realizado através de um consórcio com o escritório Saturnino de Brito.

Para elaboração do diagnóstico foi utilizado uma metodologia criada por Cole, que se chamava de "método das quadrículas".

> E, nessa época, o Harry tinha um método, não sei se ele adaptou de alguma coisa que ele aprendeu na Inglaterra, que chamava de quadrículas homogêneas, que era você reduzir qualquer área que fosse a quadrículas, conforme a escala de intervenção. Conforme a escala de resolução se trabalhava com quadrículas de 100 metros ou com 1 km de lado, e com isso se fazia toda a análise do meio: análise topográfica, isométrica ou o que fosse. Se reduzia pontualmente a essas quadrículas, aplicando notas inclusive, conforme a análise que se estivesse fazendo, destinada a um distrito industrial ou a um bairro novo ou um loteamento de habitações, você ponderava essa análise de modo que através da análise quantitativa e definida, que era a quadriculazinha, se conduzia uma análise conveniente para a intervenção que se ia fazer.
>
> Era algo muito interessante, só que naquela época não tinha computador, tinha só mainframe, então isso era feito na mão, você desenhava, fazia uma tabela de conversão para dar nota prá essas coisas,

> construía uma faixa, ponderando algumas coisas, porque não era simplesmente tirar a média daquelas notas, essa ponderação é que era importante para os fins do trabalho que você ia fazer. Era um método sensacional. Só que a gente perdia muito tempo fazendo contas, não tinha computador, e esse método foi adotado nos distritos industriais de São Paulo, no tempo do Maluf, com a CONSULTEC, no distrito industrial de Santa Cruz, na época era Estado da Guanabara (o município do Rio de Janeiro era o Estado da Guanabara), e lá o Harry aplicou o método das quadrículas homogêneas.
>
> Eu acho até que o Harry deve ter coisas escritas[146], eu tinha, agora não tenho mais, eu tinha ainda registro desse método, mas sofríamos muito porque não tínhamos computador. Hoje em dia seria fácil, você jogaria em qualquer escala. A vantagem desse método é que quando você mapeava os resultados, os mapas temáticos que se iam montando, conforme a escala que se trabalhava, essas quadrículas ganhavam cor. Se fosse preto e branco, se trabalhava com o branco, cinza, preto, com gradações de preto, e até se fosse o caso, porque a gente usava muito aquele filme Letraset, se fosse colorido você podia aplicar cor. Esses mapas temáticos ficavam muito bons para você se informar, porque com essa gradação, cores ou o que fosse, e com a superposição de uma série de análises, ia-se descobrindo áreas ótimas para uma coisa, áreas ótimas para outra coisa, você ia otimizando o sítio, entendeu, era muito interessante. Hoje em dia acho que nem dariam bola pra isso, mas era uma atitude inovadora em termos de metodologia de trabalho e era uma tentativa de qualificar algo que se fazia muito no sentimento. (FERNANDES, 2005)

Esse método foi também aplicado em Blumenau. No calculo da densidade média, por exemplo, foram construídas seis faixas de densidade, e as quadrículas determinavam as várias densidades no território, com o que se ia construindo o mapa de densidades médias do município. Equivaleria a utilizarmos hoje, para esses cálculos, os setores censitários do IBGE. No caso da densidade populacional, quadra quadrícula representava 40.000 m² de área na cidade.

[146] Não há nada escrito por Harry Cole sobre essa metodologia.

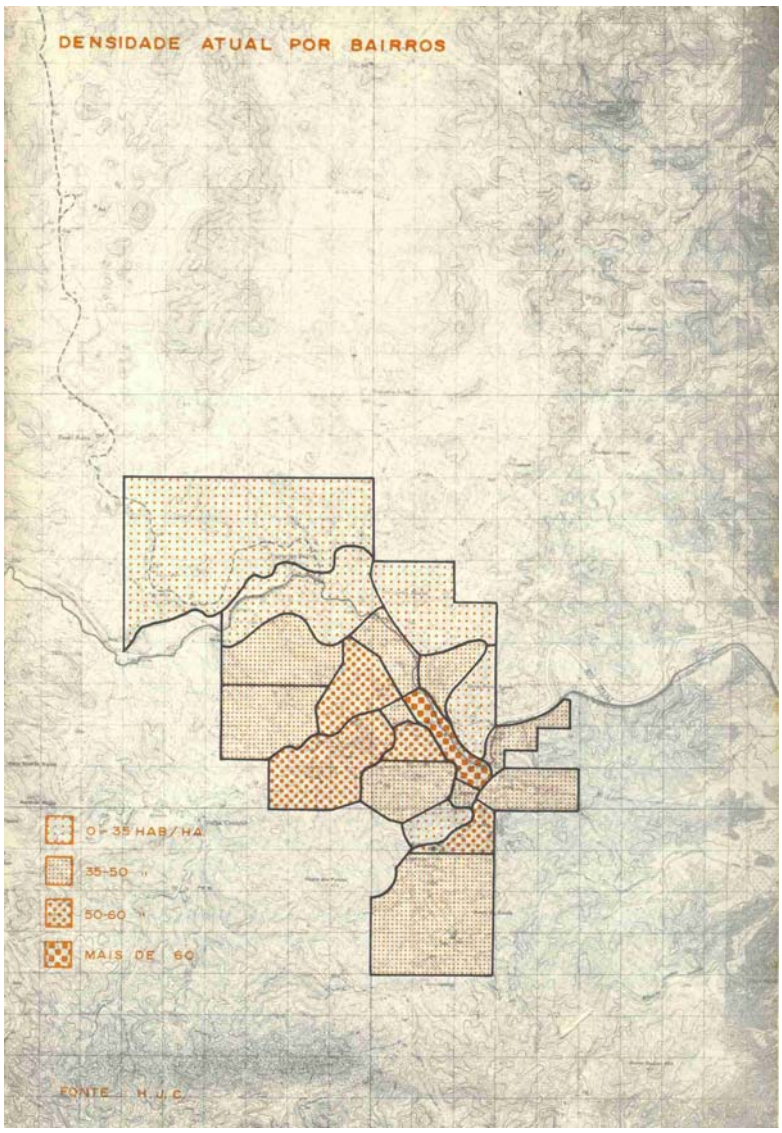


Figura 126 – Densidade populacional em Blumenau

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

Com os dados de densidade populacional e de padrões de uso do solo, foi calculada a densidade de saturação, admitindo-se a manutenção dos padrões existentes de uso do solo, e este foi o elemento central para cálculo das necessidades de atendimento com infra-estrutura, estabelecendo-se projeções e níveis de atendimento adequado.

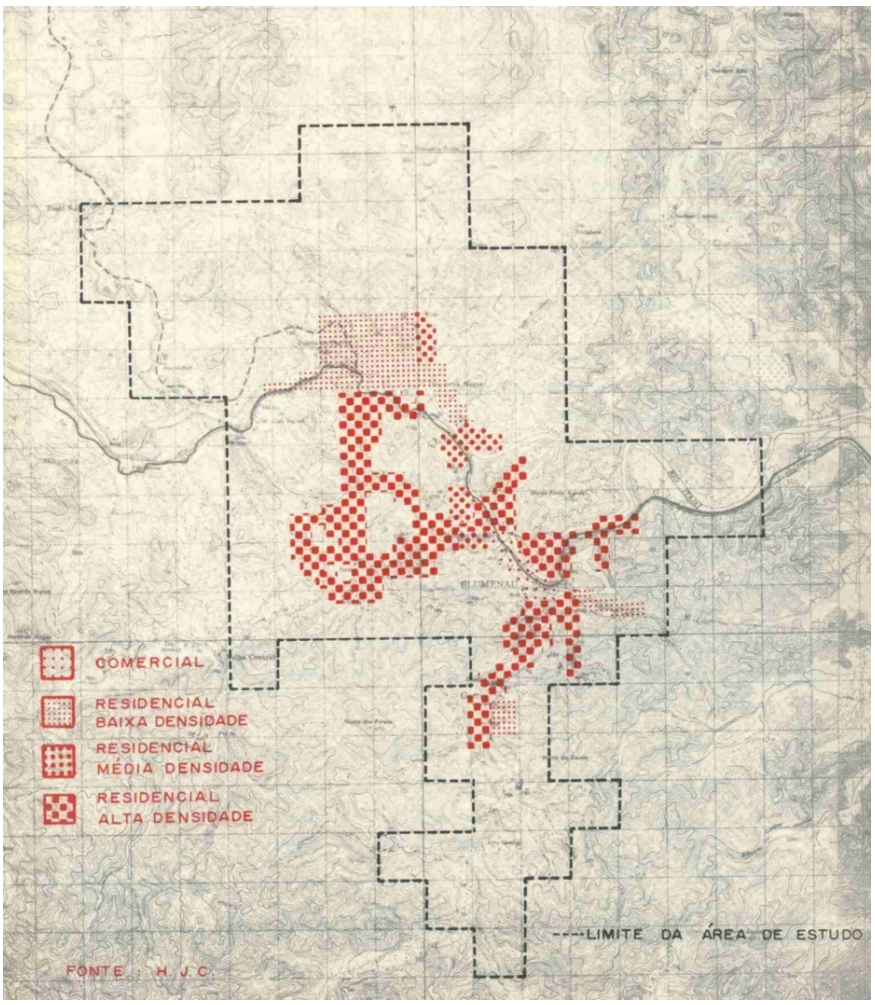


Figura 127 - Mapa Padrões de Uso do Solo – capacidade máxima

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

Foram construídos dois cenários alternativos, e realizados dois seminários para que a Prefeitura fosse informada dos cenários e se decidisse por um deles.

Esses cenários subentendiam um zoneamento de usos e de intensidade de uso e a implantação de parques lineares ao longo dos rios que cruzam a cidade.

As diretrizes para as margens dos rios se dão no sentido da preservação ambiental.

> Uma das principais metas deste estudo será o máximo aproveitamento das áreas disponíveis nas margens dos rios da Velha, Garcia, Itoupava e Itajaí, talvez até mesmo desapropriando áreas, de modo a formar uma faixa verde contínua, sobretudo nos rios da Velha e Garcia.
>
> Este objetivo não é produto de uma decisão aleatória ou somente da necessidade da criação de áreas verdes. Fundamenta-se também em outros aspectos, como a necessidade de proteger os leitos dos rios contra a erosão e aproveitá-los paisagisticamente, formando recantos pitorescos.
>
> A retificação dos rios através de sua canalização não é uma solução desejável; seu saneamento e conservação poderão ser perfeitamente obtidos com a contenção de suas margens, evitando o assoreamento constante com um tratamento paisagístico adequado. (H. J. COLE + ASSOCIADOS e ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1974)

É proposto um sistema de áreas verdes e de recreação, que abrange toda a cidade. Ele está representado na Figura 128.

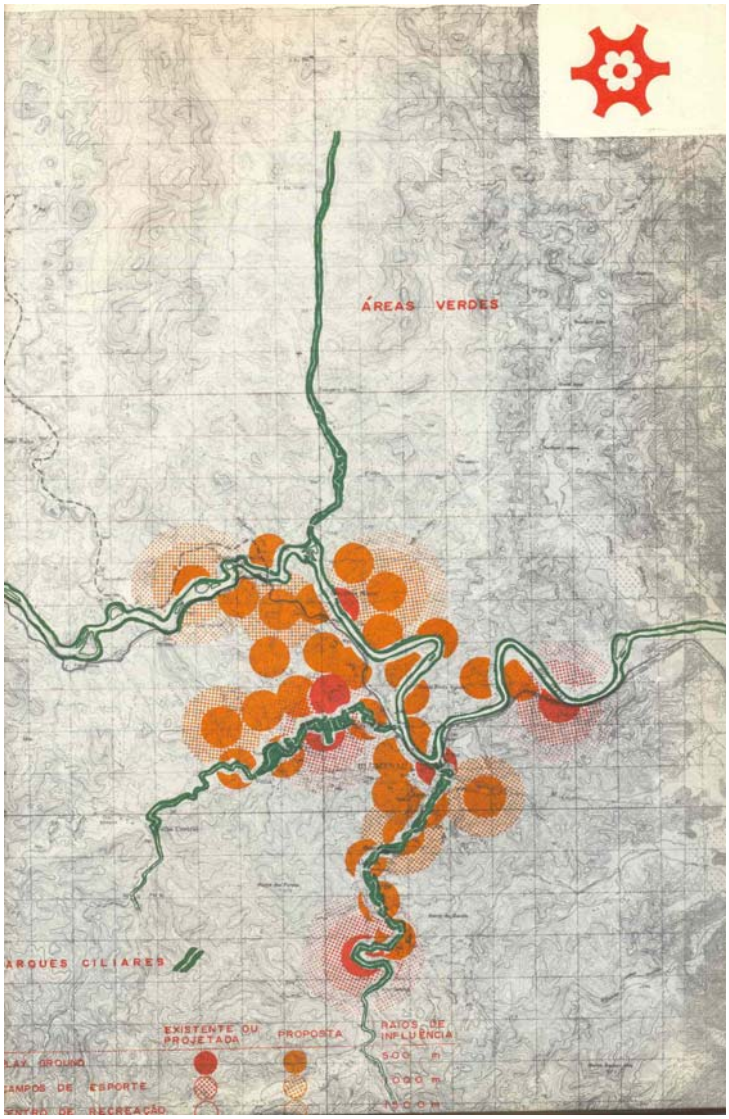


Figura 128 – Proposição de Sistema de Áreas Verdes e de Recreação

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

A proposta de circulação viária tem como elementos fundamentais a criação de um anel viário fora da área urbana, para que se evite que a cidade seja atravessada pela rodovia BR-470, e a melhoria do transporte público, aumentando sua intensidade e alterando a circulação, que passaria das existentes linhas centro periferia, para linhas radiais, uma mais próxima ao centro e outra mais periférica, e poucas linhas cruzando o centro.

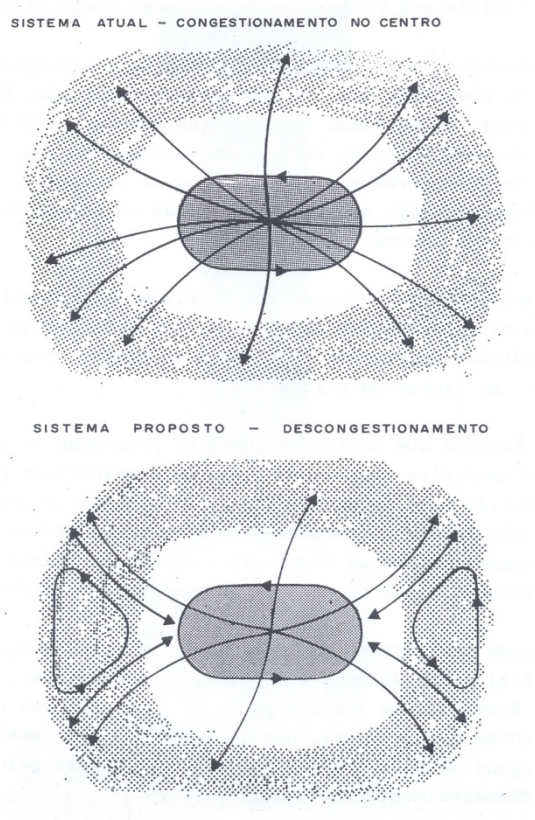


Figura 129 - Proposta para o transporte público

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

Além das proposições de sistema viário e áreas verdes, são elaboradas recomendações para uma política de turismo para Blumenau.

Nelas é sugerida a criação de uma empresa de economia mista, para implementar a política, e que sejam feitos convênios com outros municípios que também tem potencial turístico. São propostos ainda dois equipamentos, um complexo turístico voltado para atividades de recreação e um equipamento para eventos industriais e comerciais, para os quais é recomendado um programa mínimo.

As propostas são divididas em aquelas que devem ser implementadas de imediato, e as de médio prazo. As de curto prazo, relacionam-se ao sistema viário (construção do anel viário, de rodoviária e de terminal urbano de ônibus, e construção de pontes sobre o rio Itajaí), de aprovação da legislação indicada (lei do plano, de zoneamento, de parcelamento e edilícia), delimitação das áreas dos parques ciliares, programação de distribuição dos centros de saúde e implantação de um novo distrito industrial.

Mas o que torna esse plano característico é sua abordagem do meio físico, e suas propostas, pois estas incluem uma série de croquis e até mesmo alguns projetos preliminares.

Para o sistema viário são apresentados perfis para todas as vias que se propuseram modificações, e citando um estudo de engenharia de tráfego[147], são inclusive apresentadas idéias para o traçado das vias de maior porte. As figuras 130 e 131 mostram uma dessas propostas.

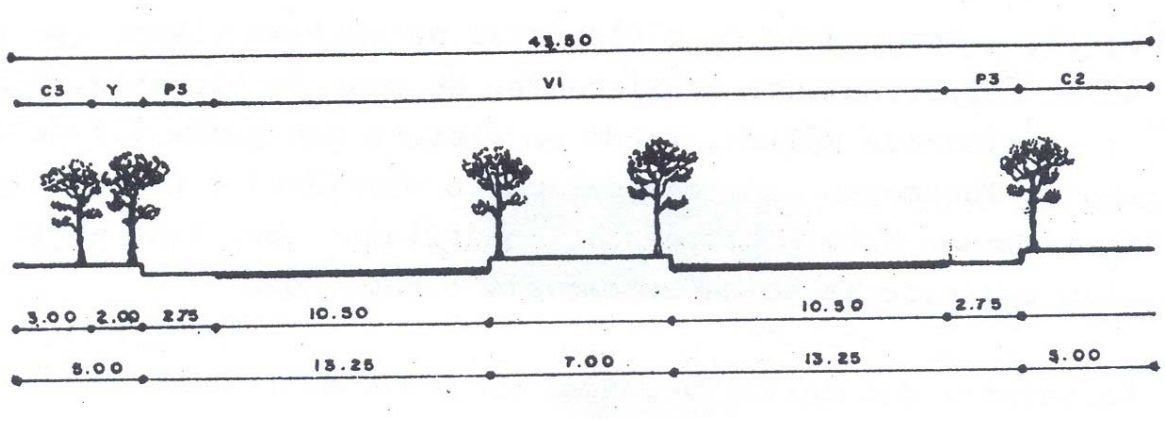


Figura 130 - Perfil recomendado para uma via de grande capacidade de tráfego

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

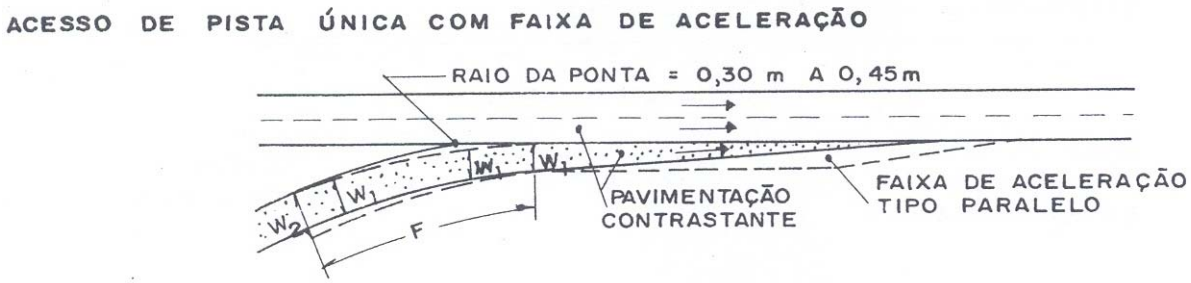


Figura 131 - Traçado recomendado para uma via de acesso a uma via de grande capacidade

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

Para os equipamentos de saúde são definidos padrões de atendimento (equipamento por número de habitantes), área do terreno e área construída necessárias.

E para a área central que acompanha o rio Itajaí, são apresentados croquis que ilustram as modificações recomendadas.

[147] Traffic Engineering Handbook do Institute of Traffic Engineers.

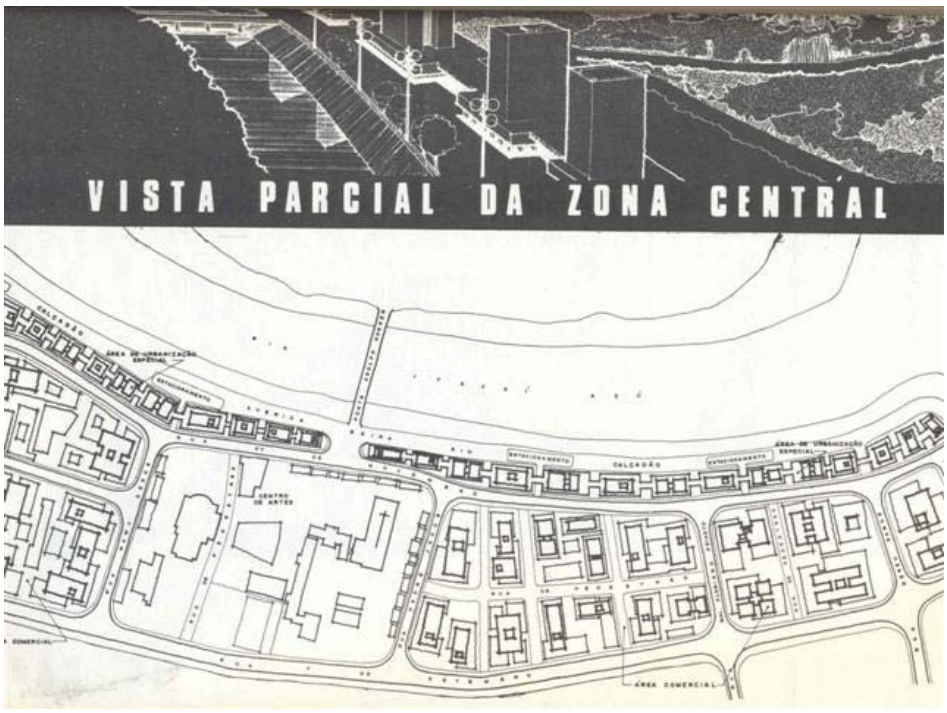


Figura 132 – Proposta para a área central

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

A área central comercial deveria ficar voltada para ruas de pedestres, e como se observa na Figura 132, foi proposto que oito quadras formassem uma área pedestrianizada.

Figura 133 – Perspectiva mostrando a área pedestrianizada

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

O croqui da Figura 133 mostra a área de equipamentos culturais e a destinada aos pequenos comércios, formando um grande shopping a céu aberto.

Figura 134 – Vista da área central margeando a orla do Rio Itajaí

Fonte: H. J. Cole + Associados e Escritório Saturnino de Brito, 1974

A Figura 134 apresenta a calçada que percorreria a orla, resgatando o Itajaí para a paisagem urbana.

No Plano Diretor Cole desenvolveu uma proposta para a Avenida Beira Rio, área de características predominantemente turísticas, e propôs que a avenida fosse transformada em calçadão e que a construção de prédios no local obedecesse a um gabarito pré-determinado, com obrigatoriedade de serem construídos sobre pilotis, transformando em passeio público o espaço sob os prédios. A idéia dos pilotis não é uma recriação da proposta corbusiana, ao contrário, seu objetivo é permitir a vista do rio reforçando-o como elemento paisagístico da cidade.

Essa característica, de chegar quase ao nível do desenho urbano, com a preocupação com o ambiente da cidade, caracteriza os trabalhos do escritório de Harry Cole, como vimos.

Já dissemos anteriormente que Percy Johnson-Marshall, o arquiteto que Cole conheceu no London County Council, foi a grande influência do seu trabalho. É interessante ver como essa mesma preocupação aparece num trabalho desenvolvido por Marshall após sua saída do LCC, feito para o norte da Irlanda.

O trabalho é um plano regional, que abrange a região onde se localizam as cidades de Coleraine, Portrush e Portstewart realizado em 1968. Um exemplar desse trabalho pertenceu à biblioteca do SERFHAU[148], e nesse sentido é possível acreditar que Cole o tenha conhecido.

[148] Hoje o trabalho encontra-se na biblioteca da Caixa Econômica Federal.

Esse é um plano físico-territorial, e faz um levantamento das condições da região, em seus aspectos econômicos e sociais, utilizando os dados populacionais para prever o desenvolvimento da região até 1981, e com esses dados estima a necessidade de reserva de áreas para os vários usos, a necessidade de provisão de habitações e de equipamentos de educação e saúde.

O plano também enfatiza o aspecto turístico da região, que é uma área costeira, e, à semelhança do plano de Blumenau, faz recomendações para ampliação das áreas de recreação e lazer, e da futura necessidade de acomodações para turistas.

Apesar de ser um plano regional, que aborda políticas mais amplas, os equipamentos para recreação e lazer são dimensionados, e para o centro esportivo, por exemplo, é proposto oito acres de campos para jogos, dois acres de áreas pavimentadas para jogos, caminhadas e corridas; e equipamentos para a prática de atletismo.

E todo o trabalho é ilustrado com perspectivas que procuram mostrar as áreas com a implantação das medidas recomendadas.

A Figura 135 mostra a proposta de um calçadão para a área central de Coleraine.

Figura 135 – Área central de Coleraine

Fonte: Matthew, Johnson-Marshall and Partners e Johnson-Marshall e Associates, 1968

Ao apresentarmos a Figura 136 temos o objetivo de mostrar abrangência regional do plano, mas nossa preocupação é mostrar que ele chega ao nível do projeto urbano, como vimos na figura 135.

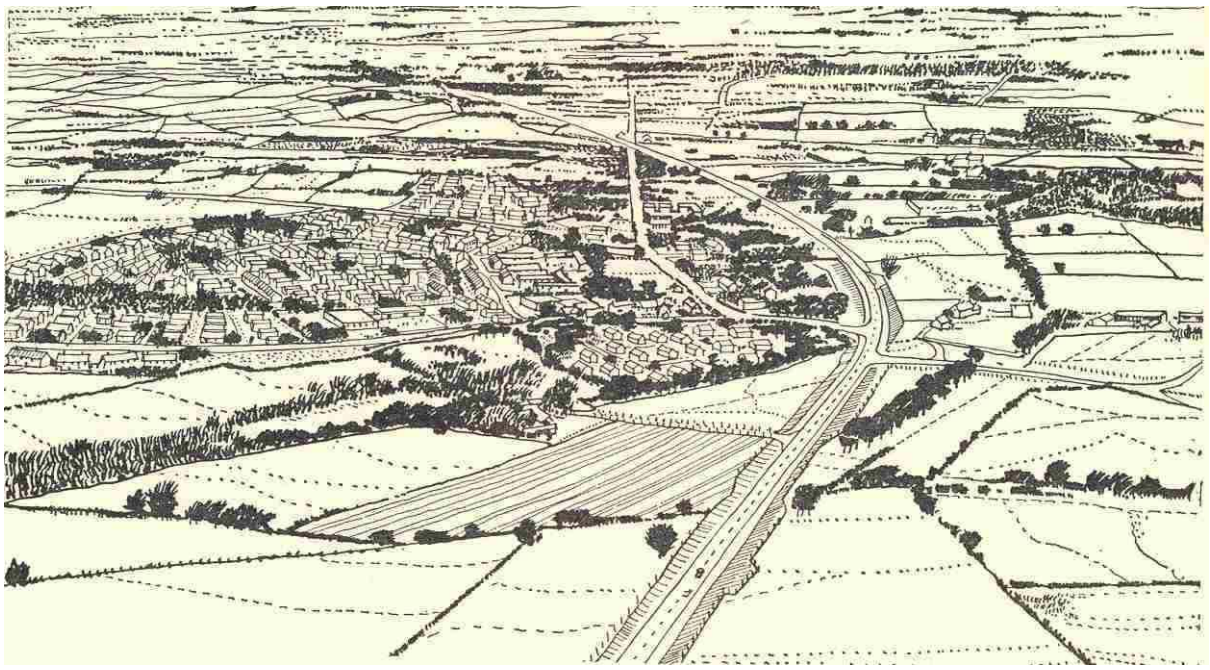


Figura 136 –Coleraine e seu entorno

Fonte: Matthew, Johnson-Marshall and Partners e Johnson-Marshall e Associates, 1968

Para nós é claro com esse exemplo, que a forma como Harry Cole abordava o planejamento, estava fortemente vinculada a sua formação na Inglaterra, onde o planejamento urbano do pós-guerra chegava a desenvolver projeto urbano, principalmente porque isso era necessário para as atividades da reconstrução.

Dessa forma o plano elaborado no escritório de Cole, era predominantemente físico-territorial, e era um plano de arquitetos, mesmo contando com equipes multidisciplinares.

6. O urbanista Harry Cole

Mostramos nesse capítulo alguns trabalhos elaborados nos anos 1970 no escritório de Harry Cole. Se considerarmos todos os trabalhos desenvolvidos, nos urbanísticos há um predomínio de planos diretores em relação a trabalhos de projeto urbano, algo que é característico do mercado de arquitetura dos anos 70.

Mostramos também que a metodologia utilizada no desenvolvimento dos trabalhos tem semelhanças com aquela desenvolvida pelos urbanistas ingleses que trabalharam na reconstrução da Inglaterra. Exploramos isso um pouco melhor no Capítulo VII – Conclusão.

Mas quais são as principais características que encontramos nos trabalhos analisados? A nosso ver dois são os fundamentos teóricos que orientam o desenvolvimento de todos os trabalhos: há uma preocupação com a sustentabilidade econômica das políticas territoriais públicas e um forte destaque para o desenvolvimento de um meio ambiente urbano equilibrado.

A preocupação com a sustentabilidade econômica aparece em vários momentos. Ela está presente no desenvolvimento da legislação urbanística, em especial na desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública e na proposição de uma lei de diretrizes de uso do solo federal, onde aparecem soluções vinculadas a uma atuação que chamamos contemporaneamente de reforma urbana. Está presente também na formulação do Projeto Cura, onde se propõe o controle das áreas urbanas rarefeitas, através de investimentos em urbanização e equipamentos coletivos que visem fazer das áreas locais atrativos, pensando-se que assim elas serão adensadas.

Nesse último exemplo o que se faz é propor uma solução, que não tem embasamentos em teorias econômicas ou sociológicas que procurem buscar a causa de grandes extensões de terra nas áreas urbanas ficarem desocupadas, não existem preocupações com as causas do problema, o que se quer é solucionar sua manifestação mais clara: a solução é de arquiteto, de intervenção com projeto e obra, o que faz com que ela nos pareça inadequada e até certo ponto ingênua.

A preocupação com o desenvolvimento urbano equilibrado aparece em todos os trabalhos, planos ou projetos urbanos, e esse "urbano equilibrado" é um tecido que reserve áreas protegidas para a atividade residencial, crie ligações viárias e adequadas à intensidade de tráfego, crie centros comerciais dinâmicos e multifuncionais, e proteja fundos de vales, manchas expressivas de vegetação e matas ciliares.

Isso aparece em Porto Real, onde a área industrial é projetada separada da área residencial por um cinturão verde e onde se evita a ocupação das várzeas do Rio Paraíba do Sul, mas também aparece em Blumenau, onde se espera que a cidade se aproprie das margens do Rio Itajaí e de seus afluentes paisagisticamente, ao mesmo tempo em que se recomenda a não canalização dos cursos d'água e da preservação das matas ciliares para evitar a erosão das margens. Também aparece em Nova Cidade Santo Antônio que vimos no capítulo V.

Tanto Porto Real como Blumenau recebem atenção no que se refere ao sistema viário, com a criação de uma forte hierarquia viária que propicie o fluxo de tráfego de passagem ao mesmo tempo em que se restringe esse tráfego nas áreas de pedestres.

E nos chama particular atenção o fato de que o projeto para Poços de Caldas, elaborado em 1970, já traga uma novidade em relação ao projeto urbano de filiação claramente modernista que então ainda se implantava. Para o centro urbano da cidade a proposta claramente chama para uma visão de cidade tradicional, propondo a abertura de "vielas para pedestres e caminhos tortuosos".

As posições que o urbanista Harry Cole defendia são semelhantes às de vários arquitetos de sua geração. A partir dos anos 60 a preocupação com o crescimento horizontal das cidades, com o aumento dos loteamentos sem infra-estrutura e com as favelas, mobilizou os arquitetos brasileiros a procurar soluções para esses problemas.

O que parece ser específico desse arquiteto é que sua abordagem o aproximava do pensamento anglo-saxão, da forma inglesa de conceber cidades. É o que pretendemos defender a seguir.

7. Bibliografia citada neste capítulo

As opiniões – In Revista Realidade. São Paulo: Ed. Abril, maio 1972.

CAVALCANTE, André Luiz M. e COSTA, Milena Sampaio da – H J Cole: relatório de pesquisa. Niterói, RJ: Escola de Arquitetura da UFF, 2006.

COLE, Harry J. – *Desenvolvimento Urbano e Planejamento*. In COSTA, Rubens Vaz da, COLE, Harry J. e PENNA, José Eduardo de O. – Considerações sobre Crescimento Urbano. Rio de Janeiro: BNH, 1972. P. 34/58

COLE, Harry J. – *Introdução ao conceito de planejamento da ação e sua aplicação no Brasil*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 39, setembro 1965, p. 12.

COLE, Harry J. – Planejamento Urbano e Processo de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: APEC – Análise e Perspectiva Econômica, fevereiro 1973 (suplemento)

HILBERSEIMER, Ludwig – Un'idea di Piano. Padova/It., Marsilio Ed., fevereiro de 1970 (1ª ed. em alemão 1963)

H. J. COLE + ASSOCIADOS e CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS HABITACIONAIS – CENPHA – Cura Pesquisa Piloto – Estudo de viabilidade de recuperação de áreas urbanas: Modelo demonstração Vila Valqueire. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1972.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Distrito Industrial de Manaus. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, s/d.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Estudo de pré-viabilidade Intraurbs BMR. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, dezembro de 1973.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Estudo de viabilidade Nova Cidade Porto Real – Resende/RJ. Rio de Janeiro: H. J. COLE, 1971.

H. J. COLE + ASSOCIADOS –folder do escritório. Rio de Janeiro: s/d

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Itablu- Marina Itacurussá. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1974.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1970/71.

H. J. COLE + ASSOCIADOS e ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO – Plano Diretor Físico Territorial e Projeto de Esgotos Sanitários de Blumenau/SC. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, janeiro de 1974.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia. Brasília: Ministério do Interior/SUDAM, 1976.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Uberaba - MG. Rio de Janeiro: H. J. COLE, 1970.

LUCCHESE, Maria Cecilia – Curam-se cidades: uma proposta urbanística dos anos 70. São Paulo: FAUUSP, 2004 (dissertação de mestrado)

MINISTRY OF HOUSING AND LOCAL GOVERNMENT – Central Lancashire – Study por a City: Consultants' proposals for designation; impact on north east Lancashire: Consultants' appraisal. Londres: HMSO, 1967. 2 vol.

REVISTA PROJETO – Projetos e seus caminhos na caatinga baiana. São Paulo, Ed. Projeto, Outubro de 1989. P. 103/108

ROBERT MATTHEW, JOHNSON-MARSHALL & PARTNERS e PERCY JOHNSON MARSHALL AND ASSOCIATES – Coleraine, Portrush, Portstewart – Area Plan. Belfast: Her Majesty's Stationery Office, 1968.

SANTOS, Paulo F. – *Marcelo Roberto II* – In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 38, agosto 1965. P. 8/18

SEGAWA, Hugo – Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990. São Paulo: EdUSP, 2002. (1ª edição 1998)

TAVARES, Jeferson C. – Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional. São Carlos, EESC-USP, 2004. (dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo)

Depoimentos

1. Almir Fernandes – entrevistado no Rio de Janeiro em 25 de Maio de 2005

2. Carlos Eugenio Moutinho de Figueiredo – entrevistado no Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2007

3. José Eduardo de Oliveira Penna – entrevistado no Rio de Janeiro em 10 de setembro de 2003, durante nossa pesquisa de mestrado.

4. Luis Alfredo Stockler – entrevistado em São Paulo em 1º de novembro de 2007.

5. Sônia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 11 de setembro de 2003, durante nossa pesquisa de mestrado.

6. Vera Lúcia Gervázio Neves – entrevistada no Rio de Janeiro em 2006 pelos estudantes da Escola de Arquitetura da UFF André Cavalcante e Milena Costa.

7. Vera Tangari – entrevistada no Rio de Janeiro em 29 de novembro de 2007

Capítulo VIII

Conclusão

"A crítica mais acentuada ao planejamento urbano tem sido relacionada com o estabelecimento de soluções consideradas ideais, sem, no entanto, consulta aos futuros moradores. Nem sempre, o que é considerado ideal, sob o ponto de vista urbanístico, encontra ressonância no comportamento coletivo das comunidades, gerando em conseqüência, distorções bastante visíveis tão logo os espaços são ocupados."
Harry Cole

Sumário do Capítulo I

5. Uma trajetória pelo moderno planejamento urbano
6. Hipóteses de pesquisa – elas se sustentam
7. O plano e o projeto urbano – onde ficou o town planning
8. Bibliografia citada neste capítulo

2. **Uma trajetória pelo moderno planejamento urbano**

A primeira constatação que podemos fazer após a leitura desse trabalho é de que a trajetória profissional do arquiteto Harry James Cole coincide com os momentos mais importantes do planejamento urbano no Brasil, nas décadas de 1950 a 70.

Harry Cole sempre esteve onde tudo acontecia, seja na Inglaterra quando aperfeiçoou seus conhecimentos em planejamento urbano, seja no Brasil, onde esteve presente na construção da cidade de Brasília, na implementação do planejamento urbano integrado ou na elaboração de planos e projetos para diversos clientes, no período áureo do planejamento urbano como política de Estado no Brasil. O incentivo ao desenvolvimento de planos urbanos realizado durante o governo militar só pode ser comparado ao que recentemente foi realizado pelo Ministério das Cidades, e é interessante podemos apontar aqui e ali uma série de semelhanças entre a política desenvolvida pelo Governo de Luis Ignácio Lula da Silva e o desenvolvido por Cole quando esteve na Superintendência do SERFHAU.

Não temos a pretensão de pontuar essas semelhanças, não é objetivo desse trabalho realizar esse tipo de comparação, mas a retomada de uma série de idéias elaboradas pelo Ministério de Planejamento e pelo SERFHAU no final dos anos 1960 pelo atual governo mostra que elas tinham e têm importância, elas ainda são meios adequados para se tentar fazer com que a utilização dos recursos públicos se dê com menos desperdícios e de forma mais consciente, ainda que a política atual tenha uma ênfase na participação e na integração da população de menor renda que de forma alguma esteve contemplada nas políticas do governo militar.

Mas essa semelhança só enfatiza o fato de que a construção das bases teóricas e práticas para o planejamento urbano ocorreram nas décadas de 1950 a 70, e que estas bases são sólidas o suficiente para servirem de exemplo para políticas públicas atuais. E temos que concordar que Harry Cole representou um grande papel no estabelecimento dessas bases.

Esse papel foi mais forte quando de sua participação no governo militar. Foi lá que Cole teve possibilidade de defender suas idéias para uma platéia nacional e conduzir a implantação de uma sistemática de planejamento, que aparentemente só resultou em um grande número de planos urbanos em prateleiras, sem efeitos práticos, mas essa afirmação, que é feita amplamente nos dias atuais, parece pecar por sua generalidade e já vem aos poucos sendo contestada. (Cf FERREIRA, 2007)

Foi no SERFHAU que Cole pode introduzir uma metodologia de planejamento urbano que acabou sendo desenvolvida por agentes públicos e privados, no desenvolvimento dos planos de desenvolvimento integrado. Foi lá também que se iniciaram os primeiros trabalhos de pesquisa das regiões metropolitanas[149], visando estabelecer de modo formal a necessidade de criação de um

[149] De fato as primeiras discussões iniciaram-se no IPEA, mas o primeiro trabalho contratado a empresas ou arquitetos das então consideradas nove regiões metropolitanas para estabelecer o limite de cada uma dessas regiões foi contratado pelo SERFHAU.

sistema de gestão especial para regiões metropolitanas, tema que ganhou grande destaque na década de 1970 e 80.

Mas Cole começou sua trajetória como divulgador da idéia e da necessidade de se fazer planejamento urbano muito antes disso. Como vimos sua primeira atuação como planejador aconteceu em Londres, no London County Council, onde ele aprendeu os princípios do projeto urbano e do projeto técnico de um sistema viário. Na Inglaterra esteve em contato com as grandes experiências de planejamento que aconteciam na reconstrução européia, a década de 1950 era um momento em que fervilhavam idéias e soluções, ao mesmo tempo em que na Europa o movimento moderno em arquitetura mostrava um certo declínio.

Em Londres ele aprendeu os fundamentos do projeto urbano vinculado ao ideário cidade-jardim, mas temperado com os fundamentos do urbanismo da Carta de Atenas. Em Londres aprendeu também que o território tinha que ser pensado integralmente, e que não havia projeto urbano que não se apoiasse em um plano mais amplo de caráter urbano e regional. Quando voltou ao Brasil trouxe em sua bagagem a experiência adquirida e dois planos de Abercrombie: o plano do Condado de Londres e o plano da Grande Londres. Mas também trouxe fotos das maquetes e da exposição realizada em Londres sobre as áreas de reconstrução integral.

Chegando ao Brasil Cole foi trabalhar no projeto urbano mais instigante que então se realizava no país: a construção de Brasília.

Na década de 1950 o planejamento urbano no Brasil estava vinculado a poucos personagens: de um lado tínhamos a militância de Padre Lebret e seu movimento Economia e Humanismo que realizava alguns planos de caráter regional com uma metodologia fortemente calcada na sociologia francesa[150]. De outro, no Rio Grande do Sul, tínhamos uma escola de planejamento com estreitos vínculos com a desenvolvida em Montevidéu, da qual os expoentes entre os arquitetos gaúchos foram Arnaldo Gladosch e Demétrio Ribeiro, onde as bases metodológicas podem ser encontradas no positivismo (caso do primeiro) e no movimento moderno de arquitetura (no segundo). (NYGAARD, 2005) Mas esta escola ficou restrita a uma atuação local, no Rio Grande do Sul. Tínhamos ainda Antônio de Bezerra Baltar, no Recife, que teve importante atuação junto ao Padre Lebret, para quem trouxe uma forma de intervenção no território amplamente inspirada no planejamento urbano britânico. E finalmente tínhamos a escola a Le Corbusier, dos arquitetos cariocas Lucio Costa e Oscar Niemeyer, que conceberam e construíram Brasília.

Após um longo contato com o planejamento britânico, que tanto impressionou o arquiteto recém-formado, Cole se viu as voltas com um urbanismo que tinha fortes características de projeto de arquitetura, onde o planejamento regional só aparecia nas conversas com os colegas nas noites quentes e enluaradas do planalto ou no debate esquentado na sala do grupo de urbanismo da Novacap.

Esta nova experiência com um urbanismo que tinha sérias diferenças da sua experiência anterior muito impressionou Cole. De um lado gerou atritos com Lucio Costa, como vimos, de outro

[150] Em São Paulo não podemos esquecer ainda a atuação de Prestes Maia e Anhaia Mello.

aprofundou sua experiência no desenvolvimento de projetos de sistema viário e na compreensão das dimensões que deveriam ter os diversos espaços na projetação de uma cidade nova.

Essa experiência foi levada para seus projetos, mas Cole também se apoiou nas publicações anglo-saxônicas, como o Traffic Engineering Handbook do Institute of Traffic Engineers.

Após seu trabalho na Novacap Cole participou da elaboração de diversos planos, como o Plano Urbanístico Básico de São Paulo e o Plano Regional do Recife Metropolitano, onde teve contato com Bezerra Baltar.

Também esteve em contato com o Instituto dos Arquitetos seção Guanabara, local onde no início da década de 1960 aconteciam os grandes debates de interesse dos arquitetos, como a militância pela criação de um órgão federal de planejamento urbano e a luta pela reforma urbana. No final de 1964 Cole se junta à equipe de Roberto Campos no Ministério do Planejamento, e inicia uma trajetória que o colocará em evidência nacional até o final da década.

No governo esteve sucessivamente no Ministério do Planejamento, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU. Nesses três órgãos divulgou e lutou pelo planejamento urbano integrado, isto é, por um planejamento urbano que fosse além da intervenção física, que analisasse e desse diretrizes para o desenvolvimento social e econômico das cidades.

Os planos de desenvolvimento integrado realizados pelo Brasil afora por várias empresas privadas, segundo o roteiro para elaboração de um plano do SERFHAU, acabaram se transformando em extensos diagnósticos, com propostas de desenvolvimento de políticas econômicas e sociais, e nos quais a intervenção física se cristalizava na elaboração de uma lei de uso e ocupação do solo, que era parte integrante do plano diretor. Ainda que os planos elaborados nesse período não tenham sido objeto de estudos mais aprofundados, que possam nos levar a dizer que existiu ou não um plano "tipo SERFHAU", pudemos nesse trabalho conhecer o roteiro que serviu de base a esses planos, e perceber que os projetos elaborados anos mais tarde pelo escritório de Cole tinham um ingrediente a mais, a elaboração de diretrizes de projeto urbano para as áreas centrais das cidades ou para suas partes com maior simbolismo social.

Se o urbanista Cole compartilhou na definição de uma metodologia para os planos locais que foi fortemente baseada no "comprehensive planning" americano, os trabalhos elaborados em seu escritório sobre sua coordenação acrescentaram uma particularidade a esses planos, a intervenção física que aprendera quando recém-formado na Inglaterra.

Em seus planos urbanos Cole agregou o planejamento regional ao projeto urbano.

No seu escritório, nos anos 1970, Cole elaborou legislação urbanística, programas públicos de financiamento, planos urbanos e projetos de cidades novas. Em dez anos, período em que o escritório funcionou a pleno vapor, conseguimos levantar 41 trabalhos desenvolvidos pelo escritório, todos estes no campo do urbanismo.

No escritório Cole consolidou-se como urbanista, trabalhando em vários estados brasileiros, mas principalmente na região norte, onde por intermédio da SUDAM realizou vários trabalhos, inclusive uma política de desenvolvimento urbano para a Região Amazônica.

Cole desenvolveu propostas para vários tipos de agentes, públicos e privados, e nos anos 70 teve assegurado para si uma boa fatia do mercado de planejamento urbano. No final dos anos 70 os trabalhos começaram a escassear e o escritório começou a diminuir. De um lado isso coincidiu a própria retração do mercado do planejamento urbano, na década seguinte esse passou a ser desacreditado e poucas empresas conseguiram sobreviver. De outro lado, deveu-se a três episódios, que na opinião de Vera Tangari (2007) estiveram intimamente ligados. Dois foram reveses do escritório, que através de projetos polêmicos, como o projeto do edifício da Universidade Cândido Mendes no centro do Rio e o projeto de urbanização no entorno da lagoa de Itaipu, em Niterói, trouxe críticas ferozes a atuação do arquiteto e do seu escritório. O terceiro episódio foi o AVC que Cole sofreu, que retirou-o da linha de frente do escritório.

Não fosse esse fato, talvez o escritório de Cole tivesse sobrevivido aos anos 1980, mas ao praticamente fechar as portes no início dos anos 80 acabou por fazer parte do fechamento de um ciclo, o que ironicamente coloca Harry Cole como co-participe do moderno planejamento urbano no Brasil, de seu início até o seu ocaso.

Por isso estudar a atuação do arquiteto nos propiciou entrar em contato com os momentos mais importantes do planejamento urbano no Brasil a partir de 1950, e se conseguimos aqui historiar sua trajetória muito resta a ser ainda estudado, pois os trabalhos que desenvolveu permitem e merecem uma avaliação mais cuidadosa. Essa é uma tarefa que não pudemos encarar pois ela nos exigiria muitos mais anos de estudo.

3. **Hipóteses de pesquisa – elas se sustentam?**

As hipóteses de pesquisa foram formuladas logo no início do trabalho, e foram revistas após a realização do exame de qualificação. Essa revisão consolidou dez hipóteses que estão listadas a seguir.

1. O roteiro do plano do SERFHAU tem filiação ao planejamento inglês, por influência de Harry Cole.
2. O discurso do Estado sobre o planejamento urbano, nos governos de Castello Branco e Costa e Silva, pode ser creditado à influência de Harry Cole.
3. A obra urbanística teórica e prática do arquiteto traz uma postura pragmática e assertiva, na proposição de soluções para o que era visto como "problema do crescimento urbano" do Brasil.
4. Os projetos urbanísticos do Arquiteto têm filiações claras ao urbanismo anglo-saxão e são re-elaborações da proposta urbanística modernista a partir da vivência do arquiteto e de seu contato com tradições urbanísticas anglo-saxônicas.
5. As concepções implícitas no Programa Cura constituem parte da trajetória do planejamento urbano no Brasil, tendo em sua proposição original de Harry Cole elementos da reabilitação compreensiva (*comprehensive redevelopment),* como a define Johnson-Marshall.
6. A transferência de uma metodologia inglesa de planejamento urbano e regional para o Brasil significou uma redução da proposta inicial, que perdeu suas características de intervenção física no território,
7. Essa redução está vinculada a necessária adaptação de uma intervenção no território, cujos promotores ingleses tinham amplo respaldo político para intervir na propriedade, para um país onde os promotores procuravam respaldo político junto as classes proprietárias, uma vez que as alianças com as classes não proprietárias não faziam parte de sua política de alianças,
8. Essa redução levou a configuração de um modelo de intervenção no território urbano que se ateve ao zoneamento de usos e ocupações, que mais do que uma influência americana no planejamento urbano brasileiro foi a forma possível de intervenção na cidade na luta pela manutenção da hegemonia política dos militares no poder e seus aliados,
9. A proposta do Programa Cura de Harry Cole é uma tentativa de recuperação da metodologia integral de intervenção na cidade, a exemplo da que foi realizada na reconstrução das áreas bombardeadas de Londres nos anos 1950.

10. Os projetos urbanísticos de Cole para cidades novas, são uma releitura dos projetos ingleses para as cidades novas, que por sua vez representam uma mistura entre duas concepções modernas de cidade: a cidade funcional e a cidade jardim.

Nossas hipóteses são de basicamente dois tipos: as mais numerosas procuraram avaliar a ressonância do *town planning* nos trabalhos desenvolvidos por Cole em sua vida profissional. Como acabaram por conduzir uma grande parte do nosso trabalho, nos fazendo dedicar um extenso capítulo a esse específico modo de planejar, essas hipóteses estão analisadas no item a seguir.

O outro "tipo" de hipóteses procurou genericamente avaliar em que medida a trajetória profissional de Harry Cole representou uma influência para outros urbanistas brasileiros.

São claramente expressão dessa preocupação as duas primeiras hipóteses: "o roteiro do plano do SERFHAU tem filiação ao planejamento inglês, por influência de Harry Cole" e "o discurso do Estado sobre o planejamento urbano, nos governos de Castello Branco e Costa e Silva, pode ser creditado à influência de Harry Cole".

Como vimos o roteiro para elaboração de um plano de desenvolvimento integrado foi inspirado num manual americano semelhante, elaborado pelo Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Governo dos Estados Unidos. Foi Rubens Mattos Pereira, que fez pós-graduação nos Estados Unidos, que trouxe o manual, e a elaboração daquele que foi publicado pelo SERFHAU deve-se a esse último arquiteto, e não a Harry Cole. Essa hipótese mostrou-se falsa.

Em relação à segunda hipótese, consideramos que ela é parcialmente verdadeira. A formulação das idéias que criaram um discurso em prol de um tipo específico de planejamento, desde as "zonas de influência" até o "plano integrado" foi de responsabilidade de uma equipe de técnicos que trabalharam no Ministério do Planejamento e no IPEA, durante o governo de Castello Branco e Costa e Silva. Harry Cole foi um desses técnicos, e nesse sentido representou um papel na formulação dessas idéias, papel que não foi muito diferente dos demais. Contudo, as bases teóricas do planejamento integrado foram formuladas durante o período em que Cole esteve na coordenação do setor de desenvolvimento urbano do IPEA, e a metodologia daí resultante foi amplamente divulgada pelo SERFHAU no período em que Cole foi seu Superintendente. Dessa forma temos que considerar que Cole teve influência na elaboração e divulgação dessa metodologia, e que usou essa influência no período em que ocupou cargos públicos durante o governo militar.

Outra hipótese formulada, "a obra urbanística teórica e prática do arquiteto traz uma postura pragmática e assertiva, na proposição de soluções para o que era visto como 'problema do crescimento urbano' do Brasil", tinha como fundamento nossa experiência anterior no estudo do Programa Cura, cujo objetivo foi transformar bairros com pouca infra-estrutura e poucos densos em bairros "completos" e por essa condição atrairiam mais moradores.

Essa postura muito claramente explicitada na formulação do Programa Cura, mostrava a busca do arquiteto por soluções para problemas urbanos sem considerar possíveis causas da implantação desses loteamentos, numa abordagem que era acima de tudo pragmática: o problema existe, vamos resolvê-lo.

Ao estudar outros trabalhos de Cole, essa hipótese mostrou-se verdadeira. Esse pragmatismo, a predominância de uma solução "de arquiteto" e não uma visão sociológica dos problemas é o que predomina na formulação de uma legislação federal de uso e ocupação do solo, obrigando os municípios a desenvolverem uma lei de zoneamento ao invés de um plano diretor, já que a elaboração desse instrumento vinha se mostrando incapaz de modificar a forma de gestão das cidades.

Também esse aspecto aparece na formulação do "Estudo de pré-viabilidade Intraurbs BMR", onde a resposta ao crescimento dos bairros periféricos sem infra-estrutura, equipamentos sociais e amenidades urbanas, é dada pelo estudo de viabilidade de se criar "cidades completas" nos espaços periurbanos metropolitanos. Nesse caso é proposta uma abordagem semelhante ao Cura, onde o estado deveria interferir no mercado imobiliário com o objetivo de criar um tecido urbano de qualidade em oposição ao tecido urbano "caótico e mal equipado" que o mercado vinha criando.

Se essas soluções têm um caráter pragmático elas também são abordagens utópicas, pois acreditam que existem e serão investidos recursos públicos para criar uma cidade onde os benesses da urbanização possam ser socializados. Essa utopia aparece claramente nos projetos urbanos de Cole. Todos os contratos para a elaboração de projetos de loteamento que Cole teve, seja como profissional, seja como empresa, Cole respondeu com projetos de cidades novas.

A utopia de achar que o mercado arcaria com o custo da implantação de uma cidade num momento que os "bairros de periferia" ou os "distritos industriais" eram um ótimo negócio imobiliário, é claramente denunciada pelo fato de que esses projetos não foram implantados. Isso parece não ter afetado a forma como Cole projetava, não houve uma revisão de seus ideais e o desenvolvimento de projetos mais adequados aquilo que o mercado queria. Essa persistência num determinado tipo de solução projetual, ainda que o resultado fosse projetos que não saíram do papel, é uma faceta importante do trabalho de Cole.

Isso nos levou a pensar que esse caráter pragmático de algumas propostas e ao mesmo tempo uma postura técnica sem concessões ao mercado, de certa forma utópicas, são elementos de uma única postura, a de que o arquiteto urbanista é o depositário de verdades técnicas, e que estas devem ser proclamadas todo o tempo, para todos os que possam ouvir. É a crença no poder messiânico desse profissional, e podemos perceber uma atitude constante em toda a trajetória de Cole, a pregação de uma idéia, seja através do discurso político seja através do discurso técnico.

Para Cole o urbanista sabia o que era melhor para a vida nas cidades e era seu dever ensinar isso aos demais de todas as formas possíveis. Mas essa certeza era só de Cole ou de toda uma geração de urbanistas brasileiros?

4. O plano e o projeto urbano – onde ficou o town planning

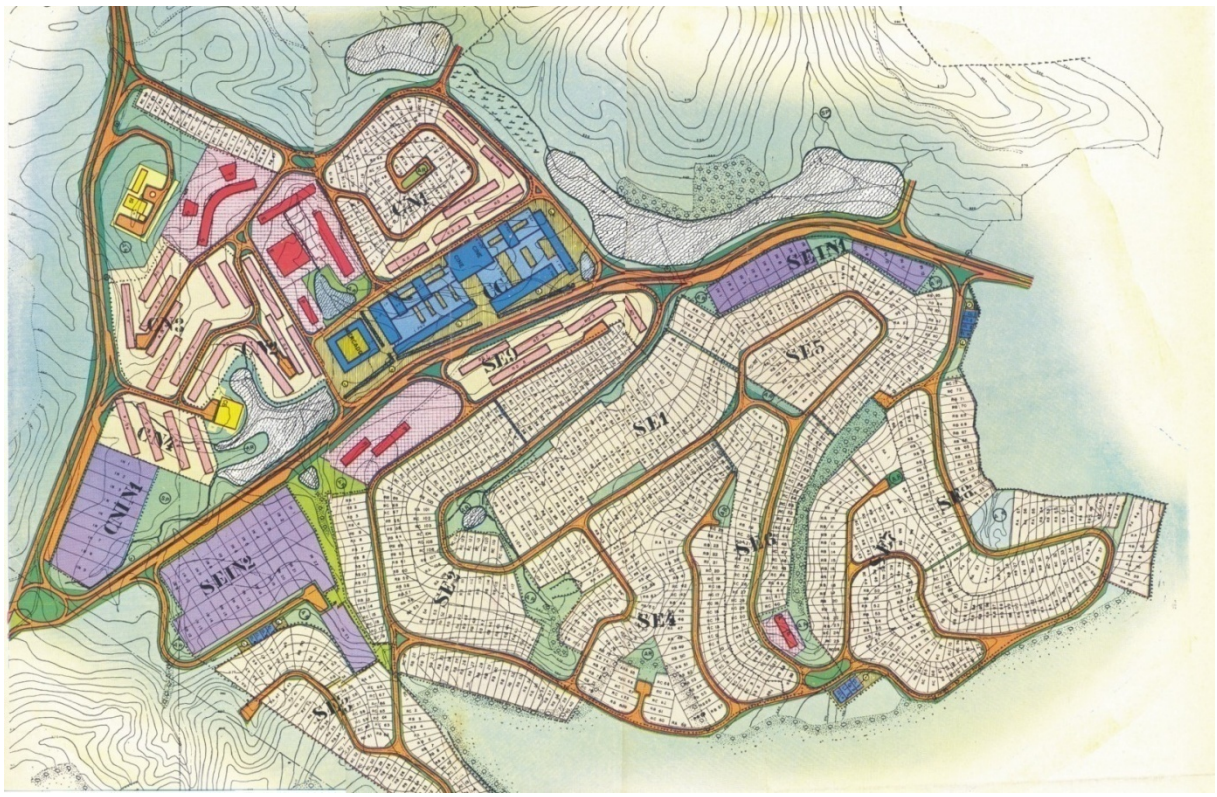
No decorrer desse trabalho dissemos diversas vezes que Percy Johnson-Marshall foi a grande influência de Cole, e de que seu trabalho tem fortes ressonâncias do urbanismo britânico do 2º pós-guerra. É necessário voltar a essas afirmações à luz das hipóteses formuladas. Essas serão discutidas em grupos, uma vez que algumas são complementos de outras.

Inicialmente gostaríamos de analisar as seguintes hipóteses: "os projetos urbanísticos do Arquiteto têm filiações claras ao urbanismo anglo-saxão e são re-elaborações da proposta urbanística modernista a partir da vivência do arquiteto e de seu contato com tradições urbanísticas anglo-saxônicas" e "os projetos urbanísticos de Cole para cidades novas, são uma releitura dos projetos ingleses para as cidades novas, que por sua vez representam uma mistura entre duas concepções modernas de cidade: a cidade funcional e a cidade jardim".

Nossa explanação sobre as características do urbanismo inglês foi bem extensa, e acreditamos termos conseguido demonstrar que os projetos urbanos das new towns, assim como os planos para a área de Londres de Abercrombie, trazem uma específica visão de cidade, que é uma mistura de concepções fundadas no ideário cidade-jardim e outras inspiradas no ideário cidade funcional. Esse hibridismo está presente no urbanismo inglês do pós-guerra, através da utilização dos seguintes elementos de projeto ou de zoneamento:

- Definição de unidades de vizinhança para áreas residenciais, com ruas locais terminando em pequenas praças no interior das quadras e de baixa densidade,
- Separação das funções na área urbana e uso industrial segregado,
- Rígida hierarquização viária, mas vias com traçado orgânico,
- Centro urbano mais denso, com predominância de construções verticais e áreas comerciais dispostas em áreas de tráfego restrito,
- Cinturões verdes no entorno das cidades e entre as unidades de vizinhança, implantação onde possível de parkways.

Esses mesmo elementos podem ser encontrados de uma forma marcante no projeto para a Nova Cidade Santo Antônio, que Cole projetou em 1960, mas também aparece, já de forma mais elaborada no projeto de Porto Real que analisamos.



Nova Cidade Santo Antônio – projeto do bairro piloto

Fonte: Cole, 1961

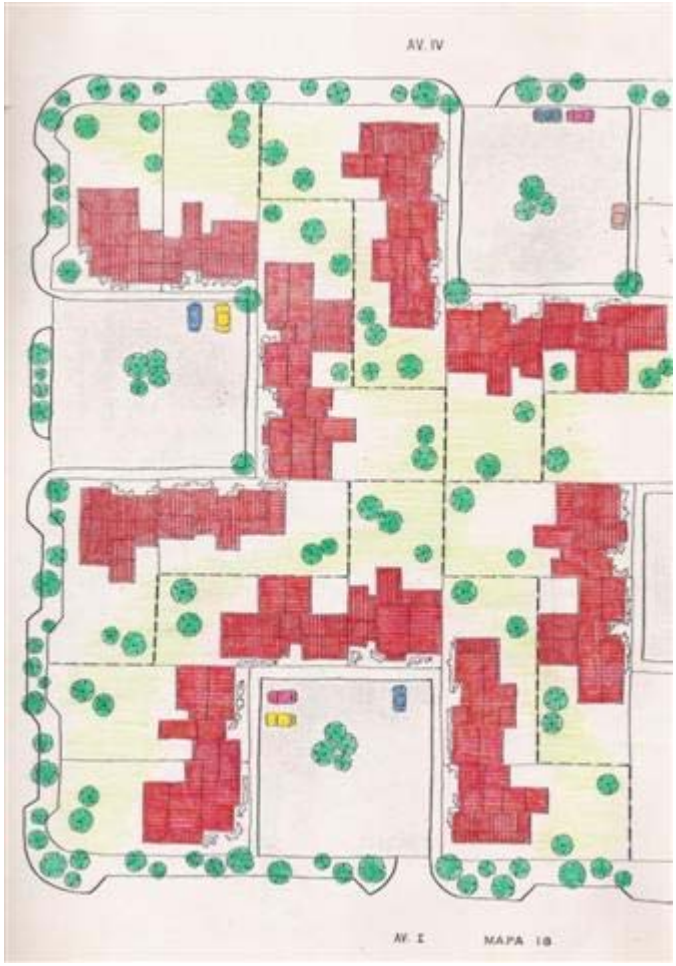
Num primeiro momento de estudo dos trabalhos de Cole, que nos levou a formular as hipóteses logo no início desse trabalho, pensávamos que esse hibridismo era uma característica do trabalho do arquiteto, que após ter um grande contato com o urbanismo funcionalista na construção de Brasília, reelaborara sua visão de cidade anteriormente fundamentada na tradição cidade-jardim, e fizera uma síntese entre as duas tradições.

Mas ainda que a experiência de Brasília tenha sido um grande aprendizado na formação de Harry Cole, parece-nos claro ao final desse trabalho que ele sempre desenvolveu em seus projetos urbanos a concepção que vem do town planning, não o planejamento urbano das cidades-jardins de Howard, Unwin e Parker, mas aquelas desenvolvidas por Abercrombie, Matthew e Johnson-Marshall, que marcam o urbanismo do London County Council no período após 1945, e que trazem essa mesma carga de solução híbrida, apropriando-se de elementos dos dois ideários.

Essa solução, que é de projeto urbano mas também de zoneamento, uma vez que nunca foi explicitada teoricamente, a não ser em anos recentes, foi intuída por Harry Cole e apropriada para o desenvolvimento de seus projetos urbanos.

Cole desenvolveu inúmeros projetos urbanos como dissemos, e entre aqueles que aqui não analisamos com maior detalhe, podemos dizer que todos trazem elementos desse aprendizado. A proposição de áreas residenciais restritas, com ruas terminadas em cul-de-sac ou em pequenas praças, são uma solução recorrente.

Aparecem em projetos realizados em 1973 (Cidade do Sol), como em projetos realizados em 1979 (Comunidade Planejada de Itaipu). Esse último projeto é mais um caso exemplar de proposição de um loteamento como uma cidade de veraneio, onde em determinado trecho do conjunto está localizado um centro comercial dinâmico e denso, cercado por áreas residenciais de baixa densidade.



Arranjo das casas em torno de uma praça de acesso e estacionamento – Comunidade Planejada de Itaipu

Fonte H.J.Cole + Associados, 1979

Se essa filiação é clara nos projetos urbanos, ela também está presente nos planos urbanos, ainda que menos visível. Os zoneamentos elaborados juntamente com os planos diretores, definem um sistema de vias rigidamente hierarquizado, áreas industriais segregadas e buscam proteger as áreas residenciais do tráfego de passagem. Esses princípios de zoneamento, que aparentemente, de acordo com nossa experiência prática, foram muito difundidos nos diversos zoneamentos preparados na década de 1970, são de fatos princípios que vêm dos planos de Abercrombie, e que através dos anos se transformaram em regras genéricas de como conduzir de forma adequada o desenvolvimento das grandes cidades.

Mas existem algumas peculiaridades dos planos desenvolvidos pelo escritório que o aproximam de forma mais íntima dos planos de Abercrombie. Dois elementos que aparecem em todos os planos têm essa característica: um deles é o detalhamento de programas e dimensões para o sistema viário proposto e para os novos edifícios comerciais ou públicos. Os planos do escritório não citam somente as categorias de novas vias que devem ser abertas ou ampliadas, bem como os novos edifícios que devem ser construídos: os planos de Harry Cole fornecem dimensões para essas vias e programas e dimensões para os novos edifícios.

Um detalhamento exaustivo é característica dos planos para a área de Londres, mas é principalmente produto da prática que o trabalho com Johnson-Marshall no LCC propiciava.

O outro elemento é a proposta de desenho urbano, de croquis com imagens dando idéias para o desenvolvimento dos centros urbanos. Isso, como vimos no capítulo III, é parte do Plano do Condado de Londres, e também é parte dos planos de Harry Cole, ainda que neste caso o desenho advogue soluções arquitetônicas claramente modernistas. Mas é um moderno que é muito semelhante aos croquis que acompanham alguns planos elaborados por Percy Johnson-Marshall e Partners.

Croqui que acompanha o estudo-piloto do Programa Cura

Fonte: H.J. Cole + Associados e Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, 1972

Croqui que acompanha a proposta do Plano de Desenvolvimento da área

da Universidade de Edimburgo – Percy Johnson-Marshall

Fonte: http://www.johnson-marshall.lib.ed.ac.uk/index.html

Dessa forma fica claro que o aprendizado em Londres marcou profundamente a carreira e o trabalho de Harry Cole, e que seu trabalho traz claras ressonâncias do ideário do planejamento urbano britânico.

Em relação à hipótese "os projetos urbanísticos do Arquiteto têm filiações claras ao urbanismo anglo-saxão e são re-elaborações da proposta urbanística modernista a partir da vivência do arquiteto e de seu contato com tradições urbanísticas anglo-saxônicas" podemos concordar agora que ela se mostrou verdadeira, ainda que parte de suas re-elaborações também são frutos do hibridismo britânico. Já "os projetos urbanísticos de Cole para cidades novas, são uma releitura dos projetos ingleses para as cidades novas, que por sua vez representam uma mistura entre duas concepções modernas de cidade: a cidade funcional e a cidade jardim", é uma hipótese que esperamos ter comprovado com a redação do capítulo III.

Passemos agora a outras hipóteses desse conjunto que lida com as ressonâncias do urbanismo inglês no trabalho de Cole.

Duas hipóteses procuram fazer uma aproximação entre o Programa Cura e a experiência inglesa. São elas: "as concepções implícitas no Programa Cura constituem parte da trajetória do planejamento urbano no Brasil, tendo em sua proposição original de Harry Cole elementos da reabilitação compreensiva (*comprehensive redevelopment),* como a define Johnson-Marshall" e "a proposta do Programa Cura de Harry Cole é uma tentativa de recuperação da metodologia integral de intervenção na cidade, a exemplo da que foi realizada na reconstrução das áreas bombardeadas de Londres nos anos 1950".

A concepção inicial do Programa Cura propunha que esse tivesse dois momentos de aplicação. Inicialmente deveria ser feito um estudo de toda a cidade para definir sua divisão em áreas Cura, de acordo com suas carências. A partir dessa divisão o estudo gerava uma hierarquização para intervenção nessas áreas Cura, que deveriam ser tratadas prioritariamente de acordo com a viabilidade da área (e da população beneficiada) de dar retorno aos recursos aplicados pelo governo local. Após esse estudo, para cada área era desenvolvido um projeto Cura, que constava de um estudo mais aprofundado das características da população da área em que se interviria, um estudo das carências do bairro e dos custos da intervenção para eliminar essas carências, uma definição de que agentes arcariam solidariamente com os custos envolvidos e em que momento, a elaboração dos projetos de intervenção e a realização das obras.

Podemos pensar que o projeto cura era um plano de obras, mas que se revestia de todo um arcabouço de planejamento a curto e médio prazo, e ao ser feito para toda a cidade, também previa o planejamento de uma intervenção na cidade a longo prazo. Mas o Cura, enquanto resultados esperado, era mais que um plano de obras, uma vez que não se pensava somente em colocar infra-estrutura e equipamentos sociais nas áreas Cura, mas em "completar o bairro", isso é garantir a ele uma situação de ambiência urbana que o equiparasse aos mais dinâmicos e privilegiados daquela cidade. E havia ainda uma intenção estética, de dotar o bairro de amenidades, arborização de rua, sinalização viária, etc., que garantisse uma bela paisagem urbana.

A intervenção nas áreas bombardeadas de Londres, propostas pela área do Departamento de Arquitetura do LCC sobre a coordenação de Johnson-Marshall, tinha uma metodologia semelhante, também podemos considerar que era um plano de obras, e também atuava sobre uma área praticamente vazia, como se recomendavam serem as áreas Cura. A população das áreas era pesquisada, era feito um estudo dos custos e dos vários agentes que poderiam arcar com eles, os terrenos eram desapropriados, um plano de massas (layout) era realizado, discutido com a população interessada e aprovado então pelo Ministro de Planejamento Urbano e Rural, os projetos eram realizados e as obras eram iniciadas. Muitas ficavam a cargo da iniciativa privada.

Nas áreas de reconstrução integral a iniciativa privada era chamada para construir edifícios residenciais ou comerciais, mas o plano, o estudo de volumetria, as diretrizes de ocupação do terreno eram dadas pelo LCC, pelo Estado. No Programa Cura, no estudo piloto, Cole chegou a propor que companhias empreendedoras privadas propusessem projetos cura, fariam os estudos, produziriam os projetos, implantariam as obras e caberia ao Poder Público somente verificar se as obras tinham sido executadas de acordo, se responsabilizar pelo financiamento junto ao BNH e receber o pagamento-retorno dos mutuários. Isso vai muito além da parceria com a iniciativa privada que o governo britânico realizou.

A primeira vista o Cura e as Áreas de Desenvolvimento Integral têm um fundamento semelhante, em se tratando de intenção de intervenção ou em metodologia de intervenção. Mas há uma característica que as torna concepções completamente diferentes: as áreas de desenvolvimento integral seguiam procedimentos, intenções e formas de intervir na cidade dadas por planos mais amplos, e por uma legislação federal de planejamento.

Ser somente mais um elemento, de uma concepção ampla de planejamento, dava às áreas de desenvolvimento integral uma coerência e solidez que nunca acompanhou a implantação das áreas Cura nas inúmeras cidades em que o projeto foi aplicado, uma vez que as áreas Cura não tinham um fio condutor que as tornasse somente mais um elemento de uma intenção abrangente para as cidades onde foram implantadas.

Temos que convir que ainda que o Programa Cura possa ter certa inspiração nas Áreas de Desenvolvimento Integral, os dois programas são muito diferentes, o primeiro era todo o planejamento solicitado às cidades e o segundo era somente mais um elemento de um planejamento urbano que as cidades tinham que ter.

O que a nosso ver prova que eles tinham a mesma inspiração é o fato de que ao realizar o Plano Diretor de Blumenau, foi solicitado a Harry Cole que ele desenvolvesse projetos para algumas áreas, e ao invés disso o escritório desenvolveu um projeto cura piloto para Blumenau, como um elemento anexo ao plano. Havia para Cole claramente essa relação hierárquica entre os vários planos, mas ao propor o programa cura aparentemente Cole desistia de tentar convencer os prefeitos a realizar planejamento urbano, e tentava que estes pelo menos realizassem um planejamento de obras, evitando-se assim desperdícios de dinheiro público.

Voltando às hipóteses formuladas no início do trabalho, Percy Johnson-Marshal definia a "reabilitação compreensiva" como um programa de intervenção física formulado a partir de um plano que incluía o estudo de todos os aspectos da área que se pretendia reconstruir (sociais,

econômicos, etc.), mas cujo objetivo final era a reconstrução física da área (JOHNSON-MARSHALL, 1966) e neste sentido a hipótese "as concepções implícitas no Programa Cura constituem parte da trajetória do planejamento urbano no Brasil, tendo em sua proposição original de Harry Cole elementos da reabilitação compreensiva (*comprehensive redevelopment),* como a define Johnson-Marshall" está de acordo com o que Johnson-Marshall define, ainda que tenhamos posteriormente aprofundado nosso conhecimento e verificado que a concepção de intervenção se prende a uma intenção mais ampla. Pelo fato do Projeto Cura ter sido desenvolvido para mais de cem cidades brasileiras, por escritórios de projetos diversos, podemos dizer que a idéia de que um plano de obras para um bairro devia ser acompanhado de uma pesquisa sobre as condições sócio-econômicas da população, acabou incorporando-se como método de planejamento no Brasil nos anos 70. Dessa forma, a hipótese mostrou-se verdadeira.

Já a hipótese "a proposta do Programa Cura de Harry Cole é uma tentativa de recuperação da metodologia integral de intervenção na cidade, a exemplo da que foi realizada na reconstrução das áreas bombardeadas de Londres nos anos 1950" não se mostrou verdadeira, uma vez que a recuperação da metodologia de intervenção nas cidades britânicas nunca desvinculou a intervenção no tecido urbano de um plano diretor mais amplo, o que não aparece na formulação do Cura.

Resta ainda nos referenciarmos a algumas hipóteses de caráter mais teórico. São elas: "a transferência de uma metodologia inglesa de planejamento urbano e regional para o Brasil significou uma redução da proposta inicial, que perdeu suas características de intervenção física no território" , "essa redução está vinculada a necessária adaptação de uma intervenção no território, cujos promotores ingleses tinham amplo respaldo político para intervir na propriedade, para um país onde os promotores procuravam respaldo político junto às classes proprietárias, uma vez que as alianças com as classes não proprietárias não faziam parte de sua política de alianças" e "essa redução levou a configuração de um modelo de intervenção no território urbano que se ateve ao zoneamento de usos e ocupações, que mais do que uma influência americana no planejamento urbano brasileiro foi a forma possível de intervenção na cidade na luta pela manutenção da hegemonia política dos militares no poder e seus aliados".

Não acreditamos que a pesquisa trouxe elementos para comprovarmos ou não essas hipóteses. De um lado, porque ficou claro com a tese, da mesma forma como já tem sido colocado pelos trabalhos de outros pesquisadores (LEME, 1982 e FELDMAN, 2005), que o Brasil teve grande influência do urbanismo americano, e dessa forma não nos é possível saber pelo estágio atual da historiografia sobre o planejamento no Brasil nesse período quais foram os arquitetos que tiveram uma clara predominância do urbanismo inglês no desenvolvimento de seus trabalhos, e como essa se conduziu. Cole é um claro exemplo disso, mas além dele quem mais? Hélio Modesto? Jayme Zettel? Não existem elementos historiográficos que nos permitam fazer essa comparação.

Mas podemos dizer que de todos os planos de desenvolvimento integrado que já estudamos em nossa vida profissional, não encontramos nenhum com preocupações de detalhar programas de edifícios ou dar idéias gerais para revitalização dos centros urbanos através de croquis, como encontramos nos trabalhos de Harry Cole. Nesse sentido a preocupação com a escala do projeto não era uma preocupação para os planos diretores brasileiros, como foi para Harry Cole. Isso representa

uma influência americana no planejamento brasileiro, em detrimento da inglesa? É o mais provável, mas de qualquer forma não podemos ser mais conclusivos.

Por outro lado as relações dos militares que tomaram o poder em 1964 com as elites econômicas brasileiras já foram colocadas por vários historiadores, entre eles Gaspari (2002), Dreifuss (1981) e Fausto (2000). As leis de zoneamento municipais demoraram muitos anos para conseguirem ser aprovadas, a lei de parcelamento federal ficou vários anos na Câmara dos Deputados, antes que fosse aprovada em 1979. A legislação proposta por Cole, contratada pelo BNH, não chegou nem a ser enviada para a Câmara. Aparentemente o mercado imobiliário tinha condições de exercer grande pressão sobre o governo militar.

Mas não existe literatura que enfoque essa relação e traga à luz possíveis relações mais íntimas entre os militares e o mercado imobiliário ou os proprietários fundiários. Esse trabalho não pode fazer essa pesquisa, não era seu objeto. Dessa forma essas indagações/afirmações continuam em aberto para serem respondidas por outros trabalhos, uma vez que não conseguimos nos desvencilhar dessa tarefa.

É visível que o que mais conduziu a pesquisa desse trabalho foi a proximidade entre o urbanismo britânico e a produção profissional de Harry Cole. Para esse objeto de pesquisa trouxemos muitas respostas, além daquelas que aqui já demos.

Várias características do trabalho de Cole mostram essa proximidade: a recusa em realizar projetos de loteamentos para novos bairros é uma delas. Sempre que Cole era contratado para fazer um loteamento, fosse ele residencial, industrial ou de lazer, ele produzia o projeto de uma cidade nova. Como resposta à expansão horizontal das cidades, à suburbanização, Cole propunha cidades novas nos interstícios entre áreas rurais de aglomerações metropolitanas.Os cursos de pós-graduação em planejamento urbano na Inglaterra enfatizavam o projeto urbano e o manejo do uso do solo. Cole se debruçou profundamente sobre essas duas ações em seus trabalhos no escritório.

Uma versão particular do *town planning* veio para o Brasil com Harry Cole, aqui se instalou em inúmeras intervenções e trabalhos. Essa tese demonstrou isso. Não só o planejamento americano frutificou por aqui, o planejamento urbano inglês também teve seus rebentos. Resta saber quão grande foi essa influência. Mas temos que esperar os trabalhos de outros pesquisadores para construir a árvore genealógica do planejamento urbano no Brasil após os anos 1950. Esperamos ter esboçado um dos galhos dessa frondosa árvore.

5. **Bibliografia citada nesse capítulo**

COLE, Harry – *Nova Cidade Santo Antônio*. In Revista Arquitetura e Engenharia. Rio de Janeiro: AnoXI, n.º 60, Março/Maio de 1961.

DREIFUSS, René A. – 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis,RJ: Ed. Vozes, 1981. (3ª edição)

LEME, Maria Cristina da S. – Planejamento em São Paulo: 1930 – 1969. São Paulo: FAUUSP, 1982. (dissertação de mestrado)

FAUSTO, Boris – História do Brasil. São Paulo: EdUsp/FDE, 2000

FELDMAN, Sarah – Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947/1972. São Paulo: EdUSP/Fapesp, 2005.

FERREIRA, Mauro – *Por trás do Planejamento Integrado – o GPI em Franca*. In Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém: 2007. Cópia eletrônica.

GASPARI, Elio – A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Comunidade Planejada de Itaipu. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1979.

H. J. COLE + ASSOCIADOS e CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS HABITACIONAIS – CENPHA – Cura Pesquisa Piloto – Estudo de viabilidade de recuperação de áreas urbanas: Modelo demonstração Vila Valqueire. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1972.JOHNSON-MARSHALL, Percy – Rebuilding Cities. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1966.

NYGAARD, Paul Dieter – Planos Diretores de Cidades – discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

Bibliografia citada

ABERCROMBIE, Patrick – Greater London Plan – 1944. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1945. (preparado para a Standing Conference on London Regional Planning)

ABERCROMBIE, Patrick – *Where does planning stand to-day?* In Journal of The Town Planning Institute. Londres: TPI. Vol XLII, n.º 2, janeiro de 1956, p. 30/37.

ADMINISTRATIVE County of London Development Plan 1951 – Analysis. Londres: London County Council, 1951.

ALMADOZ, Arturo – *Orientações teóricas do urbanismo na América Latina nas primeiras décadas do século XX*. In MACHADO, Denise Pinheiro, COUTINHO, Rachel e PEREIRA, Margareth (org) – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB, 2003.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de – *O pensamento geográfico no IBGE no Contexto do Planejamento Estatal Brasileiro*. In MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (Eds) – Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro. Campinas: AFHIC, p. 410/415,2004

ANDRADE, Carlos Roberto M. de – *"Rus in Urbe": Alguns aspectos da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard*. In BARBOSA, Sidney (org.) – Tempo, Espaço e Utopia nas Cidades. Araraquara: Cultura Acadêmica Ed. e FCL Lab. Editorial, 2004.

ANDRADE, Carlos Roberto M. de – Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1998. (tese de doutoramento)

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de – *A Construção Historiográfica da Cidade e do Urbanismo Moderno no Brasil*: o caso das Cidades Novas Planejadas. In PINHEIRO, Eloisa Petti e GOMES, Marcos Aurélio A. de Filgueiras – A cidade como História: Os Arquitetos e a Historiografia da Cidade e do Urbanismo. Salvador: Ed UFBa, 2005.

ANDRADE, Luís Aureliano G. de – *Política Urbana no Brasil*: O Paradigma, a organização e a política. In Estudos Cebrap. São Paulo: Out/Dez. de 1976 (p. 119/148)

ARANTES, Otília B. Fiori – *Esquema de Lucio Costa*. In NOBRE, Ana Luiza et alli (org.) – Um Modo de Ser Moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

As opiniões – In Revista Realidade. São Paulo: Ed. Abril, maio 1972.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO – BNH – – O regimento Interno do SERFHAU – Resolução do Conselho de Administração do BNH n.º 11/67. Rio de Janeiro: BNH, 1967.

BARKI, José – *O Estado da Arte do Urbanismo no Brasil em 1956:* Circulação de idéias e referências teórica no ano de publicação do Edital para Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital. In ANAIS do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: 2006, cópia eletrônica.

BARNABÉ, Paulo Marcos M. – A Luz Natural como diretriz de projeto para a concepção do espaço e da forma na obra dos arquitetos modernos brasileiros. 1930/60. São Paulo: FAUUSP, 2005. (tese de doutoramento)

BATISTA, Maurício Nogueira – *O Sentido da Renovação Urbana nos E.U.A.*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n.º 11, Maio de 1963, p. 38/39.

BENELOVO, Leonardo – As origens da urbanística moderna. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

BERMAN, Marshall – Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos – O ensino do planejamento territorial no Brasil. São Paulo: FAUUSP, 1967. (tese de doutoramento)

BONDUKI, Nabil e KOURY, Ana Paula – *Das reformas de Base ao BNH*: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. In Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém: ANPUR, 2007.

BRANCH, Melville C. – Comprehensive City Planning – introduction & explanation. Washington/Chicago: American Planning Association Press, 1983.

BRITO, Saturnino de – Notes sur le Tracé Sanitaire des Villes. Paris: Imprimerie et Libraire Centrales des Chemins de Fer/Imprimerie Chaix, 1916

BRUAND, Yves – Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003. (4ª edição)

BUDER, Stanley – Visionaries and Planners – The Garden City Movement and the Modern Community. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1990.

BULLOCK, Nicholas – Building the Post-War World: Modern Architecture and Reconstruction in Britain. Londres, Nova York: Routledge, 2002.

CALDEIRA, Jorge et al – Viagem pela História do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMBRIDGE Advanced Leaner's Dictionary – Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAMPBELL, Scott e FAINSTEIN, Susan S. – *Introduction: The Structure and Debates of Planning Theory*. In CAMPBELL, Scott e FAINSTEIN, Susan S. – Readings in Planning Theory. Oxford, GB: Blackwell Publishing, 2003.

CAMPOS, Candido Malta – *Urbanismo e Anti-urbanismo no Debate Nacional Brasileiro.* In ANAIS DO VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO URBANISMO E DA CIDADE. Natal: 2000. (cópia eletrônica)

CAMPOS, Roberto – A Lanterna na Popa: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, Adauto Lúcio – Construindo a Utopia: Urbanismo e Modernidade no Brasil. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1988. (dissertação de mestrado)

CAVALCANTE, André Luiz M. e COSTA, Milena Sampaio da – H J Cole: relatório de pesquisa. Niterói, RJ: Escola de Arquitetura da UFF, 2006.

CAVALCANTI, Lauro – Quando o Brasil era Moderno: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CHERRY, Gordon E. e PENNY, Leith – Holford: a study in architecture, planning and civic design. Oxford, UK: Alexandrine Press Book, 1986.

CHERRY, Gordon Emanuel – 1996 – Town Planning in Britain since 1900: the rise and fall of the planning ideal. Oxford. GB: Blackwell Publishers, 1996.

CHERRY, Gordon Emanuel – The Evolution of British Town Planning. Londres: Leonardo Hill Books, 1974. (Royal Town Planning Institute Edition)

CINTRA, Antônio Octávio – *Planejando as cidades*: Política e não Política. In CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto (orgs) – Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1978. p. 169/253

CLAIRE, Wm. H. – Urban Planning Guide. Nova York: ASCE Urban Planning and Development Division/Committee on Review of Urban Planning Guide, 1969.

CLAUDIUS-PETIT, Eugène – *Pour un plan national d'aménagement du territoire*. In ALVERNE, Christel e MUSSO, Pierre – Les grandes textes de l'aménagement du territoire et de la décentralisation. Paris: DATAR, 2004.

COLE & TÉCNICOS DO SERFHAU – Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local no Brasil. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1968.

COLE, Harry – *Nova Cidade Santo Antônio*. In Revista Arquitetura e Engenharia. Rio de Janeiro: AnoXI, n.º 60, Março/Maio de 1961.

COLE, Harry – Planejamento Físico e Estrutura da SUDENE. Rio de Janeiro: mimeo, 1963. (acervo pessoal de Sônia Cole)

COLE, Harry J. – *Conceitos de planejamento em transformação*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, setembro de 1965, n.º 39, p. 12.

COLE, Harry J. – *Desenvolvimento Metropolitano Integrado no Brasil*. In SERFHAU – Áreas Metropolitanas e Desenvolvimento Integrado no Brasil. Rio de Janeiro: Minter/SERFHAU/SENAM, 1967

COLE, Harry J. – *Desenvolvimento Urbano e Planejamento*. In COSTA, Rubens Vaz da, COLE, Harry J. e PENNA, José Eduardo de O. – Considerações sobre Crescimento Urbano. Rio de Janeiro: BNH, 1972. P. 34/58

COLE, Harry J. – *Desenvolvimento Urbano no Brasil*. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.º 104, jan/fev de 1971, p. 7/23

COLE, Harry J. – *Introdução ao conceito de planejamento da ação e sua aplicação no Brasil*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 39, setembro 1965, p. 12.

COLE, Harry J. – National Urban Development Policies – Brazilian Case Study. Rio de Janeiro: SERFHAU, Abril de 1968. (material preparado para o Seminar on Social Sciences – Urban Development in Latin America, em Aconcagua, Chile) (acervo special collection Percy Johnson-Marshall da biblioteca da Universidade de Edimburgo)

COLE, Harry J. – Planejamento Urbano e Processo de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: APEC – Análise e Perspectiva Econômica, fevereiro 1973 (suplemento)

COLE, Harry J. – *Regionalização dos Governos Locais*: o caso do Canadá. In Revista de Administração Municipal-RAM. Rio de Janeiro: IBAM, n. 16, set/out. de 1969, p. 527/531.

COLE, Harry J. – *Uma política de desenvolvimento urbano o grande objetivo para 1966*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/RJ, n.º 46, abril de 1966, p. 28/29.

COLE, Harry J.(2) – *Urbanização e Desenvolvimento*. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.º 81, mar/abr de 1967, p. 94/104

COLLINS, George R. e COLLINS, Christiane C. – *Camillo Sitte y el nacimiento del urbanismo modern*. In SITTE, Camillo – Construccion de Ciudades según Principios Artisticos. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. (edição original em ingles 1965)

CORRÊA LIMA, Attílio – Avant-projet d'aménagement et d'extension de La Ville de Niterói au Brésil. Paris: tese para obter o Diplomé de L'Institute d'Urbanisme de L'Université de Paris, 1932.

COSTA, Lucio – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1988. 20 p.

COSTA, Lucio – Plano Lucio Costa. Brasília: Museu Histórico de Brasília, 1957.

COSTA, Maria Elisa – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991. 24 p.

COUTO, Ronaldo Costa – Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001. (Coleção Metrópoles)

CULLINGWORTH, J. Barry e NADIN, Vicent – Town and Country Planning in the UK. Londres/Nova York: Routledge, 1997. (1ª edição em inglês 1964)

CZAJKOWSKI, Jorge (org.) – Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000. (Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Urbanismo)

DAL CO, Francesco – *De los parques a la región:* Ideologia progresista y reforma de la ciudad americana. In CIUCCI, Giorgio et al – La Ciudad Americana de la guerra civil al New Deal. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1975.

DAUPHIN, Patrick e JACOTEY, Christian – Propriétaires et Constructeurs devant L'Urbanisme et L'Action Foncière. Paris: Ed. J. Delmas et Cie, 1974.

DEHAENE, Michiel – *Urban lessons for the modern planning: Patrick Abercrombie and the study of urban development*. In Town Planning Review, vol. 75, n.º 1. Liverpool: University of Liverpool Press, 2004.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO – Recife/Pernambuco: 23/09/1961 (matéria Plano Diretor do Recife será elaborado: PMP cria G. T.)

DREIFUSS, René A. – 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis,RJ: Ed. Vozes, 1981. (3ª edição)

ESTEVES, Nauro Jorge – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 40 p.

EVENSON, Norma – Two Brazilian Capitals: Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. New Haven/Londres: Yale University Press, 1973.

FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA – Anuário. Rio de Janeiro: FNA, 1958, Vol. 1, n.º 1.

FAISSOL, Speredião – *Planejamento e Geografia*: exemplos da experiência brasileira. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Ano 50, Tomo 2, n.º especial, 1988, p. 85/98.

FAORO, Raymundo – – Os Donos do Poder. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris – História do Brasil. São Paulo: EdUsp/FDE, 2000

FELDMAN, Sarah – Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947/1972. São Paulo: EdUSP/Fapesp, 2005.

FERNANDES, Ana – *Urbanismo Contemporâneo no Brasil*: entre o negócio e o direito. In MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro et al (orgs) – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: Ed PROURB, 2003.

FERREIRA, Mauro – *Por trás do Planejamento Integrado – o GPI em Franca*. In Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém: 2007. Cópia eletrônica.

FICHER, Sylvia et al – Blocos Residenciais das Superquadras do Plano Piloto de Brasília. Brasília: 2003. 30 p. (cópia digital)

FORSHAW, J. H. e ABERCROMBIE, Patrick – County of London Plan - 1943. Londres: Macmillan and Co Ltd, 1944. (Preparado para o London County Council)

FORTUNA, Affonso A. P. – *O esforço governamental de Planejamento Urbano*. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.º 129, mar./abr. de 1975, p. 43/60.

FRAMPTON, Kenneth – História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo, Martins Fontes, 2003. (edição original 1980)

FREIXA, Jaume – Josep Ll SERT. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1997.

FREYRE, Gilberto – Brasis, Brasil e Brasília. Rio de Janeiro: Graf. Record Ed., 1968.

GASPARI, Elio – A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES FILHO, Augusto – Depoimento – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 33 p.

GUNN, Philip – *O paradigma de cidade-jardim na via fabiana de reforma urbana*. In Revista Espaço & Debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1997. Ano XVII, n.º 40, p. 11/27.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Comunidade Planejada de Itaipu. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1979.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Distrito Industrial de Manaus. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, s/d.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Estudo de pré-viabilidade Intraurbs BMR. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, dezembro de 1973.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Estudo de viabilidade Nova Cidade Porto Real – Resende/RJ. Rio de Janeiro: H. J. COLE, 1971.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Itablu- Marina Itacurussá. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1974.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1970/71.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia. Brasília: Ministério do Interior/SUDAM, 1976.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Uberaba - MG. Rio de Janeiro: H. J. COLE, 1970.

H. J. COLE + ASSOCIADOS e CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS HABITACIONAIS – CENPHA – Cura Pesquisa Piloto – Estudo de viabilidade de recuperação de áreas urbanas: Modelo demonstração Vila Valqueire. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1972.

H. J. COLE + ASSOCIADOS e ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO – Plano Diretor Físico Territorial e Projeto de Esgotos Sanitários de Blumenau/SC. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, janeiro de 1974.

H. J. COLE + ASSOCIADOS –folder do escritório. Rio de Janeiro: s/d

HALL, Peter – – Cidades do Amanhã – uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2002. (edição original em ingles 1988)

HALL, Peter – Urban and Regional Planning. Londres: Routledge, 2002. (1ª edição 1975)

HARDY, Dennis – From New Towns to Green Politics: campaigning for town and country planning, 1946-1990. Londres: E & FN SPON, 1991.

HARRIS, Elizabeth D. – Le Corbusier – Riscos Brasileiros. São Paulo: Nobel, 1987.

HARVEY, David – A justiça social e a cidade. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980. (edição original em inglês 1973)

HILBERSEIMER, Ludwig – Un'idea di Piano. Padova/It., Marsilio Ed., fevereiro de 1970 (1ª ed. em alemão 1963)

HOLFORD, William – *Impressões de Sir William Holford sobre o Projeto Lucio Costa para Brasília*. In INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – Leituras de Planejamento e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

HOLFORD, William – *Problemas e Perspectivas de Brasília*. In Revista Módulo. Rio de Janeiro: Abril de 1960, V. 3, n.º 17, p. 2/3.

HOLFORD, William – *Sir William Holford* – Experiência e Opiniões sobre Urbanismo – entrevista exclusiva a Jayme Maurício. In Revista Arquitetura e Engenharia. Rio de Janeiro: n.º 44, Mar/Abr. de 1957, p.30/32.

HOWARD, Ebenezer – Cidades-Jardins de Amanhã. São Paulo: Hucitec, 2002. 2ª ed. (edição original em ingles 1898)

INSTITUTO BRASILEIRO DE ARQUITETOS - IAB – Anais do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos. São Paulo: IAB, 1954.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – IAB 80 Anos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IAB/Dep. RJ, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA – A institucionalização de Regiões Metropolitanas. Rio de Janeiro: IPEA/Área de Desenvolvimento Regional e Social, dezembro de 1969. Mimeo.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – *Le Corbusier*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara. Janeiro de 1963, n.º 7, p.9/12.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – *O Planejamento da Ação em Discussão*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara. Janeiro de 1967, n.º 55, p. 25/27.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – Relatório. Rio de Janeiro: mimeo, 1964. (cópia existente nos arquivos de Harry Cole, acervo Sônia Cole)

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – *Seminário SHRU*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 15, setembro de 1963, p. 17/24.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA –*Le Corbusier no Brasil*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara. Fevereiro de 1963, n.º 8, p.7/18

JACKSON, W. Eric – Achievement: A Short History of the LCC. Londres: Longmans, Green and Co Ltd, 1965.

JACOBS, Jane – Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (edição original em inglês 1961)

JOHNSON-MARSHALL, Percy – *Comprehensive Development Areas.* In Revista Architectural Design. Londres: 1956, Tomo de 1956, p. 144/231.

JOHNSON-MARSHALL, Percy – Rebuilding Cities. Edimburgo, Edinburgh University Press, 1966.

JORDAN, R. Furneaux – *L.C.C. New Standars in Official Architecture*. In Revista The Architectural Review. Londres: 1956. Vol 120, n.º 718, Nov.

JORNAL DO COMÉRCIO - 2 – Recife/Pernambuco: 22/09/1961 (matéria Grupos de Trabalho (12) Preparam Plano do Recife Metropolitano)

JORNAL DO COMÉRCIO – Recife/Pernambuco: 23/09/1961 (matéria Cidade-Campo é coisa viva e deve assim ser encarada por técnicos)

JORNAL O GLOBO – matéria sobre excursionistas. Rio de Janeiro: 21 de Março de 1996.

KOATZ, Eduardo Grinspun – O processo de criação da Faculdade Nacional de Arquitetura e seu currículo. Rio de Janeiro: FEUFRJ, 1996. (dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação)

KOENIGSBERGER, Otto – *Planejamento da Ação*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro, IAB/Rio de Janeiro: n.º 39, Setembro de 1965. P. 12/15

LE CORBUSIER – Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (edição francesa original de 1930)

LE CORBUSIER – Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (edição original em francês 1923)

LEME, Maria Cristina (org.) – Urbanismo no Brasil – 1985-1965. São Paulo: Fupam/Studio Nobel, 1999.

LEME, Maria Cristina da S. – *A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965*. In LEME, Maria Cristina (org.) – Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: FUPAM/Studio Nobel, 1999.

LEME, Maria Cristina da S. – *Os desafios do urbanismo no Brasil: ensino e profissão*. In MACHADO, Denise Barcellos P. et al – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB/Ed UFRJ, 2003.

LEME, Maria Cristina da S. – Planejamento em São Paulo: 1930 – 1969. São Paulo: FAUUSP, 1982. (dissertação de mestrado)

LEONARD, John Burford – *O ensino do planejamento urbano e local*: proposições sobre a necessidade de uma definição. In SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – 1973 – Seminário sobre o

Ensino no Campo do Desenvolvimento Urbano e Local. Rio de Janeiro: SERFHAU/COPPE/OEA, 1973. P. 137/147

LEPETIT, Bernard – *Arquitetura, Geografia, História*: Usos da Escala. In SALGUEIRO, Heliana A (org) – Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001.

LLEWELYN-DAVIES, Lord – *Changing goals in design: the Milton Keynes example*. In EVANS, Hazel – New Towns: The British Experience. Londres: Town and Country Planning Association/Charles Knight & Co Ltd, 1972.

LOUREIRO DURAND, Maria Rita G. – *Economistas e elites dirigentes no Brasil*. In Os economistas no governo – gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. 201 p.

LOUREIRO DURAND, Maria Rita G. – *Formação das elites político-administrativas no Brasil*: as instituições de pesquisa econômica aplicada. In Revista do Serviço Público. Brasília: V. 48, n.º 2, 1997, p. 101/123

LUCCHESE, Maria Cecilia – Curam-se cidades: uma proposta urbanística dos anos 70. São Paulo: FAUUSP, 2004 (dissertação de mestrado)

MACHADO, Denise B. Pinheiro, PEREIRA, Margareth da Silva e SILVA, Rachel Coutinho M. da – *Breve panorama evolutivo do ensino do urbanismo no Brasil*. In MACHADO, Denise Barcellos P. et al – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB/Ed UFRJ, 2003.

MANIERI-ELIA, Mario – *Por una ciudad "imperial": Daniel H. Burnham y el movimiento City Beautiful*. In CIUCCI, Giorgio et al – La Ciudad Americana de la guerra civil al New Deal. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1975.

MARINS, Paulo César Garcez – *Habitação e Vizinhança:* Limites da Privacidade no Surgimento das Metrópoles Brasileiras. In NOVAIS, Fernando A. (coord. geral) e SEVCENKO, Nicolau (Org. Volume) – República: da Belle Époque à Era do Radio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Coleção História da Vida Privaa)

MARTINS, Mário de Souza – *Tese apresentada no I Congresso Brasileiro de Urbanismo*. In Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: vol XIII, n.º 2, mês 3, 1941. P. 128/131

MELLO JUNIOR, Donato – *Arquitetura em Quatro Tempos*. In FACULDADE NACIONAL DE BELAS ARTES – Anuário FNA. Rio de Janeiro: 1961.

MEYER, Regina M. Prosperi – *Urbanismo* – à procura do espaço perdido. In Revista USP, n.º 5. São Paulo: Ed. USP, 1990, Mar./Abr./Mai., p. 11/20

MINISTÉRIO DO INTERIOR/SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – MINTER/SERFHAU – Programa de capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local – Planejamento Urbano e Administração Municipal. Rio de Janeiro: SERFHAU, março de 1972.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – *Desenvolvimento Regional e Urbano*. In Plano Decenal- versão preliminar. Rio de Janeiro: Governo Federal, vol. 7, Março de 1967.

MINISTRY OF HOUSING AND LOCAL GOVERNMENT – Central Lancashire – Study por a City: Consultants' proposals for designation; impact on north east Lancashire: Consultants' appraisal. Londres: HMSO, 1967. 2 vol.

MINISTRY OF TOWN AND COUNTRY PLANNING – Circular n.º 92 – Town and Country Planning Act, 1947 – Reproduction of Survey and Development Plan Maps. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1951.

MODESTO, Hélio e LORDELLO DE MELLO, Diogo – *Mentalidade de Planejamento no Brasil*. In Leituras de Planejamento Urbano e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

MONTANER, Josep Maria – Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MOTTA, Marly Silva da – *O "Hércules da Prefeitura" e o "demolidor do Castelo"*: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org) – Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed FGV/CNPq, 2002.

MUMFORD, Eric – The CIAM Discourse on Urbanism – 1928 – 1960. Cambrigde-MA/Londres: The MIT Press, 2000.

NASSER, David – *Rio, perdoa o ingrato*. In Revista O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 7 de Maio de 1960. (em www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro

Notícias do IAB: Dificuldades na formação de urbanistas. – In Revista Acrópole. Ano XIX, n.º 220. São Paulo: Fevereiro de 1957.

NOVACAP – Brasília – Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Vários números, de 1957 a 1964. Rio de Janeiro: NovaCap.

NYGAARD, Paul Dieter – Planos Diretores de Cidades – discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi – *Memórias do Rio de Janeiro*. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org) – Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed FGV/CNPq, 2002.

OSBORN, Frederic J. e WHITTICK, Arnold – The New Towns – The Answer to Megalopolis. Londres: Leonard Hill, 1969.

OTTONI, Dacio A. Benedicto – *Introdução – Cidade-Jardim:* Formação e Percurso de uma idéia. In HOWARD, Ebenezer – Cidades-Jardins de Amanhã. São Paulo: Hucitec, 2002. 2ª ed.

PAVESI, Lorenza – *Contra-ataque à Subtopia, Ian Nairn e os caminhos do urbanismo inglês*. In Revista Risco. São Carlos, SP: EESCUSP, n.º 6, 2007. (edição eletrônica em http://www.eesc.usp.br/sap/revista_risco/)

PEREIRA, Margareth – Notas *sobre o Urbanismo no Brasil*: construções e crises de um campo disciplinar. In MACHADO, Denise Pinheiro, COUTINHO, Rachel e PEREIRA, Margareth (org) – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB, 2003.

PEREIRA, Rubens de Mattos – *Integração do Planejamento Físico no planejamento Governamental*. In Leituras de Planejamento Urbano e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

PEREIRA, Rubens de Mattos – *Minuta*: Diretrizes para a Ação do DAP (SERFHAU). Rio de Janeiro: SERFHAU, agosto de 1971. Mimeo. (documento encontrado na pasta Documentos Diversos – SERFHAU, no acervo da CEF)

PEREIRA, Rubens Mattos e OLIVEIRA, Newton – Considerações Gerais sobre o Processo de Desenvolvimento e Planejamento Urbano no Brasil. Rio de Janeiro: SERFHAU, agosto de 1971. (documento interno preparado para o BNH) (documento encontrado na pasta Documentos Diversos – SERFHAU, no acervo da CEF)

PEVSNER, Nikolaus – *A Arquitetura na Grã-Bretanha de Hoje*. In IAB/GUANABARA – Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: n.º 16, Outubro de 1963, p. 23/24.

PINHEIRO, Eloísa Petti – Europa, França e Bahia – difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EdUFBa, 2002.

PORTO, Sérgio. – Depoimento - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 45 p.

PROCHNIK, Wit-Olaf – *Formação de Planejadores*. In Leituras de Planejamento Urbano e Urbanismo. Rio de Janeiro: IBAM, 1965.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ – *Sixteen Principles for the Restructuring of Cities*. In OCKMAN, Joan (ed) – Architecture Culture 1943-1968: a Documentary Anthology. Nova York: Columbia University Graduate School of Architecture, Planning and Preservation, 2007. (texto original de 1950)

RETTO JÚNIOR, Adalberto da Silva – Christiane Crasemann Collins e trajetórias transatlânticas. Texto disponível em http://www.vitruvius.com.br/entrevista/collins/collins.asp, divulgado em 2004. (consulta em Agosto de 2007)

REVISTA ACRÓPOLE – Campo Grande: estudo de remodelação de um centro suburbano no Distrito Federal. São Paulo: Ano 18, n.º 208, fevereiro de 1956.

REVISTA ANTEPROJETO – Charge – O Arquiteto. Rio de Janeiro: Centro Acadêmico FNA, 1957.

REVISTA ARQUITETURA – charge. Rio de Janeiro: IAB-RJ. N.º 12, junho de 1963.

REVISTA ARQUITETURA – Dois Fatos. Rio de Janeiro: n.º 20, Fevereiro de 1964, p. 2.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA – II Congresso de Urbanismo. Rio de Janeiro: mês 8, 1961, n.º 300.

REVISTA HABITAT – Cidade Universitária do Rio de Janeiro. São Paulo: n.º 15, Março/Abril de 1954, p. 2/28.

REVISTA O CRUZEIRO – Matéria entrevistando Carlos Lacerda em 10 de Abril de 1964. Rio de Janeiro. (em www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro)

REVISTA O CRUZEIRO – matéria O futuro já tem capital. Rio de Janeiro: 7 de Maio de 1960. (em www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro)

REVISTA O CRUZEIRO – O Rio de Janeiro de 1950. Publicada em 11 de Novembro de 1928. (arquivo eletrônico disponível em http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/, consultado em 13 de Setembro de 2007)

REVISTA PROJETO – Projetos e seus caminhos na caatinga baiana. São Paulo, Ed. Projeto, Outubro de 1989. P. 103/108

REZENDE, Vera F. – *As Transferências Internacionais e o Urbanismo Modernista na Cidade do Rio de Janeiro.* In Anais do VI Seminário de História do Urbanismo e da Cidade. Natal: 2000. (cópia eletrônica).

REZENDE, Vera F. – *Evolução da produção urbanística na Cidade do Rio de Janeiro, 1900 – 1950 – 1965*. In LEME, Maria Cristina (org.) – Urbanismo no Brasil – 1895-1965. São Paulo: FUPAM/Studio Nobel, 1999.

REZENDE, Vera F. – Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ROBERT MATTHEW, JOHNSON-MARSHALL & PARTNERS e PERCY JOHNSON MARSHALL AND ASSOCIATES – Coleraine, Portrush, Portstewart – Area Plan. Belfast: Her Majesty's Stationery Office, 1968.

ROCHA, Ricardo – *Algumas questões sobre autoritarismo e formação do ideário da arquitetura moderna carioca*. In Revista Risco. São Carlos: EESCUSP, 2006, n.º 4, p. 15/20. (revista do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos)

ROTIVAL, Maurice – *Planification et Urbanisme*. In Revista Urbanisme (revue française). Paris: 33º Ano, 1964, n.º 82/83, p. 42/45.

SABOYA RIBEIRO, José Octacílio – *Os núcleos residenciais do futuro*. In Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: PDF, 1943. V. X, n.º 4. Outubro.

SABOYA RIBEIRO, José Octacílio – *Por uma Política de Descentralização Urbana*. In Anuário FNA. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Arquitetura, 1958.

SAES, Décio – Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz Ed/Fapesp, 1984.

SANTOS, Paulo – Quatro séculos de Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SANTOS, Paulo F. – *Marcelo Roberto II* – In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 38, agosto 1965. P. 8/18

SANTOS, Paulo, FERREZ, Gilberto et al (apres.) – Registro Fotográfico de Marc Ferrez da Construção da Avenida Rio Branco – 1903-1906. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1982.

SCHERER, Rebeca – Da intervenção na Cidade ao Planejamento Urbano. São Paulo: texto mimeo, 1991. (palestra realizada para o Grupo de Estudos Urbanos do Instituto de Estudos Avançados – IEA – USP em 18 de Abril de 1991)

SEGAWA, Hugo – Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990. São Paulo: EdUSP, 2002. (1ª edição 1998)

SEGAWA, Hugo – Oswaldo Arthur Bratke. São Paulo: ProEditores, 1997.

SEGRE, Roberto – *Carmem Portinho (1903-2001). Sufragista de arquitetura brasileira (editorial)*. In Arquitextos 015, Agosto de 2001. Cópia eletrônica website Vitruvius, no endereço http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq015/arq015_00.asp, consultado em Setembro de 2008.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – Seminário sobre o Ensino no Campo do Desenvolvimento Urbano e Local. Rio de Janeiro: SERFHAU/COPPE/OEA, 1973.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – *Serfhau promove e financia curso de pós-graduação*. In Boletim SERFHAU. Rio de Janeiro: SERFHAU, fevereiro de 1972. p. 38.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – Síntese das atividades do SERFHAU entre 13/06/67 a 31/08/68. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1968. Mimeo (acervo de Sonia Cole)

SILVA, Lúcia – História do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

STEINBERGER, Marília – Planejamento Local Integrado: uma fase necessária ao Desenvolvimento Urbano Planejado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1976. (dissertação de mestrado)

TAFURI, Manfredo – *Introducción: El proyecto histórico*. In TAFURI, Manfredo - La esfera e el laberinto. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

TAVARES, Jeferson C. – *50 anos do concurso para Brasília* – um breve histórico. In Portal Vitruvius. Arquitextos 086, texto especial 425, julho de 2007. Disponível na internet no seguinte endereço: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp425.asp

TAVARES, Jeferson C. – Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional. São Carlos,SP: EESC-USP, 2004. (dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo)

TOLEDO, Caio Navarro de – *1964*: O golpe contra as reformas e a democracia. In Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 24, n.º 47, 2004, p. 13/28.

Town and Country Planning Act, 1947. Londres: His Majesty's Stationery Office and King's Printer of Acts of Parliament, s/d.

TRINDADE, Isabella Leite et al – *A cidade como objeto de investigação e de aplicação de teorias:* Uma leitura das referências teóricas de Patrick Abercrombie no Plano Regional de Antônio Bezerra Baltar para o Recife. In Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: 2006, cópia digital, 18 p.

UNIÃO (BRASIL) – *Decreto n.º 59.917 – de 30 de Dezembro de 1966* - Regulamenta o SERFHAU. In RAM – Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: n.º 81, Mar/Abr/67, p. 155/160.

UNWIN, Raymond – Town Planning in Practice – an introduction to the art of designing cities and suburbs. Nova York: Princeton Architectural Press, 1994. (edição original em ingles 1909)

VASCONCELLOS, Virginia M. Nogueira de – A Escola Nacional de Belas-Artes: 1930:1945. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação/UFRJ, 1994. (dissertação de mestrado)

WALKER, Derek – The Architecture and Planning of Milton Keynes. Londres: The Architectural Press, 1982.

WHITTICK, Arnold (ed) – Encyclopedia of Urban Planning. Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1974.

WILHEIM, Jorge – *O planejamento e sua importância na formação do arquiteto*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 24, junho de 1964, p. 11/15.

ZETTEL, Jayme – Depoimentos – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 46 p.

ENTREVISTAS

17. Alexandre Nicolaeff – entrevistado no Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 2007
18. Almir Fernandes – entrevistado no Rio de Janeiro em 25 de Maio de 2005.
19. Arnaldo Ferraz de Abreu – entrevistado no Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 2008.
20. Carlos Eugenio Moutinho de Figueiredo – entrevistado no Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2007
21. Celso Lamparelli – entrevistado em São Paulo em 20 de Fevereiro de 2006.
22. Eduardo Novaes – entrevistado no Rio de Janeiro em 24 de Maio de 2005.
23. Harry Cole – duas folhas com transcrição de entrevista realizada com Cole em 9 de Dezembro de 1975 por Antônio Octávio Cintra.
24. Jayme Zettel – entrevistado no Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 2007.

25. José Eduardo de Oliveira Penna – entrevistado no Rio de Janeiro em 10 Setembro de 2003, durante a pesquisa de meu mestrado.
26. Luis Alfredo Stockler – entrevistado em São Paulo em 1 de Novembro de 2007.
27. Sônia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 11 de setembro de 2003, durante nossa pesquisa de mestrado.
28. Sonia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 2006.
29. Sonia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 2007.
30. Sonia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 2008.
31. Vera Lúcia Gervázio Neves – entrevistada no Rio de Janeiro em 2006 pelos estudantes da Escola de Arquitetura da UFF André Cavalcante e Milena Costa.
32. Vera Tangari – entrevistada no Rio de Janeiro em 29 de novembro de 2007

DOCUMENTOS

4. Relatório sobre as atividades do IPEA em 1964 e programação para 1965 escrito em inglês (caixa documentos gerais na Biblioteca do IPEA em Brasília)
5. Relatório de atividades do IPEA em 1969. Documento IPEA n.º 323, Brasília, 1969.
6. Relatório "Estruturação e Programa de Trabalho do Setor de Desenvolvimento Urbano" de 1966 (caixa documentos gerais na Biblioteca do IPEA em Brasília)

Bibliografia Consultada

ALLEN, Stan e FOSTER, Hal – *A Conversation with Kenneth Frampton*. In October. Cambridge, USA: Massachusetts Institute of Technology, n.º 106, Outono de 2003, p. 35-58.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro – A Peste e o Plano – O Urbanismo Sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito. São Paulo, FAUUSP, 1992. (dissertação de mestrado)

ANJOS, Edgar dos (Eds) – *A Opção Capixaba*. In Revista E. Santo AGORA. Vitória: 1975. (separata)

ARGAN, Giulio Carlo – Projeto e Destino. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

BANGEIN, Maria Helena A. Silva (comp.) – Criação, Estrutura e Funcionamento do IPEA. Brasília: Documento IPEA n.º 35, mimeo, 1982. 6p.

BASTOS, Maria Alice Junqueira – 2003 – *Teorias Urbanas e o Desenho de Cidades no Brasil*. In BASTOS, Maria Alice J. – Pós-Brasília – Rumos da Arquitetura Brasileira. São Paulo: FAPESP/Ed Perspectiva, 2003.

BEIRED, José Luis Bendicho – Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Ed Loyola, 1999.

BENEVOLO, Leonardo – História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

BENEVOLO, Leonardo – História da Cidade. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

BONFATO, Antonio Carlos – Macedo Vieira: Ressonâncias do modelo cidade-jardim. São Paulo, Ed. SENAC, 2008.

BENEVOLO, Leonardo – História da Cidade. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

CALABI, Donatella – Storia Dell'Urbanistica Europea. Turim: Paravia Bruno Mondadori Ed, 2000.

CAMPOS, Roberto – *Contra os super-homens ou a ciência fantasiada de Cartório*. In CAMPOS, Roberto – Do outro lado da cerca. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

CAMPOS, Roberto – *Freios para Leviathan*. In Anuário FNA. Rio de Janeiro: FNA, 1960.

CAMPOS, Roberto(2) – *O Senhor K., o Senhor K. e o Senhor K.* In Anuário FNA. Rio de Janeiro: FNA, 1960.

CARNOY, Martin – Estado e Teoria Política. Campinas – SP: Papirus Ed, 1999.

CHOAY, Françoise – O Urbanismo: Utopias e Realidades – Uma antologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979. (1ª edição 1965)

CIDADE, Lúcia Cony Faria – *Ideologia moderna, planejamento e imagem de cidade na produção do espaço de Brasília*. In SILVA, Rachel Coutinho Marques da (org.) – A Cidade pelo Avesso. Desafios do Urbanismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Prourb/Viana & Mosley Ed, 2006.

CINTRA, Antônio Octávio – The politics of Comprehensive Metropolitan Planning. Cambridge, USA: tese de doutoramento apresentada ao Massachusetts Institute of Technology, 1983.

COHEN, Jean-Louis – *A emergência do urbanismo*: uma questão transatlântica. In MACHADO, Denise Barcellos P. et al – Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: PROURB/Ed UFRJ, 2003.

COLQUHOUN, Alan – La arquitectura moderna – uma historia desapasionada. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

COLQUHOUN, Alan – Modernidade e Tradição Clássica. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COSTA, Lucio – Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CZAJKOWSKI, Jorge – Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. (Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro)

DALAND, Robert T. – Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 1969.

DULLES, John W. F. – Castello Branco: The Making of a Brazilian President. Londres: Texas A&M University Press, 1978.

EL-DAHDAH, Farès – Lucio Costa: Brasilia's superquadra. Nova York: Prestel/Harvard University, 2005.

EVENSON, Norma – Two Brazilian Capitals – Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. New Haven, USA: Yale University Press, 1973.

FREESTONE, Robert (Ed.) – Urban Planning in a Changing World. Londres: E & FN Spon, 2000.

FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi – Novas Memórias do Urbanismo Carioca. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2008.

FREYRE, Gilberto – Rurbanização: que é? Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massandana, 1982.

GEIGER, Pedro Pinchas- *Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimentos e atuação da geografia*. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Ano 50, Tomo 2, n.º especial, 1988. P. 59/84

GOLD, John R. – The Practice of Modernism: modern architects and urban transformation, 1954-1972. Londres: Routledge, 2007.

GOLDHAGEN, Sarah Williams e LEGAULT, Réjean – Anxious Modernisms. Montreal/Quebec, Ca: Canadian Centre for Architecture e Massachusetts Institute of Technology, 2000.

GORELIK, Adrián – *A produção da "cidade latino-americana"*. In Tempo Social. São Paulo: Revista de Sociologia da USP, vol. 17, n.º 1, 2004.

GORELIK, Adrián – La grilla y El parque: Espacio público y cultura urbana em Buenos Aires, 1887-1936. Bernal, Arg.: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

GORELIK, Adrián – Das Vanguardas a Brasília – Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

GREATER LONDON COUNCIL – The Planning of a New Town. Londres: GLC, 1965.

GREATER LONDON COUNCIL – Introducción al Diseño Urbano en areas residenciales. Madri: Herman Blume, 1978.

HARDY, Dennis – From Garden Cities to New Towns: Compaigning for town and country planning, 1899-1946. Londres: Chapman & Hall, 1991.

HARDY, Dennis – *Utopian ideas and the planning of London*. In Planning Perspectives. Londres, Routledge, n.º 20, Janeiro de 2005, p. 35/49.

HILBERSEIMER, Ludwig – 1979 – La arquitectura de la Gran Ciudad. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1979. (1ª edição em alemão 1927)

HOBSBAWN, Eric – Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric – Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IPEA: O alcance de suas tarefas. In Revista Planejamento e Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN-PR, Ano 9, n.º 83, Jan/Fev. 1982. p. 73/75

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.) – Urbanismo no Brasil: 1895-1965. São Paulo: FUPAM/Studio Nobel, 1999.

MANCUSO, Franco – 1980 – Las Experiencias del Zoning. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1980. (1ª edição italiana 1978)

MARTINS, Carlos Alberto F. – Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil – a obra de Lucio Costa 1924/1952. São Paulo: FFLCH-USP, 1987. (dissertação de mestrado)

NEWMAN, Peter e THORNLEY, Andy – *Fragmentation and Centralisation in the Governance of London*: Influencing the Urban Policy and Planning Agenda. In Urban Studies. Glasglow, University of Glasglow, Vol. 34, n.º 7, 1997. P. 967/988.

ORLANS, Harold – Stevenage – a Sociological Study of a New Town. Londres, Routledge & Kegan Paul Lim., 1952.

PENDLEBURY, John – *Planning the historic city* – Reconstruction plans in the United Kingdom in the 1940s. In Town Planning Review. Liverpool, Liverpool University Press, n.º 74, Outubro de 2003.

PEREIRA, Cecilia Ribeiro – O Estudo Preliminar de Wit-Olaf Prochnik: Planejamento Urbano e Enunciados do Recife. Recife: MDU/UFPE, 2005. (dissertação de mestrado)

PESSOA, José (coord.) – Lucio Costa: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PINHEIRO, Eloísa Petti e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras – *Retraçando Percursos:* o Papel dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo na Constituição de um Campo de Estudos. In PINHEIRO, Eloisa Petti e GOMES, Marcos Aurélio A. de Filgueiras – A cidade como História: Os Arquitetos e a Historiografia da Cidade e do Urbanismo. Salvador: Ed UFBa, 2005.

REIS, Daniel Aarão – Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

REVISTA Architectural Design – Planning Today: William Holford, Arthur Ling and Peter Smithson. Londres, Architectural Design, Junho de 1957.

RIOS, José Arthur – *Reforma urbana ou planejamento de cidades*. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 54, dezembro de 1966, p. 25/28

RYKWERT, Joseph – A Sedução do Lugar – A História e o Futuro da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODWIN, Lloyd – *Economic Problems in Developing New Towns and Expanded Towns*. In Planning of Metropolitan Areas and New Towns. Nova York, United Nations, 1967.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO – SERFHAU/MINISTÉRIO DO INTERIOR – Guia de Pesquisa de Habitação e Urbanismo – edição preliminar. Rio de Janeiro: SERFHAU/MINTER, 1968.

SERT, J. L. – Can Our Cities Survive? Cambridge, USA: Harvard University Printing Office, 1942.

SHAW, Keith e ROBINSON, Fred – *Learning from experience*? Reflections on two decades of British urban policy. In Town Planning Review. Liverpool, Liverpool University Press, n.º 69, Janeiro 1998.

SOUZA, Nelson Mello e – *O Planejamento Econômico no Brasil*: considerações críticas. In RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n.º 4, 2º semestre de 1968

SUTCLIFFE, Anthony (Ed.) – British town planning: the formative years. Leicester, UK: Leicester University Press, 1981.

SUTCLIFFE, Anthony – *A Contribuição dos Historiadores Britânicos para a Compreensão do Planejamento Urbano e Regional*. In PINHEIRO, Eloisa Petti e GOMES, Marcos Aurélio A. de Filgueiras – A cidade como História: Os Arquitetos e a Historiografia da Cidade e do Urbanismo. Salvador: Ed UFBa, 2005.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue – Planejamento Urbano no Brasil: A experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. São Paulo: FAUUSP, 1998. (dissertação de mestrado)

WILHEIM, Jorge – A obra pública de Jorge Wilheim. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

Revistas e Jornais:

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DA GUANABARA – Revista Arquitetura. Rio de Janeiro, IAB/Guanabara. (1961 a 1968).

REVISTA ARQUITETURA E ENGENHARIA – 1957 (publicação dos 5 projetos vencedores do Concurso para o Plano de Brasília)

REVISTA ARQUITETURA – números de 1961 a 1968

REVISTA O CRUZEIRO – vários números

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL/DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO – Jornal Arquiteto. São Paulo, IAB/SP. (1972 a 1975)

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo